REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ANO LXVII – SUP. "C" AO Nº 91 – TERÇA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

.

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Romero Jucá (40)
Sérgio Souza (20)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25

Líder
Walter Pinheiro - PT (22,26)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz
Lídice da Mata (29,39)
Inácio Arruda
Eduardo Lopes (37,45)

.....

Líder do PT - 13
Walter Pinheiro (22,26)

Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (27)
Lindbergh Farias (23)
Ana Rita (28)
Anibal Diniz (25)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz

Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (21)

Líder do PSB - 4
Lídice da Mata (29,39)

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (30)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Jayme Campos - DEM (24)

Vice-Líderes
Cyro Miranda (34)
Flexa Ribeiro (7,35)
Lúcia Vânia (31)
Mário Couto (32)
Paulo Bauer (6,33)

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (5)
Paulo Bauer (6,33)
Flexa Ribeiro (7,35)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,43,46)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (24)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Blairo Maggi (19)
Alfredo Nascimento (41)
João Vicente Claudino
Eduardo Amorim (17,47,48)

.....

Líder do PTB - 6
Gim Argello

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

Líder do PR - 6
Blairo Maggi (19)

Vice-Líderes do PR
Alfredo Nascimento (41)
Vicentinho Alves (42)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (38)

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,39)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

PSD - 2

Líder
Kátia Abreu - PSD (11,13)

Vice-Líder
Sérgio Petecão

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA–GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Termo nº 1 da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 02/08/2011 4

4ª Reunião Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 18/10/2011 4

23ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 22 e 23/11/2011..... 48

24ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 29/11/2011..... 57

13ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 20, 21 e 22/12/2011..... 59

5ª Reunião de Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 12/12/2011 293

TERMO DE REUNIÃO Nº 1, DE 2011

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia dois de agosto do ano de dois mil e onze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006–CN, alterada pela de nº 3/2008–CN*. Foi registrada presença dos membros: **– Deputados titulares:** Gilmar Machado, Marçal Filho e Márcio Reinaldo Moreira **– Senador Titular:** Vital do Rêgo; **– Deputados Suplentes**: Weliton Prado e Zé Geraldo. Foi registrada a ausência dos membros: **– Deputados titulares:** Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito boa tarde a todos.

Saúdo os assessores e os profissionais da imprensa que nos dão a honra de sua presença. Sejam todos bem–vindos neste primeiro dia útil da Comissão.

Lamentavelmente, começamos a luta de novo com relação ao nosso *quorum*. Não há *quorum* nem para a abertura dos trabalhos.

Convoco então reunião ordinária para o dia 9 de agosto, terça–feira, às 14h30min.

Tenham todos uma boa tarde e fiquem com Deus.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia dezoito do mês de outubro do ano de dois mil e onze, reuniu–se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Weliton Prado (PT/MG). A reunião foi convocada em cumprimento ao estabelecido no *art. 98, §1º da Lei nº 12.309, de 9/8/2010 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011*, com a finalidade de subsidiar o Relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Comissão sobre o Aviso nº 12/2011–CN e seus anexos. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares:** Andre Vargas, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, Marçal Filho, Raimundo Gomes de Matos, Rubens Bueno e Rui Costa; e **– Deputados Suplentes:** Carlos Magno, Danilo Forte, Darcísio Perondi e Weliton Prado. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputado Amauri Teixeira e Deputada Marinha Raupp. **ABERTURA:** O Presidente em exercício, Deputado Weliton Prado, transmitiu as escusas do Presidente da Comissão, Senador Vital do Rêgo, pela ausência, em virtude de estar envolvido em reuniões que tratam sobre Projetos de Lei dos royalties do Pré–Sal. Em seguida, informou que a reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Dnit e da Valec do Ministério dos Transportes, da Funasa do Ministério da Saúde, das Secretarias Nacionais de Saneamento Ambiental e de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, e ainda, representantes do Tribunal de Contas da União, *para discutir os indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União em obras e serviços sob a responsabilidade dos Órgãos supracitados*, em atendimento à sua solicitação como Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI). Continuando, informou que foi distribuído relatório que servirá como subsídio para os parlamentares acompanharem a reunião. feita três composições de Mesa, por Ministério, na seguinte ordem: **Mesa 1–Ministério dos Transportes: 1.1** Dnit/MT, Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor–Geral; TCU sobre Dnit/MT, Liliane Galvão Colares, Secretária de Fiscalização de Obras – Secob–2 e Luiz Ricardo Filgueiras, Diretor da Secob–2. **1.2** Valec/MT, Antônio Felipe Sanches Costa, Diretor Presidente Interino, Sr. Luís Carlos Oliveira Machado, Diretor de Engenharia; TCU sobre Valec/MT, Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras – Secob–4. **Mesa 2 – Ministério da Saúde:** Sr. Gilson de Carvalho Queiróz Filho, Presidente da Fundação Nacional da Saúde – Funasa. Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras, Secob 3, representando o TCU pe-

rante a Funasa. **Mesa 3 – Ministério das Cidades: 3.1 –** Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MiCi, Sr. Leodegar da Cunha Tiscoski, Secretário Nacional, Sr. Hélio Freitas, Gerente de Projetos da Secretaria; TCU sobre Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MiCi; Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras – Secob–3. **3.2 –** Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/MiCi, Sr. Ricardo Caiado de Alvarenga, Analista de Infraestrutura da Secretaria do Governo do Estado do Rio de Janeiro e Sr. José Antônio Portela Filho, Subsecretário de Infraestrutura e Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras – Secob–4, TCU sobre Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/MICi. Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os palestrantes disporão de 20 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteados. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê–lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. O Presidente em exercício chamou o palestrante da Mesa 1, Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor–Geral do Dnit, que fez sua exposição. Em seguida, a representante do TCU. Sra. Liliane Galvão Colares, Secretária de Fiscalização de Obras – Secob–2, fez sua apresentação. Tendo em vista a necessidade do Diretor–Geral do Dnit retirar–se do recinto, o Presidente abriu o debate sobre as obras do Dnit. Discutiram o assunto os Deputados Fábio Ramalho, João Dado, que solicitou o envio de informações complementares à Comissão, Amaury Teixeira e Carlos Magno. A Sra. Liliane Galvão Colares e Luís Ricardo Filgueiras, representantes do TCU, responderam aos parlamentares. Ao Deputado João Magalhães foi concedido aparte. Em seguida, o Diretor–Geral do Dnit respondeu aos questionamentos. Discutiu, ainda, a Deputada Marinha Raupp. Encerrados os debates sobre as obras do Dnit, o Presidente em exercício chamou os representantes da Valec e do TCU para a mesa. De posse da palavra, o Sr. Antônio Felipe Sanches Costa, Diretor Presidente Interino e o Sr. Luís Carlos Oliveira Machado, Diretor de Engenharia fizeram suas exposições. A seguir, a Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras – Secob–4, fez questionamentos aos representantes da Valec. O Deputado João Magalhães solicitou que fosse apresentado vídeo e foi atendido. Os debates foram iniciados. Os Deputados João Dado e João Magalhães questionaram a representante do TCU e foram respondidos. O Presidente Interino da Valec questionaram o representante do TCU, Sr. Luís Carlos Machado e foi respondido. Encerrados os debates da Valec, o Presidente em exercício informou que chamaria os representantes da Mesa 3, em substituição, na ordem, pelos da Mesa 2. **Mesa 3 – Ministério das Cidades: 3.1 –** Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MiCi, Sr. Leodegar da Cunha Tiscoski, Secretário Nacional, Sr. Hélio Freitas, Gerente de Projetos da Secretaria; TCU sobre Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MiCi: Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras – Secob–3. O Deputado João Dado assumiu a direção dos trabalhos às doze horas e quarenta e cinco minutos. O representante da Secob 3, do TCU, fez uso da palavra para fazer a sua explanação. Às treze horas e sete minutos, o Deputado Weliton Prado retornou à direção dos trabalhos. A discussão foi iniciada. Discutiram o assunto os Deputados Danilo Forte e Marinha Raupp, que foram respondidos pelo Sr. Eduardo Nery Filho, do TCU, e pelo Sr. Leodegar Tiscoski. A seguir, foram convidados os representantes da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades, Sr. Ricardo Caiado de Alvarenga, Analista de Infraestrutura da Secretaria do Governo do Estado do Rio de Janeiro e Sr. José Antônio Portela Filho, Subsecretário de Infraestrutura, Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras – Secob–4, do TCU. O Sr. Ricardo Caiado de Alvarenga fez a sua exposição. A seguir, o Presidente pediu licença para introduzir a mesa com a composição da Funasa, tendo em vista a necessidade do seu representante retirar–se do recinto. **Mesa 2 – Ministério da Saúde:** Sr. Gilson de Carvalho Queiróz Filho, Presidente da Fundação Nacional da Saúde – Funasa e Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras, Secob 3, representando o TCU perante a Funasa. O representante da Funasa e o Sr. Eduardo Nery, pelo TCU, apresentaram as suas exposições. O Deputado João Dado fez questionamentos e foi respondido pelos representantes do TCU, Sr. Eduardo Nery e Luiz Carlos Marchão. O debate sobre as obras da Funasa foi finalizado. A seguir, o Presidente em exercício retomou o debate sobre as obras da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades. Foi assegurada a palavra ao Sr. Antônio Portela Filho, Subsecretário de Infraestrutura do Estado do Rio de Janeiro. A Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho e o Sr. Nivaldo Dias Filho, pelo TCU, responderam aos questionamentos efetuados. O Sr. Ricardo Caiada de Alvarenga teceu comentários complementares. Iniciado o debate, o Deputado João solicitou

informações adicionais. Fizeram considerações finais o Sr. José Antônio Portela Filho, Subsecretário de Infraestrutura, e a representante do TCU. Finalizando, o Sr. Eduardo Nery respondeu ao Deputado João Dado. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício agradeceu as presenças dos convidados e dos parlamentares e declarou encerrada a reunião. Os trabalhos foram finalizados às quatorze horas e vinte e nove minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Weliton Prado. Presidente em exercício e Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Comissão da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro iniciada a quarta reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Quero transmitir as escusas do Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo, pela ausência, em virtude de estar envolvido em reuniões que tratam do projeto de lei sobre os *royalties* do pré–sal.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do DNIT e da VALEC, do Ministério dos Transportes; da FUNASA, do Ministério da Saúde; da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades; e ainda representantes do Tribunal de Contas da União, para discutirem os indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União em obras e serviços sob a responsabilidade dos órgãos supracitados.

Por minha solicitação, como Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI desta Comissão, em cumprimento ao disposto no art. 98, inciso I, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, informo que está sendo distribuído um relatório que servirá como subsídio para os Srs. Parlamentares acompanharem esta reunião, o qual está à disposição de todos na mesa dos trabalhos.

Tendo em vista que o Tribunal de Contas da União indicou três representantes para tratar de órgãos diferentes nesta reunião, comporemos três Mesas, por Ministério, na seguinte ordem:

A primeira Mesa tratará do Ministério dos Transportes e será composta pelo Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – DNIT; pela Sra. Rosana Bezerra, Assessora Jurídica da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A; pela Sra. Liliane Galvão Colares, Secretária de Fiscalização de Obras, SECOB–2, representando o TCU perante o DNIT; e a Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras, SECOB–4, representando o TCU perante a VALEC;

A segunda Mesa, que tratará do Ministério das Cidades, será composta pelo Sr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA; e pelo Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras, SECOB–3, representando o TCU perante a FUNASA;

A terceira Mesa, em que se falará do Ministério das Cidades, será composta pelo Sr. Leodegar da Cunha Tiscoski, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; pelo Sr. Luiz Carlos Bueno de Lima, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, também do Ministério das Cidades; e pelo Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras, SECOB–3, representando o TCU perante as Secretarias supracitadas.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os palestrantes disporão de 20 minutos para fazer sua exposição, e durante esse tempo não poderão ser aparteados. No final haverá uma rodada de debates.

Quero dizer que nós estamos com o tempo muito apertado. Só para os senhores terem noção, agora são 9h26min, quase 9h30min, e, portanto, já estamos atrasados em quase 30 minutos. O nosso cronograma era: das 9 horas às 9h30min ouvir o DNIT; das 9h30min às 10 horas, o TCU; das 10 horas às 10h20min, a VALEC; depois, o TCU, das 10h20min às 10h40min; das 10h40min às 11 horas, a Secretaria de Saneamento, do Ministério das Cidades; depois, das 11 horas às 11h20min, o TCU; das 11h20min às 11h40min, a Secretaria de Transporte e da Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades; das 11h40min às 12 horas, o TCU; das 12 horas às 12h20min, a FUNASA; das 12h20min às 12h40min, o TCU.

Nós estamos muito atrasados e, por isso, solicito aos gestores e ao TCU que realmente sejam rigorosos no cumprimento do tempo. Ainda vamos ouvir os Deputados e, logo após as exposições, vai haver os debates em que os gestores podem argumentar com os repre-

sentantes do TCU e a eles fazer perguntas, e o TCU fazer suas considerações e perguntas aos gestores.

Conforme estipulado no art. 256, inciso XV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê–lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

A lista de inscrições para o debate já está aberta aqui, na Secretaria.

Eu gostaria de convidar para compor a primeira Mesa o Diretor–Geral do DNIT, Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, a quem agradeço a presença, e os representantes do TCU, Sra. Liliane Galvão Colares e Sr. Luiz Ricardo Filgueiras. A Sra. Liliane e o Sr. Luiz Ricardo vão dividir o tempo de 10 minutos.

Vamos dar continuidade aos trabalhos.

Passo a palavra ao Diretor–Geral do DNIT, Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, que terá 20 minutos para a sua exposição.

Lembro que o foco desta audiência pública é ouvir os gestores sobre as irregularidades levantadas pelo TCU, bem como sobre as providências tomadas pelos órgãos gestores.

Com a palavra o representante do DNIT, Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Sr. Presidente da Mesa, digníssimas senhoras e senhores, nosso cordial bom–dia.

Estou inaugurando uma nova fase na vida profissional, que é ser Diretor–Geral do DNIT praticamente há um mês. Toda a Diretoria do DNIT é nova, e estamos buscando, neste exato momento, cumprir todas as orientações, recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União, decorrentes dos resultados das auditorias que o Tribunal realiza anualmente.

Das dez obras apontadas no relatório, vamos começar com a BR–101, na Bahia: o edital foi revogado. É preciso rever todo o orçamento do projeto. Então, o edital foi revogado e será republicado após a correção do orçamento.

O contrato relativo à BR–265 foi rescindido em 2010 e entrou em tomada de contas especial no Tribunal de Contas da União.

A BR–230, no Pará, trecho de Medicilândia a Rurópolis, também teve o edital revogado. Serão corrigidas as irregularidades que o Tribunal apontou.

Basicamente, um dos maiores problemas do DNIT é a composição de custo nos projetos, as fichas de composição dos custos unitários dos serviços.

A Coordenadoria–Geral de Desenvolvimento e Projetos, do DNIT, e a Coordenadoria de Custos deverão, a partir de agora, trabalhar de forma integrada, harmônica, permanente, para evitarmos essas incorreções que, muitas vezes, dão um preço além do necessário à composição dos serviços.

E é natural que isso venha ocorrendo, porque o DNIT não se atualizou. Eu vou dar um exemplo: para fazer escavação, carga e transporte, hoje em dia, usa–se simplesmente uma escavadeira com um caminhão basculante. Ainda havia ficha sendo usada no DNIT que incluía carregadeira, trator e caçamba. O custo desse serviço à moda antiga é maior do que o custo do mesmo serviço, hoje, com equipamentos modernos. Então, na realidade, o que nós precisamos é atualizar a tecnologia na execução dos serviços para que eles apareçam com o custo atual.

O contrato da BR–487 foi rescindido no dia 30 de setembro deste ano. O problema, portanto, desapareceu – no momento em que revogo o edital ou rescindo o contrato, eu elimino aquela irregularidade, e vamos rever o processo.

A irregularidade apontada na obra da BR–101, no Nordeste, está sendo sanada de diversas maneiras: está em curso uma auditoria especial do Controle Interno do Exército; existe um inquérito policial militar, e o contrato de brita e areia citado pelo Tribunal de Contas da União já se extinguiu por conta do prazo. Então, esse contrato perdeu vigência. Já existe inclusive uma nova licitação para nova brita e nova areia.

Neste momento, o 1º BEC, do Exército, está fazendo o levantamento das fichas de entrega da brita e areia do passado para o encontro de contas, a fim de apresentar ao Tribunal resultado da sindicância interna.

Essa é a informação mais atualizada que recebi sobre a brita e a areia do Lote 1.

Na BR–050, em Minas Gerais, o que aconteceu? Voltamos para o problema do projeto. O projeto é a alma do DNIT, é o fator de sucesso ou fracasso de uma empreendimento. Tudo repousa no projeto e nos termos do edital de licitação.

Já estamos com o novo modelo de edital padrão – modificamos o anterior –: abrimos a competição. Portanto, diminuímos em muito a restrição à competição. os editais estão muito mais abertos. Então, já nos estamos preparando para retomar as ações de contratação no DNIT, sob uma nova ótica agora, com um edital mais democrático, vamos dizer assim.

O projeto da BR–050 previa brita comercial numa área abundante em pedra. Não havia por que ser brita comercial, ali tinha de ser brita produzida, além de haver outro detalhe sobre distância de bota–fora.

Então, o que aconteceu? A empresa aceitou a repactuação do contrato, de modo que estamos dimi-

nuindo 8 milhões de reais no contrato da empresa. Eu acho que isso é muito bom para o Erário.

No caso da BR–440, mandamos ao local um engenheiro nosso, o Dr. Luiz Guilherme, que foi lá pessoalmente avaliar a questão. Qual é a nossa proposta que estamos oficializando junto ao TCU? Vamos concluir a galeria de drenagem, para não deixar a cidade exposta a um alagamento; concluída a galeria de drenagem, vamos rescindir o contrato, tirar a empresa. Todo o remanescente, da ordem de 40 milhões de reais, será contratado novamente. Será feita uma nova licitação. Por quê? Por causa dos custos que estavam na licitação anterior. Então, em relação à BR–440, nós vamos cumprir a determinação do TCU de rescindir o contrato para ligá–la ao outro eixo. Repito: mas só com nova licitação e novo contrato.

Em relação à BR–376, o Contorno Norte de Maringá, no Paraná, a empresa terminou aceitando repactuar o contrato, reduzindo os custos que estavam anteriormente previstos. Então, conseguimos isso com a empresa. Havia uma dúvida sobre se primeiro se assinava um aditivo para depois se repactuar o contrato. Não, primeiro é preciso repactuá–lo. Esta já é uma posição firmada na SECOB: repactua–se e faz–se o aditivo.

Na BR–429, em Rondônia, trecho Presidente Médici a Costa Marques, a questão do Lote 3 refere–se a uma solução antieconômica do colchão drenante de areia. O lote tem 82 quilômetros; faltam 4 quilômetros para a sua conclusão. Então, o que vai acontecer aqui? O IPR, Instituto de Pesquisas Rodoviárias, foi chamado e está realizando um estudo no lote. Logicamente, todos os dissídios desse lote serão solucionados, definindo–se a responsabilidade que caberá a cada um. Concluído o estudo do IPR, vamos nos reunir com o Tribunal de Contas da União sobre esse estudo, que deverá ficar pronto até o dia 20. Aí nós estaremos de volta à SECOB, com o estudo do IPR, para identificarmos e decidirmos as ações que o DNIT vai tomar com relação ao gestor dessa obra.

Quanto à BR–116, das seis determinações do TCU, cinco já estão completamente solucionadas – a última ainda falta. Vamos aguardar o último pronunciamento do TCU é com relação à composição de preços unitários: em vez de restauração, construção nova.

Então, há uma questão doutrinária entre a posição do TCU e o Manual do DNIT. Mas é uma questão de solução muito simples. O Tribunal de Contas da União vai dar a última palavra e o DNIT acatará integralmente a decisão final do TCU se será considerado o preço de restauração ou de obra nova nessa questão da BR–116. Apenas em relação a esse item falta a decisão final.

Esses são nossos rápidos comentários a respeito dos dez empreendimentos citados no relatório.

Estão aqui o Dr. Elói, Coordenador–Geral de Construção do DNIT, a Dra. Sílvia e o Dr. Cajado, incumbidos de nossas ligações com o Tribunal de Contas, para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários, além do que já explicamos.

Agradeço a oportunidade e me coloco, junto com a equipe do DNIT, à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradecemos ao general Jorge Pinto Fraxe as considerações e passamos a palavra aos representantes do TCU.

Primeiramente, passamos a palavra à Sra. Liliane Galvão Colares e, depois, ao Sr. Luiz Ricardo Figueira. O tempo de 20 minutos pode ser distribuído entre os dois.

A SRA. LILIANE GALVÃO COLARES – Bom dia todos!

Gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Deputado Weliton Prado, a quem agradeço a oportunidade de aqui estar presente para esclarecer questões relativas a obras rodoviárias, e cumprimentar os Exmos. Srs. Deputados João Magalhães e João Dado, na pessoa dos quais cumprimento os demais Deputados e as senhoras e os senhores presentes.

Este ano, as fiscalizações indicaram dez obras com indícios de irregularidades que ensejam paralisação dos empreendimentos.

Então, seguindo a ordem da apresentação, temos a BR–101, Bahia, onde foi apontado um problema no edital – a obra ainda não foi licitada. Quando da publicação do edital, verificamos um problema no preço da brita comercial. O preço estava em desacordo com o preço do SICRO, o sistema de custos do DNIT, e o potencial prejuízo seria de 69 milhões de reais aproximadamente.

O DNIT já suspendeu o edital e se comprometeu a fazer a devida correção. Estamos aguardando a atualização do orçamento base para encaminhar a proposta de retirada da irregularidade.

Na BR–265, Minas Gerais, o DNIT também rescindiu um contrato. Trata–se de um contrato antigo, em que foi apontado sobrepreço, em 2007. Através do Acórdão nº 2.437, do Plenário–TCU, já foi comunicado à CMO que não mais subsiste a IGP

Na BR–050, Minas Gerais, o problema é de projeto no Lote 3. Existe um bota–fora de material de terceira categoria que poderia ser reaproveitado na obra para produzir brita. No entanto, está sendo adquirido brita comercial. O potencial prejuízo é de 12 milhões de reais. Embora o general Fraxe tenha afirmado que já houve a repactuação, nós, no TCU, ainda não recebemos essa informação. A última notícia que tínhamos era que a empresa não tinha aceitado repactuar

o contrato. Então, dependemos da chegada dessa informação para instruir o processo e encaminhá–lo para a decisão do Tribunal.

Em relação à BR–440, Minas Gerais, é um processo antigo, de 1979, que foi licitado pela Prefeitura de Juiz de Fora. A empresa vencedora da licitação repassou o contrato para outra empresa e, depois, para uma terceira empresa. O DNIT assumiu esse contrato em 2008. Ocorre que até hoje não existe um projeto executivo da obra. Houve alteração da situação, com a urbanização da cidade. Então, não temos ainda o conhecimento desse projeto.

O Tribunal, pelo acórdão, determinou que a obra fosse paralisada, mas que o DNIT poderia fazer todos os serviços, de modo a não prejudicar os trabalhos que já haviam sido feitos. Essa galeria de águas pluviais seria imprescindível que fosse feita.

Na BR–230, Pará, trata–se também do edital. Foi apontado um sobrepreço de 34 milhões de sobrepreço – 7% do valor do orçamento da licitação. O DNIT já anulou a licitação, e a proposta da SECOB–2, que se encontra pendente de manifestação do Tribunal, é de retirada da IGP, por perda de objeto, já que o edital foi anulado.

Na BR–487, Paraná, Estrada da Boiadeira – inclusive, nós a visitamos há pouco –, havia duas irregularidades com indicativo de paralisação. O Contrato 143/99, um contrato de supervisão, antigo, já foi rescindido pelo DNIT. O processo relativo a esse contrato encontra–se em fase final de instrução, com proposta de exclusão da IGP, por perda de objeto.

Quanto ao Edital 455/2010, foram apontadas duas irregularidades: o sobrepreço da mão de obra e a adoção de uma solução antieconômica para a sub–base. O DNIT apresentou a oitiva, que vai ser analisada. Quando fizemos a auditoria, ainda estava na fase de edital. Durante a resposta do DNIT, foi conhecida a vencedora da licitação. Em decorrência do desconto apresentado pela licitante, o valor do prejuízo seria diminuído.

Então, o Tribunal, por meio do Acórdão 2.537/2011, reclassificou a irregularidade para IGC, mas estamos aguardando ou que seja justificada a solução da sub–base ou que seja adotada a solução mais barata.

Na BR–376, do Paraná, Contorno de Maringá, também na fiscalização de edital foram encontrados sobrepreços. Por meio do Acórdão 1.531/2011, o Tribunal condicionou a continuidade da licitação a correções de preços. Já foi analisada a manifestação do DNIT e o processo se encontra pendente de manifestação do Tribunal.

A proposta da SECOB–2 é que o contrato já seja assinado com o valor corrigido. A única controversa que há nesse caso é se o valor deve ser corrigido antes ou após a assinatura do contrato. Não está em discussão o sobrepreço.

Na BR–101, Rio Grande do Norte, o problema se refere à aquisição de brita e de areia — a irregularidade é apenas no Lote 2 — em volume muito acima do necessário para a execução da obra. Esclareço que esse lote está sendo executado pelo Exército. Portanto, é uma lógica diferente de execução.

No caso da brita, constatamos que foram adquiridos 104% a mais do que o necessário para a execução dos serviços.

O processo se encontra no Tribunal, com proposta da SECOB–2 de exclusão da IGP, porque o dano, caso comprovado os indícios, já foi consumado. Além disso, a irregularidade não atinge especificamente esses dois contratos, porque durante a execução da obra houve vários contratos de aquisição de brita. Então, é preciso apurar melhor. Estamos aguardando que o Exército, que está fazendo a apuração, encaminhe as informações para que possamos avaliar essa irregularidade.

Na BR–429, Rondônia, há dois problemas: uma solução antieconômica para o serviço de preenchimento de solos inservíveis. Esses solos têm de ser retirados, porque são solos moles (estão em região alagada) e/ou porque apresentam baixa capacidade de suporte. Então, tem–se que tirar esse solo e colocar uma camada drenante.

Essa obra tem quatro lotes contíguos e em dois lotes foi adotada uma solução mais barata, ou seja, a pegar o material de empréstimo lateral, que é um material arenoso e tecnicamente serve para execução desse serviço. Porém, nos Lotes 3 e 4, foi adotada uma solução mais cara, sem justificativa, a utilização de areia comercial. Em vez de aproveitar o material lateral à rodovia, foi proposto pela projetista que fosse adquirida areia comercial.

Além do mais, a contratada está utilizando outro areal que não o indicado em projeto. Então, mesmo se utilizando areia adquirida, com a diminuição da distância do transporte, o preço deveria ser menor.

O processo foi encaminhado ao Relator pela SECOB–2, com proposta de manutenção da irregularidade e de paralisação cautelar apenas nesses serviços, não paralisação do empreendimento. Por quê? Porque o DNIT respondeu que precisa estudar se a solução adotada nos Lotes 1 e 2 foi adequada. Então, se não se sabe até hoje se a solução da projetista dos Lotes 1 e 2 foi adequada, entendemos que a execução desse serviço no Lote 2 também deveria ser paralisada, sob pena de ser executado o serviço – é o primeiro serviço a ser executado, fica no fundo da estrada – e depois ter de ser destruído tudo o que foi construído acima dele.

A proposta da SECOB–2, ainda pendente de julgamento do Tribunal, é no sentido de que não seja executado esse serviço nos Lotes 2 e 3 até que o DNIT conclua os estudos e justifique a solução mais cara e/ou diga que a solução mais barata dos Lotes 1 e 2 pode ser adotada.

Na BR–116, Rio Grande do Sul, a única pendência diz respeito à adoção de composições de custo de restauração ou de construção. Essa obra é uma duplicação. A diferença entre as composições de custo de restauração e de construção é a produtividade dos equipamentos. No entendimento do Tribunal, na obra de duplicação, deveríamos utilizar as composições de construção. A controversa, então, resume–se – se for apenas em relação a esse item, já que os demais o DNIT acatou – a 20 milhões de reais, que seriam 2% do valor do orçamento.

Mantendo essa premissa, é provável que o Tribunal decida pela exclusão da irregularidade, por questão de materialidade, que deixa de existir.

Então, era isso que tínhamos a apresentar. Estamos à disposição para outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradecemos a Sra. Liliane Galvão.

Passamos a palavra ao Sr. Luiz Ricardo Filgueiras. (*Pausa*.)

Então, eu queria agradecer.

O Luiz Ricardo informou que foram colocadas pela Liliane todas as questões e que ele está à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Eu pergunto aos Deputados presentes se alguém tem alguma consideração a fazer.

Nós resolvemos consultar os Deputados, e eles mudaram um pouco o que tínhamos determinado no início, até porque foram breves as exposições. Então, para não prender aqui nem o representante do DNIT nem o do TCU até o final, mudamos um pouco a metodologia. E, se virmos que está muito complicado cumprir todos os pontos da pauta, consultamos os Deputados e, em não havendo nenhuma consideração, voltamos aos procedimentos iniciais.

Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Primeiro, quero parabenizar o nobre Deputado Weliton Prado, os integrantes da Mesa e os demais Deputados.

Minha observação é simples. O Tribunal faz um bom trabalho e que o DNIT também. Mas o que estou vendo hoje é a paralisação de todas as obras no Brasil.

Segundo assunto. Penso que o pessoal do TCU tem que sair dos bancos do Tribunal e ir para o campo, para ver como é feito o serviço, porque o que eu estou vendo hoje é essa paralisação.

Eu pediria que o TCU também acompanhasse os balanços das empresas construtoras, para saber se está havendo tanto prejuízo; senão, elas devem ter ganhado muito dinheiro, devem estar com muito dinheiro. Parece que está acontecendo o contrário. O que eu estou vendo hoje é que parece que todas as construtoras, as médias e as pequenas, estão quebrando. E essa quebradeira vai ser geral. Não se trata de quebrar ou deixar de quebrar: a questão principal é a paralisação das obras.

Temos que encontrar um método, Sr. Diretor–Geral do DNIT, para que alguém faça uma obra total. Porque se faz uma obra hoje e, amanhã, quando passamos na estrada, está tudo esburacado. Mas a obra foi toda feita. E aí? A empresa que fizer a obra tem que ser responsável por ela por tantos anos. Não pode fazer uma obra milionária, como as que vemos quando passamos nas estradas, e daí a pouco estar um buraco aqui e outro ali. E em obra que foi feita há 1 ano, 1 ano e pouco.

Então, eu pediria ao pessoal do TCU que fizesse um acompanhamento melhor. Não pode só ficar aqui, preso ao papel. Assim é muito fácil. E estou dizendo isto aqui porque eu já fui Prefeito de uma pequena cidade e sei o que é fazer as coisas. Temos que fazer e as coisas têm de funcionar. Uma coisa que eu fiz há 15 anos ainda está lá, numa pequena cidade. Eu mostro aos senhores. Tem asfalto que eu fiz há 15 anos e está lá, numa das cidades mais pobres do Brasil, uma cidade paupérrima, no Vale do Jequitinhonha. Passa carreta, passa tudo dentro da cidade, e está lá o asfalto. Foi feita a parte de baixo, de drenagem, a parte de água, tudo.

Mas, hoje, o que é que vemos? Eu não conheço ninguém da minha região que não tenha perdido um parente ou um amigo na BR–381. Semana passada eu perdi um colega. Já perdi tio, já perdi primos. A BR–381 é uma rodovia da morte, e não se vê solução para isso. E assim como ela existem outras.

Penso que tínhamos de arrumar algum jeito de fazer a coisa começar e terminar, e quem fizer a obra tem que ficar responsável por ela, porque é muito fácil fazer hoje e amanhã fazer de novo.

Viajamos pelo mundo, pela Europa e vemos estradas feitas 50 anos atrás funcionando até hoje em bom estado. Por que no Brasil a obra que é feita hoje tem que ser refeita amanhã?

Estamos ficando presos a um prejuízo de 10 milhões, de 5 milhões. Tínhamos era de dar lucro para o povo. E qual seria esse lucro? Que as pessoas pudessem utilizar as rodovias, as ferrovias e contasse com uma infraestrutura adequada.

Muitas vezes, começa–se uma obra e depois ela é paralisada. E aí? Quantas pessoas são prejudicadas? Vejam o prejuízo para o País, o prejuízo para as pessoas. Isso tudo tem que ser levado em conta.

Posso afirmar que o TCU tem feito um bom trabalho, mas acho que seu pessoal tem que ir mais para o campo, para saber realmente como as coisas estão sendo feitas. Só no papel não dá, não. Só no papel é muito fácil. No papel é fácil punir e é fácil até, talvez, defender as pessoas.

Nosso principal papel é fazer com que as pessoas possam viver melhor e o País tenha uma boa infraestrutura. Não estamos a fim de acobertar o erro de ninguém, mas queremos encontrar um caminho novo para que as coisas sejam retomadas, para que o povo volte a trabalhar e para que País dê uma boa infraestrutura para a nossa gente, dê uma melhor vida às pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao Deputado Fábio Ramalho.

E, para dar mais agilidade aos trabalhos, vou passar a palavra agora ao Deputado João Dado, membro do Comitê. Logo após a exposição dos Deputados, nós vamos ouvir os representantes do TCU e do Ministério dos Transportes, e já vamos deixar aberta a possibilidade de os representantes responderem e, se quiserem, entrarem na fase debates e fazerem perguntas, seja do TCU para os representantes do Ministério dos Transportes, seja dos representantes do Ministério dos Transportes para o TCU.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Sr. Presidente, eu tenho agora uma reunião da Comissão da DRU. Os senhores me desculpem, mas tenho de me retirar. Aqui, somos convocado para cinco, seis coisas num mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço a V.Exa. a presença.

Com a palavra o Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, caros palestrantes, eu queria perguntar sobre essa suspensão ao general Jorge Ernesto. O DNIT suspendeu o edital da BR–101, Bahia. Produziu um novo edital. Já está na praça o novo edital?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não. Primeiro, estamos fazendo o dever de casa.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O.k.

No caso da BR–265, houve uma rescisão de contrato. A pergunta é se o DNIT vai relicitar e se vai relicitar sob um novo formato de edital.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vamos corrigir tudo isso. Todos os malfeitos de projetos e de editais precisam ser corrigidos.

Eu gostaria até de aproveitar o *link* para dizer o seguinte. O Deputado ainda agora reclamou que se faz a obra e que logo o asfalto está esburacado. O Brasil é um país por se construir. Acho que, nos próximos 50 anos, se trabalharmos duro todo ano, ainda vamos ter obra para fazer. Este é um grande país, de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, de infraestrutura deficitária, desatualizada, e o cidadão, com justa razão, através dos seus dignos representantes, cobra.

Entretanto, a fase de maturação de um projeto tem um tempo, e todas as vezes que alguém tenta encurtar esse tempo, o cidadão paga um preço alto. Eu gostaria de deixar esta mensagem. Todas as vezes que alguém tenta encurtar caminho e fazer nascer de um projeto um filho prematuro, esse filho vai nascer defeituoso, com toda a certeza, Deputado. Estou sendo honesto com o senhor.

Nós estamos, no DNIT, fazendo o dever de casa: a gestão de contratação de projeto. Porque tudo nasce no projeto. Se o senhor tem um bom projeto, o aditivo vai ser pequenininho e os erros vão ser mínimos. Sempre haverá, mas será mínimo, e não o que vem ocorrendo. Então, é preciso ter um pouco de paciência, mas com muita persistência. Nós estamos fazendo o nosso dever de casa. E esperamos oferecer ao Brasil uma coordenadoria de projetos melhor, com projetos de Primeiro Mundo. Por que é que saímos daqui e vamos fazer um aeroporto em Miami, por exemplo, de Primeiro Mundo? Por que uma construtora brasileira faz obra de Primeiro Mundo no exterior? Pode fazer aqui também, como tem feito. Nós temos obras belíssimas. E por que também temos obras que são porcarias? Porque aqui e acolá alguém quer encurtar caminho para apresentar serviços ao eleitor, ao contribuinte.

Eu não estou reclamando. Estou é dizendo que é preciso ter um pouco de paciência. O DNIT tem um tempo de maturação de projetos, e o Tribunal sabe disso muito bem, porque tem técnicos de primeira linha, como os que estão aqui presentes. São profissionais altamente capazes. Eles sabem muito bem o que eu estou dizendo.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O General toca num ponto fundamental, a preliminar execução de projetos detalhados. Tivemos já nesta Comissão, Sr. Presidente, uma discussão sobre projetos de aeroportos que não tinham projeto executivo. Fica mesmo muito difícil construir um aeroporto sem projeto executivo.

Mas eu quero também comentar a Obra 376, no Paraná. Na última reunião do COI, tivemos impasse semelhante: primeiro, assina–se o contrato e, depois, promove–se a redução de preços, ou promove–se a redução de preços e assina–se o contrato. Qual a argumentação na última reunião? Era a de que, uma

vez assinado o contrato, a empresa contratada pelo Estado brasileiro sempre poderia arguir direitos que teriam sido preteridos no momento em que houve uma redução de preços.

Quero ouvir a posição do DNIT. Quem vem primeiro, o ovo ou a galinha, general Jorge Ernesto? É preciso saber se primeiro vão–se reduzir os preços para depois se assinar o contrato...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu queria agradecer. Já combinamos com os gestores do TCU. Vamos ouvir primeiro os Deputados.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, ainda tenho duas perguntas. Eu faço todas as perguntas e depois eles respondem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Eu não concluí ainda.

Eu gostaria de sugerir ao DNIT, para o COI, e de sugerir ao TCU, para o COI, que eles façam o que já sugeri na reunião anterior: um estudo para a ampliação do corpo técnico de ambas as instituições, uma executora e fiscalizadora e outra fiscalizadora, pelo Poder Legislativo.

Naquela oportunidade, ouvimos de um engenheiro do DNIT que havia carência de quadros de engenheiros para que o Departamento pudesse exercer com plenitude o seu mister.

Então, eu gostaria de reafirmar essa tese perante este Comitê, porque o Comitê não precisa só fazer críticas e fiscalizações, mas também deve oferecer soluções para o futuro. E se, para o futuro, é importante que o DNIT tenha mais 200 engenheiros de diversas especialidades; se, com isso, ele vai conseguir ser um gestor ainda mais eficiente, penso que é parte das atribuições deste Comitê do Poder Legislativo apresentar sugestões para tanto. Da mesma forma, se o TCU é o braço técnico do Poder Legislativo, devemos oferecer–lhe essa sugestão.

Por que eu digo isso? Vou explicar rapidamente. Nós estamos na discussão do Orçamento para 2012, e penso que o COI deve oferecer uma sugestão de complementação orçamentária para ambas as instituições públicas que zelam pelo patrimônio público. Se passar novembro, não teremos mais a condição de oferecer uma sugestão do Comitê no sentido de ampliar os quadros técnicos de ambas as instituições.

Para concluir, quero fazer uma pergunta ao general Jorge Ernesto – é a primeira vez que estamos nos falando pessoalmente. Eu vou amiúde a Porto Velho, e em Porto Velho existe uma obra paralisada no cidade – viadutos. Aqui está o meu companheiro Deputado Carlos Magno, que é de Rondônia e sabe do que eu estou falando. As obras foram paralisadas. Penso que houve falhas de engenharia tão evidentes, tão gritantes que eu gostaria de sugerir ao novo Diretor–Geral do DNIT que fizesse uma análise acurada desses viadutos que estão sendo executados, agora, em consórcio entre Prefeitura Municipal de Porto Velho e a União. Há falhas que são visíveis a olho nu. Uma viga, por exemplo, que não foi instalada numa das pistas de rolamento, que ficou mais estreita que a outra. Isso é um escândalo! Em termos de engenharia civil, é a primeira vez que eu vejo isso ocorrer.

Então, gostaria de pedir ao Diretor–Geral do DNIT que fizesse uma observação acurada e, mais do que isso, que transmitisse ao COI um relatório circunstanciado de quais os fatos que geraram a paralisação das obras, quais as providências que estão sendo tomadas, em face de erros evidentes de construção daqueles viadutos em Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Gostaria de agradecer ao Deputado João Dado e passar a palavra ao Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA – Eu já estive com o General Ernesto no DNIT para discutir a questão das BRs na Bahia. Uma das perguntas, General, o Deputado João Dado já fez. O senhor inclusive já justificou. Está correta a postura de fazer o dever de casa. Mas é aflitivo para nós também a demora, é aflitivo para nós, representantes do povo, a não realização da obra.

Foi cancelado o edital, corretamente, mas eu insisto: quando vai ser publicado o novo edital? Qual a perspectiva em relação à BR –324, na Bahia?

Outra questão. O senhor colocou aqui, como já havia feito para mim durante a audiência, que o DNIT tem pouca musculatura, principalmente no que diz respeito a pessoal para fazer projeto. Como o Deputado João Dado disse, acho que temos de corrigir essa situação. Inclusive, Deputado João Dado, vamos colocar emenda no PPA e na peça orçamentária para garantir a contratação de pessoal por alguns órgãos que têm insuficiência de recursos humanos.

Mas a minha pergunta vai além, General. Nesse rearrumar de casa, o senhor não está pensando em mudar inclusive a forma de licitar? Sabemos da dificuldade de se fazer um projeto, depois de executar esse projeto e de fazer os aditivos, em face das suas incongruências. O senhor está pensando, ou já pensou, na contratação integral para obras no Brasil? O senhor já pensou em propor alterações na Lei nº 8.666 – muitos aqui a defendem –,essa lei que já enriqueceu muitas empreiteiras e que causa a suspensão de várias obras?

O senhor já pensou em fazer o que a Bahia tem feito o Governador Wagner, que, ao licitar a construção de uma estrada, obriga sua manutenção por 5 anos? Alguém disse que isso exige qualidade da empreiteira. Se a empreiteira faz uma estrada e tem a obrigação de mantê–la por 5 anos, a tendência é fazê–la de boa qualidade, para não gastar com a manutenção. O Governador Wagner já está experimentando isso em algumas estradas, inclusive estrada que deu problema, levantado pelo TCU.

E aí eu queria dizer, Liliane, que não conheço o trecho que você citou, mas tenho alguma experiência em relação a áreas que precisam de drenagem. A estrada Jacobina–Miguel Calmon, com manutenção de 5 anos, já afundou exatamente onde havia terra encharcada. Na estrada que liga Cruz das Almas a Santo Antônio que já foram feitas diversas obras: tira, raspa, repavimenta, e ela afunda.

Ou seja, essa solução apontada, de pegar o material lateral, porque é mais barato, não pode ficar mais caro? Essa prática de o Governo primar pela obra mais barata pode levar a torná–la mais cara, pela refeitura constante, principalmente de alguns trechos específicos. Em Santo Antônio de Jesus, por exemplo, a estrada, que tem mais de 20 anos, é feita e refeita, mas continua afundando, por causa de infiltrações no terreno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao Deputado Amauri Teixeira.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas perguntas e uma observação. Nós fizemos parte da Subcomissão das obras do PAC e, nas visitas que fizemos *in loco*, constatamos que algumas obras estavam paralisadas. O que aconteceu foi relatado pelo Deputado João Dado, da Subcomissão da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa.

Depois de analisar o relatório, eu gostaria de fazer algumas perguntas ao General Jorge Ernesto. A obra da BR–429, em Rondônia, está paralisada, em vista de algumas irregularidades observadas pelo DNIT. Primeiramente, não sei a posição do Tribunal de Contas da União, se está acompanhando as irregularidades que há nessas obras.

Temos o Contrato nº 673, de 2010, no valor de 98 milhões, sobre o qual eu gostaria de um esclarecimento, em referência à construção da Presidente Médici–Costa Marques, BR–429.

Em outro relatório, observamos que o valor total da obra é de 367 milhões de reais – o mesmo contrato da BR–429. Portanto, um relatório apresenta o Contrato nº 673, de 2010, de 98 milhões, e um segundo relatório, referente à BR–429, no valor total de 367 milhões de reais.

Eu gostaria de obter esclarecimentos a esse respeito.

Quanto à situação processual referente à identificação do dano causado ao Erário, no valor de 60 milhões, eu gostaria de saber se diz respeito aos 44% executados ou se seria a todo o projeto técnico analisado.

É o esclarecimento que eu gostaria de obter.

Aproveito a ocasião para fazer outra pergunta ao General com relação à BR–364. Trata–se de uma rodovia com mais de 10 anos, com vida útil e condições de trafegabilidade comprometidas, sem sinalização vertical nem horizontal, sem oferecer segurança alguma, tendo em vista o volume de carretas que nela trafegam – é o único meio de ligação rodoviária não apenas para o Estado de Rondônia, mas também para o Acre, para o Amazonas e para Roraima.

Essa rodovia tem ceifado diversas vidas, e nós esperávamos, com muita expectativa, o início da reconstrução da BR–364. A BR–364 não aceita mais recuperação, não há como ser recuperada. A propósito, o ex–Deputado Eduardo Valverde faleceu em um acidente violento nessa BR no ano passado, fato que motivou a manifestação de toda a bancada. Tínhamos a promessa de que neste ano de 2011 seriam iniciadas as obras de reconstrução da BR–364.

Portanto, eu gostaria de saber qual a atual situação da rodovia, se existe algum projeto, se já foi aprovado, se realmente haverá licitação em 2012, enfim, se podemos contar com a reconstrução da BR–364, no trecho Cuiabá–Rio Branco.

Estas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Magno.

Para dar agilidade aos trabalhos, passo a palavra aos representantes do TCU para que respondam às indagações.

Deixo, desde logo, a palavra franqueada à Dra. Liliane Galvão Colares e ao Dr. Luiz Ricardo Filgueiras quiserem fazer alguma pergunta na fase dos debates.

Na sequência, passarei a palavra ao General Jorge Ernesto para responder as perguntas e, se quiser, fazer questionamentos aos representantes do TCU.

Solicito a todos que sejam o mais objetivo possível, porque já extrapolamos, e muito, o tempo e temos que dar continuidade aos trabalhos.

A SRA. LILIANE GALVÃO COLARES – Sr. Presidente, respondendo ao Deputado Fábio Ramalho, gostaria de esclarecer que o DNIT – o general corrija–me se eu estiver errada – deve ter aproximadamente 1.500 contratos em vigor. O Tribunal fiscalizou

63 obras; de total, temos o indicativo de paralisação de cinco obras apenas. Então, não existe uma grande quantidade de obras paradas por conta do Tribunal de Contas da União.

A maioria das falhas encontradas são falhas de projeto, de escolha de soluções antieconômicas e não justificadas.

Aproveito a oportunidade, Deputado Amauri Teixeira, para dizer que nunca primamos pela solução mais barata. Não é esse o objetivo da engenharia. A engenharia é escolher, atendido os requisitos técnicos, a solução mais barata.

No caso da BR–429, de Rondônia, são quatro lotes contíguos. Em dois lotes, está se adotando uma solução muito mais barata que a dos lotes seguintes. A explicação requerida pelo Tribunal é: por que não foi adotada a solução mais barata nos lotes seguintes, 3 e 4? Ou, então, a solução adotada nos Lotes 1 e 2 está errada. Se assim for, a obra não deve continuar a ser feita. É uma questão de incompatibilidade da escolha. Quero explicar que são projetistas diferentes responsáveis por esses projetos.

A BR–429, em Rondônia, não está paralisada. A recomendação da unidade técnica, ainda de deliberação do Tribunal, é que seja paralisada a execução apenas desse serviço de substituição dos solos inservíveis.

Gostaria de ressaltar também a importância que tem a forma como se contrata hoje em dia a execução de obras. Tecnicamente, eu entendo também que seria razoável que o responsável pela construção da obra, o construtor, fosse responsável por todo o ciclo de vida do projeto. O custo do ciclo de vida do projeto compreende o custo de construção e o custo de manutenção. Ocorre que hoje, no Brasil, uma empresa é responsável pela construção e outra, depois, pela manutenção. E o que agrava ainda mais essa situação é que a Lei nº 8.666 só permite que os contratos tenham vigência de 5 anos.

Sobre a proposta de alguma alteração, embora a pergunta tenha sido feita ao general, vou aproveitar a oportunidade para dizer que seria interessante que, como a lei de PPP permite hoje em dia, os contratos pudessem ser mais longos, pelo menos os contratos de serviço continuado. E, aí, sim, poderíamos casar o tempo de vida útil do projeto de engenharia, que é de aproximadamente 10 anos, com o tempo de vida da vigência dos contratos. Hoje, uma empresa fica responsável pela manutenção por 5 anos. Só que ela é contratada para dar uma solução de 10 anos e só fica responsável por um período de 5 anos. Quando os problemas vão aparecer – e esses problemas crescem exponencialmente ao longo do tempo de vida útil do projeto –, ela não é mais responsável pela manutenção daquele trecho da rodovia. Creio que aí está alguma explicação para a falta de cuidado na construção das rodovias.

Sobre a BR–376, Deputado João Dado, a unidade técnica do TCU encaminhou ao Relator a proposta para que seja decidido pela assinatura do contrato, já com as correções efetuadas, desde que verificado, se feitas essas correções, haveria alteração da ordem de classificação das licitantes. Acreditamos que não, porque o sobrepreço verificado corresponde a 10% do valor do contrato, enquanto os descontos foram de 1% no máximo – é o que tem acontecido. Então, cremos que isso não vá ocorrer.

A controvérsia é se deve obedecer ao princípio da vinculação do instrumento convocatório? Mas, se essas alterações vão ser realizadas após a assinatura do contrato, por que não fazê–las logo? Quer dizer, o interesse público, do nosso ponto de visto, seria mais importante do que vinculação a um instrumento convocatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Liliane, só uma observação. Se o DNIT fizesse essa análise técnica para ver se interfere na ordem de classificação das participantes do processo licitatório, em não havendo essa tese, cai por terra a possibilidade de alguém recorrer judicialmente, dizendo–se preterido pelos critérios previsto no edital básico, considerando preço cheio, vamos dizer assim.

Então, penso que a solução que o TCU sugere o DNIT poderia observar plenamente, fazer os cálculos, fazer um relatório e promover a mudança nos preços anteriormente à assinatura do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) –. Com a palavra o Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, só uma observação, complementando o que a Liliane disse. A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, por meio da Subcomissão de Acompanhamento de Obras do PAC, esteve visitando o Contorno de Maringá. Está muito próximo de um acordo. A empresa já aceita desconto; o TCU, a princípio, já aceita o acordo.

O que está pendente é simplesmente o contrato, uma vez que, para fazer o desconto, o Superintendente do DNIT quer uma autorização do TCU, que diz simplesmente que se tem de tirar o sobrepreço. Mas, se tirar, vai cair o preço em quase 10%. O Superintendente do DNIT disse que não pode assinar o contrato, uma vez que pode ser até acionado judicialmente por ter dado um desconto, tendo em vista que houve outros concorrentes.

Acho que está muito próximo do acordo; acho que uma autorização do TCU ao DNIT resolveria o problema.

A comitiva da Câmara esteve lá, acompanhada do TCU, do DNIT. Trata–se de uma obra de grande importância para Maringá. A metade já está pronta. A BR corta o meio da cidade. E todo o tráfego vai ser desviado para o Contorno, que está quase pronto, falta pouca coisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao Deputado João Magalhães.

Dando sequência, o Sr. Luiz Ricardo gostaria de fazer uma pergunta do DNIT.

O SR. LUIZ RICARDO FILGUEIRAS – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, já que o general tocou na importância de o DNIT investir na área de projetos, de saber que – eu considero um outro pilar da cadeia para haver uma boa execução de obra – quais são as ações que o DNIT pretende investir na área de fiscalização?

Na minha opinião, esse é outro ponto importante nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Gostaria de agradecer ao Sr. Luiz Ricardo Filgueiras.

Já passo a palavra ao general Jorge Ernesto Pinto, para que responda às perguntas e, se quiser, faça algum questionamento também ao TCU.

Então, com a palavra do Sr. Jorge Ernesto Pinto.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vamos tentar, então, trazer um pouco mais de luz ao debate.

Eu entendo que repactuar os preços e assinar é uma sequência lógica. Essa análise mais detalhada, se a repactuação do preço vai mexer no segundo lugar do processo licitatório, é uma coisa simples. Isso é feito num dia. E, ainda no meu entender, o Superintendente do DNIT não tem que pedir autorização, porque o TCU já se manifestou sobre isso, disse qual é a idéia. Nós temos de fazer a nossa parte e pronto. Não temos de ter medo de fazer o que é melhor para o Erário e para a população.

Então, temos de tentar o pacto urgentemente. Até sábado, estarei com o Tiago, Superintendente do DNIT no Paraná, e vamos apresentar ao TCU nossa proposta de contrato. Nossa relação com o TCU é de respeito mútuo. Logicamente que o tribunal é o controle e o DNIT, gestão, mas a relação é de respeito mútuo, cada um respeitando sua missão institucional.

Com relação ao problema comentado pelos Deputados, o DNIT tem que investir, sim, no seu corpo técnico. E aí eu respondo ao Deputado João Dado, ao Deputado Amauri Teixeira e ao próprio representante Tribunal. Os engenheiros no DNIT são poucos, temos que aumentar sua quantidade. Mas não é só de engenheiros, não. Pasmem os senhores: o DNIT não tem topógrafo. Acredita nisso, Sr. Deputado? O DNIT não tem topógrafo. Como que vai fiscalizar a obra sem topógrafo? O DNIT não tem laboratorista de solo. O controle de uma obra funciona mediante dois tipos de ações: de quantidade e de qualidade. Para controlar quantidade, temos que ter engenheiros e topógrafos. Para controlar qualidade – isso de maneira muito simples –, temos que ter engenheiros, topógrafos e laboratoristas. Essa é uma matéria multidiscplinar. Temos de ter laboratorista de solo, laboratorista de asfalto, laboratorista de concreto; engenheiros PhD em geotecnia e em estrutura; engenheiros hídricos, engenheiros químicos, engenheiros metalúrgicos, engenheiros florestais. Tudo que é engenharia tem de haver no DNIT, que é a casa do engenheiro.

Então, precisamos rever isso. Estamos, neste momento, num trabalho de diagnóstico. A minha diretoria tem, até o final desta semana, de apresentar o diagnóstico da instituição. O que significa? Quem são os homens e as mulheres que integram o DNIT, nome por nome e o que cada um faz, para sabermos se estamos no caminho certo ou não, e qual a nossa proposta final, porque precisamos mudar um pouco esse cenário

Viadutos em Porto Velho. Estou um pouco surpreso com o problema, mas vou apresentar um relatório ao COI. Vamos levantar em detalhe o que está acontecendo.

Quanto à BR–324 para este ano, acho que os editais de mais urgência são para Minas e Maranhão, no que se refere à BR–135, e para o CREMA, conserva geral de rodovia, que é urgente. Temos de colocar na rua edital para contratar 32 mil quilômetros de CREMA – conserva pesada. Contratar 32 mil quilômetros é um trabalho grandioso. E, além de contratar a conservação, a reparação e restauração das obras de artes dessa malha viária. Cerca de 1.500 pontes estão precisando urgentemente de uma ação nossa parte. Esse é um outro trabalho grandioso.

O Deputado Amauri Teixeira disse aí... Eu queria saber qual era o trecho que ele disse em que ocorrem muitos defeitos. Ele falou num trecho, Deputado... Jacobina e Miguel Calmon? Eu vou levantar isso aqui.

A 429, Deputado, aguarda, até o dia 20, a conclusão dos estudos do IPR, o Instituto de Pesquisa Rodoviária que o DNIT tem. Os técnicos foram mandados para lá; estão estudando. Porque eu tenho que apresentar ao Tribunal de Contas um estudo conclusivo. Se os lotes da 429, que são o 1 e o 2, estão bem feitos realmente, com aquele colchão drenante, ou se o Lote 3 tem que voltar para o 2, até porque apresentou lá um defeito prematuro; um defeito prematuro nos

Lotes 1 e 2, que nós também pedíamos ao IPR para apurar a causa.

A BR–364, digamos assim, é quase que a única ligação que existe do Sul com Rondônia, Acre e dali para Roraima, passando pelo Amazonas.

Eu andei nessa rodovia em 1974. Era Cuiabá/Porto Velho, 1.524 quilômetros de lama – foi no mês de dezembro, era só lama –, num fusca que eu comprei. Comprei um fusca em Agulhas Negras e fui dirigindo até Manaus. Saí dia 7 de dezembro de Resende e cheguei dia 24 de dezembro em Manaus.

É uma rodovia muito importante, Deputado. Ela vai está no CREMA. Agora, uma nova 364, aí, não é o General que decide, não. Para melhorar, duplicar ou fazer uma nova capacitação para ela, aí nós temos que subir com o escalão. Está certo?

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO – Mas, General, já há disponibilidade de...

. **O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE** – De restauração?

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO – De restauração...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – De restauração, tudo bem.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO – Não, de reconstrução dessa BR, criando a terceira faixa, criando situações de reconstrução mesmo, porque a BR não aceita...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Esse é um assunto que vou tratar com o Ministro, sabe Deputado?

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO – Nós temos, inclusive, uma reunião da bancada com o senhor. Já foi discutido isso com a Presidenta da República...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO – ... já foi discutido isso com o Ministro anterior e, certamente, nós iremos estar no DNIT lá, para poder reivindicar. Acho que é uma situação...

Se o senhor for de fusca lá hoje, vai ter muita dificuldade de trafegabilidade, porque uma BR em que, agora, o norte do Mato Grosso coloca como logística de transporte a BR–364 até o porto de Porto Velho, toda a sua produção de grão.

Não dá para aceitar o que eu vi nesse final de semana: uma caçamba e um carrinho de mão tapando buraco na BR–364. Isso é jogar dinheiro fora, isso é atentar contra a segurança das pessoas; é um desrespeito uma atitude daquelas. Uma caçamba apenas, com dois carrinhos de mão, quatro funcionários, jogando aquilo. Não tem um rolo, não tem nada. Você passa com o carro... Cem carretas que passarem ali, estará o buraco formado outra vez. E nós já estamos com 30 dias de período intenso de chuva, o que vai levar aquela BR–364 a uma condição de risco muito grande, muito grande.

Então, eu acho que...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – A conserva pesada, tipo restauração, já deveria ter iniciado quando pararam as chuvas, Deputado. Essa é que é a questão.

O que está acontecendo? Nós assumimos o DNIT, que estava parado, Deputado, com os editais todos parados. Passou um *tsunami* ali que levou a cabeça do DNIT embora. O senhor precisa ver isso.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Estamos entendendo.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO – Então, o que está acontecendo?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Agora, mexer na BR–364 com qualquer obra que for é inviável; é jogar dinheiro do Erário fora. Nós sabemos disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Já extrapolamos mais de uma hora o nosso tempo.

Vou passar rapidamente a palavra para a Deputada Marinha Raupp e depois para o Deputado João Dado.

Na sequência, solicito que o General termine de responder e finalize, para que possamos passar para os outros gestores, no caso a VALEC e o Tribunal de Contas, pois já estamos muito em cima do horário.

Com a palavra a Deputada Marinha Raupp. Solicito agilidade para darmos continuidade aos trabalhos.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP – Sr. Presidente, nesse primeiro momento, gostaria de agradecer e saudar o Diretor do DNIT, que comparece a esta Comissão, e o Deputado Carlos Magno, Deputado do nosso Estado, da bancada Rondônia.

O DNIT tem correspondido com o Estado de Rondônia, primeiro na área de projetos. Temos que considerar que se hoje temos o asfaltamento da BR–429, isso se deve a um trabalho feito na elaboração do projeto básico, do projeto executivo.

Como tivemos a oportunidade de ter uma audiência com o Diretor General Jorge, queremos dizer que também estamos aguardando ansiosamente o relatório dos técnicos que foram à BR–429 para verificar os problemas que ocorreram.

Não sou engenheira, mas sou supervisora de trecho. Foi assim como me apresentei ao senhor. Nós, do Estado de Rondônia, percorremos todo o nosso Estado e acreditamos que esse relatório vai nos oportunizar resolver os problemas que ocorreram na BR–429. O restante dos trechos está em obras. O Ministro Paulo Sérgio esteve conosco e percorreu a BR–429 inteiri-

nha de carro. Ele teve essa sensibilidade amazônida, e queremos agradecer por isso.

Temos certeza de que, na conclusão do relatório, teremos a oportunidade de sanar os problemas e continuar as obras da 429 por ser uma região de dificuldades. Sabemos que a população que lá mora não pode ter esse problema de paralisação de obra. Na verdade, estamos verificando o que ocorreu nesses dois trechos, 1 e 2.

Com relação à BR–364, todos nós, o Brasil todo sabe da importância da BR–364, principalmente para nós, que moramos no Estado. Como o Deputado Carlos Magno disse, e é correto, o desenvolvimento do Estado do Acre e do Amazonas passa pelo Estado de Rondônia. Estamos aguardando a licitação para construção da ponte que liga Rondônia ao Acre ¾ até hoje, Presidente, é por balsa que nós chegamos até o Estado do Acre. A saída do Pacífico está pronta, porém ainda temos essa pedra no meio do caminho, que é a ponte.

Com relação à recuperação, à restauração da BR–364, estamos no aguardo, General, justamente da conclusão das licitações. Alguns trechos já foram licitados, outros não.

O Deputado Carlos Magno tem razão quando diz que essa é uma obra que já está no PAC, e nós queremos agradecer por isso. A restauração da BR–364 já está no PAC. Se não estivesse, aí sim teríamos muitos problemas, porque haveria, como aconteceu até agora, tapa–buraco na BR–364.

Nós sabemos a situação em que se encontra o DNIT, a responsabilidade que o senhor tem com a nova equipe de concluir o processo licitatório e tão logo dar início às obras de restauração, inclusive a construção da segunda e terceira faixa, o que está contemplado nesse processo de licitação.

Ressalto também a importância das travessias urbanas nos Municípios que estão no eixo da BR–364. Cito o Município do Deputado Carlos Magno, Ouro Preto, e outros, que já temos feito. O Município de Cacoal já fez, Presidente Médici só parte, Ouro Preto tem projetos, Ariquemes está sendo concluída através de um convênio com a Prefeitura.

Estamos aguardando também a aprovação do Anel Viário para contratação. Temos empenhados 12 milhões de reais, que tivemos oportunidade de despachar com o senhor. Em sendo autorizado o contrato, o Governo do Estado inicia a obra e teremos também essa oportunidade de contar com uma outra via para o escoamento da produção da nossa região, ligando Centro–Oeste ao Norte do País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Na sequência, Deputado João Dado, para que possamos finalizar com o General.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Só para reiterar a solicitação ao DNIT e ao TCU, porque nós, do COI, não podemos saber se é preciso 100 ou 200 engenheiros e em que especialidades. Quem sabe são os senhores, dessas duas instituições. Então, por favor, mandem com urgência.

Penso que o COI deve abraçar essa causa e, através da sua concretização, ampliar a capacitação e os recursos humanos do gestor bem como do órgão fiscalizador pelo Poder Legislativo. Com isso, vamos superar e proteger o Erário em bilhões e bilhões, e de forma perene.

Penso que esta é a hora de investir e não de gastar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Com a palavra o General, para finalizar.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Srs. Deputados e a nossa fiscal de trecho, muito gentil, estou com o olho em cima do IPR, porque foi um técnico até a BR–429 para colocarmos a limpo essa questão. Isso é prioridade para nós.

Quando o senhor disse “reconstruir”, pensei que era uma estrada diferente, fazer um novo projeto. A restauração é questão fundamental para nós.

Sobre o Anel Viário, há controvérsias, e nós temos que tirar essas controvérsias. Houve um investimento inicial e agora aquele outro. Mas vou sentar com o Ministro, Deputada, e lhe dou uma resposta. Até segunda–feira que vem, se Deus quiser, teremos uma posição do Ministro sobre isso.

Fico muito feliz com o COI abraçando uma causa nossa. Isso é muito importante para nós. É um apoio *sui generis*, único e muito forte que vocês vão nos dar. Realmente, precisamos pensar um DNIT novo para um cenário do futuro, porque o Brasil não vai parar de buscar o seu desenvolvimento. Pelo contrário, agora que ele encontrou a direção, como se diz no jargão militar, que encontrou o azimute, ele vai embora, e o DNIT tem que estar pronto para responder às demandas da infraestrutura de transporte do País. Estamos pensando nisso e acho que até a semana que vem já tenho a proposta. Logo em seguida, voltarei aqui para discutir com os senhores e procurarei o COI.

Fico muito agradecido com a delicadeza e a atenção de todos, dos profissionais do TCU, que sempre tiveram muita paciência conosco e nos escutam. Com toda a certeza, todos aqui queremos o melhor para o nosso Brasil.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu é que gostaria de agradecer. Muito obrigado, mesmo, General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor–Geral.

Agradeço ao TCU, em nome da Sra. Liliane Galvão Colares e do Sr. Luiz Ricardo Filgueiras. Foram muito importantes as colocações, os indícios apresentados pelo TCU. Acho que isso inclusive dará base para que possamos apresentar o relatório. Em muitos casos, obtivemos as respostas na totalidade ou parcialmente pelo gestor. Ficamos realmente muito felizes em ver a seriedade tanto do TCU quanto dos gestores. Isso é muito importante para o povo brasileiro.

Gostaria que o General encaminhasse, o mais rápido possível, para esta Comissão, para o COI, as medidas que foram apresentadas aqui. Nas reuniões que fizemos anteriormente no COI, o DNIT, no caso, o Ministério dos Transportes, ficou de analisar as medidas que o General já colocou aqui. Vou dar um exemplo claro, a repactuação em relação à BR–050, que acho será importante para servir de elemento para que possamos fazer a análise. As várias outras colocações que foram apresentadas aqui solicitamos que sejam encaminhadas, o mais rápido possível, para o Comitê.

Gostaria de agradecer ao general, ao TCU e, na sequência, convido os representantes da VALEC e os representantes do TCU, a Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho. Houve uma alteração em relação aos representantes da VALEC, a quem já convido para ocupar a Mesa. Assim que estiver com os nomes, os anunciarei.

Convido já a Sra. Juliana Pontes Monteiro e, representando a VALEC, o Sr. Luiz Carlos Oliveira Machado, Diretor de Engenharia da VALEC, e o Sr. Antônio Felipe Sanchez Costa, Presidente interino da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. *(Pausa.)*

Dando continuidade aos trabalhos, passo imediatamente a palavra ao Sr. Antônio Felipe Sanchez Costa, Presidente interino da VALEC, que disporá de 20 minutos.

Não sei se o Sr. Luiz Carlos vai se utilizar da palavra também. Se for, os senhores se definam e dividiremos o tempo.

Então, com a palavra o Sr. Antônio Felipe Sanchez Costa, Presidente interino da VALEC.

O SR. ANTÔNIO FELIPE SANCHEZ COSTA – Bom dia aos senhores participantes da Mesa, Parlamentares, técnicos em geral, participantes, auditório.

Eu queria basicamente falar alguma coisa sobre a VALEC e sobre nossa participação nas questões que foram solicitadas no COI. Também quero ressaltar, de maneira bastante enfática, o trabalho que vem sendo feito pelo TCU, que, de maneira sempre objetiva e participativa, nos recebeu. Temos aprendido juntos a ultrapassar todos esses obstáculos que são colocados à nossa frente pela grandiosidade das obras de ferrovia.

Iniciando a nossa participação, peço a nossa Alessandra que vá colocando ali os pontos para os quais foram solicitados esclarecimentos pela Mesa.

(Segue–se exibição de imagens.)

O primeiro ponto se refere ao Lote 13 da Ferrovia Norte–Sul, que é basicamente o mesmo conceito do Lote 14. Eles envolvem a mesma empresa e, apesar de terem valores e quantidades diferenciadas, o assunto basicamente é o mesmo.

Nesses dois lotes, em 2010, o TCU determinou uma retenção cautelar da ordem de 10%. Por liminar, as empresas garantiram a liberação de faturas sem retenção, e a sentença do mérito na Primeira Instância foi procedente em favor da empresa, determinou o cumprimento do contrato e considerou nula a decisão do TCU. A VALEC apelou à decisão do Tribunal Regional Federal, encontrando–se o recurso aguardando julgamento desde novembro de 2010.

O TCU, em 3 de agosto de 2011, solicitou uma repactuação da VALEC junto à empresa de valores tanto do Lote 13 quanto do Lote 14, e nos deu um prazo de 45 dias, o que efetivamente foi realizado. A empresa se recusou a repactuar os dois contratos, e nós encaminhamos ao TCU essa informação. Também temos conhecimento de que ela encaminhou um pedido de reconsideração junto ao TCU.

A obra do Lote 13 encontra–se 77% realizada; a obra do Lote 14 encontra–se 83,3% realizada. É evidente que a postura da VALEC com relação a esses dois lotes é a de dar continuidade a essas obras até sua conclusão, e qualquer decisão judicial, ou qualquer decisão que afete a empresa de uma maneira geral, vai ser acatada, e as responsabilidades que porventura sejam necessárias de apuração serão todas elas efetivadas, de acordo com os organismos de controle e pela Justiça.

Passemos ao Lote 15, sobre o qual também existe determinação de uma retenção cautelar de 10%. A empresa conseguiu uma antecipação de tutela e não só conseguiu a cassação dos 10% de retenção cautelar como também uma determinação de devolver as parcelas retidas anteriormente. O processo, da mesma forma que os anteriores, aguarda uma decisão de mérito desde dezembro de 2010. Neste caso, a obra já está praticamente concluída; 99,57% concluída, em dados de setembro de 2011.

Passando aos próximos lotes, temos aqui o Lote 4, que também tem a mesma situação. Nesse caso específico, a retenção determinada pelo TCU foi de 10,35%. A empresa também fez as suas interposições

junto à Vara Federal de Brasília, recorrendo ao TRF, e, liminarmente, conseguiu liberar as retenções em 20 de outubro de 2010. A VALEC também fez as suas ações junto à Justiça, e o processo encontra–se pendente de decisão definitiva quanto à liminar e mérito desde 12 de julho de 2011. Trata–se de obra também em fase final de conclusão: encontrava–se 96% realizada até setembro de 2011.

O Lote 12 teve o mesmo tipo de procedimento: retenção cautelar recomendada; a empresa, inconformada, interpôs ação ordinária na 6ª Vara Federal de Brasília, que suspendeu a retenção antecipada, determinando a devolução das quantias retidas. O processo também aguarda decisão de mérito. Obra 97% concluída.

São esses os lotes da Ferrovia Norte–Sul sobre os quais efetivamente tínhamos que dar algum esclarecimento com relação a essa parte.

Eu gostaria de esclarecer que, basicamente, todos esses lotes – recordo–me bem na VALEC – já começaram na Justiça na época da licitação, e parece–me que eles vão terminar no mesmo local. Então, nós estamos fazendo os acompanhamentos necessários. O interesse da VALEC é que essas obras sejam concluídas e, tão logo essas decisões judiciais sejam promulgadas, em qualquer situação que elas sejam definidas, nós vamos acatar e tomar as providências internas que o fato requerer.

Eu vou passar a palavra agora ao Dr. Luiz Carlos para falar sobre o processo específico com relação à Ferrovia de Integração Oeste–Leste – FIOL – na Bahia. Ele tem algumas coisas um pouco mais técnicas para que sejam esclarecidas aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu gostaria de agradecer ao Sr. Antônio Felipe Sanchez Costa, Presidente Interino da VALEC.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Oliveira Machado, Diretor de Engenharia da VALEC.

O SR. LUIZ CARLOS OLIVEIRA MACHADO – Quero primeiramente agradecer aos membros desta Comissão o convite.

As obras listadas pelo nosso Presidente estão todas em fase de conclusão. As que têm maior quantidade para ser executada, Lotes 13 e 14, estão em torno de 17% na parte de drenagem; conclusão de drenagem e conclusão de infraestrutura.

Os Deputados Brandão e João visitaram o nosso trecho e ficaram bastante admirados com a grandeza do empreendimento. Visitaram o PAC de Palmas, que tem sete linhas de seis quilômetros cada uma. A PETROBRAS, COSAN e várias indústrias estão se instalando lá. Visitaram o Lote 12, que não estava, no caso.

O pedido da VALEC é para que possamos concluir esse trecho, deixando um legado de 1.580 quilômetros, construídos no Governo Lula juntamente com o Governo Dilma. Este é o pedido para a Norte–Sul, haja vista que, nos vinte anos anteriores ao Governo Lula, foram feitos 215 quilômetros; haja vista que nem Geisel conseguiu fazer a Ferrovia do Aço, que tentou fazer. Não conseguiu fazer em tempo e ela veio a ser concluída vinte anos depois.

Quero deixar claro que projeto básico não é projeto executivo, mas a lei permite que seja licitado o projeto básico. Existe um dado muito interessante do CONFEA, a Resolução nº 361, que considera o projeto básico bom o bastante para ser executado desde que tenha confiabilidade de 15%, para cima ou para baixo.

As incongruências encontradas no projeto básico no trecho dos Lotes 5, 5–A, 6 e 7 da FIOL não representam nem 1% do que poderia acontecer. Então, o projeto básico, segundo nosso parecer, dentro da legalidade, de acordo com o que determina o CONFEA, está perfeitamente compatível com a necessidade.

Eu gostaria de esclarecer, primeiro, que algumas incongruências do projeto levaram a uma análise talvez um pouco mais rigorosa do TCU, embora eu tenha sido sempre muito bem atendido. Nós temos discutido muito e procurado atender quase sempre as determinações do TCU, sejam de ordem econômica, sejam de ordem técnica, haja vista que a licitação da FIOL foi totalmente negociada passo a passo com o SECOB–2, tanto em preço quanto em solução técnica. Hoje, obviamente, nós passamos para o âmbito da SECOB 4, que entendeu que algumas incongruências no projeto básico dos Lotes 5, 6 e 7 inviabilizariam a sua execução.

Eu quero deixar claro o seguinte: o projeto básico foi feito; posteriormente apareceram algumas solicitações de ordem técnica, ou de meio ambiente, ou social. A VALEC tem, sim, obrigação social, ela não é empresa privada. Então, algumas demandas que apareceram no projeto básico são posteriores à execução do projeto, haja vista, por exemplo, a Variante dos Índios.

Basicamente, Sr. Presidente, a incongruência no projeto básico se prende muito mais a algum problema que tinha o Lote 6 e a algumas divergências de variantes que precisam ser estudadas. Nesse caso, as variantes implicaram 1% sobre o Lote 6.

Eu gostaria de dizer que as situações em que supostamente foram encontradas irregularidades pelo TCU basicamente são focadas no projeto básico. Há algumas divergências de preço, mas são de somenos importância. Não haveria problema nenhum em elas serem discutidas com o TCU, embora já tenham sido discutidas anteriormente. De todo modo, estou aberto à

discussão. Se houver algumas impropriedades na fabricação do concreto – isto é só questão técnica –, basta chegarmos lá e definirmos que vamos fazer assim, ou vamos fazer assado. Podemos mudar a sistemática. Inclusive, eu enviei uma correspondência para o TCU na época da licitação, que dizia que para as composições unitárias que tivessem alterada a sua distância de transporte nós alteraríamos as composições unitárias para mais ou para menos. E tenho, nas respostas às perguntas dos concorrentes, a confirmação de que as composições unitárias poderiam ser alteradas para mais ou para menos se depois fosse constatada diferença de distâncias maiores ou menores. Quer dizer, em relação a preço, eu não teria problema nenhum com o TCU, aliás, nunca tive.

Agora, eu gostaria de pedir uma análise mais apurada do TCU, até porque o cancelamento do projeto neste instante vai tornar muito menos viável a siderúrgica da BAMIN, porque Caetité está no trecho da siderúrgica. Ao contrário do que muitas pessoas pensam – eu não sou baiano, sou carioca –, a mineração viabiliza a ferrovia com 20 milhões de toneladas. E querem adiantar 2 bilhões de reais, querem–nos vender frete futuro de 2 bilhões de reais. Só com os 2 bilhões de reais, eu faço a ferrovia até o porto.

Então, eu gostaria de pedir o seguinte: que, dentro das características do projeto básico, houvesse sensibilidade do TCU no sentido de admitir maior flexibilidade no estudo e na análise das dificuldades que temos encontrado.

Por exemplo, apareceu a demanda da Variante dos Índios depois que estava pronto o projeto básico. Para os senhores terem ideia, a Variante dos Índios implica, a menor, 1,4 milhão de reais. Então, a alteração de projeto na Variante dos Índios implica a redução de 1,4 milhão de reais.

Na Variante das Cavernas, até por questão de prazo, nós não podíamos deixar que se passasse muito tempo, porque levaria 20 meses para ser concluído o estudo total das cavernas, que ainda não foi concluído. Nós licitamos, mesmo sabendo dos riscos que haveria. Houve um estudo preliminar do nosso projeto; consultamos a diretoria, que disse que poderia haver variação de 3% no valor do empreendimento. Nós resolvemos correr o risco e autorizamos que fosse licitado com essa incongruência no projeto. Posteriormente, o estudo provou que a variante implica aumento de 2,1 milhões de reais. Nós estávamos pensando que seria muito mais alto.

Depois houve a demanda da Variante da Silvânia, de cunho social. São 260 lotes estreitos e compridos, todos com acesso ao rio. E o projetista não tem sensibilidade. Ele coloca um projeto em cima do mapa na melhor situação, na mais barata, aquela que vai acompanhando o vale. Com isso, insensivelmente, cortou 268 lotes que tinham acesso a água, o bem mais precioso do sertão. Houve demanda social, os políticos também intercederam porque não concordavam com aquilo. Nós estudamos uma variante que leva a um acréscimo de 4 milhões de reais no projeto, no Lote 6.

Estudando as três variantes – uma diminui, outra aumenta –, concluímos o aumento total de 4,7 milhões de reais, representando custo menor que 1% do valor da obra, de 575 milhões de reais.

Ora, 1%... O CONFEA entende que um projeto básico pode ter até 15% para mais ou para menos, e nos dê insegurança. Há alguns outros casos – acho que não vale a pena relatar aqui – referentes a problema de solo mole ou a algum problema de sondagem. No projeto básico, nós temos também muita dificuldade com sondagem. Nem sempre se consegue acesso às fazendas com facilidade, quase sempre com muita dificuldade. A ferrovia, muitas vezes, não beneficia a fazenda, mas a prejudica. É diferente da estrada, que beneficia a fazenda quando a corta. A fazenda dobra de valor. No caso da ferrovia, não. O fazendeiro quer ver a ferrovia longe da sua fazenda.

Essas são as três incongruências que impactaram o projeto e levaram o estudo do TCU a recomendar a paralisação.

Há outros casos, como de insuficiência de sondagem. Segundo nosso estudo, as sondagens, no projeto do Executivo, que já está licitado e em andamento, não têm dado diferença alguma, muito pouca diferença.

Com relação ao pátio de Barreiras, há um questionamento do TCU sobre onde colocá–lo. Eu tenho a impressão de que a decisão de projeto, a decisão de colocar o pátio em determinado lugar implica três coisas: estudo técnico, estudo financeiro e estudo político. E isso tem que ser atendido. Engana–se quem diz que não têm que ser atendidas as demandas políticas. E, detalhe, isso foi feito antes do projeto básico. Então, não implicou aumento ou diminuição do preço do projeto. E está localizado em Barreiras, o centro geográfico de uma região produtora – grande produtora. Foi feito um acordo com a participação de vários Deputados, Senadores e do Governador da Bahia. Isso tem que ficar bem claro. E ficou sacramentado que o compromisso de construir os 30 quilômetros de estrada era do Governo do Estado e da Prefeitura de Barreiras.

Então, eu não concordo absolutamente com o TCU ao questionar a nossa decisão de colocar o pátio naquele lugar. Não concordo porque não compete ao TCU decidir os aspectos técnicos, mas ao Executivo. Se errarmos, vamos pagar pelo resto da vida.

Nas minhas considerações finais, há um problema de estudo de solo, de diferença de solo que considero de menor importância e pode ser discutido tecnicamente. O grande problema que eu vejo são essas três variantes e o pátio de Barreiras, que foi muito questionado pelo TCU.

Quero dizer também que minha maneira enfática de falar e às vezes até meio agressiva não quer dizer que eu seja uma pessoa mal–educada e que não tenha consideração pelo TCU. Pelo contrário, tudo eu levo para o TCU e tenho sido muito bem recebido. Também trato o pessoal do TCU com educação. Eu acho que o TCU melhorou muito e nos ajudou a melhorar a qualidade. Quando entrei aqui, há três anos, não por deficiência nem demérito das pessoas que aqui estavam, fazia–se a ferrovia com trilho velho, sucata da Vale. Era um tempo muito diferente de hoje. Se os senhores forem ver, hoje a ferrovia é de Primeiro Mundo, nós temos linha de Primeiro Mundo. Podem ir aonde quiserem. Eu estive no Japão e na Austrália. Podem ir a qualquer lugar, não há melhor. Dentro dos nossos parâmetros, é de Primeiro Mundo. Há falhas? Sim, principalmente em geotecnia. Mas, quanto a isso, eu faço ferrovia há 40 anos e duvido que o projeto do Executivo consiga fazer a geotecnia 100% perfeita. Eu vou morrer e não vou ver isso. Faço *(ininteligível)* há 40 anos; se fizer por mais 20, vou continuar não vendo.

Então, gostaria que se levasse isso em consideração e que o Tribunal analisasse com carinho a nossa reivindicação. Se não houver verbas para darmos andamento a esse trecho da obra, nós vamos atrasar em 2 anos a ferrovia. Eu também gostaria que os Srs. Parlamentares analisassem com bastante carinho o trecho da FIOL.

No mais, estamos aqui para responder ao que for necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao Sr. Luiz Carlos Oliveira Machado, Diretor de Engenharia da VALEC, e já passo a palavra à Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretaria da SECOB 4, do TCU, que disporá de 20 minutos para as suas colocações.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Bom dia a todos. Eu queria saudar, primeiramente, os componentes da Mesa: O Deputado Weliton Prado, Presidente da Comissão; o Sr. Romiro, Consultor da Câmara; os técnicos da VALEC. Gostaria de saudar também os demais presentes, os Parlamentares, as senhoras e os senhores.

Eu me chamo Juliana, sou Técnica do Tribunal de Contas da União, trabalho na Secretaria de Fiscalização de Obras nº 4. Na SECOB 4 cuidamos de ferrovias, portos e hidrovias e de obras hídricas.

Para iniciar a apresentação, eu gostaria de esclarecer o que é uma irregularidade grave, a famosa IGP, que todo o mundo comenta. Às vezes quem é de fora não consegue perceber o que é uma IGP. Muita gente tem dúvida.

A LDO 2012, em seu art. 91, define claramente o que é uma irregularidade grave com recomendação de paralisação. Vejam que o nome é "recomendação de paralisação". Por quê? Porque o Tribunal, quando vai fazer as suas fiscalizações e se depara com atos e fatos que recomendem a IGP nos ditames da LDO, ele manda uma lista ao Congresso Nacional. Cabe ao Congresso a palavra final sobre se a obra vai ser inserida no quadro de bloqueio da LOA ou não.

O indício de irregularidade grave são atos e fatos que têm que ser materialmente relevantes em relação ao valor total contratado, têm que ter potencialidade de ocasionar prejuízos ao Erário ou a terceiros e têm que ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato ou configurar desvios relativamente aos princípios a que está submetida a administração pública.

Esclarecida essa etapa inicial – muita gente não conhece a sistemática de fiscalização do Tribunal –, eu vou iniciar exatamente pela ferrovia sobre a qual o Sr. Luiz Carlos acabou de falar, a Ferrovia de Integração Oeste–Leste, na Bahia, a FIOL.

A FIOL, atualmente, se estende de Ihéus até Barreiras. Ela tem a previsão de encontrar a Ferrovia Norte–Sul. O trecho que vamos comentar agora e foi fiscalizado durante o FISCOBRAS 2011 é o trecho entre Caetité e Barreiras. Vejam que a Lei Orçamentária, quando estabeleceu a fonte dos recursos, distribuiu em dois PTs, um que vai de Ilhéus até Caetité e outro que vai de Caetité até Barreiras. Nós vamos tratar do trecho que vai de Caetité até Barreiras.

Quais são os objetos que estão com IGP no trecho Caetité–Barreiras? O Lote 5, o Lote 6, o Lote 7 e o Lote 5–A, que é a construção de uma ponte. Os Lotes 5 a 7 tratam da construção da ferrovia propriamente dita.

Quanto à Ferrovia de Integração Oeste–Leste, a IGP é classificada por conta de projeto básico deficiente. O problema verificado é deficiência no projeto básico.

A primeira coisa que eu gostaria de argumentar aqui com os senhores e considerar é que a resolução do CONFEA é anterior à Lei nº 8.666, de 1993. Eu tinha uma série de considerações na resolução do CONFEA. Ela dizia que a estimativa de um projeto pode variar por volta de 15%. Isso eu não posso nem chamar de erro. Seria exatamente porque, entre o que você projeta e o que você executa, existe uma diferença. Vemos isso exatamente quando vamos reformar a nossa própria

casa. Existe realmente uma diferença entre o que projetamos e o que vamos executar. O tribunal em nenhum momento diz que não pode haver alteração no projeto. O que o tribunal entende e o que a Lei nº 8.666 define no seu art. 6º, em que ela considera tudo o que deve ser um projeto básico, é que o que era previsível e o que eu deveria ter feito da maneira adequada, antes de licitar, não pode ser considerado fato imprevisível, isso não pode ser considerado erro de projeto, vamos dizer assim. Erro de projeto até que poderia ser considerado – eu deixei de verificar uma coisa que era previsível naquela fase.

Agora, o que vemos na FIOL – e eu gostaria de enumerar para os senhores, a título ilustrativo – é a existência de estudos para a alteração, após a contratação da obra, de 48,25% do traçado relativo ao Lote 6.

Voltando à história do CONFEA, que eu não concluí, a Lei 8.666 não recepcionou a Resolução CONFEA. Ou seja, eu não posso, hoje, haja vista tudo o que a Lei 8.666 exige no seu art. 6º para um projeto básico, considerar 15% de alterações na estimativa do meu projeto.

Entre os problemas que o Sr. Luiz Carlos listou para nós estão as variantes. Veja que, no Lote 6, do traçado inicialmente levantado no projeto básico, 48% foram modificados depois da contratação. *"Ah! Entendo. Apareceu uma pequena comunidade agrícola no traçado? Apareceu. Apareceram comunidades indígenas no traçado? Apareceram. Apareceram índios, pequenos agricultores e cavernas"*. O Sr. Luiz Carlos não falou das cavernas, mas há também uma variação por conta da presença de cavernas. Todas essas questões poderiam ter sido avaliadas quando da elaboração do projeto.

Eu vou enumerar para os senhores, por exemplo, a questão dos pequenos agricultores. Nós olhamos, pelo Google *Earth*, a localização dessa colônia de agricultores e percebemos que seria possível até para um cidadão que acessa o computador e que tem conhecimento disso saber que naquele traçado existia essa pequena colônia de agricultores, que seria prejudicada por conta do traçado da ferrovia.

A presença de cavernas naquela região, outro motivo da mudança do traçado, também podia ter sido considerada. Por quê? Porque todo mundo sabe que a região de São Desidério possui alto índice de presença de cavernas. Isso deveria ter sido estudado também.

Sobre a variante dos índios, outra questão que foi abordada por ele, em que pese o fato de que também poderia ter sido antecipadamente estudada essa situação, o Sr. Luiz Carlos menciona o seguinte: *"Mas vamos ter uma redução do traçado e uma redução no valor da ferrovia".* Para essa variante dos índios.

O que eu gostaria de considerar é que não tenho como afirmar no momento se essa redução de valor de fato vai se consumar. Por quê? Raciocinem comigo: tenho um projeto que foi elaborado, ou seja, fiz estudos de sondagens, estudos geotécnicos, estudos preliminares de localização de jazidas, para saber por onde aquela ferrovia ia passar; de repente, eu mudo todo esse estudo. Não adianta calcular somente quanto vai reduzir, quanto vai aumentar, para poder afirmar com certeza se vai ser econômico ou não. Eu tenho que fazer uma nova análise de jazidas, eu tenho que fazer uma nova análise geotécnica, para ver se, quando mudar o meu traçado, não vou me deparar com um solo mole ou com outro tipo de subsolo que encareça aquela solução.

Eu até entendo, pelo que ele falou, as três variantes, que correspondem a 48,25% de variação, de mudança do inicialmente previsto, ou seja, do licitado e contratado, que poderiam ser inexpressivos os 4 milhões, dentro do valor total da ferrovia. Mas eu acho que é preciso fazer feitos estudos mais pormenorizados para poder afirmar que de fato serão 4 milhões.

Em relação à SECOB–2 e ao fato de ele ter mencionado que os problemas de projeto não foram identificados quando da análise do edital de licitação, eu gostaria de comentar com os senhores o seguinte: na época em que nós fomos analisar – eu falo "nós" porque a SECOB é uma só; apesar de serem quatro, ela é uma só – o edital da FIOL, em 2010, o nosso escopo era um: analisarmos o preço. Geralmente uma fiscalização de edital demora menos tempo. Olhamos o projeto, sim, mas não da forma como olhamos as questões de preço. E chegamos à FIOL, nesse momento, durante a fase de elaboração do projeto executivo. Vejam que o projeto básico estava pronto quando fomos lá, em 2010, mas agora eles estão na fase de elaboração do projeto executivo. Isso nos deu mais liberdade e mais consciência para poder avaliar realmente os problemas de projeto.

Então, não é que a SECOB–4 contradisse o que a SECOB–2 avaliou. Foi uma mudança de circunstâncias, foi uma mudança de momento que possibilitou. Chegamos à fase de elaboração do projeto executivo, depois da contratação da obra, agora em 2011, e tudo isso nos possibilitou encontrar problemas que não tínhamos encontrado anteriormente.

Eu queria listar para os senhores as várias deficiências que encontramos no projeto básico da FIOL, no trecho Caetité–Barreiras. Da primeira eu já falei, que é a mudança de quase 50% do traçado do Lote 6; a segunda, de que o Sr. Luiz Carlos também falou, é a ingerência do Tribunal de Contas, que tentou determinar o traçado mais apropriado para o Lote 7 da

FIOL. Vejam que em nenhum momento o tribunal pediu à VALEC que mudasse o seu traçado.

O que nós identificamos, também durante a fiscalização, é que havia duas soluções para o Lote 7, duas soluções aventadas pela própria VALEC – estavam lá nos estudos da VALEC. Uma das soluções era a da linha reta – foi o que nos chamou a atenção; e a outra solução era a de uma espécie de cotovelo, que foi a solução licitada e contratada.

Em nenhum momento o tribunal entende e a Secretaria de Obras entende que não tenha que haver uma análise política da situação. A única coisa que achamos bem pertinente constar dos estudos e dos elementos que nos foram apresentados durante a fiscalização foi uma análise da viabilidade técnica e econômica dessa escolha. Por que escolher o traçado que faz um cotovelo e não o traçado que seria o mais apropriado, em termos visuais, para a ferrovia? Em nenhum momento falamos que o traçado A é melhor ou pior do que o traçado B. O que queremos é que haja um estudo, até porque o gestor público tem discricionariedade para escolher entre o traçado A e o traçado B, mas ele tem que motivar seus atos. Vejam que não há nenhum estudo que me diga, por exemplo, que, ao escolher o traçado que escolheu, a VALEC teria que implementar um viaduto, duas pontes e ainda teria que pavimentar um trecho de rodovia – que, aliás, não está no objeto do contrato –, para poder chegar até o pátio. O usual, em ferrovias, é que o pátio esteja localizado perto de uma rodovia, por questões logísticas. Nesse traçado que a VALEC escolheu, o pátio não está próximo a nenhuma rodovia. Ou seja, o Governo da Bahia, pelo que eles nos disseram, terá que construir uma rodovia pavimentada, para que haja acesso ao pátio.

Eu entendo. Pode ser uma decisão política. Eu não tenho como afirmar porque não havia nos documentos que nós analisamos. Agora, os atos administrativos precisam ser fundamentados, até as decisões políticas. Eventualmente, se eu colocar um pátio ali, a região vai se desenvolver.

Em nenhum momento o tribunal disse à VALEC que ela deveria ter escolhido o pátio A ou o B. Ele só queria uma justificativa para, como eu disse aos senhores, motivar a análise técnica, econômica e política, de que o Sr. Luiz Carlos falou. Só queríamos uma motivação.

Em relação às outras questões tratadas, cito por exemplo a insuficiência de sondagens para a caracterização dos materiais de primeira, segunda e terceira categorias e de solos moles. Ele nos falou que existe uma dificuldade para realizar sondagens, por conta das fazendas da região etc. Eu entendo isso também, entendo que deve ser uma limitação. Mas há questões que realmente não conseguimos entender. Por exemplo: a equipe foi até o Lote 5 e percebeu que, na planilha orçamentária, havia a presença de solo mole. O solo mole é argiloso, compressível, e geralmente o custo da execução desse serviço é muito oneroso porque é difícil trabalhar com esse solo. E a equipe percebeu que, na localização em que deveria haver solo mole, não há solo mole. É um solo de primeira categoria. Por quê? Porque não basta o aspecto de solo mole. É preciso que ele seja argiloso e compressível.

No Lote 7, a equipe percebeu que não havia material de terceira categoria. O que é material de terceira categoria? É um material de mais difícil desmanche. Geralmente, você usa um processo a fogo para desmontar esse material. Não havia esse material na planilha orçamentária. Qual foi a surpresa da equipe? Numa pequena amostra, ali, numa visita, deparou–se com um material de terceira categoria.

Como eu disse aos senhores, o projeto básico foi analisado pelo tribunal quando da licitação; chegamos agora à SECOB–4, e já estava sendo realizado o projeto executivo. Pois bem. Nas sondagens do projeto executivo, que estão sendo executadas agora, já descobriram solo mole, nesse mesmo lote de que estou falando para os senhores, no Lote 7, na altura da ponte do Rio das Fêmeas – são duas pontes. Com certeza, vai ser preciso fazer aditivos para inserir essa quantidade de solo mole na planilha.

O que eu queria deixar bem claro também, aproveitando o gancho e esclarecendo a diferença entre projeto básico e projeto executivo ao Sr. Luiz Carlos e aos demais presentes, é que o tribunal não recomenda, em nenhum momento, a contratação de uma obra com projeto executivo. O que queremos de fato são bons projetos. Nunca alguém do tribunal falou assim: *"Olha, vocês têm que licitar a obra com projeto executivo"*. O Governo Federal tem adotado, ultimamente, a postura de achar que é o mais adequado. Eu acho a iniciativa muito boa, mas queria ponderar, primeiramente, que não é uma orientação do tribunal. Temos uma posição formada sobre isso – no caso, a minha unidade técnica. Eu penso o seguinte: pode–se licitar com o projeto executivo. A lei faculta licitar com projeto executivo. Só que vamos ter outro problema, de que sempre falo: em vez de acharmos no tribunal um projeto básico deficiente, corremos o risco de achar um projeto executivo deficiente.

Então, em nenhum momento o tribunal exige que o projeto executivo tenha que existir antes da licitação. O que eu acho prudente, para o bem do País, para o bem da execução das obras – as obras são importantes –, é que os projetos sejam bem feitos, previamente à licitação. Não dá para improvisar depois da licitação.

E sabemos o que gera um projeto básico ou executivo, qualquer que seja, malfeito. O projeto básico ou executivo malfeito, a meu ver – é uma opinião minha –, acaba sendo às vezes pior do que o sobrepreço. Por quê? Porque, quanto ao sobrepreço, eu consigo mensurar, pelo menos ali, estimativamente, qual é o prejuízo de uma obra. Agora, quanto ao projeto básico – e isso foi um exercício que nós fizemos na FIOL –, eu não consigo sequer mensurar quais serão todos os prejuízos que poderão advir dos aditivos que com certeza serão apresentados.

E o que observamos? Observamos inclusive alguns trechos da Ferrovia Norte–Sul. Muitas vezes, eu não tenho mais folga. O que é folga? Os 25% foram extrapolados. Não há mais como lançar mão de alterações contratuais. O que eu faço? Acabo contratando um remanescente de obra. E o que isso gera? Primeiro, um conflito no próprio princípio da competitividade previsto na lei. Se eu orço uma obra, antes da licitação, com aquele projeto, muitas vezes, ao final, observo que a empresa que ganhou a licitação não ficaria no primeiro lugar. Há casos até em que ela ficaria no último lugar, a depender do número de participantes. Eu já me deparei com isso. Ou seja, o princípio da competitividade e o princípio da vantajosidade para a administração não existem nesse tipo de circunstância.

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para o que pode custar para os cidadãos uma obra que continua com o projeto básico malfeito, que continua sendo executada com aquele projeto malfeito. Essas ocasiões são a "porta aberta" para algo chamado de "jogo de planilha". Não estou dizendo que isso vai acontecer na FIOL e não estou afirmando que eles têm intenção de fazer isso. Em nenhum momento. O que eu quero dizer aos senhores é que o projeto básico malfeito e os sucessivos aditivos nos dão margem a um desequilíbrio do contrato e a uma série de prejuízos. Por quê? Porque eu posso diminuir, a meu bel–prazer, os itens que estão com preços abaixo dos de mercado e posso aumentar os itens que estão com preços acima dos de mercado.

Então, vejam que o projeto é realmente o ponto crucial numa obra. Eu não sei estimar hoje, mas posso dizer, por alto, que o que nós conseguimos fazer, na ponta do lápis, foi algo em torno de 21 milhões de reais. Agora, posso dizer aos senhores que o prejuízo do projeto é de 21 milhões de reais somente? Não, eu não tenho como dizer aos senhores, porque o subsolo não foi investigado em 48% do traçado do Lote 6. O que eu vou encontrar lá embaixo? Ah! Eu posso encontrar um solo ótimo, mas posso encontrar também uma situação que demande um aditivo de mais de 25%. E aí vou ter que fazer o quê? Digam–me os senhores.

As outras questões de que gostaria de tratar, também em relação ao projeto, são a falta de detalhamento de solução estrutural das armaduras de concreto e das fundações das obras de arte especiais – não vou me delongar –; insuficiência de estudos para definição de jazidas de areia e brita; e inclusão na planilha orçamentária de serviços por administração.

A Distância Média de Transporte de uma jazida é às vezes um ponto muito importante para a definição do projeto porque ela tem um valor considerável nesse tipo de obra. Por que ela tem um valor considerável nesse tipo de obra? Tanto em rodovia quanto em ferrovia há obras de terraplenagem. E na ferrovia ainda há extração de brita para lastro, para colocar perto dos dormentes e dos trilhos. Então, muitas vezes é preciso extrair areia e brita para fazer o concreto.

O que nós reparamos? Eu vou falar bem sinteticamente: reparamos que vários estudos de jazida, que deveriam ter sido feitos previamente à contratação da obra, não foram feitos de forma adequada. Um exemplo, só para ilustrar: salvo engano, no Lote 7, a brita para lastro, a brita da jazida que apontaram como sendo a escolhida no projeto, não está passando nos testes, ou seja, ela não tem as características ideais para ser colocada na obra.

Isso não poderia ter sido feito antes da licitação, antes da contratação da obra? Poderia. E o que isso vai ocasionar? Eu tinha previsto que ia ser utilizada essa jazida, que tem uma Distância de Transporte até o eixo da ferrovia; agora, provavelmente, vou ter que escolher outra, e essa distância vai ser alterada.

Eu entendo o que o Sr. Luiz Carlos diz, comprometendo–se a fazer, havendo qualquer alteração de DMT, uma alteração na planilha do contrato. Seria muito bom que isso acontecesse. O que nós observamos é que, geralmente, as DMT são superestimadas na fase do projeto. Quando eu chego lá, descubro que a brita, por exemplo, que tem uma Distância de Transporte de 42,75 quilômetros, pode ser fabricada do lado do canteiro. Ou seja, a DMT vai diminuir muito nesse caso.

E ele se comprometeu, no caso da FIOL, a fazer essa alteração. Eu gostaria muito que isso acontecesse em todos os contratos. O que observamos? Eu superestimo a DMT, chego lá e descubro que há coisa mais perto e nunca altero o contrato por conta disso. Agora, se fosse o inverso, se eu tivesse uma DMT menor no projeto e, ao chegar lá, visse que não teria como extrair dali e que teria que extrair de uma distância maior, será que eles não pediriam um aditivo para fazer essa compensação?

Eu gostaria que isso fosse uma prática, que sempre que houvesse uma DMT maior no projeto e se veri-

ficasse, durante a execução da obra, que ela é menor, que fosse corrigida.

As medidas corretivas, para esses problemas que eu enumerei, passam por várias alterações de projeto. Por óbvio, não vou enumerar para os senhores. O folheto foi distribuído, e os senhores podem olhar depois. Essas medidas corretivas, na verdade, só traduzem o que deveria ter sido feito antes da licitação e não foi feito.

Qual é a situação processual da Ferrovia de Integração Oeste–Leste lá no tribunal? Nós fizemos a fiscalização e foi prolatado um acórdão, que está em fase de medidas saneadoras. O que são medidas saneadoras? Estamos fazendo a análise das audiências dos responsáveis e a oitiva da VALEC. De todo modo, o tribunal já comunicou ao Congresso a recomendação da inclusão dessa obra no quadro–bloqueio, até que a VALEC corrija as deficiências de projeto levantadas.

Outra coisa que eu gostaria de colocar é que essa obra está aproximadamente 1% executada – fase de canteiro. Esse trecho ainda não tem licença de instalação. Ou seja, a VALEC tem tempo, sim, para resolver os problemas, ela tem tempo para solucionar essas questões. E acho que nós todos temos muito a ganhar. Por quê? Porque, se a obra já começa com tudo certo, a probabilidade de haver problemas depois, de termos que lançar mão de aditivos no meio da obra, às vezes até de tirar serviços considerados menos importantes para colocar outros que apareçam e são mais importantes, e aí acabar prejudicando a conclusão da obra como um todo... Acho que o momento de corrigir isso é agora.

Eu vou passar para a Ferrovia Norte–Sul, no Tocantins. Essa ferrovia tem cerca de 19 contratos de obra, salvo engano. Deve ser um pouquinho mais porque deve haver alguns túneis. Desses contratos da Ferrovia Norte–Sul de que falei, a parte de Tocantins, só os Lotes 12, 13, 14 e 15 é que tiveram indicativo de paralisação pelo tribunal.

Como bem lembrou o Sr. Antônio Felipe, sobre dois contratos – os Lotes 13 e 14 – o tribunal já prolatou o mérito. O que é o mérito? O que está bloqueando essa obra? O tribunal está recomendando o bloqueio dessa obra por conta de sobrepreço. Todas as questões de sobrepreço levantadas nos Lotes 13 e 14 já foram avaliadas pelo tribunal, e houve um acórdão que determinou à VALEC que adotasse medidas com vistas à repactuação desses dois contratos.

Como ele bem lembrou, são dois lotes da mesma empresa. E qual é a situação processual desses lotes, desses contratos, no tribunal, hoje? Eles estão em fase recursal, porque a contratada apresentou pedido de reexame contra o aludido acórdão.

Vejam os senhores que os prejuízos até então levantados são sobrepreço de cerca de 16% em um contrato e de 18% em outro. Isso depois de o tribunal analisar vários argumentos trazidos pela VALEC, trazidos pela própria contratada.

O Sr. Felipe também nos trouxe a informação de que eles não concordam com a repactuação determinada pelo tribunal. A questão de fato está na Justiça, mas essas duas obras, os dois contratos desses lotes – um tem 77% de execução, pelo que ele atualizou aqui, e o outro tem 83% de execução – têm previsão de finalização, pela VALEC... Esses dois contratos foram estendidos até abril do ano que vem. Isso é previsão: até abril do ano que vem.

Mas o que chama a atenção é que o problema dessa obra poderia, sim, ser solucionado – e teríamos tempo hábil para isso. Ao que parece, ainda que a obra seja finalizada, não existe até o momento ideia de qual será o modelo de exploração desses dois trechos da ferrovia. Ou seja, por mais que seja preciso finalizá–la urgentemente, por uma questão de logística ou por ser uma obra importante para o País, eu entendo que ainda podemos chegar a um entendimento sobre o que seria mais adequado para a solução dessa obra. Ainda que ela seja finalizada em abril, a VALEC não tem, até o momento, o modelo de exploração. Ou seja, eu teria uma obra concluída e não utilizada.

Uma das possibilidades aventadas inclusive em outros trechos da Ferrovia Norte–Sul é a da apresentação de garantias. Por que eu falo da apresentação de garantias, em que pese o tribunal ter apreciado o mérito da questão? Tendo em vista que estamos na fase de recursos – o tribunal está analisando no momento um recurso interposto pela contratada – e que a obra precisa ser finalizada, acho muito interessante a VALEC estudar a possibilidade – um dos relatores da Norte–Sul já ofereceu essa possibilidade à VALEC – de apresentar, em vez da retenção cautelar, uma garantia. Essa questão não está pendente por conta da apreciação do recurso. Então, seria uma boa alternativa para a obra continuar em andamento, para o tribunal – quando digo "tribunal", refiro–me à administração pública, ao País – não perder esse recurso e para que, ao final, quando da decisão, do trânsito em julgado da questão, pudéssemos chegar a um acordo.

Sobre a etapa da obra eu já falei. Gostaria de falar agora sobre os outros dois objetos: o contrato do Lote 12 e o contrato do Lote 15. Esses dois contratos têm a classificação de IGR porque têm retenção cautelar associada. Também são da Ferrovia Norte–Sul, em Tocantins. E, conforme disse o Sr. Felipe, o Contrato nº 38 também tinha uma retenção de 10% do valor. Os valores já foram liberados, por decisão judicial.

Com relação ao Lote 12, Contrato nº 35, no qual também havia retenção de 10% de sobrepreço, houve pedido de liberação da retenção cautelar. Uma decisão judicial suspendeu a realização das retenções e liberou os valores retidos, após o que nova decisão, em sede de agravo, deferiu efeito suspensivo à decisão agravada, o que motivou o retorno das retenções. A VALEC peticionou ao Juízo acerca da forma de como proceder em relação aos valores então liberados. Ou seja, no Lote 12 está havendo retenção.

Nesse ponto em especial eu gostaria de falar sobre o andamento processual dos Lotes 12 e 15. Eles estão em fase de análise de aprofundamento do sobrepreço. Por quê? Porque essas fiscalizações, em que houve a recomendação de IGP, pelo tribunal, para a Ferrovia Norte–Sul, foram realizadas em 2008. Entretanto, nós do tribunal buscamos sempre receber e analisar todos os documentos que nos são entregues, passo a passo. Na maior parte das vezes, consideramos o que foi entregue. O valor do sobrepreço vai caindo por conta disso. E estamos exatamente nessa análise de aprofundamento do sobrepreço, por conta de outros elementos que foram apresentados.

Em relação à Ferrovia Norte–Sul, em Goiás, eu tenho cinco contratos com IGR, a irregularidade que recomenda a retenção cautelar para que a obra possa continuar em andamento.

Como bem disse o Sr. Felipe, todos esses contratos já se encontram em fase de conclusão. O que percebemos é um grande número de liminares interpostas na Justiça – em alguns casos, até já se chegou ao mérito –, recomendando que a retenção não seja efetuada.

Quanto à situação processual da Ferrovia Norte–Sul, nós já tínhamos feito a análise de todo o processo, já tínhamos proposto o mérito ao gabinete do Ministro–Relator, mas a contratada de um dos lotes entrou com uma complementação de esclarecimentos, e estamos na fase de análise desses esclarecimentos.

Quanto à FICO – vou ser bem breve porque meu tempo está acabando e estou falando muito –, a Ferrovia de Integração do Centro–Oeste, o tribunal fez essa fiscalização e encontrou uma IGP na contratação do projeto executivo, no edital do projeto executivo, entre o trecho Campinorte e Água Boa.

O que percebemos na contratação desse projeto executivo? Primeiro, eles estavam contratando o projeto executivo sem sequer o projeto básico, que tinha sido também realizado, elaborado e aprovado. Ou seja, eu iniciei a elaboração de um projeto básico, não concluí, não o aprovei e iniciei a contratação de um projeto executivo.

Quando nos deparamos com o projeto executivo, a título ilustrativo, nós percebemos o seguinte: o detalhamento de toda a parte estrutural das obras de arte especiais estava sendo levado para o contrato. Ou seja, eu fiz um projeto básico, não terminei, não aprovei esse projeto básico, parti para o projeto executivo e, quando cheguei ao projeto executivo, passei para o contratado a possibilidade de detalhar coisas que deveriam ter sido detalhadas no projeto executivo, quiçá no projeto básico. Ou seja, a parte estrutural.

Outra questão que nos chamou a atenção: havia uma ponte lá, mas, por ocasião do projeto executivo, não havia sondagem em nenhum ponto da ponte. Havia nas duas cabeceiras, onde começava a ponte, e onde terminava.

Estou ilustrando essas duas situações para dizer aos senhores que esse edital já foi revogado. A VALEC já revogou, houve perda do objeto; não há mais IGP. O tribunal, por esses dias, vai prolatar um acórdão reclassificando a IGP dessa obra, da FICO.

E, para finalizar, gostaria de dizer que os problemas de projeto se repetem. Não é só na Norte–Sul, não é só na FIOL, e agora é na FICO, que sequer começou – está em fase de elaboração de projeto – e apresenta os mesmos problemas.

Então, se a VALEC investir em projetos, se melhorar a parte de projetos, acho que todo mundo tem a ganhar. Nós do tribunal, a população brasileira e a própria VALEC. Ela deve investir nisso. Como eu disse aos senhores, o projeto acaba sendo pior do que o sobrepreço; a deficiência do projeto.

A FICO ainda não foi iniciada, e de fato o edital para a contratação do projeto executivo foi revogado. Não há nenhuma pendência mais.

Agradeço a todos e peço desculpas por ter–me estendido tanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu agradeço à Dra. Juliana.

Vou passar a palavra agora aos Deputados. Concedo a palavra ao Deputado João Dado, para fazer suas considerações e suas perguntas.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, um aparte.

Eu falava há pouco com o Deputado João Dado que o pessoal da VALEC me informou que teria aqui um pequeno vídeo que nos foi apresentado quando da nossa visita a Palmas. Acho que seria interessante exibi–lo, para vermos como está o andamento das obras, para visualizarmos a fase de acabamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – O vídeo tem duração de quantos minutos?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Acho que são 5 minutos. É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Vamos ter que acelerar, porque extrapolamos o tempo.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, podemos ficar aqui até a meia–noite, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Não tem jeito porque vai haver reunião da Comissão, e temos de entregar o plenário às 13h30min.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – A reunião da Comissão de Orçamento está marcada para as 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – E vamos ter que ouvir ainda os representantes do Ministério das Cidades, da Secretaria de Saneamento, sobre mobilidade urbana, e da FUNASA...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, pela ordem.

Se não for possível hoje, marcamos outra reunião para amanhã, outra para sexta–feira, outra para segunda–feira. Aqui não adianta correr. Vamos fazer devagar e bem feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – É lógico.

Consulto a Assessoria sobre se há possibilidade, dentro do tempo, de assistirmos ao vídeo. Vou consultar, fazer a análise e pedir que seja dado encaminhamento aos procedimentos. Depois vamos ouvir os Deputados, que farão os questionamentos; os gestores, que já ficam à vontade para fazerem alguma indagação ao TCU; e o TCU, da mesma forma, pode fazer alguma indagação aos gestores, a fim de encaminharmos para a fase final.

Podemos assistir? *(pausa)* Então, vamos assistir ao vídeo. São 5 minutos? Acatamos a solicitação do Deputado João Magalhães e vamos assistir ao vídeo. Na sequência, passarei a palavra ao Deputado João Dado.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Deve ter tido um problema técnico.

Enquanto isso, vou passar a palavra ao Deputado João Dado, para a sua mensagem final.

Peço aos senhores o máximo de celeridade possível, para que possamos, com todo o respeito, ouvir os representantes do Ministério das Cidades e da FUNASA. Caso contrário, não vai dar tempo de fazermos a reunião ordinária da Comissão.

Com a palavra o Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Eu penso que, nesta audiência, o que estamos discutindo é o seguinte: vivemos ou não sob o império da lei. O que diz a Lei nº 8.666? Que é preciso transparência. Ela tem esse conceito da transparência, da correção, da checagem, da fiscalização.

O que estamos observando nesse trecho da FIOL é que a VALEC entende que pode mudar 48% do traçado, desde que o preço fique o mesmo e diminua em 4 milhões de reais. E não é assim que diz a lei. A lei não diz isso. A lei diz, primeiro, que o dinheiro não é da VALEC; o dinheiro é público, é de cada brasileiro e brasileira; segundo, ela é gestora do dinheiro público. E, por este motivo, que é o mais importante, tem de dar transparência. Equivale dizer que não basta dizer que a obra custa 10 milhões e que vai ser feita uma obra dessa natureza, e a VALEC decida que passe por aqui, que passe por ali, mude o traçado, e desde que não haja aumento de custo ou não haja grande significado econômico–financeiro na obra. É importante dizer que o que for feito tem de estar descrito, para que o público possa checar se o que foi feito foi a preço de mercado, se o que foi modificado gerou lucro ou prejuízo para a empresa executora e, portanto, para o Erário. É disso que estamos tratando na questão dessas obras sob a gestão da VALEC.

Quando o TCU, que é o braço técnico da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, define, quando vai lá, checa e define que, por exemplo, o projeto básico não está em conformidade com a realidade dos sítios de materiais de primeira, segunda e terceira qualidade, só isso já gera temeridade no que será feito em termos de redução ou ampliação de custos. É por isso que a lei diz que precisa haver um projeto básico que seja suficientemente adequado para espelhar o custo e espelhar o valor que vai ser licitado e, portanto, vai levar ao cumprimento do princípio da competitividade entre as empresas que vão participar da licitação.

Por esse motivo, dou minha opinião de que, em relação à FIOL, está correto o TCU, está absolutamente correto. Concordo com tudo o que foi dito. Nos meus estudos de Engenharia Civil – sou engenheiro civil, tenho algumas especialidades em Estrutura –, não consigo compreender como um projeto pode ser licitado sem se saber o que vai de ferragem, de concreto e em que traço. Eu não consigo. Para mim é absolutamente inadequado, impróprio, temerário e, o pior, contrário aos interesses públicos e do Erário.

Entendo que nós do COI temos de agir de maneira basilar, paradigmática e evitar que haja prejuízos ao Erário por essa obra da FIOL, uma obra importante para o País. Mas a sua importância não pode tirar o espírito da lei, o império da lei. E a lei diz que tem de haver transparência, controle e fiscalização por parte daquele que é o maior Poder político desta Nação, o Congresso Nacional, cujos membros foram eleitos para isso.

Com relação à obra da Ferrovia Norte–Sul e esses trechos que estão aqui declinados, existem sobre-

preços identificados pelo TCU. Em todas as reuniões das quais participei nesta CMO sempre houve argumentação técnica acerca do que o TCU trouxe. Não foi o que eu ouvi da VALEC. A VALEC não fez apresentação técnica, apenas disse: *"Não, os pequenos produtores não deixaram passar".* O interesse público é prevalente sobre o interesse particular. E, portanto, sob força policial, seria perfeitamente possível fazer as pesquisas de campo e de subsolo para verificar o que seria importante. Isso é básico, é o império da lei. É o império da lei sobrepujando o interesse particular. Portanto, novamente, concordo com a posição do TCU e entendo que esse braço técnico do Congresso Nacional está a demonstrar – e não foi contraditado tecnicamente pela VALEC – que existem problemas insolúveis nesse contrato.

Gostaria de sinalizar que, no caso da FIOL, aproximadamente 1% é executado. Se com 1% executado temos esses problemas, teremos mais 99% de prejuízo ao Erário e ao interesse público.

Quanto à Ferrovia Norte–Sul, as decisões judiciais estão interferindo no processo, estabelecendo prejuízos ao Erário. Essa é a realidade. Eu penso que a análise técnica por parte do TCU tem de ser respondida tecnicamente, nesta Comissão, pela VALEC. As decisões políticas podem ser assumidas, mas têm que ser assumidas e demonstradas tecnicamente à população do País, para que haja transparência, para que não haja prejuízo ao Erário.

Então, não identifico a resposta técnica, como identifiquei em muitas outras reuniões das quais participei nesta Comissão.

Entendo também e dou razão plena, geral e irrestrita ao TCU nos casos da análise desse trecho da Ferrovia Norte-Sul, em Goiás.

No que diz respeito a essa modificação de obra paralisada para IGR, que é outro conceito de irregularidade, que pressupõe perspectiva de entendimento, eu queria perguntar à Dra. Juliana, que disse que foi feita uma sugestão à VALEC para que não houvesse retenção. É isso? Não sei se eu entendi bem, mas queria fazer essa pergunta para depois concluir.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Nos trechos da Ferrovia Norte-Sul/Goiás houve, por iniciativa do Relator, uma sugestão de substituição da retenção cautelar, que seria o quê? Retenção dos valores de cada pagamento. Houve a sugestão de alteração de substituição da retenção cautelar pela apresentação de uma outra garantia.

Vejam: o Tribunal não impõe. Nesses casos, ele faculta ao gestor essa possibilidade. Parece–me – realmente eu não posso responder pela VALEC – que, por conta das reiteradas decisões e liminares interpostas na Justiça, eles perderam o interesse em fazer essa substituição.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O.k. Obrigada, doutora.

Então, eu penso que nós do COI devemos agir e municiar o Congresso Nacional de informações.

Eu observei, na apresentação anterior, que duas decisões de novembro de 2010, ou melhor, ausência de decisão judicial provocou um dano ao Erário. Então, sobre esse tema eu penso que o COI deveria se debruçar um pouco e também estabelecer como controlar o Poder Judiciário, para que ele satisfaça o interesse público e dê as decisões, porque, ao não oferecer a decisão em sede de mérito e não em sede liminar, ele prejudica, porque a obra continua, não existem as retenções, e nós temos um grave prejuízo ao Erário. Então, o Poder Judiciário tem que ser responsabilizado pela ausência de decisão em questões que tenham uma temporalidade, uma tempestividade que tem de ser satisfeita para o atendimento do interesse público.

Com relação à Ferrovia de Integração Centro-Oeste, importantíssima, como vimos no vídeo, gostaria de mencionar que são 6,4 bilhões de reais – dinheiro público, dinheiro que não é da VALEC, nem é deste COI, nem é do Congresso Nacional, mas é do povo brasileiro, e tem que merecer, sem dúvida nenhuma, transparência, tecnicidade, para que possa haver o controle do uso do recurso público.

E quando eu observo que o TCU, o nosso braço técnico, diz para o Congresso Nacional que a licitação foi realizada sem contemplar os requisitos mínimos – mínimos! – exigidos pela Lei nº 8.666, penso que a VALEC tem de responder à questão e dizer em que medida o TCU está errado ou certo. Nós do Congresso Nacional, por decisão política, mas fundamentada no nosso órgão técnico, devemos então apreciar a matéria.

Mas, neste momento e concluindo, penso que a VALEC não nos trouxe análises técnicas sobre os temas levantados pelo TCU. E, por este motivo, estou plenamente concorde com a decisão do TCU e vou encaminhar o meu voto no sentido da paralisação das obras, para que sejam saneadas, sanadas as irregularidades comprovadas, constatadas pelo nosso órgão técnico do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao Deputado João Dado.

Consulto o Deputado João Magalhães se deseja fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – É só para pedir um esclarecimento à Dra. Juliana referente à página 25. O Deputado João Dado acabou de falar aqui: *"licitação realizada e sem contemplar os requisitos mínimos exigidos pela Lei nº 8.666, de 1993, basea-*

do em projeto básico não aprovado". O que é projeto básico não aprovado?

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Veja que a própria LDO, quando há não só o projeto, mas uma planilha orçamentária de uma obra, seria ideal que houvesse um RT associado, um responsável por aquele projeto. O que enfrentamos hoje em dia? Sabemos que o grande problema das obras hoje é o projeto básico deficiente. Só que na hora de responsabilizar, Deputado, nós não conseguimos encontrar a quem responsabilizar, porque não se sabe quem é o responsável por aquele projeto.

Então, à questão da FICO, que o senhor me perguntou, eu gostaria de enfatizar que a própria VALEC já revogou o edital que contratava a elaboração do projeto executivo. Eles já tomaram as medidas cabíveis. Entretanto, eu trouxe esta questão, primeiro, porque na lista de obras constava a FICO, segundo para apresentar para os senhores mais um exemplo de que, infelizmente, mais uma ferrovia está para ser iniciada e mais uma vez sem estar com o projeto adequado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço–lhe.

Dando prosseguimento, vamos entrar na fase dos debates. Vamos passar a palavra aos representantes da VALEC, Sr. Luiz Carlos Oliveira Machado e Sr. Antônio Felipe. E já deixamos aqui em aberto para responder. Se quiserem fazer alguma pergunta à Dra. Juliana, representante do TCU, podem ficar à vontade. Da mesma forma, já nas respostas da Dra. Juliana, se quiserem fazer alguma indagação aos representantes da VALEC, fiquem à vontade. Eu só peço que sejam sucintos, porque nós ainda temos que ouvir três convidados, os representantes do Ministério das Cidades, a Secretaria de Saneamento, a Secretaria de Mobilidade e também os representantes da FUNASA. E aí nós estouramos totalmente o tempo.

Com a palavra o Sr. Antônio Felipe, Presidente Interino da VALEC.

O SR. ANTÔNIO FELIPE SANCHES COSTA – Eu queria só prestar alguns esclarecimentos, principalmente relacionados com a parte da Norte–Sul, vinculada ao Estado do Tocantins. Houve uma manifestação do TCU sobre, principalmente, os lotes 12 e 13, que inclusive foram visitados pela Subcomissão. A informação que o TCU passou, a forma como foi dita, é que realmente não há nenhum tipo de problema em terminar a obra, porque ainda não fizemos a nova modelagem de subconcessão. Isso é uma meia verdade. Não temos ainda a forma definitiva que está sendo discutida com a ANTT, mas nada impede – nada impede, volto a dizer – que outro tipo de licitação seja feito enquanto essa outra nova modelagem não seja concluída.

Esperamos que essa nova modelagem esteja pronta no máximo até fevereiro ou março do ano que vem. Essa é a nossa expectativa. Os trabalhos estão todos sendo conduzidos junto à ANTT para que isso aconteça. Caso não aconteça, temos a alternativa de que a ferrovia não seja inaugurada para ficar parada. Isso não vai acontecer. Quero deixar isso bem claro.

Em uma ferrovia que faltam 10% ou 15% para ser concluída, dentro de um período em que ela não corra risco de perder o que já foi feito, entendo que o simples fato de não termos uma forma preestabelecida de uma nova modelagem não significa que ela tenha de ser paralisada. Apenas com relação a isso gostaria de prestar este esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradecemos.

Sr. Luiz Carlos de Oliveira.

O SR. LUIZ CARLOS OLIVEIRA MACHADO – Pedimos dilação de prazo para entregar a nossa defesa ao Tribunal, que vence dia 20. Portanto, estamos apresentando defesa ao Tribunal nesse dia sobre a obra do lote 5, 6 e 7 e a ponte 5A. No dia 20, entregaremos a defesa, e gostaria que isso fosse levado em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Gostaria de agradecer–lhe.

Passo a palavra à Dra. Juliana para que possa responder. Se alguém quiser fazer alguma pergunta, fique à vontade.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Com relação aos lotes 12 e 13, quando mencionei que não existia ainda um estudo para saber como se daria a subconcessão do trecho da obra, ou seja, que a obra seria finalizada e não entraria em operação, de fato, as informações que tínhamos eram de que essa modelagem ainda não estava definida. Ele mesmo nos disse que, em que pese a modelagem não estar definida, pode lançar mão de outra alternativa.

Isso nos deixa muito felizes, porque, na verdade, desconhecíamos essa informação. Entendo que construir uma ferrovia para depois não ser operada não seria o mais adequado.

Com relação às obras estarem em fase de finalização e não se poder fazer mais nada para recuperar o prejuízo, sinto que daqui até abril ainda se pode fazer alguma coisa.

Estamos falando de prejuízos que, em 2008, somavam 82 milhões. Se formos de fato avaliar o que foi executado, o que foi medido e faturado e pegar os valores atualizados desse sobrepreço que foi avaliado a preço de 2007 e trazer para 2011, o prejuízo ainda é maior.

Penso que, como o ilustre Deputado comentou, se trata de dinheiro público e alguma coisa deveria ser feita, a fim de que, daqui até abril, esse dinheiro seja recuperado.

Estamos em uma situação em que o andamento processual dessa questão está em subfase recursal. O Tribunal já prolatou o mérito e disse: *"VALEC, promova ações para repactuação do contrato".* Todos os que tinham de ser ouvidos e todas as análises já foram feitos pelo Tribunal. A decisão está suspensa devido ao recurso. Entendo que existe uma questão processual que acaba atrasando de certa forma o andamento da obra, que é importante, mas sinto que algo tem de ser feito até abril. Os contratos se estendem até abril. Então, alguma coisa ainda pode ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu lhe agradeço.

Há ainda alguma observação a fazer? *(Pausa.)* Não.

Vamos, então, dar prosseguimento aos trabalhos.

Agradeço ao TCU na pessoa da Dra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho; ao Sr. Antônio Felipe Sanches Costa, Presidente Interino da VALEC; ao Sr. Luiz Carlos Oliveira Machado, Diretor de Engenharia da VALEC; aos Srs. Deputados João Dado e João Magalhães, e cumprimento o Vereador Gilmar Prado.

Convidamos os representantes do Ministério das Cidades, Sr. Leodegar da Cunha Tiscoski, ex–Deputado desta Casa – é uma satisfação tê–lo aqui conosco –, e Sr. Eduardo Nery Machado Filho, que representa o Tribunal de Contas da União perante a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

Na sequência convidamos os representantes do Ministério das Cidades em relação à mobilidade urbana.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, solicito cópia dessa apresentação em Power Point para podermos analisar. Com ela ficou fácil acompanharmos a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Já solicitamos à Assessoria que providencie e faça a distribuição.

Quero combinar os procedimentos. Vamos diminuir o tempo de cada um para 15 minutos. Precisamos ser mais objetivos porque é preciso entregar o plenário às 13h30min.

Passo a palavra ao Sr. Leodegar da Cunha para que faça sua explanação.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Saúdo o Deputado Hélio Prado, Coordenador do COI da Comissão Mista de Orçamento, os Srs. Deputados presentes, o Dr. Eduardo, representante do TCU, a Assessoria da Comissão, enfim, todos os senhores.

Vamos tentar objetivamente fazer uma introdução. O nosso gerente, Hélio Freitas, que está na coordenação da máquina, vai detalhar as informações, Deputado Weliton, na tentativa de esclarecermos todas as pendências que existem no contrato de Porto Velho.

Esclareço principalmente aos Srs. Deputados que a Secretaria de Saneamento, vinculada ao Ministério das Cidades, não licita nem contrata obras. O que a Secretaria de Saneamento executa são, primeiro, as políticas de saneamento no Brasil e, segundo, busca recursos do Orçamento da União e de financiamento, principalmente com recursos do FAT e do FGTS, para repassar aos Estados, aos Municípios e às companhias estaduais. Quem efetivamente licita e executa obras são os Estados, os Municípios e as companhias estaduais e municipais.

Um detalhe, Deputado Weliton, é que hoje nós temos contrato no PAC 1, com obras quase 100% iniciadas, 1.722 contratos. No PAC 2 temos mais 800 contratos. Então, já estamos com algo em torno de 2.500 contratos. A única pendência que temos é essa de Porto Velho.

Então, de 2.500 contratos que temos na Secretaria de Saneamento, que hoje ultrapassam 50 bilhões de reais, a única pendência é essa Porto Velho, que já surgiu no apontamento de 2010. Eu diria que a maior obra de saneamento no Brasil é esse contrato de Porto Velho. Quando foi lançada, em 2007 no PAC ela tinha o objetivo de universalizar o esgoto em Porto Velho. Porto Velho praticamente dobrou de população nos últimos anos. Em 2007, quando foi selecionada a primeira etapa dessa obra, ela visava à universalização, ou seja, que todo domicílio de Porto Velho passasse a ter seu esgoto coletado e tratado. Então, por aí, vemos a relevância dessa obra para o saneamento e para a qualidade de vida da população de Porto Velho.

Quando o empreendimento foi selecionado em 2007, como não havia um projeto final de engenharia, havia um pré–projeto, o Governo, à época, licitou a obra baseado nesse pré–projeto. Pararelamente a isso, o Governo Federal disponibilizou recursos da ordem de 9 milhões de reais para a elaboração do projeto de engenharia e também recurso para licitação da obra. São contratos que temos: um do Orçamento da União para projetos; dois contratos para obras; mais um de financiamento, no valor de 117 milhões de reais, perfazendo um total de... 554 milhões é o valor total do empreendimento, sendo 526 milhões e 500 mil do Governo Federal, que seriam do financiamento e dos repasses de recursos do Orçamento da União.

Houve uma série de percalços em todo esse processo, com encaminhamentos e reencaminhamentos por parte do Governo do Estado à época: CGU, TCU.

Hoje, estamos retomando esse assunto com outra ótica. Sob a coordenação do PAC no Ministério do Planejamento, decidiu–se juntamente com o Governo do Estado, após reunião que ocorreu em dezembro na Comissão, em que o novo Governador eleito do Estado de Rondônia, à época, o ex–Deputado Confúcio Moura, assumiu compromisso de início do governo de decidir quais seriam os encaminhamentos... E com a coordenação do Ministério de Planejamento essa obra passou a ser motivo de preocupação por parte do Governo Federal no sentido de que fosse executada e pudéssemos salvar esses recursos e, acima de tudo, que essa obra se transformasse em realidade, beneficiando toda a população de Porto Velho.

As providências são para que possamos ter um novo projeto de engenharia. Para isso o Estado já lançou o edital com a coordenação do Ministério do Planejamento. O Ministério das Cidades acompanha também. O Estado está seguindo esse rito muito precisamente para que possamos ter um novo projeto de engenharia – o edital já foi lançado – e possamos salvar o recurso do projeto e também salvar os recursos da obra.

Então, Sr. Presidente, é isso, muito resumidamente, o que tinha a dizer. Pediria ao Sr. Hélio Freitas, nosso gerente, que detalhasse mais a questão, para que os Srs. Deputados e presentes pudessem entender todo esse mecanismo. Não temos mais muito tempo. Segundo o Presidente, temos mais 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Welinton Prado) – Tem a palavra o Sr. Hélio Freitas.

O SR. HÉLIO FREITAS – Primeiramente, gostaria de saudar os componentes da Mesa, o Deputado Welinton Prado, os Deputados e demais presentes.

Falarei rapidamente sobre esse empreendimento. Vou passar a todos uma ideia muito rápida sobre esse empreendimento.

Como o nosso Secretário já falou, ele vai universalizar o serviço de esgotamento sanitário em toda a capital, em todo o distrito–sede de Porto Velho. Trata–se de obra de grande porte, haja vista o valor dos recursos envolvidos, como já mostramos.

(Segue–se exibição de imagens.)

Então, na última versão desse projeto apresentado para nós e à Caixa a concepção dele chegou a essas duas sub–bacias. Os Estudos feitos apontaram para isso. É uma sub–bacia que atende ao lado norte da cidade com uma estação de tratamento e uma sub–bacia que vai atender à área sul também com uma estação de tratamento. É mais ou menos como mostra aqui.

O que será construído em cada uma dessas duas sub–bacias? Na sub–bacia norte vai–se construir uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE com capacidade de 600 litros a 650 litros por segundo de tratamento. Ela será composta de reatores anaeróbios UASB, seguidas de filtros biológico percolador. Então, o que está previsto atualmente são 572 quilômetros de redes nessa bacia, 2,7 quilômetros de coletores, pequeno emissário, 27 estações elevatórias, 23 quilômetros de linha de recalque, mais de 40 mil ligações domiciliares e intradomicialiares para as famílias de menor renda dessa região.

Na bacia sul, nas mesmas bases da norte, vai ter uma ETE com o mesmo sistema de tratamento, com capacidade de aproximadamente de 650 a 650 litros, 512 quilômetros de rede, 4,2 quilômetros de coletores–tronco e interceptores, 5,7 quilômetros de emissário, 17 estações elevatórias, 13,3 quilômetros de linha de recalque, 36 mil ligações domiciliares e intradomiciliares aproximadamente. (*Falha na gravação.)* do porte dessa obra. É uma obra de grande relevância para Porto Velho, sem dúvida.

Conforme o Secretário falou, no início, não existia um projeto básico. Então, essa foi uma das poucas obras do PAC que o Ministério das Cidades, além de financiar a obra, como era de praxe, financiou também a elaboração do projeto. Houve problemas na elaboração do projeto, tanto que, por duas vezes, já foi cancelado o contrato com o executor do projeto. Estamos na terceira licitação. Conforme o Secretário afirmou, agora estamos com um grupo de trabalho, com o Ministério do Planejamento, com o Ministério das Cidades, com a Caixa Econômica Federal.

Estamos acompanhando muito mais de perto a elaboração desse terceiro edital e também da concorrência. Enfim, a ideia é finalizar o projeto, que é o que precisamos de fato para tocar essa obra.

Pessoal, em setembro de 2010 recebemos esse acórdão do TCU – o Acórdão nº 2.572. Esse acórdão é resultado da primeira auditoria que o Tribunal fez na concorrência e nos contratos de repasse que temos firmado com o Estado de Rondônia. Nessa época foi apontado um sobrepreço em relação aos preços de mercado de 120 milhões de reais. Apontaram que havia cláusulas que restrigiam a competitividade na realização da licitação.

Foi alertado o Governo de Rondônia da possibilidade da anulação desse contrato devido a essas irregularidades. Também foi determinado, ao mesmo tempo, que o Ministério das Cidades não repassasse recursos até que houvesse decisão em relação à questão, decisão de mérito, ou a inclusão no quadro de bloqueio.

Por essa razão, tem um *(ininteligível)* do período deste ano em que o Estado apresentou também uma

certa defesa. E agora, em agosto, o TCU soltou um novo acórdão, o Acórdão nº 1.997, de 2011, no qual foi constatado que não houve progresso em relação ao que havia sido apontado em 2010.

Então, o que foi feito? Foram reiteradas todas aquelas determinações do acórdão do ano de 2010, inclusive a indicação para o quadro de paralisação.

É bom que se frise que essa obra está paralisada. E hoje a empresa desmobilizou, não temos obra lá, não temos nada. Os recursos de hoje, do Ministério das Cidades, por determinação do TCU, não estão sendo desbloqueados; portanto, não temos obra lá.

As providências que nós tomamos foram as seguintes: suspensão dos desbloqueios no ano passado; participação nesse grupo de trabalho composto pelo Ministério do Planejamento, pelo Ministério das Cidades, a Caixa e o Estado – estamos acompanhando muito mais proximamente o que está sendo feito nesse projeto agora; participamos da elaboração do termo de referência da minuta do edital – por decisão do grupo, submetemos esse edital prévio à CGU para colher as sugestões dela para já encampar e não ter problemas com futura auditoria, caso viesse a ocorrer; encaminhamos as sugestões da CGU ao Estado de Rondônia e recebemos, mais uma vez, nesta semana, uma nova manifestação da CGU, que estamos encaminhando hoje para o Estado de Rondônia.

Ao longo desse ano, foram essas as ações que nós fizemos. E no final do ano passado o Estado entregou a sua defesa ao TCU, a última versão, que é essa cujos números eu passei para V.Exas. e para a Caixa. A análise da Caixa indicou que ainda está tendo problemas, quer dizer nós precisamos adequar esse projeto.

Quando o Estado, nessa nova etapa, agora no Governo novo, começou a exigir da empresa contratada que cumprisse os prazos e que atendesse a essas solicitações da Caixa, a empresa não conseguiu atender. Por conseguinte, o Estado cancelou esse contrato e por isso estamos fazendo nova licitação para tocar esse projeto.

Então, foi feito agora o edital. Ele está na praça, e interessados já estiveram visitando o local e conhecendo várias empresas. No dia 31 agora vão ser abertas as propostas. Esperamos que haja contratação para o término desse projeto.

Enquanto isso, estamos aguardando também o julgamento de mérito dessa auditoria de 2010 do TCU. A defesa do Estado está entregue, nós estamos aguardando. Em parte, pessoal, o Estado alega que não tem muita resistência em anular essa licitação. Mas ainda não tem uma determinação firme do TCU. Ele apenas recomendou e acautelou. Se tivermos essa recomendação firme, até para evitar causas na Justiça com o executor, ele cancela a licitação, aguarda os trâmites normais e faz nova licitação. Mas até lá ele não está tendo como tomar essas providências.

Nas conclusões aqui não temos muito a acrescentar. Precisamos terminar os projetos para realizar a obra. O Estado está finalizando a licitação do término do projeto, e a informação que tínhamos era de que no final do mês de outubro haveria o julgamento de mérito, mas há apenas o encaminhamento. Talvez fique mais para o final de novembro, de fato, esse posicionamento do TCU sobre o mérito.

E muito brevemente era isso.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Sr. Presidente, posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Dado) – Pois não. Passo a palavra a V.Sa.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Sr. Presidente, apenas reforçando o que falou o Hélio, em alguns aspectos, diria que a obra está paralisada, não há repasse de recursos. O que está sendo feito é um mutirão, coordenado pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério das Cidades, principalmente com a participação muito positiva do Governo do Estado, para corrigir as distorções. Claro que sempre seguindo a orientação do Tribunal de Contas.

O nosso apelo é para que não incluíssemos essa obra no Anexo 6, porque realmente temos perspectivas de chegar do outro lado com uma boa solução, com a obra concluída e cumprindo com todos os requisitos legais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Dado) – Muito bem. Agradecemos ao Dr. Leodegar e também ao Dr. Helio, que fez a apresentação complementar.

Passamos a palavra ao representante do TCU perante a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Dr. Eduardo Nery Machado Filho, por 20 minutos.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, o Exmo. Sr. Deputado João Dado, presidindo neste momento a Mesa; o Sr. Romiro, Consultor da Câmara dos Deputados; o Sr. Leodegar, Secretário Nacional de Saneamento; e o Sr. Hélio, também da Secretaria de Saneamento.

Vou tentar ser o mais breve possível, dado ao adiantado da hora. Vou fazer um breve retrospecto dos problemas que foram detectados nas auditorias realizadas pelo Tribunal.

(Segue–se exibição de imagens.)

Dados gerais da obra. Esta obra já apresenta, até o momento, efetivamente contratados, 541 milhões. Parte desses recursos são do Orçamento Geral da União, cerca de 407 milhões, e 117 milhões de recur-

sos provenientes do FGTS, recursos do próprio Estado, adquiridos por meio de financiamento.

Essa obra foi licitada num lote único, em dezembro de 2008, quando foi feita, inicialmente, uma pré–qualificação; e em março de 2009 foram efetivamente apresentadas as propostas de preços.

Apenas para ilustrar, com relação às variações que esta obra foi apresentando em seu orçamento ao longo do tempo, esse quadro que está ali apresentado mostra que em novembro de 2008 o valor previsto para execução de todas as sub–bacias era de 46 milhões. Quando foi lançado, em dezembro de 2008, o edital de pré–qualificação, esse valor, apenas das bacias norte e sul, atingia 398 milhões. Cerca de 3 meses depois, quando foram apresentadas as propostas de preços das contratadas, esse valor já era 200 milhões, superior ao valor previsto na pré–qualificação.

Em maio de 2009, esse valor, atingindo apenas as bacias norte e sul, já se apresentava em 645 milhões. Se for considerada a data entre o tempo transcorrido, entre o resultado da pré–qualificação e o lançamento do edital para apresentação das propostas de preço, houve uma majoração de mais de 200 milhões no valor da obra.

Isso é apenas para ilustrar o que representam os achados encontrados e o que fundamentou a recomendação de bloqueio pelo Tribunal.

Conforme foi colocado pelo Sr. Hélio, foram quatro indícios de irregularidades que fundamentaram a proposta de IG–P: projeto básico inadequado; restrição à competitividade, decorrente de cláusulas consideradas restritivas; sobrepreço; e ausência de parcelamento do objeto.

Sobre a importância dessas irregularidades, é que nós vamos ver que elas, quando analisadas de forma global, ganham força. E acho que isso reforça as necessidades de saneamento, e tudo indica – como vamos ver ali –, da anulação da licitação.

Quanto ao projeto básico inadequado, aquelas variações que foram apresentadas no valor da obra já mostram ali a precariedade do projeto básico.

Há 1 ano estivemos aqui. Esse quadro que está sendo apontado agora foi encontrado há 1 ano, quando já se tinha observado que, entre o projeto licitado, em março de 2009, e a versão do projeto de fevereiro de 2010, foram feitas mudanças significativas. Havia uma discussão entre o Ministério das Cidades e o Governo de Estado quanto a premissas básicas de um projeto. No caso, era a própria vazão que serviria de base para dimensionamento das tubulações. Um entendia que o coeficiente a ser utilizado deveria ser menor – no caso do Ministério das Cidades – do que o que estava sendo adotado pelo Governo de Estado. Isso é só uma questão de premissa.

Mas para ilustrar essas alterações do projeto, observamos que, entre o projeto licitado e o projeto de fevereiro de 2010, já tinha sido feito o redimensionamento das tubulações. Inicialmente a tubulação seria uma linha com determinado diâmetro que passaria no centro das avenidas. Num segundo momento, decidiu–se que não, que o mais adequado seriam duas linhas de diâmetro menor, passando nas laterais das ruas, das calçadas.

Enfim, teve uma atuação do Ministério Público Federal. Mas o que se discute não é nem essa questão. É que o projeto não tinha ainda essa discussão, esse grau de maturação suficiente para que pudesse ser licitado.

Outras alterações também foram mudanças na concepção da rede coletora, mudança até na própria definição do método de tratamento de esgoto.

Entendemos que essas mudanças ali acarretam alterações significativas. Prova disso foram os aumentos. A obra que inicialmente estava prevista em 400 milhões, quando foi feita a pré–qualificação e se exigiu que as empresas detivessem um certo grau de experiência, que tivessem requisitos de quantitativo de serviços executados para que se mostrassem aptas para ser contratadas, foi totalmente alterado para o que vai ser efetivamente executado. Quer dizer, a obra custava 400 milhões para as três sub–bacias e 2 anos depois, ela já estava estimada em 736 milhões para ser executado 67% do inicialmente previsto. Isso ilustra o grau de alteração do projeto.

Com relação à restrição da competitividade, vou dar alguns dados que embasam também a tese de restrição. Foram 41 empresas que retiraram o edital e, dessas 41, apenas quatro participaram da pré–qualificação. Observou–se que a própria empresa que foi contratada não seria, não deveria ter sido habilitada, caso seguisse a jurisprudência do TCU, para mostrar ali o possível rigor quando se estabeleceram essas cláusulas editalícias, o que entendemos afastou boa parte dos licitantes.

Uma dessas cláusulas que restringiram foi a questão da estação de tratamento de esgoto. Exigia–se que cada licitante deveria possuir atestados que comprovassem que a empresa já tinha operado pelo menos duas estações de tratamento de esgoto com capacidade maior ou igual a 400 litros por segundo. Fazendo um levantamento, observa–se que poucas empresas ali teriam condições de apresentar esse tipo de atestado de operação de uma rede de esgoto. Não que se quisesse colocar em segundo plano a relevância da questão da operação de esgoto, mas

porque o objeto ali era a construção de uma rede de saneamento e não operação. Essa operação do sistema representava 2,24% do valor da obra, e ela foi um item determinante para que as empresas pudessem participar da licitação.

Outro item que também restringiu a licitação foi que das estações de tratamento de esgoto seriam exigidos 100% do que efetivamente seria executado. Houve exigência de que a empresa já tivesse executado pelo menos 60% das estações elevatórias previstas.

Outra cláusula que também chamou a atenção foi a exigência de um certificado de regularidade de obras do Departamento de Obras do Estado de Rondônia. Esse certificado implica que apenas empresas que já tivessem executados obras no Estado de Rondônia poderiam participar da licitação. Estamos falando de uma licitação de 800 milhões. Então imaginem, empresas de grande porte que já tivessem feito obras em outra regiões do País estariam afastadas por não terem participado ou executado obras no Estado.

Um exemplo de como isso afeta a questão da pré–qualificação. Quando da pré–qualificação, a empresa deveria ter comprovado que já teria assentado, em obras anteriores, 240 mil metros de tubulação de PVC em rede coletora de esgoto. No entanto, depois da assinatura do contrato, houve mudança do material de PVC para PAD. Ou seja aquela exigência que serviu para pré–qualificar as empresas foi na verdade desnecessária.

Quer dizer, a própria pré–qualificação e o projeto... Além de as alterações de projeto terem modificado totalmente e descaracterizado o objeto que vai ser licitado e contratado, o próprio processo de qualificação ficou prejudicado.

Não bastasse isso, ainda foi verificado um indício de sobrepreço de 120 milhões em relação ao contratado. Com base nisso, analisou–se os preços do SINAPI, comparou–se os preços do SINAPI com os ajustes necessários e chegou–se a 120 milhões de sobrepreço. A própria Caixa já havia detectado o sobrepreço de 31,6 milhões. O TCU, fazendo a análise, chegou à conclusão de que esse valor era maior. No caso, essa diferença entre o que o TCU apurou e a Caixa levantou, explica–se porque, à época, a Caixa utilizava um normativo que permitia uma variação de até 20% nos preços unitários em relação ao SINAPI. Só que esse normativo da Caixa já era conflitante com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, naquela época, já definia que o teto seriam os custos do SINAPI. Então feitos esses ajustes haveria a necessidade de uma redução de mais 88 milhões no valor da obra, além do que a Caixa havia determinado.

Apenas como ilustração de alguns itens ali que apresentam sobrepreço, temos o caso do tampão de ferro fundido. Ele tinha um custo de contrato, sem BDI, de 723 reais. O SINAPI apresentava um custo para esse mesmo material de 273 reais.

A SABESP, agora em junho de 2011, por meio da ata de registro de preço ali indicada, comprou esse mesmo material por 172,50 reais; a Prefeitura de Maringá pagou 185 reais; a Prefeitura de São Paulo, agora em janeiro de 2011, 200 reais. Ou seja, por mais que saibamos que a Região Norte tem um custo de transporte, estamos vendo a diferença de 200 reais, quase quatro vezes o valor que está sendo pago em São Paulo para o valor que está sendo pago nessa obra. Apenas esse item representaria um sobrepreço de mais de 6 milhões de reais.

Um outro exemplo é o fornecimento e execução de tubo ARMCO, com diâmetro de 1,20m. O preço do contrato é de 6 mil reais a unidade. O SICRO, no Estado de Rondônia, apresenta um preço de 2 mil e 200 reais. No caso, o sobrepreço alcançaria mais de 12 milhões de reais.

Uma outra referência para esse mesmo serviço foi uma contratação recente, agora de 2010, do DR–DF, que apresenta um preço de 3 mil e 800 reais. Mas observem que o diâmetro é maior do que o diâmetro do que está sendo contratado nas obras de Rondônia. Se analisarmos o preço pago pelo DF com o preço do SICRO–Goiás, vamos perceber que há uma coerência. O preço para um diâmetro de 2 metros para o Estado de Goiás, no caso do SICRO, é 4 mil reais, ou seja, um preço próximo do preço pago pelo DF para um diâmetro inferior.

Apenas algumas considerações finais acerca do sobrepreço. Obviamente essa análise serviu para embasar a recomendação de bloqueio, porque havia graves problemas no projeto básico de restrição à competitividade e, além disso, um sobrepreço. No entanto, essa discussão em torno do sobrepreço tornou–se secundária, porque não se sabe nem ao menos quais serviços serão executados. Como já foi adiantado pelo Secretário de Saneamento, o projeto básico ainda não está concluído, e vamos ver aqui que está um pouco longe de ser concluído. Então falta definir o projeto básico, definir os serviços que serão realizados. Aí, sim, se poderia fazer uma análise definitiva em relação a sobrepreço. Neste momento, ele é só ilustrativo.

Sobre a questão da ausência de parcelamento, é porque foi uma obra que, ao final, já está somando cerca de 800 milhões, a execução das três sub–bacias; só o valor desse contrato é de 645 milhões. e não foi feito um parcelamento. Uma possibilidade seria separar, pois já são três subsistemas. Poder–se–ia separar

em sub–bacias e se adjudicar por lotes; esta era uma possibilidade. Isso não foi feito, e não foi apresentada nenhuma justificativa técnica que demonstrasse que a opção pelo não parcelamento seria a mais indicada. Esse foi um outro ponto que foi questionado.

Apenas a título de exemplo, no Município de São Luís, no Maranhão, uma obra de 111 milhões foi licitada em 5 lotes. O sistema de esgotamento sanitário de São Luís, de 110 milhões, foi licitado em 5 lotes. Essa obra de Rondônia, do total de 800 milhões, está sendo licitada em um único lote. Vimos aqui o exemplo até da VALEC, sem querer. Sabemos que cada obra apresenta sua particularidade, mas, pelo exemplo da VALEC, vimos quantos lotes ali foram divididos, na contratação do FIOL.

Entre as medidas corretivas apresentadas elenca–se: a anulação das concorrências; a declaração de nulidade do contrato; a conclusão de um projeto básico adequado; e a realização de um novo processo licitatório. Essas foram as medidas saneadoras determinadas no Acórdão nº 2.572, aqui mencionadas também pelo Ministério das Cidades.

No ano passado, quando a obra não foi incluída no quadro bloqueio , houve inclusive um compromisso. A fundamentação da Comissão, do COE e da CMO, foi de que, acatando solicitação do gestor, da Casa Civil e também do Governador eleito para o quadriênio 2011/2014, a obra não seria incluída no Anexo 6, mas caberia ao gestor dar cumprimento ao Acórdão nº 2.572, de 2010.

No mesmo relatório do ano passado, estabeleceu–se que o pressuposto básico era o compromisso assumido formalmente pelo Ministério das Cidades também, que suspenderia os desbloqueios dos repasses até a aprovação do projeto de engenharia e o julgamento de mérito do processo pelo TCU.

Então já sabemos que o Ministério das Cidades realmente está cumprindo, não suspendeu os repasses. No entanto, o projeto ainda não foi concluído, e até então, ele aguarda essa conclusão. E vamos ver que o julgamento de mérito do TCU ainda está em vias de ser concretizado.

Então, neste ano, voltamos a campo, agora em 2011. Num primeiro momento, nossa preocupação maior era de avaliarmos e nos certificarmos se tinham sido cumpridas as medidas saneadoras. A equipe voltou, agora em junho de 2011, à obra. Voltamos e verificamos que as medidas não tinham sido cumpridas, não tinha sido anulada a licitação, não tinha sido concluído o projeto básico, elidido o sobrepreço. E a proposta foi de manter a recomendação de bloqueio, que foi acatada pelo Plenário do TCU, o que ensejou novo acórdão, recomendando o bloqueio e ratificando as medidas saneadoras.

O Governo do Estado, como já foi dito, rescindiu o contrato para elaboração do projeto básico, e, agora, em 15 de setembro, publicou um novo edital para conclusão do projeto básico. A previsão é de que esse projeto seja concluído em 18 meses.

Então, senhores, lembro que, no ano passado, o Governo do Estado de Rondônia até questionou, disse que a obra foi licitada com projeto básico. Mas argumentávamos que não bastava ter um projeto básico, um documento com nome de projeto básico para legitimar uma licitação. É necessário que haja um projeto básico que atenda aos preceitos da lei e tenha um nível de detalhamento mínimo para que a obra possa ser licitada. A nossa conclusão é de que aquele projeto básico era uma peça de ficção, não atendia aquele pressuposto e que, por isso, a licitação deveria ser anulada. Foi o primeiro posicionamento.

Passados 18 meses, vimos que, passado já um ano do compromisso assumido pelo Governo do Estado de Rondônia, o projeto ainda não está concluído, e o horizonte é de mais de 18 meses ainda para esse projeto ser concluído, uma vez que ainda vai ser efetivada a contratação. E só depois da contratação, ainda a 18 meses. Isso apenas confirma que realmente, 1 ano atrás, 2 anos atrás, quando essa obra foi licitada, não havia a mínima condição de aquele projeto ser licitado. Se formos analisar tecnicamente, aquela contratação é nula de pleno direito, uma vez que houve uma contração sem projeto básico, já que é um fato que o projeto básico ainda está em elaboração. Se o projeto básico ainda está em elaboração é porque aquela contratação foi feita sem o projeto básico.

E, concluindo, diria que as medidas continuam pendentes, quais sejam, anulação das concorrências, declaração da nulidade do contrato, conclusão de adequação do projeto básico da obra e realização de novo procedimento licitatório.

Essas medidas foram determinadas no Acórdão nº 1.997, de 3 de agosto, agora.

Apenas um esclarecimento. O Ministério das Cidades informou que aguarda um pronunciamento definitivo do TCU quanto à anulação do contrato. Num primeiro momento, a nossa preocupação foi avaliar se as medidas tinham sido adotadas. Não foram. Nesse momento, estamos concentrando esforços para que possa haver uma manifestação quanto à anulação ou não. Essa análise já esta em fase adiantada na unidade. É possível que o Tribunal já se manifeste, no mérito, até o final do ano. O trâmite do tribunal vai sair da unidade técnica, vai ao Relator, que vai submeter ao Plenário. Mas é bastante viável. Ainda que haja esse

compromisso do TCU de obviamente dar uma resposta rápida, é bom frisar que só daqui a 18 meses, no mínimo, ou mais de 18 meses, é que essa obra poderia ter condição de ser retomada, uma vez que depende da conclusão do projeto básico.

Ainda que o TCU tenha esse compromisso e que haja essa urgência, está longe ainda de ser essa obra retomada. Essa definição não está interferindo na continuidade da obra.

Eu gostaria de agradecer a todos a oportunidade e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço.

Vamos dar continuidade aos trabalhos, passando a palavra ao Deputado Danilo Forte, a quem solicito a compreensão de tentar ser o mais rápido possível, porque temos de ouvir ainda a Secretaria Nacional de Mobilidade, do Ministério das Cidades, e também a FUNASA.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Agradeço, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, Sras. e Srs. Deputados presentes, o que me comove ao participar dessa audiência é a preocupação que tenho com um País como o Brasil – com as dimensões continentais que temos, com a diversidade intelectual, cultural e social – que hoje caminha para se transformar em um grande canteiro de obras inacabadas. Não há um Estado no Brasil em que não haja problemas de obras paradas no tempo, em função do acúmulo que tivemos com a preocupação da prestação, do acompanhamento e da fiscalização e, paralelo a isso, um despreparo com relação ao planejamento, aos projetos e à execução das obras.

Acho que todos nós precisamos – com todas as instituições aqui presentes, e o Leodegar, que é um grande conhecedor da área de saneamento básico do País, grande companheiro – é fazer um grande pacto nacional, porque alguém vai ter que ser responsabilizado. Como é que Porto Velho, uma capital de Estado, não tem esgotamento sanitário? Como é que um Estado, que tem malária, que vai ter agora as maiores fonte de geração de energia do País, com acesso a desenvolvimento grande, não tem um metro de esgotamento sanitário? Eu estive lá. E quem é responsável pelas pessoas que estão sofrendo com a malária, muitas vezes até chegando à morte?

A dengue campeia no País. O Brasil é campeão em dengue, e a cada ano o volume aumenta. E sabemos que a dengue tem relação direta com o problema da falta de saneamento. Os aterros sanitários são uma vergonha. As cidades brasileiras hoje não têm mais onde colocar o lixo. São Paulo não tem mais onde colocar lixo. Daqui a pouco vamos estar, como os países do Primeiro Mundo, tentando exportar lixo. Não se consegue aprovar uma licença para um aterro sanitário. Estive na Alemanha em julho vendo o aproveitamento de 100% de lixo com relação a energia, e nós aqui não podemos sequer avançar na aprovação dos aterros sanitários. Imaginem transformar isso numa usina de energia!

Então, nós estamos chegando a um gargalo sem precedentes na história. Vejamos a situação do metrô, e está aqui o exemplo de São Gonçalo. O Rio de Janeiro tem 1 milhão e 200 mil habitantes, é a cidade brasileira mais conhecida do mundo, e sua população não tem como se locomover. Aí todo mundo reclama do engarrafamento, da falta de mobilidade nas grandes cidades brasileiras. Nós não temos transporte de massa. Todas as capitais do Brasil que entraram na linha dos metrôs... O metrô da minha cidade já completou 15 anos em construção e ninguém consegue concluir.

Então, o que eu proponho – inclusive tenho levado esta discussão para dentro da Comissão Mista de Orçamento – é que partamos para fazer uma pactuação. Primeiro, chamar as escolas de engenharia. Porque os problema estão nos projetos. Não há uma obra de porte hoje no País que não tenha problema de projeto. Todas, sem exceção, têm problemas de projeto. Depois, tem o problema dos procedimentos licitatórios. O argumento usado pelo Tribunal de Contas sobre o tampão de ferro fundido é ridículo. Eu trabalhei um tempo em construção civil, passei 25 anos fazendo saneamento no País, e houve época em que um saco de cimento no Amazonas custava 2,5 vezes o que custava em Fortaleza. A SABESP é a quinta companhia do mundo. Não se pode comparar o valor de compra da SABESP com o valor de compra de uma obra em Rondônia, que ninguém sabe se será concluída.

Então, eu acho que realmente preço unitário também atrapalha. Eu acho que nós temos de partir para o preço global, fechado. Contrata a obra e tem de fazer. Agora, têm de ser rigoroso na execução e com a qualidade do projeto, porque isso dá muita deturpação. Quem trabalha com engenharia sabe que muitas vezes somos obrigados a fazer compensações na planilha de preços. Isso é natural. Tem um item que se compra mais barato, tem outro que se compra mais caro, dependendo da forma de comprar, do poder de compra, da capacidade e do local da entrega.

Então, eu acho que seria importante – e vou defender isso na Comissão de Orçamento – que chamemos os órgãos de controle, principalmente, junto com os setores do Executivo e possamos construir uma pactuação. Porque está chegando um momento tal que está impossível construir. Não veem essa preocupação

que temos agora com a Copa do Mundo? Está difícil. Vai chegar um momento em que não vamos conseguir fazer nem as obras de mobilidade. E somos um País que precisa que essas obras sejam executadas.

E também precisamos ter uma responsabilidade social do outro lado, porque vai travar o desenvolvimento. As estradas brasileiras são uma vergonha. Semana passada, eu estive no Ceará. Na BR–222, depois de protesto feito pelo Governador do nosso Estado, as obras começaram, mas pararam, as empresas simplesmente abandonaram o trecho, não têm responsabilidade nenhuma, ninguém se responsabiliza. Quando ligam para o DNIT, falam que é problema de projeto. Quando ligam para a empresa, dizem que o problema é pagamento. Ligar para quem agora? Para Deus? Então, nós estamos chegando a um momento muito crítico.

E eu tenho uma preocupação muito grande. O Brasil, que hoje é a sétima economia do mundo, ascendendo para a quinta posição, com esse potencial e que tem sobrevivido a todas essas crises internacionais, está chegando a um momento de estrangulamento da sua capacidade construtiva. E olhem que já fomos exemplo de construção. As empresas brasileiras conseguiram ser prestigiadas, homenageadas e fazer inclusive grandes intervenções em âmbito internacional.

E nós estamos nos moldando por um modelo, com o qual não conseguimos avançar. Isso é muito preocupante.

Então, eu deixo aqui a minha preocupação e quero aqui exarar a sugestão de que todos os órgãos executores e fiscalizados possam fazer uma pactuação com relação a isso. Se não, não vamos conseguir romper esses gargalos.

A dificuldade de execução está muito grande. Neste ano, a execução dos orçamentos dos Ministérios está uma vergonha. Até setembro, em relação à verba de investimento do Ministério das Cidades – está aqui Leodegar, que pode me corrigir –, não passava de 11% o que foi investido em saneamento básico no País. Em setembro, no nono mês do ano, faltando 90 dias para acabar o ano, o Ministério ainda não tinha conseguido executar 12% do orçamento.

Acho que todos nós temos que ter preocupação também com o lado fragilizado dessa situação, que é a população. A população tem o direito de ir e vir, a população tem o direito a um atendimento de qualidade na área da saúde, a população tem direito a uma política de investimento do Governo, mas fica à mercê hoje desse imbróglio que foi gerado entre a nossa capacidade de execução e a capacidade de fiscalização – uma não está acompanhando o ritmo e o desenvolvimento da outra.

Muito obrigado, Presidente Weliton.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao Deputado Danilo Forte e concedo a palavra à Deputada Marinha Raupp.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP – Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que desde o ano passado nós estamos acompanhando a posição desta Comissão e do TCU, bem como do Governador eleito Confúcio Moura. E tivemos a oportunidade de participar de várias audiências com representantes do Ministério das Cidades e do Ministério do Planejamento, da Secretaria do PAC e da Caixa Econômica Federal. A nossa preocupação estava justamente em evitar que o Estado de Rondônia e que a cidade de Porto Velho, a Capital, fossem prejudicados.

Nós todos sabemos da importância dessa obra, porque implica saúde. As colocações do ex–Presidente da FUNASA, do meu colega Deputado Danilo, mostram a preocupação que devemos ter, sim, com a Amazônia, com a Região Norte, com o Estado de Rondônia, com a Capital Porto Velho, região em que hoje estão sendo construídas as maiores obras do País, que são as usinas do Rio Madeira. Isso implicou aumento dos nossos problemas, na nossa capital. Se já tínhamos um problema sério, tendo em vista que a cidade conta com apenas 2% de tratamento de esgoto, imaginem com esse número de pessoas que estão morando lá.

Então, acredito que a posição tomada pelo nosso Governador Confúcio Moura foi coerente. Ele procurou esta Comissão, e estivemos juntos no TCU, onde disse que fez aquilo que de imediato cabia ao Governo do Estado. Se a empresa contratada para a conclusão do projeto não estava cumprindo o contrato, era necessário que ocorresse não só... Nem precisava de um encaminhamento do TCU. Ele mesmo o fez. E eu acho que nós temos que enaltecer a posição do Governador do Estado de Rondônia. Ele o fez. Ele cancelou esse contrato e abriu uma nova licitação. Acho que essa informação que nós temos é altamente positiva e mostra o compromisso do Governador com a seriedade das ações a serem desenvolvidas no Estado de Rondônia.

Quanto às outras colocações aqui feitas pelos representantes do TCU, eu acho que tudo tem que acontecer no seu tempo. Primeiro, nós temos que assegurar o projeto; depois disso, o Governo do Estado tem de tomar as outras decisões. É nisso que o TCU também está se baseando. O TCU não está antecipando a sua posição no encaminhamento, para o cancelamento das obras, até porque outra ação positiva, tanto do Governo do Estado quanto do TCU, do Ministério do Planejamento, da Secretaria do PAC, do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica é a suspensão de obras.

Se há obras suspensas e está na fase de conclusão o projeto, acho que todos nós temos que pactuar, sim, Deputado Danilo, para que o Estado de Rondônia, com o projeto em mãos, defina com o TCU, com esta Comissão e com a Comissão Especial, Sr. Presidente, qual a decisão a ser tomada. Como vamos falar sobrepreço? Sobrepreço daquilo que foi no passado averiguado, mas não sobrepreço de um projeto que ainda precisa ser concluído.

Então, como moradora de Rondônia, como Parlamentar que defende o desenvolvimento integrado deste País, sem deixar a Região Amazônica em prejuízo, defendo que temos de dar oportunidade ao Governo do Estado para que conclua o seu projeto, e, aí sim, voltemos a conversar sobre a execução da obra.

Gostaria muito de contar com o apoio desta Comissão e com a sensibilidade do TCU, para que possamos trabalhar por etapas, visto que o Governo do Estado, o Governo atual, não desenvolve nenhuma ação que venha a prejudicar ou a trazer algum prejuízo ao Erário. Eu acho que isso está claro para esta Comissão. Dessa forma, não podemos prejudicar o Estado de Rondônia. Esse é um projeto pactuado, de prioridade para o Estado de Rondônia e para a Região Norte. E que possamos continuar discutindo 2011 e assegurando uma obra como prioridade para 2012.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço a V.Exa. e passo a palavra ao Sr. Eduardo Nery Machado, representante do TCU, Secretário da SECOB–3, para as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Em relação ao que o Deputado Danilo falou, realmente a questão do projeto é preocupante. Juliana já havia comentado na sua apresentação que é um fato que nos preocupa muito e que vem sendo objeto de muita atenção por parte do tribunal.

Queria fazer só um esclarecimento em relação à questão do tampão de ferro fundido – apresentei um exemplo, mas talvez não tenha sido tão claro assim. O valor considerado foi o do SINAPI no Estado de Rondônia. Então, o valor do SINAPI no Estado de Rondônia era quase quatro vezes menor que o valor do custo do contrato. Nós apresentamos aquilo só para comparar. Mas o Deputado tem toda a razão: os preços na Região Norte apresentam discrepâncias em relação aos do resto do País. Mas, na nossa análise, consideramos o preço no Estado de Rondônia. Não comparamos com o preço de São Paulo. Não fazemos isso.

Em relação ao que a Deputada Marinha vem comentando, entendemos que o TCU não interferiu na rescisão do contrato do projeto. Foi uma iniciativa do Governo do Estado. Se o tribunal não se posicionou com relação a isso, entendemos como positivo. Realmente, o que o tribunal esperava era que fosse resolvida a questão da elaboração. E, se preciso foi rescindir e fixar o prazo, entendemos que isso é altamente positivo. Entendemos que é importante que haja um projeto pronto, que a obra só possa ser retomada com um projeto pronto. Entendemos que uma licitação sem esse projeto, quer dizer, que foi feita com um projeto que não guarda qualquer relação com o que vai ser apresentado, é uma situação, a nosso ver, quase insustentável.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, eu queria fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – A feitura do novo projeto – e parabenizando a Deputada Marinha Raupp, que falou com precisão que o Governador Confúcio Moura tomou uma decisão acertada ao fazer um novo projeto – indicará uma nova licitação para a execução da obra. E observei que ainda não houve a anulação das concorrências para a execução da obra anterior.

Não sei se a Deputada Marinha poderia fazer essa gestão junto ao Governo, para que não remanescesse o fato que dá origem a uma possível utilização do Erário, para cumprimento ou satisfação dessa obra, e se evitasse a inclusão em anexo de paralisação. Bastaria a anulação da concorrência anterior. Estaria resolvido o assunto. Anulada a concorrência, pode haver discussão na esfera judicial ou, no mínimo, um ofício do Governador Confúcio Moura, uma pessoa de competência e reputação ilibada, no sentido de que está providenciando a anulação, para que nós aqui do COI não precisássemos obstaculizar a liberação de recursos, enfim, paralisar uma obra que não será executada.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Complementando, é justamente essa, em que pese não haja uma decisão de mérito do TCU determinando a anulação, a medida saneadora determinada para que a obra não seja incluída no quadro–bloqueio. É justamente essa medida que o senhor colocou: a anulação dessa licitação e a realização de um novo contrato, considerando o prazo. Ou seja, já faz 1 ano que a obra está paralisada por falta de projeto e há pelo menos mais 1 ano, 1 ano e meio, para a conclusão desse projeto.

Então, o aproveitamento dessa licitação, num primeiro momento, não vai resolver essa questão da obra. O que ficou, vamos dizer, emperrando a questão foi a ausência do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço a V.Sa. e passo a palavra ao representante

da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Sr. Leodegar Tiscoski.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Obrigado, Presidente.

Rapidamente, da parte do Ministério das Cidades, informo que vamos aguardar a boa vontade e a agilidade do Governo do Estado de Rondônia na elaboração do novo projeto e também a orientação do Tribunal de Contas. Cabe ao Tribunal de Contas tomar as decisões, que seguiremos. Enquanto isso, a obra está paralisada, e paralisado está qualquer repasse de recursos.

Finalmente, um comentário sobre o que disse o Deputado Danilo Forte. Realmente, dos 1.700 contratos que temos, do PAC 1, em termos de saneamento, obras importantíssimas para o Brasil, grande parte está em ritmo lento. Algumas delas nem foram iniciadas – esta é uma delas. Ou por falta de projeto, ou por falta de regularização fundiária, ou por falta de solução ambiental. São os três entraves. E, lamentavelmente, nesses três pontos, os Estados, os Municípios, as companhias estaduais e municipais têm encontrado muita dificuldade em superar os entraves e em transformar os recursos que estão disponibilizados. Esses recursos estão disponibilizados. São recursos não contingenciáveis, são recursos do PAC. Então, tudo isso está disponível, mas, infelizmente, esses recursos não estão se transformando em obras por causa desses entraves que resumo nestes três pontos: projeto, licença ambiental e regularização fundiária.

Tenho certeza de que a Comissão Mista de Orçamento poderá dar grande contribuição, para que possamos reduzir essas dificuldades e agilizar essas obras tão importantes para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao ex–Deputado Leodegar e passo a palavra, para as suas considerações finais, ao Sr. Hélio Freitas, representando também a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – O Secretário só falou sobre a obra de Rondônia. Há mais duas obras incluídas: uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Sobre esse tema vai falar o representante da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, na próxima Mesa. E, logo após a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, ainda ouviremos um representante da FUNASA.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Estamos em cima do horário.

Então, rapidamente, para as suas considerações finais, passo a palavra ao Sr. Hélio.

O SR. HÉLIO FREITAS – Só quero complementar essa questão de entrarmos ou não nesse quadro de bloqueio. Não sei se vocês concordam comigo, mas me parece que é uma medida até certo ponto inócua. O fato de colocarmos ou não... É muito difícil que tenhamos obra no ano que vem. É uma realidade com que temos de conviver.

O que nós queremos, nesse nosso novo projeto, é fazer por bacia hidrográfica. Então, vamos pegar uma bacia que esteja mais próxima da ETE e fazer uma obra, diria, de jusante para montante. Vamos fazer um pedaço, daquele universo que foi mostrado aqui, que tenha funcionalidade.

No caso de se julgar que é possível aproveitar a licitação, teríamos uma chance pequena, diria até remota, de termos obra no ano que vem. Se fizermos apenas uma fração correspondente a um pedaço da obra que tenha funcionalidade, caso se julgue que esse objeto guarda correlação com o que foi licitado e que se pode aproveitar a licitação, se não houver essa hipótese, não teremos obra no ano que vem. Então, vamos colocar isso no quadro de bloqueio de uma obra que não vai realmente ter desbloqueio, mesmo porque isso já está fechado com o TCU. Enquanto não houver uma decisão sobre o mérito da questão, não vamos desbloquear os recursos para a realização de obra.

É uma reflexão. Não tem muito sentido fazermos esse bloqueio. Digo isso só para pensarmos aqui.

Obrigado.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP – Sr. Presidente, desculpe–me, mas, depois da fala do Sr. Hélio, não posso deixar de me posicionar. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Deputada Marinha Raupp.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP – Gostaria, então, de pedir a esta Comissão, bem como ao TCU, que estudassem essa proposta apresentada. Se algumas ações positivas podem ser agora implementadas, que isso seja feito.

Eu gostaria de contar com o Secretário Leodegar, com o próprio Ministério do Planejamento e com a Caixa Econômica Federal. Sugiro que seja retomado o funcionamento do grupo de trabalho que atua junto com o Governo do Estado e que apresentemos uma proposta ao TCU, de trabalharmos por bacias. Dessa forma, nós estaríamos avançando, e o Estado de Rondônia, o Município de Porto Velho e a população

não seriam prejudicados nessa análise de tempo que o próprio representante do TCU aqui citou.

Então, eu gostaria de propor que estudássemos em conjunto a possibilidade de acatar a sugestão feita pelo Ministério das Cidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Vamos dar continuidade aos trabalhos.

Agradeço a presença aos representantes do Ministério e do TCU.

Gostaria de convidar para a próxima Mesa os representantes da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades e a Sra. Juliana, representante do TCU... *(Pausa.)*

Ela está em outra Mesa?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, eu posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Pode.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – São 13h30min. A minha sugestão é no sentido de agendarmos um horário – quem sabe até hoje? –, talvez no início da noite, para fazermos esse debate. Penso que em meia hora vai ser muito difícil abrirmos o debate com o representante da FUNASA e fazer esse restante da parte do Ministério das Cidades. Penso que não teríamos muita proficuidade, muita eficiência nos trabalhos.

Como este espaço tem de ser liberado para a CMO, a minha sugestão é a de agendarmos esse debate para amanhã, por exemplo, logo pela manhã – pode ser num horário excepcionalmente fora dos horários normais –, para o fazermos com mais tranquilidade.

Essa é a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Se o Deputado João Dado me permite, vou apresentar o que me foi passado pela Assessoria. Nós poderíamos prorrogar um pouco mais, até as 14 horas, em respeito aos representantes da FUNASA. Acho que será simples. As recomendações apresentadas pelo TCU em grande parte foram acatadas. Para os pontos mais tranquilos, inclusive em relação à FUNASA, acho que não vamos necessitar de muito tempo. Acho que conseguiremos fazer esse debate rapidamente. E dessa forma respeitamos os convidados que vieram de fora.

Eu faço essa solicitação ao Deputado João Dado, para que a considere. Poderíamos dar continuidade a este debate. Eu acho que com a FUNASA vai ser muito rápido. E, como poderemos estender até as 14 horas, acho que daria para terminar hoje. Pode ser?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – V.Exa. tinha mencionado que seria até as 13h30min, e agora já bateram as 13h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Foi a Assessoria que me passou. E a Assessoria me informou que podemos segurar até as 14 horas.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Então, vamos dar continuidade à reunião.

Convidamos para tomar assento à mesa o Sr. Ricardo Caiado de Alvarenga, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; e, representando o TCU, a Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho. *(Pausa.)*

O Sr. Eduardo vai continuar integrando a Mesa. Fique à vontade, Sr. Eduardo.

E, atendendo à solicitação do representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Sr. José Antonio Portela, Subsecretário de Infraestrutura e Integração da Secretaria de Estado de Obras do Rio de Janeiro, nós o convidamos a tomar assento à mesa. Fique à vontade, Sr. José Antonio.

Passo a palavra ao Sr. Ricardo Caiado de Alvarenga, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

Antes, eu gostaria de agradecer a presença ao Prefeito de Piranguçu, Alexandre Augusto Ramos, e aos Vereadores Ricardo Martins e Vera Lúcia.

O SR. RICARDO CAIADO DE ALVARENGA – Boa tarde a todos.

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma correção. Não sou o Secretário Nacional. O Secretário Luiz Carlos não pôde comparecer à reunião e me pediu que viesse representá–lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Gostaria de agradecer a V.Sa., que está representando bem o Secretário.

O SR. RICARDO CAIADO DE ALVARENGA – O.k.

Vou começar a minha apresentação. Nós vamos tratar da Linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro, Lote 2, para termos uma visão geral do que é a Linha 3, em termos geográficos e sociais.

(Segue–se exibição de imagens.)

A pretensão da Linha 3 é o atendimento a uma população de aproximadamente 1 milhão e 800 mil habitantes. Seriam os habitantes de São Gonçalo, Niterói e cidades vizinhas – provavelmente, Itaboraí.

A previsão de transporte é de 470 mil passageiros/dia. A sua importância, para o Governo Federal, diz respeito ao COMPERJ, polo petroquímico que está sendo construído pela PETROBRAS na cidade de Itaboraí. E a ideia da Linha 3 seria também a de fazer o deslocamento dos trabalhadores dessa unidade.

Inicialmente, o Governo do Rio de Janeiro dividiu a Linha 3 em dois lotes. Foi mais ou menos em 1998, em 2000 que eles começaram a pensar nesse projeto. O Lote 1 seria exatamente a travessia da Baía de Guanabara, e o Lote 2 seria a saída de Niterói, chegando até o final de São Gonçalo, à região conhecida como Guaxindiba. Essa é a ideia dos Lotes 1 e 2.

O Lote 1 tem extensão de 5,5 quilômetros e o Lote 2 tem extensão total de 23 quilômetros.

Em 2000, o Governo do Estado do Rio de Janeiro licitou essas obras. E o resultado dessa licitação foram dois contratos: um para o Lote 1 e outro para o Lote 2. O contrato do Lote 1, por falta de aporte de recursos, já foi cancelado; e o Lote 2 é contemplado com recursos de um convênio que o Ministério das Cidades tem com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Agora vou comentar um pouco o convênio celebrado em 2008 entre o Ministério das Cidades e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Esse convênio tinha por objeto estudos e levantamentos topográficos, geológicos e geotécnicos, elaboração do projeto executivo e apoio à implantação da via elevada. Esse é o objeto do convênio celebrado em 2008.

O aporte financeiro do Governo Federal para esse convênio, através do OGU, é de 50 milhões de reais, e a contrapartida financeira do Estado é de 12,5 milhões de reais.

Vale ressaltar que, no começo de 2009, o TCU fez a primeira auditoria nessa obra, quando foi constatado o sobrepreço. Houve indicação de paralisação da obra, em 2009, no começo do convênio. Antes dessa indicação de paralisação, havia sido repassado para a conta do convênio o valor de 7 milhões de reais, por parte do concedente, e aproximadamente 3 milhões de reais, por parte do convenente – valores depositados na conta do convênio.

Cabe ainda ressaltar que, por meio do Decreto nº 7.468, publicado em abril deste ano, os Restos a Pagar de 2008 seriam cancelados no caso de não haver execução física, medida e atestada. No caso desse convênio, foi repassado já um valor para o consórcio ganhador da licitação. Mas esse dinheiro devia servir simplesmente para pagar um custo de mobilização do projetista, e o Ministério das Cidades entendeu que isso não poderia representar execução física da obra. Então, houve o cancelamento do aporte de grande parte dos recursos do convênio, de exatamente 43 milhões de reais, os Restos a Pagar que ainda não tinham sido repassados para a execução do convênio. Isso representa 86% do aporte de recursos financeiros do convênio.

Agora vou falar um pouco das irregularidades apontadas pelo TCU.

Em 2009, conforme já havia dito, foi feita a primeira auditoria pelo TCU. Num levantamento de cerca de 30% dos itens da planilha do projeto básico, foi constatado sobrepreço. O TCU também constatou a falta de alocação de recursos relativos à contrapartida do convenente, ou seja, o convenente não tinha uma ação específica dentro da LOA ou do PPA estadual para abrigar os recursos de contrapartida da obra.

É uma obra de grande vulto, e o TCU tem demonstrado no acórdão que entende que deve existir previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual, com relação ao Estado do Rio de Janeiro, para resolver a questão da contrapartida. Esse é um item pendente desde 2009. Falta, então, a alocação de recursos orçamentários para a obra em questão.

Em 2010, o TCU fez uma nova auditoria, que gerou um novo acórdão. O TCU estudou de forma mais aprofundada a questão do projeto básico. E foram constatadas deficiências no projeto básico. Quanto a essas deficiências do projeto básico, o Governo do Rio de Janeiro apresentou medidas saneadoras para tentar complementá–lo.

Isso nós até chegamos a levantar aqui, no momento em que foi feita essa licitação. É uma licitação antiga, do ano 2000. Quando foi feita essa licitação, o próprio edital já não previa o fornecimento de todas as composições analíticas dos proponentes da licitação. Então, já havia um erro desde o início, que veio lá da licitação, com relação ao projeto básico. Não existia essa obrigatoriedade de a proposta técnica apresentar todas as composições analíticas que deveriam ser previstas, de acordo com a Lei nº 8.666.

Em que situação se encontra hoje em dia o convênio? Está indicada a deficiência do projeto básico. O Governo do Estado tem tentado adotar medidas saneadoras para complementar o projeto básico. É uma obra que vai completar, no final deste ano, 3 anos. E agora a perspectiva é a de que sejam incluídos somente 7 milhões de reais no orçamento – já foram cancelados 43 milhões de reais. E a obra tem problemas graves na questão do projeto básico, conforme apontado pelo próprio TCU.

Eu acho que já é possível ter mais ou menos uma ideia da situação em que se encontra o projeto.

O Governo do Estado mandou um representante. As últimas tratativas com relação à complementaridade desse projeto básico têm sido feitas entre o TCU e o Governo do Estado. O Ministério das Cidades não tem participado dessas últimas tratativas. E o próprio Governo do Estado achou por bem participar desta Mesa hoje, para poder comentar um pouco essas tratativas que estão acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao Sr. Ricardo Caiado e peço permissão aos Deputados e aos convidados para convidar a compor a Mesa o Sr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente da FUNASA, aqui representando o Ministério da Saúde.

O Sr. Gilson disse que tem uma reunião agendada com o Ministro da Saúde, às 14 horas. Então, até mesmo por uma questão regimental, pedimos permissão para conceder a palavra ao Sr. Gilson, se não teremos de marcar nova data para outra audiência pública e fazer publicar. Não se trata somente de suspender a reunião e marcar novamente. Por isso, pedimos a permissão dos senhores para ouvir o Sr. Gilson agora. Em seguida, daremos continuidade aos trabalhos, concedendo a palavra ao Subsecretário que representa o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Sr. Gilson de Carvalho Queiroz, Presidente da FUNASA.

O SR. GILSON DE CARVALHO QUEIROZ FILHO – Boa tarde.

Muito obrigado pela deferência.

Na realidade, nós temos um prazo para fazer a seleção do PAC 2. Não só o Ministério da Saúde, mas também a SRI e a FUNASA. Nós temos de preparar todo o processo de seleção para a reunião sobre o PAC, que vai ocorrer na semana próxima.

Vou falar rapidamente dos dois casos de irregularidades graves aqui colocados. Primeiro, do convênio de Alto Paraguai, em Mato Grosso, um convênio realizado para a ampliação do sistema de abastecimento de água. Foram feitas algumas anotações pelo TCU. No caso do Município de Plácido de Castro, no Acre, é um convênio com o Governo do Estado, com execução através do Departamento Estadual de Água e Saneamento. E existe ainda uma terceira observação sobre um convênio com esse mesmo Município de Plácido de Castro, para melhorias sanitárias domiciliares.

Desse último nós não vamos tratar porque o convênio foi realizado, a primeira parcela foi repassada, e o Município até hoje não iniciou a obra. Então, não existe nenhuma irregularidade, somente a necessidade de que o Município inicie o processo. Essa é uma situação mais tranquila.

No caso específico de Plácido de Castro, dessa obra de drenagem, foram levantadas várias observações: sobrepreço, licitação pretérita. Todas as observações foram acatadas, e a FUNASA está tomando providências, ou seja, suspendeu o pagamento, o repasse das parcelas, no sentido de que haja o ajustamento por parte do convenente e, assim, seja saneado o processo e consigamos efetivamente dar–lhe continuidade.

O caso do abastecimento de água de Alto Paraguai ocorreu da mesma forma, ou seja, foram acatadas as observações do TCU. Portanto, entendemos que, com a correspondência encaminhada ao TCU, estaríamos em condições de retomar o repasse, o ritmo normal, assim que fossem ajustadas, por parte do convenente, aquelas observações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao Sr. Gilson e passo a palavra ao Sr. Eduardo Nery Machado, representante do TCU.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – No caso de Plácido de Castro, foi avaliada a desclassificação de uma proposta considerada irregular. Foi a desclassificação de uma proposta que apresentava falhas consideradas meramente formais. Por exemplo: a questão da unidade do serviço, que estava em desacordo. Mas era um equívoco formal, não havia erro na proposta. E a equipe considerou que diligências sanearíam o processo.

A eliminação de duas empresas que apresentaram falhas formais e a classificação de uma empresa que se considerou que, se fosse adotado o mesmo critério, deveria ser eliminada, desclassificada, mas não foi, e foi considerada vencedora, teriam ensejado um sobrepreço, um prejuízo de 500 mil, já que as empresas desclassificadas apresentavam preços inferiores aos da que foi habilitada.

Então, a medida saneadora era, é claro, a anulação desse ato. Pelo que disse o Presidente da FUNASA, essas medidas já estão sendo adotadas. Do ponto de vista do tribunal, basta que seja apresentado o ato que demonstra a anulação dessa licitação, que o tribunal prontamente vai considerar saneado. Mas é importante, se a FUNASA ainda não o fez, que apresente essa demonstração.

Em relação à obra de Alto Paraguai, o principal problema foi um adiantamento de pagamentos. Eram ligações domiciliares. No caso, a CGU primeiro identificou que haviam sido executadas 172 ligações e que haviam sido medidas e pagas 642 ligações. Quando foi fazer a fiscalização, a equipe de auditoria do TCU verificou que já haviam sido executadas 211 ligações, mas havia ainda uma diferença considerável que ensejava um sobrepreço de 236 mil reais, decorrente do adiantamento de pagamento. Mas o problema era outro sobrepreço, de 85 mil reais.

Então, as medidas saneadoras eram compatibilizar o físico e o financeiro, esses 236 mil reais, e promover a repactuação do contrato. E o Presidente da FUNASA também disse que vão ser acatadas essas medidas saneadoras. Sendo acatadas, do ponto de vista do tribunal, basta que a FUNASA apresente a documentação que comprove a adoção dessas me-

didas, que o tribunal prontamente vai se manifestar e rever a sua posição.

O SR. GILSON DE CARVALHO QUEIROZ FILHO – Obviamente, como são medidas que têm que ser adotadas pelos convenentes, suspendemos o repasse e solicitamos que fosse feito dessa forma. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – V.Sa. tem mais alguma colocação a fazer?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Só quero deixar claro que, enquanto tribunal, o posicionamento formal depende da apresentação da documentação.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, mais ou menos, nós estamos voltando àquele caso de Porto Velho, em que também remanescia uma providência efetiva no tocante à licitação anterior, que havia sido vencida em cima de um projeto ora modificado. Então, neste caso de Plácido de Castro, das duas, uma: ou não cancelaram, mas deram um redutor de 23,5%... Essa é outra possibilidade, ou seja, fazer a redução de preços em relação à proposta que foi...

Então, é possível. Precisávamos ver qual das duas alternativas teria sido acolhida.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Deputado, parece–nos que, se for declarado nulo o ato que desclassificou, a primeira colocada, de fato, fazendo as diligências necessárias, poderia ser considerada vencedora.

Foi essa a medida?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Eu consultaria, Sr. Presidente, o representante da FUNASA sobre qual solução está sendo encaminhada.

O SR. LUÍS CARLOS MARCHÃO – Sr. Presidente, complementando, se me permite, as providências em relação às recomendações emanadas do TCU foram tomadas. Em princípio, a recomendação vai ser implementada da forma em que foi feita. Agora, é claro, foge à alçada, à competência da FUNASA executar essa recomendação. A realização da licitação e o procedimento de avaliação são de competência do órgão que recebe o recurso. A recomendação é feita, e a FUNASA vai fazer o monitoramento.

Como esse caso específico de Plácido de Castro é uma recomendação mais nova do que a de Alto Paraguai, nós fizemos. O nosso documento data de setembro – o Dr. Gilson tem cópia dele. Estamos aguardando o retorno dessa documentação para poder informar ao TCU.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, quero apenas observar que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Para ficar registrado, quem falou foi o auditor da FUNASA, Sr. Luís Carlos.

Passo a palavra ao Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, é importante que, nesses casos em que há providências sendo adotadas, antes da conclusão do nosso relatório, do COI, haja uma manifestação do TCU, conclusiva, para que possamos dizer: *"Estão sendo adotadas providências, mas ainda não foram concretizadas"*. *"Estão sendo"* – está no gerúndio. Quando chegar ao passado, o COI se manifesta. Ou, então, se ficar em tese, penso que teríamos a manutenção nos relatórios, no Anexo 6.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Deputado, do ponto de vista do tribunal, realmente nós ficamos... É claro que a sinalização da FUNASA já é um ponto positivo, já demonstra que o gestor vai procurar atender, mas, como disse, do ponto de vista conclusivo e formal do TCU, depende da chegada dessa documentação comprobatória. Aí, sim, nós poderemos nos manifestar.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Portanto, Sr. Presidente, esta audiência, neste caso, não está sendo conclusiva. Precisamos de uma nova informação do TCU a respeito da matéria, antes da finalização do relatório do COI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço.

Dando continuidade aos trabalhos, passo a palavra ao Sr. José Antonio de Melo Portela, Subsecretário de Infraestrutura e Integração da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE MELO PORTELA – Boa tarde a todos.

O Estado do Rio de Janeiro não era parte nesse processo do TCU, apenas o Ministério das Cidades. E o Estado agora se habilitou, junto ao TCU, para fazer parte desse processo da Linha 3.

O nosso objetivo aqui é apenas o de complementar algumas informações que foram prestadas pelo Dr. Ricardo Caiado. Com relação ao acórdão anterior, relativo a sobrepreço, em dezembro de 2010 foi prolatado um acórdão em que essa questão foi dada como resolvida pelo TCU. Com relação à situação atual, o relatório de fiscalização de 2010 aponta duas medidas necessárias para a solução do problema.

A primeira é a demonstração da existência de recursos de contrapartida por parte do Governo do Estado. Isso já foi encaminhado ao TCU. Hoje existem 400 milhões de reais alocados para esse projeto, oriundos de uma medida compensatória com a PETROBRAS. E mais 400 milhões de reais já foram previamente aprovados, numa primeira análise, pelo Banco do Brasil, de um financiamento ao Estado do Rio de Janeiro e que fazem parte do espaço fiscal do Estado.

Portanto, o Estado entende que essa primeira pendência, relativa à demonstração de recursos, hoje está sanada.

O segundo item é a complementação do projeto básico. Essa documentação foi entregue ao TCU em duas etapas: num primeiro momento, em agosto de 2011; e, num segundo momento, em setembro de 2011. Nós detalhamos todos os itens que tinham sido considerados insubsistentes pelo TCU, relativamente ao projeto básico original – consequentemente, levantando novos quantitativos.

Foi solicitado pelo TCU que nós refizéssemos a planilha orçamentária de referência do projeto básico. Isso está sendo preparado. Provavelmente, em mais 3 ou 4 dias será entregue ao TCU.

Era isso o que eu gostaria de complementar em relação à fala do Dr. Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço e já passo a palavra à Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, representante do TCU.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Bem, por conta do adiantado da hora, eu vou resumir em linhas gerais a situação do Lote 2 da Linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro.

Ricardo, da SEMOB, havia mencionado que houve, em 2009, uma análise de sobrepreço no orçamento base dessa obra. Certo? O que eu queria deixar bem claro para os senhores é que esse projeto é de 2001 e que o contrato é de 2002. Por conta da impossibilidade de alocação de recursos, eles estão retomando esse contrato agora, em 2011. Vejam que essa era uma situação que se apresentava em 2001, e, muito provavelmente, até por conta do lapso temporal, o projeto não está mais adequado à realidade.

Além do lapso temporal, a fiscalização de 2010 identificou uma série de problemas no projeto. Cerca de 50% do orçamento dessa obra estava fechado sob itens genéricos, como, por exemplo, reurbanização, metro quadrado. Não se dizia o que havia naquele item. Em que pese a, em 2009, uma equipe do Tribunal – não de uma Secretaria de Fiscalização de Obras – ter ido até o local e apontado um sobrepreço que foi elidido, eu não tenho como afirmar, em um orçamento em que 50% dos preços estavam fechados, se há sobrepreço ou não se não conseguir analisar cerca de 50% da planilha – em nenhum momento estou dizendo que a obra tem sobrepreço. O que quero dizer é que, até o momento, por conta da falta de detalhamento do projeto, não se pode dizer se ela tem sobrepreço ou não.

A segunda questão que quero destacar é que, depois da fiscalização de 2010, em abril deste ano, o Governo do Rio nos entregou um detalhamento do projeto durante a fiscalização que fomos fazer lá.. E, durante as análises, percebemos que o que eles haviam dito que seria o detalhamento do projeto não se adequava aos ditames da lei, ao que a lei exige como projeto básico.

Posteriormente, depois de a análise da unidade técnica ter concluído que o documento entregue não correspondia à medida saneadora necessária, agora, no final de setembro, eles ingressaram com um outro documento e com uma complementação denominada "Enriquecimento do Projeto". Por óbvio, ainda estamos analisando, porque não é uma análise rápida e fácil. Atualizarmos para 2011 o orçamento de um projeto licitado em 2001 é muito complicado. Demanda um grande esforço, não só por parte do Governo do Rio, para detalhar esse projeto agora, mas também por parte do próprio Tribunal, para fazer a análise.

Eu gostaria ainda de ressaltar que, de fato – inclusive, houve até uma reunião no Tribunal –, estamos dependendo, como o senhor mesmo falou, da entrega da planilha final. Vejam: havia um projeto e foi modificado. Então, se ele foi modificado, há que ter uma outra planilha abrindo os itens que estavam fechados. E precisamos dessa planilha para fazer a análise final.

Em que pesem a todas estas considerações – vou ser breve –, gostaríamos de saber por que esse projeto também não foi entregue à SEMOB. O Relator do processo que trata dessa obra, no acórdão , dá a seguinte determinação: que a SEMOB analise qualquer modificação no projeto e encaminhe a análise para o Tribunal. Quem vai entregar o dinheiro ao Governo do Rio é o Ministério das Cidades, por meio da SEMOB. Então, entendo que o Tribunal deva analisar esse projeto, mas também a SEMOB.

Vamos, por exemplo, supor que o Governo do Estado do Rio entregue esse projeto para a SEMOB, e ela já diga que ele não está adequado –não é o que estou afirmando. Isso já pouparia, inclusive, a análise pelo Tribunal. Então, acho bastante prudente que a SEMOB também seja incluída na análise do novo projeto que nos foi entregue agora.

A outra consideração que eu gostaria de fazer, para finalizar, é que não nos parece razoável tentar recuperar um projeto de 2001. Vejam bem: isso começou em 2009/2010. A obra está no Quadro de Bloqueio. Já haveria tempo hábil de se reformular um projeto, aí, sim, de forma bem mais livre. Como é que se corrige um projeto de 2001 para 2011, preso a uma série de quantitativos e de valores que não correspondem, às vezes, à realidade?

Vou dar um exemplo: o estudo das jazidas. Quando foi feito o projeto, eles se basearam em jazidas da época dos anos 70 e 80. Hoje, o local da jazida já pode estar construído. Então, eu estou levantado

uma hipótese: por que não se fazer um novo projeto e uma nova licitação? É a pergunta que faço para eles, porque, nesse tempo todo que gastamos tentando recuperar um projeto que já nasceu com vícios, o Brasil já poderia ter feito outro projeto, ter licitado a obra e assinado o contratado. E, com certeza, a região já poderia estar sendo atendida, porque a equipe que foi até a obra disse que ela é de fundamental importância, ainda mais agora com a chegada do COMPERJ, o polo da PETROBRAS.

Era só isso que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço a sua participação.

O Sr. Ricardo Caiado de Alvarenga, que está representando a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, gostaria de fazer uma consideração.

Pergunto se o TCU tem mais alguma consideração a fazer.

O SR. NIVALDO DIAS FILHO – Só quero ressaltar – isso está na apresentação, mas ela foi abreviada em razão do tempo, em respeito a todos – que a execução dessa obra é nula. Praticamente nada foi executado.

Por isso, causa estranheza que se insista num projeto que foi licitado sem que houvesse possibilidade de fazer um orçamento em mais da metade dos preços. O próprio Tribunal tem essa dificuldade hoje, 10 anos depois. Imaginem as licitantes naquela época. Profundas alterações aconteceram nesse período. O projeto vem sendo adaptado pouco a pouco, sem que haja execução. Fica difícil entender por que se está amarrado a um contrato firmado há 10 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao Sr. Nivaldo Dias filho, até para registro das notas taquigráficas, e à Sra. Juliana, do TCU.

Passo a palavra para o representante do Ministério das Cidades, Sr. Ricardo Caiado de Alvarenga.

O SR. RICARDO CAIADO DE ALVARENGA – Há algumas considerações a serem feitas mesmo. Uma delas refere–se à questão que o José Antônio mencionou, de previsão orçamentária, que não ficou muito clara. A previsão orçamentária diz respeito não a ter recursos, mas a ter isso na forma da lei, dentro de uma LOA e dentro de um PPA. É claro que tem de existir a previsão, o recurso financeiro –o Governo do Estado diz que está correndo atrás –, mas também a exigência que está no acórdão, uma exigência legal, de colocar isso dentro de uma LOA, dentro de um Plano Plurianual.

Esse o primeiro aspecto que deve ser deixado bem claro.

Um segundo aspecto refere–se a sobrepreço. Eu coloquei três irregularidades e incluí o sobrepreço. Sei que saiu já um acórdão que resolvia a questão do sobrepreço. Mas o Ministério das Cidades entende o seguinte forma: no momento em que se começa a rediscutir todo o projeto básico, o preço entra como consequência. Depois de tudo aquilo que saiu no acórdão de liberação, no momento em que se começa a tentar suprir a deficiência do projeto básico, vem à tona de novo, de uma forma direta, a questão do preço.

Então, eu encaro ainda irregular a questão do sobrepreço, porque se está discutindo o projeto básico.

Quanto a esse aspecto que a Juliana levantou – o porquê não fazer um novo projeto básico –, nós, no final do ano passado, não estivemos aqui na Comissão Mista de Orçamentos. Por que não estivemos? Porque o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na véspera da reunião, comunicou à Secretaria que não teria mais interesse na obra e que naquele local iria construir um monotrilho. Então, no ano passado, não se teve a manifestação da Secretaria sobre essa questão. Só que, naquele mesmo ano, em face do acórdão que saiu em 2010 a respeito do projeto básico deficiente, a SEMOB contactou o Governo do Rio de Janeiro para que fosse estabelecido um prazo para ele apresentar uma medida saneadora com relação a essa deficiência do projeto básico, sob pena do destrato.

Nesse mesmo ano, em reuniões a que eu mesmo compareci, foi proposto ao Governo do Rio fazer um novo projeto básico. Essa é uma questão que questão vem à tona naturalmente. Estamos trabalhando com uma obra que praticamente não se iniciou nada, estamos trabalhando com um projeto básico desatualizado, porque, pela própria data, isso é inquestionável. A cidade é uma coisa dinâmica. Esse projeto foi concebido no ano de 2000. Depois de se passarem 10, 11 anos, pode não ser mais o projeto ideal para a cidade de agora.

Portanto, o projeto básico é algo que vimos questionando o Governo do Rio de Janeiro. Essa obra, pela documentação que eu recebi da Comissão Mista de Orçamento, estava como PAC. Mas é bom esclarecer que não é uma obra do PAC. Só que o Governo do Rio de Janeiro, num processo de seleção que está havendo na Secretaria, do PAC mesmo, colocou essa obra como uma proposta do PAC Grandes Cidades e houve discussões em nível do Grupo Executivo do PAC. Uma das questões que o Ministério das Cidades levantou foi exatamente esta: se é uma obra de tanta importância para o Governo do Estado, por que não pensar em se apoiar um novo projeto básico, cancelar o contrato existente e fazer um novo projeto básico que o Ministério das Cidades considere ser importante do ponto de vista social, que seja viável do ponto de vista da demanda para a região. Mas insistir nessa questão ...

É como eu mencionei: já vai completar 3 anos desse convênio e não houve execução física ainda. Então, seria o caso de se fazer o cancelamento do contrato e se pensar num novo projeto básico, dentro do que preconiza a Lei nº 8.666.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Pergunto aos Deputados se querem utilizar a palavra.

Com a palavra o Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Apenas para registrar que essa questão da Linha 3, Lote 2, é um projeto antigo. Eu até concordo com a Dra. Juliana, que disse é possível que o projeto não esteja mais atualizado, uma vez que construções podem ter sido implantadas ao longo do trecho.

Assim, a pergunta que eu queria fazer ao Dr. José Antônio é a seguinte: o Governo do Estado formalizou o seu desinteresse em 2010? Formalizou ou foi só uma informação oficiosa?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE MELO PORTELA – É o seguinte: a informação foi passada. Na época, quem me informou foi o próprio Secretário Luiz Carlos, que não pôde comparecer hoje. Ele recebeu um telefonema do Vice–Governador do Rio de Janeiro nesse sentido.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O.k. Então, foi oficiosa a desistência, não é?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE MELO PORTELA – Foi. Não, não temos... O que temos são relatos dos jornais em que o próprio Governador anuncia um monotrilho em Niterói–São Gonçalo. Isso aí é notícia da mídia , além de o próprio Governador ter feito declarações.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O. k.

Então, eu queria me manifestar pontualmente. Com relação a essa obra do Rio de Janeiro, penso que ela padece daquele mesmo problema que discutimos na obra da VALEC. É como alguém dizer: *"Vou te dar 1 milhão de reais e você faz a obra sem ter a possibilidade de checagem dos valores, dos preços, dos serviços executados, ou até do próprio trajeto da pista, no caso, da ferrovia." – "Qual é o trajeto?" – "Não, eu mudo o trajeto; eu estou com um valor xis para gastar".*

Não é assim. O dinheiro é público, e tem que haver o controle por parte dos órgãos fiscalizatórios.

Eu quero ainda me referir, no caso, a essa obra em especial. Penso que este Comitê deve mantê–la no Anexo. Se ela não permanecer, teremos uma obra cujo processo licitatório não trouxe o detalhamento que a própria Lei nº 8.666 exige. Então, não haverá como fiscalizar essa obra por conta de os itens terem sido feitos por rubrica e não com o detalhamento previsto na Lei nº 8.666. Então, penso que nós teremos a mesma dificuldade já exposta aqui em outras reuniões.

É o registro que queria fazer, Sr. Presidente. É um registro em cima do que nos traz o TCU, órgão técnico que subsidia as nossas decisões. Sempre levamos, lógico, em consideração aquilo que a própria Secretária do TCU menciona quanto à importância, à relevância da obra. E aí voltamos a um ponto: se a obra é tão relevante, não demoraria 10 anos para ser retomado o seu processo de execução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Para finalizar, passo a palavra para o Sr. José Antônio Portela, para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE MELO PORTELA – Deputado, a título de esclarecimento. O traçado da Linha 3 do metrô se dá sobre uma antiga via já implantada. Portanto, não existe a possibilidade de alteração de traçado por conta do tempo decorrido. O leito está praticamente preservado. O que ocorreu nesse período é que, como a linha estava desativada, um pequeno trecho dela foi ocupado por habitações irregulares que seriam facilmente removíveis. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que o projeto de engenharia original dessa obra, apesar de ter 10 anos, continua o mesmo. É uma via elevada ao longo dessa região de Niterói: sai da Estação de Arariboia e vai até a Estação de Guaxindiba, e aí são duas estações em nível. Portanto, a alteração do projeto de engenharia é praticamente nenhuma. O projeto básico, hoje, seria praticamente o mesmo projeto básico inicial. As soluções adotadas seriam muito similares às soluções anteriores.

Todos os itens que no orçamento original estavam fechados foram abertos em preços unitários, utilizando–se o sistema de custo oficial do Estado do Rio de Janeiro da EMOP. É claro que eventualmente alguns preços não constam de catálogo, e temos que fazer cotações. E alguns preços, inclusive sugeridos numa outra fiscalização do TCU, já foram adotados. Quer dizer, todas as medidas saneadoras propostas pelo TCU o Estado do Rio de Janeiro vai adotar. Essa obra vai ser medida e paga por preços unitários.

Essa obra não andou exatamente pela dificuldade de o Estado do Rio de Janeiro, com recursos próprios, desenvolver um projeto dessa grandeza. E isso só pôde acontecer após a posse do Governo Sérgio Cabral, em que as relações entre o Estado e a União se aproximaram. Só aí houve a possibilidade de recursos federais. O que nós, no Estado do Rio, queremos na realidade não é fazer o projeto básico, mas já começar a efetiva execução das obras. Nós entendemos que, ao refazer o projeto básico e relicitá–lo, íamos ter resultados muito próximos ao que temos hoje. E o que, na última reunião, propomos à SECOB é que libere a obra, porque os recursos do Governo Federal neste momento serão utilizados para pagar o projeto executivo.

Essas são as colocações que o Governo do Estado do Rio fez não só ao Ministério das Cidades, como é do conhecimento do Dr. Ricardo, mas também ao próprio TCU.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Só para uma observação, Sr. Presidente, porque aí eu fiquei um pouco surpreso. O TCU, como se manifesta? O convênio é para projeto executivo e execução da obra, o.k.?

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – O convênio que existe...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Foi feito em cima de um projeto básico, que não sofreu alteração no seu traçado. É um metrô de superfície.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO PORTELA – Elevado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O.k. Minha dificuldade de compreensão aí nesse caso específico é a seguinte: que tipo de desatualização, porque há também a questão dos 54% de preço fechado, não há?

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Na verdade, hoje eles já conseguiram detalhar bastante. Como eu disse anteriormente, após a terceira entrega...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Foi agora em setembro.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Isso. Não concluímos ainda a análise, mas, em conversas preliminares com a pessoa que está com a instrução, parece–me que de fato o projeto foi detalhado. O que causa certa estranheza é: como detalhar um projeto agora e os valores vão bater perfeitamente? Não sei se o senhor me entende. Vou dar um exemplo: o item reurbanização, antes do detalhamento, era de 2 milhões; agora, depois do detalhamento, ele passou para 3 milhões. Então, eu só vou poder afirmar com certeza que há certa correspondência entre a planilha licitada e contratada e a planilha...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Porque era preço fechado.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – ... e a planilha depois do detalhamento do projeto depois dessa análise. Eu não posso avaliar neste momento.

Agora, o que eu gostaria que fosse considerado é o seguinte: se alguém participa de uma licitação em que 50% está fechado em verbas ou itens genéricos, será que naquela ocasião ele não teria a possibilidade de apresentar um preço melhor? Como garantir que o orçamento desse projeto que está sendo recuperado – quando se fala em projeto, tem–se um orçamento associado –, é o mais vantajoso para a administração? O que se tem notícia é que, de pronto, eles vão excluir algumas estações – eram 14 e vão reduzir seis, salvo engano. Eu não tenho esses números.

Então, isso nos deixa bastante apreensivos, até porque temos todo um histórico de execuções de obras em metrôs no País que estão dando problemas...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Mas há uma mudança do objeto, do número de estações? Há mudança nesse sentido?

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Isso não se configura no que foi entregue para nós, continuam todas as estações. Foi durante reuniões...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Quer dizer, então, que remanesce a opinião final do TCU para dizer se o detalhamento preserva a filosofia inicial do projeto, o número de estações, essa coisa toda. É isso?

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – O que eu considero é que, como estamos na fase de análise e a LDO inclusive nos assina prazo para essa análise depois da entrega da medida corretiva pelo gestor, seria temerário liberar essa obra. É a minha opinião. Como ainda estarmos no processo de análise da situação – e temos um prazo para entregar o resultado dessa análise –, eu não tenho como afirmar no momento que a maneira como a obra foi licitada seja mais vantajosa.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Mas o TCU vai–nos dar um posicionamento acerca desse...

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Assim que a planilha, conforme o nos foi informado...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Concluída a análise da planilhas, o TCU vai encaminhar a este Comitê um parecer a respeito dessas observações...

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – ... para possamos, então, fazer nossa análise..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Certo. Deputado João Dado, eu acho que procede. Inclusive aproveitando a fala de V.Exa., passo a fazer uma triangulação, para que possa fluir o debate, apesar do tempo. O Presidente já chegou, eu pedi desculpa e disse que estamos terminando.

O SR. RICARDO CAIADO DE ALVARENGA – Sr. Deputado, desculpe–me mais uma vez, mas só a título de esclarecimento. A proposta do Estado não é de diminuição do número de estações. O que conversamos no TCU é que a ideia do Governo do Estado é inaugurar a obra em duas etapas. Numa primeira etapa, inauguramos seis estações e, numa segunda etapa, duas estações. Ao invés de inaugurarmos todas

as estações ao mesmo tempo, vamos inaugurando as estações, como normalmente ocorre...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Entendi. E o valor da obra...

O SR. RICARDO CAIADO DE ALVARENGA – Permanece o mesmo.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Mas é o mesmo para as 14 estações? É isso que acorre?

O SR. RICARDO CAIADO DE ALVARENGA – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O TCU vai nos informar isso.

Sr. Presidente, eu estou satisfeito com a informação. Eu só pediria novamente ao TCU que nos desse a informação final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Quero agradecer aos representantes do Tribunal de Contas da União, do DNIT, da VALEC, do Ministério dos Transportes, da FUNASA, do Ministério da Saúde, da Secretarias Nacionais de Saneamento Ambiental e de Transporte e Mobilidade Urbana o comparecimento.

Quero agradecer, de forma muito especial, aos Srs. Parlamentares o comparecimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, só uma observação: Guarulhos não foi tratado. Ele está relacionado e não foi tratado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu não entendi.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – No Município de Guarulhos, a interligação de áreas urbanas e adequação de vias. Mas, de toda forma, devido ao adiantado da hora, o TCU poderia nos encaminhar um parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – V.Sa. pode responder rapidamente.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Com relação à obra do Complexo Baquirivu, a informação que temos é que essa foi uma obra que teve recurso do Governo Federal entre 1999 e 2002 e que a Caixa era mandatária – isso antes da criação do Ministério das Cidades, em 2003. Essa obra ainda é vigente. Só que a cargo da própria Prefeitura. Então, fica difícil de vincular essa obra ao Ministério das Cidades, porque ela...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Mas o TCU nos deu um parecer sobre o uso dos recursos públicos federais na época em que eles foram utilizados.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Sim, Deputado, é que, para todos os efeitos, foi um convênio firmado com o Ministério das Cidades. E, no caso, a IGP ainda se sustenta em relação a essa obra, é porque ela já está praticamente concluída. E a Prefeitura de Guarulhos informou que não teria mais interesse. A obra, na verdade, desde 2002, já tinha sido bloqueada. Ela está no Quadro de Bloqueio. Mas ela teve continuidade com os recursos municipais. A Prefeitura de Guarulhos executou 90% obra. Faltam 10% a serem executados do que estava previsto lá no convênio. Como foi detectado sobrepreço, ainda existe um encontro de contas a ser feito. Então, a IGP ainda permanece nesse contrato, porque, em tese, ele ainda está aberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – E não foi feito o encontro de contas.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Não foi feito o encontro de contas.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Acho que cumprimos a finalidade desta reunião. Queria dizer que reconhecemos a importância do Tribunal de Contas e que os gestores também estão cumprindo o seu papel. À quase totalidade dos pontos levantados pelo Tribunal foram apresentadas respostas por parte dos gestores, as atualizações foram feitas. Então, ficamos muito felizes, embora ainda tenhamos muito que avançar.

O objetivo é que as obras realmente atendam às necessidades da população, que melhorem a vida das pessoas, que gerem emprego e renda, que garantam o desenvolvimento local, regional e nacional, mas com transparência na aplicação dos recursos. Isso é fundamental.

Então, realmente, eu fico muito feliz. Queria agradecer a todos os Deputados, a todos os gestores e aos representantes do Tribunal de Contas.

Antes de encerrar, quero agradecer também à nossa Assessoria, que faz um brilhante trabalho e muito se empenha.

Está encerrada esta reunião.

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,REALIZADA NOS DIAS 22 E 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aos vinte e dois e vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, reuniu–se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pautas nº 30. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar

Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; **– Senadores titulares**: Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Alex Canziani, Ângelo Agnolin, Benjamin Maranhão, Danilo Forte, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Hugo Leal, Pedro Chaves, Ronaldo Zulke, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Weliton Prado e Zé Geraldo; **– Senadores Suplentes**: Inácio Arruda e Ivo Cassol. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: George Hilton, José Priante, Rodrigo de Castro e Vitor Penido; **– Senadores**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Magno Malta. **ABERTURA:** às quinze horas e três minutos do dia vinte e dois de novembro, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo, declarou abertos os trabalhos e informou que havia *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Continuando, informou que juntamente com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão – CRLP tomou a decisão importante quanto à alteração do item 10 do Parecer Preliminar apresentado ao Projeto de Lei Nº 28/2011–CN (PLOA/2012). Para isso, anunciou que gostaria de ouvir os parlamentares presentes, e passou a palavra ao Senador Walter Pinheiro (PT/BA) e aos Deputados Gilmar Machado (PT/MG), Benjamin Maranhão (PMDB/PB), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Fábio Ramalho (PV/MG), Nilton Capixaba (PTB/RO), Arlindo Chinaglia (PT/SP), Marçal Filho (PMDB/MS), Danilo Forte (PMDB/CE), Andre Vargas (PT/PR), Claudio Cajado (DEM/BA), Zé Geraldo (PT/PA) e a Deputada Gorete Pereira (PR/CE), que discutiram o assunto. Os Deputados Nilton Capixaba, Danilo Forte, Andre Vargas, Claudio Cajado e Zé Geraldo, manifestaram interesse em que fosse prorrogado o prazo para apresentação de emendas ao Relatório Preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2011–CN, e o Presidente informou que iria se reunir com o Relator–Geral do Orçamento para 2012, Deputado Arlindo Chinaglia e com o Relator do Projeto do Plano Plurianual para o período 2012–2015, Senador Walter Pinheiro, para deliberarem sobre o assunto, e até as 18 horas, a Secretaria da CMO informaria o resultado. Tendo em vista o início da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, às 15h31min, o Presidente anunciou que iria suspender os trabalhos. Antes, esclareceu que assim que fosse possível, colocaria em votação o Ato Formal que irá alterar o subitem 10.1, do Parecer Preliminar apresentado ao Projeto de Lei Nº 28/2011–CN, transcrito a seguir: "*10.1. Do limite de que trata o item 10, no mínimo R$ 2.000.000,00 (dois milhões reais) deverão ser alocados na ação 8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde*." Para fazer constar a nova redação: *10.1. Do limite de que trata o item 10, no mínimo R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) deverão ser alocados no Ministério da Saúde*." E, convocou a continuação da reunião ordinária para o mesmo dia, entre a pausa ou o término da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com intenção de votar o Ato Formal. Às 18h18min da mesma data, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. Em virtude da continuação da Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de acordo com o disposto no *art. 107, Inciso III, § único do Regimento Interno do Senado Federal e art. 46, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente em exercício anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 23 de novembro, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, para votação apenas do Ato Formal que irá alterar o subitem 10.1, do Parecer Preliminar apresentado ao Projeto de Lei Nº 28/2011–CN (PLOA/2012). Os trabalhos foram suspensos às dezoito horas e dezenove minutos. Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia subsequente, o Presidente reiniciou a reunião. **AVISOS:** O Presidente informou que o Presidente do Senado Federal aprovou proposta de prorrogação até o dia 24 de novembro do prazo de apresentação de emendas aos Projetos de Lei Orçamentária Anual para 2012 e ao Plano Plurianual para o período 2012–2015 e determinou à Secretaria que recebesse as emendas até as 24 horas daquele dia. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes**.** O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA**: Às quatorze horas e trinta e quatro minutos, o Presidente reabriu a reunião e anunciou a apreciação da Ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 e 17/11/2011. Por consenso, foi dispen-

sada a leitura da Ata que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, avisou que havia acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão – CRLP, para apreciação da alteração do subitem 10.1, do Parecer Preliminar apresentado ao Projeto de Lei Nº 28/2011–CN (PLOA/2012). – Alteração do subitem 10.1, do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 28/2011–CN (PLOA/2012), aprovado na continuação da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2011, a saber: Onde se lê: "*10.1. Do limite de que trata o item 10, no mínimo R$ 2.000.000,00 (dois milhões reais) deverão ser alocados na ação 8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde*." *Leia–se: "10.1. Do limite de que trata o item 10, no mínimo R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) deverão ser alocados no Ministério da Saúde, em especial na ação 8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde*." A alteração tem o objetivo de atender ao acordo proposto pela Bancada do PMDB e outros Líderes. Conforme notas taquigráficas da continuação da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2011, o Deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS), falando pela Bancada do PMDB, afirmou que "dos 2 milhões, do aumento de 13 para 15, deverão ser dirigidos à saúde e à rede de estruturação de serviços de atenção básica à saúde". Por empréstimo, será utilizado o disposto no a*rt. 325, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal,* para solucionar o problema do subitem 10.1 do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 28/2011–CN (PLOA/2012). Em votação, a alteração foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em virtude da inexistência de acordo para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 30/2011, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as seguintes matérias: Pauta 30. **01) Aviso nº 11/2011–CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011–6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo arquivamento da matéria. **02) Requerimento nº 16/2011–CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **03) Requerimento nº 17/2011–CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **04) Requerimento nº 23/2011–CMO,** que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife– PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **05) Requerimento nº 24/2011–CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **06) Requerimento nº 25/2011–CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. **07) Requerimento nº 26/2011–CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero". (Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Senhor Gustavo do Vale). Autor: Deputado Marçal Filho. **08) Requerimento nº 27/2011–CMO,** que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. **09) Requerimento nº 29/2011–CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro–Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro–Oeste– FCO –, e ao projeto de criação do

Banco de Desenvolvimento do Centro–Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A.". Autor: Deputado Marçal Filho. **10) Requerimento nº 30/2011–CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. **11) Requerimento nº 31/2011–CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. **12) Requerimento nº 33/2011–CMO** que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **13) Ofício nº 35/2010–CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro–Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **14) Ofício nº 12/2011–CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro–Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **15) Mensagem nº 93/2011–CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Concluída a apreciação da matéria acordada, o Presidente encerrou a reunião, às quatorze horas e quarenta e três minutos. Antes, convocou a realização de reunião ordinária para o dia 29 de novembro, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. E comunicou a realização de reuniões com o Relator–Geral do Orçamento para 2012, Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), com os Relatores Setoriais das áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2012, na sala de reunião da Presidência da Comissão, para tratar sobre a definição do cronograma de trabalhos referentes aos Relatórios Setoriais: dia 24 de novembro, às 10 horas, e 28 de novembro, às 15 horas. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito boa tarde a todos os senhores e as senhoras.

São 15h1min. Há número regimental para a abertura dos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 23ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30.

Informo que os avulsos das matérias encontram–se sobre as bancadas.

Peço aos Srs. Deputados e Senadores que se posicionem nas suas bancadas. Temos que tomar uma decisão importante que foi construída no Colégio de Líderes.

Os senhores já estão todos posicionados. Quero ouvir as Lideranças a respeito de um decisão formal que essa Comissão terá que tomar à luz do Regimento Comum do Senado e da Câmara, bem como da Resolução que disciplina as atividades da Comissão Mista de Orçamento.

Gostaria de convidar os Relatores–Gerais do Plano Plurianual e da Proposta de Lei Orçamentária para 2012 para se sentarem ao meu lado.

Estamos no prazo final de apresentação de emendas, tanto ao Orçamento quanto ao PPA. Estamos vivendo momentos mais agudos de cumprimento desses prazos.

Surgiu hoje um problema adicional, na última reunião em que aprovamos o relatório preliminar do Deputado Arlindo. É que não estava bem audível o acordo que nós produzimos, que foi amplamente divulgado, para o aumento do valor das emendas individuais de cada Congressista de 13 milhões para 15 milhões.

A imprensa publicou que a resultante dessa equação – quer dizer, 2 milhões de reais a mais – seria destinada para a saúde.

Peço a atenção dos senhores.

O que está colocado nos nossos Anais é a expressão: *"Atenção básica à saúde*, o que não retrata a verdade que foi produzida no acordo entre todas as Lideranças para aumentar o valor das emendas individuais e destinar para a saúde de uma forma geral.

Fizemos uma reunião agora com os Líderes, e houve a confirmação do acordo produzido.

Convidamos os consultores, tanto da Câmara quanto do Senado, ao lado da Secretaria–Geral da Comissão Mista de Orçamento, para identificar qual

será a nossa posição para fazer valer aquele acordo retrodeliberado.

A última manifestação que temos é uma fala do Deputado Darcísio Perondi em que ele expõe a produção do acordo e uma confirmação do Relator–Geral. Porém, não houve a necessária divulgação ou a captação dessa divulgação nos nossos Anais.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Então vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Um momento, Fábio.

Por isso, convoquei agora os senhores para em plenário votarmos.

Nós temos já um impedimento, Sr. Líder do Governo Deputado Gilmar Machado: a Ordem do Dia na Câmara.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – É porque nós estamos votando a DRU.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mas, enquanto não temos novamente o acordo homologado na Câmara, gostaria de ouvir a presença dos senhores.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Senador Vital, concordo com o encaminhamento de V.Exa., mas queria chamar a atenção para duas coisas que norteiam o espírito dessa transferência, digamos assim, dos recursos para a saúde.

O que motivou o aumento do valor da emenda individual, ou até o que consubstanciou o aumento foi a nossa expectativa em aumentar os recursos para a saúde. Ponto. Então, contemplada a primeira parte.

A segunda parte: em completando o aumento para a saúde, a ideia é que nós efetivamente auxiliemos o orçamento da saúde em âmbito nacional.

Portanto, se é para isso, temos uma propostas em relação ao uso. Se o uso desse recurso é genérico, é óbvio que emenda individual o Deputado e o Senador podem colocar para qualquer coisa. Mas se é para ajudar o orçamento, a aplicação desses 2 milhões em obra física não ajudará, por exemplo, o orçamento de custeio. Toda obra física, toda estrutura física, quando fica pronta, necessariamente ela vai requerer equipamentos e pessoal.

Minha proposta é que para esses 2 milhões, do genérico, Deputado Gilmar Machado, pudéssemos fixar um certo nível de exclusividade para completar o orçamento da saúde. Nesse sentido, não é uma proibição, mas uma espécie de configuração de uso desses 2 milhões exclusivamente nesse complemento. poderíamos traduzir da seguinte forma: poder–se–ia, por exemplo, dispensar recursos para aquisição de equipamentos tanto da atenção básica quanto da alta complexidade, mas não deveriam ser utilizados esses recursos para construção de novos postos de saúde, hospitais ou coisa do gênero, porque na prática não estaríamos atendendo ao princípio básico de aumentar a emenda para 15, utilizando os 2 milhões como sendo uma espécie de reforço ao orçamento geral da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Feita a exposição do Senador, com a palavra o Deputado Gilmar Machado, pela ordem de inscrição. Depois, o Deputado Benjamin Maranhão e o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

A inscrição continua aberta.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, quero deixar mais uma vez registrado que o Governo tinha se posicionado contrariamente a esse aumento, mas, já que ele foi feito, o nosso entendimento é de que esse recurso seria para a área da saúde. Não ouvi em nenhum momento que isso teria alguma coisa específica. No entendimento do Governo, é para a área da saúde, somente isso. Então, o Parlamentar teria a tranquilidade de fazê–lo.

O Danilo, do Comitê de Admissibilidade, na hora do exame das emendas, vai dar o parecer, para que seja acolhido, para a saúde.

Esse é o nosso entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Benjamin Maranhão com a palavra.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Sr. Presidente, sou favorável à liberdade do Parlamentar.

O entendimento foi que os 2 milhões seriam para a saúde, como foi colocado pela Liderança do Governo.

Discordo do Senador Walter Pinheiro até por uma questão de necessidade de uma infraestrutura da atenção básica.

Temos uma quantidade imensa de postos do PSF no interior do Brasil que não têm condições de funcionamento normal; são extremamente precários, sem infraestrutura. Se pudermos, com uma parte desses recursos, ter a liberdade...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Senador, eu estou com a palavra. Quando o senhor falou, eu o deixar falar livremente.

Então, se nós não amarrarmos... Vamos deixar os Parlamentares decidirem livremente como querem aplicar esses recursos na área da saúde. A atenção básica é fundamental até pela quantidade de investimentos: 250 mil reais. Em um Município, a atenção básica faz muito diferença em um posto digno para atender à população.

Era o que tinha a dizer

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, o PSDB se posiciona favoravelmente, para nós elucidarmos o caso, e parabeniza a assessoria, a equipe da nossa Myrna, pela sua capacidade de verificar um possível problema que ia surgir, quando da execução orçamentária.

Está de parabéns a equipe de V.Exa., da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Agora, nós não poderemos, neste momento, definir outros acordos que foram firmados anteriormente.

A proposta do Senador tem sua visão de fortalecer o custeio. Mas esse debate não se fez no pacto anterior, até porque há centenas de unidades hospitalares sendo fechadas pela Vigilância Sanitária, principalmente no Nordeste, pela falta de estrutura física dos hospitais.

Então, no Nordeste – não sei no Sul e no Centro–Oeste –, a maioria dos Municípios solicitam, reivindicam recursos para estruturação da rede hospitalar, da rede de atenção básica. O Deputado Benjamim Maranhão disse isso.

Por isso, nós concordamos que fique a critério do Parlamentar colocar na GND 3, GND 4, em conformidade com o acordo anterior que foi estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço Deputado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Eu vou ao encontro das palavras do Senador Walter Pinheiro – até pela experiência que ele tem, e não desfazendo dos outros –, porque muitas vezes nós definimos o Ministério e o Ministério não paga. Eu já tive muita dificuldade em vários Ministérios inclusive da Saúde. Na maioria das vezes, temos problemas no pagamento.

Quanto à construção, é a coisa mais difícil que eu vejo para os Municípios. Quanto menor o Município, parece que a dificuldade é ainda maior para fazer essa construção.

Então, eu acho que tem de ser para a saúde mesmo. E quanto a equipamento, talvez seja a melhor maneira de atender a maior parte dos Municípios. E que as nossas emendas sejam empenhadas e sejam pagas, porque não adianta pôr uma emenda de 2 milhões e depois não pagar. Aí, vai ficar o povo precisando de saúde e o Ministério sem ter o de fazer, porque o Ministério tem uma linha de trabalho. Eu acho que nós temos de seguir essa linha de trabalho, porque ele sabe onde mais necessita de recursos da saúde.

O Ministro Padilha tem feito um brilhante trabalho. Eu acho que chegou a hora também de, juntos com o Relator, com o Senador Walter Pinheiro, com o Sr. Presidente, destinarmos à saúde o que ela necessita, porque ela passa por maus momentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu não preciso dizer a V.Exas., que são especialistas em Orçamento, que essa destinação é para o Ministério da Saúde e não para função saúde. Porque se for para a função saúde, ao definirmos para o setor saúde das Forças Armadas, vai para a saúde, se for para o setor saúde da Marinha, também. Então, é para o Ministério da Saúde. V.Exas. concordam com essa obviedade da nossa definição, não é verdade?

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Sr. Presidente, primeiro, eu concordo que os 2 milhões sejam destinados à atenção especializada e à atenção básica, para equipamento, porque fica a critério dos Parlamentares.

Segundo, gostaria de fazer um pedido aos dois Relatores, que estão aqui no sentido de que estiquem esse prazo para mais 24 horas – porque esse prazo é até amanhã – para entrega das emendas. Portanto, para que sejam entregues na quinta–feira. Gostaria de fazer esse pedido aos dois Relatores e ao Presidente e saber da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu não concordo porque tenho a obrigação de não concordar, meu querido amigo e companheiro, Nilton Capixaba, tendo em vista que nossos prazos são terminativos. Mas sou refém tanto da decisão do Plenário quanto da decisão dos Relatores. A minha palavra é a de que gostaria de encerrar amanhã, porque eu estou preocupado – e disse isso a V.Exas. – com os nossos prazos. Mas eu não tenho domínio da verdade.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Essa votação está prevista para amanhã. Vai ser muito tumultuado para nós. É só por isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Deputado Nilton, na semana passada, procuramos agilizar e vários Parlamentares me consultaram. Eu consultei o Presidente: *"O que você acha?";* Ele respondeu: *"não..."* – pelos argumentos, eu diria, até mais desenvolvidos do que ele fez agora. Então fizemos um acordo, nós três, porque falou o Presidente e nós acompanhamos. E hoje, por exemplo, houve reunião da bancada paulista, eu fui lá, e estamos todos espremidos. Mas eu acho que a grande parte já cumpriu. Todo mundo aqui vai dar os seus pulos e não vejo, a essa altura do campeonato, como alterar. Nós já dissemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço compreensão ao querido companheiro.

Com a palavra o Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, em relação à questão da saúde, acho que tem que haver liberdade para os Parlamentares, porque cada região do País, cada cidade a ser atendida tem uma realidade diferente. Então acho que o Parlamentar é quem sabe muito bem onde o sapato aperta e quais são as necessidades de cada local. E acho que os Parlamentares têm que ter a maior liberdade possível.

Eu só gostaria de reforçar que o nosso Orçamento, infelizmente, continua sendo uma peça de ficção, porque a execução do Orçamento não acontece. Todos os Parlamentares estão sentindo esta dor, seja da base do Governo, seja da Oposição: os recursos são colocados, nós discutimos bastante, lutamos muito para aumentar o valor das emendas individuais, mas elas acabam não sendo atendidas pelo Governo e não conseguimos realizá–las, nem conseguimos fazer com que elas cheguem até o Município, até as cidades, até as administrações públicas. Então acho que temos que trabalhar com uma realidade e não criar falsas expectativas que serão frustradas depois.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente – e já conversei com V.Exa. pessoalmente e sei que é sensível à questão dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal –, que encontrássemos um consenso. Vários Parlamentares já se debruçaram sobre esse assunto, já falaram sobre isso aqui, e muitos apresentaram emendas. V.Exa., inclusive, já nos confidenciou e creio que não pediu segredo porque é favorável à recomposição salarial, pelo menos, dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal. É uma situação que tem que ser resolvida e esperamos que haja sensibilidade por parte não só dos nossos Relatores, mas principalmente do Governo Federal, no sentido de buscarmos uma solução. Os servidores não estão sendo inflexíveis nessa questão, ao contrário, estão a todo momento querendo negociar, mas é preciso que haja uma sinalização por parte do Governo de que não ficará como está, sem nenhuma perspectiva ainda.

Acreditamos firmemente que essa questão vai chegar a um bom termo, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Informo a V.Exas. que estou ouvindo todas as participações dos Srs. Líderes e representantes porque vamos ter uma situação especial na Casa. A Ordem do Dia está aberta e não posso chamar V.Exas. para deliberação. Entretanto, como a Oposição está fazendo obstrução e vai haver a convocação de uma sessão e da outra, certamente a Oposição não vai permitir a manutenção do painel. Nesse curso vamos votar, com o apoio explícito de V.Exas., essa reforma ainda hoje. Quando eu terminar de ouvi–los, vou suspender os trabalhos e vou retomá–los quando houver uma brecha entre uma votação e outra aqui na Casa e no Senado.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Entre uma votação não; entre uma sessão e outra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, acho que essa discussão neste exato momento está sendo redundante, na medida em que todos nós temos a convicção, conforme ficou acertado na reunião anterior, de que foi a saúde em aberto. Todo mundo sabe que foi a saúde em aberto, inclusive isso foi discutido na reunião de Liderança. Então, voltar à discussão anterior para prender essa discussão ao que está nessa resolução, acho que é inócuo, pois não tem mais sentido debatermos esse assunto. É a saúde genérica e com a liberdade de os Srs. Parlamentares acomodarem as suas emendas;

Precisamos entender também, Sr. Presidente, Srs. Relatores, que isso gerou intranquilidade no procedimento com relação ao desenvolvimento das ações de lançamento das emendas dos Srs. Parlamentares. Em mim mesmo gerou insegurança, na medida em que o atendimento em atenção básica única e exclusivamente era um encaminhamento, e o atendimento em aberto é outro procedimento que eu vou ter. Dessa forma, seria importante estabelecer um prazo maior, de pelo menos 24 horas, para as emendas individuais, para que os Parlamentares possam fazer a acomodação das suas demandas a partir do novo procedimento que foi adotado, numa ratificação do texto que foi apresentado pela Comissão de Orçamento. Não foram os Parlamentares que criaram o problema, houve uma incompreensão com relação ao acordo anterior e essa insegurança que foi gerada não pode punir os Parlamentares que querem fazer as suas emendas. Portanto peço à Comissão que analise a possibilidade de ampliar o prazo por pelo menos 24 horas para possibilitar um acordo maior aos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vai dar mais de 24 horas, pois será amanhã à meia–noite o prazo final e não às 18 horas. Eu pensava que seria às 18 horas e por isso estava preocupado, mas teremos prazo.

Tem a palavra a Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar exatamente sobre o mesmo assunto abordado por Danilo,

mas eu gostaria de saber se essas emendas, se esses 2 milhões vão ficar apenas para atenção básica ou se pode ser também para alta complexidade e para custeio; se pode ser um gasto feito pelo Estado e pelo Município; se elas são genéricas. Nós deveríamos estar muito satisfeitos, porque os Deputados interessados em colocar o restante do dinheiro das emendas para outras questões da saúde poderão fazê–lo, mas vamos deixar definido se vai ser genérico, se vai ser básico, se vai poder ser colocado para equipamentos.

É só isso que eu gostaria de saber. De qualquer maneira, foi um ganho muito bom para a saúde esses 2 milhões a mais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a contribuição à Deputada Gorete Pereira.

Tem a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sr. Presidente, rapidamente, só para relembrar, em relação às emendas de iniciativa popular – que foram uma grande conquista desta Comissão – é importante, Sr. Presidente, Srs. Relatores, Srs. Parlamentares, dialogar no contexto da sociedade brasileira e mostrar os avanços que isso significa e que pode significar adiante. Acho que poucos estão percebendo a dimensão da importância desse fato.

O entendimento que tivemos foi que seria para a saúde e adentramos este plenário, vindos da reunião da Comissão, com esse espírito. Quanto à sugestão dos 15 milhões,no aumento, isso foi aqui no Plenário. Os Deputados Danilo Forte e Darcísio Perondi fizeram sugestão de igual teor para o adicional de 2 milhões de reais. Foi *ipsis litteris*, digamos assim, e basicamente nessa esteira. Portanto, aquilo que está escrito na normativa das emendas populares é o mesmo que deveria estar escrito para o adicional de 2 milhões de reais. Entendo perfeitamente assim.

Também nada tenho a opor. E mesmo que fosse com sacrifício do Relator, Sr. Presidente – eu entendo a necessidade de V.Exa. cumprir os prazos –, mas há um conjunto de Parlamentares e de bancadas que ainda não têm um entendimento final das suas emendas. Não é o caso do Paraná e não é o meu caso individual, porque as minhas emendas estão absolutamente prontas. Mas entendo que alguns Parlamentares e algumas bancadas ainda têm necessidade de um dia a mais para que possam fazer esse ajuste nas suas emendas a fim de que sejam apresentadas tecnicamente corretas. Portanto, um dia a mais não seria nenhum prejuízo, já que quinta–feira é um dia nobre para esta Comissão e tradicionalmente estamos aqui para trabalhar. Seria importante que houvesse essa acolhida por parte da Presidência e também do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, é perfeitamente plausível a opinião dos Deputados Danilo Forte e André Vargas de que nós podemos, sim, prorrogar o prazo de apresentação das emendas até quinta–feira.

Eu acho que é uma medida mais do que correta. Conversando hoje, na sessão extraordinária da Câmara, com alguns Parlamentares, por telefone, muitos pediram que se prorrogasse até sexta–feira.

Sexta–feira é um dia em que muitos Deputados já foram para seus Estados. Mas até quinta–feira não vejo nenhum problema, nem no calendário desta Comissão, de continuar a discussão da peça orçamentária.

De fato, se nós formos alterar os recursos adicionais das emendas individuais para possibilitar na área da saúde não apenas a atenção básica, mas os diversos programas, precisaríamos rever o prazo, para que Deputados e bancadas pudessem apresentar suas emendas.

Daí porque eu peço a V.Exa. que aquiesça, ao lado do Relator, na possibilidade de estendermos o prazo até a quinta–feira. Acho que essa medida beneficia o ajuste das emendas, para que nós não tenhamos um processo de correção, ou o próprio comitê de admissibilidade, de poder julgar as emendas incorretas. E também não vejo em como possa um dia a mais comprometer o andamento dos trabalhos desta Comissão.

Portanto, eu sou favorável também e peço a V.Exa. e ao Relator que concordem com a proposta de prorrogarmos até quinta–feira o prazo das emendas; e peço também a V.Exa. que encaminhe ao Presidente do Senado Federal, José Sarney, autorização para que possamos fazê–lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, é apenas uma concordância, porque amanhã é um dia muito tumultuado ainda para nós Parlamentares nesta Casa. Quinta–feira é o dia em que nós podemos até nos dedicar mais à finalização destas emendas.

Eu, por exemplo, hoje ainda recebi muitos Prefeitos e Vereadores em meu gabinete para pedidos de emendas. Vou processar isso na quinta–feira.

Então, nós poderíamos nos decidir pela quinta–feira, até as 18 horas, para fazer, com mais tranquilidade, o fechamento dessas emendas individuais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, para não deixar sem resposta os apelos a mim formulados, vou voltar a me reunir com os dois Relatores, Deputado Arlindo Chinaglia e Senador Walter Pinheiro, para ver se

me convencem a mudar minha posição, ou se mantenho favorável a posição que eu tenho. Não tenho nenhuma dificuldade em alterá–la, mas vou ouvir os Relatores.

Está suspensa a reunião até o momento, repito, em que haja uma brecha na Câmara e no Senado para a aprovação do acordo que firmamos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu peço a V.Exa. que determine à Secretaria que pelo menos avise aos Líderes, para que cada um converse com sua bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A Secretaria vai avisar aos Líderes sobre a manutenção ou a prorrogação.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Até que horas nós temos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Às 18 horas a Secretaria informará as Lideranças de...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Quero deixar registrado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não tem como dizer o interregno...

Ele está dizendo o seguinte: que avise se vai haver ou não prorrogação. É outra coisa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Se houver o interregno, que avise. Se houver o interregno, que avise.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Às 18 horas a Mesa da Comissão vai informar o adiamento ou não e justificar a posição tomada pelo Presidente e pelos Relatores.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) – Está reaberta a sessão.

Declaro reiniciada a 23ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2011.

Em virtude da continuação da Ordem do Dia nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, fica suspensa a presente reunião, antes convocando a continuação desta reunião ordinária para o dia 23 de novembro, amanhã, quarta–feira, às 14 horas, neste plenário, com um único item a ser deliberado, a alteração da emenda do Item 10 do parecer preliminar da PLOA para 2012.

Fica suspensa esta reunião.

Muito obrigado.

Boa noite a todos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos começar. Solicito aos Srs. Deputados e Senadores que assumam os seus respectivos lugares. Nós tivemos a sessão suspensa ontem e vamos retomá–la agora. *(Pausa.)*

Declaro reiniciada a 23ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2011. Informo que os avulsos das matérias encontram–se na mesa dos nossos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara e do Senado. Havendo concordância do Plenário, proponho dispensa da leitura das atas, por ter sido distribuídas antecipadamente. Não havendo discussão, conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regimento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 16 e 17 de novembro.

Em votação na Câmara. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes. *(Pausa.)*

Apreciação da alteração do subitem do parecer preliminar ao projeto de lei aprovado na reunião de ontem. Onde se lê *"do limite de que trata*..."

Srs. Deputados Danilo Forte, Gilmar Machado e Arthur, é aquele acordo feito ontem. Eu vou ler para que, com os *quoruns* deliberativos, nós possamos aprovar.

Onde se lê *"do limite de que trata o item 10, no mínimo, de 2 milhões de reais, devendo ser alocados na Ação nº 8.581, estruturação da rede de serviços de atenção básica",* leia–se: *"do limite de que trata o item 10, no mínimo, de 2 milhões de reais, deverão ser alocados no Ministério da Saúde, em especial na Ação nº 8.581, estruturação da rede de serviços de atenção básica à saúde".* Abre todas as... e superam as dificuldades.

A alteração tem por objetivo atender a um acordo proposto pela bancada do PMDB e por outros Líderes, conforme notas taquigráficas da continuação da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011. O Deputado Darcísio Perondi, do PMDB do Rio Grande do Sul, falando pela bancada do PMDB, afirmou: *"Os 2 milhões do aumento de 13 para 15 deverão ser dirigidos à saúde e à rede de estruturação de serviços de atenção básica à saúde. Por empréstimo, será utilizado o disposto no art. 325, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para solucionar o problema do Subitem nº 10.1 do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 28, de 2011".*

Passo a palavra ao Relator–Geral para confirmar os termos do acordo que foi expedido ontem, em que ficou definido: saúde geral.

A sua concordância é fundamental, Relator.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Ontem já fizemos esse acordo publicamente. Portanto, é só uma questão redacional, que eu confio plenamente na equipe de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a confiança.

A alteração está em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

Feita a alteração, o prazo ficou, por força... Ontem mesmo, às 18 horas, atendendo à solicitação dos Srs. Líderes, nós resolvemos prorrogar para amanhã a entrega das emendas, em virtude também da necessidade de a Secretaria e o PRODASEN ajustarem essa nova decisão. Como essa decisão só pôde ser votada agora, nós temos que dar um tempo ao PRODASEN para que ele ajuste e abra o sistema para receber as emendas. E, por essa razão e atendendo de forma superveniente o interesse de V.Exas., eu prorroguei, com o apoio do Relator–Geral e do Relator do PPA e a autorização do Presidente do Congresso Nacional, como disse aqui a Dra. Myrna, para amanhã, às 24 horas, no mesmo horário de hoje.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Com a mudança, como V.Exa. já relatou, nós tínhamos programado uma reunião com os Relatores Setoriais para amanhã à tarde, para dar a agilidade que todos queremos, sem perda de conteúdo, ao processo legislativo. Com essa mudança, eu queria pedir a V.Exa. que empenhasse aí o seu prestígio, valendo o cargo, para que nós pudéssemos ter uma reunião com os Relatores Setoriais ou na sexta–feira – eu vou estar aqui – ou amanhã, no final da tarde, para, pelo menos, nós definirmos uma cronograma, porque nós dependeremos das contas que serão feitas pela Consultoria, para que tenhamos os limites de cada Relator Setorial.

Então, nós poderíamos – e coloco para a avaliação de V.Exa. – fazer uma reunião com os Relatores Setoriais para nós definirmos um calendário de entrega amanhã. Aí a Consultoria ultimaria as suas conclusões com referência a valores. E nós faríamos uma reunião na segunda–feira com os Setoriais, num horário adequado para todo mundo, para que a gente, então, dê a informação por completo do ponto de vista dos limites.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. solicita que nós marquemos uma reunião com os Relatores Setoriais para...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Amanhã, de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – ... amanhã, de manhã, aqui na sala da Presidência.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E na segunda–feira.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, atendendo à solicitação do Relator–Geral, nós solicitamos a presença dos Srs. Relatores Setoriais amanhã, às 10 horas, na sala da Presidência, e na próxima segunda–feira, às 15 horas, também na sala da Presidência, para ultimar todos os detalhes a respeito do desenvolvimento das ações de V.Exas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A convocação que o meu substituto *ad hoc* e quase que permanente fez ontem era estritamente para o cumprimento deste acordo. E, em respeito ao Regimento e em atenção ao Deputado Claudio Cajado, que esteve ontem aqui e determinou que fosse feita esta pauta única, exclusiva, isolada, solitária, eu encerro a sessão e convoco para o dia 29...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pois não, Deputado. É muito prestígio! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – V.Exa. precisa voltar a esta Casa, para que eu possa lhe dar o voto, porque, do jeito que V.Exa. se comporta, eu quero votar para V.Exa. no que V.Exa. quiser. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Um abraço.

Encerro esta reunião, mas antes convoco reunião ordinária para o dia 29 de novembro, terça–feira, às 14h30min.

Tenham todos uma boa tarde e fiquem com Deus!

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, reuniu–se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização, no Anexo II, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pautas nº 30. Foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares**: Ademir Camilo, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Dilceu Sperafico, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, João Dado, João Magalhães, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Rodrigo de Castro, Rubens Bueno e Rui Costa; **– Senadores titulares**: Cyro Miranda e Francisco Dornelles; **– Deputados suplentes:** Alexandre Leite, Ângelo Agnolin, Arthur Lira, Carlos Magno, Danilo Forte, Gorete Pereira, Ronaldo Zulke e Weliton Prado; **– Senadores Suplentes**: Delcídio do Amaral e Ivo Cassol. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Andre Vargas, Claudio Cajado, Edmar Arruda, Efraim Filho, Genecias Noronha, George Hilton, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, José Priante, Luciana Santos, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro. **ABERTURA:** às quinze horas, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), Segundo Vice–Presidente no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006–CN, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional.* Em virtude da inexistência de *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos. **Deixaram de ser apreciadas** as seguintes matérias: Pauta 30. **01) Aviso nº 11/2011–CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011–6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo arquivamento da matéria. **02) Requerimento nº 16/2011–CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **03) Requerimento nº 17/2011–CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **04) Requerimento nº 23/2011–CMO,** que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife– PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **05) Requerimento nº 24/2011–CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **06) Requerimento nº 25/2011–CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. **07) Requerimento nº 26/2011–CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero". (Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Senhor Gustavo do Vale). Autor: Deputado Marçal Filho. **08) Requerimento nº 27/2011–CMO,** que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. **09) Requerimento nº 29/2011–CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro–Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro–Oeste– FCO –, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro–Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacio-

nal, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A.". Autor: Deputado Marçal Filho. **10) Requerimento nº 30/2011–CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. **11) Requerimento nº 31/2011–CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. **12) Requerimento nº 33/2011–CMO** que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **13) Ofício nº 35/2010–CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro–Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **14) Ofício nº 12/2011–CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro–Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **15) Mensagem nº 93/2011–CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 6 de dezembro, às 14h30min, e as seguintes reuniões extraordinárias: dia 6 de dezembro, às 10h, às 14h30min, às 18h e às 20 horas; dia 7 de dezembro, às 14h30, às 18h e às 20 horas; dia 8 de dezembro, às 10 horas, às 14h30min, às 18h e às 20 horas e no dia 9 de dezembro às 10 horas, a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Cyro Miranda) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 24ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2011.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal, encerro a presente reunião. Antes, convoco a realização das seguintes reuniões neste plenário: dia 6 de dezembro, terça–feira, às 10 horas, 14h30min, às 18 horas e às 20 horas; no dia 7 de dezembro, quarta–feira, às 14h30min, às 18 horas e às 20 horas; no dia 8 de dezembro, quinta–feira, às 10 horas, às 14h30min, às 18 horas e às 20 horas.

A reunião está encerrada.

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 20, 21 E 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

Aos seis, sete, oito, doze, treze, quatorze, quinze, vinte, vinte e um e vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, reuniu–se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pauta 30 e 31/2011. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares:** Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa e Wellington Roberto; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Alex Canziani, Alfredo Kaefer, Ângelo Agnolin, Arthur Lira, Benjamin Maranhão, Carlos Magno, Daniel Almeida, Danilo Forte, Darcísio Perondi, Domingos Sávio, Edson Silva, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, José Airton, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Valmir Assunção, Vaz de Lima,

Weliton Prado e Zé Geraldo; **– Senadores suplentes:** Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Inácio Arruda, Ivo Cassol e Lúcia Vânia. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados:** George Hilton, Glauber Braga, Vitor Penido; e **– Senadores**: Sérgio Petecão. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Cabo Juliano Rabelo, Devanir Ribeiro, Jaime Martins, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Marinha Raupp, Nelson Pellegrino, Osmar Serraglio, Paulo Pereira da Silva, Rebecca Garcia, Reginaldo Lopes e Sandra Rosado e o Senador Benedito de Lira. **ABERTURA:** às dez horas e trinta e um minutos do dia seis de dezembro de dois mil e onze, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou abertos os trabalhos. Informou que o *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ainda não havia sido atingido. Às dez horas e trinta e dois minutos, a reunião foi suspensa e convocada a continuação para as quatorze horas do mesmo dia. Às quatorze horas e vinte e oito minutos do mesmo dia, o Presidente reabriu a reunião e informou que o Colegiado de Líderes estava buscando consenso para apreciação das matérias da pauta. Os trabalhos foram suspensos às quatorze horas e trinta minutos e convocada a continuação para as dezessete horas da mesma data. Às dezessete horas e sete minutos do mesmo dia, o Deputado Gilmar Machado, no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* informou que os trabalhos seriam suspensos tendo em vista a realização da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal. Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia sete de dezembro, o Deputado Pedro Chaves, no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* informou que os trabalhos seriam suspensos e convocada a continuação para as dezoito horas da mesma data. Às dezoito horas e sete minutos do mesmo dia, o Deputado Raimundo Gomes de Matos, no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* informou que não havia acordo para apreciação das matérias. Em seguida, suspendeu os trabalhos para ter a continuação às nove horas e trinta minutos do dia seguinte. Às nove horas e quarenta e três minutos do dia oito de dezembro, o Senador Vital do Rêgo, Presidente, reabriu a reunião. Tendo sido estabelecido o quórum regimental, o Presidente anunciou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 23ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 22 e 23/11/2011; e 24ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29/11/2011. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **AVISOS:** O Presidente solicitou ao Plenário um minuto de silêncio pelo falecimento do ex–Deputado Nelson Trad. Após, o Presidente em exercício comunicou que no dia 12 de dezembro, às 14 horas, seria realizada reunião de audiência pública com representantes do Dnit e da Valec do Ministério dos Transportes, da Funasa do Ministério da Saúde, do DNOCS do Ministério da Integração Nacional, e da Petrobras, por solicitação do Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, para atendimento ao disposto no *parágrafo 2º do art. 95 da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012).* **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias naquela data. **ORDEM DO DIA:** O Presidente informou que havia acordo para iniciar a leitura e a discussão dos **Relatórios Setoriais** apresentados ao **Projeto de Lei nº 28/2011–CN** (PLOA 2012), referentes às seguintes Áreas Temáticas: II – Saúde; IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte; V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano; VII – Justiça e Defesa; VIII – Poderes do Estado e Representação; e IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário, constantes do item 2, da Pauta nº 31/2011. Posteriormente, informou que iria ser apreciado o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, apresentado à mesma matéria, constante do item 1 da pauta. PAUTA 31. **2 –** Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 28/2011–CN (PLOA 2012),** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". O Presidente determinou que fosse desconsiderada em todos os Relatórios Setoriais a menção à inadmissibilidade das emendas coletivas, por ser prorrogativa do CAE. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano.** Relator Setorial: Deputado Giroto (PR/MS). O Relator apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Pedro Chaves, Danilo Forte, Marçal Fi-

lho, Geraldo Resende, Ademir Camilo, Senador Aníbal Diniz, e Deputados Alex Canziani, Ângelo Agnolin, Nilton Capixaba, Arthur Lira e Cabo Juliano Rabelo. Às dez horas e quarenta e um minutos, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 45 destaques, cuja apreciação foi adiada. Às dez horas e quarenta e sete minutos, a reunião foi suspensa e reiniciada logo em seguida. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.** Relator Setorial: Senador Cyro Miranda (PSDB/GO). O Relator apresentou o Relatório e a Errata. O Presidente anunciou o início da discussão e do prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Reginaldo Lopes, Alex Canziani, Pedro Chaves, Senador Acir Gurgacz, Rogério Marinho, Pauderney Avelino, João Magalhães e Sandra Rosado. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 54 destaques, cuja apreciação foi adiada. Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o **Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, quanto à admissibilidade de emendas coletivas apresentadas ao **Projeto de Lei nº 28/2011–CN** (PLOA 2012). Coordenador do CAE: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE). Voto: dentre as emendas de bancada estadual e de Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, apresentadas ao PLOA 2012, sejam consideradas inadmitidas as emendas nºs 50310005, 50310006, 50310008, 60010004, 60080004, 71070017, 71130017, 71160016, 71160018, 71190004, 71200019 e admitidas as demais. O Relator apresentou o Relatório e o Adendo. A discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Arthur Lira, Wellington Roberto e Rogério Marinho. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram finalizados. Foram apresentados 2 destaques, cuja apreciação foi adiada. Às onze horas e cinquenta e oito minutos, o Deputado Pedro Chaves assumiu a direção dos trabalhos. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde.** Relator Setorial: Deputado Rui Costa (PT/BA). O Relatório foi apresentado. A discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Reginaldo Lopes, Rogério Marinho, Andre Vargas, Senador Aníbal Diniz, e os Deputados Darcísio Perondi, Ronaldo Zulke e Pauderney Avelino. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 55 destaques, cuja apreciação foi adiada. Concluída a apreciação das matérias acordadas para aquela data, o Presidente em exercício suspendeu a reunião. Antes, cancelou a realização das seguintes reuniões extraordinárias: dia 8 de dezembro, quinta–feira, às 10 horas, 14h30min, 18 e 20 horas; e dia 9 de dezembro, sexta–feira, às 10 horas. Convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 12 de dezembro, às 19 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. A reunião foi suspensa às treze horas e dez minutos. Às dezenove horas e sete minutos do dia doze de dezembro, o Presidente reabriu a reunião. A seguir, anunciou a apreciação do **Relatório Setorial referente à Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário.** Relator Setorial: Senador Ricardo Ferraço. O Relator apresentou o Relatório e as Erratas 1 e 2. A discussão e o prazo para apresentação de destaques foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Ademir Camilo, Hugo Leal e Rogério Marinho e Senadores Abílio Diniz e Walter Pinheiro. O Relator concluiu a explanação da sua matéria. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Questionado sobre acordo para apresentação do Relatório Setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, o Presidente anunciou que iria suspender a reunião e convocaria a continuação para o dia seguinte, às dez horas e trinta minutos. A reunião foi suspensa às dezenove horas e trinta e um minutos. Às dez horas e vinte e seis minutos do dia treze de dezembro, o Presidente reabriu os trabalhos. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.** Relator Setorial: Deputado Raimundo Gomes de Matos. O Relator apresentou o Relatório. Às dez horas e quarenta e oito minutos, o Deputado Pedro Chaves assumiu a condução dos trabalhos. A discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Pedro Chaves, Geraldo Rezende, Danilo Forte, Ronaldo Zuke e Claudio Cajado. Às dez horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. O Relator respondeu aos questionamentos efetuados. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 23 destaques, cuja apreciação foi adiada. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.** Relator Setorial: Deputado José Priante (PMDB/PA). O Relatório foi apresentado na íntegra. A discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Claudio Cajado, Reginaldo Lopes, Ademir Camilo, Efraim Filho, Pedro Chaves, Geraldo Rezende, Rogério Marinho, Luciana Santos, Rui Costa, Danilo Forte, Gilmar Ma-

chado, Giroto, Nillton Capixaba, André Vargas e a Senadora Lúcia Vânia. O Presidente comunicou ao Plenário a presença do Pastor Marcelo Gomes, acompanhado do Deputado Edmar Arruda (PSC/PR), e agradeceu pelo recebimento de um exemplar da *Bíblia Sagrada*, tecendo elogios a ambos. Finalizando, o Relator respondeu aos questionamentos efetuados. O Deputado Wellington Roberto discutiu o assunto. O Presidente informou aos Parlamentares sobre o disposto no *art. 80, inciso I, alínea a, do Regimento Comum,* que estabelece: *"Somente será admitido destaque: I – ao projeto: a) para recompor dotação cancelada, até o limite de 3 (três) destaques por membro da CMO, inadmitidos os que tenham como objetivo recompor dotação reduzida por cancelamento linear*." O Presidente informou que as obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Relator serão votadas separadamente. O Presidente anunciou que a sessão do Congresso Nacional estava na iminência de ser iniciada e propôs a continuação da reunião para as dezoito horas daquele dia para apreciar os demais Relatórios Setoriais. A discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 42 destaques, cuja apreciação foi adiada. Às doze horas e trinta e nove minutos, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para as dezoito horas daquela data. Às dezoito horas e quinze minutos do mesmo dia, o Presidente reabriu a reunião e, tendo persistido a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os trabalhos foram suspensos para as vinte horas. Às vinte horas e um minuto do mesmo dia, o Presidente deu prosseguimento à reunião. O Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), apoiado pelos Deputados Genecias Noronha (PMDB/CE), Ademir Camilo (PDT/MG) e João Magalhães (PMDB/MG) levantou Questão de Ordem solicitando o encerramento ou a suspensão da reunião, conforme estabelece o *art. 134, parágrafo único,* da *Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. O Presidente solicitou ao requerente que permitisse a leitura e discussão do Relatório Setorial da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação antes da dar resposta à Questão de Ordem, em virtude das dificuldades enfrentadas pelo Relator Setorial em comparecer à reunião por motivo de doença na família. A solicitação foi acatada. Após o encerramento da discussão e do prazo para apresentação de destaques do referido Relatório Setorial, o Deputado Danilo Forte solicitou novamente à Presidência o cumprimento do disposto no supracitado dispositivo regimental. Em resposta à Questão de Ordem, o Presidente informou que estavam presentes no plenário os Senadores Inácio Arruda (PCdoB/CE), Delcídio do Amaral (PT/MS), e o Presidente da Comissão, não contando os inúmeros Deputados que estavam visivelmente presentes superando a quantidade mínima exigida, e desta forma, deu prosseguimento aos trabalhos. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação.** Relator Setorial: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE). O Relatório e a Errata foram apresentados. A discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Danilo Forte, Claudio Cajado, João Carlos Bacelar e Ângelo Agnolin. O Relator Setorial apresentou as considerações finais. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. A apreciação dos destaques foi adiada. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática I – Infraestrutura.** Relator Setorial: Senador Delcídio do Amaral (PT/MS). O Relatório, a Errata e os Adendos nºs 1 e 2 foram apresentados. A discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. Às vinte e uma horas e três minutos, o Deputado Pedro Chaves assumiu a Presidência. Discutiram a matéria os Deputados Wellington Roberto, Júlio César, Claudio Cajado, Reginaldo Lopes, Rogério Marinho, Jovair Arantes, Hugo Leal, André Vargas, Geraldo Rezende, Marçal Filho, Giroto, Danilo Forte, Ademir Camilo, Carlos Magno, José Priante, Ronaldo Zulke, Jaime Martins, Rui Costa e João Magalhães. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 96 destaques. O Presidente comunicou que suspenderia a reunião e que no dia 14 de dezembro pretendia iniciar a leitura e a discussão dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas VII – Justiça e Defesa; e X – Trabalho, Previdência e Assistência Social. Informou que o Senador Walter Pinheiro pretendia entregar o Relatório ao Projeto de Lei nº 29/2011–CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012–2015". Os trabalhos foram suspensos às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos. Às nove horas e vinte e um minutos do dia quatorze de dezembro, a reunião foi reiniciada. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática VII – Justiça e Defesa.** Relator Setorial: Deputado Dilceu Sperafico (PP/PR). O Relatório, as Erratas nºs 1 e 2, e o Adendo nº 1 foram apresentados. A discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. O Deputado Claudio Cajado discutiu a matéria. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 16 destaques, cuja apreciação foi adiada. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social.** Relator Setorial: Deputado Efraim Filho (DEM/PB). O

Relatório foi apresentado. A discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Rogério Marinho, Claudio Cajado, Weliton Prado e Marçal Filho. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foi apresentado 1 destaque, cuja apreciação foi adiada. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório nº 1 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, de autoria do Deputado Weliton Prado. Em votação, o requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dez horas e vinte e oito minutos, o Deputado Pedro Chaves assumiu a direção dos trabalhos. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório nº 1 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras com Indícios de Irregularidades Graves – COI.** Conforme o disposto no *art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o Relatório nº 1 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, para atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, integrante do **Projeto de Lei nº 28/2011–CN** (PLOA 2012). Coordenador do COI: Deputado Weliton Prado (PT/MG). Voto: nos termos dos anexos apresentados. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2011–CN**, de autoria do Deputado Weliton Prado, Coordenador do COI. Em votação, o requerimento de inclusão na pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2011–CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 99, § 6º, da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 (LDO 2011), o relatório contendo a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 2.018 – Seses/TCU, de 09 de novembro de 2010, relativas às obras com indícios de irregularidades graves. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Coordenador: Deputado Weliton Prado. Voto: nos termos do anexo 2 apresentado. Discutiram a matéria os Deputados Claudio Cajado e Rogério Marinho. O Deputado Claudio Cajado apresentou questão de ordem, solicitando que fosse determinado prazo para apresentação de emendas ao Relatório do **Aviso nº 12/2011–CN** e ao **Relatório nº 1/COI/2011**, conforme estabelece o *art. 120, inciso III,* da *Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.* O Presidente em exercício acatou a solicitação e estipulou o prazo de dois dias úteis, a partir de 14 de dezembro, para que fossem apresentadas emendas ao Relatório e, como consequência caso apresentem emendas, novo Relatório será apresentado. Discutiram o assunto os Deputados Gilmar Machado, Claudio Cajado, Rogério Marinho, Efraim Filho, Geraldo Simões, Raimundo Gomes de Matos, Domingos Sávio, Ademir Camilo, André Vargas e Wellington Roberto. O Deputado João Dado informou que havia apresentado declaração de voto no Relatório e que apresentaria emenda sobre o mesmo assunto. Às onze horas e cinquenta e sete minutos, o Deputado Rui Costa assumiu a Presidência. A reunião foi suspensa às doze horas e vinte minutos e convocada a continuação para as nove horas do dia seguinte. Ás onze horas e cinquenta e sete minutos, o Deputado Rui Costa assumiu a Presidência. A reunião foi suspensa às doze horas e vinte minutos e convocada a continuação para as nove horas do dia seguinte. Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia quinze de dezembro, a reunião foi reiniciada pelo Deputado Pedro Chaves. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação.** Relator Setorial: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE). O Deputado Claudio Cajado solicitou a presença do Relator–Geral do PLOA 2012 no recinto do plenário, sendo seguido pelos Deputados Raimundo Gomes de Matos, Domingos Sávio e André Vargas. Em conformidade com o disposto no *parágrafo 14 do item I.2. EMENDAS INDIVIDUAIS, do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE,* o Relator Setorial em conjunto com o CAE, indicou para inadmissibilidade a emenda individual nº 35780017. Em votação, a indicação de inadmissibilidade de emenda foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação o Relatório Setorial e a Errata foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 15 destaques: **1)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do relator setorial: **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com voto do relator setorial pela REJEIÇÃO: 01 a 15. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática I – Infraestrutura.** Relator Setorial: Senador Delcídio do Amaral (PT/MS). O Relator Setorial apresentou o Adendo nº 1–A,

em substituição ao Adendo nº 1. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006–CN*, *alterada pela de nº 3/2008–CN,* o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação à emenda de relator setorial apresentada, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação o Relatório Setorial, a Errata, e os Adendos nºs 1–A e 2 foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do *art. 70, inciso II da Resolução nº 1/2006–CN, alterada pela de nº 3/2008–CN,* as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos 96 destaques: **1)** Solicitação para votação separadamente do destaque 96, do Deputado Danilo Forte (autorizado pelo Coordenador da Bancada), à emenda 71070014, da Bancada do Ceará. Voto do Relator Setorial: pela APROVAÇÃO PARCIAL. O Relator Setorial informou que seria dado o mesmo tratamento dado ao destaque 9, alterando a decisão em relação à emenda 71070014 de rejeitada para **inadmitida**. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do relator setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaque com voto do relator setorial pela APROVAÇÃO INTEGRAL: 32, do Deputado Nelson Pellegrino, à emenda 71060016, da Bancada da Bahia. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4)** Destaques com voto do relator setorial pela APROVAÇÃO PARCIAL: 9, do Deputado Wellington Roberto, à emenda 50310001, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; 82, do Deputado Jaime Martins, à emenda 50240003, da Comissão de Viação e Transportes; e 83, do Deputado Jaime Martins, à emenda 50240004, da Comissão de Viação e Transportes. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **5)** Destaques com voto do relator setorial pela REJEIÇÃO: 01 a 8, 10 a 31, 33 a 81, 84 a 95. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social.** Relator Setorial: Deputado Efraim Filho (DEM/PB). Às dez horas e trinta e três minutos, o Presidente reassumiu a direção da reunião e anunciou a votação do Relatório Setorial da Área X, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvado o destaque. Apreciação do destaque 1, com voto do relator setorial pela REJEIÇÃO: Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática VII – Justiça e Defesa.** Relator Setorial: Deputado Dilceu Sperafico (PP/PR). O Deputado Claudio Cajado informou que havia acordo para votar todos os Relatórios Setoriais remanescentes. Em votação, o Relatório Setorial da Área Temática VII, as Erratas nºs 1 e 2, e o Adendo nº 1 foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 16 destaques: **1)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do relator setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com voto do relator setorial pela REJEIÇÃO: 01 a 16. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde.** Relator Setorial: Deputado Rui Costa (PT/BA). Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006–CN*, *alterada pela de nº 3/2008–CN,* o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação à emenda de relator setorial apresentada, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 55 destaques: **1)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do relator setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com voto do relator setorial pela REJEIÇÃO: 01 a 55. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento*

Comum. O Presidente parabenizou à Secretária da CMO, Myrna Lopes Pereira, pelo seu aniversário e os parlamentares presentes o acompanharam nos votos de felicitações. A reunião foi suspensa às dez horas e quarenta e quatro minutos e reiniciada às dez horas e cinquenta e nove minutos. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.** Relator Setorial: Deputado José Priante (PMDB/PA). O Presidente adiou a apreciação para aguardar o relatório dos destaques. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.** Relator Setorial: Senador Cyro Miranda (PSDB/GO). Em votação, o Relatório Setorial e a Errata foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 54 destaques: **1)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do relator setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com voto do relator setorial pela REJEIÇÃO: 01 a 54. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano.** Relator Setorial: Deputado Giroto (PR/MS). Em votação, o Relatório Setorial da Área Temática V foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 45 destaques: **1)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do relator setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com voto do relator setorial pela REJEIÇÃO: 01 a 45. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Às onze horas e quatorze minutos, os trabalhos foram suspensos, reiniciados às onze horas e vinte e nove minutos, suspensos em seguida, e reiniciados às onze horas e quarenta e dois minutos da mesma data. Os Deputados Gilmar Machado e Pedro Chaves informaram que havia acordo para apreciar os demais Relatórios Setoriais. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.** Relator Setorial: Deputado José Priante (PMDB/PA). Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006–CN*, *alterada pela de nº 3/2008–CN,* o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às 21 emendas de relator setorial apresentadas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório Setorial da Área Temática III foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006–CN, alterada pela de nº 3/2008–CN,* as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 42 destaques: **1)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do relator setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaque com voto do relator setorial pela APROVAÇÃO INTEGRAL: 27, do Deputado Giroto, solicitando recomposição total do sequencial 006848. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaques com voto do relator setorial pela APROVAÇÃO PARCIAL: 21, do Deputado Wellington Roberto, solicitando a recomposição total do sequencial 006809; 24, do Deputado Wellington Roberto, solicitando a recomposição total do sequencial 006827; 28, do Deputado Giroto, solicitando a recomposição total do sequencial 006809; 29, do Deputado Giroto, solicitando a recomposição total do sequencial 006827; 36, do Deputado Efraim Filho, solicitando a recomposição total do sequencial 006827; e 37, do Deputado Efraim Filho, solicitando a recomposição total do sequencial 006809. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4)** Destaques com indicação do relator setorial pela INADMISSIBILIDADE: 22, 26, 35, 38, 39, 40 e 42. Os destaques foram **inadmitidos. 5)** Destaques 1 a 20, 23, 25, 30 a 34, e 41. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.** Relator Setorial: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). Em conformidade com o disposto no *parágrafo 14 do item I.2. EMENDAS INDIVIDUAIS, do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE,* o Relator Setorial em conjunto com o CAE, indicou para

inadmissibilidade a emenda individual nº 28300011. Em votação, a indicação de inadmissibilidade de emenda foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório Setorial da Área Temática VI foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 23 destaques: **1)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do relator setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com voto do relator setorial pela REJEIÇÃO: 01 a 23. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário.** Relator Setorial: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) como Relator Setorial *ad hoc*. Em votação, o Relatório Setorial e as Erratas nºs 1 e 2 foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 21 destaques: **1)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do relator setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com voto do relator setorial pela REJEIÇÃO: 01 a 21. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Deputado Wellington Roberto apresentou Questão de Ordem, com base no estabelecido no *art. 25 da Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* questionando à Presidência sobre a impossibilidade de votar o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, quanto à admissibilidade de emendas coletivas apresentadas ao Projeto de Lei nº 28/2011–CN (PLOA 2012), uma vez que todos os Relatórios Setoriais já foram apreciados. O Coordenador é o Deputado Danilo Forte (PMDB/CE) e o Voto constante do Relatório "dentre as emendas de bancada estadual e de Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, apresentadas ao PLOA 2012, sejam consideradas inadmitidas as emendas nºs 50310005, 50310006, 50310008, 60010004, 60080004, 71070017, 71130017, 71160016, 71160018, 71190004, 71200019 e admitidas as demais". O Presidente solicitou que o Coordenador, se pronunciasse sobre o assunto, que informou que o Relatório estava concluído. O Deputado Arthur Lira discutiu a matéria. A seguir, o Presidente **acatou** a questão de ordem. O Presidente sugeriu que fosse dado início à apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012–2015 e houve acordo. Apreciação do Relatório ao **Projeto de Lei nº 29/2011–CN**, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012–2015", (PLPPA 2012/2015). Relator: Senador Walter Pinheiro (PT/BA). Foram apresentadas 2.213 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado pelo Relator. Das 2.213 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 246; pela aprovação parcial de 263; pela prejudicialidade de 13 e pela rejeição das demais. A discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. O Relator apresentou o Relatório. Encerrada a leitura, o Presidente propôs que fosse encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques para dar prazo ao Relator para analisá–los. Às doze horas e cinquenta e quatro minutos, o Deputado Pedro Chaves assumiu a direção dos trabalhos. Discutiram o Relatório os Deputados Claudio Cajado, Alex Canziani e José Priante. O Deputado Ademir Camilo informou sobre o falecimento do pai do Deputado Reginaldo Lopes, Coordenador da Bancada de Minas Gerais, e por esse motivo ele não estaria presente à reunião. Questionou, portanto, quem poderia apresentar destaque à matéria, visto que não havia possibilidade de ser enviado expediente autorizando outro parlamentar da Bancada para apresentar destaques ao Projeto de Lei do PPA 2012–2015. O Presidente respondeu que o assunto estava sendo registrado no arquivo de áudio da reunião e, por esse motivo, autorizaria ao Deputado Ademir Camilo para ser o Coordenador da Bancada nesse momento. Discutiram, ainda, a matéria os Deputados Gilmar Machado, Wellington Roberto, Ronaldo Zulke e Giroto. Às treze horas e trinta e seis minutos, o Deputado Geraldo Rezende assumiu a direção dos trabalhos e às treze horas e quarenta minutos o Deputado Pedro Chaves reassumiu a presidência. Finalizando o período de debates, discutiram a matéria os Deputados Geraldo Rezende, Osmar Serraglio, Raimundo Gomes de Matos, Gonzaga Patriota, Wellington Roberto e o Senador Aníbal Diaz. O Relator respondeu aos questionamentos efetuados no debate. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. O Presidente em exercício suspendeu os trabalhos às quatorze horas e treze minutos e convocou a continuação para as dezesseis horas. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos do mesmo

dia, a reunião foi reaberta e suspensa até as dezessete horas e sete minutos. Reiniciada, o Presidente informou que receberia o Ministro Ari Pargendler, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, às 17h30min, na sala de reunião da Presidência da Comissão. A Deputada Rebecca Garcia (PP/AM) informou que a emenda 71040004, de autoria da Bancada do Amazonas, apresentada ao Orçamento para 2011 teve erro de processamento. A solicitação para alteração pelo Sisel – Sistema de Solicitação de Ajuste a Emendas do PLOA foi deferida, porém a alteração não foi implementada a tempo. A Deputada solicitou ao Presidente medidas que poderiam retificar a referida emenda. O Presidente respondeu que não havia possibilidade, conforme dispõe *o art. 124 da LDO 2011*, tendo em vista que a retificação de autógrafo somente pode ser feita até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa. Porém, levaria o caso à Secretaria–Geral da Mesa do Congresso Nacional. O Deputado Claudio Cajado propôs que retomasse a apreciação do Relatório ao PPA 2012–2105. A seguir, o Presidente procedeu à continuação da apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2011–CN**, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012–2015", (PLPPA 2012/2015). Relator: Senador Walter Pinheiro (PT/BA). O Relator apresentou o Adendo 2. Às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, o Deputado Pedro Chaves assumiu a condução dos trabalhos, tendo em vista a presença do Presidente do STJ no Gabinete do Presidente, que saiu do recinto para recebê–lo. Tendo em vista que o Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE não se manifestou quanto às emendas individuais, coletivas e de Relator, nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006–CN, alterada pela Resolução nº 03/2008–CN*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a sua manifestação Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório e os Adendos 1 e 2 foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Foram apresentados 258 destaques, que tiveram o voto do Relator pela rejeição. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* Finalizada a apreciação do Relatório ao Projeto de Lei do PPA, os Deputados Rogério Marinho, Pedro Chaves, Ademir Camilo, Ronaldo Zulke, André Vargas e Rui Costa fizeram comentários enaltecedores ao desempenho do Relator. A seguir, o Presidente determinou à Secretaria que encerrasse o Sisel – Sistema de Solicitação de Ajuste a Emenda do PLOA – para que o Relator–Geral do PLOA 2012 concluísse o seu Relatório Final, cuja entrega à Secretaria será no dia dezenove de dezembro. Os trabalhos foram suspensos às dezoito horas e dez minutos e convocada a continuação para o dia vinte de dezembro, às quatorze horas. A reunião foi reiniciada às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia vinte de dezembro. Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Congresso Nacional, de acordo com o disposto no a*rt. 107, Inciso III, § único do Regimento Interno do Senado Federal,* o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária, às dezoito horas do mesmo dia. Às dezessete horas e cinquenta e nove minutos da mesma data, os trabalhos foram reiniciados pelo 3º Vice–Presidente, Deputado Roberto Britto (PP/BA), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal, de acordo com o disposto no a*rt. 107, Inciso III, § único do Regimento Interno do Senado Federal,* o Presidente em exercício anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, cancelou a realização de reuniões extraordinárias, convocadas anteriormente, para as dezoito e vinte horas. Convocou a continuação da reunião extraordinária para as vinte horas do mesmo dia. Os trabalhos foram reiniciados às vinte horas e dez minutos do dia vinte de dezembro. Em virtude da inexistência de acordo para deliberação das matérias constantes das pautas, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, cancelou a realização de reuniões extraordinárias convocadas anteriormente para o dia 21 de dezembro, às 12 e às 14 horas. Convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 21 de dezembro, às 14 horas. A reunião foi interrompida às vinte horas e vinte e seis minutos. Reiniciados os trabalhos, às quinze horas do dia vinte e um de dezembro, o Presidente informou que as Lideranças Partidárias com assento na CMO estavam em processo de entendimentos junto ao Relator–Geral do PLOA 2012, Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), para votação, ainda naquela tarde, do Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2011–CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012" – (Projeto de Lei Orçamentária para 2012). Em seguida, suspendeu a reunião e convocou a continuação para as dezessete horas do mesmo dia. Às dezessete horas e quatro minutos do mesmo dia, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Weliton Prado (PT/MG), no exercício da Presidência conforme

dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* e suspensos em seguida. Antes, o Presidente em exercício convocou a continuação para o mesmo dia, às 18 horas. Às dezenove horas e dois minutos, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Marçal Filho (PMDB/MS), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* e suspensos em seguida. Antes, o Presidente em exercício convocou a continuação da reunião extraordinária para o mesmo dia, às vinte horas. Às dezenove horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente reabriu os trabalhos e informou que os parlamentares ainda estavam em processo de entendimentos. Informou que pretendia concluir a votação do Projeto de Lei Orçamentária para 2012 no dia vinte e dois de dezembro. Em seguida, suspendeu os trabalhos e convocou a continuação para o dia 22 de dezembro, às 9 horas. Às nove horas e um minuto, a reunião foi retomada pelo Deputado Dilceu Sperafico, no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* e suspensos em seguida. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o mesmo dia, às 10 horas.Reabertos os trabalhos, o Presidente informou que de acordo com estatística elaborada pela CMO, durante o ano de 2011 ocorreram 38 reuniões deliberativas, 7 reuniões de audiências públicas, foram recebidas solicitações de abertura de créditos adicionais encaminhadas através de 4 Medidas Provisórias, 54 Projetos de Lei do Congresso Nacional, bem como os Projetos de Lei das Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual 2012–2015 e do Orçamento da União para 2012, e, ainda, 45 Avisos do Congresso Nacional referentes a obras com indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União. A seguir, o Presidente deu como lidos os expedientes. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias naquela data.

O Deputado Danilo Forte apresentou requerimento para inclusão na pauta do **Relatório com Emendas** do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI apresentado ao **Aviso nº 12/2011–CN.** Autor: Deputado Weliton Prado (PT/MG). Em votação, o requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório com Emendas** apresentado ao **Aviso nº 12/2011–CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 99, § 6º, da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 (LDO 2011), o relatório contendo a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 2.018 – Seses/TCU, de 09 de novembro de 2010, relativas às obras com indícios de irregularidades graves. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Coordenador do COI: Deputado Weliton Prado. Foram apresentadas 11 emendas ao Relatório. Voto: pela rejeição das emendas apresentadas e arquivamento da matéria. Ausente o Coordenador do COI, foi convidada a Deputada Gorete Pereira (PR/CE), como membro do COI, para apresentar o Relatório. O Relatório foi apresentado e a discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados João Dado, Claudio Cajado, Giroto, Rogério Marinho, Geraldo Simões, Efraim Filho, Vaz de Lima, Wellington Roberto, Gilmar Machado, André Vargas, João Magalhães, Danilo Forte e o Senador Cyro Miranda. O Coordenador do COI, Deputado Weliton Prado (PT/MG), chegou durante a discussão da matéria. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 11 destaques. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 11 destaques. **1)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Coordenador do COI. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com voto do Coordenador do COI pela APROVAÇÃO INTEGRAL: 1, do Deputado João Dado, à emenda 1/2011, do mesmo autor; e 6, do Deputado João Dado, à emenda 6/2011, do mesmo autor. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaques com voto do Coordenador do COI pela REJEIÇÃO: 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10 e 11. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Usaram da palavra para falar sobre a matéria os Deputados Ademir Camilo, Claudio Cajado, Nilton Capixaba e Darcísio Perondi. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório nº 1 com Emendas do Comitê de Avaliação das

Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI para atualização do Anexo VI do **Projeto de Lei nº 28/2011–CN** (PLOA 2012). Autor: Deputado Weliton Prado (PT/MG). Em votação, o requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório nº 1 com Emendas** do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI para atualização do Anexo VI do **Projeto de Lei nº 28/2011–CN** (PLOA 2012). Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Coordenador do COI: Deputado Weliton Prado (PT/MG). Foram apresentadas 2 emendas ao Relatório. Voto: pela rejeição das emendas apresentadas e pela aprovação do Anexo II, contendo a atualização do Anexo VI do PLOA 2012. O Relatório com Emendas foi apresentado e a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Rogério Marinho, Claudio Cajado e Gilmar Machado. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 2 destaques. Questionado sobre o Relatório Final do PLOA 2012, o Relator–Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, informou que o Relatório estava pronto para ser apresentado ao Plenário. Continuando, o Presidente submeteu à votação do Plenário o Relatório nº 1 com Emendas, que, ao ser proclamado o resultado da votação na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) pediu verificação de votação, com apoiamento dos Deputados Claudio Cajado (DEM/BA), Efraim Filho (DEM/PB) e Giroto (PR/MS), conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional.* O Presidente designou o Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Finalizada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação na representação da Câmara dos Deputados: votos SIM: 17; votos NÃO: 8; total de votantes: 25. Em seguida, o Presidente informou que o Relatório havia sido **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Rogério Marinho, Claudio Cajado, Efraim Filho, Giroto, Wellington Roberto, Rubens Bueno, Alfredo Kaefer e Vaz de Lima, ressalvados os destaques. Em votação na representação do Senado Federal, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 2 destaques: **1)** Destaque 1, do Deputado Rogério Marinho, destaque para recomposição do PDL. O autor apresentou o destaque e o voto do Coordenador do COI foi pela REJEIÇÃO. Em votação, o destaque foi **rejeitado,** com votos contrários dos Deputados Vaz de Lima (PSDB/SP), Rogério Marinho (PSDB/RN), Claudio Cajado (DEM/BA) e Wellington Roberto (PR/PB). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **2)** Destaque 2, do Deputado João Dado, à Emenda nº 1, do mesmo autor. O autor apresentou o destaque e o voto do Coordenador do COI foi pela REJEIÇÃO. Em votação, o destaque foi **rejeitado,** com os votos contrários dos Deputados Ademir Camilo (PDT/MG), João Dado (PDT/SP), Vaz de Lima (PSDB/SP), Rogério Marinho (PSDB/RN) e Claudio Cajado (DEM/BA)**.** Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE quanto ao exame de admissibilidade das **emendas da Relatoria–Geral** apresentadas ao **Projeto de Lei nº 28/2011–CN – Projeto de Lei Orçamentária para 2012.** Autor: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE). Em votação, o requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE,** quanto ao exame de admissibilidade das emendas da Relatoria–Geral apresentadas ao Projeto de Lei nº 28/2011–CN – Projeto de Lei Orçamentária para 2012. Relator: Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Coordenador do CAE: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE). Voto: propõe que sejam consideradas admitidas todas as emendas apresentadas pela Relatoria Geral ao PLOA 2012, assim como as emendas encaminhadas pelo Relator Setorial da Área Temática I – Infraestrutura de nº 50310001, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, e de nº 71070014, de autoria da Bancada do Ceará. O Relator apresentou o Relatório. A discussão e o prazo para apresentação de destaques foram iniciados e encerrados. Não havendo oradores, o Presidente submeteu o Relatório à votação que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do **Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2011–CN (PLOA 2012).** Autor: Deputado Arlindo Chinaglia. Em votação, o requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório Final** apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2011–CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012" – Projeto de Lei

Orçamentária para 2012. Relator–Geral: Deputado Arlindo Chinaglia. Foram apresentadas 9.465 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado. Foi iniciada a apresentação do Relatório Final. Tendo em vista a ocorrência de tumulto por parte de manifestantes que representavam os servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, o Presidente citou o disposto no *art. 272 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.* Às treze horas e onze minutos, os trabalhos foram suspensos para procedimentos visando à evacuação do recinto pelos manifestantes. Às treze horas e vinte e seis minutos, a reunião foi reiniciada e o Relator–Geral retomou a leitura do Relatório. Finalizada a apresentação do Relatório Final, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Efraim Filho, Ademir Camilo e Danilo Forte. O Deputado Rogério Marinho questionou se as Erratas nºs 1 e 2 foram apresentadas. O Relator–Geral informou que haviam sido distribuídas no recinto do plenário. Continuando, debateram a matéria os Deputados Raimundo Gomes de Matos, Márcio Reinaldo Moreira, Pedro Chaves, Weliton Prado, Alex Canziani, Rogério Marinho, Luciana Santos, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, João Dado, Geraldo Simões, Ronaldo Zulke, Vaz de Lima, Rubens Bueno e Edson Silva. Às quinze horas e um minuto, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 303 destaques, cuja apreciação foi **adiada**. Requerimento para inclusão na pauta da **Proposta de Alteração nº 1/2011 do Relatório Preliminar** apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2011–CN (PLOA 2012), aprovado em 10/11/2011, de acordo com o disposto no *art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.* Em votação, o requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação da **Proposta de Alteração nº 1/2011 ao Relatório Preliminar** apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2011–CN (PLOA 2012): **1. SEÇÃO V – DAS EMENDAS DE RELATOR.** Inclua–se novo item, com a seguinte redação: "17.1.12. possibilitar o acréscimo de recursos à funcional–programática 26.782.2075.12JP.0035 – APOIO À CONSTRUÇÃO DO RODOANEL – TRECHO NORTE – NO ESTADO DE SÃO PAULO – NO ESTADO DE SÃO PAULO". Autor: Deputado Arlindo Chinaglia. O Deputado Danilo Forte solicitou que o mesmo tratamento fosse dispensado ao Estado do Ceará. Em votação, a Proposta de Alteração nº 1/2011 ao Relatório Preliminar foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às quinze horas e sete minutos, os trabalhos foram suspensos por uma hora e trinta minutos. Às dezessete horas e cinquenta e um minutos da mesma data, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente. O Relator–Geral solicitou prazo para disponibilizar o seu voto aos destaques. O Presidente informou que o Senador Acir Gurgacz e o Deputado Paulinho Pereira estavam construindo texto para atendimento do pleito dos aposentados. Em seguida, suspendeu os trabalhos. Às dezenove horas e dezessete minutos do dia vinte e dois de dezembro, a reunião foi reiniciada. O Presidente prestou homenagem à Sra. Myrna Lopes Pereira, Secretária da Comissão, pelo seu honrado e brilhante trabalho durante anos e, mais uma vez, informou o afastamento em virtude de aposentadoria no final do mês. O Deputado Danilo Forte enfatizou a solicitação feita anteriormente para ser dado ao Estado do Ceará o mesmo tratamento que foi dado a São Paulo. O Relator–Geral informou que não seria possível. Em seguida, informou que o Adendo estava disponível e se havia necessidade de apresentá–lo. Houve consenso no sentido de suprimir a leitura do Adendo. Às dezenove horas e vinte e nove minutos, os trabalhos foram suspensos e reiniciados às dezenove horas e quarenta e cinco minutos, suspensos em seguida, e reiniciados às dezenove horas e cinquenta e um minutos. Em votação, o Relatório Final, as Erratas nºs 1 e 2 e o Adendo foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 303 destaques: **1)** Destaques solicitados pelos autores para votação separadamente: 110, 124, 220, 221, 230, 231, 245, 246, 260, 281 e 296. **2)** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator–Geral, ressalvados os solicitados para votação separadamente. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaques com voto do Relator–Geral pela REJEIÇÃO, ressalvados os solicitados para votação separadamente: 1 a 109, 111 a 123, 125 a 219, 222 a 229, 232 a 244, 247 a 259, 261 a 280, 282 a 295 e 297 a 303. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **4)** Destaques para votação separadamente com voto do Relator–Geral pela APROVAÇÃO: 110, do Deputado Danilo Forte, à Emenda 71070010, da Bancada do Ceará, R$ 10.000.000,00; 281, do Deputado Danilo Forte, à Emenda 71070018, da Bancada do Ceará, R$ 5.000.000,00; 246, do Deputado Ademir Camilo, à Emenda 71140005, da Bancada de Minas Gerais, R$ 5.000.000,00; 260, do Deputado Wellington Roberto, à Emenda 71160009, da Bancada da Paraí-

ba, R$ 10.000.000,00; 124, do Deputado Wellington Roberto, à Emenda 71160008, da Bancada da Paraíba, R$ 5.000.000,00; e 296, do Deputado João Magalhães, à Emenda 71140018, da Bancada de Minas Gerais, R$ 15.000.000,00. Fonte para atendimento dos destaques: corte de R$ 50.000.000,00 no sequencial 5453. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **5)** Destaques para votação separadamente com voto do Relator–Geral pela REJEIÇÃO: – Destaques 220 e 221. **5.1)** 220, do Deputado Efraim Filho, à emenda 24490042, do mesmo autor, e 221, do Deputado Efraim Filho, à emenda 24490043, do mesmo autor. O autor apresentou os destaques e o Relator–Geral deu voto contrário. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** com votos contrários dos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Vaz de Lima (PSDB/SP) e João Dado (PDT/SP) na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **5.2)** Destaques 230 e 231: 230, do Deputado Rogério Marinho, à emenda 34090022, do Deputado Marçal Filho e 231, do Deputado Rogério Marinho, à emenda 21830030, do Deputado Duarte Nogueira. Voto do Relator–Geral: pela REJEIÇÃO. Em votação, os destaques foram **rejeitados** com votos contrários dos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Vaz de Lima (PSDB/SP) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **6)** Destaque para votação separadamente: 245, do Deputado Ademir Camilo, à emenda 71140018, da Bancada de Minas Gerais. O destaque foi **prejudicado**, em virtude do atendimento do destaque 296. Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 30/2011, **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas: Pauta nº 30/2011. 1 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011–CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011–6)". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo arquivamento da matéria. **2 – Requerimento nº 16/2011–CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. **3 – Requerimento nº 17/2011–CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **4 – Requerimento n° 23/2011–CMO**, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A– PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **5 – Requerimento n° 24/2011–CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina". Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos. **6 – Requerimento n° 25/2011–CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega". Autor: Senador Vital do Rêgo. **7 – Requerimento n° 26/2011–CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento – Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero." (Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Senhor Gustavo do Vale). Autor: Deputado Marçal Filho. **8 – Requerimento n° 27/2011–CMO**, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário". Autora: Deputada Luciana Santos. **9 – Requerimento n°**

29/2011–CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro–Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro–Oeste– FCO –, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro–Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A." Autor: Deputado Marçal Filho. **10 – Requerimento n° 30/2011–CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica". Autor: Deputado Marçal Filho. **11 – Requerimento n° 31/2011–CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". Autor: Deputado Marçal Filho. **12 – Requerimento n° 33/2011–CMO**, que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA". Autor: Deputado Claudio Cajado. **13 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010–CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro–Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **14 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011–CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro–Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Heuler Cruvinel. Voto: pelo arquivamento da matéria. **15 –** Relatório apresentado à **Mensagem nº 93/2011–CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011. Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Concluída a apreciação do Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2011–CN, o Presidente encerrou os trabalhos, às vinte horas e trinta e três minutos do dia vinte e dois de dezembro de 2011. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Vital do Rêgo. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito bom dia a todos!

Há número regimental para a abertura dos nossos trabalhos.

Declaro iniciada a 13ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Comunico aos senhores profissionais da imprensa e assessores que nós estamos num esforço concentrado, hoje, para receber todos ou quase todos os relatórios dos Relatores Setoriais. Por isso, a reunião passa a estar suspensa neste momento, com a convocação imediata para as 14 horas, dentro daquele espírito ordinário que a CMO tem de convocar os Líderes e, depois, continuar a reunião.

Hoje vamos começar a ler os relatórios que já foram entregues. E comunico aos senhores que nós já temos 4 relatórios – o quarto relatório está quase pronto – e que estamos fazendo um esforço muito grande, para, ainda no dia de hoje, recebermos mais 3 relatórios. Com isso, teremos um estoque para esta semana, que é uma semana decisiva e definitiva para a votação do Orçamento, que é exatamente a manifestação desta Comissão com relação aos relatórios setoriais.

Tenham todos um bom dia.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Declaro reiniciada a 13ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes das Pautas 30 e 31.

Há *quorum* na Câmara e no Senado; não há acordo entre os Líderes. Por isso, preventivamente, volto a suspender a reunião para a reabrirmos às 18 horas.

Informo a V.Exas. que recebemos mais um relatório setorial de defesa e justiça. Já são cinco relatórios, e estamos tentando, a fórceps, construir esse acordo para ainda hoje iniciarmos a leitura e a votação dos pareceres ou dos relatórios que estão prontos.

Para informação da imprensa e da Assessoria, que aqui se encontram, já recebemos: infraestrutura; saúde; educação; justiça e defesa; poderes do Estado; agricultura e desenvolvimento agrário. Faltam ser entregues a Área Temática 10, com o Deputado Efraim Filho; a Área Temática 6, Integração Nacional, com o Deputado José Priante; a Área Temática 5, com o Deputado Giroto; além da Área Temática 6, com o Depu-

tado Raimundo Gomes de Matos. Das dez, já temos seis. Estamos quase conseguindo.

Então, suspendo esta reunião, que fica remarcada para as 17 horas.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Declaro reiniciada a 13º Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 30 e 31.

Em virtude do início da Ordem do Dia nos plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, vou suspender a presente reunião, antes convocando a continuação desta reunião extraordinária para amanhã, quarta–feira, às 15 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – De ordem do Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Vital do Rêgo, a reunião está suspensa e deverá ser retomada às 18h.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) – Declaro reiniciada a 13ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciação das matérias constantes da pauta nºs 30 e 31 de 2011.

Em virtude da inexistência de acordo para deliberação das matérias constantes da pauta supracitadas, suspendo a presente reunião, Antes, convocando a continuação desta reunião extraordinária para as 9h30min de amanhã, quinta–feira, neste plenário.

A reunião está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito bom dia a todos. Sejam todos muito bem–vindos.

Solicito aos Srs. Parlamentares que assumam seus lugares em suas respectivas bancadas.

Declaro reiniciada a 13ª longa sessão extraordinária que estamos fazendo na Comissão Mista de Planos e Orçamentos, destinada à apreciação das Pautas nº 30 e 31, de 2011. Informo que os avulsos das matérias se encontram na mesa dos nossos trabalhos.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída anteriormente.

Não havendo discussão, conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do nosso regulamento, coloco em votação as atas das 23ª e 24ª reuniões ordinárias.

As atas estão em votação. (*Pausa.)*

Aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, em abril de 2008, fica dispensada a leitura do expediente.

Sras. e Srs. Deputados, estamos retomando a Pauta nº 31, e eu gostaria de felicitar os Srs. Líderes e todo o colegiado desta Comissão, que, ao longo destes últimos 3 dias, se esforçou muito para iniciarmos a leitura, de forma consensual, dos relatórios setoriais, que estão aprazados. E quero fazer uma menção muito especial ao Líder Gilmar Machado, que costurou pessoalmente, com todas as bancadas, este encontro, esta convergência de entendimento.

Antes, peço licença a V.Exas. para, de forma solene e triste, mas acima de tudo justa, prestar uma homenagem póstuma a um dos maiores homens públicos deste País. Soube agora que lamentavelmente o Deputado Federal Nelson Trad, que tanto honrou esta Casa ao longo de seis mandatos consecutivos neste Parlamento, uma das mais brilhantes figuras da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, compôs a Mesa diversas vezes, homem profundamente ligado ao trabalhismo nacional, que estava há muito no nosso partido, o PMDB, aos 81 anos foi chamado por Deus para mais perto Dele.

Ele deixa uma herança de dignidade, uma memória imorredoura, eterna. E, em nome desta Comissão, falando por todos os Líderes que conheceram Nelson Trad – e aí evoco, com saudade, o meu próprio pai, que foi um dos seus maiores amigos –, quero dizer que hoje a política nacional perde, sem dúvida alguma, uma referência de caráter, de idoneidade, de retidão moral, de coragem cívica, por todas as suas lutas e pela sua história belíssima.

Que este depoimento, em nome de todos os que compõem a Comissão Mista de Orçamento, em nome da bancada do Mato Grosso do Sul, aqui representada pelo Deputado Giroto, possa externar nossas condolências à família de Nelson Trad, à sua esposa, a seus filhos, ao seu sucessor aqui na Casa, o Deputado Fabio Trad, ao Prefeito Nelson Trad Filho, ao Deputado Marcos Trad, enfim, a toda a família do Mato Grosso do Sul que honra as tradições de um homem acima de todas as médias, acima do seu tempo, de um homem que honrou a sua história.

Eu gostaria de solicitar, como homenagem póstuma e como demonstração de saudade imorredoura de Nelson Trad, que esta Comissão fizesse 1 minuto de silêncio por sua alma, por seu espírito, por sua memória.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

Muito obrigado a todos. Hoje é dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Paraíba, Campina Grande, e de tantas outras cidades deste imenso Brasil, a Virgem Imaculada da Conceição.

Vamos aos Relatores–Setoriais. Agradeço a solidariedade a todos.

Que esta mensagem seja transmitida à família do Deputado Nelson Trad, por intermédio dos Deputados Giroto, Marçal Filho e de todos os que compõem a bancada do Mato Grosso do Sul, extremamente consternada neste momento.

Relatório Setorial da Área Temática nº 5, Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Relator–Setorial o Deputado Giroto.

O Relator–Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório.

Afirmo a V.Exas. que, conforme o preestabelecido, Deputado Gilmar Machado, o primeiro relatório teria de ser o da CAE.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) Não, é porque V.Exa. não havia chegado ainda, mas acabou de chegar. A leitura pode ser depois do relatório do Giroto. A votação é que tem de ser antes de qualquer outra. Como nós hoje não vamos votar, só vamos ler, o Giroto lê o relatório e, depois, V.Exa. lê o seu relatório.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, V.Exa. poderia aproveitar e nominar quais relatórios serão lidos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Os relatórios lidos hoje serão o da CAE o Deputado Danilo Forte está aqui; o do Planejamento e Desenvolvimento Urbano Deputado Giroto; o da Saúde o Deputado Rui Costa está aqui presente; o da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia o Deputado Cyro Miranda.

Quero ler o seu relatório, numa deferência toda especial a V.Exa., mas sei que está estudando profundamente as mudanças e a dinâmica no processo previdenciário brasileiro, à luz da crise mundial. E, com as interferências que podem causar o sistema previdenciário nacional, V.Exa. não pôde ainda entregar seu estudo. Mas certamente entregará na segunda–feira.

Vamos ler Justiça e Defesa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Foi identificada falta de transparência, Sr. Presidente, nas informações trazidas pelo Executivo. Por isso estamos aguardando informações complementares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Por isso V.Exa. está mergulhando tão fortemente nos seus estudos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, o acordo que tínhamos feito é o seguinte: a CAE não conta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A CAE não conta. A CAE nunca contava em acordo nenhum, porque a CAE é prioritária.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Exatamente.

(Não identificado) – Por que não se inverte a pauta?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Não é à toa, Sr. Presidente, que o Ministro Garibaldi esteve aqui ontem e falou que se tratava de um grande abacaxi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É verdade. Mas V.Exa. saberá descascá–lo, como um bom paraibano de Sapé.

Com a palavra o Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O prazo de destaques está iniciado e será finalizado na forma do Regimento Interno, art. 60. Ao término da discussão, solicito à Secretaria que prepare toda a logística dos destaques.

Com a palavra o Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, antes de começar a leitura do meu relatório, quero agradecer–lhe a deferência prestada, em nome do Mato Grosso do Sul, ao Deputado Nelson Trad. Quando V.Exa. falava, eu me emocionei, justamente por aquilo tudo que V.Exa. relatou sobre esse homem a que o nosso Estado deve muito e pela amizade que temos pelos filhos dele.

Comecei na política com o Governador André Puccinelli, mas, antes disso, muito antes disso, sempre fui amigo do atual Prefeito da minha capital, amigo de sua família. E hoje fico extremamente consternado, Deputado Marçal, com a perda que tivemos no nosso Estado.

Por isso que quero aqui, Senador Vital do Rêgo, agradecer as palavras de V.Exa. em memória do nosso querido companheiro, o Deputado Nelson Trad.

Quero também cumprimentar a Presidenta do Diretório Estadual do PMDB de Campo Grande, a querida Carla, que está aqui em visita.

Quero cumprimentar e agradecer a meus amigos Deputados, que tiveram paciência e me ajudaram muito, principalmente aqueles mais experientes. Sendo eu Deputado de primeiro mandato e tendo a oportunidade de participar e relatar uma das principais áreas temáticas deste Governo, não poderia deixar de agradecer o auxílio aos Deputados, a sua compreensão, Senador Vital do Rêgo, a compreensão ao Deputado China-

glia e o auxílio para que eu pudesse ser o mais justo possível na distribuição dos recursos para meu País.

Não poderia deixar de agradecer à Consultoria da Casa, que é extremamente competente. Quero externar meu sentimento de gratidão aos outros, como o Sanches, que possui tantos anos de experiência e é respeitado na Casa. Aprendi, Sanches, a respeitá–lo e a respeitar a sua equipe e os seus companheiros de trabalho, entre eles Tollini, Fernando, Wagner, Ricardo, Eugênio e tantos outros. Muito obrigado pela compreensão e pelo apoio.

Vou iniciar a leitura e, tendo em vista que o relatório de nossa área já foi divulgado há 2 dias, dando–nos oportunidade de dele fazer uma análise detalhada, seguindo prática usual nesta Comissão, vou me permitir, com a concordância do Plenário, apresentar tão somente as partes de maior impacto decisório do nosso parecer, para que não fique cansativa a leitura técnica do relatório.

Segundo o projeto encaminhado pelo Poder Executivo, os Orçamentos para 2012 do Ministério do Planejamento e do Ministério das Cidades que compõem a Área Temática nº 5 totalizam dotações do montante de 26,9 bilhões, sendo 8,2 bilhões do Ministério do Planejamento e Orçamento e 18,7 bilhões do Ministério das Cidades.

No que tange às despesas correntes e de investimentos, que totalizam 19,5 bilhões, as suas alocações se concentram nas unidades e programas do Ministério das Cidades. Desse total, 11 bilhões destinam–se a despesas pertinentes ao Programa Minha Casa, Minha Vida, *e* 5,7 bilhões às despesas com investimentos vinculados ao PAC, sobretudo em saneamento, assentamentos precários, transportes urbanos e drenagem.

A Área Temática nº 5 recebeu 901 emendas, sendo 75 emendas coletivas de apropriação, duas emendas coletivas de remanejamento e 824 emendas individuais, com solicitações no montante de 7,1 bilhões. As emendas das bancadas estaduais compreendem 71 de apropriação e uma de remanejamento. As de Comissões Permanentes, 4 de apropriação e uma de remanejamento. As emendas coletivas de apropriação totalizam pleitos no montante de 7 milhões, e as duas de remanejamento, o total de 47 milhões.

No universo das emendas coletivas, as ações mais visadas foram aquelas vinculadas aos programas planejamento urbano e mobilidade urbana e trânsito, que concentram 78% do total das emendas e recursos solicitados.

As 824 emendas individuais totalizam alocações no montante de 1,5 bilhão. Também neste caso, o programa com maior número de solicitações foi o Planejamento Urbano, com 753 emendas no valor de 1,5 bilhão.

A Relatoria dessa Área Temática mobilizou um total de 694,0 milhões para o atendimento das emendas coletivas formalizadas em sua área de responsabilidade. Tais recursos provieram integralmente de reduções impostas sobre o programa constante do projeto de lei. Adicionalmente teve colocados à disposição para dar atendimento às 824 emendas individuais mais 1,5 milhão, provenientes da Reserva de Recursos, nos termos do Parecer Preliminar.

A partir de entendimentos mantidos com a Relatoria–Geral, com a Presidência e das deliberações tomadas no âmbito da Comissão de Orçamento com relação ao tratamento a ser dado aos destaques na etapa setorial, a Relatoria deliberou não utilizar os recursos da Reserva para alocações em emendas coletivas, reservando-os para emprego pela Relatoria–Geral. Essa medida foi tomada com o objetivo de viabilizar os ajustes necessários na etapa final do processo orçamentário, sobretudo para corrigir distorções nas alocações realizadas pelo conjunto de Relatorias."

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Giroto, permita–me V.Exa.

Eu sei que o relatório setorial precisa ser lido e, às vezes, é longo. Mas é fundamental para balizar as discussões e fundamental para a imprensa e assessoria, que estão aqui presentes. Então solicito a máxima atenção ao relatório do Deputado Giroto, sob pena de pedir o esvaziamento da nossa sessão.

V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Deputado Edinho Bez. O Relator já terminou a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, eu que o interrompi. Desculpe Giroto, só para restabelecer.

O SR. DEPUTADO GIROTO – (...) Sobretudo para corrigir distorções nas alocações realizadas pelo conjunto de Relatorias das várias áreas temáticas, que, guiadas por critérios peculiares, tendem a resultar em desequilíbrios nas alocações regionais e setoriais. Objetivou, também, disponibilizar recursos para o atendimento, ainda que parcial, aos destaques que venham a ser reapresentados e aprovados na etapa da Relatoria–Geral.

Assim fizemos, por estarmos certos de que, ao fazê–lo, estaríamos atendendo

aos maiores interesses de todos, por favorecer ações orientadas para equilíbrio das alocações, tendo em conta os estritos limites de recursos com que conta a Relatoria-

Geral para promover os ajustes finais na peça orçamentária e viabilizar a sua aprovação dentro do prazo constitucional.

Para orientar o remanejamento de recursos facultado pelas normas regimentais, esta Relatoria adotou um conjunto de critérios adicionais, tendo em vista propiciar maior equilíbrio aos ajustes realizados, sem prejudicar o atendimento aos pleitos.

Em primeiro lugar, fixamos os seguintes referenciais básicos: não impor quaisquer reduções em alocações de valor igual ou inferior a 2,0 milhões; não efetuar reduções de valor superior a 25% do valor alocado às dotações de RP=2; adotar linearmente o limite de 12% fixado pelo parecer preliminar para os cancelamentos em subtítulos de RP=3, que são obras do PAC; não impor qualquer redução às inversões financeiras, dada a inexpressibilidade das alocações.

Esta Relatoria definiu ainda um conjunto de critérios objetivos para propiciar uma equilibrada distribuição dos recursos, entres as emendas coletivas. Nesse sentido, tomou como referência as práticas adotadas pelos relatores–setoriais que me antecederam nos cinco últimos exercícios, utilizando como elemento referencial a combinação de três critérios para a alocação de recursos às emendas de apropriação, quais sejam: proporcionalmente ao número de emendas apresentadas à Área Temática por cada Estado; proporcionalmente ao número de emendas apresentadas na Área Temática; proporcionalmente à população da Unidade da Federação e a devida consideração ao IDH e à renda *per capita* da Unidade da Federação.

Como critério complementar de ajuste adotamos a premissa de que o valor destinado às emendas não deveria representar grande disparidade entre o maior e o menor valor alocado, ressalvado quando orientado pelas coordenações das bancadas ou pela necessidade da realização de outros ajustes.

Finalmente, elegemos como merecedores de tratamento diferenciado as emendas relativas à gestão de riscos e respostas a desastres e da ação Sistema de Esgotamento Sanitário.

Assim, podemos atender a todas as emendas de apropriação apresentadas pelas bancadas estaduais com montantes total de 650 milhões. Em relação às quatro emendas de apropriação das Comissões, pudemos atendê–la parcialmente com 36 milhões, remetendo à consideração da Relatoria–Geral a possibilidade de adicionar–lhes mais recursos.

A emenda de remanejamento da Comissão de desenvolvimento Urbano da Câmara recebeu 8 milhões.

Com relação às emendas individuais, a Relatoria adotou o critério já tradicional de interpretar, diligentemente, a intenção dos autores. Mas recomendamos aos autores que verifiquem como ficaram suas propostas, a fim de permitir oportunas correções.

Quanto à emenda de remanejamento, de autoria da bancada de Alagoas, a análise de admissibilidade colocou em evidência suas inadequações. Propor acréscimos e cancelamentos de abrangência nacional, mas não foi possível chegar às medidas saneadoras, permanecendo conflito com o art. 48 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Segundo indicado em nosso relatório, não constamos alocações vinculadas a obras irregulares, não apresentamos emendas de Relator, não existe proposta de critérios extraordinário ou especial em tramitação e foram criadas quatro novas ações para obras, em cumprimento às normas vigentes.

A Relatoria se deparou com diversidade de enquadramento programático das

emendas coletivas relativas a adequações nos sistemas viários urbanos. Enquanto algumas bancadas as propuseram no âmbito do Programa Mobilidade Urbana, outras o fizeram no Programa Planejamento Urbano.

A fim de assegurar uniformidade de tratamento, tais emendas foram enquadradas nos mencionados programas, segundo a natureza das obras pretendidas.

Outrossim, recomendamos às bancadas que examinem o enquadramento que foi dado às suas emendas dessa natureza, a fim de que possam solicitar as mudanças desejáveis, se o julgarem necessário."

É este o resumo de nosso relatório, que votamos pela aprovação. E conclamamos os nobres Parlamentares a votarem nessa direção.

É só este o relato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Parabenizo o Deputado Giroto e encerro o período de destaque, na forma do artigo... Desculpem, senhoras e senhores, é o final da discussão. É que estou elétrico hoje. É o final da discussão.

(Não identificado) – Calma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Abro a discussão neste momento. Há alguém que queira discutir? Quem tiver para apresentar destaque é bom enrolar um pouco e discutir, porque senão o tempo acaba.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Quero apresentar os destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Se V.Exa. quer apresentar o destaque então discuta alguma coisa para apresentar o destaque, porque senão vou encerrar a discussão.

(Não identificado) – Pode discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aqui tem de ser jogo limpo.

Deputado Pedro Chaves, para discutir.

Não é, João?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, então que o Relator leia o relatório inteiro, porque aí dá tempo de, pelo menos, lermos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ele leu o relatório inteiro.

Deputado Pedro Chaves com a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar o nosso Relator, Deputado Giroto, do nosso partido, o PMDB.

Peço atenção ao nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Atenção, Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Quero, primeiro, parabenizar o nosso Relator, Deputado Giroto, pelo trabalho importante que fez, sempre atencioso às reivindicações dos Estados.

Nossa bancada, a bancada do Estado de Goiás, por meio do nosso coordenador, o Deputado Jovair Arantes, apresentou o Destaque nº 18, relacionado à emenda que foi apresentada pela bancada, a Emenda nº 14. Apresentou também o Destaque nº 19, relacionado à Emenda nº 9, e o Destaque nº 20, relacionado à Emenda nº 8.

Os destaques visam recompor os recursos solicitados por meio da nossa bancada, para atender a infraestrutura urbana na cidade de Aparecida de Goiânia, importante cidade do nosso Estado, a segunda com maior número de habitantes e que, em todos os anos, sempre foi merecedora da atenção da nossa bancada, com a apresentação de emenda.

Da mesma forma, apresentamos o destaque para recompor a emenda da cidade de Anápolis, de infraestrutura urbana. E apresentamos também o destaque, por intermédio do Coordenador Jovair Arantes, para recompor os recursos da Avenida Leste–Oeste, na nossa capital, Goiânia. A Avenida Leste–Oeste foi iniciada há alguns anos, e, todos os anos, a nossa bancada apresenta emendas para a conclusão dessa avenida. Ela faz a ligação entre os dois extremos da nossa capital, Goiânia. Portanto, é de grande interesse da bancada que ela seja contemplada com mais recursos, para que seus serviços não possam sofrer descontinuidade. Para que ela possa ter prosseguimento, apresentamos este destaque. Gostaríamos de contar com o apoio de V.Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator–Setorial só pode dar inadmissibilidade em emenda individual. Sras. e Srs. Parlamentares, vou fazer uma consideração interessante. Deputado Giroto, a emenda de remanejamento proposta pela bancada de Alagoas – é bom que se faça este grifo –, não pode, como já salientado, ser atendida por ter sido inadmitida pelo CAE. O CAE ainda não inadmitiu essa emenda. E somente o CAE poderá inadmitir emenda coletiva – estou com o coordenador do CAE. Este registro eu faço para excluí–la do relatório de V.Exa. na hora da votação, até porque essa competência para inadmitir emenda coletiva é do CAE.

Esta é uma preliminar que faço, até para salvaguardar os interesses do Estado de Alagoas, que poderia se sentir prejudicado em virtude da posição do relatório.

Feita esta consideração, continua em discussão.

Deputado Danilo Forte com a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós hoje do PMDB amanhecemos mais tristes com a partida do grande companheiro de partido, homem de enorme biografia, de grande prestígio e de grandes serviços prestados a esta Casa principalmente na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Nelson Trad. Mas hoje seu filho, Deputado Fábio Trad, brilha, inclusive como Presidente da Comissão Especial de Reforma do Processo Civil.

Lamentamos essa perda, tão profunda e tão sentida por nós principalmente do PMDB, por se tratar de um peemedebista histórico. Nos momentos mais difíceis do partido, teve a coragem, assim como o pai do Senador Vital do Rêgo, o ex-Deputado Vital do Rêgo, no momento em que poucos tinham coragem de vestir a camisa do PMDB no enfrentamento do regime autoritário, tiveram a coragem de ir às praças públicas clamar por democracia no nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, a Região Metropolitana de Fortaleza é muito carente de infraestrutura urbana. Em mais de 60% dela reside uma população pobre, egressa da migração rural, muitas vezes abatida pelos períodos de irregularidade na quadra invernosa do Estado do Ceará. A Região Metropolitana de Fortaleza foi tomando uma dimensão, e hoje ela é a quinta cidade do País, com uma infraestrutura muito precária.

Um quarto da população de Fortaleza não tem abastecimento d'água. O esgotamento sanitário atende a menos de 40% da população da Região Metropolitana de Fortaleza, sem falar nos problemas relativos à mobilidade, à trafegabilidade, ao urbanismo, que é muito carente e muito deficiente no Estado. Apesar das belíssimas praias e de toda a infraestrutura no entorno da orla marítima da parte leste da cidade, a parte oeste é muito depreciada com relação a investimentos públicos.

É necessário avançar na infraestrutura urbana, dando oportunidade aos cidadãos fortalezenses que residem no lado oeste da cidade de poder usufruir de comodidade, de conforto e de qualidade de vida que têm os demais moradores da Capital do Estado.

Em função disso a bancada do Ceará, em seu debate interno, priorizou uma emenda de bancada para a região metropolitana, tentando com isso buscar auxílio no Governo Federal, no Orçamento Público da União, para que pudesse abastecer a nossa região metropolitana de infraestrutura mínima, digna da quinta capital do País e de uma das cidades–sedes da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014.

Fortaleza carece de investimentos públicos. E onde se pode buscar o maior apoio é exatamente no Orçamento da União. Não temos outra fonte alternativa para alocar recursos para suprir essas carências urbanísticas e habitacionais do nosso Estado. Só em matéria de condição de moradia precária, no levantamento feito recentemente pela Secretaria de Cidades do Estado do Ceará, existem 114 mil famílias morando numa condição precária na Região Metropolitana de Fortaleza. Só às margens da Bacia do Maranguapinho há 21 mil famílias morando em área de risco, sob o desconforto e a proliferação de doenças e de contaminação endêmica. É necessário que busquemos alternativas financeiras para gerar um pouco de habitabilidade para essas populações.

Diante desse esforço, a bancada do Ceará apresentou emenda a esse relatório, buscando os recursos necessários. Pelo visto, ao passar pelo crivo brilhante, determinado, matemático, racional do nosso Relator, ficou muito depreciada, muito diminuída em relação aos recursos.

Nós apresentamos uma emenda de bancada de 100 milhões de reais. Infelizmente, para nossa tristeza, quando tivemos acesso ao Relatório Setorial, apenas 16 milhões tinham sido atendidos. O que é insignificante para o tamanho dos projetos e desafios que Fortaleza tem hoje e para a necessidade de investimentos que precisa para poder bem representar o Brasil diante do mundo no maior evento esportivo, que é a Copa do Mundo.

Então, eu gostaria de pedir ao nobre Relator, Deputado Giroto, profundo conhecedor da infraestrutura das cidades no nosso País, que fez um belo trabalho à frente da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Mato Grosso do Sul, que faça uma revisão com profundidade, avaliando o que é uma região metropolitana com 3,5 milhões de habitantes. Trata–se de uma região carente de investimentos públicos, necessitada do apoio da União para poder suprir essa deficiência que a Presidenta Dilma, em seu programa de erradicação da pobreza, tanto tem levantado. Dos 15,6 milhões de brasileiros na linha da pobreza, que vivem com menos de 3 reais por dia, o Ceará detém de 1,5 milhão.

Por isso nós pedimos o apoio do Relator, do Presidente e de toda a Comissão de Orçamento para o destaque da Emenda 71070010, que muito poderá beneficiar o Estado. Nós, na Comissão de Orçamento, podemos dar uma contribuição para a melhoria de vida da população fortalezense e da Região Metropolitana Estado do Ceará.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa. O áudio de sua defesa de Fortaleza já está disponível na Internet. V.Exa. falou como um digno candidato a Prefeito do Município de Fortaleza.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Só não vou competir com o maior São João do mundo. Pode ficar tranquilo. O título é de Campina Grande.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Embora o Deputado Arlindo sempre se prive de nossa companhia, eu o convido a vir à Mesa, mesmo contrariando a vontade de V.Exa., que desejaria ficar no plenário recebendo os apelos de seus amigos Deputados.

Por favor, Deputado Arlindo, fique perto de mim, até para brindá–lo mais. Deputado Marçal Filho com a palavra.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, também gostaria de me somar especialmente ao Deputado Giroto na homenagem ao nosso querido Nelson Trad. Fomos Deputados Federais no mesmo período. No meu primeiro mandato, em 1996, quando aqui cheguei, as primeiras orientações que recebi foram da experiência, da sapiência, da sabedoria de Nelson Trad, que sempre teve credibilidade e respeito nesta Casa. Todos os que o conhecerem o tinham e o tem como um grande homem público que prestou relevantes serviços não só ao nosso Estado do Mato Grosso do Sul, mas a todo o País. Sentiremos saudade desse homem que deixou frutos como o Deputado Federal Fábio Trad, nosso colega, que, neste primeiro ano, apesar de ser seu primeiro ano de mandato, já se destaca como grande jurista e é Presidente da Comissão do novo Código de Processo Civil brasileiro. Deixa também Marquinhos Trad, seu outro filho, Deputado Estadual atuante em Mato Grosso do Sul, e o seu filho mais velho, Prefeito de Campo Grande, Nelsinho Trad, brilhante Prefeito reeleito, um dos melhores Prefeitos de capitais deste País. Deixa também netos. Otávio Trad, por exemplo, filho de uma das filhas de Nelson Trad, já é candidato a Vereador no ano que vem. Vejam que a geração política de Nelson Trad vai continuar, se Deus quiser.

Mas, falando aqui do Orçamento, eu gostaria de parabenizar o Deputado Giroto porque muito nos honra S. Exa. ser do nosso Estado. É Deputado Federal de primeiro mandato, mas um Deputado experiente, que prestou muitos serviços ao nosso Estado na área do Executivo e, quiçá, voltará brevemente ao Executivo para emprestar toda a sua experiência, seu trabalho, sua competência, seu talento.

Mas eu não poderia deixar de fazer um apelo a V. Exa., Deputado Giroto. A emenda de bancada que apresentei refere–se à minha cidade, Dourados, no Mato Grosso do Sul. É uma emenda de infraestrutura urbana para Dourados. V.Exa. conhece a minha cidade, sabe do solo de Dourados, que, apesar de fértil, incomoda bastante as pessoas pela falta de pavimentação asfáltica, especialmente. Nós precisamos... Nós não tivemos a sorte, ainda, de ter um André Puccinelli como Prefeito; nós não tivemos a sorte, ainda, de ter um Nelsinho Trad como Prefeito. E Dourados está precisando dessa infraestrutura urbana de forma urgente, porque as ruas de Dourados... A população clama por isso.

Eu apresentei esse Destaque, de nº 30, à Emenda 71130002, e gostaria de fazer um apelo a V.Exa. Apresentei uma emenda de 250 milhões; V.Exa. a contemplou com apenas 6 milhões, e gostaria que V.Exa. a recompusesse. É a nossa solicitação, o nosso pedido.

E gostaria de dizer a V.Exa., Deputado Giroto, que não existe nenhum constrangimento para quem cuida da sua própria terra, absolutamente. Quem não cuida da sua própria terra não pode cuidar da terra dos outros. Então, gostaria de dizer a V. Exa. que fique à vontade para colocar recursos no nosso Mato grosso do Sul, especialmente na nossa Dourados. Os outros Deputados vão entender perfeitamente que temos que cuidar primeiro do nosso quintal, da nossa casa, para depois cuidar dos outros. V.Exa. aquinhoou o Deputado Danilo Forte com 16 milhões de reais, e ele, reclamando, dentro das suas justificativas, das suas razões...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – A mim não, Marçal! A mim não; à bancada do Ceará!

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – E eu aqui com tão somente 6 milhões de reais. Gostaria que V.Exa. levasse em consideração, como sul–mato–grossense que é – tenho certeza de que os nosso pares entenderiam perfeitamente a atitude de V. Exa. –, e aquinhoasse a todos nós, a mim e ao Deputado Geraldo Resende, nosso coordenador de bancada, com mais recursos e, assim, atendesse à nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Nós estamos disciplinando, até porque este é o primeiro relatório de procedimento, 3 minutos para cada intervenção. Ficaria bom em 3 minutos para todos; vamos objetivar em 3 minutos para cada intervenção. Por favor, Anibal...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – Não. Geraldo Resende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – Sr. Presidente, até para seguir a orientação de V. Exa., vou ser bem curto. Somo–me às manifestações dos Deputados Giroto e Marçal, – já o fiz no plenário – sobre a morte, hoje de madrugada, do ex–Deputado Federal Nelson Trad, que, por várias vezes, exerceu mandato de Deputado nesta Casa, participou de várias Mesas Diretoras e foi uma referência da boa política no Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados. Trouxe para cá grandes debates e deu contribuições que fizeram com que Mato Grosso do Sul fosse uma referência do trabalho de um Parlamentar atuante e combativo.

Mas já quero me somar aqui à defesa que o Deputado Marçal fez de uma das emendas. A bancada de Mato Grosso do Sul, Presidente Vital, sabendo da importância da área temática que tem um dos seus membros, o Giroto, como Relator, colocou quatro emendas: duas emendas para Campo Grande, nossa capital, que cresce vertiginosamente, e duas para o Município de Dourados, que eu e o Marçal aqui representamos, com muito orgulho.

Nós sabemos da dificuldade que têm, hoje, os Municípios para fazer as grandes obras que a população aponta. E na minha cidade, Campo Grande, todas as pesquisas colocam a saúde e a infraestrutura, principalmente a pavimentação asfáltica e a drenagem, como as prioridades dos cidadãos desses dois Municípios.

O recurso elencado pelo Relator Setorial é ínfimo diante da pretensão da bancada. Esses quatro destaques – o Destaque nº 26, que eu gostaria que o assessor do Deputado Giroto pudesse atender; o Destaque nº 28; o Destaque nº 27; e o Destaque nº 29 – visam, sobretudo, recompor os valores solicitados pela bancada. Na média, saíram 6 milhões em cada emenda dessas, ou seja, muito aquém da expectativa, e, de fato, pouco vai minorar as demandas que a população desses dois Municípios nos coloca.

O Deputado Giroto já foi Secretário de Obras do Estado; já foi, inclusive, morador, com muito orgulho, de Dourados, onde iniciou a sua trajetória, sua carreira vitoriosa de engenheiro; continuando sua ascensão, foi Secretário de Obras de Campo Grande, e, depois, Secretário de Obras do Estado. S.Exa. sabe da necessidade desses recursos. E nós vimos aqui fazer um apelo para que ele possa, junto com o Relator–Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, fazer a recomposição dos valores solicitados pela bancada de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, Deputado Giroto, a bancada de Minas está apresentando, vamos colocar a V.Exa., o destaque da bancada de Minas Gerais, Emenda 711421, na qual, inicialmente, tínhamos um valor de 200 milhões, e foram aprovados só 2 milhões. Então, eu queria deixar registrado aqui, junto com o Coordenador da bancada, o pedido para que tenhamos um destaque, e, posteriormente, uma discussão sobre o valor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Senador Anibal.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar aqui o Deputado Giroto pelo relatório e, principalmente, pela atenção... Deputado Giroto, quero cumprimentá–lo pela relatoria da matéria, e, principalmente, pela atenção com que V.Exa. tratou cada um dos coordenadores de bancada. Eu, como Coordenador da bancada do Acre, devo dar aqui o testemunho de que tive, da sua parte, uma atenção e uma deferência toda especial. Isso é motivo de reconhecimento, e eu o parabenizo por isso.

Gostaria de reforçar que, das 15 emendas que o Estado do Acre apresentou, 8 emendas foram destinadas à sua relatoria. Eu apresentei esses destaques porque nós, do Estado do Acre, como não temos industrialização, dependemos absolutamente dos investimentos públicos para fazer a geração dos empregos e para a construção da melhoria da qualidade de vida do nosso povo. Então, nesse sentido, nós apresentamos os destaques que se seguem: Destaque nº 6, para a Emenda 002; o Destaque nº 7, para a Emenda 71009; o Destaque nº 8, para a Emenda 010; o Destaque nº 9, para a Emenda 011; o Destaque nº 010, para a Emenda 012; o Destaque nº 11, para a Emenda 013; e os Destaques nºs 12 e 13, para as Emendas nºs 14 e 15.

Na realidade, Deputado Giroto, queríamos mesmo essa sensibilidade do conjunto dos relatores, dos relatores setoriais e do Relator–Geral; uma atenção especial em relação ao Estado do Acre, assim como os demais Estados que dependem exclusivamente desses recursos de emendas para os seus investimentos. Queríamos uma atenção especial, se houver alguma possibilidade, para ampliar esses investimentos que, certamente, vão fazer uma diferença muito grande para aquele povo que depende exclusivamente desses recursos de emenda para fazer os investimentos ao longo dos anos.

Então, era exatamente esse conjunto de destaques que eu gostaria de apresentar. Agradeço antecipadamente a atenção a V.Exa., como também ao nosso Relator–Geral, Arlindo Chinaglia, e ao nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Consegui cumprir rigidamente com os 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Sr. Presidente, nobres pares, quero cumprimentar a todos os companheiros presentes e lamentar, também, a perda, o falecimento de Nelson Trad, uma pessoa com quem eu convivi durante anos, foi do PTB inclusive, e, sem dúvida, foi uma pessoa que acrescentou muito ao Parlamento e à sociedade brasileira. À sua família, as nossas condolências pelo seu falecimento.

Quero cumprimentar o Deputado Giroto, há pouco tempo na Casa, mas com um trabalho muito importante, com muita dedicação, com muito respeito aos Parlamentares.

Quero parabenizá–lo pelo seu relatório, pela maneira como atendeu todos os Deputados que o procuraram. Obviamente nós sabemos que, em função da quantidade pequena de recursos que ele tinha disponível, não pôde atender da maneira como nós esperávamos.

Não foi diferente em relação ao Estado do Paraná. O Paraná apresentou duas emendas de bancada na área do Deputado Giroto: uma destinada à cidade de Maringá e outra destinada à cidade de Curitiba. Apesar do esforço e da dedicação do Deputado Giroto, ele só pôde nos contemplar com 11 milhões em cada uma delas.

É por isso que nós estamos fazendo um destaque, juntamente com o Deputado André Vargas, que também é do Estado e está na Comissão, para que nós possamos aumentar esse valor, obter um recurso maior.

A cidade de Curitiba é a capital do Estado do Paraná, uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Esse recurso será destinado para a implantação de uma rede de ciclovias na cidade de Curitiba, que será de grande importância para o Estado do Paraná, em especial para a capital.

Também a cidade de Maringá tem um projeto importante. A cidade tem feito um belo trabalho na área do desenvolvimento urbano e, através dessa emenda, nós acreditamos que vamos poder melhorar ainda mais essa bela cidade do Estado do Paraná.

Por isso, Sr. Relator Setorial, gostaríamos de pedir o apoio de V.Exa. Estamos apresentando dois destaques para que V.Exa., havendo essa possibilidade, contemple mais ainda o nosso Estado do Paraná, as cidades de Curitiba e de Maringá.

Agora, se não for possível, Sr. Relator, que encaminhe, então, ao nosso Relator–Geral uma solicitação

expressa no sentido de termos mais recursos para atender essas duas importantes cidades do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos e também o Deputado Giroto, o nosso Relator Setorial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Agnolin.

O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN – Sr. Presidente, eu gostaria de inicialmente fazer uma saudação ao nosso Relator, Deputado Giroto, e também de parabenizá–lo pela forma cortês, gentil, fidalga, com que tem acolhido nossos pleitos. S.Exa. tem tratado com muita deferência a nós Parlamentares, especialmente Parlamentares de primeiro mandato, que estão ainda estreando e aprendendo os caminhos.

O Deputado Giroto foi extremamente receptivo, gentil, inclusive nos orientando. Quero, em princípio, parabenizar o Deputado e agradecer–lhe.

Do Tocantins, foram quatro as emendas acolhidas de todas as apresentadas. Todas as pertinentes a essa relatoria setorial foram acolhidas. Por isso, nós temos que agradecer–lhe o tratamento dado ao nosso Estado.

Particularmente, Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Relator, levando em consideração que nós temos uma solução muito prática, neste momento, em nosso Estado. Estou falando da Emenda 71280012, para a qual eu peço destaque, informando que essa solução hoje que se apresenta com um valor ínfimo, considerando o montante do Orçamento Geral, ou seja, 80 milhões para implantar um transporte coletivo rápido sobre rodas, com um corredor exclusivo, o que se denomina BRT, com certeza, daqui a uns anos, custará alguns bilhões de reais.

Tendo em vista ser a nossa uma capital nova, desenhada para esse fim e que hoje tem todas as condições de acolher a implantação desse sistema com um valor infinitamente menor do que será com o andar do tempo, quero, mais uma vez, fazer esse apelo para que, sendo possível, esse valor seja revisado, e que possamos, pelo menos, fazer, no primeiro ano, um estágio dessa implantação. Depois nós teríamos os anos seguintes para concluir essa obra.

Em síntese, era essa a minha manifestação. Quero mais uma vez, encerrando, agradecer–lhe a atenção, a deferência, o acolhimento da emenda, aguardando, naturalmente, que, se possível, possa ser revisado e melhorado um pouco esse recurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Arthur Lira. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Deputados e Deputadas, eu faço um destaque aqui dessa Emenda 71230013. Refiro–me ao Destaque nº 31, para o Município de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia. Trata–se de uma emenda de bancada. O Município tem 50 mil habitantes, várias indústrias, várias fábricas. Tem apenas 28 anos, e está precisando de infraestrutura.

Eu gostaria que o Subrelator e o Relator acatassem esse destaque, para que se aumentasse o recurso para essa emenda. A emenda foi aprovada com 12 milhões. Gostaria que se aumentasse o valor, para termos condições de fazer uma infraestrutura melhor na cidade de Rolim de Moura.

Esse é o meu pedido. É o pedido da bancada dos Deputados do Estado de Rondônia, no sentido de se aumentar o recurso, para se fazer uma estrutura melhor na cidade de Rolim de Moura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Arthur Lira, com a palavra.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Subrelator Deputado Giroto, a minha fala na manhã de hoje é para defender dois destaques que proponho aqui à Comissão, ao Plenário desta Casa.

O primeiro, o Destaque nº 17, de uma emenda de bancada proposta por este Deputado, destina recursos para o saneamento básico da cidade de Maceió, uma obra que já se arrasta há 3 ou 4 anos, atende às comunidades carentes da periferia de Maceió, Deputado Giroto, no seu saneamento básico, e que tem um cunho social da maior relevância para o meu Estado e para a minha capital.

A bancada de Alagoas entende, com essa emenda, que havendo um aporte maior do destaque que é feito a essa emenda para a conclusão dessa obra, nós alcançaremos os índices sociais de que aquele Estado tanto precisa, com a finalização do Destaque nº 17.

Submeto também ao Plenário desta Casa, Sr. Presidente, um requerimento de destaque para votação em separado do projeto de lei da Emenda 71030003, que é uma emenda de bancada admitida pelo CAE, e houve inadmissibilidade por parte do Relator.

Nós conversamos aqui, a adequação regimental é perfeita, e a legalidade da emenda está preservada. Nós pedimos, para esse requerimento, que seja feita a votação em separado, em cima do que já foi acordado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já foi deferido. O Deputado Giroto já havia deferido. Antes mesmo de V.Exa. chegar, em nome da bancada de Alagoas, eu tinha advertido ao Relator Setorial que somente o CAE, o Comitê – não é a Comissão, mas o Comitê, então é o CAE –, poderia inadmitir a emenda.

Então, eu já tinha tomado para mim a responsabilidade de representar a bancada de Alagoas, esperando V.Exa. chegar.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu sei do zelo de V.Exa. pelo cumprimento e pelo amor ao nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É verdade.

Com a palavra o Deputado Cabo Juliano. Seja bem–vindo.

O SR. DEPUTADO CABO JULIANO RABELO – Obrigado, Sr. Presidente. Estou aqui me apresentando: Cabo Juliano Rabelo, de Mato Grosso. Assumi no lugar do Deputado Valtenir Pereira, nosso nobre colega, e vamos fazer parte também da CMO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Seja bem–vindo, Cabo.

O SR. DEPUTADO CABO JULIANO RABELO – Estamos aqui nos colocando à disposição de V.Exa. e de todos os Parlamentares para o que estiver ao nosso alcance.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Está encerrada a discussão e ao mesmo tempo está encerrada a apresentação de destaques.

Agradeço ao Deputado Giroto. V.Exa. terá de hoje até segunda–feira para mergulhar nesses destaques, compreendendo cada uma das justificativas dos Srs. Deputados.

Veja o que V.Exa. pode fazer, Deputado Giroto, porque muito já fez, na condição de Relator Setorial das cidades.

O Deputado Danilo Forte é o Presidente Coordenador–Geral do CAE. Mas vou pedir a S.Exa. a atenção e o obséquio. Deputado Danilo, vou pedir a V.Exa. o obséquio, em nome do Senador Cyro Miranda, para ouvir o relatório do Senador Cyro Miranda, já que S.Exa. deve votar e vai votar afirmativamente à DRU hoje no Senado.

Então, o Relator Cyro...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Ao Senador Cyro Miranda todas as nossas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Todas as nossas homenagens. Venha para cá.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, nesse caso específico que V.Exa. relatou há pouco, eu queria antecipar que nós vamos nos deparar com esse mesmo problema na...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É a mesma providência, Deputado Wellington Roberto.

Já foi apresentado. Só quem pode inadmitir... Ele já inadmitiu.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – O relatório de infraestrutura vem recheado desses problemas, ouviu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já houve a mesma providência.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – A informação é a de que o relatório de infraestrutura vem recheado desses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E nós vamos ter de expurgar esses problemas.

Suspendo a sessão por 1 minuto.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos fazer um acordo aqui.

Eu estou com um problema: os Senadores e os Deputados estão me ajudando, mas a galeria, os senhores assessores, não estão me ajudando. Se V.Sas. não concordarem em colaborar com a sessão, eu vou pedir para se retirarem. Eu não gostaria de fazer isso.

Senhores assessores, se não houver disciplina e ordem na Comissão, eu peço a V.Sas. para se retirarem. É o último aviso que eu faço.

Chamo a coordenação de segurança para cá, por favor, para eu dar a ordem.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Relatório.

Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, Inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Excelentíssima Senhora Presidenta da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 86, de 2011 (nº 344, na origem), o Projeto de Lei nº 28, de 2011, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

Após designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, coube a esta relatoria a honrosa missão de analisar e relatar a proposta orçamentária da Área Temática IV, composta pelos seguintes órgãos: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Educação; Ministério da Cultura, e Ministério do Esporte.

Das emendas.

À programação dos Ministérios que integram esta Área Temática, foram apresentadas 2.144 emendas,

sendo 2.045 individuais e 99 coletivas. Das 99 emendas coletivas, 91 são de apropriação e 8 de remanejamento. As bancadas estaduais apresentaram 74 emendas de apropriação e 6 de remanejamento. Já as Comissões Permanentes apresentaram 17 de apropriação e 2 de remanejamento.

Após análise inicial, 3 emendas individuais foram transferidas para outras áreas temáticas, 6 foram recebidas de outros setoriais e 2 foram retiradas pelos autores. Além disso, outras 4 emendas tiveram atendimento em montantes diferentes do inicialmente solicitado. Todas essas modificações decorreram de solicitações dos respectivos autores e estão registradas no sistema de trâmite de solicitações disponibilizado por esta Comissão Mista.

Embora, até a data de fechamento deste relatório, a CMO ainda não tenha apreciado o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, em decorrência do trabalho já realizado pelo referido Comitê, sabe–se que 4 emendas de remanejamento contêm inadequações que não foram solucionadas. São elas: nº 71130017, da bancada de Mato Grosso do Sul; nºs 71160016 e 71160018, da bancada da Paraíba, e nº 71200019, da bancada do Rio de Janeiro. Todas propuseram cancelamento em localidade diversa da proposta de acréscimo, contrariando o art. 48 da Resolução nº 1/2006–CN. Assim, sugerimos que essas emendas sejam declaradas inadmitidas.

Dos recursos para o atendimento das emendas.

Para atendimento das emendas individuais apresentadas neste setorial, foram utilizados os recursos reservados para essa finalidade, conforme disposto no item 25.1 do Parecer Preliminar. Para atender às emendas coletivas, esta relatoria utilizou os recursos transferidos, conforme previsto no item 26.2 do Parecer Preliminar, no montante de R$921,8 milhões.

Convém registrar que, apesar da autorização expressa nos itens 29 e 30 do Parecer Preliminar para que os Relatores Setoriais efetuassem cortes na programação das respectivas áreas, decidimos preservar propostas orçamentárias dos Ministérios componentes desta Área Temática.

Os dados sobre o número e o valor das emendas coletivas e individuais de apropriação propostas e aprovadas estão demonstrados na tabela apresentada.

Também foram aprovadas integral ou parcialmente as seguintes emendas de remanejamento: a de nº 71060010, da bancada da Bahia, no valor de R$10 milhões; a de nº 71160017, da bancada da Paraíba, no valor de R$3 milhões; a de nº 50110005, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no valor de R$4 milhões, e a de nº 50150003, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, no valor de R$4 milhões.

Dos critérios de atendimento das emendas.

Emendas individuais.

De início, ressaltamos que todas as emendas individuais foram atendidas integralmente. Após analisar a preposição apresentada nesta Área Temática IV, constatamos que os Srs. Parlamentares buscaram reforçar principalmente as seguintes ações governamentais: implantação e modernização de infraestrutura esportiva; fomento, promoção e projetos de arte e cultura; infraestrutura para educação básica; reestruturação e expansão das universidades federais; apoio a entidades de ensino superior não federais; funcionamento das universidades federais; apoio ao transporte escolar para a educação básica; e instalação e modernização de equipamentos e espaços culturais.

Emendas coletivas.

Aprovamos todas as emendas que receberam parecer favorável do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, ainda que com valores aquém do solicitado, haja vista que todos os Relatores Setoriais, inclusive este, trabalharam com uma disponibilidade de recursos inferior aos valores demandados.

Ao analisarmos as emendas coletivas (Comissões e bancadas estaduais), procuramos observar principalmente o mérito de cada proposição, bem como o atendimento das normas legais e regimentais.

No atendimento das emendas de bancada, adotamos como princípio a utilização de critério que atendesse de forma mais homogênea possível às bancadas, sem deixar de reconhecer as diferenças existentes entre as Unidades da Federação. Assim, a distribuição dos recursos entre as emendas teve por base critério que utilizou o inverso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Além disso, em alguns casos, foram realizados ajustes, considerando o mérito de cada proposta e prioridades indicadas pelas bancadas.

No caso das emendas de Comissão, resolvemos priorizar, em especial, o atendimento da educação básica, pois, como todos sabem, é preciso melhorar rapidamente a qualidade da educação básica pública oferecida à nossa população, sob o risco de comprometer não só o crescimento econômico do País, mas também a busca por uma sociedade mais justa.

Execução orçamentária das emendas.

Aproveitamos a oportunidade para chamar a atenção dos Parlamentares e da sociedade para a questão da execução orçamentária das emendas, ou, melhor dizendo, da não execução das emendas.

Todos os anos, o Congresso Nacional promove alterações na proposta orçamentária com o intuito de aperfeiçoá–la, de aproximar o Orçamento das reais

necessidades da população brasileira. As emendas, individuais e coletivas, são fruto desse trabalho.

Aqui nesta CMO, cada Parlamentar atua no sentido de alocar o maior volume possível de recursos para seu Estado, na esperança de que isso se reflita em melhorias das condições de vida dos cidadãos.

No entanto, a realidade tem demonstrado que a execução das emendas, ano após ano, tem sido muito baixa, principalmente no caso das emendas de bancada. Ficamos aqui tentando ampliar os valores das emendas, mas sem garantia nenhuma de que as programações delas decorrentes serão realizadas.

Esse modelo não tem funcionado, está comprovadamente esgotado. Diante disso, conclamo os Parlamentares a pensarem em mudanças no processo orçamentário que possam fazer com que a Lei Orçamentária seja mais realista e, com isso, possa refletir de maneira nítida as realizações que o Governo Federal efetivamente pretende realizar.

Recomendação ao Relator–Geral.

Esta relatoria recomenda ao Relator–Geral que analise a possibilidade de ampliar o atendimento às diversas emendas que não puderam ser satisfatoriamente contempladas neste relatório.

Recomendamos, ainda, ao Relator–Geral examinar a possibilidade de adequar o valor da complementação da União ao FUNDEB ao que determina a legislação, conforme exposto no item 2.6 deste relatório. De fato, a proposta orçamentária para 2012 destina apenas 85% (R$9,1 bilhões) do montante mínimo constitucionalmente previsto para a complementação, que é de R$10,7 bilhões, o que corresponde a 10% do valor estimado para o FUNDEB em 2012.

Ajustes técnicos.

Quando da elaboração dos respectivos pareceres, várias emendas foram ajustadas ou para adequá–las às normas vigentes, ou para corrigir inadequações técnicas. De todo modo, restou preservada a intenção manifestada pelos autores nas justificativas das emendas. Na maioria dos casos, contatamos os gabinetes dos Srs. Parlamentares ou dos representantes das bancadas ou das Comissões, que encaminharam solicitações de alterações por meio do sistema destinado a essa finalidade (Sistema de Solicitações de Ajuste a Emendas – SISEL).

Convém registrar que, conforme previsto no item 41 do Relatório Preliminar, o Relator–Geral, por meio das Emendas 81000007 e 8100026, efetuou troca de fontes no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Essas modificações estão expressas no documento constante deste Relatório, denominado "Alterações Introduzidas pela Relatoria–Geral".

É o relatório.

II – Voto do Relator

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28/11–CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática IV, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente.

Sala da Comissão Mista.

Esse é o relatório.

Sr. Presidente, ainda há uma errata: Emendas Individuais à Despesa Pela Aprovação por Autor. Autores: Senadora Lúcia Vânia e Deputado Betinho Rosado. Na emenda da Senadora Lúcia Vânia, mudou–se o subtítulo apenas, porque foi digitado por engano: *"no Estado da Bahia"* para *"no Estado de Goiás"*. E, na outra emenda, incluiu–se *"construção da Praça da Juventude (Boa Saúde) – Januário – RN."*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu agradeço ao Senador Cyro Miranda e reconheço que o trabalho de S.Exa., além de ter sido muito bem feito, muito bem produzido, trouxe orientações fundamentais para o exercício da execução orçamentária. Agradeço a S.Exa.

Está aberto o período de discussão e de apresentação de destaques.

Como fiz em relação ao Relatório–Setorial da Área Temática V, agora há pouco, determino que seja desconsiderada, em todos os relatórios setoriais, qualquer menção à inadmissibilidade das emendas coletivas, uma vez que cabe ao CAE, tão bem coordenado pelo Deputado Danilo Forte, analisar a inadmissibilidade das emendas ou a adequação dessas emendas. O CAE tem uma função importantíssima nesse processo. E isso não caberá nem ao Relator da Educação, nem ao Relator da Infraestrutura, nem aos Relatores das outras áreas. Se não, nós acabaríamos com o CAE, e o Comitê é o mais importante da Casa.

Os Relatores–Setoriais só poderiam fazer isso, segundo a Dra. Myrna, em relação aos Relatores individuais, como está no relatório preliminar.

Vamos em frente.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Eu me sinto muito lisonjeado com as suas palavras, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Imagine!

Deputado Reginaldo Lopes, Coordenador de Minas Gerais, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Sr. Presidente, nobre Relator, Senador Cyro Miranda, quero parabenizá–lo pelo trabalho.

Em nome de Minas Gerais, estamos fazendo sete destaques. Na Emenda nº 19, o Destaque nº 8. É uma emenda voltada para a questão das tecnologias assistivas para o Estado de Minas Gerais, é uma emenda para o Governo de Minas Gerais. Inicialmente, há uma previsão de 8 milhões e meio, mas é um programa com o qual o Estado vai atender ao conjunto da bancada e às demandas de Minas. Então, peço a compreensão de V.Exa. no sentido de tentar alinhar as nossas emendas, de dar isonomia a cada ação. A ideia seria a de que pudesse atender ao nosso destaque, no qual pedimos mais 32 milhões de reais.

Sr. Presidente, também apresentamos o Destaque nº 9, à Emenda nº 18, para a Universidade Federal de Juiz de Fora.

A bancada de Minas tem uma característica: tem destinado muitos recursos para um programa estruturante do Governo Federal, o de expansão das nossas universidades federais. Então, nós temos aqui uma emenda, que é do Senador Aécio Neves, para Uberlândia, para a qual estou fazendo um destaque. É um projeto muito importante, estruturante do desenvolvimento, chamado Complexo Aeronáutico, que organiza todos os nossos aeroportos, em especial o Aeroporto de Confins, com a previsão dos Terminais 2 e 3.

E a Universidade de Uberlândia é que está recebendo essa emenda. A nossa previsão também era de algo em torno de 40 milhões, e para ela há uma previsão de 8 milhões e 400 mil. Essa emenda para a Universidade de Uberlândia é do Senador e ex–Governador Aécio Neves.

A nossa segunda emenda é para todas as universidades federais, à qual V.Exa. atendeu de maneira diferenciada – quero daqui reconhecer. O Fórum de Reitores esteve com V.Exa. Mas temos uma tradição em relação a essa emenda, porque ela é dividida: uma universidade recebe, e há descentralização... Quem recebe essa emenda é a Universidade Federal de Alfenas, cujo Reitor é o Prof. Dr. Paulo Márcio. O valor dessa emenda está em torno de 17 milhões...

Pessoal, está insuportável, difícil de falar.

Está em 17 milhões de reais. Como temos de destinar duas emendas para todas, todos os anos, e neste ano destinamos apenas uma emenda para todas, queríamos atenção especial. V.Exa. já nos atendeu de maneira especial, mas pedimos que atenda a essa emenda com um valor um pouco superior ao das demais, porque ela vai atender a onze universidades federais e ao CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

É bom lembrar que, das dez melhores universidades do Brasil – e digo isso com muito orgulho –, as cinco primeiras colocadas são de Minas Gerais. E há 8 anos a bancada de Minas tem priorizado a ação importante de expansão das universidades federais do Estado.

A nossa terceira emenda é para a Universidade Federal de Lavras, que tem aprovação parcial para o valor de 8 milhões e 400 mil. Há uma ação, que aprovamos no PPA, de reestruturar, nas dezenoves instituições públicas de ensino de Minas – onze universidades federais, o CEFET, cinco institutos e duas universidades estaduais –, os parques tecnológicos. O grande desafio da educação hoje é dar aplicabilidade ao conhecimento, com a extensão dos parques tecnológicos. É tirar das gavetas o conhecimento. Então, tal ação está no PPA. Essa é uma das cinco emendas que apresentamos ao PPA, para "territorizar" Minas Gerais, para "tematizar" Minas Gerais, a partir das inteligências das universidades. É uma ação específica, para a qual estamos pedimos a atenção de V.Exa. também, nessa emenda.

A nossa quarta emenda é para a Universidade Federal de Juiz de Fora, que também está expandindo para Rio Doce e Mucuri – está fazendo uma expansão interessante para regiões mais pobres de Minas Gerais –, também com uma previsão de 8 milhões.

A nossa quinta emenda também é para a universidade. São duas para universidades estaduais de Minas Gerais: uma para a UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais, a pedido do Governador e do nosso coordenador no Estado, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que está aqui. A universidade, que está em processo de estadualização, foi criada pela Constituição de 1988 e agora quer estadualizar cinco novos *campi*. Então, essa emenda contribuiria para a expansão da rede pública no nosso Estado. Para ela também estamos pedindo atenção.

A outra emenda é para a Universidade Estadual de Montes Claros, que atende a diversas cidades – atende muito à região norte de Minas, um pouco à região noroeste e um pouco ao Vale do Jequitinhonha. É uma universidade interessante, que desempenha ações na região mais pobre de Minas, a região norte. Então, peço a V.Exa. atenção especial, para ampliarmos o valor dessa emenda.

A nossa sexta é para o esporte, que é também do Senador Zezé Perrella. S.Exa. está propondo a construção de um estádio no Município de Nova Serrana. O valor nem chega a 8 milhões, mas é uma obra de quase 30 milhões, uma obra importante para a região centro–oeste de Minas Gerais.

E os times mineiros não tiveram bom desempenho no Campeonato Brasileiro porque, com a reforma do Mineirão e do Independência, ficaram sem estádio para disputar as partidas. Isso dificultou muito o desenvolvimento dos times mineiros no campeonato...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Então, nós também estamos destacando essa emenda. São sete destaques. E pedimos atenção ao nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Destacou tudo. Resolvido o problema: destacou tudo.

O próximo inscrito é o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Sr. Presidente, Sr. Relator–Setorial, quero primeiramente parabenizá–lo, Senador, pela qualidade do seu relatório. Entendemos a dificuldade que V.Exa. tem para atender às demandas que os Estados apresentam, mas gostaríamos de falar sobre uma particularidade relativa ao Estado do Paraná.

Ao longo dos anos, em todas as edições da LOA, o Paraná apresentou várias emendas ao Orçamento da União. E por quê? Primeiro, porque a maior rede de universidades estaduais do Brasil está no Paraná – são sete universidades estaduais. Ao longo da história, muitos Estados acabaram federalizando as suas universidades estaduais, e o Paraná hoje tem uma rede de sete universidades estaduais, com múltiplos *campi* espalhados pelo Estado.

Essa é uma das emendas que apresentamos. E eu gostaria de pedir a V.Exa. que melhorasse o valor destinado, para que haja um atendimento maior ao Estado do Paraná.

Outra emenda importante, Sr. Relator, é a relativa às universidades federais do Paraná. A única universidade tecnológica do País está no Paraná, e o valor destinado a ela foi de 8 milhões. Mas existem onze *campi* da nossa universidade tecnológica, e precisaríamos de um valor maior para atender a todos. Com esses 8 milhões, vai ser destinados praticamente 600 mil reais a cada um deles, ou até menos.

A outra emenda que apresentamos é para a Universidade Federal do Paraná, que vai completar 100 anos em 2012. O valor é pequeno, e uma série de obras estão previstas para a comemoração dos 100 anos. Então, pedimos o apoio de V.Exa., Sr. Relator, para que também aumente o valor destinado à Universidade Federal do Paraná.

E a última emenda, Sr. Relator, é para os *campi* do Instituto Federal. E precisamos louvar o Governo Federal, tanto do Presidente Lula quanto da Presidente Dilma Rousseff, porque tem dado grande ênfase à educação profissional. Tivemos a oportunidade de receber vários *campi* do Instituto Federal. Eles foram anunciados e estão sendo instalados, mas precisamos de estrutura física para eles. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que também desse atenção especial a esta emenda, porque esses recursos são de fundamental importância para a estruturação da rede do Instituto Federal no Paraná.

Sabemos da dificuldade de V.Exa., Sr. Relator, mas, se for possível... Quando fazemos um comparativo com os outros Estados, quanto ao volume das emendas, quanto ao valor médio das emendas, vemos que o Paraná ficou em 21º lugar. O Paraná é a quinta economia do País e merece, no nosso entender, melhor atendimento por parte de V.Exa. Pedimos a V.Exa. que nos dê atenção especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Alex Canziani.

Eu queria fazer uma menção – afetiva, mas também por justiça – à presença de um dos maiores Deputados da Câmara dos Deputados, o meu colega Osmar Serraglio, que representa o Paraná e é um homem de referência na política brasileira.

Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Cyro Miranda, primeiro quero parabenizá–lo pelo excelente trabalho feito à frente dessa Área Temática tão importante, que engloba a educação e o esporte. V.Exa. foi muito criterioso e, obviamente, fez o máximo, dentro dos limites orçamentários de que dispunha.

Representando aqui a bancada de Goiás, coordenada pelo Deputado Jovair Arantes, apresentamos quatro destaques.

O Destaque nº 22 é referente à Emenda nº 15, que apresentamos para a construção de quadras poliesportivas. E gostaríamos que V.Exa. pudesse recompor os recursos que a nossa bancada propôs, através dessa emenda.

O Destaque nº 23 é referente à Emenda nº 16. Com ele queremos dar continuidade à construção do Centro de Excelência de Goiânia, obra que V.Exa. conhece muito bem. Já está numa fase adiantada, e essa emenda faz parte de uma série de emendas que temos apresentado, todos os anos, visando à construção desse Centro de Excelência. Com a realização da Copa do Mundo de Futebol, sendo Brasília uma das cidades–sede, obviamente o Centro de Excelência de Goiânia será um ponto de apoio para os preparativos do evento.

O terceiro destaque que apresentamos é o de nº 24, referente à Emenda nº 18, que trata da reestruturação da Universidade Federal de Goiás, mais precisamente para a construção do parque tecnológico. E V.Exa. sabe da importância desse parque para a nossa universidade federal.

Por último, o Destaque nº 21, referente à Emenda nº 5, para dar continuidade à construção do Hospital das

Clínicas da Universidade Federal de Goiás. As obras já estão em fase final. Todos os anos a nossa bancada apresenta emenda para a construção do Hospital das Clínicas. O acatamento desse destaque obviamente vai permitir à Universidade Federal de Goiás concluir com rapidez a construção desse hospital, que será o maior do Centro–Oeste brasileiro.

Portanto, Sr. Relator, Senador Cyro Miranda, nós gostaríamos de obter de V.Exa. atenção especial para esses quatro destaques apresentados pela bancada do nosso Estado de Goiás.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Pedro Chaves.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, nosso Relator de Receita, a quem muito devemos.

O SR. SENADOR ACIR GUGARCZ – Cumprimento o Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão, e o nosso colega Relator, Senador Cyro Miranda.

Nós da bancada, Senador Cyro Miranda, apresentamos uma emenda para a Universidade Federal do Estado de Rondônia. E apresentamos o Destaque nº 28 à Emenda nº 71230017, uma emenda de bancada que visa estruturar todos os *campus* das universidades que temos no Estado. Se não me falha a memória, são nove *campus* no Estado.

Inclusive, foi matéria de jornal nos últimos meses o que aconteceu na UNIR, em Porto Velho, pela falta de estrutura, pela falta de equipamento. Portanto, é importante demais para o nosso Estado, neste momento, conseguirmos aumentar esse valor, para equipar todos os laboratórios dos *campus*, não só o de Porto Velho, mas também os de Ariquemes, Guajará–Mirim, Ji–Paraná, Cacoal, Rolim de Moura, Vilhena.

Enfim, é um trabalho importante para um Estado jovem, um Estado novo, que está precisando de apoio, principalmente nessa área, Senador Cyro Miranda. Então, peço a V.Exa. a gentileza, se possível, de nos dar esse apoio para ampliar o valor dessa emenda.

E cumprimento mais uma vez V.Exa. pelo excelente trabalho, não só aqui na Comissão Mista de Orçamento, com este relatório, mas também e principalmente pela sua atuação no Senado Federal, engrandecendo a nossa Casa.

Meus cumprimentos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Senador Acir, V.Exa. tem todo o direito, em nome de Rondônia, de pedir aumento do valor de suas emendas, porque é um dos maiores responsáveis por qualquer folga que esta Comissão possa ter, porque V.Exa. foi o Relator de Receita. Então, tanto o Senador Cyro Miranda quanto o Deputado Arlindo Chinaglia têm a obrigação de atender a V.Exa. *(Risos.)*

Com a palavra o Senador Anibal Diniz

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Sr. Presidente, eu quero aproveitar o privilégio da vizinhança com o Senador Acir Gurgacz, do Estado de Rondônia, para também pedir atenção especial.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Cyro Miranda pela qualidade do seu relatório e dizer que, na bancada federal do Acre, houve uma atitude diferente neste ano, em relação aos anos anteriores, qual seja a de que, nos anos anteriores, as emendas de bancada sempre se voltaram para as obras de infraestrutura do Estado e dos Municípios, e nenhuma instituição que não fossem o Estado ou as Prefeituras era contemplada com emendas de bancada. Neste ano tomamos uma atitude porque o plano de expansão da Universidade Federal do Acre vinha caminhando a passos muito pequenos – todas as vezes foi trabalhado com uma ou outra emenda individual. Então, chegamos a um acordo neste ano: o de juntar os oito Deputados e os três Senadores, para apresentarmos uma emenda única, estratégica, de infraestrutura, de maneira a garantirmos recursos para o plano de expansão da Universidade Federal do Acre, a nossa única instituição de ensino público e gratuito, que atende aos jovens acreanos.

Nesse sentido, apresentamos o Destaque nº 17 à Emenda nº 71020001, num esforço conjunto, com o Relator–Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, e de acordo com as possibilidades do Senador Cyro Miranda, para ampliar esses recursos, tendo em vista a importância estratégica desse plano de expansão da Universidade Federal do Acre, com o qual pretende chegar a mais Municípios e atender a mais jovens com ensino superior no nosso Estado.

Agradeço muito a atenção e a sensibilidade a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Rogério Marinho, coordenador da bancada do Rio Grande do Norte e grande colaborador desta Comissão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Agradeço ao Presidente, mas ainda não tenho a honra de coordenar a bancada do Rio Grande do Norte. Estou aqui coordenando a bancada do PSDB, mas faço as honras do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu pedi para usar a palavra mais para fazer um registro a respeito do trabalho desenvolvido pelo Senador Cyro Miranda, que está no seu primeiro ano de mandato e também está debutando nesta Comissão. S.Exa. teve o cuidado de elaborar um relatório

que pode não ter ficado à altura das expectativas de alguns dos companheiros que aqui estão presentes, dada a exiguidade de recursos, mas, certamente, pelos critérios que utilizou, pela forma como trabalhou, recebendo todos os Deputados e Senadores que o procuraram, as organizações, os diferentes Estados da Federação através de seus representantes, mas explicita a sua fidalguia reiterada no trato com as pessoas e o seu cuidado de buscar o consenso, de buscar o equilíbrio, de buscar a moderação.

Na verdade, eu quero fazer esse registro e agradecer a S.Exa., particularmente pela forma com que nos recebeu, a exemplo de como recebeu os demais companheiros desta Comissão e os outros que o procuraram.

Sr. Senador, certamente V.Exa. sabe que nós estamos na fase de discussão do Plano Nacional da Educação. E a grande discussão que se faz sobre o plano se refere ao financiamento, dividida em dois pontos especiais.

Primeiro, o percentual do Produto Interno Bruto que o Brasil deverá aplicar em educação, para que possa sair da triste situação em que se encontra: a de país com péssima qualidade no ensino público. Enquanto o Governo defende 7% – porque os 8% do relatório do excelente Deputado Angelo Vanhoni se transformam em 7% quando se exclui uma série de recursos também destinados à educação, como é o caso dos recursos repassados para o PROUNI e dos que são repassados para o Sistema S, através do PRONATEC –, nós defendemos 10%, porque achamos que o Brasil tem de resgatar essa dívida para com o conjunto da população.

E o segundo assunto, Sr. Presidente e Sr. Relator, é a responsabilidade dos entes federados. A União aplica pouco mais de 1,4% ou 1,3% do PIB em educação, quando o total que deve aplicar é de 5,3%, 5,4%. Ou seja, Estados e Municípios suportam a maior parte dos recursos, dos investimentos destinados à educação, e, paradoxalmente, são aqueles que menos arrecadam, ou seja, que têm menor participação no bolo tributário.

Então, para o equilíbrio do pacto federativo, para a melhoria das condições de vida da nossa população, para darmos oportunidade aos nossos jovens, é importante que essa discussão se torne central no País, a partir do Parlamento, do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado da República.

Quero elogiar o trabalho que V.Exa. faz aqui hoje, Senador, certamente o prenúncio de que o País está aberto, a partir do Parlamento, para fazer as grandes mudanças que precisa fazer por uma educação de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Rogério Marinho.

Deputado Pauderney Avelino, com a palavra. Grande Deputado!

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aumentem o volume dos microfones das bancadas, para diminuir o ruído da plateia.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Muito obrigado.

Sr. Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo, Sr. Relator, Sras. e Srs. Congressistas, eu cumprimento o nobre Relator pelo relatório que apresentou, da Área Temática IV, da educação, e digo que nós entendemos que, sem investimento na educação, não teremos um país desenvolvido. Nós entendemos que o Brasil precisa avançar nessa área. Precisamos dedicar mais recursos para o ensino em tempo integral; precisamos dedicar mais recursos para o aperfeiçoamento dos professores; precisamos dedicar mais recursos para aumentar o piso salarial dos professores.

Quando se fala, Deputada Marinha Raupp, em elevar o piso salarial dos professores, há uma chiadeira geral, de Prefeitos e de Governadores. Dizem que vão quebrar os Estados e os Municípios se o piso salarial dos professores for aumentado. Não podemos simplesmente pensar em aumentar os investimentos na educação, em sair desses 5 pontos percentuais do PIB que nós investimos hoje para 7%, 8% ou 10%, como nós defendemos, se não observarmos que na ponta está aquele que precisa também ser valorizado, que é o professor.

Ano que vem haverá o grande debate – acredito –, quando a lei do piso salarial nacional dos professores será debatida e votada nas duas Casas do Congresso Nacional. E temos de aproveitar a oportunidade para que esses investimentos na educação... E foi compromisso de campanha da Presidente da República o de elevar de 5% para 7%. Que seja esse o passo inicial, para atingirmos os 10% que precisamos investir na área da educação.

Sr. Relator, nós do Estado do Amazonas apresentamos emendas de bancada que se referem ao investimento em escolas em tempo integral – e o Estado do Amazonas já iniciou um processo de ensino em tempo integral, tanto na capital quanto no interior do Estado. E uma dessas emendas que nós estamos apresentando – e estamos apresentando destaque também – visa à abertura de 15 mil novas vagas no ensino em tempo integral.

Uma das emendas, portanto, seria de 600 milhões de reais; uma emenda que nós destacamos,

para a implantação e a modernização da infraestrutura para o esporte educacional, recreativo e de lazer na Região Metropolitana de Manaus, no valor de 200 milhões de reais; e outra emenda para a Universidade Federal do Amazonas, no valor de 33 milhões, para o Programa REUNI, de expansão, do MEC, que tem alimentado as suas atividades, não apenas na Capital, mas também em cinco *campi* de diferentes áreas do Estado do Amazonas.

Com essas nossas ações, seja para a Universidade Federal do Amazonas – e registre–se que o Amazonas tem apenas uma universidade federal –, seja para a escola de tempo integral, seja para a expansão da infraestrutura de esporte e lazer na Região Metropolitana de Manaus, estaremos dando um grande passo para melhorar as condições da educação no Estado do Amazonas e, consequentemente, melhorar as condições da educação no nosso País.

Era o que tinha a dizer. Meus parabéns pelo relatório, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Pauderney Avelino.

Com a palavra o Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, eu apresentei o Destaque nº 46, referente à Universidade Federal de Juiz de Fora, que tem implementado ações por toda a Zona da Mata e por toda a região leste de Minas Gerais, com a criação dos polos de ensino a distância e outras ações.

A emenda apresentada pela bancada de Minas Gerais, de 7 milhões e 400 mil, é insuficiente para que a universidade possa dar continuidade à construção do hospital–escola, o hospital universitário, e para outras ações. Então, solicitamos ao Relator que nos atenda em relação a esse destaque. Caso não seja possível, que encaminhe ao Relator–Geral, para que, na medida do possível, atenda à nossa solicitação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado João Magalhães.

Está encerrada a discussão do relatório da área da educação e dos respectivos destaques.

Muitíssimo obrigado, Senador Cyro Miranda, que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, não estava inscrita.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Independentemente do fato de S.Exa. estar inscrita, eu reabro as inscrições para ouvir a Deputada Sandra Rosado, até por deferência a V.Exa. e ao Rio Grande do Norte. Paro tudo o que estou fazendo para ouvir a Deputada Sandra e as mulheres. Elas merecem.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO – *(Risos.)* Muitíssimo obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos ouvir a Deputada Sandra Rosado.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO – Eu gostaria, muito rapidamente, para não atrasar o andamento da Comissão, de fazer um apelo com relação às emendas apresentadas para a educação no Rio Grande do Norte.

É de fundamental importância para um Estado pobre do Nordeste esse apoio na área da educação. E nós temos uma marca muito forte no Rio Grande do Norte, tendo em vista o papel desempenhado pelas três universidades que serão contempladas pelas nossas emendas: a Universidade Federal, a Universidade Federal do Semiárido e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, que, embora seja menor do que as outras, tem maior capilaridade no interior do Estado.

Então, eu gostaria que fossem revistos os valores cortados, tamanha é a importância da educação para o Brasil e para o meu Estado do Rio Grande do Norte.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., Deputada Sandra Rosado. Preciso falar com V.Exa. sobre a Faculdade de Medicina em Mossoró. Ontem eu estive com o Ministro Paim, defendendo a Universidade de Mossoró, e com a Governadora. Depois vamos conversar...

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO – Fico muito feliz por V.Exa. citá–la aqui, porque o projeto que dispõe sobre a criação do Curso de Medicina na Universidade de Mossoró é de minha autoria. Eu o apresentei quando era Deputada Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Que bom. Vamos juntos.

Está encerrado o período de discussão.

Foram apresentados 45 destaques ao relatório do Deputado Giroto. E vamos contar agora os destaques apresentados ao relatório do Senador Cyro Miranda.

V.Exa. ouviu: o seu relatório foi extraordinariamente aplaudido por gregos e troianos – ou por "gregos e goianos". *(Risos.)*

Com a palavra, para ler o seu relatório, o Coordenador–Geral, o Presidente do Comitê de Admissibilidade de Emendas, um dos comitês mais importantes desta Casa, que faz a transição para que os Relatores possam trabalhar as suas respectivas emendas, Deputado Danilo Forte.

Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, e na Resolução nº 3, de 2008, submeto a apreciação o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está aberto o período de apresentação de destaques.

Àqueles que estão com problemas com admissibilidade nos comitês informo que foi aberto o período de apresentação de destaques.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Obrigado, Sr. Presidente, que brilhantemente, com uma dinâmica muito forte, dirige os trabalhos desta Comissão. Comissão difícil, porque por aqui passam todos os reclamos da sociedade brasileira. E V.Exa., Senador Vital do Rêgo Filho, com a sua experiência e com o seu dinamismo, empresta valorosa contribuição ao Brasil, na direção destes trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, passo a ler o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

"Exame de Admissibilidade das Emendas Coletivas (Bancadas e de Comissão) apresentadas ao PLOA 2012.

Exame de Admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN nº 28/2011 – Projeto de Lei Orçamentária para 2012.

I – RELATÓRIO

1. Conforme o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, cabe ao Comitê de Admissibilidade propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

2. O exame de admissibilidade de emendas corresponde ao exame preliminar, anterior ao de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição em tramitação na CMO que contrariar norma constitucional, legal ou regimental será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade (arts. 15, XI, e 25 da Resolução nº 1, de 2006. do Congresso Nacional).

3. O Comitê, no uso de suas atribuições, levou em conta as diretrizes e as normas aprovadas pela CMO em 16 de novembro de 2011, que integram e preenchem as lacunas de modo a permitir uma interpretação sistemática do conjunto de normas de admissibilidade (Constituição Federal, Plano Plurianual, LDO, Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional).

4. Os problemas mais graves encontrados na apreciação das emendas coletivas dizem respeito ao cumprimento das disposições da Resolução nº 1, de 2006, que tratam da proibição de programações genéricas que permitam múltiplas obras ou que possibilitem beneficiar entes diversos.

5. O principal papel do Comitê foi o de analisar as emendas e encontrar soluções capazes de sanear os vícios que tornavam a emenda inadmissível.

6. Quanto à compatibilidade com o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012/2015, o Comitê considerou que eventual incompatibilidade das emendas ao PLOA 2012 de natureza potencial e que poderão ser sanadas por meio de emendas de Relator, conforme os itens 2.1.1 e 2.3.15.b do Parecer Preliminar ao PLPPA 2012/2015, aprovado pela CMO em 1º de novembro de 2011.

7. Quanto à existência de emendas com programação genérica que contemplam multiplicidade de obras e entes beneficiados, sempre que possível indicamos o conjunto de soluções necessárias à admissibilidade das emendas, quais sejam: especificar uma obra; identificar o Município, Região Metropolitana ou RIDE; limitar o objeto a equipamentos/material permanente ou destinar a Outras Despesas Correntes, por não envolverem "obras"; além de ajustar a modalidade de aplicação para "90" (aplicação direta) ou "30" (Governo Estadual), quando for o caso. 8. No decorrer dos trabalhos, encontramos ainda um grande conjunto de inconsistências que, pela sua natureza, serão sanadas diretamente pelos Relatores–Setoriais. Citamos, como exemplo os ajustes de funcional programática, modalidade de aplicação, remanejamentos, situações relativas ao valor solicitado e ao campo "Justificação" da emenda.

9. No tocante à verificação da suficiência ou não dos recursos para conclusão de" obras, "compreendemos que depende de uma série de informações específicas (situação física e financeira das etapas atuais, cronogramas e contratos 2011 e 2012, existência de restos a pagar, remanejamentos autorizados, etc...) cuja ponderação e equacionamento podem ser feitos pelos Relatores–Setoriais que, caso necessário, podem solicitar novas informações.

10. Quanto ao cumprimento do dispositivo que trata da necessidade de repetição das emendas de bancada estadual apresentadas ao orçamento de 2011, este Comitê diligenciou no sentido de informar previamente aos Coordenadores de Bancada acerca

das emendas que deveriam ser reapresentadas. A Resolução privilegia a continuidade das" emendas "de caráter plurianual com objeto determinado. Coube às respectivas bancadas estaduais alegar as exceções de que trata o art. 47, § 2º, da Resolução.

11.

12. No que tange à admissibilidade de obras de rodovias estaduais e vicinais em razão da competência material da União, registramos que a administração pública federal, em determinados setores, atua e permite tais obras no contexto de programações específicas. Assim, naquelas áreas onde o Poder Executivo desenvolve tais ações (integração" nacional, "turismo, faixa de fronteira, desenvolvimento agrário e urbano), acolhemos as proposições lá apresentadas.

13. Quanto à analise de admissibilidade das emendas de Comissão, o CAE, em cumprimento ao item 31.2 da Parte Dispositiva e ao item 54 da Parte Geral do Relatório de Atividades, aprovado pela CMO em 16/11/2011, considerou todos os casos em que havia correlação entre as competências dos órgãos da administração pública e a competência regimental das Comissões, em" oportunidade "ao entendimento já manifestado pelo CAE em exercício anteriores.

14. A admissibilidade das emendas de Relator ocorrerá concomitantemente à disponibilização dos respectivos relatórios.

15. No processo de saneamento das emendas que necessitavam de ajustes, buscamos torná–las adequadas ao que dispõe a Resolução, adotando o seguinte roteiro de trabalho:

I – Exame do conjunto das emendas coletivas quanto à admissibilidade constitucional, legal e regimental;

II – Expedição de oficio ao Autor da emenda, indicando os pontos conflitantes que levariam à sua inadmissibilidade;

III – Encaminhamento dos pedidos de adequação da emenda pelos Autores diretamente ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento, por intermédio do sistema informatizado SISEL;

IV – Exame da admissibilidade da emenda pelo CAE, levando–se em conta os ajustes propostos.

16. Ressaltamos que a análise da viabilidade do pedido que implique mudanças de elementos da emenda é da competência exclusiva do Presidente da CMO. Quando" foram identificados "pelo Presidente da Comissão obstáculos às adequações propostas pelos autores, o pedido de ajuste foi considerado desfavorável ou prejudicado.

17. Dessa forma, considerando–se os ajustes apresentados pelo Autor e aceitos como viáveis pelo Presidente da CMO, todas as emendas coletivas e individuais foram consideradas admitidas, exceto aquelas que constam do Anexo ao presente relatório.

II – Voto

18. Os trabalhos deste Comitê foram pautados pela observância das normas constitucionais, legais e regimentais que tratam do tema.

19. Propomos, dentre as emendas de bancada estadual e de Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal apresentadas ao PLOA 2012, sejam consideradas inadmissíveis apenas aquelas que constam do Anexo ao presente relatório.

20. As demais emendas foram consideradas admitidas, desde que observados os ajustes encaminhados pelos Autores e devidamente aceitos pelo Presidente desta Comissão.

Brasília, 2 de dezembro de 2011.

Comitê de Admissibilidade".

Assinado pelo Coordenador Danilo Forte e pelos Deputados Wellington Roberto, Ademir Camilo, Alex Canziani, Hugo Leal e pelos Senadores Walter Pinheiro, Cyro Miranda e João Vicente Claudino.

Quero aqui agradecer a todos os membros do Comitê que trabalharam conosco no fim de semana passado, exatamente para que pudéssemos agilizar a apresentação deste relatório que, pela primeira vez, é bom frisar e ressaltar, foi entregue ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento com 24 horas de antecedência do prazo final dado ao CAE para apresentação.

Devo muito também ao trabalho e à disposição dos servidores desta Casa que trabalham na Comissão Mista de Orçamento e que estavam 24 horas à disposição do CAE para dirimir dúvidas e para apresentar e reexaminar todo o nosso trabalho.

Nesse reexame, infelizmente, foi feito um adendo ao relatório do CAE relativo ao exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN nº 28/2011, o Projeto de Lei Orçamentária para 2012, que trata, única e exclusivamente, de uma emenda da bancada do Estado de Alagoas.

O adendo diz o seguinte:

"I – Relatório

1. Após a apresentação do Relatório do CAE, em 02/12/2011, identificamos", em virtude de erro material, a necessidade de "correção dos seguintes pareceres:

2. A Emenda nº 7103.0003, de remanejamento, da Bancada de Alagoas. A emenda não pode ser admitida, uma vez que tanto os acréscimos como os cancelamentos apresentados são de abrangência nacional, em conflito com o art. 48 da Resolução nº 1, de 2006–CN, sendo que não foi possível chegar a medida saneadora", após todo o esforço que foi feito pela

Comissão. "Assim, nosso parecer deve ser alterado de ADMITIDA para INADMITIDA.

II – Voto

3. Dado o exposto, propomos que, dentre as emendas coletivas, além daquelas já consideradas inadmissíveis nos termos do Relatório apresentado em 02/12/2011, seja incluída também a emenda de bancada estadual nº 7103.0003, de remanejamento, do Estado de Alagoas.

Brasília, 07 de dezembro de 2011."

Quero deixar claro aqui que o Plenário desta Comissão é soberano sobre qualquer medida que seja tomada com relação à admissibilidade ou à inadmissibilidade de emenda.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – E quero aqui também deixar à disposição de V.Exa. a necessidade ou não de ler a relação do anexo ora proposto a esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não precisa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não precisa, Deputado Danilo. Parabenizo V.Exa.

Os destaques, inclusive o da emenda de Alagoas, serão votados no momento oportuno.

Concedo a palavra, para maiores esclarecimentos na discussão, rapidamente, ao Deputado Arthur Lira e ao Deputado Wellington Roberto, para que fechemos o relatório do Comitê.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. É só para informar a esta Comissão e ao Relator, Deputado Danilo Forte, que nós já apresentamos o Destaque nº 2 à condição de inadmissibilidade da emenda, como recurso, e esperamos que isso seja revisto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos ao voto.

Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o nobre Deputado Danilo Forte, que entrou para a história desta Comissão, pois entregou, em tempo recorde...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É verdade.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – ...o seu relatório. Quero dizer que ratifico o pedido do nobre Deputado Arthur Lira, filho desse grande companheiro, Senador Benedito de Lira, para que V.Exa. submeta ao Plenário o destaque apresentado por S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Irei submetê–lo, pelo mérito da proposta e pela legalidade da arguição do Deputado Arthur Lira.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – E, diante da sua fala anterior, que isso seja extensivo a todos os relatórios setoriais que possam ser apresentados na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É extensivo. É extensivo.

Precisa falar? Está inscrito?

Deputado Rogério Marinho com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não se preocupe, Sr. Presidente, V.Exa. conseguirá chegar à Paraíba e aos braços do povo de Campina Grande em tempo hábil hoje.

Eu quero cumprimentar o nosso companheiro Danilo Forte, elogiar a sua presteza, o trabalho que fez. Aliás, a forma como S.Exa. tem–se comportado aqui, na Comissão, e o trabalho que fez anteriormente já prenunciavam a forma como S.Exa. iria se comportar nesta Casa. Então, quero elogiar o trabalho de S.Exa.

Queria pedir–lhe uma gentileza, Deputado Danilo Forte. Nós, do Rio Grande do Norte – aqui está a Deputada Sandra Rosado, que é coordenadora da nossa bancada, mas com certeza, gentilmente, vai me permitir esse aparte, esse preâmbulo –, fizemos cinco emendas de bancada para a educação no nosso Estado.

Nós entendemos que, a exemplo da Paraíba, do Senador Vital do Rêgo, e do Ceará, de V.Exa., nosso Estado precisa muito trabalhar a educação.

E duas das nossas emendas tiveram problemas de admissibilidade. Foram aceitas pela bancada as adequações propostas pela Comissão que V.Exa. preside em relação à – já foi feita a adequação; estou só levantando uma questão – UFERSA e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Essas duas emendas previam custeio e investimento. Mas, em ambas, foi feito ajuste para apenas investimento.

Vou pedir uma gentileza a V.Exa., porque nós vamos demandar ao Relator-Geral que volte à situação de custeio e investimento. Por quê? Porque existem projetos... Quero apenas pedir a V.Exa. a gentileza de nos ajudar, de nos apoiar nesse pleito – que já está vencido no caso do Comitê de V.Exa. –, caso o Relator–Geral consulte V.Exa. Porque, no caso das duas universidades, além de precisarmos melhorar equipamentos, nós precisamos também custear projetos importantes para os quais, como V.Exa. sabe, apenas o prédio físico não é suficiente.

Então, nós vamos fazer o pleito ao Relator–Geral...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – ...e pediria a V.Exa. que, oportunamente, quando for consultado pelo Deputado Arlindo Chinaglia, Relator-Geral, ajude–nos nessa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero também parabenizar o Deputado Danilo – sou comandado de S.Exa. – pelo trabalho, pela maneira como conduziu o nosso Comitê. E estranho, Deputado Danilo, a posição que teve o Relator–Setorial, o Senador Delcídio, com relação a contornos ferroviários.

Eu me lembro de que houve uma discussão – inclusive está aqui o Eber, que também nos assessorou no Comitê –, um levantamento no Comitê com relação à questão dos contornos ferroviários. Falamos com o DNIT, inclusive, e chegou a nós uma manifestação do DNIT. Porque, a princípio, pensava–se que, como era uma ferrovia concedida, não seria possível colocar dinheiro público. Mas, na verdade, são intervenções em contornos não previstos nos contratos. E, para a nossa surpresa, o Relator–Setorial, Senador Delcídio, acabou retirando todos os recursos desses contornos ferroviários. Ele não está aqui neste momento, mas eu espero que ele possa rever a sua posição.

Na LOA de 2011, com relação ao Paraná, nós temos uma emenda exatamente igual, que foi acatada, foi aprovada e sancionada, e não vemos o porquê desse entendimento por parte do Relator–Setorial.

Então, eu queria contar com o apoio de V.Exa., nosso Presidente do Comitê, como também do nosso Presidente da Comissão de Orçamento, para que o Senador Delcídio reveja essa posição e aloque os recursos devidos para essas emendas.

Parabéns a V.Exa. pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Danilo, os elogios foram feitos, mas foram feitos de forma muito justa. V.Exa. coordenou um comitê difícil e que entregou seu trabalho, além de no tempo oportuno, em prazo anterior ao determinado. Gostaria de estender os elogios que V.Exa. recebeu a todos os seus assessores e à Consultoria, que trabalhou com muita firmeza. Agradeço a V.Exa. Vamos votar o seu relatório na segunda–feira à noite, com a graça de Deus.

Encerro a discussão. O prazo de apresentação dos destaques também está encerrado.

Foram feitos dois destaques. Com a palavra...

No Relatório anterior, da educação, foram 54 destaques,

Para conhecimento da imprensa: ao Relatório do Deputado Giroto foram apresentados 45 destaques; ao Relatório da educação, 54; ao Relatório do CAE, 2. Estou ditando direitinho para que a imprensa não se atrapalhe.

O Relator–Setorial da Área Temática III, o Deputado baiano Rui Costa, está com a palavra.

O período de apresentação de destaques está aberto.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria inicialmente parabenizar pelo trabalho a assessoria e a Consultoria desta Casa. Ressalto que acho importante a qualidade e a qualificação técnica dessa assessoria. E gostaria de parabenizar todos eles, tanto da assessoria da Casa como da bancada, em nome dos dois Mários, o Mário Gurgel e o Mário Capp, da assessoria do PT, e, em nome deles, saudar toda a assessoria.

Sr. Presidente, também quero dizer que foi um prazer enorme ter relatado essa área, fruto do trabalho desta Comissão.

Conversava anteriormente com V.Exa. sobre a votação ontem no Senado da regulamentação da PEC 29. E o trabalho desta Comissão de Orçamento foi destaque no debate de ontem. V.Exa. falava dos detalhes. Com a inclusão do FUNDEB, houve um acréscimo em torno de R$7 bilhões para a área da saúde. E esta Comissão, com as emendas coletivas, com as emendas individuais e com uma grande novidade, que foi a aprovação da emenda popular, acrescentamos algo em torno de R$5 bilhões ao orçamento da saúde.

Com esses dois recursos formados, portanto, nós alcançamos acréscimo de R$12 bilhões ao Orçamento de 2012 para a área da saúde, uma vez que a elevação da emenda individual de 13 para 15 também teve como condição que esses R$2 milhões adicionais fossem aplicados na área da saúde.

Portanto, é um esforço do Congresso Nacional, dos Deputados e Senadores, para, sem a introdução de um novo tributo ou de uma nova contribuição, tentar elevar o valor destinado à saúde.

Por isso, gostaria de destacar esse ponto, Presidente, ao mesmo tempo em que destaco o excepcional trabalho do Senador Vital do Rêgo na condução desta Comissão.

Passo a ler o relatório.

Antes de mais nada, gostaria de ressaltar que, na confecção do relatório, segui o padrão em linhas gerais do que foi feito em anos anteriores, fazendo com que três critérios básicos fossem definidos para a alocação dos recursos de Comissões e de bancadas.

Primeiro, é evidente, e não podia ser diferente, o critério da proporcionalidade da população de cada Estado. Segundo, o critério que também não poderia ser diferente, dada a sensibilidade social desta Casa,

que é aplicar os recursos na proporção inversa ao IDH de cada Estado. E, terceiro, dar um peso positivo àqueles Estados que definiram um número maior de emendas para a área da saúde, o que significa que a saúde naquele Estado tinha prioridade. E a média ponderada desses três fatores foi que definiu a maior parte dos valores das bancadas e das Comissões.

Dito isso, Sr. Presidente, passo a ler o relatório.

"Considerando que o Relatório da Área Temática II – Saúde, que trata da análise e da avaliação da programação orçamentária do Ministério da Saúde, constante no Projeto de Lei n° 28, de 2011–CN, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012",* já foi divulgado e é do conhecimento geral, pedimos permissão a Vossas Excelências para apresentar um resumo do mesmo, destacando os pontos mais relevantes:

I. Aspectos Relevantes Da Proposta.

Destaco que:

A proposta de orçamento para 2012 reserva ao Ministério da Saúde, no âmbito do Orçamento da Seguridade Social, recursos da ordem de R$85,85 bilhões, sendo que, desse total, cerca de R$79,59 bilhões destinam–se a financiar ações e serviços públicos de saúde.

O valor proposto para 2012 apresenta acréscimo nominal de 10,3% (R$7,9 bilhões), em relação à dotação do Ministério da Saúde autorizada para 2011, enquanto que, em relação aos valores empenhados em 2009 e 2010, há crescimento, respectivamente, de 36,5% e 27,5%.

I.1 Piso de Aplicação em Saúde

Com relação ao Piso Constitucional de Aplicação em Saúde, o PLOA 2012 reserva ao Ministério da Saúde recursos da ordem de R$85,85 bilhões, o que representa cerca de 14,6% do Orçamento da Seguridade Social da União. Especificamente para financiar ações e serviços públicos de saúde, a proposta consigna R$79,6 bilhões, o que representa acréscimo de 11,3% em relação ao valor mínimo de aplicação projetado para 2011 (considerando o empenhamento de R$71,5 bilhões em 2011, dentro de um montante autorizado de R$72,2 bilhões).

Por sua vez, o montante mínimo projetado para a saúde em 2012 é da ordem de R$79,9 bilhões, o que coloca a proposta encaminhada pelo Poder Executivo (R$79,6 bilhões) ligeiramente abaixo do mínimo constitucional estabelecido. A defasagem, mantidos os pressupostos econômicos do projeto, é de cerca de R$348,7 milhões.

Todavia, considerando o ingresso de novos recursos da ordem de R$3,0 bilhões, oriundos do atendimento das emendas individuais (R$2,2 bilhões) e da Reserva de Recursos para atendimento de emendas coletivas (R$800,3 milhões), podemos concluir que, já na fase setorial, a saúde deverá contar com cerca de R$2,7 bilhões acima do mínimo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000".

Ressalte–se aqui que isso é o parecer apenas Setorial. Aqui acrescenta–se, portanto, o valor referente à emenda coletiva, que deve ficar na ordem de R$2,1 bilhões. Portanto, com um acréscimo, repito, de R$5 bilhões ao Orçamento originalmente enviado pelo Ministério.

"A esse montante serão ainda acrescidos, na fase da Relatoria–Geral, os R$2,2 bilhões relativos às *"emendas de iniciativa popular".* (...)

Dessa forma, sem considerar outros acréscimos que venham ainda a ser implantados durante a análise do PLOA, a programação do Ministério da Saúde para 2012 já extrapola o piso em cerca de R$5 bilhões.

I.2. Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC

A Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar representa os gastos com o pagamento da rede credenciada/conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS (hospitais, clínicas e laboratórios) pela prestação de serviços à população.

O valor *per capita* médio nacional do MAC vem crescendo nos últimos anos, de R$140,09, em 2010 (valor empenhado), para R$155,51, em 2011, e R$172,97 para 2012.

Todavia, em relação à media nacional, a distorção na distribuição *per capita* é ampliada na proposta de 2012. Em 2009 e 2010, a relação entre a média nacional e a Unidade da Federação com menor valor *per capita* manteve–se abaixo de 43% e, em 2011, essa diferença foi reduzida para 14,5%. Já na proposta para 2012, a distorção entre a média nacional e o Estado com menor alocação de recursos no MAC é ampliada para 57% (...)".

Aqui eu chamo a atenção do conjunto dos Parlamentares para essa diferença. No Orçamento de 2012, nesses recursos para média e alta complexidade houve um distanciamento e crescimento da média que é distribuída para todos os Estados, com relação aos Estados que recebem menos. E isso, na impossibilidade de o Relator-Setorial fazer alteração, eu fiz uma sugestão, que consta do meu Relatório, para que o Relator–Geral faça uma adequação e um ajuste, porque não achamos correto que, no momento em que há maior e melhor distribuição dos serviços de média e alta complexidade no País, seja distanciada a média do valor distribuído para os Estados que recebem menos. Nós estamos propondo que o Relator–Geral faça esse ajuste, principalmente quanto aos Estados do Centro–Oeste, do Nordeste e do Norte do País, que

tiveram sua situação relativa – não a absoluta – prejudicada na proposta original do Ministério da Saúde.

E concluo o relatório, dizendo: "Tendo em vista a impossibilidade de esta relatoria corrigir a questão, estamos indicando ao Relator–Geral" que faça esse ajuste. (...)

"I.3. Piso de Atenção Básica – PAB

A Atenção Básica caracteriza–se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. O Piso de Atenção Básica consiste em montante de recursos financeiros federais destinados à viabilização de ações de saúde com a finalidade de ampliar o acesso da população rural e urbana à prestação da assistência básica, levando em consideração as disparidades regionais.

O valor *per capita* médio nacional do PAB (considerando parcela fixa e variável) vem crescendo nos últimos anos, e o PLOA/2012 busca manter tal crescimento, passando de R$57,52, em 2011, para R$65,05, em 2012. Entretanto, a parcela fixa sofre redução *per capita* de 2011 para 2012 de aproximadamente R$0,15, quando comparada à média nacional (R$22,60).

II. Análise das emendas apresentadas

Foram apresentadas 2.511 emendas de apropriação ao setor, sendo 2.427 individuais, 73 de bancadas e 6 de Comissão. Posteriormente, quatro emendas individuais foram transferidas para outros setores e uma foi retirada pelo autor. Foi ainda apresentada uma emenda de remanejamento pela Bancada do Espírito Santo.

Assim, receberam parecer pela aprovação – total ou parcial – 2.506 emendas de apropriação e uma emenda de remanejamento. A maior parte das emendas beneficia o Fundo Nacional de Saúde.

Em cumprimento ao art. 25 da Resolução nº 001–CN, de 2006, o Comitê de Admissibilidade de Emendas considerou admitidas todas as emendas coletivas apresentadas à área da saúde.

Quanto às individuais, empreendemos grande esforço no sentido de entrar em contato com os autores de emendas individuais que evidenciaram incorreções, para que, por intermédio de expediente formal dirigido à Presidência da CMO, fossem solicitadas alterações dessas emendas para elidir os vícios nelas contidos. Em outros casos, efetivamos adequações de ordem técnica para viabilizar o correto atendimento e posterior execução das proposições dos parlamentares. Entre os ajustes efetuados, destacam–se correção de subtítulos, GND, modalidade de aplicação, esfera e funcional. Ao final, todas as emendas foram admitidas.

III. Atendimento Das Emendas

III.1 Emendas Individuais

As emendas individuais foram atendidas integralmente, segundo os valores solicitados. Os recursos necessários derivaram da reserva de contingência e da reestimativa de receita, no montante de R$2,2 bilhões.

III.2 Emendas Coletivas de Apropriação

No que tange às emendas coletivas, foi possível atender apenas 16% do montante solicitado, sendo para tanto utilizados R$800,3 milhões de recursos transferidos pelo Relator–Geral e R$429,2 milhões de remanejamentos no âmbito do Ministério da Saúde. Assim, do total de R$7,7 bilhões solicitados, foi possível conceder apenas R$1,2 bilhão.

E aqui eu abro um parêntese para esclarecer a todos os Deputados da Comissão e aos Coordenadores de Bancadas e ressaltar estes números: foram solicitados, por emendas coletivas ou de Comissões, um total de R$7,7 bilhões, e eu tinha à disposição e remanejei R$429 milhões do Ministério, somados aos R$800 milhões que o Relator dispensou, seguindo a norma, num total, portanto, de R$1,2 bilhão.

Em função disso, evidentemente, não foi possível atender plenamente os grandes e justos anseios do conjunto das bancadas e das Comissões, porque eu tinha R$7,7 bilhões de demanda e R$1,2 bilhão para atender a essa demanda.

"O remanejamento de R$429,2 milhões diz respeito aos "cortes" em investimentos e inversões financeiras necessários para atendimento das demandas coletivas, realizado nos termos do item VIII da Parte "B" do Parecer Preliminar. Tal remanejamento representa cerca de 10% da programação de investimentos e seguiu critério seletivo que buscou preservar as dotações estadualizadas e de maior importância para o setor".

Aqui eu ressalto também aos Coordenadores de Bancada e aos Deputados que eu não fiz nenhum corte nas aplicações estadualizadas do orçamento original do Ministério. Ou seja, eu busquei preservar a integralidade do orçamento destinado a cada Estado. E do total de investimento possível de remanejamento pelo Relator-Setorial, eu apenas remanejei o equivalente a 10%.

E eu ressalto aqui que isso é muito inferior ao que foi feito no ano passado, que, me parece, chegou à ordem de R$700 milhões e percentualmente foram da ordem de 25% o corte e o remanejamento feitos no Ministério.

Então, no ano passado se remanejaram 25% dos recursos do Ministério e, em função da elevação do valor que eu tinha disponibilizado para R$800 milhões, eu remanejei apenas o que seria possível, ou seja, 10% do valor do Ministério.

"Para atendimento das emendas de Comissão, prevaleceu o critério de mérito na alocação dos recur-

sos, sendo destinado um total de R$120 milhões. Quanto à distribuição, foi conferida preferência, no âmbito do Fundo Nacional de Saúde, ao pleito destinado a fomento de laboratórios públicos oficiais; e, na Fundação Nacional de Saúde, optamos por alocar os recursos de forma igualitária entre as ações de esgotamento sanitário, abastecimento de água e resíduos sólidos".

E aqui eu ressalto que, nas emendas de Comissão, nós demos preferência às que alocavam recursos em laboratórios públicos, dada a necessidade do País de produzir medicamentos, o que tem função tanto na área da saúde como na área macroeconômica, ao reduzir o volume de importados na área de fármacos, além de contribuir para a redução dos preços pagos pela população.

"Os recursos restantes foram alocados nas emendas de bancadas, segundo critério técnico e de mérito, respectivamente, na proporção de 60% e 40%, conforme Anexo III".

Aqui, de novo, ressalto a diferença com o ano passado. No ano passado, fez-se justamente o inverso. Foram 60% para mérito e 40% para critério. Neste ano nós adotamos 60% para critério técnico e 40% para mérito.

"O critério técnico levou em consideração a média aritmética entre a população da Unidade da Federação, o inverso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de cada Unidade da Federação e a quantidade de emendas apresentadas.

III.3 Emendas Coletivas de Remanejamento

A única emenda de remanejamento apresentada na área da saúde – Emenda n° 71090011, da Bancada do Espírito Santo –, com pleito original da ordem R$23 milhões, integralmente no GND 3, teve inicialmente o seu acatamento inviabilizado, em face de haver oferecido como cancelamento compensatório despesas obrigatórias (RP 1), o que fere as normas regimentais. Para torná–la passível de atendimento e atender a sugestão do CAE, a Bancada alterou o cancelamento originalmente pretendido para o sequencial 005126 (ação "8761 – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, no Estado do Espírito Santo"), cuja dotação grafada no PLOA 2012 é de R$12 milhões.

A fim de não suprimir integralmente a dotação SAMU do Estado, atendemos a referida emenda com R$5 milhões da referida programação.

IV. Obras com indícios de irregularidades

Nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, não foram identificadas obras com indícios de irregularidades na programação desta Área Temática.

V. Créditos Adicionais Abertos Nos Últimos Quatro Meses

Em cumprimento ao art. 70, inciso 1, da Resolução nº 1/2006–CN, e subitem 35.1.3. do Parecer Preliminar, que determinam a análise nos relatórios setoriais dos efeitos dos créditos especiais e extraordinários aprovados ou em apreciação pelo Congresso Nacional nos últimos 4 meses do exercício, informamos que, com relação ao Ministério da Saúde, encontra–se nessa condição crédito 35, de 2011, no valor de R$300 mil.

VI. Emendas para criação de novas ações orçamentárias

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados apresentou emenda (nº 50210004), com a finalidade de criar ação orçamentária específica que contemple o fomento a laboratórios oficiais públicos, os quais são responsáveis pela produção de medicamentos, soros e vacinas. A emenda visa fortalecer o parque nacional farmacológico e estimular o aumento da produção nacional de insumos estratégicos para saúde.

Considerando a relevância do pleito, propomos a criação de ação "2E47 – Estruturação de Laboratório Oficial Público e Produção de Medicamentos, Soros, Vacinas e Insumos Estratégicos", vinculada à iniciativa 00NB3 e o objetivo 01944, do programa "2055 – Desenvolvimento Produtivo", constantes do projeto PPA para o quadriênio 2012–2015, ainda em fase de apropriação por esta CMO.

Também acatando pleitos de 157 emendas individuais, no total de R$89 milhões, restabelecemos na programação da saúde a ação "4525 – Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde", vinculada à iniciativa 02PW5 e ao objetivo 07136, do programa "2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)", integrantes do citado projeto de PPA.

Por fim, registre–se que foram apresentadas três emendas individuais propondo criar ação para implantação e implementação da política nacional de saúde para a população negra. Tendo em vista a existência de ação orçamentária genérica que contempla o pleito e o montante total de recursos pleiteados (R$400 mil), optamos por acatar tais emendas na ação "8709 – Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade", grafando no subtítulo "Política Nacional de Saúde da Mulher Negra.

VII. Correção de modalidade de aplicação da ANVISA

A Modalidade de Aplicação (MA) destina–se a indicar se os recursos serão aplicados direta ou indiretamente, mediante transferência ou delegação (art. 7º, § 7º, da LDO para 2012). Regulando a citada previsão, o Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 1.638, de 2011, estabelece as espécies de modalidade de aplicação e os respectivos conceitos, prevendo res-

pectivamente as modalidades 31 e 41 como espécies de transferência "fundo a fundo" a Estados e ao Distrito Federal ou a Municípios.

Portanto, tais modalidades de aplicação (31 e 41) se destinam exclusivamente às transferências automáticas a serem realizadas entre fundos, o que limita a sua utilização, no âmbito do Ministério da Saúde, apenas ao Fundo Nacional de Saúde. Todavia, a programação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA prevê a utilização da MA 31 (transferência a Estado/DF – fundo a fundo), o que se mostra inadequado.

A fim de ajustar a programação da citada unidade orçamentária às normas vigentes, mostra–se conveniente implementar ajuste técnico para alterar a referida modalidade de aplicação para 30 (transferência a Estado/DF), o que está sendo proposto por meio da emenda de relator nº 80020001.

VIII. Indicações à Relatoria Geral

VIII.1 Recomposição de sequenciais

Conforme exposto no Item I.5.5 do Relatório, parte dos recursos utilizados no atendimento das emendas coletivas advieram de remanejamento na programação de investimentos originalmente constantes da propostas do setor. Foram "cortes" necessários para atender as demandas coletivas, em face de escassos recursos disponibilizados a essa área temática. Dessa forma, indicamos ao Relator–Geral a recuperação dessas dotações.

VIII.2 Reforço do Piso de Atenção Básica

Chegaram às nossas mãos pleitos do Ministério da Saúde, no sentido de reforçar em R$286 milhões a dotação da ação "8577 – Piso de Atenção Básica", que se destina a custear procedimentos e ações de atenção básica em saúde executadas principalmente pelos Municípios.

Consoante informações prestadas pelo Ministério da Saúde, com esse reforço de dotação, poder–se–ia viabilizar o aumento de R$1,00 no valor *per capit*a do citado piso, o que consumiria R$180 milhões. Os R$106 milhões restantes serviriam para ampliar o programa de informatização e Telessaúde para as UBS, de vital importância para a melhoria do atendimento à população. De fato, a implementação desse programa permite que o histórico e os exames dos pacientes sejam encaminhados por meio virtual a especialistas, que, em prazo determinado, fazem o diagnóstico e propõem terapêutica de tratamento, o que aumenta a resolutividade, evita gastos e riscos com deslocamentos e reduz filas de espera nos postos de atendimento. O telessaúde está sendo implantado em mais de 1.500 Municípios e, com o citado aporte adicional, seria possível ampliar esse investimento para metade dos Municípios do País. Tendo em vista o mérito do programa, indicamos ao Relator–Geral o acréscimo de 286 milhões à dotação "8577 – Piso de Atenção Básica Nacional".

Reforço do MAC

Conforme exposto no item I.2.7.1 deste Relatório, a disparidade na alocação espacial dos recursos do MAC é ampliada para 2012. Diante dessa situação, indicamos ao o acréscimo de recursos de forma a reduzir a distorção com a ampliação em 5% *per capita* das unidades federadas abaixo da média, o que implicaria um aporte adicional de 784 milhões de reais, conforme demonstrado na tabela ao relatório.

Aqui, mais uma vez, insisto na necessidade de corrigir alocação de recursos para média e alta complexidade, uma vez que muitos Estados foram prejudicados pelo distanciamento do valor que eles recebem em relação a 2011, a 2010, seja em relação à média, seja em relação ao Município que recebe mais valor *per capita*.

Portanto, o Ministério ampliou a distorção para 2012. Nós achamos e entendemos que isso deve ser corrigido. Como isso não é atribuição do Relator– Setorial, exclusiva do , eu indico aqui a necessidade e a premência dessa correção.

Por fim, para finalizar, em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2011–CN, relativamente à programação da Área Temática II – Saúde, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas neste relatório.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a atenção de todos e, mais uma vez, ressalto a competência, a dedicação da assessoria desta Casa e da assessoria da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Esta Presidência agradece o Deputado Rui Costa pela elaboração e pela leitura do seu relatório.

Vamos dar início à discussão da matéria.

O primeiro inscrito é o Deputado Reginaldo Lopes, do PT, Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Quero aqui reconhecer o esforço e parabenizar o nosso Relator–Setorial, amigo Rui Costa, e dizer que acho que é inteligente o critério encontrado — população, IDH, emenda —, mas não sei qual o peso dado ao número de emendas. De fato o nosso Estado, que priorizou uma atenção ao investimento na saúde, saúde básica, pois de cinco emendas apresentamos três para a saúde básica e duas para a saúde especializada, todas as duas para a saúde especializada na rede pública, porque a intenção de Minas é contribuirmos com a organização da rede de saúde no Estado, da retaguarda, da média e da alta complexidade, fez também emendas nesse

sentido, colocando o Governo do Estado e ajudando a estruturar a rede em nosso Estado. O Estado é muito grande. Então, temos alguns hospitais regionais que precisarão ser equipados. Cada construção ficou em 50 milhões e será preciso mais de 40 milhões, 50 milhões de equipamentos.

Então, estamos em duas frentes. Na verdade, em três frentes, a frente da saúde básica, a ampliação do PSF, dos postos da saúde básica; a frente de organizar a rede através dos hospitais públicos regionais; e a frente também, que acho muito importante, do hospital de alta complexidade, os hospitais filantrópicos.

Então, fizemos essas cinco emendas nesse sentido, bem articuladas, no sentido de buscar melhorar a saúde em Minas Gerais. Portanto, fizemos cinco emendas. Recebemos, no caso, 80 milhões, mas bem insuficientes para as demandas.

Então, queria pedir a V.Exa. um apoio para podermos aumentar. Destaquei as cinco, mas não vou detalhar. Peço a V.Exa. que olhe com carinho. Sendo que 1 bilhão e 200 milhões foram distribuídos, é sempre bom lembrar que Minas tem 10% do PIB. Então, teria que ser no mínimo 120 milhões. Então, fica muito abaixo do percentual do nosso PIB.

Dessa forma, peço a V.Exa. um carinho especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Tem a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar também o nosso Relator–Setorial, Deputado Rui Costa, parabenizá–lo pela dedicação, pela atenção que deu, inclusive, aos pleitos que fizemos. Está aqui o Deputado André Vargas, também do Paraná.

V.Exa. nos atendeu. Não podemos deixar de reconhecer a importância dessas duas emendas, porque uma atende a hospitais regionais do Estado do Paraná. O Estado está viabilizando com recursos da União para a construção, depois o custeio será do Estado do Paraná. Mas precisamos agora, Sr. Relator, de recursos para poder equipar esses hospitais.

Apesar de V.Exa. ter nos dado uma atenção especial, gostaria de pedir mais ainda um carinho de V.Exa., a fim de que pudéssemos melhorar ainda mais esses recursos, porque é de fundamental importância. Esses hospitais estão instalados no Estado como um todo.

Então, um carinho especial em relação a essa emenda.

A outra emenda que o Paraná também tem é com relação aos hospitais filantrópicos. Temos uma rede importante que atende à comunidade, hospitais em várias partes do Estado. Gostaria de pedir a V.Exa. também que pudesse, por gentileza, dar um *plus* para que tenhamos melhores condições de atender à comunidade do Paraná. Não só do Paraná, mas vários hospitais como em Curitiba, como em Londrina recebem cidadãos de outras partes do País, que vão em busca da saúde.

Então, por gentileza, se V.Exa. puder, nos atenda um pouco mais. Mas, de qualquer forma, parabéns a V.Exa., um especialista em educação e que agora fez um belo trabalho também na área da saúde. Parabéns pelo trabalho que fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Tem a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em especial o Relator Rui Costa, Deputado, primeiro, como não poderia deixar de ser, parabenizo V.Exa. pelo trabalho que traz hoje a esta Casa.

Aliás, a exemplo do Deputado Danilo Forte, a sua atuação anterior lhe precede e nós não imaginávamos nada diferente do que aconteceu hoje, neste momento. Dizer a V.Exa. que, além de coordenador da Bancada do PSDB, neste momento, talvez de uma forma, em função da previsão do nosso Presidente, eu também estou autorizado a ser o coordenador da Bancada do Rio Grande do Norte.

Em caráter geral, quero dizer a V.Exa. que a explicação inicial que V.Exa. deu, quando fala a respeito das dificuldades orçamentárias, a disponibilidade que V.Exa. tem para atender às justas demandas, que são múltiplas por todo o território nacional, e os critérios estabelecidos, acredito que V.Exa. tentou, da melhor maneira possível, conciliar os diversos interesses em cima de critérios. E, na hora em que se estabelecem critérios, a Justiça também certamente consegue a média do entendimento dos nossos pares.

Por isso mesmo chamo a atenção de V.Exa. para o fato de que as três emendas que foram apresentadas pela Bancada do Rio Grande do Norte não receberam, não sei por que critério, um tratamento equânime por parte do relatório.

Nós temos duas emendas de estruturação de unidades básicas de atenção especializada em Natal que receberam, uma, 20 milhões e, a outra, 25 milhões. Em contrapartida, a terceira emenda que trata dos sistemas públicos de esgotamento sanitário em Municípios da Bacia do São Francisco, de até 50 mil habitantes, receberam apenas 6 milhões e 320 mil reais.

Então, nossa preocupação é, dentro dos recursos que V.Exa. disponibilizou para o Estado do Rio Grande do Norte, a possibilidade de um equilíbrio, até por que a cidade de Natal ficou contemplada com justiça, com 45 milhões, e o interior do Estado, numa área extremamente pobre, que precisa, a exemplo de todo o País,

mas em especial aquela região, de um trabalho de esgotamento sanitário, só ficou com 6 milhões e 250 mil.

Então, fizemos aqui o destaque, e quero ver a possibilidade de, até dentro dos recursos do próprio Rio Grande do Norte, para não ser injusto com nenhum outro Estado da Federação, haver um maior equilíbrio no nosso Estado.

Quero levantar uma outra questão a V.Exa. As emendas foram feitas. V.Exa., evidentemente, terá a possibilidade de analisá–las. Uma outra situação que gostaria de colocar, mais de caráter geral, dizer que, como muito bem lembrou o companheiro Alex Canziani, V.Exa. é um especialista em educação e estamos agora discutindo o nosso Plano Nacional de Educação, tentando alocar recursos para um resgate histórico, com o passivo que temos para com o conjunto da população brasileira. E ontem, no Senado da República, foi votada a Emenda nº 29, que voltará para a Câmara em função das modificações que lá foram feitas. Nós entendemos que as modificações, mesmo que previstas em lei, começam pelo Orçamento, mais especificamente pela lei que antecede o Orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO.

V.Exa. está seguindo aqui uma tradição de Relatores na área. Antes de V.Exa., no ano passado, o Senador Flexa Ribeiro fez uma equalização e um princípio de recuperação dos recursos *per capita* de cada Estado da Federação, que progressivamente estão sendo equalizados, para que nós tenhamos uma situação equânime. Porque não é possível que um doente, por exemplo, de São Paulo seja tratado de forma diferente de um doente do Piauí, tendo o mesmo atendimento.

Em função disso, quero apenas parabenizar V.Exa. pelo seu trabalho, novamente no término de nossa fala, e pedir a V.Exa., já que passou a ser o Relator–Setorial da Saúde, que se integre a essa luta, para que, na hora em que a Emenda nº 29 retorne à Câmara Federal, nós possamos resguardar os nossos direitos e as nossas conquistas e tentar mantê–las doravante para que possamos resgatar, a exemplo da educação, na saúde, esse passivo que existe e que é grande com a população brasileira.

Então, agradeço V.Exa. pela oportunidade.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Deputado Rogério, agradeço as referências elogiosas. Ao mesmo tempo em que me coloco à disposição de V.Exa., só quero informar a V.Exa. e a todos os Deputados que, no que tange à distribuição interna de cada Estado, conversei com todos os 27 coordenadores de bancada porque tenho o entendimento de que quem conhece mais o Estado não sou eu como e sim cada coordenador de bancada. Então, eu busquei mediar, com os coordenadores de cada bancada, essa distribuição interna.

Não terei problema algum em atender o pedido de V.Exa. Eu só peço a V.Exa. que, daqui até segunda–feira, quando votaremos, eventualmente faça um diálogo com o coordenador e encontre uma posição unitária da bancada sobre como distribuir esse valor, porque eu terei o imenso prazer de acatar a proposta a que chegarem a um consenso.

Todas as distribuições internas, não só do Rio Grande do Norte como também de todos os Estados, foram mediadas e dialogadas com cada coordenador de bancada. Eu pessoalmente fiz ligação individual para cada um – não foi nem a assessoria – dos coordenadores. Então, se V.Exa. puder me trazer um acordo da bancada até segunda–feira, terei imensa boa vontade em atendê–lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado André Vargas e, em seguida, Senador Anibal Diniz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Presidente Pedro, parabenizo o nosso Relator que representa o nosso partido entre os relatores–setoriais. O Deputado Rui Costa, que é Deputado de primeiro mandato, vem se mostrando como uma grande revelação e vem dando uma contribuição ao Parlamento brasileiro. V.Exa. milita, como Líder, na Comissão de Finanças e representa não só o seu Estado, a Bahia, mas também essa visão de Brasil expressa no Orçamento, encaminhado pelo Executivo, pela vontade, pelas posições das diversas bancadas dos 27 Estados do nosso País e dos vários partidos.

É importante dizer que o assim como os relatores setoriais têm que manter esse equilíbrio. Esse equilíbrio e essa visão nacional são importantes. Existe o equilíbrio das forças políticas também com respeito à vontade das bancadas.

Agradeço pelo Estado do Paraná, Senador Rui Costa, em nome do nosso partido. V.Exa. nos orgulhou muito com seu relatório. Aliás, o primeiro relatório entregue – não é essa a competição entre nós, Parlamentares, Senadores, Deputados – foi feito no prazo devido, acolheu as demandas, incrementou os recursos da saúde.

Ontem mesmo, num debate no Senado Federal, falava–se na Emenda nº 29. Há um acréscimo nos investimentos de saúde no período do Presidente Lula e da Presidenta Dilma que, mesmo com a retirada da CPMF, praticamente retirando–a, dobrou os recursos em saúde. Ainda assim, nós entendemos que precisa muito mais.

Também o seu relatório faz uma reorganização dos serviços – e fundamental – com respeito ao belo trabalho que o Ministro Alexandre Padilha fez.

O Paraná, que apresentou duas emendas, foi aquinhoado com uma média importante para nós de 23 milhões 549 mil, a quinta média. É a sexta e a quinta economia do País. A evidência foi que V.Exa. soube entender exatamente e compreender essa dinâmica.

Nós, é claro, apresentamos o destaque, temos o entendimento de que não haverá o acolhimento, mas vamos pleitear junto ao – e estamos pleiteando aqui – um acréscimo porque se trata, principalmente a emenda dos hospitais regionais,... a dos hospitais filantrópicos, tem–se anualmente essa emenda que vem sendo liberada pelo Ministério da Saúde. É importante dizer isso também.

Há muitas emendas de bancadas que são apresentadas nos vários relatórios setoriais, Deputado Pedro, representante do PMDB nesta Comissão, que nem sempre são executadas. Mas na saúde, em geral, elas são executadas, e notadamente agora neste período do nosso Ministro Alexandre Padilha. Vocês vão observar, no final deste ano, que haverá uma grande realização concreta das emendas, o empenho e o pagamento das emendas na área da saúde, porque há um compromisso do Governo de melhorar a saúde do povo em todas as áreas.

Mas é claro que as emendas dos hospitais regionais do Paraná são fundamentais, porque há uma nova reorganização dos serviços no sentido de descentralizá–los e desconcentrá–los. Acredito que, na Bahia, nos vários Estados, no Mato Grosso, em Goiás, não se pode ter tudo nas capitais e nos grandes centros. É preciso levar de fato a saúde próxima à população. Então, o atendimento de urgência e emergência, que vem se especializando no Brasil, precisa desse investimento.

Portanto, Relator e Presidente, neste momento estamos aqui manifestando a nossa vontade de fazer crescer ainda mais os recursos pela emenda de bancada do Paraná. É este o destaque. Volto a dizer que o PT se sente orgulhoso com a relatoria de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Senador Anibal Diniz.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Costa, quero aqui dar o meu testemunho de que sou coordenador da bancada federal do Acre e que tive uma atenção muito especial, com toda deferência de V.Exa., de tal maneira que quero aqui reconhecer o seu trabalho, a sua atenção e a sua delicadeza no tratar cada um dos coordenadores.

Vejo aqui pelos números que V.Exa. operou quase um milagre nesta relatoria. Então, já fica expresso o meu elogio total ao seu trabalho. V.Exa. dispunha de 7 bilhões e 700 milhões em demandas para a possibilidade de realização de 1 bilhão e 200 milhões. De tal maneira que teve que aplicar mais e mais os critérios tanto de população quanto de IDH inversamente proporcionais.

Dessa maneira, nós, da bancada federal do Acre, só temos a agradecer a atenção especial dada principalmente por esse critério das nossas necessidades. As nossas necessidades são tão especiais que é difícil até descrevê–las.

Eu poderia citar o exemplo de uma notícia que saiu semana passada. A Defensoria Pública estava comemorando a notícia de que tinha conseguido uma condenação na Justiça para o Estado do Acre bancar uma UTI no ar para um paciente. Ou seja, se abrimos um precedente desse, imagine o quanto de custos a mais vamos ter numa UTI do ar do Acre para São Paulo, do Acre para Goiânia, do Acre para Brasília. Imaginem só o tamanho desses custos. Quer dizer, não existe índice que vá analisar um diferencial de custo que nós temos para atender a uma demanda dessa magnitude.

Então, esse Hospital Regional de Brasileia que nós apresentamos, enquanto entendimento da bancada como prioridade para as emendas de 2012, ele é um hospital que atende não só o Município de Brasileia, mas toda a região do Alto Acre. Ali a gente acaba atendendo a bolivianos que estão chegando em grande escala e também ao público peruano que faz fronteira com o Brasil logo em seguida, de tal maneira que é um hospital estrategicamente muito bem posicionado.

E agora nós estamos com um problema recente que o Brasil pouco conhece a respeito: a entrada de haitianos. Hoje nós estamos com 600 haitianos instalados em Brasileia e já passaram por lá 1.300 haitianos, porque 700 outros já receberam encaminhamento, estão em diversos Estados brasileiros. Hoje nós temos 600 haitianos instalados em Brasileia em condições precaríssimas. A gente está inclusive tendo uma reunião interministerial, comandada pelo gabinete da Presidência, justamente para encontrarmos uma saída para esse problema.

De tal maneira que a gente reconhece todo o esforço e toda a atenção que o companheiro do PT da Bahia tem e teve para conosco. Aliás, é uma parceria de longa data que vem acontecendo com a Bahia. Se hoje temos uma faculdade de Medicina no Acre, foi por todo o apoio da Federal da Bahia, que nos ajudou na construção da grade curricular, na implantação do curso, da especialização, em tudo. O que a gente tem a dizer é que nós estamos muito atrás. Então, toda ajuda que nos for dada será para tentarmos nos aproximar um pouco da distância dos demais.

Eu reconheço que, dentro dos percentuais, o Acre foi bem aquinhoado, mas ainda assim nós precisamos dar celeridade à construção do Hospital de Brasileia, que é um hospital regional da máxima importância es-

tratégica para o nosso sistema de saúde, e por isso eu pedi esse destaque. Se a gente puder juntar os esforços da sua relatoria com a do Relator–Geral para conseguirmos um pouco mais de recursos, todos nós do Acre agradeceremos, assim como o Governador Tião Viana, e a gente vai corresponder com resultados que vão dignificar cada vez mais a gestão petista e o trabalho em defesa da saúde do povo do Acre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Darcísio Perondi, pelo PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Parabéns, Sr. Relator, Deputado Rui. V.Exa. foi atencioso, técnico, ouviu a nossa bancada do Rio Grande do Sul também. Eu acredito que não é uma tarefa fácil ser Sub–Relator, em especial da Saúde.

O Ministério, a rigor, está cumprindo o piso constitucional, pela análise. Nós, através das emendas individuais, acrescidas às emendas populares, recebemos um acréscimo aos 80 bilhões que foram encaminhados para cá de 5 bilhões. Estaremos acima do piso constitucional para 2012, uma ação forte da Comissão de Orçamento. As emendas individuais, com 2 bilhões carimbados, mais 2 bilhões em emendas. Dá em torno de 5 bilhões. Isso é um acréscimo que nós temos que comemorar.

Esse recurso é suficiente? Não é, realmente não é. E vai ficar pior ainda porque ontem à noite nós conseguimos aprovar a regulamentação da Emenda nº 29. Devemos reconhecer que houve avanços. A proposta inicial da regulamentação – e é bom lembrar – começou com o Deputado Roberto Gouveia, em fevereiro de 2002, e aqui ficou, mais a proposta do Tião Viana, 9 anos no Parlamento. Ontem foi o fim dessa luta de 9 anos pela regulamentação.

Com a decisão de ontem, o Ministro da Saúde terá mais dificuldades do que está tendo hoje, porque os Ministros da Saúde sempre têm, para fechar novembro e dezembro. Os serviços autorizados, os serviços comprados, públicos, privados, filantrópicos vão ter dificuldades. Com esse orçamento, terão dificuldade. Já estão tendo agora, mas a dificuldade será maior, meus caros Senadores e caros Deputados, porque ontem, na aprovação da regulamentação, a vitória que deve ser registrada, o primeiro eixo da regulamentação, é que ficou clara a definição de ações e serviços de saúde. Os Governadores que não a cumprem terão 4 anos para cumpri–la. Quase todos cumprem. E aqueles Prefeitos, todos cumprem, e os Governadores, quase todos cumprem, se por acaso pegarem o dinheiro da saúde e o colocarem no hospital militar ou pagarem os aposentados, ou a merenda, ou pagarem o instituto de previdência dos seus funcionários, não poderão fazê–lo a partir do ano que vem. E os Governadores terão 4 anos para chegar aos 12% – 4 anos. Isso vai dar 3 a 4 bilhões, no máximo, de mais dinheiro no SUS do Brasil.

Agora, se olharmos a parte federativa, quem vai pôr mais dinheiro no SUS no ano que vem são apenas os Prefeitos e apenas os Governadores, mais os Governadores que não estão cumprindo. Isso vai dar 3 bilhões. Isso não chega nem a 10% do que o Ministro Padilha disse na Comissão Geral há 2 meses, que o Brasil precisaria de 45 bilhões. Então, não haverá mais dinheiro federal para a saúde. Vou repetir: não haverá mais dinheiro constitucional para a saúde na área federal, com a votação de ontem. O único são os 3 bilhões que dão 5%, 6%, 7% a mais em cima do que o Ministro estipulou. Se falarmos dos técnicos do CONASS e do CONASEMS, seriam 60 bilhões. Vou ficar nos 45.

A segunda parte. Então, fechou a definição de "ações de serviços de saúde". Ótimo. A segunda parte, que é decisiva, é o financiamento, que o Tião Viana, Senador do PT, discutiu com a sociedade inteira – CONASS, CONASEMS, com o controle social, com a comunidade; discutiu com os Deputados e colocou lá 10%, equivalentes a 10% das receitas correntes brutas. E foi depois da perda da CPMF, depois da perda da CPMF! Ontem, eu ouvi o Senador dizendo que os 10% foram antes. Mas foram depois da perda. A perda foi em 2007.

E ontem o Senado esterilizou, esterilizou os 10%, por uma ação violenta do Palácio do Planalto. Eu aprendi, nas minhas lutas agora, no Senado, um ditado nordestino: "Governo rico, rio cheio, ninguém segura". E isso mostrou, mostrou. O Governo foi duro e implacável, fez qualquer tipo de negociação ontem no Senado. A Oposição já está dizendo – e eu não vou dizer, porque sou da base aliada – que houve ontem, para reverter, Senadores fechados com a proposta de 10%.

Então, ontem, o meu Governo – eu estou no Governo, pois o PMDB é Vice–Presidente – e o Governo do PT, com a Presidenta Dilma, passaram à Nação que não querem botar mais dinheiro. A crise da saúde é verdadeira. O Relator recebeu todos os Deputados e Senadores em seu gabinete e sentiu a realidade do Brasil, a realidade do Brasil!

Então, isto aqui não vai resolver a crise, não vai resolver a crise. E o que foi votado ontem no Senado só vai fazer com que quem já gasta acima do piso, Estados e Municípios, vai gastar mais. E a União este ano arrecadou dois CPMFs a mais, sem a CPMF – IOF, contribuições, etc. –, dois CPMFs a mais, sem a CPMF. Então, ninguém pode dizer, como diz o companheiro aqui, que a CPMF prejudicou. O Governo aproveitou

e aumentou alíquotas, etc., etc. E o faturamento é maravilhoso.

Então, ontem ficou claro no Senado: o Governo Federal não coloca mais recursos na Constituição; 2) os recursos do FUNDEB, que nós tivemos que pôr, que o PSDB obrigou há 3 anos, o Senado retirou. Parabéns, Senado: retirou os 7 bilhões que o FUNDEB iria retirar da saúde. Isso não é benefício. Vou dar um exemplo: o cidadão tem um empregado e paga mil reais por mês – o patrão paga mil reais para o empregado – e chama o empregado hoje e diz: "Eu vou te pagar, a partir do mês que vem, 500 reais". Pode ir na Justiça, como você quiser. E era informal. O cara vai ficar chateado. Vai brigar, mas... "Ah, eu vou perder o emprego". E, no mês seguinte, o patrão o chama de novo: "Olha, eu não vou te tirar os 500 reais, eu vou continuar te pagando 1.000 reais". Então, no FUNDEB foi isso. Nós fomos obrigados a votar, na Câmara, a lei. Obrigados para conseguir votar há 2 anos. E agora o Senado só retirou esse roubo. Então, não é dinheiro a mais. É o patrão que disse para o empregado. O patrão, no caso, é o Governo. O patrão disse para o empregado, que é o SUS: "Olha, eu não vou te tirar 500 reais, eu vou manter os 1.000 reais". Então, ninguém pode dizer que os 7 bilhões são a mais.

E os 5 bilhões que nós votamos foram pela Comissão de Orçamento. Já estou fechando. Mas eu tinha que fazer esse depoimento, na Comissão de Orçamento, que é mista. Os 5 bilhões a mais, parabéns ao Arlindo Chinaglia, a nós todos, que priorizamos a saúde. Quanto é a emenda popular? Um e duzentos ou dois? Dois. Então, priorizamos 4 bilhões a mais. Mas, emendas, vocês sabem, são autorizativas, não são obrigatórias. Com o piso constitucional, que nós não mudamos, o Governo vai pagar... O Ministro Padilha é um gigante, ele vai fazer das tripas o coração, para honrar, mas o Governo vai contingenciar. A área econômica dificilmente... Talvez honre aí, na minha experiência, 20% ou 30% acima do contingenciamento.

Então, não dá para dizer. E quem disser lá fora, até para um companheiro: "Não, nós melhoramos o piso". O companheiro lá do Conselho Municipal de Saúde, o companheiro do Secretário da Administração, que conhece, vai dizer assim: "Deputado, não diga isso, não diga isso. Tiraram os 10%, o Governo Federal não vai votar nada, e esses 4 bilhões, nós sabemos das dificuldades para as emendas".

Então, é uma pena o Ministro Padilha, com uma equipe maravilhosa – ele é executivo, ele reúne, ele tem relacionamento – não poder ter mais dinheiro para resolver. E era em 4 anos. O ano que vem eram só mais 16, 17. E a arrecadação do Governo bomba e o Governo fez outras escolhas. Então, uma vitória de um lado. Encerramos uma luta de 9 anos, mas é bem parcial o impacto para o cidadão que sofre na fila e para a Atenção Básica, porque o Relator não pôde botar mais. Nós temos que pedir para o Arlindo botar mais no MAC – no MAC – e na Atenção Básica. Na reestimativa, temos que pedir. Esta Comissão tem obrigação de pedir na reestimativa, ainda mais depois da votação de ontem, com vitória parcial.

E o meu Governo – PT e PMDB – deu uma resposta ao Brasil saúde. O que nós estamos fazendo aqui? É conquista e é acréscimo, mas não vai impactar. E a crise vai aumentar, e esta Casa, no ano que vem, terá que se reunir de novo e buscar alternativas, e levantar o País para inverter as prioridades do Governo Federal, que prioriza principalmente o capital corporativo público e o corporativo privado e não prioriza a saúde e a educação básica fundamental. Mas, no caso aqui, é lamentável, é lamentável que meu Governo – PT e PMDB –, lá no Senado, por uma ação pesada do Palácio, de 15 horas, oferecendo tudo, possa ter matado um sonho. E, acima de tudo, ao longo dos anos, a crise vai aumentar, e brasileiros e brasileiras vão morrer, especialmente as pessoas com câncer e as crianças sem vaga nas UTIs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Ronaldo Zulke.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero aqui, por delegação do Deputado Paulo Pimenta, Coordenador da Bancada do Rio Grande do Sul, rapidamente fazer um reconhecimento da nossa bancada ao trabalho do nosso Relator, o Deputado Rui Costa, que nos recebeu gentilmente no seu gabinete e acolheu o conjunto de medidas que a bancada propôs.

É importante salientar que a nossa bancada, a bancada do Rio Grande do Sul, tem por hábito buscar a construção de acordo interno para, de forma unânime, apresentar as suas emendas ao Orçamento. Não foi diferente este ano. As 20 emendas que temos direito de apresentar ao Orçamento foram estabelecidas por meio de consenso na bancada. Ressalte–se que, no caso dessas 20 emendas, a área mais contemplada foi exatamente a da saúde, o que revela a sensibilidade da bancada do Rio Grande do Sul com o tema.

Queremos aqui reconhecer o esforço desenvolvido pelo Relator, que, apesar de todas as suas limitações, soube apresentar uma proposta com critérios claros, não privilegiou esse ou aquele Estado e distribui os recursos que estavam à sua disposição de forma muito adequada. Portanto, parabéns, Deputado Rui Costa, pelo seu relatório. Ficamos muito agradecidos pelo fato de termos sido contemplados quanto

às nossas emendas. São cinco emendas que a bancada do Rio Grande do Sul apresentou em relação à área da saúde.

Eu também quero destacar, Sr. Presidente, que o Deputado Rui Costa, ao acolher as nossas emendas, deu–nos a possibilidade de continuar a luta em busca da ampliação desses recursos, e é isso que vamos fazer, e é por isso que estamos destacando aqui as nossas cinco emendas. Queremos ter a oportunidade de dialogar com o Deputado Arlindo Chinaglia, nosso Relator–Geral do Orçamento, para buscar, junto ao Relator–Geral, parceria com o Relator–Setorial, o Deputado Rui Costa, e com a nossa bancada, que quer ver aumentados esses recursos.

Nos temos um total de 57 milhões aprovados pelo Relator, mas esse valor está muito distante ainda das nossas necessidades, especialmente naqueles temas que dizem respeito ao aparelhamento dos hospitais de todo o Estado do Rio Grande do Sul e mesmo à ampliação da rede hospitalar do Rio Grande do Sul.

Nós temos uma luta importante na Grande Porto Alegre, onde queremos e precisamos viabilizar a construção de um novo hospital. Na região do Vale do Gravataí, são mais de 1 milhão de habitantes, que esperam há muito tempo um equipamento hospitalar para atender a população. Essa população hoje se socorre do Serviço de Alta Complexidade na Capital, o que traz vários problemas para a rede instalada na Capital. Portanto, nós precisamos instituir a descentralização. Isso está de acordo com o projeto que o Governo do Estado tem para a área da saúde. Também queremos ver os hospitais já existentes na Grande Porto Alegre, especialmente na região do Vale dos Sinos, qualificados. Por isso estamos buscando a ampliação dessa emenda de estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; construção, ampliação e implantação de Unidades Públicas de Saúde na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Mas há também o interior do Estado, especialmente os inúmeros hospitais do interior do Estado, que precisam ser mais bem aparelhados, equipados. Por isso a nossa emenda referente a aquisição de equipamentos precisa de um reforço, de melhora considerável.

Não vou falar sobre a importância da atividade que desenvolve a Santa Casa de Misericórdia. A necessidade de reforma e de aparelhamento do Hospital Santa Clara é urgente. Precisamos também ver ampliados os seus recursos.

Quanto aos outros dois hospitais que já estão sendo construídos, graças aos recursos do Governo Federal, precisamos injetar um pouco mais de recursos, não para que sejam concluídas as obras agora, mas, quem sabe, para que tenham mais velocidade. É o caso do Hospital Público Regional Norte, em Palmeira das Missões, e também do Hospital Regional em Santa Maria, no centro do Estado.

Vejam os senhores, colegas Deputados, que fundamentalmente estamos centrando fogo, nas nossas emendas, na rede hospitalar, até porque o Serviço de Atenção Básica e a atenção que o Ministério da Saúde tem dado à estruturação dos serviços básicos na saúde vêm avançando de forma muito positiva no Rio Grande. Queremos dar continuidade a isso, com o compromisso que o Ministro Padilha tem assumido com o Governador Tarso Genro e com diferentes Prefeitos do Estado através da disponibilidade de Unidades Básicas de Saúde e, agora, do fantástico Programa Academia da Saúde, que, tenho certeza, o Governo vai priorizar no próximo período, qualificando, portanto, o serviço de atenção básica à saúde.

Para concluir, colegas Deputados, Sr. Relator, quero mais uma vez agradecer o trabalho e a atenção que o Deputado Rui Costa dispensou à bancada do Rio Grande do Sul. S.Exa. abre uma porta para continuarmos nossa luta para aumentar esses recursos. Estaremos, evidentemente, contando com a sensibilidade do Relator–Geral, o Deputado Arlindo Chinaglia, bem como de todos os nossos colegas membros desta Comissão, para ver se esses 57 milhões e 175 mil com que o Rio Grande do Sul foi contemplado, na reta final, quem sabe, chegam a 150 milhões. O Rio Grande do Sul ficará muito feliz. É um esforço que queremos realizar. Contamos com o apoio de todos os colegas.

Era isso, Sr. Presidente, colegas Deputados. Muito obrigado pela oportunidade de aqui destacar as cinco emendas apresentadas pela bancada do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Deputado Rui Costa é um Deputado atuante, sempre preocupado com as questões do seu Estado, a Bahia, mas também com as do País. Quero parabenizá–lo, Deputado, pelo trabalho que V.Exa. realizou aqui em relação ao setor da saúde, mas digo que, lamentavelmente, V.Exa. se esqueceu de atender uma emenda da bancada do Estado do Amazonas que, por sinal, por indicação minha, é a prioridade das prioridades. Refiro–me à estruturação dos serviços de hematologia e hemoterapia no Estado do Amazonas. Trata–se da construção de nova ala no hospital que faz a coleta de sangue e, hoje, é referência na Região Norte. Estamos ampliando esse hospital quanto ao tratamento das doenças do sangue,

sobretudo no que se refere a câncer no sangue. Isso faz com que tenhamos uma preocupação muito grande.

Conseguimos aprovar emenda referente ao Orçamento de 2011, que foi atendida, mas não é suficiente para a conclusão do hospital. Para concluí–lo, precisamos de mais 40 milhões de reais.

Portanto, gostaria que V.Exa. atendesse a emenda de 100 milhões de reais que apresentamos. Agora, se puder atender com 40 milhões, já estaremos satisfeitos. Entendo que também é prioridade do Governo não deixar obra inacabada. Não podemos ter obra inacabada, Deputado Darcísio Perondi. Nós queremos começar, queremos executar e queremos concluir essa obra tão importante não só para o Estado do Amazonas, mas para toda a Região Norte. Trata–se do único centro de hemoterapia da Região Norte.

Estamos apresentando outros destaques. Aliás, o maior volume de destaques de toda a bancada está exatamente na área da saúde, por entendermos que é de extrema prioridade. Precisamos priorizar a saúde neste Orçamento.

Portanto, solicito a V.Exa. especial atenção para esse destaque que visa a dar continuidade a este hospital, o HEMOAM, a estruturar os serviços de hematologia e hemoterapia no Estado do Amazonas.

Temos ainda outros destaques, relativos a estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; construção e aquisição de equipamentos para o Laboratório Central em Manaus; apoio a projetos de interesse do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas; apoio a projetos de infraestrutura turística.

Enfim, na área de V.Exa., seria isso. Gostaria de ouvir V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Encerrada a lista de Deputados inscritos, passo a palavra ao Sr. Relator, para que se possa manifestar sobre as observações dos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Vou começar pela manifestação do Deputado Pauderney. Antes, porém, agradeço as referências elogiosas.

Deputado, antes de V.Exa. chegar, apresentei os critérios com base nos quais distribuí os recursos. O maior volume foi distribuído levando–se em conta a média de três fatores: população de cada Estado; Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de cada Estado, para privilegiar, evidentemente, os Estados mais pobres; número de emendas que cada Estado apresentou, também visando a dar maior peso àqueles Estados que tinham como prioridade a saúde. Das 15 emendas, 7 ou 8 foram destinadas à saúde.

Disse também, antes de V.Exa. chegar, que consultei todos os coordenadores de bancada a respeito da distribuição dos recursos para cada Estado. Pessoalmente, fiz ligações para os coordenadores de todas as 27 unidades federativas. O único coordenador com que não consegui falar – encontrava–se impossibilitado, em função de outros afazeres – foi o do Amazonas. Então, peço a V.Exa., se não fez, que faça o destaque de todas as emendas do Amazonas. V.Exa. pode dialogar com a bancada do Estado e me apresentar, até segunda-feira, uma proposta de consenso para a distribuição desse valor.

Terei imenso prazer em atender a bancada do Amazonas, uma vez que agi assim em relação a todos os outros Estados, mas só poderei fazê–lo se V.Exa. apresentar o destaque para todas as emendas do Amazonas. Peço a V.Exa. que dialogue com a bancada e até segunda–feira me apresente uma proposta de distribuição desses valores. Terei imenso prazer em remanejar os valores para atender a vontade da bancada do Amazonas.

No que se refere à proporção, é evidente que, se V.Exa. comparar o valor do Amazonas com o dos outros Estados, verá que ele teve, no tocante a valores não técnicos, uma ponderação extremamente positiva. Assim fiz em relação a todos os Estados do Norte, Nordeste e Centro–Oeste, no sentido de favorecer um pouco os Estados que têm população mais carente e serviços de saúde mais precários.

Então, o Estado do Amazonas, assim como outros Estados, foi relativamente um pouco mais beneficiado. Tenho vontade de atendê–lo prontamente. Peço a V.Exa. que faça já o destaque, antes do encerramento da discussão, para que eu possa atendê-lo até segunda–feira.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Todos os destaques já foram apresentados, Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Então agradeço. Se V.Exa. puder dialogar com o coordenador da bancada e com toda a bancada até segunda–feira, eu agradeço.

Em relação a outros comentários, como o do acréscimo, Deputado, eu sempre prefiro ter uma leitura positiva. Isso não impede que queiramos mais. Sou torcedor do Bahia, que passou um grande tempo na Segunda Divisão. Nem por isso deixei de torcer e ver os aspectos positivos do meu time. Prefiro, na área da saúde, fazer a mesma coisa. Quando eu digo que houve acréscimo de 12 bilhões, eu me refiro ao Orçamento deste ano e ainda ao que o Executivo mandou para 2012, o orçamento original enviado a esta Casa. Seja na votação de ontem no Senado, seja na atuação desta Comissão, as duas coisas somadas dão um acréscimo, em relação ao orçamento original enviado pelo Ministério, de 12 bilhões de reais para a saúde.

É evidente que a possibilidade ou não de haver contingenciamento nesta e em outras áreas vai estar vinculada ao resultado macroeconômico e ao resultado fiscal da União. Esperamos que as políticas já iniciadas de combate à crise econômica surtam efeitos e que possa haver, no ano de 2012, a manutenção do crescimento do País e o extraordinário crescimento da arrecadação que se verificou em 2011.

Eu me somarei a V.Exa. e àqueles que aqui falarão e se posicionarão no sentido de que eventuais cortes não atinjam a saúde, porque, de todas as áreas, realmente é a mais dramática. Nós, representantes da população, sabemos disso no dia a dia. Quando cada um dos nossos amigos nos procura, no desespero, para atender ou salvar a vida de um ente querido, à procura de uma vaga em um serviço especializado ou de uma cirurgia, sabemos a real carência do setor no País e o volume de recursos necessários.

Então, todos nós temos que nos somar para que, em 2012, mantido o ritmo de arrecadação, a área da saúde não seja contingenciada e possamos realizar todo o Orçamento de 2012. Se assim fizermos, na minha opinião, já teremos dado um grande passo para a diminuição do déficit de serviços de saúde.

Quero alertar todos os Deputados, principalmente aqueles com vocação para a área da saúde, que 2,5 bilhões, em números redondos, ainda estarão nas mãos das bancadas estaduais para reserva de recursos. Essa reserva poderá ser distribuída prioritariamente para a área da saúde, dependendo da vontade exclusiva das bancadas.

Por exemplo, o Rio Grande do Sul terá ainda 81 milhões e 961 mil reais destinados à reserva de recursos da bancada. Portanto, a bancada do Rio Grande do Sul poderá fazer a alocação. Outro exemplo é o Amazonas, que terá 66 milhões, Deputado Pauderney Avelino, na reserva de recursos.

Peço também a V.Exas., àqueles que são defensores da saúde que lutem para que os recursos dessa reserva de bancada, 2,5 bilhões, sejam prioritariamente alocados na área da saúde. Assim poderemos, quem sabe, chegar mais próximo dos desejos originais, justos e necessários que V.Exas. me relataram. Isso é mais do dobro do que eu tinha para atender as emendas. Chamo a atenção de V.Exas. quanto a isso. Essa reserva de recursos é mais do que o dobro do que eu tinha para atender os pleitos de V.Exa. Portanto, se esses recursos forem priorizados para a área da saúde, isso dependerá apenas do convencimento de cada bancada estadual na hora de redefinir a aplicação desses valores, o que se dará logo após a aprovação dos Relatores–Setoriais.

No mais, agradeço a oportunidade e a atenção de todos. Estarei à disposição para o diálogo até segunda–feira, quando aqui votaremos o Orçamento.

Agradeço mais uma vez as referências, todas elogiosas.

Nunca é demais dizer, até porque este é meu primeiro mandato, que fiquei grato ao perceber a qualidade do corpo técnico da Câmara dos Deputados e da assessoria da nossa da bancada. Ressalto a qualidade técnica e a dedicação ao trabalho desses servidores públicos.

Um abraço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Esta Presidência agradece ao Deputado Rui Costa a elaboração do relatório e a discussão realizada neste momento.

O prazo para a discussão e para a apresentação de destaques está encerrado. Foram apresentados 55 destaques.

Antes de suspender os trabalhos, cancelo as reuniões convocadas para hoje, 8 de dezembro, e para amanhã, 9 de dezembro.

Informo que a reunião de audiência pública, por solicitação do COI, para atendimento ao disposto no § 2º do art. 95 da Lei nº 12.465, de 2011 (LDO 2012), será realizada na segunda–feira, dia 12, às 14 horas, neste plenário.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, V.Exa. está marcando reunião para hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Não, segunda–feira, às 14 horas, audiência pública.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – V.Exa. falou, no início, em dia 8?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Estão canceladas a de hoje a de amanhã.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Só segunda–feira, às 19 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Às 14 horas, audiência pública.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Às 19 horas, votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Vou suspender os trabalhos, mas antes marco a continuação desta reunião extraordinária para o dia 12 de dezembro, segunda–feira, às 19 horas, neste plenário.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito boa noite a todos os Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, aos Senadores e Senadoras; Deputado Márcio, é um prazer vê–lo; jornalistas, profissionais da imprensa.

Estamos iniciando a nossa maratona semanal, que espero que seja coroada de pleno êxito ao final da próxima sexta–feira com a votação de todos os relatórios setoriais.

Declaro reiniciada a 13ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação de matérias constantes das Pautas 30 e 31.

Informo que os avulsos encontram–se sobre as mesas de trabalho.

Nós temos hoje duas votações: a do parecer da Área Temática da Saúde – o Deputado Rui já está aqui para votar – e a do parecer do Planejamento. O Deputado Giroto também já está aqui para votar.

Vamos chamar o Senador Ricardo Ferraço, colega e amigo, do PMDB do Espírito Santo, para iniciar a leitura do relatório setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento, e das Erratas 1 e 2.

O prazo para apresentação de destaques ao relatório do Senador Ferraço inicia–se a partir de agora, com seu término de acordo com o art. 60 do Regimento Interno.

O Relator está com a palavra.

O SR. SENADOR RICARDO FERRAÇO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, por designação do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, na forma do art. 15 da Resolução nº 1/2006–CN, recebemos a missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernentes à Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário – do referido Projeto de Lei, abrangendo as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Ministério da Pesca e Aquicultura, seus órgãos, entidades e fundos.

No exercício de 2012, o montante programado para a Área Temática IX totaliza R$ 13,3 bilhões, sendo R$ 11,5 bilhões do Orçamento Fiscal, R$ 1,8 bilhão do Orçamento da Seguridade Social e R$ 19,3 milhões do Orçamento de Investimento das Estatais.

(...)

A Relatoria da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário – recebeu 884 emendas para análise, sendo 882 de apropriação e duas de remanejamento. Das emendas de apropriação, 843 são individuais e 39 coletivas, sendo 31 de bancadas estaduais e oito de Comissões, das quais quatro de Comissão da Câmara dos Deputados e quatro do Senado Federal.

O valor total solicitado pelas emendas de apropriação alcançou R$ 4,9 bilhões, sendo R$ 2 bilhões de bancadas estaduais, R$ 1,83 bilhão de Comissões e R$ 1,07 bilhão de emendas individuais.

As emendas de remanejamento, apresentadas pelas Comissões da Câmara dos Deputados, totalizaram R$ 54 milhões.

Não foram apresentadas emendas à programação de investimento das estatais desta Área Temática.

Análise de Mérito das Emendas.

As emendas coletivas de apropriação, por se constituírem em instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado em termos de políticas públicas, proporcionando o atendimento a ações de caráter nacional ou em unidades da Federação, mereceram nossa atenção especial.

Consideramos meritórias principalmente as emendas de apropriação das Comissões permanentes, pois se destinam a dar sustentação, em nível nacional, a ações para os setores agrícola, agrário e da pesca.

Já as emendas de bancada estadual permitem o apoio a projetos em regiões com vocação especial para o agronegócio, para projetos de assentamento e reforma agrária e para a pesca e aquicultura. Constituem–se em recursos públicos destinados a fomentar a produção ou regularizar o abastecimento que impactam positivamente a geração de emprego e renda e fortalecem as pequenas unidades de exploração agrícola, principalmente com ações para facilitar o acesso à terra, à água e à educação.

Pelo inegável mérito, acolhemos parcialmente, em razão da limitação dos recursos, todas as emendas de apropriação de Comissões e de bancadas, distribuindo os recursos disponíveis de forma equilibrada com a dimensão dos setores agrícola, agrário e da pesca de cada Estado, bem como com a prioridade atribuída aos setores pelos Srs. Parlamentares. Consideramos, também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades interregionais, para o que utilizamos indicadores do IBGE, tais como sobre a área utilizada com lavouras, população total residente, Produto Interno Bruto *per capita* e a participação relativa das emendas de bancada apresentadas a esta Área Temática em cada Unidade da Federação.

Quanto às emendas coletivas de remanejamento, optamos pela rejeição, por considerar que a relação entre o benefício do acréscimo e o prejuízo dos cancelamentos indicados não era favorável.

As emendas individuais foram consideradas meritórias e aprovadas em sua plenitude ou totalidade.

Fontes de Recursos.

Esta Relatoria contou com um total de R$ 1,469 bilhão recebido do Relator Geral para o atendimento das emendas apresentadas, sendo: R$ 1.073,6 milhão para as emendas individuais, nos termos do item 25.1 da Parte B – Parte Especial e do Anexo III, item 2.1, do Parecer Preliminar sobre o PLOA 2012; e R$ 395,1

milhões para as emendas de bancadas e de Comissões, nos termos do item 26.2 da Parte B e do Anexo III, item 3.2, do Parecer Preliminar.

Tendo estudado e reconhecido no mérito os programas de trabalho apresentados pelos órgãos que compõem esta Área Temática, optamos por não promover os cancelamentos nos GND 4 e GND 5 autorizados pelos itens 29 e 30 da Parte B do Parecer Preliminar, em valores que poderiam ter atingido os montantes de R$ 276,6 milhões e R$ 181,1, respectivamente, totalizando 457,7 milhões.

Parecer às Emendas.

Verificamos inicialmente que, nos termos da Resolução nº 1/2006, as emendas apresentadas a esta Relatoria atendem às normas constitucionais e legais em vigor e são compatíveis com a LDO 2012, com o projeto do PPA 2012–2015 em tramitação, com a Lei nº 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101, de 2000 e demais normas orçamentárias em vigor.

Considerando o que foi exposto e após exame em relação ao mérito e às normas para a apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Subseção V da Seção VI da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, e na Parte B do Parecer Preliminar, somos, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, pela aprovação de todas as emendas individuais apreciadas.

Decidimos, após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Seção VI da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, bem como da Parte B do Parecer Preliminar, aprovar parcialmente as emendas coletivas de apropriações apresentadas.

Decidimos ainda rejeitar as emendas coletivas de remanejamento apresentadas.

Pelo exposto no presente parecer, somos pela aprovação da Proposta Orçamentária para o ano de 2012, nos termos do PL nº 28/2011, no que concerne aos órgãos e entidades da Área IX, ou seja, Agricultura e Desenvolvimento Agrário, encaminhado pelo Poder Executivo na Mensagem Presidencial nº 86/2011, do Congresso Nacional, com as alterações decorrentes das emendas, para as quais propomos a aprovação ou aprovação parcial.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Senador Ferraço o relatório da Área Temática Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Continua aberto o período de destaques.

Vamos para as intervenções.

Pela ordem de inscrição, Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, Sr. Relator, rapidamente, eu queria deixar os destaques das Emendas nº 71140002, 71140003 e 71140004, da bancada de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Senador recolhe os destaques para a sua deliberação a partir da votação.

Senador Anibal Diniz.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Senador Vital do Rêgo, Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Relator Setorial da Agricultura, nós apresentamos aqui 4 destaques da bancada federal do Acre: o Destaque nº 3 à Emenda nº 710203, 71020006 e 71020007.

São 3 destaques, e eu gostaria, Senador Vital e Senador Ferraço, que nós pudéssemos ter um momento de partilha dessa situação, porque, realmente, de todos os relatórios setoriais que temos analisado, esse foi o mais cruel conosco no sentido de estabelecer um limite muito aquém daquilo que temos conseguido nos anos anteriores.

Eu gostaria que fizéssemos um esforço concentrado, tanto na Relatoria Setorial quanto na Relatoria–Geral, com o Deputado Chinaglia para ver se podemos sensibilizar no sentido de um aporte de recursos maior, principalmente porque esse programa que nós apresentamos aqui, o programa de mecanização agrícola, visa contribuir para uma agricultura com menos devastação, com menos pressão sobre a floresta.

Portanto, nós precisamos de um aporte maior de recursos para essas emendas. Eu gostaria de contar com a solidariedade de V.Exas.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR RICARDO FERRAÇO – Acolho o destaque de V.Exa. para análise posterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Há mais algum Senador, Senadora, algum Deputado, Deputada, para intervir no Relatório Temático IX?

Com a palavra o Sr. Senador do PPA, Walter Pinheiro. O homem do PPA.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, eu quero solicitar do Relator, meu companheiro Ricardo Ferraço, uma atenção especial a dois destaques que fizemos na bancada da Bahia. Refiro–me às Emendas nºs 71060003 e a 0004, que são emendas destinadas à aquisição de equipamentos de pequeno porte para agricultura e equipamentos da chamada patrulha mecanizada. Portanto, para aquisição de máquinas.

Eu gostaria que V.Exa. pudesse – eu sei exatamente dos limites de V.Exa. – usar aí o espírito, não necessariamente o Espírito Santo lá, o Estado, mas que o Espírito Santo, outro, pudesse lhe iluminar para que V.Exa. possa olhar com carinho esses dois destaques.

O SR. SENADOR RICARDO FERRAÇO – Eu conto com o apoio e o prestígio de V.Exa. para que possa lhe ajudar no atendimento a esses destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – O espírito dele é santo realmente. Eu posso comprovar isso na convivência que eu tenho do PMDB.

Há mais alguém?

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Sr. Presidente, aproveito a presença do Senador e Relator Setorial, Ricardo Ferraço, grande defensor também do trânsito seguro, para dizer aqui, Senador Ferraço, que o Estado do Rio de Janeiro, a bancada do Rio, num esforço coletivo, apresentou uma emenda que é específica para a construção de um silo graneleiro numa região que é estratégica, o Município de Três Rios, que faz divisa praticamente com o Estado de Minas.

Naquela região, que tem ferrovias, inclusive fábricas de ferrovias, a nossa intenção é construir um silo graneleiro para dar atenção aos pequenos produtores, principalmente à bacia leiteira. Para o Estado do Rio é fundamental essa construção. Já dialogamos com a CONAB a possibilidade de fazer esse silo. Ocorre que o recurso que foi disponibilizado foi muito pouco. Nós pedimos cerca de 30 milhões, mas foram disponibilizados 7 milhões. Por isso, nós estamos apresentando esse destaque.

Peço a V.Exa. sensibilidade para que tenha compreensão do que significa essa construção estratégica não só para o Estado do Rio de Janeiro, mas também para o Estado de Minas, dada a proximidade dos dois Estados, e da região, que é uma grande produtora de bacia leiteira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Hugo.

Há mais algum Parlamentar para solicitar destaque ao Senador Ferraço?

Está encerrada a discussão. O prazo do destaque também.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Rogério Marinho. Eu não vi. Perdoe–me.

Reabro.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senadoras e Senadores, Senador Ferraço, quero apenas fazer, de uma maneira muito breve, uma defesa do Estado do Rio Grande do Norte. Estou aqui como Coordenador da bancada do PSDB, mas nomeado pela nossa Coordenadora para representar o Estado do Rio Grande do Norte aqui hoje.

As duas emendas de bancada que V.Exa. apreciou do nosso Estado ficaram com 3 milhões e 950 contra um pedido inicial de 40 milhões. Eu acredito que V.Exa. teve certamente o cuidado de observar os critérios, como V.Exa. colocou no início do relatório que foi lido, e a maneira mais equânime possível. Mas, de qualquer maneira, apelo para V.Exa. no sentido de ver a possibilidade de alguma recomposição nesses dois itens da bancada do Rio Grande do Norte, já que nós somos um Estado pequeno, que tem muita necessidade desse apoio tanto na questão das estradas vicinais quanto de aquisição de maquinário agrícola. Então, peço a V.Exa. para verificar a possibilidade de recompor essas duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Senador Ricardo Ferraço tem a palavra de volta para as considerações finais.

O SR. SENADOR RICARDO FERRAÇO – Quero apenas acolher com toda a atenção os destaques que foram feitos. Nós tivemos muitas dificuldades porque recebemos um recurso muito irrelevante, considerando a dimensão das emendas que recebemos, sobretudo as emendas de bancada e as emendas das Comissões. Nós procuramos estabelecer um critério único para que esse critério único pudesse ser observado com um mesmo peso e mesma medida a fim de que pudéssemos fazer justiça com os Estados federados.

De modo que, nessa etapa agora, se nós pudéssemos contar com apoio dos Parlamentares para que o Relator–Geral pudesse abrir um ambiente melhor, seguramente, de minha parte seria uma alegria, porque vejo justiça e, naturalmente, mérito em todas as emendas que me foram apresentadas.

Agradeço a atenção, a consideração e o entendimento pela dificuldade que estão tendo os Relatores Setoriais tendo em vista a baixa capacidade de poder atender as emendas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E ainda três vezes maior do que a do ano passado. Imaginem!

Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço.

De acordo com o art. 60 do Regimento Interno da Comissão Mista de Orçamento, temos que encerrar.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos, para a leitura e discussão do seu relatório. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Senador Ferraço.

Com a palavra o Deputado...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, é apenas um questionamento de ordem. Eu comuniquei a V.Exa. assim que cheguei que haveria acordo para a leitura e discussão do relatório do...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Foi. A leitura e discussão do relatório do Deputado Raimundo Gomes de Matos. Ele veio aqui propondo a...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não, nem para a leitura. Não há acordo mais. Vamos aguardar a chegada do Governo para a gente conversar. Amanhã, a gente continua sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu quero, até para comunicar aos profissionais de imprensa, que o Relator Setorial veio a mim, Deputado Rogério Marinho. Veio a mim. Eu só o chamei, só o convidei para ler porque ele veio a mim e disse que estava pronto para ler e discutir. Se não há esse acordo nem para leitura nem discussão, ficamos com o *quorum* mantido, a sessão suspensa para, amanhã... Vou cancelar a de 10h para 10h30min.

Então, está suspensa até amanhã, às 10h30min.

Tenham todos uma boa noite. Fiquem com Deus.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Bom dia a todos.

Reiniciamos a sessão suspensa durante a noite de ontem para retomar com o Relator Setorial de Turismo, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Declaro reiniciada a 13ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 30 e 31.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos, cearense do PSDB, para ler o seu relatório.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Inicialmente, Sr. Presidente, queremos parabenizá–lo pela condução dos trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só 1 minuto. Está aberta a fase de destaques.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – ... e agradecer à Consultoria desta Casa o auxílio na área temática do Turismo, Desenvolvimento e Fazenda, e aos assessores do meu partido, o PSDB, que nos auxiliaram nesse relatório.

E solicito, já que foi entregue cópia, iniciar a leitura a partir do item 4.

4 Atuação da Relatoria Setorial

Junto a esta Área Temática, foi apresentado um total de 742 emendas, sendo 739 emendas de apropriação e 3 de remanejamento.

As 739 emendas de apropriação compreendem 680 emendas individuais e 59 coletivas, sendo 13 emendas de Comissões e 46 de bancadas estaduais.

Não foram apresentadas emendas ao orçamento de investimento das empresas estatais subordinadas aos órgãos integrantes deste setor.

4.1 Recursos para o atendimento das emendas

Segundo o que estabelece o item 30.1 da Parte Especial do parecer preliminar, no âmbito das Áreas Temáticas, os cancelamentos passíveis de serem efetuados pela Relatoria Setorial em dotações consignadas a despesas com investimentos (GND 4) devem ter como limite global o percentual de 25% do total programado, sendo o limite máximo para cada subtítulo de 60% da dotação, para programações com identificador de resultado primário igual a dois (RP 2); e de, no máximo, 12%, quando de programação com identificador de resultado primário igual a três (RP 3), inclusive para o atendimento de emendas de remanejamento, desde que respeitado o limite global mencionado.

Já de acordo com o item 30.2. da mesma Parte Especial, o total dos cancelamentos em dotações consignadas a despesas com inversões financeiras (GND 5) deve ter como limite global o percentual de 20% do total programado no GND 5, podendo os cancelamentos em cada subtítulo incidir em qualquer percentual, desde que respeitado o limite global mencionado.

Esta Relatoria procedeu a um minucioso exame das programações das unidades orçamentárias desta Área Temática e promoveu cortes pontuais mínimos, que respeitaram os limites impostos pelo parecer preliminar, levando em consideração inclusive os valores executados ao longo do corrente exercício, sendo os recursos direcionados para o atendimento de emendas propostas por Comissões e bancadas.

Os demais recursos utilizados provieram da revisão das estimativas de receitas orçamentárias para 2012.

4.2 Critérios de atendimento das emendas

4.2.1 Emendas individuais

As emendas individuais propostas na área temática têm por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como: apoio a projetos de infraestrutura turística, promoção de eventos para a divulgação do turismo, qualificação de profissionais associados ao segmento do turismo, apoio a projetos de desenvolvimento na Amazônia, fortalecimento do desenvolvimento de micro e pequenas empresas, etc.

Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais que regem a matéria, os pareceres das emendas requerem ajustes e correções, com o propósito de adequá–las à boa técnica orçamentária e sanar

erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação. Dessa forma, foram realizadas adequações de funcional–programática, ação, subtítulo, GND e modalidade de aplicação.

Assim, quando da análise dos dados apresentados, caso necessário, foram procedidos pequenos ajustes em parâmetros relativos à técnica orçamentária, de forma a proceder e tornar as emendas compatíveis com a programação estabelecida no projeto da LOA e do Plano Plurianual, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do Orçamento e a execução orçamentária. Buscou–se, aí, sempre manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

Dado o exíguo tempo de que dispusemos, nem sempre foi possível contactar os gabinetes para informar acerca dos referidos ajustes. Sendo assim, recomenda–se que os autores verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas propostas, a fim de que possam tempestivamente provocar a revisão dos mesmos, caso não atendam à intenção parlamentar.

A emenda n° 28300011, do nobre Deputado Reguffe, a qual se refere à criação e ao provimento de cargos da Polícia Militar do Distrito Federal, foi inadmitida por conflitar com o disposto no art. 78 da LDO de 2012, que condiciona a autorização para despesas com pessoal, relativas à criação e ao provimento de cargos, à sua previsão em anexo específico da LOA, o qual somente conterá esta autorização quando amparada por proposição cuja tramitação tenha se iniciado no Congresso Nacional até 31 de agosto de 2011. Vale ressaltar que, na justificativa que dá suporte à emenda, não há qualquer referência à proposição que possa amparar tal iniciativa.

Considerando as disposições dos pareceres preliminares, esta Relatoria recomenda a aprovação das demais 679 emendas individuais.

4.2.2 Emendas coletivas

No que se refere ao atendimento das emendas coletivas, diante das restrições orçamentárias e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, buscamos inicialmente ouvir os autores dessas emendas para ter ciência das mais prioritárias, tendo em vista que não se poderia atender a todas em níveis ideais. Procuramos também levar em consideração as informações disponíveis sobre as condições socioeconômicas da população a ser beneficiada em cada Unidade da Federação, o mérito de cada emenda, sua abrangência, sua relevância, levando–se em conta também os recursos já disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária de 2012.

Considerando as aspirações que fundamentaram os pleitos das bancadas estaduais, esta Relatoria procurou levar em consideração um conjunto de critérios, de modo a buscar uma equilibrada distribuição dos recursos. Dessa forma, para a alocação dos recursos às emendas de apropriação das bancadas estaduais, levamos em consideração o inverso do IDH, o inverso da renda *per capita* e a população da Unidade da Federação, bem como o número de emendas apresentadas na Área Temática.

Como era de se esperar, os recursos disponíveis ficaram muito aquém do que seria preciso para atender de modo razoável às numerosas e relevantes demandas. No entanto, apesar das dificuldades e da pequena disponibilidade de tempo para manter os necessários contatos com os agentes e setores interessados, esta Relatoria espera ter alcançado seus objetivos, realizando a distribuição mais justa e objetiva possível.

Como ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de se promover ajustes nos subtítulos, assim como de efetivar adequações de caráter estritamente técnico, para sanar conflitos constitucionais, legais e regimentais. Nesse caso, seguimos as orientações emanadas do Comitê de Admissibilidade de Emendas desta Comissão, buscando–se novamente sempre manter os objetivos pretendidos pelos autores em suas proposições.

Nesse sentido, duas emendas de remanejamento da bancada do Ceará, as de nºs 71070014 e 71070015, por recomendação do Comitê de Admissibilidade de Emendas, foram transferidas para a Área Temática I – Infraestrutura.

Quanto ao parecer sobre as emendas coletivas, recomendamos a nossos pares a aprovação parcial de 46 emendas de bancada estadual e de 14 emendas de Comissão, sendo que destas 1 de remanejamento.

Ressalte–se que, em estrito cumprimento aos termos do parecer preliminar aprovado por esta Comissão, não foram apresentadas emendas de Relator Setorial.

4.3 Obras com indícios de irregularidades

De acordo com o item 35.2 do parecer preliminar, os relatores setoriais deverão levar em consideração, para fins de alocação de recursos, as orientações emanadas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, devendo justificar a inclusão, o acréscimo ou manutenção de dotação em subtítulo correspondente. Já de acordo com o item 35.3 do parecer preliminar, os Relatores Setoriais deverão indicar, para votação em separado, os subtítulos que contenham contrato, convênio, parcela, trecho ou subtrecho em que foram identificados, de acordo com informações do Tribunal de Contas da União, indícios de irregularidades.

De acordo com as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Na-

cional, até o momento, na programação das unidades orçamentárias que integram esta Área Temática, não há dotações que possam conter irregularidades.

4.4 Indicações à Relatoria–Geral

A alocação de recursos em transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação das Exportações não ficou sob a responsabilidade desta Relatoria Setorial, cabendo à Relatoria–Geral adequar o Projeto de Lei em discussão, consoante o item 17.1.2 da Parte Especial do parecer preliminar. Destacamos, entretanto, a importância de o total aprovado corresponder no mínimo aos valores autorizados na Lei Orçamentária de 2011, de R$3,9 bilhões.

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento das emendas, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional.

Citamos aqui a Emenda nº 50150004, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, destinada ao reforço de dotações para a administração do INPI, e a Emenda nº 50310002, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que busca ampliar os recursos para as dotações referentes à dívida interna decorrente de novação de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. Considerando que os valores pretendidos estavam muito além das possibilidades desta Relatoria Setorial, procedeu–se a um atendimento que possibilitasse dar sequência à análise das proposições pela Relatoria–Geral, para a qual indicamos, na medida de suas possibilidades, um atendimento mais apropriado.

II. Voto do Relator

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2011–CN, encaminhado pela Mensagem nº 344, de 2011–CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta Área Temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sr. Presidente, este é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Parabenizo o companheiro Raimundo Gomes de Matos, que tão bem e com tanta proficiência relatou a Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

Em conformidade com o disposto no § 14 do item 1.2 – Emendas Individuais do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade da Emenda – CAE, o Relator Setorial, em conjunto com o CAE, está indicando pela inadmissibilidade da Emenda Individual nº 28300011. É importante que se frise: em conformidade com o Comitê. A indicação de admissibilidade ainda está em votação.

Deputado Pedro Chaves, com a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá–lo e parabenizá–lo. Sempre muito sensato, obviamente fez o máximo dentro de suas limitações financeiras. Parabenizo V.Exa. pelo relatório e faço um apelo com relação à emenda de bancada da bancada do Estado de Goiás para infraestrutura turística na RIDE, que é composta por mais de 20 Municípios – parece–me que 22 Municípios. O valor contemplado por V.Exa., 12 milhões, não dá para atender à demanda da Região Integrada do Distrito Federal, que chamamos de região do Entorno, que tem a maior taxa de crescimento populacional do Brasil, superior a 10% ao ano.

Portanto, é uma região que precisa muito do apoio das três esferas de Governo, Municipal, Estadual e Federal. A RIDE foi um mecanismo que as bancadas de Goiás e do Distrito Federal encontraram para destinar recursos da área federal para atender essas mais de duas dezenas de Municípios daqui da região. Então, gostaria de contar com o apoio de V.Exa. para que pudéssemos elevar esse valor de 12 milhões, para que os Municípios possam realmente implantar um pouco daquilo de que eles precisam nessa área.

Portanto, gostaria de uma atenção especial por parte de V.Exa.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de ter uma cópia do relatório, que tivéssemos acesso ao relatório para dar uma olhada e quero me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A cópia do relatório está à disposição aqui.

Com a palavra o Sr. Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, gostaria primeiro de parabenizar o amigo, colega de turma e, ao mesmo tempo, representante do Ceará na Câmara Federal.

Apresentamos o Destaque nº 1. Eu já estava a postos quando V.Exa. começou a ler seu relatório para pedir que nos contemple com um valor um pouco acima do já destinado, porque essa emenda que a bancada de Mato Grosso do Sul coloca é para fazer uma intervenção na segunda maior cidade do Estado, Dourados, cidade que represento aqui na Câmara dos Deputados e meu domicílio eleitoral. Lá, hoje, há projetos importantes como o da revitalização do Córrego Laranja Doce e a revitalização, urbanização e construção dos parques lineares do Córrego Paragem. Esses projetos contemplam sonhos antigos acalentados pelo conjunto da população de Dourados há mais de 20 anos.

Os recursos que V.Exa. destina estão muito aquém dos necessários para fazer essas duas intervenções que haverão de projetar nossa cidade para o futuro, ou seja, a construção de dois parques para que a população possa ter área de lazer, de preservação ambiental e um vetor de turismo em nossa região.

Por isso, apelo, mais uma vez, a V.Exa. para que possamos ter um recurso a mais no Destaque nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Destaque nº 1 apelado.

Deputado Danilo Forte com a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Eu gostaria de ver o relatório fisicamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ele está aqui.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – E ninguém traz? Não tem uma auxiliar para distribuí–lo para os Deputados? Deputado já está muito desclassificado. Não tem nem acesso a um... Numa Câmara que tem não sei quantos mil assessores, não tem um para distribuir o documento!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos preparar o relatório para o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Vamos fazer uma emenda para pedir pessoas para trabalhar conosco aqui na Comissão, porque estão faltando assessores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Com a palavra V.Exa. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, V.Exa. poderia pular minha vez. Eu volto depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Nós já vamos suspender. Não há mais inscrições. O Deputado José Priante já está aí para ler seu relatório.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE – Sr. Presidente, nós gostaríamos de destacar as emendas da bancada do Rio Grande do Sul, mas, antes, é preciso fazer uma referência ao relatório apresentado pelo eminente Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, que acolheu as emendas de nossa bancada. Queremos de público agradecer sua sensibilidade, porque, de fato, o acordo unânime que firmamos na bancada do Rio Grande foi muito bem recebido pelo eminente Relator.

Cabe dizer, no entanto, Sr. Presidente, colegas Deputados, que os valores aqui estabelecidos estão muito aquém de nossas necessidades, razão pela qual estamos solicitando, na medida do possível, um incremento nesses valores, para que possamos, de fato, viabilizar as obras previstas em cada uma dessas emendas, seja o trecho Cambará do Sul–São José dos Ausentes, que envolve uma das regiões mais lindas do País, no alto da serra do Rio Grande do Sul, seja a rota turística entre Brochier, Encantado, Derrubadas, a chamada Transcitrus, via de uma região turística muito importante do Rio Grande do Sul que abrange todo o Vale do Caí e o Vale do Taquari, seja o trecho da rodovia que liga Palmares do Sul a Torres, no litoral norte do Rio Grande.

O eminente Relator nos contemplou com 14 milhões e 500 mil reais, mas nós estamos retomando nossa reivindicação inicial. Gostaríamos que os nobres pares pudessem nos acompanhar nessa reivindicação, de tal sorte que a bancada do Rio Grande pudesse ver contemplado o acordo estabelecido entre todos os seus membros, das diferentes legendas que têm representação pelo Estado do Rio Grande do Sul. É unânime o acordo na defesa dessas importantes obras que vão beneficiar e muito o desenvolvimento turístico do Estado do Rio Grande do Sul.

Esse é o destaque que fazemos, Sr. Presidente, na certeza de que o eminente Relator há de acolher nossa reivindicação e aumentar o volume de recursos, voltando–os aos limites originais por nós propostos na emenda da bancada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Com a palavra o próximo inscrito para a discussão da matéria, Deputado Danilo Forte, do PMDB do Ceará.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizar o nobre Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, que com muita sensibilidade compreendeu a importância desse relatório para o Brasil no momento que vivemos. É um momento conjuntural interessante, em que o turismo precisa de muito apoio, principalmente porque o Brasil vai sediar os dois maiores eventos turísticos do mundo, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro.

Nessa conjuntura política em que o Brasil abre suas janelas para se mostrar ao mundo, é por meio do turismo que poderá ocorrer a alavancagem da entrada de novos recursos no País, e de forma democrática, pois sabemos que a atividade turística é a atividade econômica que melhor distribui renda – os investimentos são pulverizados por todos os setores da sociedade.

Mais uma vez, parabéns ao Relator Raimundo Gomes de Matos, a quem faço uma indagação. Nobre Relator, em seu Orçamento, foram usados todos os recursos disponibilizados no relatório setorial? Se sim, meus parabéns. Se não, qual a justificativa que V.Exa. apresentou para a devolução de recursos, já que o Brasil carece tanto de investimentos, principalmente

na área de infraestrutura turística, para os eventos que vamos viver agora?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Concluída a relação de Deputados inscritos, passo a palavra ao Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, para as considerações relativas aos questionamentos feitos pelos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – A partir da indagação do Deputado Danilo, conseguimos compatibilizar o que foi disponibilizado por esta Comissão, o valor de aproximadamente 500 milhões de reais, para atendermos às emendas coletivas tanto de Comissão quanto de bancada. Esse relatório e esse valor não dizem respeito somente ao turismo, mas ao turismo, à fazenda, à indústria e comércio, mas o valor e a grande quantidade de emendas destinaram–se ao turismo. Tanto é que foi um volume aproximadamente de 400 milhões de reais para o fortalecimento da infraestrutura turística, vendo também aqueles Estados que vão sediar a Copa e várias demandas apresentadas.

É claro que a bancada do Rio Grande do Sul, na pessoa do nosso colega Geraldo Resende, meu colega de turma da Faculdade de Medicina no Ceará, fez uma reivindicação para o Município Dourados, como também o nosso grande coordenador, Presidente desta sessão, Pedro Chaves, fez suas reivindicações no tocante a Goiás, mas queremos lembrar que houve um parâmetro também do atendimento no Orçamento passado e um acréscimo bastante substancial nessas emendas a partir do que foi atendido no Orçamento de 2010/2011.

Então, no tocante ao nosso relatório, fizemos o máximo possível, dialogamos com todas as bancadas nesse sentido, reafirmando aqui e agradecendo todo o apoio que foi coordenado pelo Tubaki, na Consultoria de Orçamento, os nossos assessores do PSDB na Comissão de Orçamento, para que apresentássemos este relatório.

Sr. Presidente, eram essas as nossas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, como de praxe, queria fazer uma avaliação. Aqui nós queremos ressaltar o trabalho dos relatores setoriais, em especial o do Deputado Raimundo Gomes de Matos, que apresenta um trabalho de certa forma rápido, dentro do que esperávamos, e que vai, na medida do possível, tentando contemplar os Estados da Federação. Mas a nossa função aqui é muito baseada no que o Estado recebe, apresentando emendas, e no que ele eventualmente perde, principalmente em relação ao que ele tinha anteriormente.

Nós obviamente somos um Estado do Nordeste, a exemplo do Ceará, em que uma das forças motriz da economia é o turismo, não só pela cultura baiana, representada pela musicalidade do axé; como pela culinária, que tem tanto a identidade própria quanto a herança dos africanos; e, acima de tudo, pelas belezas naturais, pelas praias e pelas regiões que foram denominadas regiões estratégicas de crescimento econômico pelo viés do turismo.

Daí por que colocamos duas emendas de bancada. A Emenda nº 710600011 prevê apoio de infraestrutura turística na região metropolitana de Salvador, que engloba basicamente todos os Municípios integrantes da região metropolitana e também os que estão na área de influência da Baía de Todos os Santos, porque o turismo tem que ser pensado de forma estratégica e global, não apenas para uma ou outra cidade. Então a bancada se preocupa em dotar não apenas Salvador, que é a capital, mas também os Municípios limítrofes a Salvador, da infraestrutura adequada para isso.

Portanto, é importante que tenhamos um meio de transporte coletivo que possa fazer com que quem vai visitar Salvador também possa correr na orla de Camaçari, possa ir à Mata de São João, com praias belíssimas, como Imbassaí, Praia do Forte; a Dias d'Ávila, essa humilde cidade que eu tão bem quero e que aqui nesta terra represento; como também ao lado oposto da Baía, que é a Ilha de Itaparica. Então é importante que possamos ter recursos para esses Municípios, que são muitos. E o valor que ficou aprovado parcialmente foi de 19 milhões.

Meu nobre Relator, sei que V.Exa. tem grande dificuldade diante do que lhe foi reservado, mas peço a V.Exa., em nome do Nordeste, em nome da nossa irmandade enquanto Oposição, PSDB e DEM, que dê um pouquinho a mais para esse Estado, que está perdendo espaço para Pernambuco e Ceará. Daqui a pouco, V.Exa. vai deixar a Bahia lá atrás.

Esse é um ponto que queria discutir e, também, com relação à promoção de eventos e divulgação do turismo interno.

O Governo do Estado tem feito um trabalho, até, de certa forma, criticado, mas não vou entrar no mérito da polêmica, porque está apostando no carnaval do Rio de Janeiro, na escola de samba cuja temática é a Bahia. Em vez de levar, por exemplo, o Olodum, um bloco afrodescendente tradicional, estaria apoiando uma escola de samba do Rio de Janeiro. Isso criou uma polêmica dentro do Estado. O fato é que a promoção da divulgação dos eventos turísticos da Bahia é uma política positiva que o Governo faz, seja em São Pau-

lo, seja no Rio, seja no exterior. Tenho o conhecimento de que foi feita divulgação em Londres; nos países de língua latina, Espanha, Itália e Portugal. Acho positivo que divulguemos não apenas o Brasil, mas também a Bahia como forma de atração de turismo. Essa emenda que a bancada apresentou ficou no valor de 12 milhões.

Então, gostaria que V.Exa., meu querido Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, pudesse nos ajudar, até porque, no relatório como um todo, a Bahia ficou com 78 milhões de recursos na área do turismo. São valores que consideramos baixos em relação a alguns outros Estados do Nordeste, como, por exemplo, o próprio Ceará. Não estou criticando, mas devem ter colocado mais emendas, porque V.Exa. é o Relator, do Estado do Ceará, e isso é normal. Por exemplo, o Maranhão ficou com 107 milhões, o Ceará ficou com 130 milhões, a Bahia com 68 milhões, Alagoas com 62 milhões.

Diante dessa diferença, sendo a Bahia o sexto Estado, do Nordeste o mais populoso, acho que poderíamos compensar um pouco.

Se V.Exa. não dispuser dos recursos, que encaminhe ao Relator–Geral, para que possamos fazer esse justíssimo equacionamento dos recursos para a Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Relator, para finalizar seus argumentos.

Vamos convidar, já de pronto, o Deputado José Priante, para a leitura de seu relatório.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Todas as reivindicações são justas. É claro que o turismo fortalece a economia. O turismo, em nosso País, tem, acima de tudo, a visão de congregar cultura, esporte e economia. O Relator irá verificar a possibilidade de atender ou recomendar para o Relator–Geral.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Para conhecimento de V.Exas., foram 21 destaques apresentados, ontem, ao relatório da Agricultura; e 23 apresentados ao relatório do Turismo.

O Relator Setorial da Área Temática III, Deputado José Priante, do PMDB do unido e íntegro Estado do Pará, está com a palavra, para a apresentação de seu relatório.

Na forma do Regimento Interno da Comissão Mista de Orçamentos, está aberto o prazo para apresentação de destaques.

Concedo a palavra ao eminente Relator José Priante. *(Pausa.)*

Falta o consultor assessor do Deputado José Priante. Já chegou o relatório, só falta o consultor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Quero cumprimentar todos os membros da Comissão de Orçamentos.

Vou passar a ler meu relatório, agradecendo a confiança do meu partido e do Presidente da Comissão, neste desafio de fazer o relatório de uma das etapas do Orçamento. Esta é a primeira etapa. Depois, o Relator–Geral haverá de fazer os ajustes, as recomposições, como um bom maestro que tem que ser do Orçamento. Efetivamente, cabe essa responsabilidade ao Relator–Geral.

Introdução

Em cumprimento ao disposto no art. 84, Inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, Inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Excelentíssima Senhora Presidenta da República, por meio da Mensagem nº 86, de 2011, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 28, de 2011, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012".*

Por designação do Presidente desta Comissão, o Senador Vital do Rêgo, coube–me, na condição de Relator Setorial, apreciar a proposta orçamentária relativa à Área Temática III, constituída dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, com suas respectivas unidades orçamentárias.

Considerações Sobre a Proposta do Poder Executivo

Ministério da Integração Nacional

Cabe ao Ministério da Integração Nacional conduzir a Política Nacional de Irrigação, realizar obras contra as secas e também as obras de infraestrutura hídrica. Além disso, é o principal executor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que, entre outros objetivos, pretende dotar as regiões do País de recursos essenciais ao aproveitamento de oportunidades econômico–produtivas relevantes para o seu desenvolvimento, tais como infraestrutura, crédito, tecnologia e capacitação de recursos humanos.

Para a realização de suas atividades, além da administração direta, o Ministério conta com as seguintes unidades supervisionadas: a CODEVASF, o DNOCS, a SUDAM, a SUDENE e a SUDECO.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro–Oeste, embora estejam legalmente vinculados ao Ministério da Integração Nacional, têm suas dotações consignadas no anexo Operações Oficiais de Crédito, em cuja Área Temática serão analisados, assim como os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e do Nordeste – FDNE.

Para o exercício de 2012, a proposta orçamentária apresentada para o Ministério da Integração Nacional é de 5,4 bilhões de reais. A Tabela 1 detalha, por uni-

dade orçamentária, a distribuição desses recursos, em comparação com os valores propostos e autorizados para 2011 e os liquidados em 2010.

Pela tabela acima, pode–se verificar que o valor proposto para 2012 representa acréscimo de 28,8% em relação à proposta para 2011. Contudo, apresenta redução de 22,6% em comparação ao valor autorizado para o ano vigente (R$7 bilhões) e de 26,2% em relação ao liquidado de 2010. Na unidade orçamentária Administração Direta do Ministério da Integração Nacional, destaca–se a redução de 40,4% dos valores da proposta de 2011 em relação ao montante liquidado em 2010.

A diferença verificada entre a proposta apresentada pelo Executivo no exercício de 2011 e os valores autorizados para esse mesmo ano deve–se, fundamentalmente, à dotação de créditos extraordinários abertos por medidas provisórias, no valor de 1,5 bilhão de reais, destinados quase totalmente a ações de defesa civil, e também à aprovação de emendas parlamentares apresentadas quando da apreciação da proposta orçamentária, no valor de 1,3 bilhão de reais.

Aliás, o procedimento de abertura de créditos extraordinários para ações de defesa civil tem sido recorrente nos últimos anos. Em 2009, foram abertos créditos extraordinários para essa finalidade no total de 2 bilhões de reais e, no ano de 2010, de 3 bilhões de reais.

Destaque–se que os créditos abertos não se limitam às ações de reconstrução de áreas destruídas, socorro e assistência a vítimas de desastres, mas também são destinados a obras preventivas, de caráter emergencial, de desastres. Portanto, fica claro que a falta de dotação destinada à Defesa Civil no Ministério da Integração tem resultado no aumento de solicitação de créditos extraordinários ao Poder Executivo.

Sr. Presidente, eu gostaria de água e de atenção, bem como gostaria de frisar aos polêmicos Deputados da Comissão de Orçamento, especialmente àqueles que se debruçam num debate alheio à discussão do relatório, que este detalhe é fundamental e faço questão de grifá–lo em face do desdobramento da minha proposta como Relator Setorial.

Vale ressaltar que o Governo, o Poder Executivo, encaminhou a esta Casa um Orçamento deficitário, em se tratando das ações preventivas de defesa civil, vindo com o recurso mínimo de 8 milhões e alguma coisa. Uma das ações que entendi responsável como Relator Setorial foi tentar exatamente reparar essa deficiência no encaminhamento do Poder Executivo.

Em decorrência das suas atribuições, principalmente no combate às desigualdades regionais, as ações deste Ministério concentram–se na realização de investimentos que, na proposta para o próximo ano, correspondem a 72,8% das dotações do órgão. Ressalte–se que, da programação de investimentos do órgão, 2 bilhões e 800 milhões, ou seja, 72,4% do total, estão alocados em ações incluídas no PAC.

A programação da proposta orçamentária de 2012 prioriza programas voltados ao fortalecimento e à utilização de água, à implantação de obras de infraestrutura hídrica, à oferta de água a populações carentes e à implantação de projetos de irrigação. Assim, está previsto1,9 bilhão de reais no programa de oferta de água; 932 milhões de reais para a implantação de obras e equipamentos para oferta de água a populações carentes; e 665 milhões de reais para o apoio à agricultura irrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Senhoras e senhores, eu imagino que todos têm destaques, reclamações, sugestões a fazer, mas precisamos, pelo menos, ouvir o Relator. De todos os relatórios, talvez este, por força das sugestões que chegaram posteriormente à sua análise, o Relator Setorial da Integração tem maiores dúvidas a serem retiradas. Por isso, solicito aos senhores o máximo de silêncio possível na sala.

Com a palavra o Relator para, de forma objetiva, concluir o seu relatório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Se tiverem entendido, eu posso dar como lido o relatório. Não há problema.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Não, Sr. Relator. É fundamental a sua leitura.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Quem é louco de aceitar uma proposta como esta, Priante? Por mais sábia que seja sua decisão, nós não vamos aceitar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – O mínimo que eu posso requerer é a atenção do Deputado Wellington à minha leitura.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Eu estou sendo mais atencioso que todos os nossos colegas Parlamentares.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Os paraenses falam o melhor português do Brasil, o mais bonito. É fundamental a sua leitura, Deputado Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Muito bem.

Ao Ministério do Meio Ambiente competem as políticas de preservação ambiental e de recursos naturais renováveis. Incluem–se na estrutura do Ministério a Agência Nacional de Águas, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Serviço Florestal Brasileiro, o Fundo

Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

A proposta orçamentária para 2012 do Ministério do Meio Ambiente, distribuída pelas unidades que o integram, encontra–se sintetizada e comparada aos valores de 2011 e ao liquidado em 2010, conforme detalhado na Tabela 3, a seguir.

O projeto apresentado para 2012 prevê a elevação de 18% em relação à proposta de 2011. Contudo, há redução de 2,9% em relação aos valores autorizados para 2011. Quando comparados ao liquidado de 2010, nota–se elevação de 22,5% dos valores na proposta para 2012. Contudo, esse valor apresenta distorção devido à existência de montantes significativos de recursos alocados no grupo de despesa relativo à reserva de contingência. Para melhor detalhamento dos valores por natureza de despesa, é apresentada a Tabela 4.

Segundo os dados expostos, os investimentos não representam parcela significativa da alocação de recursos do órgão em 2012, pois respondem por apenas por 3,9% do total, no valor de R$139 milhões. Ainda assim, nota–se que na proposta para 2012 houve elevação de 56,2% dos montantes previstos nesse grupo de despesa, em relação à proposta de 2011, e redução de 20,4% quando comparados aos valores autorizados para 2011.

Assim, os principais grupos de despesa desse órgão são: R$1,2 bilhão programado para despesa com pessoal, respondendo por 35,6% do total; e R$1 bilhão alocado na reserva de contingência, representando 30,2% do total.

Nessa reserva foi alocado o montante de R$1 bilhão, mesmo patamar contido na proposta para 2011. Ela é construída por fontes de recursos legalmente vinculados ao Meio Ambiente, sendo que em 2012 sua composição é a seguinte: 142 – Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo e Gás – R$ 967,9 milhões; 134 – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos – R$ 48,5 milhões; 174 – Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia – R$ 41,8 milhões; 175 – Taxas por Serviços Públicos – R$ 4,5 milhões; e 141 – Compensação Financeira de Recursos Minerais – R$ 3,5 milhões.

Dos recursos destinados a Irrigação.

O art. 42 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal estabelece que:

Art. 42. Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:

I – vinte por cento na Região Centro–Oeste;

II – cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semiárido.

O item 34.3, Parte B – Especial, do Parecer Preliminar, incumbiu ao Relator verificar o cumprimento do que dispõe esse artigo.

A Tabela 5 demonstra a situação constante do projeto em análise:

Créditos Especiais e Extraordinários.

Em atenção ao disposto no art. 70. 1, alínea "c", da Resolução n° 1, de 2006-CN, constatamos que nos últimos 4 meses de 2011, até a presente data, foi aberto crédito especial, mediante a Lei n° 12.492, de 20/09/2011, destinando R$161 milhões ao Ministério da Integração Nacional e R$10 milhões ao Ministério do Meio Ambiente. Em tramitação no Congresso Nacional encontra–se o PLN n° 41/2011, que abre crédito especial de R$123 milhões ao Ministério da Integração Nacional e de R$7,5 milhões à CODEVASF. Também está em tramitação o PLN 45/2011–CN, que abre crédito especial de R$15,8 milhões ao Ministério do Meio Ambiente, dentre outras unidades orçamentárias contempladas na proposição.

Das Emendas Individuais e Coletivas.

Foram apresentadas nessa área temática 403 emendas, distribuídas conforme a Tabela 6.

Durante a análise preliminar das emendas foram detectadas inconsistências entre a unidade orçamentária indicada na emenda e a programação desejada pelos autores, resultando no envio de três emendas a outros setores e o recebimento de outras duas.

Das Emendas de Relator

Elaborei as emendas de Relator n° 8003.0001 a 8003.0021, em atendimento ao Ofício n° 642/2011 –MP e ao Ofício n° 643/2011–MP, encaminhados à Presidência da CMO pela Ilustre Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior. Ou seja, já no último minuto do relatório setorial – e por isso estou lendo–o com atraso –, o Governo, o Poder Executivo, encaminhou ofício alterando o orçamento no que diz respeito ao Ministério da Integração.

O Poder Executivo, na pessoa da Ministra Miriam Belchior. A isso se deve uma série de alterações no orçamento de remanejamento daqui, corte dali, enfim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Faça V.Exa. o seu papel, que estou apenas esclarecendo o porquê das alterações encontradas no Orçamento.

Vale ressaltar que o nosso técnico alerta que não há alteração de valores, mas apenas remanejamentos, por deliberação do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ainda não se abriu a discussão ainda. Portanto, Relator, vamos seguir com a leitura. Haverá discussão após a leitura.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE– Conforme justificativa contida nesses documentos, as alterações consistem tão somente em ajustes técnicos, em razão da existência de erros e inadequações de ordem técnica e legal identificados na Proposta Orçamentária do Ministério da Integração Nacional encaminhada ao Congresso Nacional.

Cabe destacar que as modificações elaboradas encontram adequado respaldo regimental, especificamente no disposto no art. 28 da Resolução n° 01 de 2006–CN e no item 16.1, Parte B – Especial, do Parecer Preliminar.

Dos Remanejamentos de Dotações.

O Parecer Preliminar, Parte B – Especial, no Item 30, permitiu–me o cancelamento de dotações consignadas em Investimentos (GND–4) até o limite global de 25%. Para as programações com identificador de resultado primário (RP) igual a 2, os cancelamentos em cada subtítulo limitam–se a até 60% da dotação.

Vale a pena ressaltar – e vou fazer esse comentário – que os Relatores Setoriais teriam a prerrogativa de remanejar até 60% dos seus relatórios; ou seja, poderia um relator setorial da Cidade, da Agricultura, da Integração, de Infraestrutura, de Turismo, remanejar até 60%, por prerrogativa que esta Comissão, esta Casa, o Senado e a Câmara delegam ao relator setorial.

Em relação às programações com identificador de resultado primário (RP) igual a 3, o limite é de, no máximo, 12%, inclusive para as emendas de remanejamento.

Preferi, contudo, não utilizar o valor global permitido para o remanejamento das dotações. Dessa forma, preservei integralmente as dotações do Ministério do Meio Ambiente, a fim de proteger as ações de preservação ambiental e de desenvolvimento sustentável. Também procurei preservar as ações das entidades supervisionadas do Ministério da Integração Nacional, financiadas por fontes próprias e por fontes vinculadas às suas finalidades precípuas.

Em relação às dotações de investimentos integrantes do PAC, com identificador de resultado primário (RP) 3, utilizei o limite máximo de 12% permitido no Parecer Preliminar, por entender – e aí vem minha justificativa – que essas ações poderão ser suplementadas mediante remanejamento, autorizado ao Poder Executivo, em até 30% do total da programação global consignada ao PAC, cujo alcance atinge toda a esfera Ministerial.

Portanto, a iniciativa de cortar 12% linear do PAC tem amparo na seguinte justificativa: o Poder Executivo tem até 30% de poder delegado por esta Casa para remanejar o PAC, Presidente; para dizer assim: "Do PAC da integração posso tirar 100 milhões e alocar no PAC do turismo; do PAC do turismo posso tirar 200 milhões e alocar no PAC do transporte; do PAC do transporte posso tirar 500 milhões e alocar no PAC da saúde; e assim sucessivamente".

É um poder que nós, Parlamentares, permitimos ao Poder Executivo, de maneira discricionária: mudar o PAC. Então mexer em 12% é fazer uma ferida pequena no PAC e tem o sentido de atender o que segue o meu parecer mais à frente.

Procurei também reforçar as programações de defesa civil. E aqui volto ao que destaquei no início de meu relatório: com ênfase à realização de obras de prevenção de desastres, a fim de prevenir e mitigar efeitos decorrentes de tragédias naturais. Ressalte–se que a programação do Poder Executivo para obras preventivas totaliza a importância mínima de R$8,8 milhões. Eu abro um parêntesis aqui, Presidente, porque o que eu tentei fazer no meu relatório foi exatamente corrigir uma deficiência da iniciativa do Poder Executivo. Como o Poder Executivo resolveu gestar essa parte de obras de prevenção junto ao Ministério da Integração? Alocando apenas pouco mais de R$8 milhões no orçamento, aguardando o sinistro. Ou seja, numa previsão de um vendaval em Santa Catarina, o Governo vem, edita uma medida provisória de R$100 milhões e atende a uma decorrência de vendaval. Numa previsível enchente na Amazônia, como acontece todos os anos no Estado do Pará, alagando Marabá, alagando ali e acolá, o Governo põe um recurso com uma ação preventiva para fazer como que uma proteção, para evitar aquela previsível ação da natureza. As encostas do Rio de Janeiro, que todo ano têm problema com as chuvas, o Governo também não previu recursos para isso. Deus queira que no Paraná não aconteça nenhum problema.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Tudo que o senhor está dizendo aí está escrito no relatório, esse belo discurso, Deputado Priante, com essa eloquência?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Eu estou tentando chamar a atenção.

Muito bem. Claramente suficiente para o atendimento da crescente demanda nacional nesse tipo de intervenção, assim procurei atender às emendas destinadas à defesa civil, mediante remanejamento seletivo de dotações específicas de caráter nacional, que poderão ser restabelecidas pelo Relator–Geral, tendo em vista autorização exclusiva, caro Pedro Chaves, Presidente, para sua recomposição, conforme consta no item 17.1.7 do parecer preliminar, o que retrata a previsibilidade de tal remanejamento. Dessa forma, preservei o restante da programação ministerial da integração e suas entidades supervisionadas.

Então, os cortes que foram feitos, os remanejamentos que foram feitos estão todos previstos. Tomei

o cuidado de fazê–lo onde poderão, pelo maestro do orçamento, que é o Relator–Geral, sob a liderança do nosso Presidente, Senador Vital, ser reconstituídos. Se eu tivesse promovido o remanejamento de outras áreas, eles não poderiam ser reconstituídos pelo Relator–Geral, porque nós demos poder ao Relator–Geral de promover emendas de Relator nessas áreas. Portanto, o poder está na mão do Relator–Geral. Eu usei dessa estratégia no meu relatório, diferente de outros colegas que preferiram devolver os recursos ao Relator–Geral. Então, com esses recursos devolvidos, que não fizeram falta aos relatores setoriais, o Relator-Geral poderá plenamente recompor aquilo que foi um ajuste. Eu entendi como prioridade atender as ações de prevenção de defesa civil nacional.

Em termos de valores, atendi integralmente ao solicitado das emendas individuais, totalizando R$507 milhões e, parcialmente, as coletivas, de apropriação, no valor total de R$1,390 bilhão. Para atendimento das emendas de remanejamento, foram alocados R$33 milhões. Adotei as alterações aprovadas por esta Comissão quando da análise da admissibilidade de emendas coletivas promovida no Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Destaco, contudo, a situação da Emenda 6008.0004 da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Fiscalização e Controle, do Senado, que foi considerada inadmitida pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, conforme relatório publicado no dia 2 de dezembro de 2011. Tendo em vista que esse relatório ainda não foi aprovado pela Comissão e, ainda, a fim de não prejudicar a apreciação de possíveis recursos ou ajustes para viabilizar essas emendas, ela consta do relatório com parecer pela aprovação parcial, até que esta Comissão Mista se manifeste definitivamente sobre a questão.

Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais próprias ao processo orçamentário, procedi a ajustes e correções de emendas apresentadas com o propósito de sanar eventuais erros e omissões que pudessem constituir óbice à sua aprovação ou posterior execução, sempre respeitando a vontade expressa dos autores. Em relação aos padrões de custo unitário médio, sempre que possível utilizei como referência para acolhimento das emendas os custos informados pelo Poder Executivo na proposta orçamentária.

Das obras com indício de irregularidade.

O Tribunal de Contas da União informou a ocorrência de indícios de irregularidades graves na execução das seguintes obras integrantes da programação dos órgãos desta área temática para 2012, conforme apresentado na Tabela 8, abaixo. Nesse caso, optei por manter tais projetos no orçamento da União. No entanto, a execução orçamentária dessa programação ficará condicionada a dotação de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeita a prévia deliberação desta Comissão Mista, conforme o art. 91 da LDO de 2012.

Das indicações ao Relator–Geral.

Tendo em vista o remanejamento de dotações nas ações específicas de caráter nacional, promovido neste relatório, indico ao nobre Relator–Geral a recomposição dos valores realocados conforme autorizado no parecer preliminar 17.1.7 da parte B Especial. Além disso, em razão da competência conferida ao Relator–Geral para definir os projetos com identificador de resultado primário RP–3, conforme o art. 39 do parecer preliminar, e ainda considerando a vontade dos Parlamentares da bancada do Estado na elaboração de emendas coletivas de apropriação, conforme o Item 6 do mesmo documento, indico ao nobre Relator–Geral para que promova alteração de identificador de resultado primário RP–3 no Programa de Aceleração do Crescimento PAC, as seguintes emendas: 7115.0009, 7116.0009, 7118.0007, 7118.0011, 7118.0016, 7128.0007.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2012, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da Área Temática III, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, que constam da relação em anexo.

Sala de Comissões, Deputado José Priante.

Rogo o apoio dos nobres pares da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Parabéns, Deputado José Priante! V.Exa. fez um belíssimo trabalho, mergulhando profundamente em cada tema. Leu, *ipsis litteris*, todo o relatório. Deixou, inclusive, o André Vargas emocionado ali.

Para a discussão, eu peço aos senhores que sejam disciplinados em relação ao tempo. Pelo Regimento, nós temos 3 minutos para cada intervenção.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

Declina?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, nem em elevador eu ando, para declinar alguma coisa.

Eu queria aqui dizer que o nobre Relator, indiscutivelmente, fez um relatório que eu diria corajoso, porque, se nós formos ver, se formos levar em consideração pontos iguais, o Estado do Pará teve uma contemplação muito grande. O Pará levou R$140 milhões de recursos do Orçamento. E não poderia ser diferente, até porque o nobre Relator é de lá. Mas fo-

ram apresentadas 5 emendas. E tem uma que se sobressai, que é a de desenvolvimento sustentável para a construção do trecho da Rodovia Independência, com a construção de um viaduto de interligação na BR-316, no Pará, na região metropolitana, que levou R$60 milhões. A média das emendas que o Relator atribuiu foi de 10 a 30. E essa levou 60, o que fez com que o Pará ficasse com 140. Outros Estados, como por exemplo, o Estado de Alagoas, apresentou 6 emendas e levou R$80 milhões. O Amapá também apresentou 6 emendas, e levou R$60 milhões.

Por que eu estou fazendo essas colocações? Porque a quantidade de emendas tem que ser levada em consideração ao montante total dos recursos de cada Estado da Federação, afora os recursos que fazem parte do projeto na sua originalidade. Nesse particular, a Bahia ficou com apenas R$83 milhões. E os outros Estados? Por exemplo, o Pará ficou com R$142 milhões, ou seja, levou R$90 milhões a mais do que lhe veio na proposta original e que lhe foram acrescidos. Portanto, se se levar em consideração a Bahia com 83 e o Pará com R$142 milhões, 900 mil, praticamente R$143 milhões, a diferença é muito grande.

Dentre os Estados do Nordeste, a Bahia perde para Alagoas, que ficou com R$108 milhões. A Bahia fica um pouco abaixo do Ceará, que ficou com R$98 milhões. E o Rio Grande do Norte, do meu colega Rogério Marinho, ficou com apenas R$16 milhões, o que efetivamente trará, sem dúvida alguma, um grande transtorno.

O Estado de Pernambuco, que hoje rivaliza com a Bahia em atração de investimentos – e se não abrirmos os olhos vai passar a Bahia –, apresentou 4 emendas, levou R$95 milhões, e, no total, está com 195. Pernambuco que está com R$195 milhões no relatório, apresentou 4 emendas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Deputado, V.Exa. me permite um aparte? Gostaria de esclarecer.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Tudo bem. Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Não há apartes, S.Exa. vai esclarecer no período da discussão. V.Exas. colocam, no prazo de 3 minutos, e depois devolvo a palavra ao Relator para esses esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Concluindo aqui, Presidente, eu quero dizer que, quanto aos cortes que foram feitos, não sei se foram cortes no geral, horizontais, porque, por exemplo, programas importantes perderam... A Adutora de Guanambi, que perdeu R$4 milhões, 860 mil, é uma obra que está levando água a diversos Municípios da região de Guanambi, cujo povo está passando por estado de calamidade e emergência.

No ano passado, tínhamos a Barragem de Ceraíma, que praticamente zerou. E esses recursos foram alocados pelo Ministro Geddel, do partido do nobre Relator, Deputado Priante.

Então, mais ainda. Nós temos aqui o Plano Brasil sem Miséria, que teve um corte de R$426 milhões. Nós temos aqui abastecimento de água da região de Irecê...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – São 27 Municípios e povoados que integram essa adutora, que perdeu R$4,5 milhões. Como também há projetos importantes na Bahia, como o Projeto Sali, que perdeu R$4,6 milhões, e o Projeto Baixio de Irecê, que perdeu R$14,3 milhões.

Ou seja, analisando o relatório, vemos situações em que o corte foi maior ou menor. Como vi que o Relator beneficiou essa ponte ligando o Município da região metropolitana no Pará, gostaria que o mesmo atributo fosse dado à Bahia, para que o relatório não fosse tão díspar em relação aos anos anteriores e em relação às emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – V.Exa. já mandou apresentar os destaques?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Nós vamos apresentar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Para destaque já está aberto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Só para concluir, Presidente.

É apenas para dizer que com esse relatório não foi tão contemplada a Bahia. Mas também nós só apresentamos uma emenda. Por isso é que meu discurso está sendo mais genérico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Tudo bem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mas o da infraestrutura, do Senador Delcídio, foi um lesa–pátria para a Bahia. No momento certo, eu discuto isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Sim, no momento certo.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Depois.

Eu sou o condutor da reunião. Depois devolverei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – É porque senão vai chover no molhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Depois vou devolver a palavra a V.Exa.

Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Sr. Presidente, quero aqui só destacar que fizemos uma emenda para a região metropolitana em relação a desastres. É uma região enorme, com mais de 5 milhões de pessoas. Ela teve do Relator R$20 milhões – parciais. Mas como é uma região enorme, peço o carinho do Relator para que aumentemos um pouco esse valor.

A bancada de Minas só tem uma emenda. Então, peço um pouco de atenção em relação a essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Bom dia, meu querido Ademir Camilo. Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Isso talvez se deva à falta que V.Exa. fez em Belo Horizonte no dia 7 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É verdade!

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, nós queremos, vamos dar entrada, mas desde já deixamos registradas, a três propostas, para que sejam destacadas: apoio a projeto de desenvolvimento sustentável em local integrado, no Estado de Minas Gerais; implantação de obras de infraestrutura em Municípios do Estado de Minas Gerais; e também estudo de infraestrutura hídrica nacional.

Então, quero deixar registrado. E desde já há por parte, e este é o sentimento, dos colegas que vamos precisar de um tempo maior para ir ao pé do ouvido do Relator, para que ele possa entender, principalmente no que diz respeito à transposição do Rio São Francisco, que atinge o nosso Estado de Minas Gerais, e daí ter uma reconsideração muito maior com os recursos que foram cancelados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, a minha situação aqui, inclusive ao lado do Deputado Wellington Roberto, é de buscar do Relator informações e uma forma de recompor as perdas que o Estado da Paraíba teve. Porque desde o início se falava: *"não por arte e obra do Relator"*, mas, segundo informações que foram passadas por ele, por determinação do Poder Executivo.

Mas o papel do Congresso Nacional é inclusive corrigir essas distorções – eu estou chamando de distorções para não dizer que houve, no mínimo, má vontade do Governo Federal para com alguns temas.

E é por isso que eu vou indagar ao Relator agora, por exemplo, sobre a retirada de... Nós vimos pela imprensa denúncias do abandono da transposição do Rio São Francisco, a qual foi matéria de guia eleitoral durante toda a campanha de 2010, que fazia os olhos dos nordestinos brilharem ao verem os problemas da falta de água e da seca serem resolvidos. E vem agora, na pág. 6, dos Cancelamentos, no Setor 12 EP, por exemplo, a retirada, praticamente, de R$80 milhões.

Em nova investida contra a transposição do Rio São Francisco, retiram mais R$79 milhões. Ou seja, do Eixo Leste, o da integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, Eixo Leste, são retirados R$79 milhões.

Então, Sr. Presidente, se esse foi um gesto do Poder Executivo, o mínimo que nós podemos fazer aqui – e esta é uma conclamação, não para a bancada da Paraíba, que se vê afetada, mas para as bancadas do Nordeste, de Minas Gerais, de que já falava aqui o Deputado Ademir Camilo – é aprovar esse destaque, para dar o recado ao Poder Executivo de que ele não pode fazer propaganda eleitoral e, depois, discriminar obras dessa natureza.

Esse é um dos destaques que estamos apresentando de forma global.

Por último, Sr. Presidente, para fazer aqui uma referência, também a construção do Canal Adutor Vertente Litorânea no Estado da Paraíba. Essa não é uma transposição. É no Estado da Paraíba que se retiram R$23 milhões da construção do Canal Adutor Vertente Litorânea.

Então, realmente, pedi ao Relator, porque eu entendo que ele recebeu essa demanda por parte do Governo Federal. Mas que ele também consiga convergir, para que tenhamos capacidade de recompor esses valores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.k., Deputado.

Deputado Pedro Chaves.

Daí concluímos o primeiro bloco. Todos estão inscritos. É que eu dividi em dois blocos, para que o Relator possa apresentar as justificativas do seu relatório.

O SR. DEPUTADO WELINGTON ROBERTO – É o prestígio do Priante! Por isso é que foi essa a única relatoria que foi dividida em dois blocos, ou três.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em dois blocos.

Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado José Priante, primeiro, em nome do PMDB, quero cumprimentá–lo e parabenizá–lo pela elaboração do relatório.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Pedro Chaves, um momentinho.

Eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados... O relatório está bem animado. Não sei se vocês estão notando – não é? Então vamos ficar em silêncio, até porque, efetivamente, ainda tem 6 oradores para se posicionarem.

Em silêncio, por bondade!

Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, em nome do PMDB, gostaríamos de parabenizar o Deputado Priante pela elaboração do seu relatório e pelo trabalho magnífico que fez à frente dessa relatoria setorial, obviamente representando muito bem o partido.

Deputado Priante, nós, da bancada de Goiás, apresentamos três emendas ao seu Relatório.

A Emenda nº 17, com o Destaque nº 11, é um recurso que nós solicitamos para a SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste, que foi criada recentemente, implantada este ano. Pois a nossa bancada entendeu que precisamos de recursos para atender à demanda, principalmente do Estado de Goiás. Por isso apresentamos essa emenda destinada à SUDECO. Gostaríamos da atenção de V.Exa. para a recomposição dos recursos.

O Destaque de nº 12 é referente à canalização do Córrego Cascavel da nossa Capital Goiânia. Essa obra está em andamento há bastante tempo, e gostaríamos de ter recursos para que possamos, se não concluí–la, pelo menos avançar bastante no ano de 2012.

E o terceiro Destaque, o de nº 13 – o número do Gilmar Machado – é um recurso que nós colocamos para a RIDE, para prevenção de desastres, nessa região tão carente, que tanto necessita de recursos federais, composta por mais de 20 Municípios. A nossa bancada entendeu de apresentar essa emenda, e por isso nós gostaríamos de contar com o apoio de V.Exa., para a recomposição dos recursos para essa finalidade.

Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Relator.

O SR.PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Com a palavra o ilustre Relator, o competente Deputado José Priante, do Pará unido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Primeiramente, gostaria de fazer um esclarecimento ao Deputado Cajado. S.Exa. fez algumas considerações e eu gostaria de fazer os esclarecimentos ao nobre colega baiano.

Primeiro, ele questionou sobre as emendas apresentadas ao Estado do Pará. Eu gostaria de perguntar a S.Exa., que, se estivesse no meu lugar, ele atenderia bem à Bahia, ou não?

A primeira coisa é essa.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que a Bahia apresentou uma única emenda, que eu estou atendendo com R$23 milhões. Se a Bahia tivesse 6 emendas, de quanto seria a média? Seria de R$150 milhões. Então eu não sei por que o Deputado Cajado está reclamando da Bahia.

Com relação à Alagoas, eu gostaria de esclarecer à Comissão que Alagoas apresentou 6 emendas que estão sendo atendidas com R$60 milhões. Só que duas dessas emendas são para custeio; não são para investimento. Da mesma forma, o Amapá. Agora, se um Estado apresenta um pleito requerendo R$5 milhões numa emenda, como é que eu poderia apresentar outra de R$30 milhões?

Então, pelo amor de Deus! Nós temos de ver a situação de cada emenda. Não é possível ter uma linha geral de atendimento quando uma obra pleiteada significa R$300 milhões, enquanto para outra emenda a bancada solicita R$5 milhões para custeio. Isso não é critério de referência.

Quanto à média, se realmente formos levar em consideração o meu Estado, ele realmente está um pouco acima. A média do meu Estado é de R$28 milhões, e a da Bahia é de R$23 milhões. Então, eu não vejo por que razão o Deputado reclamou. E, se ele reclamar muito, eu tenho certeza de que o Relator–Geral haverá de recompor a Bahia em R$5 milhões, para chegar à média do Pará.

É preciso haver um critério de avaliação para que possamos avançar no relatório. Faço então questão de ressaltar os exemplos que o Deputado nos ofereceu com relação à Alagoas, com relação à Bahia e com relação ao Pará. Seguindo a linha de encaminhamento, compreendo que faz parte do papel... Eu, por exemplo, gostaria de ter botado nas emendas do Pará muito mais. Atendi com R$10 milhões a maioria das emendas do meu Estado, mas acho que ele merece muito mais. No entanto, em função das circunstâncias, não pude atender melhor ao meu Estado.

Com relação à Minas Gerais, esse Estado apresentou uma emenda, a que atendemos com R$20 milhões.

Com relação à citação do Deputado Efraim sobre a Paraíba, eu confesso a V.Exa. que pensei inclusive em resistir à alteração de remanejamento feita pelo Poder Executivo. Mas fui aconselhado tecnicamente de que isso seria uma imprudência, em função da peça orçamentária pertencer ao Executivo e nós estarmos apenas

fazendo alguns ajustes. E eu só posso fazer ajuste e remanejamento se for provocado. Eu, exclusivamente, atendi à alteração feita pelo próprio Poder Executivo, pela peça que ele encaminhou. Cabe efetivamente ao Relator–Geral promover os ajustes, promover com justeza o atendimento à Paraíba nessa automação...

OSR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – V.Exa. está falando isso quanto à transposição do Rio São Francisco.

O SR. DEPUTADO WEELINGTON ROBERTO – Então a Miriam Belchior matou e V.Exa. enterrou?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Não enterrei nada, absolutamente nada. Eu apenas fiz o ajuste que o Poder Executivo encaminhou ao Poder Legislativo. Quisera eu que esse ajuste chegasse às mãos do Relator–Geral. Aliás, o Relator–Geral poderia ter ficado com ele e feito o ajuste no seu momento, mas preferiu mandar para o Relator Setorial, para se fazer o ajuste. Eu apenas estou promovendo, meu caro Efraim, com toda a solidariedade que eu possa ter com a Paraíba... Eu entendendo o reclamo. Foi um corte de R$50 milhões nas obras de transposição do Rio São Francisco.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Foi de R$79 milhões – e só no Eixo Leste.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Mas aí você está somando o corte dos 12% que foi linear.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – O corte foi de R$79 milhões. Entendo que V.Exa., na posição de Relator, segue uma orientação. Mas a bancada do Nordeste vai ter um papel importante.

O SR. PRESIDENTE – (Deputado Vital do Rêgo) – Deputado Efraim, conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Muito bem, eu posso acrescer no Relatório a indicação para o Relator–Geral, para que repare esse corte da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE – (Deputado Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Geraldo Resende. E tem mais 5 Deputados inscritos.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero dizer que o Relator corajosamente nos apresenta o relatório, que tem algumas distorções que nós gostaríamos de corrigir.

Primeiro, alguns Deputados e Senadores já colocaram isso aqui. Nós estamos vendo que também o Mato Grosso do Sul também enfrenta o mesmo tipo de coisa, Deputado Priante, nas emendas alocadas. Primeiro, o Mato Grosso do Sul coloca 4 emendas, todas elas discutidas com o Governo do Estado. São emendas estruturantes para se construir rodovias no Estado. Uma delas é a chamada Sul Fronteira, que sai do Município de Ponta Porã. E ainda tem a do Município de Mundo Novo, incorporando uma vasta faixa do território sul–mato–grossense, esquecida e que está aquém do desenvolvimento. É uma rodovia que sai de Mundo Novo e passa por vários Municípios fronteiriços ao Paraguai. Esses Municípios estão há muito sonhando em se incorporar ao desenvolvimento do Estado, e essa rodovia tem esse objetivo. Só que o valor colocado, de R$20 milhões, dá para fazer alguns poucos quilômetros. Há mais de 5 anos nós estamos colocando recursos, mas a rodovia até agora não chegou ao primeiro Município, que é Aral Moreira

Outras duas rodovias, a MS–473 e a MS–040, também têm importância para o Estado, pois assim ele incorporará regiões isoladas do Estado. A MS–040 incorpora 300 mil hectares. Vejam que agora é que nós vamos ter a instalação da segunda maior fábrica de celulose do mundo, já que a primeira está em Três Lagoas. Incorporando esses 300 mil hectares, nós vamos fazer com que o desenvolvimento também se faça presente nessa região.

Eu gostaria que V.Exa., na condição de Coordenador, desse uma estudada nessas emendas do Mato Grosso do Sul, fruto dos Destaques nºs 1, 2 e 20, para que possamos, no mínimo, fazer a recomposição perto dos valores que nossa bancada solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nem que seja de maneira virtual, Sr. Relator, inicialmente, estamos aqui não só na qualidade de coordenador da bancada do PSB, como também na de representante e coordenador da bancada do Rio Grande do Norte.

Quero pedir a V.Exa. que verifique a possibilidade de se melhorar um pouco a situação do nosso Estado, especificamente quanto ao desassoreamento do Rio Mossoró, que banha a segunda maior cidade do Estado, uma região mais dinâmica economicamente. Se V.Exa. puder, veja se é possível nos ajudar.

Quero fazer outra observação: quero elogiar o trabalho do Relator, reconhecendo o grande esforço feito por V.Exa., a forma como se debruçou sobre os números. Sabemos das dificuldades que são impostas a qualquer relator, na posição que ora se encontra, uma vez que são muitas garrafas abertas e poucas tampas, com pressão de todos os lados.

Quero apenas refletir com V.Exa. que certamente o Governo Federal o orientou no que tange à segurança alimentar e nutricional. O plano apontado pela Presidenta Dilma como o mais importante da sua administração (Brasil Sem Miséria) teve corte de R$426 milhões. O Governo começa a desfazer a propaganda feita com estardalhaço, com alarde, com pompa e cir-

cunstância, cortando R$ 426 milhões num orçamento de R$850 milhões. Ou seja, um corte linear de 50%.

Então, as metas propostas e anunciadas pela Presidenta Dilma certamente não serão aquelas colocadas em prática no ano subsequente. Infelizmente, mais uma vez, a propaganda se sobrepõe à realidade.

E quero fazer coro à preocupação do companheiro da Paraíba, relativamente à transposição do Rio São Francisco. Esta é mais uma obra do PAC que lamentavelmente está empacada. O percentual da obra edificada – e aqui está o Senador Vital, que também é da Paraíba, e certamente comunga dessa preocupação conosco – não conseguiu sair do papel. O Governo tem demonstrado absoluta dificuldade gerencial e operacional de fazer com que seja dado andamento a essa obra. Isso está consubstanciado no próprio Orçamento. Porque na hora em que o Governo abre mão do Orçamento proposto originalmente, ele admite de antemão que sequer irá executar o que nunca conseguiu executar nos anos anteriores. E, desta vez, o Governo admitiu muito mais cedo.

É muito ruim para o País que obras estruturantes e importantes como essas sejam colocadas numa gaveta; e que haja excessiva procrastinação, uma vez que, como muito bem disse o Deputado Efraim, essa obra foi alardeada e colocada como a principal do atual Governo, inclusive em propaganda eleitoral.

Quero lamentar a posição do Governo – eu sei que V.Exa., na verdade, recebeu orientação nesse sentido – e dizer a V.Exa. que nós, do Nordeste, no momento oportuno, faremos nossa parte para que esse orçamento seja restabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra a Deputada Luciana Santos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Sr. Presidente, quero também saudar o nosso Deputado Priante pelo brilhante relatório.

Faço aqui um pedido de destaque, a exemplo do esforço de todas as bancadas de todo este País, na perspectiva de ser reconsiderado o montante, em que pese sabermos dos limites do Relator Setorial. Mas acho importante destacar o conteúdo e a importância estratégica que isso tem para a nossa Região Metropolitana do Estado de Pernambuco.

Nós sofremos com o grave problema de erosão marinha naquela região litorânea, que tem impacto muito grande na vida dos pernambucanos nas cidades de Jaboatão, de Paulista e de Olinda, onde inclusive fui Prefeita. Na época em que fui Prefeita, pedi um projeto integrado, para que as intervenções de um Município não ficassem impactando de maneira isolada e negativa a solução de outro.

Temos acompanhado esse problema da contenção do avanço do mar desde essa época e fazemos esse apelo. Estou apresentando destaque a essa emenda de minha autoria, do Deputado João Paulo, que foi Prefeito do Recife, e do Deputado Vilalba para que possamos dar conta de uma ação tão estratégica, que é a contenção do avanço do mar.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Quero parabenizar o Deputado Priante pelo relatório, mas é evidente que, como representante do povo baiano, não posso deixar de registrar a minha inquietação, que beira a absoluta insatisfação, pelo corte de 24 milhões em relação a obras específicas voltadas para a Bahia.

Eu entendi a explicação de V.Exa., Deputado, quando disse que o RP 13, referente ao PAC, poderá ser reposto, mas eu não poderia deixar de fazer esse registro, porque esses cortes atingiram obras que já estão em andamento e são absolutamente críticas para o Estado. Já foi citada a obra de Guanambi, uma região do Semiárido que está à beira do colapso quanto a abastecimento nas sedes das cidades – Guanambi, Caetité e várias outras ao longo dessa adutora. A obra está em plena execução.

Da mesma forma, a adutora de Irecê, que pega água do Rio São Francisco, assim como a de Guanambi, que também está em fase final de execução. Foi feito um corte de 14 milhões nessa obra. Portanto, eu não poderia deixar de registrar esse fato.

Entendo a explicação de V.Exa., mas é preciso que isso seja reposto. Se V.Exa. não tem os instrumentos para tanto, eu gostaria que isso fosse incluído como sugestão ao Relator–Geral, para que ele assim o faça e mesmo para que fique registrado, a fim de que o Ministério, eventualmente, promova tal correção. Repito, são obras emergenciais em várias cidades de médio porte que estão à beira do colapso quanto a abastecimento de água. As obras estão em pleno andamento. Esses cortes, se forem realizados, vão inviabilizar a conclusão da obra, o que pode significar o colapso do abastecimento de água nessas cidades.

Então, faço esse pedido a V.Exa. na esperança, na expectativa de que esse recurso venha a ser recomposto pelo Relator–Geral ou pelo Ministério do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Deputado José Priante pelo princípio número um que

ele usou na elaboração do seu relatório, que é o de valorizar esta Comissão e esta Casa.

O que fez o Deputado José Priante foi um ato de coragem quando buscou diminuir uma chaga que no Brasil, apesar de ser hoje a sétima economia do mundo, ainda perdura, principalmente no caso das populações mais pobres deste País e nos lugares mais distantes. Quase um quarto da população brasileira, 24% da população brasileira não tem acesso a água potável encanada nas suas casas.

Essa situação só vai ser modificada e esse direito adquirido de cada cidadão a ter água de qualidade, o que promove a saúde preventiva, só será superado quando esta Comissão de Orçamento, a responsável por elaborar a peça mais importante do Congresso Nacional, que é o Orçamento da União, tiver relatores com a coragem que o Deputado Priante aqui demonstrou, buscando o uso de todas as prerrogativas, estudando com profundidade o seu relatório, indo aos números, às equações e à racionalização dos recursos e os distribuindo da melhor forma possível.

É lógico que não temos condição de alcançar a unanimidade na solução de todos os problemas, até porque em um país da dimensão do Brasil é muito difícil equacionar tudo de uma única forma. Só para se ter ideia, o Estado do Pará tem três vezes a dimensão territorial do Estado da Bahia. E a Bahia tem ainda grandes contrastes no que diz respeito a distribuição de renda e acesso à água potável, principalmente na margem esquerda do Rio São Francisco, onde há um rincão de pobreza no Estado baiano. Temos que compreender também que muito pior ainda é a situação das populações ribeirinhas do Amazonas, que dependem única e exclusivamente dos recursos federais para atender as suas demandas. Ficam na maior bacia de água potável do mundo, e muitas vezes passam necessidade, sem que tenham como buscar investimentos para suprir essa deficiência.

Parabenizo o Deputado Priante pelo belo trabalho, pela defesa que fez do seu Estado do Pará. Tenho certeza de que o Governo da Presidenta Dilma, que tem à frente do Planejamento a Ministra Miriam Belchior, que, se não é a mãe do PAC, é a tia do PAC, porque coordenou esse programa desde o seu início, sabe da necessidade da reposição de recursos tão importantes para a conclusão das obras do PAC e para o estabelecimento de ritmo à obra mais importante de veiculação hídrica do nosso País, que é exatamente a de transposição de águas do São Francisco.

Eu me solidarizo com a bancada da Paraíba. Sei da importância da transposição para 12 milhões de nordestinos. Dela precisam. Mas temos que compreender também que o ritmo lento da execução das obras fez com que os recursos deste ano não fossem aplicados na sua conformidade, na sua totalidade.

Peço também, como representante do Estado do Ceará, a compreensão do nobre Relator para o Destaque nº 25, que vai ajudar a suprir essa deficiência do abastecimento d'água das populações do Semiárido nordestino incrustado no nosso Ceará.

No Ceará, assim como nos Estados do Norte e nos demais Estados do Nordeste, é onde se encontra a maior precariedade, a maior deficiência quanto a abastecimento de água.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Relator. Peço a compreensão de V.Exa. no que se refere ao Destaque nº 25 e o parabenizo pela coragem e pela forma contundente com que apresentou o seu relatório a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Para nossa honra, a Comissão está recebendo, acompanhado do nosso queridíssimo Deputado Edmar Arruda, o Pastor Marcelo Gomes, que nos está presenteando com o maior de todos os livros que a humanidade pode ter, a Bíblia Sagrada – Com Cristo no Cerrado. Louvado seja Deus pela presença do pastor, que nos dá um momento de oxigênio espiritual, ao incentivar a leitura da Bíblia. *(Palmas.)*

Fica registrada a gratidão da Comissão ao Deputado Edmar Arruda e ao Pastor Marcelo Gomes.

Como penúltimo orador, tem a palavra o Deputado Wellington Roberto, da nossa Paraíba.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, Deputado José Priante, inicialmente faço uma crítica ao Deputado José Priante, de quem me considero amigo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Deputado Wellington Roberto está com a palavra.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Eu me acosto às palavras do Deputado Priante para dizer que ele transferiu toda a responsabilidade dessa diminuição de valores, do que veio do Executivo, como também de outras ações contidas no seu relatório, para fazer uma crítica ao Poder Executivo, considerando-se a transposição.

Na LOA de 2011, o Executivo contemplou, por meio da peça orçamentária, a revitalização do Rio São Francisco. E agora, na LOA de 2012, o Executivo não contemplou nenhuma ação direcionada para a revitalização e conservação das margens do Rio São Francisco, deixando de preservar as matas ciliares e, consequentemente, prejudicando a execução da obra de transposição de águas do Rio São Francisco. Não pode haver transposição sem revitalização.

Então, acosto–me às palavras do Deputado Priante, Relator da área Integração Nacional.

Quero também dizer ao Deputado Priante que a desproporcionalidade que ele usou para atender os demais Estados da Federação é visível. Podemos perceber que ele diminuiu, na ação que veio do Executivo, no caso da integração do Rio São Francisco com a Bacia do Nordeste Setentrional, Eixo Leste, o valor de 79 milhões de reais, prejudicando vários Estados do Nordeste, como também o Estado de Minas Gerais. Cortou também, Sr. Presidente, através de determinação, como ele mesmo falou aqui quando estava lendo seu relatório, 426 milhões de reais do Plano Brasil sem Miséria.

Quero fazer um alerta a todos os integrantes desta Comissão: esses recursos, segundo informações oriundas da Consultoria desta Casa, eram destinados à construção de açudes. Então, isso fere frontalmente aqueles Estados mais atingidos pela falta d'água.

Em seguida, Sr. Presidente, ele cortou da adutora do Pajeú, dos Estados de Pernambuco e Paraíba, o valor de 3 milhões e 758 mil reais; cortou também 78 milhões e 999 mil do Eixo Norte do projeto de transposição de águas do Rio São Francisco; cortou, por fim, do nosso querido Estado da Paraíba, com referência ao Canal Adutor Vertente Litorânea, 23 milhões e 676 mil reais, prejudicando assim o nosso Estado.

Então, Sr. Presidente, eu queria que o nosso querido amigo Relator, o Deputado José Priante, desse algumas explicações, até porque não sou só eu que estou fazendo essa reivindicação, é também o Deputado Cajado, o Deputado Efraim Filho, outros Deputados que fazem parte desta Comissão e aqueles que não a integram e estão sentindo–se prejudicados.

De antemão, digo que não posso concordar com a aprovação do relatório do Deputado José Priante. Eu o considero um Deputado experiente, mas, nesse caso específico, Sr. Presidente, foi mais experiente para fazer jus ao Estado dele. É lógico, está defendendo os interesses do Estado dele.

Eu quero pedir o apoio de todos os integrantes desta Comissão e daqueles que não a integram, para que se acostem à decisão que tomo agora. Não estou de acordo com a aprovação do relatório do Deputado José Priante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu suspendo a reunião por 2 minutos, para que o Relator possa atender as suas necessidades fisiológicas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A reunião está suspensa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu reinicio então os trabalhos para ouvir a questão de ordem de V.Exa., embora não esteja presente o Relator.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Posso falar de maneira informal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pode manifestar–se. Não há problema.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Há uma sessão congressual marcada para o meio–dia. São 12h10min. Chegou aqui, há pouco, o Líder do Governo, Deputado Gilmar, dizendo que há acordo. Havia um problema com o pessoal do Democratas. V.Exa. foi informado a respeito desse acordo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já fui informado a respeito do acordo. Vamos suspender a reunião longo após a discussão deste relatório, reabri-la às 18 horas, para tratar dos relatórios concernentes a Infraestrutura, Justiça e Defesa, Poderes do Estado e Previdência Social. São os últimos quatro relatórios que vamos ler hoje à noite, se Deus quiser.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Esse é o último. Quando o Deputado Priante voltar, vamos ouvi–lo e encerrar.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, só queria mais uma vez agradecer aos Relatores e agradecer tanto à base quanto à Oposição. Tão logo termine esta reunião, vamos ao plenário para, na sessão do Congresso, votar os créditos já acordados. Assim, é possível liberar o pessoal mais cedo, para não termos que ficar aguardando até uma hora para fazer a sessão do Congresso.

Como já há acordo em relação aos PLNs já aprovados na Comissão, tão logo termine aqui, vamos fazer a sessão do Congresso, que vai ser suspensa até amanhã, ao meio-dia, quando continuaremos as votações. Vamos fazendo aqui e lá, para darmos conta da tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos fazer a dobradinha, aqui e lá. Hoje terminaremos a leitura e amanhã votamos todos os relatórios, com base no consenso que construirmos.

O Deputado Priante voltou mais leve e vai responder ao Deputado Wellington Roberto, para encerrarmos a presente discussão.

Vamos ouvir os Deputados Giroto e Nilton Capixaba. Em seguida, o Deputado Priante fala, e ocorre o encerramento.

Com a palavra o Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, caro amigo Relator, Deputado Priante, vou fazer coro com o Deputado Geraldo Resende em relação à Rodovia Sul Fronteira.

Na verdade, Deputado Priante, o Deputado Geraldo Resende se esqueceu de comentar sobre a importância da rodovia. É uma rodovia que está sendo implantada na fronteira do Brasil com o Paraguai. Quando fui Secretário de Estado, tive a oportunidade de acompanhar o projeto. Lá, Deputado Priante, nessa fronteira seca, que passa de mil quilômetros, há problemas seriíssimos em relação a sanidade animal. Há pouco tempo, aconteceu o problema da aftosa no Paraguai. Isso contamina o rebanho brasileiro. A falta de controle é muito grande, porque não temos nenhuma rodovia em que possamos estabelecer os postos de fiscalização. Há ainda casos seriíssimos de tráfico de armas, sérios problemas de tráfico de fertilizantes, de defensivos. Em relação a todo esse tipo de problema que enfrentamos nessa região, com essa rodovia se cria uma barreira de fiscalização, por meio dos postos que serão criados.

Então, eu gostaria que V.Exa. pudesse atender esse destaque referente à Emenda 71130014. Os outros eu recompus. No caso da 0003, pedi a sua recomposição. Na verdade, é um ramal rodoviário para atender uma escola agrícola no Município de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul. A Emenda 7113008 diz respeito à recuperação de pontes e estradas vicinais.

Sei da dificuldade de se fazer a redistribuição, mas V.Exa. tem capacidade de entender muito bem o Orçamento. V.Exa. é um Deputado experiente. Faço coro com os Deputados Cajado, Wellington Roberto, Efraim – nosso companheiro e amigo –, Rogério Marinho. Faço também o pedido. Apresentei meus destaques para recompor algumas obras interessantes que foram alvo de cortes, dentro daquilo que preconiza o relatório preliminar. São os 12% do RP 3 e até 60% do RP 2. Recompõem recursos para o Eixo Leste do projeto de transposição de águas do São Francisco, para o Eixo Norte.

Deputado Wellington Roberto, Deputado Rogério Marinho, hoje essa obra se encontra completamente paralisada, por problemas de projetos, por problemas de preço, por problemas de recursos que não foram previstos, por problemas de questões de revitalização não previstas.

Dessa forma, faço coro com o Deputado Rogério Marinho, com o Deputado Efraim, com o Deputado Wellington Roberto, com o Deputado Cajado. Eu quero apoiá-los, no sentido de que V.Exa., neste momento de reflexão, considere o compromisso que tem com o País e reveja algo em favor da recomposição.

É só isso, Deputado Priante. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Sr. Presidente, Sr. Relator, o Destaque nº 31 refere–se à Emenda 712316. É a única emenda da bancada de Rondônia na área Integração. Rondônia é um Estado novo. V.Exa. conhece a Região Norte, é de lá, onde há muita coisa a ser feita. É para estruturação e também para equipamentos e máquinas. O Estado precisa muito disso.

Se V.Exa. puder dar um apoio a essa emenda do Estado de Rondônia, será importante. Abrace a causa dos Deputados Wellington Roberto, Cajado e de todo o pessoal do Norte no que se refere à transposição de águas do Rio São Francisco. É uma obra muito importante para a família dos pequenos produtores, vai favorecer a renda familiar. A obra está paralisada, o que causa muitos prejuízos para toda a Região Nordeste. Com certeza, abraço e apoio a causa deles.

O meu pedido, portanto, refere–se a essa emenda do nosso Estado e também ao Rio São Francisco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A manhã de hoje foi muito produtiva. Nada melhor do que terminar esta manhã ouvindo uma das mais importantes mulheres que compõem o Senado da República, minha adorável Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia, que está inscrita.

Quero ouvir V.Exa.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Relator pelo trabalho e dizer da importância desse Ministério para as nossas Regiões Norte, Nordeste e Centro–Oeste. Mas, Sr. Relator, eu chamo a atenção de V.Exa. para a questão do Centro–Oeste. Parece até que o Ministério da Integração Nacional não reconhece o Centro–Oeste como uma região que está ligada ao Ministério. Enquanto a SUDAM e a SUDENE têm quase 2 bilhões de reais em seus fundos, V.Exa. contempla a SUDECO com 10 milhões de reais.

Dessa forma, eu gostaria de chamar a atenção de V.Exa. para essa emenda da bancada de Goiás em que se solicita que seja o FDCO atendido com um pouco mais de recursos.

Chamo ainda a atenção de V.Exa. para a canalização do Córrego Cascavel. É uma das mais importantes obras da Capital. V.Exa. contemplou essa emenda com 30 milhões de reais, e eu gostaria que V.Exa. olhasse com mais atenção para esse caso.

O mesmo vale para a RIDE, na região do Entorno do Distrito Federal, contemplada com 10 milhões de reais.

Ao todo, a Região Centro–Oeste, não se considerando a irrigação, porque, nesse caso, dispositivo constitucional estabelece os 20%, vai ser contemplada com 50 milhões de reais. Eu acho que V.Exa. pode dar uma atenção especial à nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra, para as suas considerações finais, o Relator José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Eu gostaria de esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É importante que V.Exa. frise a questão da votação em separado referente à barragem de Minas Gerais e à barragem do Rio Grande do Norte. É importante que V.Exa. informe esse fato.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Eu vou começar as minhas considerações aos Parlamentares que integraram esse último bloco...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Presidente Vital, eu não me inscrevi. Vou fazer apenas um pequeno aparte. A informação do Ministério do Planejamento foi exatamente essa que o Deputado Priante deu aqui. Isso é somente para restabelecer aqui a verdade. Solicitaram que fossem feitas 21 alterações na peça.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ninguém discutiu sobre isso. O Deputado Priante já se havia manifestado. V.Exa. faz apenas uma reafirmação, até para mostrar a verdade que o Relator estava professando.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Muito obrigado, Deputado.

Eu quero começar fazendo uma consideração que já se refere a uma necessidade regimental de a Comissão apreciar em separado duas situações que estão amparadas no nosso relatório, que dizem respeito a obras apontadas pelo TCU – Deputado Rogério Marinho, é importante esse detalhe. Uma é relativa a obra do Estado do Rio Grande do Norte, a construção da Barragem de Oiticica; a outra, de Minas Gerais, refere–se à Barragem de Congonhas.

Qual foi o tratamento que demos a essas duas indicações de indício de irregularidade? Nós garantimos no nosso orçamento a aprovação dessas obras, porém a vinculamos a uma deliberação especial da Comissão Mista de Orçamento, baseada no art. 91 da LDO de 2012.

Poderíamos ter tomado outra medida, que não seria a mais responsável e a mais prudente. Com essa medida, tenta–se resguardar essas obras no Orçamento.

Como essa situação merece uma atenção em separado, estou fazendo aqui o registro, por orientação do Presidente Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Atenção, Deputado Gilmar, Deputado Wellington, Deputado Giroto, que vai apresentar destaques, Deputado Ademir o art. 80 da nossa resolução–mãe estabelece o seguinte:

"Art. 80. Somente será admitido destaque:

I – ao projeto:

a) para recompor dotação cancelada, até o limite de 3 (três) destaques por membro da CMO (...)."

No caso de dotações canceladas, o limite é de três destaques.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Se vários Parlamentares apresentaram o mesmo destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu estou apenas avisando aos senhores...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Se acatar o meu, ou o do Deputado Giroto, ou o do Deputado Efraim Filho, ou o de outro Parlamentar, já resolve.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra V.Exa., Deputado Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Vou iniciar minhas considerações pelo que disse o Deputado Rogério Marinho. Eu reputo importante tentar esclarecer os dois ou três pontos que S.Exa. abordou.

Em primeiro lugar, no que se refere ao volume de recursos da emenda que atendi, do Rio Grande do Norte, foi da ordem de 20 milhões de reais. Então, é claro que três emendas do Estado do Pará atendi com 10 milhões. É só um esclarecimento. A média tem sido de cerca de 20 milhões. Em relação à Paraíba, foram duas emendas apresentadas, 20 milhões em cada uma das emendas.

Eu fiz um esforço, e as críticas que estou sofrendo são exatamente por conta dos cortes que realizei.

O Deputado Rogério citou o corte que promovi na questão relativa ao Plano Brasil sem Miséria. Eu não faria esse corte, de maneira nenhuma, se não estivesse previsto no parecer preliminar, entre onze situações – dez mais uma, onze situações, apenas onze situações –, que o Relator–Geral tem a prerrogativa de fazer emenda de Relator. Diz-se no item 17.1.7: *"Restabelecer ações destinadas à superação de extrema pobreza no âmbito do Brasil sem Miséria".*

Eu poderia ter adotado outra linha de ação, poderia ter até devolvido recurso para o Relator–Geral.

Talvez não fosse tão polêmico o relatório, porque as expectativas estariam voltadas para o Relator–Geral. Eu tenho até pena do Relator–Geral quando chegar a hora de discutir aqui os relatórios em que foi transferido a ele o poder de resolver os problemas.

Nesse relatório que promovi existem dois cortes. Um se refere ao PAC e não alcança só o Estado da Paraíba, alcança o meu Estado, também o Estado do Pará. Foi um corte linear. Se formos discutir, é claro que também vou fazer pleito em favor do meu Estado, para que haja reparo. Eu mesmo fiz corte em relação ao meu Estado. Não cortei tanto. Sabe por que não cortei tanto, Deputado Wellington? Porque o meu Estado não tem obra na área da Integração.

Também o Centro–Oeste, como foi registrado pela Senadora Lúcia Vânia, tem poucas obras referentes ao Ministério da Integração. O Ministério da Integração é do Brasil ou é de alguns Estados? Atendi emendas do Estado da Paraíba, por exemplo, em 20 milhões de reais. Em relação ao Estado do Pará, a média de emendas gira em torno de vinte e poucos milhões de reais. Não está muito distante. Portanto, não posso ser considerado como algoz do Estado da Paraíba. Muito pelo contrário. Eu recolho as críticas apresentadas pelo Deputado Wellington e as transfiro à Ministra Belchior.

Aliás, esse ajuste poderia ter ficado nas mãos do Relator–Geral, para que todos apresentássemos ao Relator–Geral esse comentário que V.Exa. está apresentando a mim.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – E devo fazê–lo, se ele...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Esse comentário que V.Exa. fez em relação a mim fica como um discurso, no caso de o Relator–Geral amanhã não fazer a recomposição no caso da Paraíba. Eu me predisponho também a chamar de amigo da onça o Relator-Geral, se ele não fizer a recomposição.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Mas ele recompõe se quiser, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Ah, que novidade!

Dito isso, quero avançar nas minhas considerações. Só fiz os cortes que podem ser recompostos. Se não fosse possível a recomposição, não estaríamos delegando ao Relator–Geral a prerrogativa que está no relatório preliminar, quanto ao Brasil sem Miséria.

Agora, o que é mais urgente no Brasil? Alocar recursos para as obras de prevenção, de defesa civil? Se eu não tivesse estabelecido essa ação, jamais seriam atendidas as obras de prevenção pelo País afora e estaríamos a presenciar os noticiários da imprensa nacional acusando o Governo de não ter alocado recursos para contenção de encostas no Rio de Janeiro, para contenção de enchentes na Paraíba, em Alagoas, no Norte...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – E água para beber, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Água para beber? O Relator–Geral está cheio do dinheiro. Muitos Relatores–Setoriais devolveram recursos a ele, Deputado. Muitos Relatores–Setoriais devolveram recursos ao Relator–Geral.

Aliás, há de se pensar, no próximo ano, em extinguir os Relatores-Setoriais, porque devolvem dinheiro ao Relator–Geral. Então, deixemos o Relator–Geral apresentar seu relatório, e nós avançamos na discussão dos relatórios.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – O Relator–Geral vai dizer o seguinte: V.Exa. só faria esse corte oriundo do Executivo se quisesse cortar. Se V.Exa. não quisesse cortar o que veio do Executivo, previsto pela Sra. Ministra Míriam Belchior, V.Exa. não teria feito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Deputado, não está previsto este debate, mas, se o Presidente permitir...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não está previsto o debate. V.Exa. tem toda a liberdade para continuar, até porque os destaques foram apresentados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Não fiz o corte para atender ao Estado do Pará, fiz o corte para atender aos Parlamentares, aos Senadores que apresentaram as emendas. Os cortes foram feitos nesse sentido. Está certo? Foi para atender ao seu Estado, com 20 milhões, em duas emendas. O corte feito por mim em relação ao seu Estado foi linear. O outro corte foi feito pelo Poder Executivo.

Eu me solidarizo com V.Exa. nos reclamos, agora não aceito acusação pontual a mim. Não as aceito, porque não fui eu quem fez o corte. Quem fez o corte foi o Governo, foi o Poder Executivo. E cabe ao Relator–Geral, se quiser ser Relator–Geral e bom Relator–Geral, fazer os reparos.

Eu poderia, para atender aos Parlamentares, ter cortado as obras dos demais, mas aconteceria que fenômeno no Orçamento? O Relator–Geral não poderia repor as obras dos demais, por prerrogativa que a Comissão delegou a ele. No parecer preliminar, de maneira exclusiva, no item 17.1.7, diz que ele tem o poder de repor recursos do Plano Brasil sem Miséria. Agora o Relator–Geral tem cerca de 5 bilhões disponíveis para fazer os ajustes Brasil afora. Ele não vai ter 300 milhões para repor esse programa? Não vai ter 400 milhões para atender as reclamações que estão sendo apresentadas aqui, na Integração? Bom,

se for assim, é um caso sério. Haveremos de ter esse debate oportunamente com o Relator–Geral. Agora, as emendas foram acatadas, não fogem à média, Estado por Estado.

A Senadora Lúcia Vânia fez um registro com relação à SUDECO. Infelizmente, o Fundo Constitucional do Centro–Oeste não está afeto à Integração, está afeto ao Ministério da Fazenda, assim como o FDA.

A propósito, o Superintendente da SUDECO esteve comigo. A emenda encaminhada foi para a relatoria da área Turismo e Fazenda, em função de os fundos constitucionais estarem vinculados ao Ministério da Fazenda. Esse é um esclarecimento que eu gostaria de fazer.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Como?

O SR. DEPUTADO GIROTO – Desejo só complementar, se V.Exa. me permitir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Não, eu permito.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sra. Senadora, na verdade a SUDECO não funciona. A SUDECO foi criada para nos enganar, para enganar o Centro–Oeste brasileiro.

Deputado Priante, V.Exa. me desculpe. Mencionaram o pouco investimento do Ministério da Integração Nacional no Centro–Oeste. Na verdade, uma secretaria do Centro–Oeste funcionou muito mal. A SUDECO foi criada justamente para não ter cargos, para não funcionar. Emendas nossas foram canceladas. Em Mato Grosso do Sul, obras de prevenção de desastres foram canceladas. Não há dinheiro.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Eu queria pedir orientação ao Presidente, já que a maioria dos itens são destaques de recomposição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Ainda não acabei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deixe o Deputado Priante concluir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Concluo, Sr. Presidente, fazendo uma consideração geral à Comissão. Vou tentar mais uma vez resumir de maneira bastante transparente o critério que utilizei para promover os cortes e o atendimento de emendas.

Levando em consideração que o Poder Executivo programou para o ano que vem apenas 8 milhões de reais para obras de prevenção de desastres, entendi que havia necessidade de este Poder responder quanto ao atendimento dessa área. Eu me debrucei então sobre o Orçamento para verificar de onde retiraria os recursos no sentido de atender bem às emendas.

Acho que, de todos os relatórios, o que mais está atendendo bem as emendas dos Estados é o relatório da Integração. Se eu for comparar este com o relatório da Agricultura – não gostaria de partir para isso –, verei que, do ponto de vista nominal, é o relatório da Integração.

O corte foi feito em duas áreas. Foram 12% no PAC. Considerei isso em função exatamente da prerrogativa que o Poder Executivo tem de remanejar discricionariamente esse recurso. Ele pode retirar da sua Paraíba, Deputado, e transferir para Pernambuco, na hora em que quiser, até 30% do PAC, como está lá, ou vice-versa. Então, levando em consideração essa possibilidade, que fato se revela? Do que está sendo aprovado, o Poder Executivo tem o poder de remanejar até 30%.

O que fiz foi o que todos os Relatores-Setoriais costumeiramente fazem: alcançar a prerrogativa de corte. No mais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, quanto ao relatório preliminar, permite-nos fazer cortes de até 60% do Orçamento, ou melhor, remanejamentos. Ora, se o desenho que estou fazendo não é o ideal para alguns Estados, que se sentiram prejudicados, como disse o Deputado Wellington, cabe ainda na etapa do relatório final reparar os cortes. Agora, fui tomado por uma provocação do Poder Executivo. Na verdade, todos foram tomados de surpresa nessa hora. Poderia o Relator–Geral ter ficado com a provocação da Ministra Miriam Belchior na sua pasta, para promover a alteração, no seu momento.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Quero fazer um alerta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Wellington, depois V.Exa. fala.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Mas ele preferiu jogar para o Relator-Setorial, para que eu fizesse o ajuste que o Poder Executivo solicitou no orçamento que pertence a ele. Não me cabia alternativa, senão fazer a alteração, acatar a alteração. Eu não teria – vontade não me faltou – o poder da negativa. Está certo? Eu não poderia ter o poder da negativa. Então, infelizmente, a questão se desdobrou dessa forma.

O outro corte, repito, foi promovido numa área, com todo o cuidado. Se não houvesse essa prerrogativa exclusivíssima, essa previsibilidade exclusiva do Relator-Setorial, destacado por todos nós a ele esse poder, eu jamais teria mexido numa área que também considero fundamental para o Brasil, especialmente para o Nordeste.

Diante desse critério, eu solicito a reflexão de todos os membros desta Comissão, no entendimento de

que procurei ser justo, criterioso e responsável, a fim de promover essa opção à Comissão de Orçamento e ao Congresso Nacional, no sentido de ver aprovado nosso relatório, sem a pretensão – longe disso – de satisfazer o conjunto em cem por cento. Sou passível de erro, de falha, tenho defeitos, como todos nós os temos, mas agi com a melhor das intenções. Vale ressaltar que esta é apenas uma etapa que estamos vivendo. Cabe ao Relator–Geral, como maestro do Orçamento, fazer os ajustes, corrigir e atender ao máximo as demandas do Congresso, no desenho que o Congresso entender que deve ser o do Orçamento-Geral da União, no nosso querido Brasil.

Com essas palavras, eu encerro as minhas considerações, Sr. Presidente. Recolherei todas as ponderações, recolherei os destaques que foram apresentados. Agora, tenho certeza de que utilizei um critério justo. É plenamente factível que isso seja reconstruído pelo Relator–Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., Deputado José Priante.

Falarão, pela ordem, o Deputado Wellington e o Deputado Efraim. Antes, porém, Sras. e Srs. Deputados e Senadores – está começando a sessão do Congresso –, renovo a informação de que, às 18 horas, reiniciaremos esta reunião, com a presença do Senador Delcídio, que versará sobre infraestrutura; do Deputado Dilceu, sobre justiça e defesa; do Senador Inácio Arruda, sobre Poderes do Estado; e do Deputado Efraim Filho, que abordará a área Trabalho e Previdência Social.

Tem a palavra o Deputado Wellington.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, eu não estou dizendo que o Deputado Priante foi injusto. O que é injusto é esta Casa deliberar sem tomar conhecimento do ofício da Ministra Miriam Belchior mudando a peça orçamentária. Como é que se pode deliberar, se não tomamos conhecimento desse ofício?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos votar. V.Exa. já fez...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Não se tornou público. Eu acredito que quem tem de fazer essa recomposição é justamente o Deputado Priante, no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, em virtude da norma regimental que permite apenas três destaques por Parlamentar, referente à recomposição, como nós apresentamos número maior, um ou dois destaques a mais, quero pedir vênia ao Relator para depois, vendo os destaques que foram apresentados também pelo Deputado Wellington Roberto e pelo Deputado Giroto, fazermos, no momento adequado, a divisão quanto aos destaques que queremos sejam apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.k., dentro da forma regimental.

A todos, muito obrigado. Está encerrada a discussão do relatório do Deputado Priante e dos destaques, com os parabéns ao polêmico, mas combativo Deputado José Priante.

Com a anuência de todos, está suspensa...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, quero convidar os Parlamentares para que participem da sessão do Congresso. Foi feito um acordo entre a Oposição e o Governo para votarmos três PLNs que foram aprovados aqui, na CMO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Convite feito. Renovo o convite do Deputado Cajado.

A todos, uma boa tarde.

Reitero a solicitação da presença de todos às 18 horas.

Fiquem com Deus.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Solicito aos Srs. Deputados e Senadores que tomem assento. *(Pausa.)*

Nós estamos com um impedimento regimental para dar sequência à leitura dos relatórios setoriais como aprazamos, tendo em vista a existência de Ordem do Dia tanto no Senado, quanto na Câmara dos Deputados. E esta sessão a que estamos dando continuidade, há pelo menos uma semana, também está na fase da Ordem do Dia. Então, está havendo conflito da Ordem do Dia da CMO com a Ordem do Dia da Câmara e com a Ordem do Dia do Senado.

Continua suspensa a reunião até o término da Ordem do Dia das duas Casas. Hoje ainda, em torno das 20 horas, vamos fazer uma reavaliação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Às 20 horas no mínimo, porque já são 18h15min.

(Não identificado) – É melhor já marcar para amanhã.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vai ser quase amanhã mesmo. Mas às 20 horas eu venho aqui e suspendo a reunião para amanhã, se for o caso.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Declaro reiniciada a 13ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 30 e 31.

Informo que os avulsos das matérias encontram–se sobre as mesas de trabalho.

Há um requerimento sobre a mesa. Peço a atenção dos senhores. Há um requerimento que estamos consertando, porque foi feito com a intenção de suspender os nossos trabalhos ou encerrá–los, mas que foi feito de forma equivocada. No entanto, quero aproveitar o desejo do Sr. Deputado Ademir Camilo, pelo PDT, do Sr. Deputado Danilo Forte, pelo PMDB, do Sr. Deputado Genecias Noronha e do Sr. Deputado João Magalhães.

O art. 134 da nossa Resolução fala em verificação de presença e votação, que não é de *quorum*. Aí é onde está o equívoco. Os senhores devem estar pedindo – e eu entendo assim, para consertar a apreciação do documento – à luz do art. 134, que diz o seguinte:

"Art. 134. Os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença mínima de 1/6 (um sexto) de sua composição em cada Casa."

Este não é o caso. Não estamos iniciando, mas dando continuidade à reunião.

"*No curso da reunião*", que aí é este caso, não é precedente ou não precedente.

"Art. 134 .....

Parágrafo único. No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput*, o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião,* ex–officio*, ou por provocação de qualquer parlamentar."*

Eu estou tomando esse documento de V.Exas. como uma provocação dos Deputados Danilo Forte e Ademir Camilo. Com relação ao PMDB, o Deputado Pedro Chaves, que foi escolhido para liderar a bancada, entende que nós devemos continuar. Pela sua liderança, ele entende que nós devamos continuar. Não é isso, Deputado Pedro Chaves?

Mas isso não suprime as assinaturas de V.Exas. Se V.Exas. estiverem se rebelando contra a orientação da bancada do Deputado Pedro Chaves – eu tenho de entendê–lo como tal –, vou apenas permitir ao Deputado Gilmar Machado e ao Senador Inácio Arruda, sempre Deputado, até porque é cearense como V.Exa., Deputado Danilo Forte... Porque o Senador Inácio Arruda – e eu peço a atenção dos senhores – tem duas filhas que foram submetidas à cirurgia. S.Exa. veio de Fortaleza, com duas filhas em pós–operatório, para ler o seu relatório. Como o Deputado...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Em homenagem ao Senador Inácio Arruda, retiramos o requerimento. Mas só para a leitura do Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Deputado Dilceu Sperafico também veio de longe para chegar aqui às 19 horas. Por isso, eu faço um apelo ao sentimento cearense, ao sentimento nordestino...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Não precisa desse sentimento todo não. Em homenagem às filhas do Senador Inácio Arruda, que estão doentes, acamadas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – São duas filhas, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Pelo esforço do Senador Inácio Arruda em estar aqui conosco, suspendemos para que S.Exa. leia o relatório. Mas somente o Senador Inácio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Quando terminar a discussão do Senador Inácio Arruda, eu volto a consultar o requerimento de V.Exa.

Tem a palavra o Senador Inácio Arruda, para a leitura do seu relatório.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente.

Esta Casa funciona por meio de acordo. O acordo que foi processado por V.Exa. na Presidência e o que foi votado hoje na sessão do Congresso Nacional não foi o elaborado aqui. Por concessão do Deputado Danilo Forte, falando em nome de todos, e aí, se V.Exa. automaticamente encerrar a sessão após a leitura do Senador Inácio Arruda, nós concordamos com a leitura. Se não, nós queremos que a encerre agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Quando da leitura do Senador Inácio Arruda, eu tenho a obrigação de ler – e aí com o requerimento correto – a solicitação de V.Exa. Eu vou fazer assim.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estamos com a responsabilidade de relatar parte deste Orçamento da República Brasileira...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, pela ordem. Peça para distribuir o relatório, porque está faltando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu peço à Assessoria que encaminhe os relatórios aos Srs. Senadores e Srs. Deputados.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – ... as despesas relativas à Temática VIII, Poderes do Estado e Representação...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – *(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

Um segundo, Sr. Senador. Depois que conseguimos recomeçar a sessão, eu rogo a cada um de V.Exas., mas principalmente à Assessoria e àqueles que nos dão a honra de sua presença, o necessário silêncio para ouvirmos o Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Sr. Presidente, Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, incluídas no Projeto de Lei nº 28, de 2011–CN (Mensagem nº 86, de 2011–CN; nº 344, de 2011, na origem), que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012'.

Autor: Poder Executivo.

A responsabilidade de relatar setorialmente é do Senador que vos fala.

Sob a direção do nosso Presidente, quero fazer um breve resumo, porque todos os Srs. Senadores, espero, já tiveram acesso ao relatório, Senador Vital do Rêgo.

Vamos à análise.

A Área Temática VIII compõe–se da programação dos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público da União, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores.

As dotações para 2012 desta Área totalizam 55,1 bilhões. Cerca de 54% estão alocadas no Poder Judiciário. O Poder Legislativo fica com 16%, o Executivo, com 23% das dotações e o Ministério Público da União com os demais 7%.

Emendas apresentadas

Foram apresentadas 498 emendas, sendo 43 coletivas (39 de apropriação e 4 de remanejamento) e 455 individuais.

Cinco emendas coletivas foram remanejadas para outros setores.

Atendimento das Emendas

Recursos disponíveis

A Relatoria Geral repassou 532,5 milhões para o atendimento integral das emendas individuais e parcial das emendas coletivas.

Corte nas Programações Constantes do Projeto.

Para possibilitar o atendimento das emendas coletivas, promovemos cortes em investimentos no total de 46,9 milhões, o que elevou a 391,3 milhões a disponibilidade para as coletivas.

A diminuição incidiu somente em dotações com Fonte nº 100 – Recursos Ordinários do Tesouro, GND nº 4 – Investimentos, Identificador de Uso nº 0 (zero) e nos RPs nºs 2 e 3 (despesa primária discricionária, inclusive PAC), cujos montantes fossem iguais ou superiores a 10 milhões.

Adequação das Emendas e Criação de Ações Novas

Na elaboração dos pareceres, foram procedidos ajustes nas emendas apresentadas, com o propósito de adequá–las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração, mas sem alterar os objetivos pretendidos pelos autores.

Sempre que possível e necessário, os gabinetes dos Parlamentares autores das emendas foram consultados antes dos acertos; em alguns casos, a iniciativa de correção partiu do próprio autor da emenda. Foi necessária a criação de 103 ações.

Atendimento das Emendas Individuais

Apenas a Emenda nº 35780017 teve voto pela inadmissibilidade. As demais emendas contam com voto pela aprovação.

Tal emenda objetiva transferir recursos para entidade eclesiástica. É manifesta a contrariedade ao art. 19, inciso I, da Constituição Federal. Contactado o gabinete do autor, não houve qualquer manifestação até a entrega deste relatório. Por essa razão, deixamos de atendê–las.

Atendimento das Emendas Coletivas

Estamos seguindo o posicionamento do CAE, divulgado no sítio da CMO na Internet. Restaram quatro emendas de remanejamento nesta Área, sendo que a Emenda nº...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Desculpa, Senador Inácio Arruda. Daqui a pouco invertem–se os papéis, parece que eu estou interrompendo tanto V.Exa. que eu estou obstruindo ou querendo interromper a sessão.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Mas eu tenho certeza que V.Exa. não quer obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Nem eu quero obstruir nem suspender. Eu peço silêncio pela enésima vez, porque é estressante para nós ficarmos aqui administrando a situação. E muito pior para o orador, que não vê quase ninguém ouvindo o seu relatório.

Encareço a V.Exas. *(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – ... sendo que a Emenda nº 71070017 tem parecer da Comissão pela inadmissibilidade. Por isso, deixa de ser por nós analisada.

A Emenda nº 50170003, Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, pretende remanejar recursos do Órgão 20 mil – Presidência da República. Votamos pela sua aprovação parcial, com 2 milhões, para não prejudicar a programação dos órgãos atingidos com o corte.

A Emenda nº 71080007, da bancada do Distrito Federal, tem por fim o remanejamento de 3,05 milhões no TSE. Votamos pela aprovação.

A Emenda nº 71210014, da bancada do Rio Grande do Norte, remaneja 200 mil na Secretaria de Portos. Votamos pela aprovação.

Das 39 originalmente apresentadas, restaram 34 emendas coletivas de apropriação para nossa análise. Optamos por alocar o valor médio de 10 milhões em cada uma de seis emendas, 7 milhões em outras seis, 15 milhões em quatro, 5 milhões em três, 16 em duas, 12 milhões em outras duas e 4 milhões em mais duas.

As emendas restantes foram atendidas conforme suas particularidades. Cada qual foi contemplada com quantias que variam de 3 a 30 milhões de reais. Todas as emendas coletivas de apropriação poderão receber maiores somas, na fase do Relator–Geral. Estamos desde logo pleiteando esses recursos.

Esta Relatoria utilizou a totalidade dos recursos disponíveis, de modo que não há fontes para atender eventuais destaques e possíveis destaques.

Obras com Indícios de Irregularidades Graves

Diante da última reunião de hoje, não há obras nesta Área a serem indicadas para votação em separado em face de irregularidades, embora tenha–se observado no curso do debate a presença de obras com irregularidades, essas irregularidades foram sanadas e o próprio Tribunal de Contas ofereceu posição favorável à sua aprovação.

Indicações à Relatoria–Geral

Tendo em vista a incompetência em relação a determinadas matérias e à escassez de recursos com que a Relatoria Setorial trabalhou e que não nos permitiu atender plenamente a todos os pleitos, indicamos e solicitamos ao Relator–Geral:

a) alocar valores na Emenda nº 50120002, a fim de recompor as dotações do Fundo Partidário, pelo menos até o montante autorizado no corrente exercício de 2011, que foi de 307,3 milhões, corrigidos monetariamente pelos índices oficiais – porque todos sabemos que houve uma redução razoável no Fundo Partidário. Mas a Relatoria não tinha condições objetivas de atender à emenda que foi oferecida;

b) alocar recursos nas demais emendas coletivas de apropriação apresentadas nesta Área, para acrescer os valores atendidos;

c) recompor as dotações que sofreram o corte efetivado por esta Relatoria Setorial;

d) corrigir o código do subtítulo da obra do Tribunal Regional Federal, da 1ª Região, a que se refere o Item 1.4.2., para que conste "0101" no subtítulo da programação, e não "0103" como está, para atender o que preceitua o § 5º do art. 91 da LDO de 2012;

e) trocar a fonte de recursos das despesas de pessoal, de fonte condicionada para fontes livres;

f) havendo pedido do interessado e visando atendê–lo no montante a que se refere...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, ninguém está ouvindo o Relator. A brincadeira está aqui atrás. Estão brincando de roda ali atrás. *(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – ... o Item 10 da Parte B do Parecer Preliminar, alocar 1 milhão em favor do autor da emenda individual, cujo voto é pela inadmissibilidade;

g) alocar valores nas emendas coletivas de apropriação que, embora não tenham sido analisadas nesta Área Temática, destinam recursos para alterações de estrutura de carreiras e aumento da remuneração da magistratura, dos membros do Ministério Público e dos servidores dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público da União.

Considerações Finais

Encontram–se em tramitação no Congresso Nacional diversos projetos de lei sobre a concessão de aumento de remuneração para magistrados e membros do Ministério Público e para alteração de estruturas de carreiras dos servidores do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União. Os reajustes pleiteados são justificados basicamente pela necessidade de recompor a corrosão salarial decorrente da inflação.

Fomos procurados por representantes da Magistratura e dos procuradores, assim como por lideranças dos servidores beneficiários, em defesa da aprovação dos projetos.

Contudo, conforme alertado pelas consultorias de orçamento, não está na nossa esfera de competência (item 17.1.4 e 36.3 do parecer preliminar) analisar as programações de pessoal e encargos sociais, ainda que relativas a órgãos abrangidos por essa área temática. Essa impossibilidade material não nos impede, no entanto, de atuar junto à Relatoria–Geral no sentido de que contemple, segundo a disponibilidade de fontes, essas demandas.

Evidentemente que os interessados terão todas as condições de apresentar requerimento para destaques, e o Relator–Geral, com base em seu parecer preliminar, avocou a relatoria dessas emendas.

Voto do Relator:

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2011, do Congresso Nacional, na parte abrangida pela Área Temática VIII, Poderes do Estado e Representação, com as alterações propostas neste Relatório.

Sr. Presidente, quero também comunicar que apresentei uma proposta de errata para fazer correções muito pontuais ao projeto, que passo à leitura.

Errata:

Faz–se as seguintes alterações:

1 – Na emenda de remanejamento nº 17080007, da bancada do Distrito Federal, corrigir o voto de pela aprovação pela rejeição, devendo essa alteração ser refletida em todo o relatório na forma do demonstrativo anexo.

Essa correção é em face de discussão com o próprio setor que considerou que precisaria fazer essa mudança. Então, nós acatamos porque é o interessado diretamente tratando do assunto.

2 – Estornar o cancelamento de 1 milhão, 664 mil e 71 reais do sequencial 4520 e reduzir de 10 milhões para 8.335.929 o atendimento da emenda de apropriação nº 19010014, da bancada do Espírito Santo, devendo essa alteração ser refletida em todo o relatório na forma do demonstrativo anexo. Também foi discussão promovida diretamente com o setor interessado.

3 – Corrigir o cancelamento do sequencial 150, passando de 2500 para 19500 e passar o atendimento da emenda 71200007, da bancada do Rio de Janeiro, de 27 para 40; e da emenda 60030004, da Comissão de Constituição e Justiça, de 16 para 20.

4 – Substituir o anexo IV, na página 24, que está incompleta, pela hora anexada, a fim de demonstrar as 103 ações criadas.

Não há alterações nos votos nem nas programações.

Sr. Presidente, era este o relatório que está à disposição dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., Sr. Relator Senador Inácio Arruda, reiterando, já com a presença de mais Deputados e Senadores na nossa Comissão, o esforço sobre–humano e solidário que V.Exa. fez para vir de Fortaleza.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Eu agradeço a atenção de V.Exa. As minhas duas filhas fizeram cirurgia de 9h da noite à 1h da madrugada, e eu só saí de lá quando elas chegaram ao apartamento para convalescer das cirurgias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Em discussão.

Estão inscritos os Deputados Danilo Forte, Ronaldo Caiado, Claudio Cajado, Angelo Vanhoni e João Carlos Bacelar.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Sr. Presidente, antes da discussão, quero dizer que, já entregue o meu relatório, fui procurado pelo Deputado Angelo Vanhoni com uma demanda do seu Estado, o Paraná. Trata–se de uma construção portuária nova em seu Estado, que não tivemos condição de atender adequadamente, mas eu quero solicitar ao Relator–Geral que verifique se tem disponibilidade para que possa atender o justo pleito do nosso colega, em nome da bancada do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Indicação ao Relator–Geral.

Então, a argumentação já teve a resposta necessária, mas V.Exa. continua inscrito.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

Está aberto o período de destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Quero apresentar as minhas condolências ao Senador Inácio Arruda pelo breve restabelecimento de suas filhas. Sei do preciosismo e do cuidado que o Senador Inácio Arruda tem com suas filhas.

Senador Inácio Arruda, V.Exa. conhece com profundidade o Estado do Ceará, já por diversas vezes peregrinou por todo o nosso Estado, que imprime hoje uma política de desenvolvimento descentralizada. Temos regiões no Ceará, como a do Cariri, de Aracati e Canoa Quebrada, e temos a zona norte do Estado, Sobral abriga o maior polo calçadista do Estado, abriga também o maior polo universitário no interior e tem uma demanda no setor agropecuário em toda a Chapada da Ibiapaba, fazendo um vínculo de comércio muito grande também com a zona norte do País.

Ao mesmo tempo, pela proximidade com Jericoacoara, outro polo turístico a 400 km de Fortaleza, pode significar também um ganho do ponto de vista do estímulo ao desenvolvimento da atividade turística da região.

Em face dessa demanda, nós, do Ceará, apresentamos uma emenda de bancada para a construção de um aeroporto na cidade de Sobral, que hoje se encontra saturado, a malha urbana da cidade hoje já aproximou–se muito da pista de pouso, além da dificuldade, em certas épocas do ano, do pouso naquele aeroporto em razão da proximidade com a Serra da Meruoca. Para isso, é necessário que posamos, por meio do Orçamento da União, investir na construção desse aeroporto, para dinamizar ainda mais a economia de uma região tão importante do Estado do Ceará.

Com base nesse apelo, gostaria que V.Exa. dedicasse atenção especial ao Destaque nº 7 da bancada do Ceará, que na emenda nº 7170001 requer um aporte de recursos maior para o início da construção desse aeroporto, porque o montante até agora aprovado por V.Exa. impossibilita a construção da pista de pouso, etapa última do aeroporto.

Não existe aeroporto sem pista de pouso, e só essa pista consome mais do que os recursos até ago-

ra alocados por V.Exa. no relatório setorial. Por isso, pedimos a sua compreensão na condição de Senador da República, homem de Estado e grande baluarte do desenvolvimento do Estado do Ceará.

Sei das suas preocupações e quero aqui mais uma vez destacar a nossa preocupação com a aprovação do Destaque nº 7, que vai dar à zona norte do Estado um aeroporto de qualidade para ajudar na sustentabilidade do desenvolvimento do Estado do Ceará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, eu quero muito rapidamente dizer duas coisas. Primeiro, que o critério usado pelo nobre Relator, grande Senador Inácio Arruda, merece um pouco de esclarecimento em relação a duas questões que me parecem exemplares.

A Bahia apresentou duas emendas à área temática que V.Exa., nobre Senador, relatou: uma para o aeroporto de Vitória da Conquista, no valor apresentado originalmente de 45 milhões, e outra para o porto de Aratu.

Eu estranhei, Senador, V.Exa. ter aprovado parcialmente a emenda para o Município de Vitória da Conquista, de 15 milhões, e para o Ceará, para a cidade de Sobral, 30 milhões, também para construção de aeroporto e aeródromo interestadual.

Ou seja, são duas cidades importantes, uma, Sobral, famosa no País inteiro, além do Ceará, como também Vitória da Conquista. Eu quero crer que não foi porque o candidato a Presidente José Serra teve mais votos do que a Dilma em Vitória da Conquista. Tenho certeza de que o critério que V.Exa. adotou, que deve ter sido de um corte horizontal e depois a reposição, deve ter levado em consideração algumas questões e eu quero saber quais, porque 15 milhões não dá.

É um aeroporto que inclusive já opera, tem grandes e inúmeros voos interestaduais e também serve para aviação regional para o Estado da Bahia. É uma região central em que temos importantíssimo vetor de desenvolvimento econômico para a Bahia.

Portanto, peço que V.Exa. melhore esses recursos para o aeroporto de Vitória da Conquista. E não peço muito, apenas gostaria que V.Exa. igualasse a Sobral.

Tem também o recurso para a melhoria do Porto de Aratu, porque o calado desse porto atualmente não comporta cabotagem de navios comerciais de grandes tonelagens, o que está ocasionando, muitas vezes, uma espera de 15 dias, Senador.

Então, a bancada reunida apresentou essas duas emendas diante da necessidade premente dessas duas ações serem priorizadas. Eu diria que dentro do contexto, não do relatório de V.Exa., mas da peça original do Executivo, a Bahia ficou com 49 milhões, um pouco abaixo do Ceará, que ficou com 51 milhões.

Então, V.Exa., podendo repor esses recursos para o aeroporto, que considero importantíssimos, e alguma coisa, se puder, para o porto, fará com que o seu relatório tenha a nossa aquiescência e a nossa posição de defesa e de aprovação. Portanto, peço a V.Exa. que leve isso em consideração.

Também vou passar a V.Exa. a cópia de um destaque à emenda que o nobre Senador Magno Malta apresentou para o Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo. Vou tirar uma cópia para que V.Exa., na apresentação do destaque, leve em consideração também o pedido que me fez o nobre Senador Magno Malta para o TRT/ES.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – Sr. Presidente, vimos debatendo nesta Casa já há algum tempo a criação dos tribunais regionais federais. E eu cito a nossa querida Bahia, da 1ª região, que contempla 14 Estados. E hoje 14 Estados vêm a Brasília para discutir suas questões regionais, para desafogar os tribunais mediante a criação de outros. Então, o que nós pedimos é o compromisso de V.Exa. junto com o Relator para, no STJ, conseguirmos a criação desses quatro tribunais.

Serão criados os seguintes tribunais federais: o da 6ª região, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná, e jurisdição nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; o da 7ª região, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e jurisdição no Estado de Minas Gerais; o da 8ª região, com sede em Salvador, Estado da Bahia, e jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe; e o da 9ª região, com sede em Manaus, no Estado do Amazonas, e jurisdição nos Estados de Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Convido todos os nobres colegas aqui presentes a fazer uma visita à 1ª Região, onde há pilhas e mais pilhas de processos na mesa dos desembargadores, que não têm condição de proferir os seus pareceres e de dar agilidade nos tribunais federais.

Então, rogo o compromisso do nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já passei para o nosso Relator Setorial, que vai atendê–lo dentro do possível, meu querido João Carlos Bacelar.

Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sou do Paraná, que tem um porto que é o segundo do Brasil em exportação de granéis e de cargas. Faz mais de 15

anos que não tem investimento de nenhum centavo do Governo Federal no Porto de Paranaguá.

Recentemente, o Governo alocou recursos da ordem de quase um bilhão e meio de reais para fazer a dragagem de todo o sistema portuário brasileiro. Destinou para o Porto de Paranaguá, para fazer a dragagem de manutenção de calado, 56 milhões de reais. Isso em 2008 para 2009.

O único porto que não realizou dragagem até hoje em todo o território nacional, mesmo recebendo esse aporte de recursos, agora retirado da peça orçamentária do nosso País no PAC deste ano, foi o Porto de Paranaguá.

Não estou falando dos investimentos para que o porto tenha uma estrutura melhor para permitir que as cargas que vêm do Paraná, do norte de São Paulo, do Mato Grosso, do Paraguai e também uma parte de Santa Catarina possam escoar para ajudar no desenvolvimento econômico não só do Paraná, mas também do nosso País.

Então, venho aqui apresentar esse destaque, porque a bancada do Estado do Paraná, o conjunto dos Deputados, reunidos com o Governador, fez o único pedido do Governo para investimentos da União no Paraná. Essa emenda foi aprovada por unanimidade pela bancada do Estado e tivemos, no relatório do Sr. Relator, apenas 7 milhões dos 150 milhões de reais para infraestrutura, para melhorar o atracadouro, para melhorar a condição de embarque e desembarque de mercadorias no porto de Paranaguá.

É com esse objetivo que faço um apelo ao Relator Setorial, ao Sr. Presidente da Comissão e aos Srs. Deputados para que a infraestrutura do Estado do Paraná seja contemplada no relatório final da peça orçamentária do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Muito obrigado, Angelo.

Estão encerrados os períodos de destaque.

Passo a palavra, para conclusão, ao nosso Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Sr. Presidente, quero primeiro destacar que a fala do nosso colega Danilo Forte tem sentido, está correta. Ali é diferente de Vitória da Conquista, porque vamos começar do zero. Então, é uma obra de grande importância para o Estado do Ceará.

Destaco o papel da bancada, especialmente do Prefeito de Sobral, Clodovil Arruda, que veio conversar com todos os Parlamentares para que a bancada pudesse, por unanimidade, aprovar sua emenda. Vou examinar o pleito do nosso colega e o seu Destaque nº 7.

Em relação ao colega Cajado, são justas as suas ponderações. A diferença entre Vitória e Sobral é que vamos começar e vocês vão avançar, mas acho que podemos ajudar Vitória a avançar mais ainda, assim como Aratu, que já é um grande porto brasileiro, na verdade. Vamos buscar atender V.Exa., se possível.

Vamos examinar também o pleito de Magno Malta, nosso colega Senador.

Bacelar, V.Exa. merece toda a nossa atenção em razão do seu casamento, não pode haver qualquer constrangimento. Vamos cuidar bem de V.Exa.

E vamos trabalhar em conjunto com o nosso companheiro Vanhoni e o Relator, porque é justo seu pleito. Infelizmente, não tive contato antes de apresentar o relatório, mas a reivindicação de V.Exa. é justa e vou levá–la ao Relator–Geral, porque não tenho disponibilidade direta em nosso orçamento.

Sr. Presidente, eram essas as ponderações. Está encerrada aqui pelo menos a parte do meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado... Senador Inácio Arruda. Desculpe–me, sempre quero chamá–lo de Deputado.

Convoco o Deputado Dilceu Sperafico para ler seu relatório, lembrando que estão encerrados a discussão e o prazo de destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Já concedo a V.Exa. a palavra pela ordem.

O Relator da Infraestrutura, grande figura humana, Senador Delcídio do Amaral, está aqui para ler também seu relatório.

Passo a palavra, pela ordem, ao ínclito Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, o § 1º do art. 134 estabelece com muita clarividência,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Vamos ouvir a questão de ordem do Deputado Danilo Forte, parágrafo único do art. 134.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – ... e V.Exa., na condição de advogado e também na qualidade médico também o afirma, que no curso da reunião, ou seja, durante a mesma, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no *caput* do 134, "o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião *ex officio* ou por provocação de qualquer Parlamentar".

Um grupo de Parlamentares já se manifestou com a preocupação da suspensão desse trabalho, em razão da não *(ininteligível)* do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – V.Exa. requer o 134, parágrafo único.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – E o que esse grupo de Parlamentares está fazendo é exatamente a provocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – V.Exa. está absolutamente certo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – O *caput* do 134 estabelece que "os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença de um sexto de sua composição em cada Casa". Então, faz–se necessário que V.Exa. faça a verificação de *quorum* para darmos continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – V.Exa. tem toda razão. O Deputado Danilo Forte está apresentando uma questão de ordem, na forma do parágrafo único do art. 134, para suspender ou encerrar a reunião, *ex officio* ou por provocação de qualquer Parlamentar. Ele está provocando e tem todo o direito de fazer a provocação.

Mas, querido Deputado Danilo Forte, pelo tipo de *quorum*, e aí a V.Exa. também assiste razão, preciso ter visualmente seis Deputados, imagino que já tenho, e dois Senadores. Eu estou aqui, Delcídio do Amaral e Inácio Arruda. Por isso, a sessão terá de continuar na forma do art. 134, parágrafo único.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral, para leitura de seu relatório.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Sr. Presidente, Vital do Rêgo, Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, coube–nos analisar a programação orçamentária dos órgãos que compõem a Área Temática I de Infraestrutura.

Quero só adiantar aos Parlamentares que este relatório foi publicado no dia 6 de dezembro e, ao longo dos últimos dias, recebi várias lideranças de bancada. E, exatamente como fruto das reuniões que realizamos, apresento este relatório. Se V.Exas. tiverem um pouco de paciência, pretendo lê–lo no menor tempo possível.

Proposta do Poder Executivo para a Área Temática

A Área Temática compreende os Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações. Os recursos programados chegam a 32,8 bilhões do orçamento fiscal e a 98,2 bilhões de reais do orçamento de investimento. A concentração de investimentos físicos em infraestrutura econômica é a principal característica da Área Temática, sendo que os investimentos da área correspondem a 27,2% do investimento total no orçamento fiscal e na Seguridade Social e a 91,9% do orçamento de investimentos das estatais.

A Área Temática 1 recebeu 110 emendas, sendo 19 individuais e 94 coletivas.

Análise de admissibilidade das emendas apresentadas

De acordo com o art. 25 da Resolução 1, de 2006, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE – propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao PLOA 2012. Até a data fixada para apresentação desse relatório, a Comissão Mista de Orçamento ainda não tinha votado o relatório final do Comitê que foi divulgado em 2 de dezembro. Em virtude da ausência de uma decisão sobre a admissibilidade, esta Relatoria entende que deve emitir seu parecer também sobre a admissibilidade das emendas, em atendimento ao disposto no art. 70, inciso III, letra b, da Resolução 1, de 2006.

Nesse ponto, concluo o parecer pela inadmissibilidade apenas da Emenda nº 71190004, segundo proposta do próprio Comitê em seu relatório. Proponho, portanto, a admissibilidade de todas as demais emendas.

É importante registrar: inadmitir somente a Emenda 71190004, que já consta do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Recursos utilizados para aprovação das emendas

Os recursos utilizados por esta Relatoria para aprovação das emendas tiveram como origem:

recursos transferidos pelo Relator–Geral no valor de aproximadamente 557 milhões, com base no Item 26.6 do parecer preliminar, para atendimento das emendas de bancada e de Comissão;

recursos transferidos pelo Relator Geral, com base no Item 25.2 do parecer preliminar, no valor estritamente necessário ao atendimento das emendas individuais;

c) recursos decorrentes de cancelamento de dotações consignadas a despesas com investimentos (GND4), RP–3, constantes do PLOA2012, no valor total aproximado de R$1.841 milhões, com base nos Itens 29 e 30 do parecer preliminar."

Decisões sobre as emendas e critérios para distribuição de valores para emendas coletivas.

Esta relatoria adotou, para o atendimento das emendas coletivas, critérios objetivos, que tiveram como base o histórico do atendimento nos anos de 2007 a 2011, Deputado Júlio Cesar, para as emendas de apropriação...

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Relator, quero apenas saber qual é a página do relatório que V.Exa. está lendo.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Página 2. É que estou fazendo um resumo, caro Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Tenho feito um esforço muito grande para acompanhar, e não tenho conseguido.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Estou fazendo um resumo, porque, se for ler o relatório inteiro, vamos ficar até as 2 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Está certo.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Quatorze e quinze, dizem aqui os nossos Consultores do Senado.

Portanto, tiveram como base, para definir as emendas, o histórico de atendimento nos anos de 2007 a 2011 para as emendas de apropriação, e de 2008 a 2011 para as de remanejamento.

Para as emendas de bancada, identificamos os valores médios aprovados nesse período por emenda e para cada bancada. Multiplicando esse valor médio pelo número de emendas apresentadas pela bancada e admitidas, chegamos ao valor a ser distribuído a cada bancada. Esse montante, então, foi dividido pelas emendas da bancada na proporção dos valores solicitados para cada uma delas. Portanto, fizemos, pela média dos últimos 5 anos, as emendas de apropriação e as de remanejamento de 2008 a 2011.

Para as emendas de Comissão, selecionamos os valores médios aprovados no período por emenda, por subfunção orçamentária. Fizemos isso porque as diversas Comissões do Congresso têm atuação concentrada em áreas que encontram paralelismo com as subfunções. Cada emenda proposta por Comissões recebeu o valor médio da respectiva subfunção.

Esse item é importante também. Sobre os valores obtidos acima, aplicamos a todas as emendas de apropriação um aumento de 20%, que corresponde à inflação média calculada pelo IGP–DI de 2007 a 2011, com o objetivo de manter o valor real das emendas. Ou seja, fizemos a média pelo nominal e corrigimos pelo IGP–DI, que deu 20% nesse período de 2007 a 2011. Portanto, absolutamente justo do ponto de vista de atualização dos valores médios.

É importante registrar também que todos esses cálculos foram realizados separadamente para as emendas de apropriação e de remanejamento, tanto para as bancadas como para as Comissões. Essa foi a regra geral. Algumas emendas cujos autores ou representantes nos procuraram para trazer informações adicionais sobre o objetivo e benefícios proporcionados por suas emendas tiveram, quando assim entendido, um acréscimo adicional.

Em algumas emendas de remanejamento apresentadas por quatro bancadas, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, pequenos ajustes foram necessários, com o objetivo de viabilizar as metas pretendidas pelas emendas. Entretanto, essa prática foi aplicada onde era estritamente necessária e se constituiu em exceção à regra.

No caso das emendas de Comissão, em que foi aplicado o critério da subfunção, notamos que, em virtude do fato de o número de emendas do universo pesquisado ser bem menor que o das bancadas, os valores médios obtidos para algumas subfunções são irrisórios. No caso, transporte ferroviário e hidroviário, para emendas de remanejamento, e transporte hidroviário para emendas de apropriação, principalmente, gerando parâmetros de atendimento insuficientes para qualquer etapa relevante de obra ou projeto. Entretanto, nesse caso, foram feitos os ajustes necessários.

As seguintes emendas coletivas têm proposta pela rejeição por parte desta Relatoria: nºs 50310001, 71070014, 71070015. As razões para essa proposta estão expressas em anexo a este relatório. Algumas emendas sofreram modificações em seus descritores, com o objetivo de viabilizar sua aprovação, vez que foram oferecidos valores insuficientes para a conclusão de qualquer etapa da obra que indicavam, o que contraria a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. A ausência desse procedimento corretivo obrigaria este Relator a propor a rejeição das emendas.

Enquadram–se nessa situação as Emendas 71100001, 71230007, 71230008, 71280016, 71130016. Maiores detalhes sobre o tratamento de emendas específicas estão descritos em anexo das folhas 22 a 24 deste relatório.

Tratamento de emendas individuais.

Os recursos necessários à aprovação das emendas individuais foram inteiramente transferidos pelo Relator–Geral em montante necessário à sua aprovação integral. Portanto, as emendas individuais vão ser atendidas na sua totalidade.

Também aqui algumas emendas sofreram modificações em seus descritores, com o objetivo de viabilizar sua aprovação, vez que foram oferecidos valores insuficientes para a conclusão de qualquer etapa da obra que indicavam, o que contraria a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. A ausência desse procedimento corretivo obrigaria este Relator a propor as rejeições das emendas.

Enquadram–se nessa situação as Emendas 26860017, 31740002. Maiores detalhes estão descritos em anexo a este relatório.

Obras e serviços com indícios de irregularidades.

Constam da proposta orçamentária subtítulos que correspondem a obras que constam da última relação oficial de obras com indícios de irregularidades graves informada pelo Tribunal de Contas da União, Sr. Presidente, que se encontram listadas na Tabela 13, págs. 18 e 19 do relatório publicado.

De acordo com o Item 35.2 do parecer preliminar, este Relator deve justificar a inclusão, o acréscimo ou

a manutenção na proposta de dotação em subtítulos com indícios de irregularidades. Não foi apresentada nenhuma emenda com o objetivo de incluir no projeto subtítulos com indícios de irregularidades, tampouco com o objetivo de aumentar dotações dos subtítulos com indícios de irregularidades.

Quanto à manutenção dessas dotações vindas na própria proposta orçamentária, o mesmo Item 35.2 do parecer preliminar indica que devo levar em consideração nessa análise as orientações emanadas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves.

Em face da ausência de manifestação desse Comitê e tendo em vista as providências que o Comitê adota todos os anos no sentido da reavaliação das informações recebidas e identificação das medidas saneadoras adotadas pelo gestor, esta Relatoria entende que, neste momento, somente lhe cabe apresentar os subtítulos constantes da proposta com os indícios de irregularidades graves, indicando–os para votação em separado, conforme Item 35.3 do parecer preliminar.

Outras solicitações ao Relator.

Recebemos, do Poder Executivo, dois documentos: Ofício nº 613, de 2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Ofício nº 780, da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, solicitando redistribuições na programação orçamentária do DNIT, sem elevação da despesa total.

Esta relatoria opina favoravelmente ao pleito, no mérito, sendo de competência do Relator–Geral tanto a verificação dos aspectos formais da solicitação, bem como a implantação dos ajustes técnicos necessários.

Modificações posteriores à apresentação do relatório. Posteriores, Deputado Priante.

Tive que propor a este relatório uma errata e um adendo. A errata corrige diversos erros materiais, que não alteram o mérito dos pareceres. O adendo reflete modificações de mérito, Deputado Garotinho, a que acedi, atendendo a argumentações dos proponentes, posteriores à publicação do relatório.

Na Emenda nº 32990002, o proponente encaminhou ao Relator o projeto executivo da obra, que representa uma intervenção atípica pelo seu pequeno porte, demonstrando que já existe o projeto e que o valor da emenda cobre mais de 60% do valor da obra. Essa comprovação posterior à entrega do relatório torna aceitável a descrição tal como constava da emenda original.

Outra modificação refere–se à Emenda nº 50130001, que antes fora rejeitada porque a área temática não está na competência da Comissão proponente. Neste caso, acato a argumentação do proponente, no sentido de que as competências materiais da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados abrangem explicitamente as atividades e relações de consumo e medidas de defesa do consumidor (art. 32, inciso V, alínea *b*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), que são aquelas desenvolvidas pela Ouvidoria da ANEEL.

Segundo teor do art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.427, de 1996, essa correlação torna aceitável a este Relator afastar–se do entendimento literal dos arts. 43 e 45 da Resolução nº 1, de 2006, considerando em caráter excepcional que está atendida a exigência da competência material, nos termos do art. 43 da Resolução.

Decidi também acolher, a pedido da bancada proponente, a Emenda de Remanejamento nº 71080003, bem como recompor parcialmente alguns cancelamentos anteriormente realizados, conforme consta em tabela específica do adendo.

Já no caso da Emenda nº 71200008, não obstante manter o entendimento original de que não se trata de obra em rodovia federal, contrariando assim a LDO, este Relator cede à argumentação do proponente de que o objeto consta das duas últimas leis orçamentárias, Deputado Garotinho, e que a rejeição nesse ponto do processo implicaria a perda da possibilidade de defesa de sua admissibilidade junto ao Relator–Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, inclusive no Orçamento de outra área temática.

Para esses efeitos, portanto, defiro a emenda com o valor simbólico de 1 milhão de reais, compatível com o fato de que não houve nenhuma execução orçamentária para esse objeto nos dois exercícios anteriores mencionados, até porque é este o primeiro mandato de Deputado Federal do querido Deputado Garotinho, do Rio de Janeiro.

Finalmente, o ponto que mais debate suscitou neste relatório foi a questão das obras em ferrovias concedidas, objeto das Emendas nºs 50240003, 71140022, 71170004, 71250001, 50240004, 71250010, 71250018. Todas elas destinam recursos a obras em trecho ferroviário concedido a empresas privadas, Deputado Jaime, de Minas Gerais, aqui presente.

Argumentei com ênfase em meu relatório que a simples disposição de recursos públicos para essa finalidade não tem fundamento legal e constitucional. Naquela oportunidade, apontava que apenas circunstâncias excepcionais de interesse público autorizavam o poder concedente a intervir nas condições de exploração de uma concessão e que essa medida não pode, de forma alguma, ser realizada sem prévia formalização do reequilíbrio econômico–financeiro do contrato administrativo correspondente, nos termos das Leis nºs 8.987, de 1995, e 8.666, de 1993, caro companheiro

de bancada, Deputado Giroto, e nosso coordenador, Deputado Geraldo Resende.

Recebi inúmeras manifestações a respeito do assunto, mas devo destacar apenas uma delas. Pelo Ofício nº 918/01–DG, o Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor–Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, informa que a ANTT se compromete a quantificar o proveito para as concessionárias decorrente de todas as obras realizadas pela União ou suas empresas em trechos de ferrovias concedidos ou arrendados a empresas privadas, bem como verificar e formalizar, mediante aditivos contratuais, a recomposição do equilíbrio financeiro da respectiva concessão, em função das melhorias operacionais trazidas pelas obras à atividade desenvolvida pela concessionária, a exemplo do determinado pelo Acórdão nº 2.066, de 2007, do TCU–Plenário e pela Decisão nº 657, de 2002, do TCU–Plenário.

Tenho aqui, e vai constar dos anexos, esse ofício do Diretor–Geral da ANTT, Dr. Bernardo Figueiredo. Trata–se de modificação fundamental na matéria, a única relevante para a questão suscitada por este Relator. A ANTT, exatamente o órgão responsável por administrar os contratos de concessão em nome da União, assume o compromisso de fazer a revisão desses contratos em função das obras, além de indicar decisões do Tribunal de Contas da União que respaldam o nosso entendimento inicial e a posição ora assumida pela Agência.

Quero, inicialmente, saudar a ANTT pela atitude correta e inovadora, que representa a primeira expressão oficial da posição a ser dada à questão pelo órgão competente do Executivo. Trata–se do melhor resultado que este Relator poderia esperar do ponto de vista do interesse público. E não afeta apenas as sete emendas do relatório setorial, mas sim todo o Orçamento.

Dessa forma, esta Comissão está pondo em prática a mais nobre das funções do Orçamento: discutir e garantir a qualidade e a racionalidade da despesa pública.

Posso, portanto, reconhecer, com satisfação, que as irregularidades apontadas no relatório original são saneadas por esse novo posicionamento do Governo.

Reconheço, de outro lado, as dificuldades que terá a própria ANTT para implantar o novo direcionamento adotado, tanto pelo caráter inovador dessa prática, quanto pelas pressões que naturalmente terá que enfrentar.

Portanto, entendo que a matéria pode ser levada ao conhecimento do TCU por esta Comissão, tanto como reconhecimento das medidas já adotadas pela ANTT na direção do cumprimento das citadas decisões, quanto como recomendações à Corte de Contas, para que acompanhe e preste o apoio necessário à Agência nessa nova etapa da gestão de concessões.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 28, de 2011, do Congresso Nacional, relativa aos orçamentos das unidades orçamentárias especificadas neste relatório, nos termos da proposta do Poder Executivo, com as alterações aprovadas por esta Relatoria constantes das relações anexas.

Pelo encaminhamento de cópia do presente relatório, seu adendo e ofício nº 918/2011, Diretoria–Geral da ANTT ao Tribunal de Contas da União, com a recomendação desta Comissão de que o TCU leve em conta essa posição adotada pela Agência na direção do cumprimento do Acórdão nº 2.066/2007, Plenário, e da Decisão nº 657/2002, Plenário, bem como acompanhe e preste à Agência o apoio necessário à sua implantação.

Gostaria, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, de registrar aqui o Adendo nº 1 do Relatório Setorial da Área 1 – Infraestrutura, da Proposta Orçamentária para 2012, do PL nº 28 de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Sr. Relator, só um minutinho. Se pudessem encaminhar uma cópia do adendo para a Secretaria, para distribuir aos Parlamentares, já ganharíamos tempo.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Nós temos uma cópia, meu caro Marshall? *(Pausa.)*

Se os Parlamentares possibilitarem, vou fazer rapidamente a leitura, e nós já encaminharemos para as cópias. Eu só queria registrar que nós adotamos o seguinte princípio: trazer as mudanças para quando eu fosse ler o relatório. Então, eu acho absolutamente pertinente que nós venhamos a distribuir este Adendo nº 1. Pena que eu esteja com um filho único aqui. Tenho outro.

Se já pudessem tirar cópias para distribuir para os Parlamentares... Deixem–me assinar. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, nós já vamos distribuir o adendo.

"Submetemos a esta Comissão as modificações abaixo indicadas com o objetivo de alterar decisões incorporadas ao relatório setorial, apresentado em 6 de dezembro de 2012.

Vale ressaltar que a programação orçamentária da despesa será ajustada de modo a refletir as alterações que ora se propõem, inclusive no que tange a ajustes e aproveitamento de fontes. Os novos cancelamentos que se propõe em função dessas alterações estão indicados quando se apontam as diferentes emendas que os utilizam.

1 – Parecer à Emenda 32990002

1A) Relatório **EMENDAS INDIVIDUAIS À DESPESA PELA APROVAÇÃO POR AUTOR**

Onde se lê: Funcional e programática 26.782.2075.7S96.0026; Ação + Subtítulo Estudos e projetos de engenharia para adequações de acesso rodoviário – no Município de Belo Jardim – na BR–232 – no Estado de Pernambuco – no Estado de Pernambuco.

Leia–se: Funcional e programática; 26.782.2075.7S96.0026; Ação + Subtítulo Adequação de Travessia Urbana no Município de Belo Jardim – na BR–232 – no Estado de Pernambuco – no Estado de Pernambuco.

A alteração deve–se ao fato de o autor ter comprovado, por meio do Ofício nº 012–GAB–314/11, enviado por seu gabinete, que o orçamento da obra objeto da emenda situa–se em torno de R$3.196.000,00 conforme projeto e orçamento do DNIT que anexa. Assim é plausível a aprovação da emenda como solicitada, com o valor de R$2.000.000, que corresponde a mais de sessenta por cento do valor já orçado da obra (a qual já dispõe do projeto necessário)."

Esse é um valor médio de realização que os consultores calcularam.

"**2** – **Parecer à Emenda nº 50130001**

2A) Relatório **SETORIAL**

Na pág. 25 altere–se a proposta da Emenda nº **50130001** pela REJEIÇÃO para APROVAÇAO PARCIAL com o valor de R$16.800.000,00 com acréscimo no Sequencial nº 004398 da proposta orçamentária."

Esse é relativo à Ouvidoria da ANEEL.

2B) Relatório **EMENDAS À DESPESA PELA NÃO APROVAÇÃO POR TIPO DE PARECER / AUTOR**

Exclua–se do relatório a Emenda nº **50130001**.

2C) Relatório **EMENDAS COLETIVAS DE APROPRIAÇÃO (PELA APROVAÇÃO E PELA APROVAÇÃO PARCIAL)**

Acrescente–se ao relatório a seguinte emenda:

AUTOR: Comissão de Defesa do Consumidor

Emenda: **50130001**

Órgão: ANEEL

Funcional: 25.752.2033.2993.0001 – Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica – Nacional

Valor aprovado: R$ 16.800.000,00

Parecer: Pela aprovação parcial"

No relatório, quando li, já justifiquei o porquê dessa emenda relativa à Ouvidoria da ANEEL.

"**3** – **Parecer à Emenda 71200008**

3A) Relatório SETORIAL", relativo à emenda da bancada do Rio de Janeiro, que eu acabei de citar.

Alteração da proposta da Emenda nº 71200008, pela REJEIÇÃO, para APROVAÇÃO PARCIAL, com o valor de R$ 1.000.000,00, pelo que acabei de explicar à bancada do Rio de Janeiro quando li aqui o relatório.

Os outros itens, 3B e 3C, são consequências. Em função de o Consultor Marshall estar aqui presente, não vou ler os demais itens, porque são consequência do primeiro, Senador Gilmar Machado.

4 – **Parecer à Emenda 71190012**

4A) Relatório EMENDAS COLETIVAS DE APROPRIAÇÃO (PELA APROVAÇÃO E PELA APROVAÇÃO PARCIAL)

Altera–se o valor aprovado para a Emenda nº 71190012 de R$21.000.000 para R$31.000.000:

A alteração deve–se ao fato de este Relator ter acatado argumentação do Coordenador da Bancada do Piauí no sentido de aumentar o valor de uma das emendas aprovadas parcialmente. O pleito tem o objetivo de compensar em parte a diminuição do valor global destinado ao Estado do Piauí, decorrente da proposta pela inadmissibilidade da Emenda nº 71190004, tendo em vista o critério adotado por este Relator para a aprovação de emendas de bancada de apropriação.

5 – **Parecer à Emenda 71080003**

5A) Relatório SETORIAL"

Essa emenda é relativa à bancada do Distrito Federal.

Emenda n° 71080003, pela REJEIÇÃO para APROVAÇÃO PARCIAL com o valor de R$ 1.000.000,00

"**6** – **Parecer às emendas: 50240003, 71140022, 71170004, 71250001, 50240004, 71250010, 71250018**

6A) Relatório SETORIAL"

Na pág. 22, ficam alteradas as propostas pela REJEIÇÃO das emendas acima citadas.

Os Itens 6B e 6C são consequência daquilo que acabei de relatar.

Emenda: 50240003

Valor aprovado: R$ 3.600.000,00

Emenda: 50240004

Valor aprovado: R$ 33.000.000,00

Emenda: 71140022

Valor aprovado: R$ 31.141.832,00

Emenda: 71170004

Valor aprovado: R$ 4.000.000,00

Emenda: 71250001

Valor aprovado: R$ 1.500.000,00

Emenda: 71250010

Valor aprovado: R$ 13.700.000,00

Emenda: 71250018

Valor aprovado: R$1.000.000,00

A justificativa dessas emendas, eu já relatei anteriormente, correspondeu ao ofício encaminhado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, que corresponde à altura a todo o espírito que pautou a discussão com relação a esses investimentos do Governo Federal.

Também é importante a reorganização dos cancelamentos, o Item nº 7.

"Esta Relatoria, em atendimento a inúmeras solicitações de recomposição de programações constantes da proposta orçamentária que este Relator cancelou com o objetivo de viabilizar recursos para atendimento de emendas, resolveu promover as seguintes alterações conforme tabelas apresentadas em seguida.

Sequenciais a serem acrescidos (recompostos) em relação aos constantes do relatório:"

Não vou ler aqui, mas são vários sequenciais, por fonte, por GND, por RP e por valor. São R$70.000.000,00 no total. Portanto, é importante que as bancadas, que os Parlamentares observem essa listagem, porque é uma listagem importante para os Estados.

Sequenciais a serem cancelados a partir dos valores constantes do relatório, em substituição aos valores acrescidos (recompostos) da tabela que eu acabei de citar, no valor de R$70.000.000,00, obviamente. Uma bate com a outra.

"Em função do exposto neste Adendo, foram atendidas novas emendas, que consumiram parte dos recursos antes disponíveis. Portanto, fica alterado o seguinte parágrafo constante da página 14 do Relatório:

Onde se lê:

'Este Relator, em virtude do acordo que decidiu por analisar os destaques ao relatório setorial apenas na fase geral, e no sentido de colaborar com o Relator–Geral na aprovação desses destaques, não utilizou todo o montante em GND4/RP3 disponível na aprovação de emendas, deixando de cancelar aproximadamente R$185 milhões desta programação'."

Isso é o que constava do relatório. O texto que agora prevalece:

"Este relator decidiu também por reorganizar os cancelamentos, em virtude das inúmeras solicitações de recomposição de programações constantes da proposta orçamentária que este Relator cancelou com o objetivo de viabilizar recursos para atendimento de emendas, conforme tabelas constantes do item 7 do adendo a este relatório.

8 – Relatório SETORIAL – Voto

Onde se lê:

II– VOTO

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei no 28, de 2011–CN relativa aos orçamentas das unidades orçamentárias especificadas neste relatório, nos termos da proposta do Poder Executivo, com as alterações aprovadas por esta Relatoria, constantes das relações anexas.

Leia–se:

II–VOTO

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei n° 28, de 2011–CN(...)"

Este é exatamente igual ao que li anteriormente, mas com o acréscimo do Item B, pelo encaminhamento de cópia do presente relatório, seu adendo, e do Ofício nº 918/2011–DG à ANTT, ao Tribunal de Contas da União, com a recomendação desta Comissão de que o TCU leve em conta essa posição adotada pela Agência na direção do cumprimento do Acórdão nº 2066, de 2007, do Plenário, e da Decisão nº 657, de 2002, do Plenário, bem como acompanhe e preste à Agência o apoio necessário à sua implantação.

Em relação às erratas:

"ERRATA Nº 1 AO RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA 1 – INFRAESTRUTURA DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2012

PL nº 28/2011 – PLOA 2012

Mensagem nº 8612011/CN (nº 344/2011 na origem)

'Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2012'

Submetemos a esta Comissão as modificações abaixo indicadas com o objetivo de corrigir erros materiais ou introduzir ajustes técnicos ao Relatório Setorial apresentado em 6 de dezembro de 2012.

Vale ressaltar que a programação orçamentária da despesa será ajustada de modo a refletir as alterações que ora se propõem, inclusive no que tange a ajustes e aproveitamento de fontes.

EMENDAS DE APROPRIAÇÃO À DESPESA PELA APROVAÇÃO POR AUTOR – Coletivas

Parecer à Emenda 71060006 (Autor: Bancada da Bahia) –

Onde se lê **GND 3**, leia–se **GND 4**;

Onde se lê **MA 3**0, leia–se **MA 90**."

A alteração já foi solicitada via SISEL e deferida pelo Relator.

"**Parecer à Emenda 71060009 (Autor: Bancada da Bahia)**

Onde se lê **MA 3**0, leia–se **MA 90"**;

Também solicitada pela bancada via SISEL.

Outra da Bancada da Bahia:

Parecer à Emenda 71060016.

No lugar de MA 30, leia–se MA 90.

Também solicitada pela bancada via SISEL.

Parecer à Emenda 71100003, da Bancada de Goiás.

Onde se lê RP 2, leia–se RP 3.

A alteração destina–se a cumprir disposição da parte final do item 31 do parecer preliminar.

Parecer à Emenda 71240002, da Bancada de Roraima.

Onde se lê RP 2, leia–se RP 3.

Pelas mesmas razões da Bancada de Goiás.

Parecer à Emenda 71270001, da Bancada de Sergipe.

Onde se lê RP 3, leia–se RP 2.

Pelos mesmos motivos das Bancadas de Goiás e de Roraima.

Parecer à Emenda 7103002 (Autor: Bancada de Goiás)

Onde se lê "adequação de trecho rodoviário, no Município de Goiânia, na BR–153, no Estado de Goiás", leia–se "adequação de trecho rodoviário – Trecho da Divisa Goiás/Tocantins – Itumbiara, na BR–153, no Estado de Goiás".

A alteração deve–se à manutenção da padronização do descritor de obras desta natureza constante do PLOA, mantida a compatibilidade de valores.

Este é o meu relatório, meu caro Presidente, Senador Vital do Rêgo, que apresento aqui aos Parlamentares da Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Primeiro, quero agradecer ao Senador Delcídio do Amaral pela profundidade, pela importância do relatório. V.Exa. passou, pelo menos nos últimos dias, grande parte do seu tempo dando atenção à peça que produziu, uma peça complexa e que é, sem dúvida alguma, o relatório mais difícil de todos as áreas temáticas. Daí o agradecimento desta Presidência.

Vamos passar à discussão do relatório, mas antes vou conceder a palavra, pela ordem, ao Deputado Wellington Roberto, do PR da Paraíba.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Eu queria perguntar a V.Exa. se vai continuar aquele entendimento que foi feito anteriormente, se não me falha a memória, em relação às emendas inadmitidas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – As emendas que foram inadmitidas serão retiradas, apenas as que constem do relatório do CAE.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Não, o CAE admitiu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – As emendas inadmitidas pelo Relator...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Ele não inadmitiu, ele rejeitou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tá, rejeitar ele pode rejeitar. As inadmitidas precisariam ter o relatório do CAE precedente à inadmissão, mas a rejeitada ele pode rejeitar.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Mas como ficam essas emendas? Vão ficar prejudicadas? Porque ele não colocou nenhum centavo nessas emendas. E aí?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aí V.Exa. vai destacar e questionar na hora da discussão.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Está destacada porque...

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Quero só registrar, Deputado, que foi inadmitida uma só emenda, que a própria CAE também inadmitiu.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Mas eu estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. está falando de rejeição.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – De rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Às emendas rejeitadas cabem destaques. Foram emendas rejeitadas pelo Relator.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Eu queria saber do Relator se ele vai, na verdade, colocar algum recurso nessas emendas que foram rejeitadas.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Não, rejeição só cabe destaque...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Então essas emendas vão ficar prejudicadas.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – As emendas foram rejeitadas.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Se ele rejeitou, as emendas vão ficar prejudicadas, não cabe ao Relator–Geral...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Exato. Elas estão rejeitadas.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Muito bem, não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

Vou inscrever V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acredito muito na experiência de V.Exa., que foi um dos melhores Relatores–Gerais do Orçamento que tivemos aqui. Se tiver alguém muito bom, está no seu nível. Mas eu vi o seu relatório e os seus critérios. Permita–me discordar em parte do critério adotado.

Estou nesta Casa, Sr. Relator, desde 1995, e pela primeira vez eu vejo um relatório que aplica um percentual de atendimento em relação ao pedido da emenda.

No caso daquela estrada que V.Exa. inclusive já compensou em parte, eu já vi no seu adendo, pedimos exatamente o que precisava, e teve emenda que pediu muito mais do que precisa. V.Exa. aplicou, foi um critério, eu respeito o critério.

Em relação àquela compensação, Sr. Presidente, eu faria um pedido ao Relator para que ele revisse

os valores das emendas de Comissão. O valor médio das emendas de bancada está em 31 milhões – falo do valor de emenda de apropriação, emenda de apropriação, não falo as outras emendas – e o das de Comissão, em 64 milhões. É outra coisa que eu nunca vi, aqui sempre se atende mais ao valor das emendas de bancada. Temos oito emendas de comissão com valor de 512.

Então nós apresentamos, Sr. Relator, um destaque, o de nº 30, em que nós fazemos um apelo a V.Exa. para repor parte daquela emenda inadmitida. O Piauí tinha cinco emendas no seu relatório. Aliás, é o Estado que mais tem emendas. Foi inadmitida uma, e V.Exa. justifica na errata uma composição de 10 milhões.

Faço um apelo, Sr. Relator, porque ao invés de 10, a média do Piauí daria 38 milhões. Multiplicado por cinco, vamos totalizar 192, e V.Exa. atendeu 171. Se é por critério e é para compensar, eu faria um apelo a V.Exa.: que cancelasse parte ou utilizasse o recurso de que ainda dispõe essa relatoria. Se não for possível, diminua os valores das emendas de Comissão, que V.Exa. achou irrisórios na média histórica e colocou valores maiores do que o critério adotado inclusive para as emendas de bancada, e faça com esses recursos a recomposição do que o Piauí pediu.

Obra mais importante, Sr. Relator, é essa da BR-235, que vai para o polo de produção agrícola, o segundo mais importante do Estado, que vai interligar o Piauí com o Maranhão e com a Bahia. É o único lugar do trecho da BR–235 que não tem asfalto, e tínhamos depositado nas mãos de V.Exa. toda a nossa esperança de construir neste próximo ano essa estrada.

Faço um apelo, reconhecendo o esforço de V.Exa., discordando do critério adotado, mas respeitando, sem fazer nenhuma censura, para que reveja esta recomposição, a fim de fazer justiça ao Estado mais pobre da Federação, o nosso Piauí. E é uma BR/Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ao lado da Paraíba.

Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

Agradeço, Deputado Júlio. Ao final V.Exa. se posiciona.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, com todo respeito e consideração que temos ao nobre Relator Delcídio do Amaral, do jeito que está apresentado, a Bahia não tem como concordar com o relatório de S.Exa.

Temos que levar em consideração que critério é critério, mas não se pode tratar um Estado como a Bahia da forma como estamos sendo tratados pelo Relator. A Bahia simplesmente perde 117 milhões de reais – 117 milhões! Não há hipótese de perdemos recursos para obras importantes, algumas em andamento e outras a serem iniciadas. Daí por que peço ao Relator que reveja este relatório porque, do jeito que está, Senador – tive a oportunidade de falar com V.Exa. –, a Bahia não pode concordar e não irá concordar em discutir e aprovar este relatório.

Vamos entrar com os destaques, para podermos recuperar determinados programas e obras do Estado que foram simplesmente cortados.

Temos situações: a Bahia, por exemplo, apresentou três emendas com um valor total de 75 milhões. Já Roraima, que apresentou duas emendas, está com 80 milhões. Ora, se a Bahia priorizou e ficou com 75 com três emendas não é possível que um Estado como Roraima... Nada contra, pelo contrário, mas muito menor em termos de população, muito menor em termos de tamanho territorial, e apenas com duas emendas, proporcionalmente, teve muito mais que a Bahia, que foi um dos poucos Estados que perderam recursos.

Do Nordeste, Alagoas perde 14 milhões; o Ceará, 45 milhões; o Maranhão, 23 milhões; Pernambuco, 14 milhões, e Sergipe, 25 milhões. Só que a Bahia perde 117, e Estados como a Paraíba ganham 153 milhões. Nada contra, porque é a terra do nosso Presidente da Comissão. Queria que V.Exa. até pudesse aumentar. Piauí, por exemplo, ganha 131 milhões no conjunto total.

Agora, o Deputado Júlio Cesar está me dizendo que apresentou cinco emendas. Eu concordo plenamente com o que disse o Deputado Júlio Cesar de que o Relator tem de diminuir os recursos das emendas de Comissão e melhorar as de bancada, principalmente no caso da Bahia.

Eu aqui, digo que a Bahia não aceitara, com todo o respeito ao Senador Delcídio, essa perda, e iremos desenvolver todos os esforços para recompor a perda que o Estado está tendo.

Se o Relator, por razão de foro íntimo, aconselhar–nos que devemos dialogar para ver em quais áreas poderemos recompor, muito bem. Senão, iremos para a votação nominal no relatório de S.Exa. no momento em que formos fazer essa discussão e votação.

Por outro lado, eu queria também, Presidente, já que, segundo foi informado, este será o último, ombrear–me com outros Estados e dizer que achamos importante que o Poder Judiciário, principalmente o Supremo Tribunal Federal, possa encaminhar para a Câmara um projeto de lei criando os Tribunais Regionais Federais das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Registro feito.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Se se houver por bem o encaminhamento desse acordo, nós iremos proceder à discussão do relatório, um dos úl-

timos que faltam, o da Justiça. Caso contrário, iremos também deixar para um momento oportuno essa discussão, vamos deixá-la sobrestada até que o Tribunal nos chame para conversar, porque estão sendo criados diversos cargos, e os tribunais não estão sendo criados.

Portanto, sinto que há um consenso entre vários Estados, pelo menos entre Minas Gerais, Paraná, Amazonas e Bahia, de que nós não iremos proceder à leitura do relatório sobre a Área Temática VII – Justiça e Defesa enquanto não tivermos uma conversa com o Tribunal para a criação desses tribunais.

Com relação ao Senador Delcídio, peço a S.Exa. que compreenda as razões da Bahia. Não podemos deixar de recompor esses recursos e deixar que obras importantes – inclusive o Senador Walter Pinheiro vai se expressar no seu pronunciamento – fiquem comprometidas pelo critério adotado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.k., Deputado.

Deputado Reginaldo Lopes, coordenador de Minas Gerais, com a palavra.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Obrigado, Presidente Vital do Rêgo. Vou acatar a sugestão do meu amigo Deputado.

Senador Delcídio do Amaral, quero agradecê-lo, porque a nossa emenda de transposição da linha férrea de Juiz de Fora estava rejeitada. V.Exa. entendeu que faz parte do PAC outras obras em andamento, mas ainda assim a acatou. Então, faço aqui só um apelo para se fazer também a recomposição, tendo em vista que é uma emenda de remanejamento.

Nós apresentamos três emendas de bancada de remanejamento no setor do DNIT, do Ministério dos Transportes, com um valor de 69 milhões, que a bancada julgou necessárias para a conclusão de três obras importantes para Minas, e eu fiz os Destaques 21, 22 e 23. V.Exa. inclusive deu o valor parcial de 43 milhões para as duas demais emendas, e nesta que V.Exa. acatou agora, 31 milhões. Então, peço pelo menos a isonomia entre elas, porque isso causa um desconforto na bancada, mas também faço um apelo: se for possível, chegue a 69 milhões nas três emendas.

Obrigado, Relator. Parabéns ao Delcídio do Amaral pelo excelente trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Reginaldo Lopes.

Com a palavra Rogério Marinho.

Eu peço a V.Exas., já que são muitos os inscritos, que utilizem o tempo regimental de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eram cinco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não. Houve uma decisão *ex officio,* da Presidência, para três, com o apoio de todos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, certamente, o Presidente, na hora em que eu começar a falar, vai me conceder, pela sua magnanimidade, pela sua generosidade, o benefício de um tempo extra.

Sr. Relator, nós que tivemos a oportunidade de testemunhar o seu relatório, verificamos que V.Exa. teve o cuidado de se debruçar sobre esse projeto, e o fez da melhor maneira possível. Eu imagino as pressões que V.Exa. sofreu, como é de praxe em um relatório dessa importância, tanto das diferentes bancadas dos diferentes Estados, que legitimamente lhe procuram em função das demandas que existem, como do próprio Governo, que certamente tem os seus interesses no Orçamento, interesses também legítimos.

Aqui falo de duas formas. Primeiro, digo a V.Exa. que o nosso Estado, o Rio Grande do Norte, teve duas emendas oferecidas ao seu relatório, que totalizaram, parece–me, 56 milhões de reais. Elas tratam, basicamente, da mesma estrada, a BR–304.

V.Exa. talvez não conheça a geografia do nosso Estado, mas a BR–304 liga a cidade de Mossoró, que V.Exa. conhece bem, à de Natal. Essa é a via mais importante de escoamento de minério, de fruticultura irrigada, de calcário, de feldspato, de caulim. Enfim, é a nossa via mais importante, que precisa, há muitos anos, ser duplicada.

Ambas as emendas tratam de intervenções nessa estrada, e V.Exa. nos contemplou com 14 milhões de reais. Então, o primeiro pleito que faço a V.Exa. é que verifique a possibilidade de, dentro do seu relatório, até fazendo coro com aqueles que me antecederam – sei que o Deputado Wellington está me ajudando no meu convencimento ao Relator, agradeço a S.Exa. –, mas peço ao Relator que verifique a possibilidade de atender ao nosso pleito, a exemplo dos demais.

Quero aqui fazer um breve parêntese e dizer da nossa continuada estranheza, não em relação ao relatório de V.Exa., mas ao que aconteceu hoje pela manhã. O Governo coloca, por exemplo, 850 milhões de reais no Programa Brasil sem Miséria, e 450 milhões desse Programa foram remanejados. Para nós, isso foi muito estranho, os Líderes governamentais estão aqui presentes. E retiraram–se também mais de 100 milhões da transposição do São Francisco.

Então, apesar de não fazer parte do seu relatório, estou aproveitando aqui para reiterar a minha estranheza, a minha preocupação, e pedir a V.Exa., como Senador do PT preocupado certamente com as dívidas

que o País tem para com o conjunto de brasileiros, que nos ajude a restaurar essa situação da transposição do São Francisco e do principal projeto do Governo Federal, que é o Brasil sem Miséria, quando foi retirada a metade do valor colocado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o meu querido Deputado Líder do PMDB, Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, eu transfiro aqui a ordem para o Deputado Jovair Arantes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Por uma questão de autoridade hierárquica, idade e carinho, Jovair fica na frente.

Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Mais por carinho, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Presidente de um dos maiores clubes deste País.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Ah, obrigado. É o Valdivino.

Presidente, quero pedir algo ao Senador Delcídio, porque vejo com muita clareza que estamos enfrentando três problemas. Dois deles dizem respeito a uma emenda de remanejamento.

A Emenda de Remanejamento nº 48 destinou apenas 12 milhões de reais para a BR–153, a principal rodovia que atravessa Goiás, de norte a sul. Nós temos, no mínimo, cinco pontos muito críticos nessa rodovia. Esses recursos são sempre usados para resolver essa questão, e tem resolvido, ano a ano. Mas 12 milhões, convenhamos, para resolver problemas de ponto crítico, não dão para quase nada, mal dão para o projeto.

O outro problema está no Destaque nº 49, que também, da mesma forma da BR–050, trata da ligação do Estado de Goiás a Uberlândia, da duplicação até a cidade de Catalão. Também não dá. Ficou o mesmo valor de 12 milhões. Então, na condição de coordenador da bancada, quero pedir a V.Exa. que dê uma olhada, com carinho, nos Destaques nºs 48 e 49, de nossa autoria.

Queremos levantar uma questão para V.Exa., com todo o carinho que temos pelo senhor e pelo trabalho que tem desenvolvido. Na emenda de infraestrutura de Goiás, tínhamos 1 bilhão, 340 milhões. V.Exa. acresceu 101 milhões de reais, que seriam importantíssimos para o nosso trabalho no Estado. Mas para nossa surpresa, mais à frente, V.Exa. deu 101 e tirou 130, deu com uma mão e tirou com a outra. Então, nós teremos aqui, na Norte–Sul...

V.Exa. sabe a importância da Ferrovia Norte–Sul para nós goianos, mato–grossenses, tocantinenses. Se tirarem esses recursos da Ferrovia Norte–Sul, estaremos fadando à morte, praticamente, o trecho que dirige a região entre Mato Grosso e São Paulo, onde a ferrovia vai passar. Retiram–se de lá 89 milhões e retiram–se, de manutenção dos trechos rodoviários em Goiás, 26 milhões.

É um estrago muito grande para a nossa bancada e para o nosso Estado. Então, quero dizer a V.Exa. que nós fizemos aqui, assinado pelo Senador Cyro Miranda e pelo Deputado Pedro Chaves, que é o coordenador do PMDB nesta Comissão, o Destaque nº 59. O outro destaque é o de nº 54. Por isso, peço a V.Exa. atenção especial em resolver esse problema. Quero saudá–lo e parabenizá–lo pelo trabalho. Sabemos as dificuldades enfrentadas para fazer um relatório deste, mas de qualquer forma as queixas são importantes porque mexem diretamente no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, como o Deputado Jovair Arantes já abordou as questões que eu iria colocar ao Relator, para ganhar tempo, quero, então, simplesmente reforçar o que S.Exa. disse e prosseguir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Sr. Presidente, Sr. Relator–Geral, na condição de coordenador da bancada, apresentei dois destaques. Um sobre a Emenda nº 71200008, que é exatamente a que V.Exa., na sua avaliação, mencionou o Deputado Anthony Garotinho com relação à questão da ponte. Eu quero fazer apenas uma ponderação.

No esclarecimento que V.Exa. faz com relação à mudança do seu parecer, indicando de rejeição para aprovação parcial, diz: *"Não obstante manter o entendimento original de que não se trata de obra em rodovia federal*, *contrariando assim a LDO, este Relator cede à argumentação do proponente de que o objeto consta das duas últimas leis orçamentárias e que a rejeição neste ponto, implicaria na perda da possibilidade da defesa (...)"*

Eu me surpreendo. Pelo quarto ano consecutivo, sou coordenador da bancada. Estive no DNIT fazendo a discussão sobre a realização dessa ponte. Ocorre que uma parte do Município de São João da Barra, onde essa ponte se estreita, é o final da BR–356. Do outro lado, realmente, é outra rodovia. E isso nós discutimos no DNIT. Eu não sei qual foi a nova orientação dada pelo DNIT para dizer que isso aqui não é uma obra de

rodovia federal. Até agora não compreendi. Compreendi perfeitamente as manifestações e a condescendência que V.Exa. teve com relação à transformação de rejeição para aprovação parcial. Eu não consegui compreender, até agora, por que nas duas leis orçamentárias aprovadas nesta Casa essa ponte consta tanto em 2010 como em 2011. Estive discutindo no DNIT e agora a alegação – não de V.Exa., provavelmente –, a informação de que esse trecho não é de rodovia federal. Surpreende–me essa manifestação. Acato, obviamente, essa circunstância que V.Exa. colocou da aprovação parcial, mas continuo discordando desse apontamento da questão da BR–356.

O destaque é sobre a Emenda nº 712000010, que é a duplicação do trecho rodoviário de Mangaratiba ao Município de Parati, BR–101/Sul do Estado do Rio de Janeiro. V.Exa. colocou 20 milhões.

Sr. Relator, peço atenção V.Exa. A BR-101/Sul é a rodovia que vai até o Município de Angra dos Reis. Ela já foi duplicada do Município de Santa Cruz até o Município de Mangaratiba, do Rio de Janeiro. Acontece que até Angra dos Reis não está duplicada e ali tem área de escape das duas usinas nucleares. Nós só temos essa rodovia da BR–101 como área de escape com uma pista simples, onde já houve vários acidentes. Aliás, o que já se gastou de recomposição por desmoronamento daria para fazer a duplicação.

Então, só gostaria que V.Exa. percebesse que é uma obra de continuidade, porque foi até Mangaratiba, e, no mínimo, precisamos o dobro desse valor para iniciar ou para complementar o trecho que vai de Mangaratiba até Angra dos Reis, para poder compensar e fazer a duplicação numa área estratégica e, inclusive, perigosa para o Estado do Rio de Janeiro.

Por isso faço um apelo para este Destaque nº 64 para fazer o aumento desse valor, para a duplicação pelo menos chegar até o Município de Angra dos Reis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado André Vargas, neto de Getúlio Vargas, pelo tamanho da cabeça.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Nelson Pellegrino, Vice–Líder do Governo no Congresso, a presença pela segunda vez na nossa reunião. É uma emoção.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Quero complementar que sou também coordenador da bancada baiana.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Além de. Foi muito procurado no dia dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Todos foram apresentados regimentalmente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Quero também elogiar, claro, o belo trabalho do nosso companheiro Deputado Delcídio do Amaral e agradecer a S.Exa. o acolhimento de uma das emendas de remanejamento do Paraná, que não havia sido acolhida, naturalmente fazendo alguns destaques para acréscimo de valores, em especial as de apropriação, que é o caso das regiões de Londrina e Curitiba, e uma de remanejamento, que é a região de Cascavel. E aqui está presente o Deputado Dilceu Sperafico, que sabe da importância da continuidade. Essa obra é de continuidade. A adequação da BR–376, do quilômetro zero até o 46, é uma obra fundamental para a Copa do Mundo. Portanto, também peço um acréscimo de valor, já que a média no Paraná está em torno de 20 milhões de reais. E obras de infraestrutura são um pouco mais caras.

Novamente, ao final, reconheço o brilhante trabalho que fez o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – É muito bom falar com quem conhece o Estado, o Senador Delcídio do Amaral, e mais ainda com quem manifestou há poucos dias, em todos os jornais do Estado, uma preocupação com a BR-163. A BR–163 atravessa de norte a sul, é a artéria principal do sistema rodoviário do Estado. E expressando, talvez, até a preocupação da população e da bancada do Mato Grosso do Sul, o Senador disse que vai lutar para fazer a adequação. Adequação que, em muitos trechos, a população já cobra a duplicação.

Senador, apresentei uma emenda oriunda o Destaque nº 16, porque o valor que V.Exa. atendeu é muito aquém do desejado pela bancada do Mato Grosso do Sul. Então, o primeiro destaque que eu gostaria que V.Exa. olhasse com carinho é o de nº 16, que pede um valor maior, solicitado logicamente por todos aqueles que transitam, já que essa rodovia é conhecida naquele Estado como "Rodovia da Morte". Não é preciso muita argumentação, porque V.Exa. conhece de sobejo essa situação.

A outra emenda, que é motivo do Destaque nº 17, refere–se à manutenção dos trechos rodoviários no Estado, cujo recurso também está muito aquém do desejado pela bancada do Mato Grosso do Sul e do que é necessário para que sejam mantidas as rodovias federais que atravessam aquele Estado.

Por último, o Destaque nº 15, Senador Delcídio do Amaral, referente à construção da BR-419, que atravessa o Pantanal do Mato Grosso do Sul, região que V.Exa. conhece muito de perto. Liga duas cidades importantíssimas, Rio Verde e Aquidauana. E é a pre-

ocupação da bancada por 2 anos seguidos – neste ano de 2011 nós apresentamos essa emenda e vamos repeti–la em 2012. O volume de recursos também é insuficiente para fazermos um trecho pequeno que pavimenta essa rodovia desde o Município de Rio Verde até Aquidauana, atravessando aquela região pantaneira.

Então, gostaria que V.Exa. olhasse com carinho esse destaque da bancada. Aqui há o reforço dos Deputados Marçal Filho e Giroto. Estamos aqui até agora. Talvez presencialmente sejamos a bancada mais representativa. De 11 Parlamentares, há quatro nesta noite de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em homenagem ao Relator.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – Então, estamos pedindo a sua contribuição para poder melhorar os recursos direcionados às emendas do Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Marçal Filho com a palavra. Outro sul-mato–grossense.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Federal Geraldo Resende, coordenador da nossa bancada já expôs aqui as nossas angústias em relação às reivindicações para o nosso Estado.

Mas eu gostaria de dirigir–me ao Relator, de falar diretamente ao nosso Relator–Setorial, o nosso querido Delcídio do Amaral.

Primeiro, deixa o Delcídio tirar a foto com o Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É para campanha. A Presidência tem que ser flexível em tudo, até para fotografia eleitoral. Mas vamos lá.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Para nós, sul–mato–grossenses, é um orgulho ter nas relatorias setoriais o Deputado Federal Giroto e o Senador Delcídio do Amaral.

Acho que o Deputado Giroto não teve condições de ser sensível às nossas reivindicações, no sentido de fazer o dever de casa, a tarefa, de melhorar os recursos para nosso Mato Grosso do Sul. Eu queria repetir ao nobre Relator, Senador Delcídio, o que disse para o Deputado Giroto: primeiro temos de cuidar do nosso quintal, da nossa casa. Então, não se sinta constrangido V.Exa. de colocar recursos realmente vultosos no sentido de aplacar todas as reivindicações que conhece tão bem.

Mas, ao final, quero elogiar V.Exa. por mais essa posição que ocupa, e muito bem, orgulhando a todos nós, sul–mato–grossenses.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Professora Dorinha. *(Ausente.)*

Professor Giroto, V.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, obrigado.

Quero cumprimentar o Senador Delcídio pelo relatório. Quero, já que o Deputado Marçal disse que o senhor é o generoso e eu sou o mau da história...

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Eu não disse isso. Pode conferir as notas taquigráficas. Eu não disse isso, não.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Eu tenho certeza de que no seu relatório o senhor foi justo, como eu tentei ser justo no meu.

Mas, Senador Delcídio, vou fazer coro aos Deputados Marçal e Geraldo Resende, já que a nossa bancada é a mais representativa hoje nesta Comissão, para pedir ao senhor, caso seja possível, um destaque de adequação da 163. O senhor sabe como a duplicação da 163 é importante para Mato Grosso do Sul, já que por lá passam hoje mais de 30 mil veículos/dia, sendo quase 90% de carretas. Passam 22 milhões de toneladas de grãos pela 163.

Também apresentamos, Senador Delcídio, um destaque com relação à BR–419, pela importância já mencionada pelo Deputado Geraldo Resende. Destaquei a ponte do Rio Paraná, na divisa de Três Lagoas para São Paulo, na Usina de Urubupungá, para que possamos tirar aquele tráfego intenso de cima da barragem porque ele é inseguro.

E aí eu peço ao senhor também compreensão, no sentido de que no seu relatório possa acatar esses destaques, da nossa FERROESTE, do trecho de Maracaju até Cascavel. Num primeiro momento incluímos o trecho todo, por isso o valor pedido de 2,5 bilhões, sabendo que o senhor não teria esse recurso, mas nós deveríamos contá–la, para que isso constasse do PPA. Na verdade, ela tem só o trecho de Maracaju até Porto Paranaguá concedido. Aí então a Comissão retificou, e nós pedimos ao senhor, caso tenha condição, que aumentasse.

Venho aqui também, Senador, a pedido do Deputado, o nosso coordenador de São Paulo, para que o senhor reveja e possa atender o viaduto sobre a linha férrea de Mogi das Cruzes. Do projeto de lei do Executivo vieram 3,5 milhões, o senhor atendeu com 13,7 milhões. Esse viaduto totaliza 53 milhões e faltam 35,8 milhões.

O Deputado Devanir Ribeiro, que não se encontra, pediu para que eu não fizesse isso, e eu estou então relatando esse fato para que o senhor possa atendê–lo.

É só isso, Presidente Vital.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Giroto.

Deputado Wellington Roberto, outro professor.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – É coincidência todos falarem na sequência. Cumprimento o nobre e querido amigo, Senador Delcídio.

Apresentei aqui quatro destaques. Um relativo a uma emenda nossa, que trata de projetos, até porque, Senador Delcídio, não existe execução de obras sem os projetos, e acredito que essa emenda não foi atendida como deveria. Eu queria que V.Exa. fizesse uma reflexão sobre esses valores. Trata–se da Emenda nº 71160012.

A outra é uma emenda de recomposição do contorno da nossa querida cidade que tem como Prefeito o nosso amigo Veneziano Vital do Rêgo, irmão do Presidente desta Comissão, e é uma obra em execução, que liga o contorno da cidade de Campina Grande à, parece–me, na sequência da 104, cidade de Alcantil.

Então, eu queria que V.Exa. fizesse essa recomposição no valor de 3 milhões, 342 mil, 654.

O outro destaque, Sr. Senador, é uma emenda sobre a obra na BR–101, no valor de 1 milhão de reais, que V.Exa. retirou 120 mil reais.

Eu queria também que V.Exa. fizesse, mais uma vez, reflexão sobre esse valor, já que trata de uma janela aberta para uma sequência dessa obra que, quando iniciada for, nós, da bancada da Paraíba, poderemos colocar recursos nela.

Por fim, é o problema da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. V.Exa. rejeitou a emenda e não teve a oportunidade de observar a justificativa feita pelo CAE, que diz: *"A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle tem a atribuição de fiscalizar e controlar todos os entes do Governo. Então, pode indicar apropriação de recursos nos órgãos fiscalizados para melhorar a sua execução, conforme Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 32, inciso XI, itens b e c*".

Essa foi a justificativa do CAE, que teve a orientação dos consultores da Câmara dos Deputados.

Eu queria que V.Exa. revisse essa decisão, já que V.Exa. rejeitou essa emenda, para que pudéssemos, na verdade, colocar algum recurso na fase da relatoria geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, nobre Senador Delcídio do Amaral, eu tive a tarefa de coordenar, nesta Comissão, o Comitê de Admissibilidade, e o nosso trabalho foi exatamente no sentido de ampliar o máximo para não prejudicar os Estados, nem os Municípios, nem as Comissões que tentavam uma forma de fortalecer o orçamento pontual sobre algumas obras e solicitações.

Foram 3 dias intensos de trabalho, começando de manhã, indo à tarde e à noite, para que pudéssemos realizar o trabalho no CAE. Concluímos o trabalho no CAE e deixamos em aberto algumas explicações para que as bancadas nos Estados e as emendas de Comissão pudessem refazer algumas distorções de informações que poderiam ter acontecido. *"Casa de ferreiro espeto de pau"*.

O que aconteceu? No meu Estado, Ceará, havia uma emenda da ponte do Rio Cocó para dar acesso ao novo centro de eventos, que está sendo construído no Ceará, com recursos do PRODETUR dentro do Ministério do Turismo. Essa emenda originariamente era para ter sido adendada ao orçamento do Ministério do Turismo. Mas como ela ficava inadmissível no Ministério do Turismo, porque se tratava de uma emenda de remanejamento, ela seria mais adequada ao Ministério da Infraestrutura e para esse Ministério foi realocada. Só que no Ministério da Infraestrutura ela trouxe consigo o prejulgamento da inadmissibilidade. Mas o Estado do Ceará tinha tomado as devidas precauções informando ao CAE, à Comissão de Orçamento e à assessoria técnica, o porquê da inadmissibilidade dela no Turismo e o porquê do remanejamento da emenda para o Ministério da Infraestrutura. Tanto é que ela está aqui no seu orçamento.

Eu fiz o Destaque nº 96 e gostaria que o senhor, com a sua sapiência, fizesse uma reavaliação disso, porque enquanto uns Estados reclamam que estão recebendo 180 milhões, outros 20 milhões, outros 60 milhões, na formatação que está aqui, o Estado do Ceará não está recebendo nada. O Ceará não está recebendo nem o da emenda da Ponte do Cocó, que é essa que foi remanejada. *(Pausa.)*

Não vou atrapalhar o Senador Walter Pinheiro, porque a Bahia é o primeiro lugar do Brasil descoberto pelos portugueses, e eu quero homenageá–lo, Senador Delcídio.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Obrigado, Senador Walter Pinheiro. O senhor é um homem formidável.

Então, Senador Delcídio, eu gostaria que o senhor revisse essa posição, porque foi feita a reconsideração com relação à locação da emenda. Ela foi retirada do Turismo, onde estava inadmissível, pelo Governo do Estado do Ceará, e realocada dentro do DNIT, dentro da Pasta da Infraestrutura, com a justificativa apresentada aqui ao CAE, posteriormente.

Em cima disso, nós fizemos o Destaque nº 96, o qual eu peço ao senhor que tenha uma atenção devida, porque na formatação que está aqui, se o senhor está agradando as outras bancadas, o mínimo que o senhor

pode identificar de possibilidade de agradá–las... No caso da bancada do Ceará nós estamos zerados. As nossas duas emendas de bancada estão rejeitadas pelo seu relatório parcial.

Peço a sua compreensão, sei da sua capacidade de engenharia, engenhar é criar soluções, e nós criamos uma solução para o problema do acesso ao centro de eventos, porque não tem sentido fazer um centro de eventos novo no Ceará para atender a uma demanda turística crescente em nosso Estado, e não ter o acesso. O acesso passa necessariamente por essa ponte e por esse investimento do Governo Federal.

Meu muito obrigado.

O centro de eventos estará pronto já no início do ano que vem. Sem a ponte, se não tivermos acesso ao centro de eventos, não vamos ter condições de ter uma inauguração, para a qual o senhor será convidado e homenageado. O povo cearense lhe agradecerá contundentemente pelo seu trabalho.

Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral e ao meu coordenador de bancada Zé Arnon, que está lhe convidando para conhecer também o Cariri dele, pelos milagres de Padre Cícero.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Danilo.

Comunico à Comissão que o Senador Walter Pinheiro entregará o relatório do PPA amanhã, às 18 horas. A Comissão está convocada para na sexta–feira, às 9 horas, votar o relatório geral do Senador Walter Pinheiro. Amanhã será a entrega, dentro do prazo.

(Não identificado) – Oito e meia é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. quer às 8h30min?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, vamos deixar para fazer o entendimento amanhã? Se é questão de prazo, do jeito que estamos construindo aqui, talvez consigamos fazê–lo na quinta–feira, se S.Exa. tiver condição, porque é melhor. Está certo, Senador? Na quinta–feira terminamos isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu tenho absoluta certeza da competência de V.Exa. para construir esses acordos e cumpri–los, como bem disse o Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Estou sendo muito otimista, se for desse jeito nós vamos suscitar o artigo aqui, Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, nós temos que comer muito bacalhau.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – O acordo tem que ser cumprido.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Nós temos que comer muito bacalhau.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Não adianta ter acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não devia ter falado.

Deputado Carlos Magno com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO – Para ser breve, vou dispensar. Pelo que li do relatório, por causa da temática do assunto, a pressão deve estar insuportável.

O Estado de Rondônia apresentou cinco emendas de remanejamento e três delas nós gostaríamos... Não vou dizer da importância da obra porque no Estado de Rondônia o senhor conhece bem a BR–364, Senador Delcídio, e sabe das dificuldades que nós temos.

Nós temos problema de travessia urbana, de construções de pontes, e eu gostaria de dizer que os Destaques nºs 61, 62 e 63 contemplam essas obras. Eu gostaria só de dizer da recomposição porque eram valores de 5 milhões cada emenda dessa, foi reduzido para 1 milhão. Então, eu acredito que 12 milhões para recompor essas três emendas...

Nós temos mais de 200 milhões no orçamento destinados à recuperação da BR–319. Eu gostaria, citando essa fonte, que fossem colocados esses 12 milhões – 4 milhões em cada uma dessas emendas –, tirados da BR–319, que não vai causar dano nenhum à recuperação daquela BR, para atender a essas obras de grande importância para o meu Estado de Rondônia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Eu quero cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral pelo relatório.

Hoje pela manhã, apresentei o relatório de integração e sei o quanto é difícil elaborar um relatório. É quase a escalação de uma seleção brasileira, cada um tem uma seleção para montar. Prestando atenção ao relatório do Senador, eu gostaria de fazer alguns registros. Vendo os cabelos brancos do Deputado Wellington, que pela manhã fez tantos reclamos na discussão do meu relatório, fiquei de olho gordo na Paraíba, desculpe–me, Senador Vital do Rêgo, porque o meu Pará tão sofrido, que é a maior malha rodoviária não asfaltada do Brasil, vem sendo atendida com 22 milhões e a Paraíba em três emendas com 156 milhões.

Mas vou fazer diferente do que fez o Deputado Wellington, pela manhã. Vou deixar de lado a Paraíba para que ela seja bem atendida, bem aquinhoada como está sendo em três emendas, uma média de 52 milhões por emenda, e vou também deixar de lado inclusive e fazer destaque para o Pará. Mas gostaria de fazer um registro, um registro que é pedagógico, Sr.

Presidente, porque ao final é que vamos verificar qual Estado foi bem atendido e qual não foi bem atendido. É a lei da compensação.

Um Estado é bem atendido num relatório, outro Estado é bem atendido em um outro relatório. Está certo? No final, encontra–se na mão do maestro, que é o Relator–Geral, e os Estados acabam sendo bem atendidos.

Então, gostaria de fazer este registro, nesta hora, para que possamos avançar. Eu vou me resguardar no que diz respeito à emenda do Pará para a fase do Relator–Geral, na qual vou apresentar as minhas considerações.

Gostaria de fazer uma solicitação apenas, meu caro Senador, no que diz respeito ao remanejamento. O Pará apresentou três emendas de remanejamento. As emendas são para tirar do Pará para colocar para o Pará. É um sentimento da bancada do Estado. O teto dessa emenda, a solicitação foi na ordem de 30 milhões. V.Exa. acatou em 22 milhões. Como é um pleito do Pará para o Pará, e não mexe no orçamento de quem quer que seja, eu gostaria que V.Exa., efetivamente, se tiver condições, acatasse esse teto que foi solicitado nas emendas de remanejamento do Pará.

E aqui parabenizo V.Exa. pelo esforço. Sei o que é estar na posição de V.Exa. e tentar atender aos Estados da Federação. Mas faço esta avaliação geral aqui, especialmente aos meus amigos da Paraíba, que foram tão bem atendidos no relatório de infraestrutura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o querido Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Delcídio do Amaral, quero parabenizar V.Exa. pelo seu relatório, mas a Bahia, sem dúvida nenhuma, não poderia se calar diante de algumas situações.

Primeiro, V.Exa. reduziu o valor da emenda que nós fizemos para a BR–122: de R$20 milhões previstos foi para R$1 milhão, 560 mil. Também houve uma redução de R$42 milhões no Sistema Viário Oeste, que é um Sistema importantíssimo. Eu gostaria que a redação original fosse restituída. É uma obra fundamental, pois vai ligar o Município de Salvador a todo Recôncavo, à região do baixo sul, à região oeste e à região do sul do Estado da Bahia, uma redução de 42 milhões.

Em relação a uma obra que é estruturante para o Estado da Bahia, que é a Ferrovia Oeste–Leste, uma ferrovia que está no PAC, houve uma redução de mais R$100 milhões no relatório de V.Exa.

Então, nós gostaríamos de contar com a boa vontade do Relator.

Quero aqui secundar o argumento do Deputado Claudio Cajado. E tenho certeza de que V.Exa., com sua sabedoria, reduzirá um pouquinho o relatório das Comissões para recompor relatório da Bahia, que é o quarto Estado do Brasil e precisa desse investimento estratégico para o seu sistema de infraestrutura. A Ferrovia Oeste–Leste é a maior obra dos últimos 50 anos no Estado da Bahia. É uma ferrovia que vai integrar toda a produção do oeste baiano com o Leste, culminando com Porto Sul. É uma ferrovia fundamental e os recursos já estão estabelecidos em um cronograma estabelecido pelo Executivo. Então, não pode haver redução, sob pena de se comprometer esse cronograma.

Tenho certeza de que V.Exa., com sua sabedoria, saberá recompor os recursos da Ferrovia Oeste–Leste e também os recursos propostos tanto para a BR-122 como também para o Sistema Viário Oeste, fundamentais para o Estado da Bahia, para sua integração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Nelson.

Deputado Ronaldo Zulke.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE – Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Deputados, quero inicialmente parabenizar o trabalho desenvolvido pelo eminente Senador Delcídio do Amaral no seu relatório, em especial pelo acolhimento das emendas da bancada do Rio Grande do Sul. As 4 emendas que nós apresentamos foram acolhidas pelo seu parecer, e queremos aqui agradecer–lhe por sua sensibilidade para com o povo do Rio Grande.

No entanto, Senador, algumas observações eu gostaria de fazer e, ao mesmo tempo, apelar a V.Exa., na medida em que, dessas emendas, sobre duas V.Exa. emitiu no seu parecer uma aprovação parcial. E eu gostaria aqui, em nome da nossa bancada, que construiu um acordo unânime sobre todas as emendas da bancada, solicitar a análise para verificar a possibilidade de ampliar um pouco esses recursos.

Lá no Rio Grande, na cidade de São Borja, terra do Presidente Getúlio Vargas, do Presidente João Goulart, cruza a BR–285. E a BR–285 atravessa o Rio Grande e chega até São José dos Ausentes, a terra dos cânions, na divisa com Santa Catarina. O senhor deve conhecer aquela beleza, uma das mais lindas regiões do País. Pois essa BR precisa de uma adequação. Nós fizemos uma emenda de remanejamento, solicitando R$50 milhões, e o senhor a acolheu parcialmente. Pois nós gostaríamos de vê–la um pouco mais robusta.

Por outro lado, Senador, lá no Rio Grande também nós temos a BR–116, no trecho que penso seja um dos mais congestionados em todo o País. É exatamente

o trecho que liga a capital, Porto Alegre, à região do Vale dos Sinos, que, por sua vez, se interliga com a região do Vale do Paranhana, com o Vale do Caí, com o Vale do Taguari e também com a nossa Serra Gaúcha. Nesse trecho de 40 quilômetros, aproximadamente, precisamos fazer uma adequação. Hoje circulam por lá cerca de 120 mil veículos/dia, Senador. E isso nos coloca em uma condição de engarrafamentos diários, às vezes até com mais de 8, 9 horas de duração.

Portanto, é necessário uma urgente intervenção do Governo Federal para melhorar as condições de mobilidade nessa grande região, que envolve 4 milhões de habitantes e que concentra a mobilidade de 80% do PIB gaúcho.

Nós estamos também buscando a sua sensibilidade, eis que acolheu também parcialmente a nossa emenda. É para verificar a possibilidade de aumentar. O projeto total da obra é de R$250 milhões, e o senhor nos acolheu em R$27 milhões, o que é muito importante. Mas a gente gostaria de verificar se não há possibilidade de ampliar um pouco mais esse recurso. Talvez seguindo o caminho que a Bahia sugere, diminuindo um pouco das Comissões e aumentando para as emendas de bancada.

Por fim, quero concluir, estendendo um abraço do povo gaúcho e do Governador Tarso Genro ao nosso querido Senador. Um grande abraço!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Ronaldo.

Com a palavra o Sr. Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr. Relator, Senador Delcídio do Amaral, a quem reputo um dos Senadores mais experiente desta Comissão, haja vista a experiência de V.Exa. como Relator–Geral do Orçamento no ano de 2008, se não engano. O senhor, como maestro, soube conduzir muito bem, e acredito que tenha sido o melhor Relator do Orçamento Geral da União naquele ano.

Mas, em relação a este ano, acredito que a nossa querida Bahia está tendo algumas distorções. E faria um apelo a V.Exa. É o Destaque nº 31, que versa sobre a construção do trecho rodoviário da BR–122. Essa BR–122, Senador Delcídio, interliga o norte da Bahia, o Município de Juazeiro, um Município extremamente produtor. Envolve o Rio São Francisco até a divisa com Minas Gerais, atravessando uma região que, como inclusive alguns jornais de grande repercussão, de grande credibilidade colocam, é o pré–sal do Nordeste. É uma região onde se tem muito vento. E V.Exa., como grande conhecedor do setor energético, sabe que o setor eólico hoje é de grande importância.

Estava hoje com um investidor no meu gabinete, conversando, e ele me dizendo da deficiência de infraestrutura no Nordeste, principalmente no Estado da Bahia. E eu falando a ele que iria defender aqui, junto a V.Exa., hoje, essa emenda de bancada, pela qual iremos fazer uma inovação no parque energético baiano e brasileiro, que é o Parque Eólico do Cânion do São Francisco, na região de Xique-Xique, na microrregião de Irecê, na região de Barra do Mendes e Ipupiara. E essa rodovia, de extrema importância para a Bahia, corta toda essa microrregião que acabei de falar.

Então, a proposta original nossa foi de R$20 milhões. Mas, com o corte de aproximadamente R$18 milhões, tem no relatório do senhor R$1 milhão, 560 mil. Queria que V.Exa. tivesse bom senso e tentasse recompor esses valores.

Em relação à ferrovia, como vários citaram aqui também, digo que ela é de grande importância para o Estado da Bahia e para o Brasil. Nós estamos modificando a matriz econômica brasileira e baiana através da Ferrovia de Integração Oeste–Leste junto com o Porto Sul, junto com projetos minerais, junto com o escoamento de soja, de grãos, de minério de ferro. Então, essa ferrovia não pode ser interrompida; pelo contrário, tem de ser ampliada.

Rogo também a V.Exa. que use um pouco de bom senso e corte de outros Estados, até para se ter o equilíbrio federativo, para que a nossa ferrovia não seja prejudicada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, João.

Deputado Jaime Martins, com a palavra V.Exa. Seja bem–vindo à Comissão!

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS – Obrigado, Sr. Presidente. Entre tantos mestres aqui, um aluno ocupa a palavra.

Sr. Presidente, eu lhe agradeço. E queria iniciar, dizendo que já conheço o trabalho do Senador Delcídio, não fosse pela imensa repercussão do seu trabalho como Senador, imensa repercussão na mídia, mas porque tive oportunidade de ser o coordenador de um grupo de assessoramento, quando ele foi o Relator–Geral da União, há alguns poucos anos. Naturalmente, ciente do zelo e da preocupação do Senador Delcídio, nós vimos a rejeição de algumas emendas que diziam respeito a ferrovias brasileiras, a trechos de ferrovias, ferrovias essas que estavam sob processo de concessão da iniciativa privada.

Vi no relatório o conteúdo, o qual analisamos, e vi sua preocupação. Eu fui, nesta Casa, Presidente da

Comissão de Viação e Transportes, fui coordenador da Frente Parlamentar Ferroviária por diversos anos, e recebi a incumbência de relatar praticamente todas as matérias que diziam respeito à infraestrutura ferroviária, à transformação da VALEC em empresa pública, à extinção da Rede Ferroviária Federal, a todo o novo traçado do Plano Nacional de Viação, o que permitiu com que novas ferrovias fossem construídas, a exemplo da Oeste–Leste na Bahia, da extensão da Norte–Sul, que passa por Minas Gerais e já chega a São Paulo. Enfim, esse novo traçado rodoviário fez com que eu pesquisasse muito nessa última década e tivesse um profundo conhecimento sobre essas questões ferroviárias brasileiras.

Procurei o Senador Delcídio. Fizemos ali diversas reuniões, e levamos a ele inclusive pareceres; mostramos as obras que estavam incluídas no PAC, pareceres do Tribunal de Contas da União, uma nota técnica da Diretoria Ferroviária do DNIT. E, por fim, solicitamos também que a ANTT se expressasse de forma objetiva, ao dizer que iria reavaliar inclusive todos os impactos positivos na concessão, para que pudesse fazer um ajuste de conduta dentro dessas concessões com as empresas privadas.

Então, eu queria deixar registrado os meus parabéns ao Senador Delcídio pelo belo trabalho que fez nesse relatório. Sabemos que é realmente um trabalho difícil. Como ocorreu com tantos outros Estados, o meu Estado de Minas Gerais sai perdendo com esse relatório. É o Estado que tem a maior malha ferroviária, a maior malha rodoviária, os maiores problemas de infraestrutura do País, e que naturalmente perde quase R$120 milhões de reais por esse relatório.

Estou aqui também na condição de representante da Comissão de Viação e Transportes, da Câmara, autorizado pelo seu Presidente, inclusive para também discutir essas emendas que foram rejeitadas e que finalmente agora, no adendo, acabaram sendo apreciadas.

Apresentamos praticamente os destaques de todas as emendas. Mas existe uma que eu queria ressaltar, porque, ao fazer o adendo, o Senador acatou uma parcela das nossas ponderações, colocando–a para alguns desses destaques. Vale dizer que o Contorno Ferroviário de Ourinhos foi atendido com R$33 milhões, e o contorno travessia Juiz de Fora, que é uma emenda da bancada de Minas Gerais, foi atendido com mais de R$31 milhões. São valores naturalmente sempre insuficientes, mas acho que foi o possível de ser atendido.

Apenas para concluir, lembro que apresentamos o Destaque nº 82, que diz respeito ao Contorno Ferroviário de Divinópolis, uma obra que já venceu toda a burocracia do DNIT, recebeu a licença prévia, está na fase final da sua licença para ter início já nos próximos meses e que foi aquinhoada apenas com R$3 milhões, 600 mil.

Queria solicitar ao Senador que, dentro de um processo de justiça, procurasse igualar essas emendas, tentasse trazer a emenda de Divinópolis para R$33 milhões também, ou pelo menos fizesse aquilo que fosse possível para uma obra que já está sendo iniciada, e que inclusive foi contratada pelo DNIT. Então, precisamos desses recursos que são muito importantes.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Agradeço muito, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS – O Corredor de Divinópolis está no PROSEFER – Programa de Segurança Ferroviária, do DNIT, como um dos corredores mais importantes que liga Brasília e o Centro–Oeste ao Porto de Vitória.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a participação de V.Exa.

Deputado Rui Costa. A Bahia já falou demais hoje.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Pois é, a Bahia unida. Exatamente.

Sendo bastante objetivo, inicialmente, quero parabenizar o Delcídio pelo seu trabalho. Eu sei quanto é difícil arrumar dinheiro para atender a tantas demandas.

Mas, Senador Delcídio, eu queria destacar e reforçar aquilo que já foi dito aqui: essa Ferrovia Leste/Oeste, principalmente no trecho de Ilhéus a Catité, porque existem dois trechos no relatório, está em plena execução. É um projeto de 50 anos que o Governador Jaques Wagner tirou das gavetas, onde lá dormia; e, felizmente, graças à parceria com o Governo Federal, essa obra está em plena execução.

É evidente que eu gostaria de reforçar aqui que esse orçamento seja recomposto, principalmente, repito, para esse trecho Ilhéus–Catité, porque aí existem dois trechos; o outro trecho – as obras estão ainda iniciando – está em plena execução e é fundamental que o orçamento seja mantido, porque os dois trechos juntos, só nessa obra, receberam um corte de R$140 milhões.

A segunda observação: que seja devolvido o texto original. Porque, na verdade, a emenda de bancada fala da extensão da 242. Na verdade, trata–se desse projeto que vai estender a 242 até Salvador, abrindo um outro vetor de crescimento da cidade com a Ponte Salvador–Itaparica e trazendo a 242, que é a BR que atravessa todo o Estado da Bahia, até a Ilha de Itaparica; portanto, abrindo outro vetor de desenvolvimento para a região.

Então, é para recompor o texto original e o orçamento da ferrovia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Rui.

Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Senador Delcídio, na Funcional Programática nº 2075–E1, V.Exa. cancelou R$98 milhões da bancada do Estado de Minas Gerais.

Uma outra indagação que faço a V.Exa. é no sentido de que aqui há um recurso de 9 milhões – e V.Exa. propõe um cancelamento de 2 milhões – para a BR–367. A BR–367, a BR do Turismo, que liga o Vale do Jequitinhonha ao Sul da Bahia, está há 27 anos parada – 27 anos! A nossa indagação é: quando V.Exa. fez esse cancelamento, até que pequeno, criou uma descrição de que o trecho não engloba o trecho em que falta pavimentação e que liga a cidade de Minas Nova a Virgem da Lapa. A 367 é composta de 2 trechos. Como a recomposição é tão pequena, futuramente peço a V.Exa. que discuta com o próprio DNIT essa viabilização, porque é um trecho só. De forma que peço isso a V.Exa.

Por fim, o Deputado Reginaldo Lopes, que é o nosso coordenador da bancada, lembra a V.Exa. que, na distribuição do quantitativo das outras emendas de bancada, a única, do Deputado Jaime, que ficou com valor menor foi a do contorno ferroviário. Então, nós pedimos a V.Exa. que possa recompor também esse contorno, dando–lhe o mesmo tratamento dado às emendas de bancada do Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Ademir Camilo, você que é membro da Comissão de Fiscalização e Controle, não vai se pronunciar ao que está acontecendo na Comissão?

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Nós temos um acordo aqui, o Deputado Gilmar, como Presidente, e também... O Deputado Wellington já levantou aqui a proposição, e nós fizemos uma análise profunda, na Comissão, sobre a admissibilidade. Essa emenda, como em orçamentos anteriores, até presididos por V.Exa.. A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle indicou emendas para o relatório de infraestrutura. Então peço a V.Exa., mais uma vez, que reconsidere essa emenda da Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – João Magalhães está com a palavra como último orador.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Só continuando, Sr. Presidente.

Como disse o Deputado Ademir Camilo, como membros da Comissão de Fiscalização, nossa emenda foi rejeitada. Solicitamos ao Relator reconsideração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pede reconsideração.

Agradeço ao Deputado João Magalhães.

Senador Delcídio do Amaral, estão encerrados os prazos de discussão e de apresentação de destaques.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sim, Carlos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – Eu também, como faço parte da Comissão, gostaria também de me pronunciar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então reitera. É a Comissão, unanimemente, pedindo ao Senador.

Senador Delcídio, V.Exa. ouviu elogios à sua performance, ao seu trabalho, à sua desenvoltura, à sua experiência, e ouviu também apelos. Mais de 100 destaques foram feitos, e seria desumano pedir a V.Exa. que hoje os analisasse. Mas como V.Exa., nos últimos dias, dedicou–se exclusivamente ao trabalho desta Comissão, fica com V.Exa. a palavra para a análise desses destaques.

Eu, antes de passar a palavra a V.Exa., peço desculpas ao Deputado Efraim Morais – que queria de toda sorte fazer o relatório dele hoje, mas que, por comum acordo, deixou para amanhã, às 10 horas – e ao Deputado Dilceu Sperafico, que fica para as 9 horas da manhã.

Ficam suspensos os nossos trabalhos, antes passando a palavra, como última mensagem, ao Senador Delcídio do Amaral, esta figura humana extraordinária, meu colega no Senado.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Se V.Exa. quiser, estou hábil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – São 96 destaques. Não, desculpe–me; só amanhã.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Primeiro, quero cumprimentar o Senador Vital do Rêgo, nosso Presidente, e saudar toda a equipe, em nome da Myrna, esta equipe competente da Comissão de Orçamento, os Parlamentares, os Deputados, as Deputadas, os Senadores, as Senadoras, porque, como foi dito aqui por vários Parlamentares, não é fácil construir um relatório, principalmente o de infraestrutura. Estão aqui presentes vários relatores setoriais, e não é fácil atender-lhes.

Para que os Srs. Parlamentares tenham uma idéia, todos aqui são experientes e sabem muito bem disso. A nossa escolha era trabalhar em torno de 1 bilhão e meio, 1 bilhão e 600, para 11 bilhões em emendas; ou seja, nós precisamos fazer um esforço hercúleo para tentar acomodar as coisas e, ao mesmo tempo, para criar critérios, com os quais alguns Parlamentares podem não concordar, mas que tenham uma lógica.

Eu aprendi, Senador Vital do Rêgo, quando fui Relator – e o meu Presidente, à época, era o atual Ministro da Agricultura, o Mendes Ribeiro; o Deputado Gilmar Machado, era Líder do Governo e acompanhou o trabalho; e o Jaime era nosso coordenador –, que isso não é fácil. Uma das coisas que nós percebemos de uma maneira muito clara no desenvolvimento dos trabalhos e que criava muitas dificuldades na discussão e na aprovação do Orçamento era a subjetividade, porque em muitas relatorias, fossem elas gerais ou setoriais do Orçamento – o Deputado Jaime está aqui e ele acompanhou isso muito de perto –, muitas vezes, havia isso na sua composição. Então, naturalmente, legitimamente, todos os Parlamentares questionavam isso. As bancadas, os coordenadores de bancadas questionavam isso.

Ao longo desses anos todos houve um marco em 2006, que foi a Resolução nº 1 do Congresso Nacional. Eu, pessoalmente, acho até que ela deve ser aperfeiçoada, porque nós já estamos vivendo um novo tempo. Mas a realidade é que a gente vem evoluindo bastante nos critérios, na maneira como nós construímos o Orçamento. E acho que isso foi visto no Orçamento deste ano, muito bem conduzido por V.Exa., pacientemente, com tranquilidade, democraticamente ouvindo todos os Parlamentares, todas as reivindicações, e com competência, porque V.Exa. é um homem competente.

Uma das coisas que naturalmente surgem nessa discussão é a seguinte: o critério.

O critério, conforme eu citei desde o início aqui, é pelas emendas, pelo histórico dos 5 anos passados e pela média daquilo que foi aprovado nos orçamentos. Alguns questionam, e é razoável que questionem, é salutar. Nós vamos aperfeiçoar isso cada vez mais. Mas é um critério pelo menos lógico, em função de que nós corrigimos pelo IPCA. Se nós chegamos a um valor médio nominal, nós corrigimos 20% de IPCA nos 5 anos, até para não perder, nesse valor médio, o valor das emendas ao longo dos anos.

Isso feito, é importante registrar – o Deputado Jaime disse isso muito bem; nós tivemos várias reuniões, e o Deputado Jaime é um homem muito experiente –, nós conseguimos chegar a um bom encaminhamento na questão das ferrovias. E foi um esforço de todos. Não houve só os pareceres que o Deputado Jaime agregou, mas também o da ANTT; houve o ofício que o Bernardo Figueiredo encaminhou.

Quando, evidentemente, nós tivemos que rever essa porção, foi uma porção importante, como foi dito no relatório. E isso ocorreu não só com relação à ferrovia; porque Isso passa a ser um paradigma para todo o Orçamento, o que é o objetivo de todos nós. O Orçamento é a maior peça que o Congresso Nacional constrói. O Parlamento surgiu, na Inglaterra, a partir do orçamento.

Nós já tínhamos um critério, mas, ao entrarem as ferrovias, excepcionalmente em função das ferrovias, tivemos que mudar de critério, porque, se nós fizéssemos diferentemente, nós iríamos dar prejuízo às demais emendas, pois as outras emendas foram calculadas dentro da média.

Portanto, é por isso que existem algumas diferenças importantes. Mesmo havendo esse critério das médias, nós ouvimos a maioria das bancadas e conseguimos atender, não na sua totalidade, mas àqueles pleitos que, sob o ponto de vista técnico, tinham efetivamente pertinência.

Esse foi o espírito. Nós não podemos atender a todos porque os recursos são exíguos. Mas nós fizemos o possível.

É importante destacar – e aqui quero fazer um comentário – que alguns Estados reclamam assim: nos cortaram em 100 milhões!

Especificamente, esses números são do PAC. É o GND–4, não é? Ou é o GND–3?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível)

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Sim, GND–4 e RP–3.

Ora, como nós adotamos e o relatório preliminar determinava que podíamos chegar a 12% – digo o relatório preliminar, que foi aprovado aqui –, então fizemos o quê? Nós fizemos esse corte de 12%. Agora, às vezes, eu ouço assim: *"O nosso Estado perdeu muito!"*

Mas só que o pacote dos 12% dos Estados que perderam talvez mais é um pacote muito maior. Uma coisa é cortar 12 de 100; outra coisa é cortar 12 de 30. É muito diferente.

Por exemplo, há o caso da Bahia, que perdeu 100 milhões. Mas o PAC da Bahia é extremamente robusto.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Foram 140.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Mas é robusto. Então a base da Bahia é muito diferente da base da maioria dos Estados.

Ouvi atentamente o Deputado Priante. Na verdade, nós não podemos... Às vezes, o valor absoluto não quer dizer a realidade de cada Estado. E outra coisa que também é importante, e que nós discutimos muito com os consultores, é que um valor de 12%, principalmente nas obras do PAC, não é um valor – vejam o histórico do PAC nos últimos anos – para se chegar a uma execução, venhamos e convenhamos, de 88%. Não é mole, não!

Os senhores podem analisar os relatórios do PAC. Para se chegar a uma execução de 88% é preciso operar de maneira absolutamente afinada, senão não se alcança. Portanto, é uma coisa absolutamente razoável. É um corte que não vai, tenho absoluta convicção, afetar especialmente aqueles Estados que alegam que tiveram um corte maior e que as obras do PAC ficarão prejudicadas.

Eu queria ponderar isso, independentemente dos destaques que foram feitos. Eu vi aqui destaques para recompor alguns recursos que nós cortamos, que estão nesses 12%. Eu vi aqui destaques especialmente com relação a algumas emendas que foram rejeitadas, mas que foram aqui discutidas, até em função dessa dicotomia que em alguns casos existe entre o Comitê de Admissibilidade e os Relatórios Setoriais. Nós vamos agora nos debruçar sobre esses destaques para buscar, acima de tudo, atender ao maior número possível de reivindicações aqui apresentadas.

Mas quero dizer às Sras. e aos Srs. Parlamentares que eu estou muito seguro com relação ao que foi feito aqui, porque este é um Orçamento absolutamente exequível. Por exemplo, eu vejo alguns comentários aqui sobre BRs, exigindo–se um número maior. O projeto executivo não está nem pronto. E a previsão? Vamos ao DNIT perguntar quando vai ficar pronto o projeto executivo. Será em outubro do ano que vem. Se nós contarmos com a Lei nº 866, até licitar, o dinheiro já terá ido embora.

Então, às vezes, é fácil fazer esse discurso, mas, quando nós vamos buscar na realidade, vemos que a realidade da vida é dura.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria só fazer este registro. Nós vamos olhar esses destaques todos, vamos analisar rapidamente. Todos nós estamos focados nisso e vamos tentar fazer aquilo que é o possível. Temos absoluta convicção de que ninguém vai estar absolutamente satisfeito e ninguém vai estar absolutamente insatisfeito também. Estamos procurando fazer um orçamento equilibrado e dentro de critérios que alguns podem questionar, mas que são critérios lógicos e explicáveis. Os critérios não estão na cabeça do Relator ou de qualquer outra pessoa. São lógicos; é só fazer contas.

Eu quero agradecer os comentários, as críticas e as ponderações e dizer que estamos à disposição e vamos continuar trabalhando duro até a aprovação do Relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) – Agradeço a V.Exa.

Convoco a continuação desta reunião extraordinária para amanhã, 14 de dezembro, quarta–feira, às 9 horas, neste plenário, para a audiência do Deputado Dirceu.

A todos uma boa noite. Fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sras. e Senhores, bom dia!

Convido os Srs. Parlamentares a tomarem assento em suas respectivas bancadas.

Declaro reiniciada a 13ª reunião extraordinária da nossa Comissão, com as Pautas 30 e 31.

Às 7 horas da manhã chegou aqui, abrindo aquela porta, o Deputado Dilceu Sperafico, que desde ontem está de plantão. É por S.Exa. que vamos começar o Relatório da Área Temática VII.

O Relator Setorial está com a palavra, para a apresentação de seu Relatório das Erratas nºs 1 e 2 e do Adendo nº 1.

As erratas e os destaques estão em discussão.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou fazer a leitura do resumo do Relatório Setorial da Área Temática nº VII – Justiça e Defesa. Além do relatório, estaremos apresentando um adendo e duas erratas.

Relatório.

A Exma. Sra. Presidente da República, nos termos do disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2°, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e mediante as Mensagens MCN n° 86/2011 e MSG n° 355/2011 (n° 344, de 2011, na origem), submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n° 28, de 2011–CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube a esta Relatoria a missão de apreciar a proposta orçamentária da Área Temática VII – Justiça e Defesa, que abrange os órgãos 30.000 – Ministério da Justiça, e 52.000 – Ministério da Defesa, conforme consta do Anexo II do Parecer Preliminar aprovado pela CMO; e propor relatório setorial incorporando as emendas às despesas apresentadas às programações dos referidos órgãos.

Análise da proposta setorial e da execução orçamentária recente.

A Proposta Orçamentária para 2012 consigna dotação total de R$75.348,2 milhões para os 2 órgãos da Área Temática VII, o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa. Desse total, cabem ao Ministério da Justiça R$11.634,1 milhões, e, ao Ministério da Defesa, R$63.714,1 milhões. Verifica–se um acréscimo nominal de cerca de 2,6% no valor total do orçamento da

Área Temática Justiça e Defesa Nacional, em relação à Proposta para 2011, que atingiu R$73.456,4 milhões.

No âmbito do Ministério da Justiça, a dotação divide–se entre as esferas fiscal e da seguridade social, não havendo programação no âmbito do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

Já na Defesa, o PLOA 2012 conta com R$7,2 milhões para a Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON. Deduzindo–se esse valor da dotação total do Ministério da Defesa, alcança–se o montante de R$63.706,9 milhões para as esferas fiscal e da seguridade social no PLOA 2012.

É importante frisar que no PLOA 2011, o orçamento de investimentos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO foi considerado no âmbito do Ministério da Defesa. Contudo, essa unidade orçamentária não mais integra a área temática, pois passou a ser vinculada à Secretaria de Aviação Civil, da Presidência da República.

Emendas apresentadas.

No âmbito da Área Temática VII foram apresentadas 618 emendas de apropriação no valor total de R$5.089,4 milhões e 9 emendas de remanejamento no valor de R$233,8 milhões, totalizando 627 emendas e R$5.323,3 milhões. Por modalidade, foram 45 emendas coletivas e 582 individuais.

Importa salientar que o número de emendas apresentadas este ano supera em quase 20% o total de pleitos do ano anterior, o que demonstra a crescente importância conferida pelos Congressistas às ações governamentais dos Ministérios da Justiça e da Defesa.

Assim como nos anos anteriores, existe grande prevalência de emendamento na Unidade Orçamentária – UO, Ministério da Defesa, em razão, principalmente, das ações do Programa Calha Norte. A UO foi a que, individualmente, mais recebeu atenção dos Parlamentares, com, aproximadamente, 23% das emendas da Área Temática: 143, de um total de 627 emendas. Foram 132 emendas dirigidas ao Programa Calha Norte, entendidas como aquelas relacionadas às Ações 1211, 2OSX, 20S8, 2439, 2441 e 2452.

No âmbito do Ministério da Justiça, os destaques são o Programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania, que recebeu 158 emendas no conjunto de 6 Unidades Orçamentárias, 25% do total da Área Temática, e a UO Fundo Nacional Antidrogas, que recebeu 79 emendas (13% do total da Área Temática).

Considerando apenas as emendas coletivas, houve grande diversidade de atuação, com 25 ações diferentes sendo emendadas.

Abaixo estão relacionadas as ações que mais receberam emendas coletivas de apropriação:

1) Sete emendas, 201D – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública;

2) Quatro emendas, 1211 – Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte;

3) Três emendas, 8236 – Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas;

4) Duas emendas, 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União; e

5) Duas emendas, 8914 – Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais.

Durante a tramitação do PLOA, recebemos mais 3 emendas individuais, que haviam sido inicialmente classificadas em outras Áreas Temáticas. Por conseguinte, analisamos 585 emendas individuais e 45 coletivas, totalizando 630 emendas. Registre–se que não apresentamos emenda de relator setorial.

Emendas Individuais.

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses efetuados pela Relatoria–Geral, considerado o limite fixado pelo Item IX da Parte Especial do Parecer Preliminar.

Não tivemos casos de emendas individuais com proposta pela inadmissão. Algumas emendas exigiram adequações de modo a se tornarem admissíveis. Na quase totalidade dessas situações, os próprios autores das emendas, ao serem instados a tal, solicitaram os ajustes devidos, saneando as impropriedades constatadas.

Para fins de adequação à classificação orçamentária, foram procedidos ajustes em algumas emendas, de forma a torná–las compatíveis com a estrutura constante do Plano Plurianual – PPA 2012–2015 e da Proposta Orçamentária para 2012, assim como para sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo.

As programações apresentadas como atípicas, por exemplo, foram enquadradas nas classificações apropriadas, assim como outras receberam denominação mais adequada. Uma parcela importante das alterações foi efetuada em atendimento a solicitações formais apresentadas pelos autores. Em todos os casos possíveis, buscou–se manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

O exíguo espaço de tempo estabelecido para a elaboração deste relatório não permitiu que as adequações e alterações processadas por esta Relatoria fossem comunicadas antecipadamente aos autores. Por isso, recomenda–se que os interessados analisem com atenção o atendimento de suas emendas.

Havendo discordância quanto aos ajustes técnicos realizados, os autores das emendas devem, mediante destaque ou mesmo por solicitação endereçada ao Presidente da CMO, solicitar que sejam procedidas as devidas alterações.

Emendas coletivas de apropriação.

Esta Relatoria não realizou cancelamentos lineares, ciente do prejuízo que iria advir dessa medida para a gestão dos órgãos envolvidos. Limitamos os cortes a poucos casos que permitiam a localização dos gastos, no âmbito do mesmo programa e unidade orçamentária, com o objetivo de aumentar o atendimento de emendas coletivas. Assim, não há prejuízo para as dotações globais de cada programa envolvido, ao mesmo tempo em que prestigiamos a iniciativa das bancadas estaduais que buscam carrear recursos para sua Unidade da Federação.

De forma análoga ao ocorrido com as emendas individuais, houve a necessidade de promover enquadramentos e ajustes nos parâmetros apresentados. Algumas alterações foram feitas por solicitação dos colegiados autores das emendas e respectivas bancadas, de forma a evitar a inadmissibilidade das emendas, por força das disposições da Resolução nº 1/06–CN.

No atendimento das emendas coletivas, esta Relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1/06–CN, combinada com o disposto no Item 26.2 do Parecer Preliminar da CMO, no montante de R$364.686.274,14. Sempre que possível, dentro do critério já exposto anteriormente, o atendimento das emendas coletivas foi incrementado com recursos provenientes de cancelamentos seletivos, em dotações de programações genéricas, definidas como aquelas com substituto nacional ou regional.

Ao analisar as emendas coletivas de apropriação, foi considerado o mérito inerente a cada proposta, bem como as orientações contidas no Parecer Preliminar. Buscamos garantir a todas as emendas um tratamento equânime, considerando, também, o nível de execução orçamentária histórica verificada nos últimos exercícios das ações associadas.

É preciso salientar que o volume de recursos recebido por esta Relatoria Setorial seria suficiente para garantir uma média de atendimento de R$10,1 milhões por emenda coletiva de apropriação apresentada. Trabalhamos com afinco para assegurar uma majoração, mesmo que pequena, desse montante para praticamente todas as emendas direcionadas à Área Temática. Certamente, não pudemos carrear o volume de recursos que o mérito das ações emendadas mereceria, porém devemos lembrar a possibilidade de as emendas receberem novo aporte de recursos na fase da Relatoria-Geral.

Emendas coletivas de remanejamento.

A Área Temática recebeu nove emendas coletivas de remanejamento, de acordo com a seguinte distribuição:

três emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, do Senado Federal;

duas emendas da bancada do Rio de Janeiro;

duas emendas da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, da Câmara dos Deputados;

uma emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO, da Câmara dos Deputados;

uma emenda da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, do Senado Federal.

As emendas da bancada do Rio de Janeiro, 71200020 e 71200021, após o exame de admissibilidade realizado pelo CAE, apresentaram incompatibilidade das fontes de financiamento. Tendo em vista que a fonte 174 não poderá ser transferida às Unidades Orçamentárias objeto das propostas, somos pela rejeição das emendas.

As emendas 50310005 e 50310006 não observam a Resolução nº 1/2006-CN, art. 45, quanto às fontes de cancelamento. Foi indicado cancelamento na Reserva de Recursos do Congresso Nacional, o que conflita com as normas regimentais vigentes. Portanto, manifestamo–nos pela inadmissão das emendas.

A emenda 60130001, apresentada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, foi considerada prejudicada, por se tratar de caso de duplicidade. Emenda idêntica foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, também do Senado.

As demais emendas de remanejamento foram apresentadas a partir de demandas indicadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (50010003) e pelos Comandos do Exército (60020002) e da Marinha (60020003 e 60020004). Para evitar eventuais transtornos às atividades dos órgãos envolvidos, consultamos as assessorias parlamentares dos referidos órgãos quanto ao melhor encaminhamento da questão e, com base nos entendimentos estabelecidos, decidimos atender integralmente os pleitos.

Considerações finais.

Esta Relatoria, diante da exiguidade de recursos para atender as emendas coletivas, em toda a sua extensão – e a considerar os graves e difíceis desafios que os Ministérios da Justiça e da Defesa têm que diuturnamente enfrentar, tais como prover o Estado na concepção de projetos estratégicos voltados à de-

fesa nacional, os relacionados ao controle e ao combate dos crimes fronteiriços, além dos decorrentes do tráfico e uso de drogas –, vê–se instada a solicitar da Relatoria-Geral o devido provimento do que se segue e a sugerir as seguintes indicações:

complementar, conforme suas disponibilidades, os recursos de todas as emendas coletivas; e

alterar o indicador de Resultado Primário 2 (RP–2) para o indicador de Resultado Primário 3 (RP–3) das programações, abaixo indicadas, que são especificamente relacionadas à prevenção ao uso de drogas e à implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON, no âmbito do Ministério da Justiça, e as voltadas à implementação e/ou intensificação da presença das Forças Armadas em áreas de fronteira, que se entende como complementares ante os resultados: combater o crime organizado e o tráfico, além de controlar e prevenir o uso de drogas.

Em ambas as indicações esta Relatoria considera importante ressaltar a necessidade de se dar tratamento prioritário a essas solicitações, o que espera ser atendido, pelo menos em parte, por essa Relatoria–Geral, conforme os limites regimentais e as disponibilidades orçamentárias existentes.

No âmbito do Ministério da Justiça:

201C – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON;

20R9 – Prevenção de Uso e/ou Abuso de Substâncias Psicoativas; e

8236 – Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas;

No âmbito do Ministério da Defesa:

6499 – Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira; e

13DA – Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON.

Voto.

Diante do exposto, esta Relatoria posiciona–se pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, na parte referente aos órgãos afetos à Área Temática VII – Justiça e Defesa, com as alterações oriundas das emendas aprovadas, conforme discriminado nos anexos a este parecer.

Sala da Comissão, 6 de dezembro de 2011.

Deputado Dilceu Sperafico, Relator."

Existe ainda um adendo e duas erratas. O adendo, que vou resumir, tem estes itens, para serem classificados como RP-3, conforme prevê o Relatório Preliminar:

123G – Implantação do Estaleiro da Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares;

13D – Elaboração do Projeto de Arquitetura do SISGAAZ;

123B – Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X);

3133 – Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

As duas erratas foram simplesmente consequência do erro material do subtítulo da emenda. No caso da Errata nº 2, correção do número. Quanto à Errata nº 1, houve remanejamento da fonte da Polícia Federal dentro das ações indicadas. Foi, portanto, somente um erro material, que está apresentado aqui, para ser corrigido.

Quero, neste momento, além de pedir o apoio dos companheiros para a aprovação do meu relatório, agradecer ao Presidente, aos Deputados parceiros desta Comissão.

Faço também, rapidamente, um agradecimento muito especial à Assessoria, que tem me ajudado; à Consultoria de Orçamento, na pessoa do Roberto, da Câmara dos Deputados, e na pessoa do Diogo, do Senado Federal. Ambos têm me auxiliado, desde o primeiro dia, fazendo com que este relatório chegasse aqui hoje. Muito obrigado.

Sr. Presidente, este é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Dilceu, como fiz com os Relatores anteriores, eu queria testemunhar o envolvimento de V.Exa., a prestimosidade, a competência com que tratou desta área temática tão importante, Justiça e Defesa. Eu gostaria que V.Exa. tivesse mais recursos para distribuir, diante de todas essas necessidades, dessas demandas que a Justiça e principalmente a Defesa estão a exigir. V.Exa. fez o que era possível. Esse não foi o relatório que V.Exa. desejava, por falta de recursos e investimentos, mas V.Exa. fez o que era possível. Esta Presidência se sente muito honrada em ter designado V.Exa. como Relator da Área Temática VII.

Muito obrigado.

Peço a V.Exa. que fique aqui, porque o Deputado Claudio Cajado se inscreveu para homenagear rapidamente V.Exa.

Continuam abertos os destaques.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, eu só queria parabenizar o Deputado Dilceu Sperafico.

O relatório foi conciso, bem elaborado, Deputado Sperafico. V.Exa. é um dos Parlamentares mais dedicados e primorosos na Câmara. Então, eu fico feliz. Parece-me que essa foi a primeira vez em que atuou como Relator. Foi a segunda. Então, a experiência colaborou. Realmente ficou muito bom o relatório.

A Bahia foi contemplada com a emenda que apresentou na área de segurança pública, uma área que deveria ter atenção especial de todas as bancadas,

de todos os Estados da Federação. Apresentamos uma emenda para melhoria e aparelhamento da infraestrutura de segurança pública no Estado da Bahia, em que, a exemplo de outros Estados, do Nordeste como um todo, está havendo elevado crescimento da violência. São cada vez maiores na Bahia os índices de homicídio, de estupro, de tráfico de drogas. Se não viabilizarmos recursos adicionais, recursos federais, para que sejam compartilhados com o Estado, a quem compete a segurança pública, e, vou mais longe, com os Municípios, não vamos ganhar essa guerra. Tenho a alegria de ver minha esposa, a Prefeita Andréia, investindo em segurança. A Prefeitura direciona os recursos que tem. Eu convenci a bancada da Bahia a alocar esses recursos.

Sr. Presidente, eu vi que o Deputado Sperafico por isso o elogiei criou um critério de mais ou menos 10 milhões para cada emenda. Uma ou outra questão pode merecer um pouco mais. Se V.Exa. pudesse melhorar, Deputado Sperafico... Não sei se V.Exa. tem algum recurso sobrando. Talvez pudesse até tirar de emenda de Comissão.

Eu não sou defensor de emenda de Comissão. Acho que nós temos que defender as bancadas, para fazer o contraponto na estrutura federativa das diferenças regionais, das diferenças entre os Estados. As emendas de Comissão, em minha opinião, servem ao Governo, e o Governo já tem o Orçamento encaminhado pelo Executivo de forma direta. Por isso eu sou contra essa coisa de as emendas de Comissão serem maiores do que as emendas de bancada ou as emendas dos Estados. Eu sei que às vezes o Relator sofre pressão, sei que Ministro solicita, mas eu, pessoalmente, quando fui Relator da Área Saúde em tempos pretéritos, diminuí muito os recursos de emendas de Comissão e privilegiei as de bancada.

Portanto, Deputado, se sobrar recurso e V.Exa. puder dar essa atenção a este humilde Parlamentar, pobre Parlamentar da Oposição, que está aqui fazendo esta súplica a V.Exa., que nos ajude, principalmente a Bahia e os baianos.

Na Região Metropolitana, onde essa emenda será também aplicada, os índices de violência quase triplicaram. A mortalidade por assassinato, por tiro, triplicou, Sr. Presidente. A situação é realmente lastimável. Por isso eu apelo para o Relator, se ele tiver essa condição, no sentido de que atenda esse pleito, ou então encaminhe ao Relator–Geral a recomendação de que seja melhorada essa emenda da Bahia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Vamos passar às considerações finais.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Antes de o Relator–Setorial se despedir neste primeiro momento, eu gostaria de saudar a presença inusitada, carinhosa, amiga, de uma das maiores lideranças do Congresso Nacional, que Minas sequestrou de nós, o Deputado Narcio Rodrigues, meu Presidente, meu Vice. Minas nos tirou o convívio com S.Exa., mas agora está nos devolvendo, pelo menos meteoricamente. A presença de Narcio aqui é para nós de grande valia.

Tem a palavra o Deputado Dilceu Sperafico, quem eu cumprimento novamente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Veja, Sr. Presidente, que os mineiros já estão juntos articulando. No mínimo, conspirando contra o Brasil e a favor de Minas. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – Eu queria inicialmente agradecer as palavras do colega Deputado Cajado, que é o mais combativo, o mais atuante baiano que lida com o nosso Orçamento.

Realmente houve Comissões que eu deixei com 1 milhão, para não precisar fechar janelas. Mas utilizei uma fórmula equânime. Todas as emendas de bancada receberam 10 milhões, considerados aqueles 364 milhões que tínhamos disponíveis. Mas eu já tenho conversado com o Deputado Arlindo e vou levar essa sua recomendação. Não tenho recursos adicionais para complementar a emenda como destaque, mas farei a recomendação para que ele dê uma atenção a essa emenda da Bahia, que foi a única aqui destacada, solicitada.

Muito obrigado pelas suas palavras. Tenha certeza de que não fiz isso para prejudicar, mas sim para tratar com igualdade todos os colegas.

Agradeço a todos os que colaboraram conosco.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito obrigado, Relator Dilceu Sperafico.

Vou conceder a palavra ao último Relator–Setorial, da Área Temática X. Ele nos pediu para ficar por último, e nós deferimos o pedido. O Deputado Efraim Filho, meu conterrâneo, do Democratas da Paraíba, vai expor seu relatório sobre a Área Trabalho, Previdência e Assistência Social. O Governo entregou ao Deputado Efraim a área social no exercício de sua administração.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não que eu quisesse ficar por último, mas sim que a Área Temática X é a última. Acho que o Presidente teve a diligência de deixar por último a Área X, a área social, bandeira do Governo Dilma, para que eu pudesse me aprofundar mais no assunto e, até como Parlamentar de opo-

sição, dar mais credibilidade às contas da área social para o ano de 2012.

Eu queria agradecer ao pessoal da Consultoria da Casa que esteve ao meu lado na condução desses trabalhos na pessoa da Elisângela, da Maria Emilia e do André. Agradeço também à assessoria técnica que me acompanhou, na pessoa do Alberto. Agradeço ainda, na pessoa do Clóvis, a toda a Liderança do Democratas, que também contribuiu para a preparação deste trabalho.

Sr. Presidente, a Área Temática em questão abrange três Ministérios: Trabalho, Previdência Social e Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Trata-se de uma área realmente crucial para o Governo.

Para aqueles que se interessarem em acompanhar a leitura, o resumo do texto está à disposição na mesa.

Trata–se da análise e da avaliação da programação orçamentária do Projeto de Lei nº 28 de 2011–CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012', referente à Área Temática X (...).

Encontram–se neste relatório todas as informações exigidas pela Resolução nº 1/2006–CN e pelo Parecer Preliminar. Além disso, fizemos constar algumas recomendações à Relatoria–Geral, visando à continuidade do processo orçamentário para o exercício financeiro de 2012. (...)

O projeto de lei orçamentária para 2012 propõe despesas da ordem de R$442,6 bilhões para os órgãos objeto de análise desta Relatoria–Setorial, abrangendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, representando 28,15% do total da dotação orçamentária.

A expressiva magnitude das dotações da Área Temática deve–se, em larga medida, a despesas primárias de caráter obrigatório, que atingem cerca de R$418,7 bilhões (...), cuja natureza impede cancelamentos ou remanejamentos", mas autoriza apropriações.

Ao final, vamos falar sobre a possibilidade de aumento para os aposentados que ganham mais de um salário mínimo, Sr. Presidente.

Aspectos relevantes. Neste ponto, Sr. Presidente, eu queria deixar registrado que eu acho que a grande contribuição que nos foi possível dar com este relatório diz respeito a transparência. A proposta que veio do Executivo em agosto pecou, e muito, por falta de transparência. O Governo, diferentemente de anos anteriores, mandou uma série de despesas que não estavam classificadas, que não estavam detalhadas, quase uma DRU à parte, para que pudesse fazer como quisesse determinadas despesas. Com o trabalho disciplinado da Consultoria, nós pudemos avançar, e muito, no que tange a transparência e classificação das despesas, o que permite o acompanhamento da evolução desses gastos.

Outro ponto importante do nosso relatório, Sr. Presidente, diz respeito à verificação da alteração dos parâmetros macroeconômicos e da memória de cálculos da projeção da despesa previdenciária.

Em 21 de novembro de 2011, o Poder Executivo atualizou os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração da peça orçamentária. Assim, as projeções para a variação do INPC em 2011 passaram de 5,7% para 6,3%, enquanto que o crescimento vegetativo dos benefícios previdenciários em 2012 foi reduzido de 3,3% para 3,2%. O valor do salário mínimo (...) foi acrescido para R$622,73, acarretando um aumento nas despesas previdenciárias e assistenciais vinculadas ao salário mínimo de cerca de R$1 bilhão, a ser guarnecido por meio de emenda de relator-geral" – o Sr. Arlindo Chinaglia –, "na forma do que autoriza o Relatório Preliminar.

Entretanto" – este ponto deve ser ressalvado inclusive para preservar tanto as responsabilidades deste Relator quanto a responsabilidade fiscal do País –, "ressalto que este não será o único impacto a se verificar sobre o Orçamento da Seguridade. Segundo consta do referido oficio" (do Poder Executivo), "o Orçamento deverá incorporar um aumento bem mais elevado, da ordem de R$10,2 bilhões, em decorrência não somente da atualização do valor da salário mínimo, mas também, e principalmente, de uma revisão da memória de cálculo adotada na projeção das despesas." Ou seja, em virtude de uma distorção da base de cálculo, houve uma desorientação na previsão do valor necessário a esse impacto.

O terceiro ponto de relevância no relatório, Sr. Presidente, são os indícios de irregularidades no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Nós identificamos dois pontos. Um deles, já bastante debatido e, dessa forma, destacado em nosso relatório, foi o encaminhamento de requerimento ao Tribunal de Contas da União para realização de auditoria externa nos convênios firmados pelo Ministério do Trabalho e Emprego com entidades privadas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós conversamos com o próprio Ministro do Trabalho. Há previsão – espera-se que, no âmbito de atuação do Relator–Geral, essas informações cheguem – de que recursos da ordem de 60 a 80 milhões de reais que estavam definidos antecipadamente para serem empregados em ações vinculadas a entidades privadas sejam classificados pelo Ministério do Trabalho como sendo de execução direta pelo poder público, enquanto esses convênios não forem auditados.

Foi um ponto em que avançamos. O Ministério do Trabalho encaminhará ao Ministério do Planejamento essa solicitação, para que essas transferências a entidades privadas sejam substituídas, na sua modalidade, por transferência direta pelo poder público.

Outro foco não objeto de irregularidade, mas sim de auditoria externa, este sim, Sr. Presidente, muito me preocupou. Refiro-me ao crescimento de 644% no pagamento do Seguro–Desemprego ao Pescador Artesanal entre 2004 e 2010. "Esse benefício tem sido alvo de várias denúncias de irregularidades na imprensa, como o pagamento a falsos pescadores. Para 2012, as Informações Complementares encaminhadas pelo Poder Executivo estimam um gasto de R$1,61 bilhão, o que comporá uma variação de 27,7% (...). Mas o crescimento poderá ser ainda maior, em razão da revisão de parâmetros encaminhada recentemente pelo Poder Executivo." Estima-se o gasto em mais de 2 bilhões de reais.

Vejam este comparativo: para o seguro–desemprego de todas as categorias no País, cerca de 27 bilhões de reais; para o pescador artesanal, 2,2 bilhões de reais.

Essa distorção foi identificada. Encaminhou-se ao Tribunal de Contas da União um pedido de auditoria externa para se verificar esse aumento desproporcional. Não vou afirmar que houve distorção. Agora, no mínimo, há necessidade de aprofundamento ainda maior.

Por fim, recomendações ao Relator–Geral.

Primeiro, Sr. Presidente, destinação de recursos para a área social. Quando da definição das áreas temáticas, e a área social ficou com o Deputado Efraim Filho, representante do Democratas, lembro que muitos perguntaram: *"A área social, crucial para o Governo, onde praticamente se encontra o grande volume do Brasil sem Miséria, bandeira da Presidenta Dilma, ficará com o Democratas?"* Nós mostramos a nossa responsabilidade ao assumirmos essa missão. Eu tenho a honra de dizer que entregamos este relatório setorial, diferentemente inclusive de outras relatorias que estiveram aqui, preservando *in totum* os recursos do Plano Brasil sem Miséria. Qualquer cancelamento que tenha sido feito para atender as emendas de bancada, as emendas coletivas e as prioridades do Relator-Setorial preservou *in totum* os recursos previstos para o Plano Brasil sem Miséria.

Dialogamos com muitos Ministérios. Dialogamos com o Ministério da Previdência e atendemos suas prioridades; dialogamos com o Ministério do Trabalho e atendemos suas prioridades. Infelizmente, deixo registrada, Sr. Presidente, a falta de diálogo que houve por parte do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Não houve diálogo, não houve interesse em encaminhar prioridades, não houve interesse em discutir cancelamentos. Lamentavelmente, o diálogo não fluiu, mas, pela responsabilidade que temos na condução, entendi que o Plano Brasil sem Miséria seria sua prioridade e foi preservado nesse sentido. Foram diversos ofícios, *e-mails*, contatos telefônicos com a chefia de gabinete da Ministra, com o Secretário-Executivo do Ministério. Todos, absolutamente todos, sem nenhum retorno produtivo.

Sr. Presidente, uma das recomendações ao Relator–Geral – solicito a atenção de todos – é o aumento dos proventos dos beneficiários que recebem mais que um salário mínimo. "Em nosso relatório, identificamos que as contas previdenciárias vêm apresentando desempenho favorável graças à manutenção de taxas de crescimento positivo na atividade econômica, no emprego formal e na massa salarial dos trabalhadores.

Entretanto, esse quadro favorável contrasta com as dificuldades enfrentadas pelos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Geral de Previdência Social com proventos acima do salário mínimo, os quais se têm deparado ao longo dos últimos anos com uma crescente deterioração do valor de seus benefícios frente ao valor do piso previdenciário.

Nesse contexto, solicitamos especial atenção do Sr. Relator–Geral", Deputado Arlindo Chinaglia, "no sentido de assegurar recursos que viabilizem a concessão de um reajuste real no valor dos benefícios previdenciários acima do mínimo e, assim, atenuar as enormes disparidades na evolução dos benefícios previdenciários entre as categorias de beneficiários", entre elas principalmente a dos aposentados, para resgatar uma dívida histórica que este País tem com um segmento que é superavitário. Os que recebem acima de um salário mínimo são superavitários.

Sr. Presidente, são 18 bilhões para o Programa Bolsa Família. São 27 bilhões para o seguro–desemprego. Com esse caixa – essa cumbuca, como dizemos na nossa Paraíba –, há condições de destinar 27 bilhões para o seguro–desemprego, 18 bilhões para o Bolsa Família. Então, o Governo pode fazer um esforço e conceder 6 ou 8 bilhões de reais para viabilizar aumento real para os aposentados. Estima–se que, a cada 1% de aumento, gera–se uma despesa de 1,5 bilhão. Se o pedido, se a demanda dos aposentados foi aumento de cerca de 8%, estamos falando em 12 bilhões de reais. Há, portanto, condições de o Governo fazer um esforço. Foram identificadas receitas para isso. Cabe ao maestro, que é o Relator–Geral, dizer que, dessa receita que ele tem à disposição, a prioridade será a aplicação na Previdência, será a aplicação no aumento para os aposentados.

Dentro desse tema, Sr. Presidente, quero fazer referência a um ofício que recebemos no dia 13 de dezembro, assinado pela Ministra Miriam Belchior. Requer que seja incluída na previsão orçamentária a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP, cujo projeto está em debate e em relação ao qual temos adotado postura contrária. Em nosso entendimento, é um grande retrocesso, principalmente para o servidor público. Recebido esse ofício, e já apresentado o nosso relatório, ficará a cargo do Relator–Geral incluir, na Área Temática Planejamento, a programação para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, a FUNPRESP.

Lamento que o ofício tenha chegado às minhas mãos somente no dia 13 de dezembro, o que impede análise mais aprofundada. O debate está no plenário do Congresso Nacional e tem mobilizado também os servidores públicos federais. É um tema delicado para ser trazido de última hora, quase que escondido, no apagar das luzes, para ser acrescentado ao relatório setorial. Essa é uma incumbência que não assumirei. Caberá ao Relator–Geral fazê–lo.

Foram apresentadas 480 emendas de apropriação e de remanejamento. Dessas, 472 são individuais, e oito, coletivas.

Foram atendidas com recursos no montante inicialmente de 272 milhões.

"No que tange às emendas coletivas, seria possível atender com a reserva de recursos transferida pelo Relator–Geral, no valor de R$70,9 milhões, apenas 5% do montante total solicitado. Dados os parcos recursos com os quais esta Relatoria contou, não nos restou outra opção senão efetuar cortes em determinadas programações da área, todas relacionadas ao Grupo de Natureza de Despesa e Investimento (GND 4). Os cancelamentos totalizaram R$33,7 milhões.

Não foram efetuados cancelamentos nas ações destinadas ao Plano Brasil sem Miséria", em face da prioridade que este Relator e o próprio Governo deu a essas ações.

"Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28 de 2011-CN, relativamente à programação da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2011.

Deputado Efraim Filho, Relator."

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa. o brilhante trabalho.

Terá a palavra o Deputado Rogério Marinho e, depois, o Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, fiz questão de usar da palavra, apesar do pedido do nosso Presidente de que eu fosse o mais sucinto possível...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. descobre isso? Eu falei em *off.*

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – *(Riso.)* Eu não sou baú, Sr. Presidente. Não posso guardar essas coisas importantes.

Fiz questão de fazer uso da palavra para elogiar o trabalho realizado pelo nosso companheiro Deputado Efraim Moraes. S.Exa. fez um trabalho extremamente denso, que mostrou que S.Exa. se debruçou sobre o assunto, que é árido, que não é fácil. Avaliam-se números que dizem respeito a déficit, dizem respeito a prejuízo, dizem respeito a uma área muito sensível do nosso País.

Deputado Efraim, V.Exa. se saiu extremamente bem. Como disse V.Exa. no final do seu pronunciamento, estamos discutindo neste momento uma tese recorrente neste País, que é a questão da reforma previdenciária, iniciando–se por uma previdência para os servidores públicos federais.

V.Exa., por meio desse relatório, tomou uma atitude que gostaria de louvar e destacar, para que os nossos pares e também aqueles que aqui não estão escutem o que eu vou falar. V.Exa. tomou uma atitude que vai representar, no futuro, uma grande mudança a respeito do olhar que a população brasileira tem do sistema previdenciário. V.Exa., acatando sugestão do Ministério do Planejamento, distingue previdência urbana de previdência rural.

Note, Sr. Presidente, que, com a Constituição de 1988, fomos, por uma questão de justiça, resgatar um déficit, um passivo que tínhamos com aqueles cidadãos e cidadãs que estão em todos os lugares do nosso Brasil construindo a riqueza deste País: os brasileiros que vivem do campo. São 8,5 milhões de brasileiros. A partir de 1991, começou–se a pagar-lhes o salário mínimo. O antigo FUNRURAL foi absorvido pela Previdência, e se começou a pagar pelo menos um salário mínimo. Esse era um grande passivo que a Nação tinha com essa população que faz a riqueza do nosso País. Basta ver o superávit que temos todos os anos, na nossa balança comercial, com o agronegócio.

Sr. Presidente, nos últimos 16 anos – não estou excluindo o nosso Governo –, alegou–se um déficit previdenciário que não existia. Não existe esse déficit previdenciário. V.Exa. mostrou isso com essa manobra contábil clara, objetiva, eficiente. Veja, Sr. Presidente, são 67 bilhões de reais para a previdência do campo. Desse total, poucos são os beneficiários que

contribuíram durante 30 ou 35 anos para ter direito a esse benefício. Isso é assistência social, é um passivo que o País tem. Isso é obrigação do Brasil. Temos que realmente fazer valer o direito dos aposentados do campo, mas não podemos jogar isso na mesma rubrica orçamentária.

Então, o que o nobre Relator fez foi mostrar com clareza que não existe déficit na nossa Previdência, Deputado Claudio Cajado. O déficit estimado este ano é de aproximadamente 50 bilhões de reais, e só de previdência do campo são 67 bilhões. Há, portanto, um superávit de 17 bilhões.

V.Exa., com essa brilhante manobra contábil, vai fazer com que a população brasileira possa olhar com outros olhos a questão previdenciária e entender que a nossa Previdência, na verdade, não tem essa situação de calamidade que se monta e se vende.

É importante esclarecer que o nosso discurso não defende que nada deve ser feito. Este Governo, que há 9 anos está inerte, deve começar realmente a fazer algo em relação a esta reforma que considero importante, no melhor momento para o País, a reforma previdenciária, para que daqui a 15, 20 ou 30 anos não tenhamos de pagar uma conta como a que está hoje pagando a Europa, em que a previdência não consegue garantir os proventos futuros da população. Naquele continente se está regredindo quanto à sua legislação social, inclusive ampliando-se o tempo necessário para se conseguir aposentadoria, na França, na Grécia. É a discussão que se estabelece na Irlanda, na Espanha, na Itália. Isso é fruto da imprevidência, da leniência e da omissão do Estado durante mais de 30 anos.

Oxalá o Brasil tenha aprendido a lição, observando o que acontece numa economia mais sólida, mais madura do que a nossa, e empreenda rapidamente as várias reformas estruturais para o País que vêm sendo procrastinadas, varridas para debaixo do tapete por este Governo, que faz muita propaganda e tem pouca eficácia e pouca competência para gerir o futuro do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Foi um brilhante pronunciamento. Concordo integralmente com as razões de mérito, até porque temos que considerar que esse déficit da previdência é parte da construção deste País na área de aposentadoria rural.

Registro a presença do Governador André Puccinelli, meu amigo e irmão, de Mato Grosso do Sul.

Inclusive, há uma emenda do Senador Russo que precisa ser valorizada. Hoje S.Exa. esteve aqui comigo falando sobre isso. É uma emenda relativa uma estrada.

Vou passar a palavra ao Deputado Cajado, que certamente vai elogiar, com todos os méritos, o desempenho do seu colega, mas antes anuncio à imprensa que vamos votar ainda hoje, pela manhã, enquanto não há Ordem do Dia na Câmara, o relatório do Deputado Weliton Prado, que está pronto, do Comitê de Obras Irregulares, e o relatório do queridíssimo Deputado Danilo Forte, do Comitê de Admissibilidade de Emendas. Hoje pela manhã, portanto, vamos ler esses dois relatórios que estão faltando.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Desculpe–me, Sr. Presidente. Eu estava entretido com o Deputado Claudio Cajado e confesso que não escutei bem. Peço a V.Exa. que repita o que disse, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mencionei o relatório do Deputado Weliton Prado, do COI. Inclusive, interessa muito a V.Exa., que é do Rio Grande do Norte e lutou muito para deixar livre a Barragem de Oiticica. São dois relatórios, de 2011 e 2012, do COI e o relatório do Deputado Danilo, do Comitê de Admissibilidade de Emendas, que é fundamental para o parecer do Relator–Geral. Nos relatórios setoriais há emendas inadequadas que precisam efetivamente da palavra do Comitê de Admissibilidade.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu concordo com V.Exa. Só quero lamentar aqui o *quorum* baixo. A Oposição tem feito todos os dias o seu dever de casa e tem estado presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Deputado Gilmar, com sua proficiência, está providenciando isso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Seria importante que mais companheiros participassem da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Primeiro eu queria ressaltar a origem do Deputado Efraim. S.Exa. é da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É verdade. É um orgulho da nossa gente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – V.Exa. há de convir, como conterrâneo, que os dois fazem uma dobradinha, como café com leite, como goiabada e queijo. Para mim, é uma alegria, diante dos dissabores que temos tido aqui quanto a algumas situações que não estão sendo resolvidas, ver o Deputado Efraim e V.Exa. à mesa. E não poderia ser diferente. Nós tínhamos confiança, convicção de que o Deputado Efraim ia fazer um relatório exemplar, e o fez. Desceu às minúcias em relação às áreas temáticas sobre as quais foi feito o relatório, com o brilhantismo que lhe é peculiar. Deputado de outras experiências, aqui na Comissão de Orçamento tem desenvolvido uma boa atuação.

E o relatório, Deputado Efraim, foi de fato extremamente importante. O Deputado Rogério ressaltou a

questão abordada por V.Exa. na área da Previdência. E nós achamos o mesmo. A Previdência tem que ser prioridade para o País. É uma forma de atuação fortíssima, como um combate à pobreza, como um combate à miséria, como uma forma de atuação na área social, que aliás tem sido um viés importante do partido Democratas. Nós atuamos na área social com muito vigor. Não é por outro motivo que o plano de combate à miséria e de erradicação da pobreza foi criado pelo então Senador Antonio Carlos Magalhães, batizado depois de Bolsa Família, através de antigos projetos de transferência de renda, como o Bolsa Renda, o Bolsa Educação e o Bolsa Alimento. Foi justamente esse projeto do Senador Antonio Carlos que propunha a erradicação da miséria e o combate à pobreza no País.

Nós achamos que o Governo do PT copiou, como tem copiado, todas as políticas públicas desenvolvidas pelo Democratas – na época PFL – e também pelo PSDB. Apenas faz um trabalho de *marketing*, de mudança de nome. Infelizmente, muitas *nuances* dessas questões não são levadas ao grande público, ao grande eleitorado brasileiro. Não se fala, por exemplo, de quem mais criou agências no interior do País, o ex–Ministro da Previdência Waldeck Ornélas, que era do Democratas, antigo PFL, e que combateu duas questões: falta de espaço físico, de agências do INSS nos Municípios, e longas filas que até então eram um sofrimento para a população de aposentados e pensionistas que acorria às portas das agências. Hoje tudo mudou, e graças ao trabalho feito pelo nosso partido.

V.Exa., Deputado Efraim, fecha com chave de ouro esse último relatório setorial. Apresenta–o de forma concisa, de forma elegante e bem escrita. Aliás, V.Exa. traduz, no linguajar pátrio, uma das excelências do viés da sua atuação política. Portanto, a exemplo de muitos, elogio os méritos que V.Exa. tem.

O relatório é irretocável. A bancada da Bahia não apresentou emenda específica para essa área temática porque o fez diante de alguns graves problemas porque o Estado passa, como o da violência, sobre o qual anteriormente eu pude pronunciar–me, como o da situação das estradas e de outras áreas, como o da segurança pública; e também com o maquinário para dar apoio aos lavradores e à comunidade agrícola do nosso Estado.

Nós nos sentimos contemplados com a sua lavra, com a sua assinatura nesse relatório. Parabéns! Que nós possamos, num segundo momento, votá–lo com toda a galhardia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa. Muito justas as suas palavras.

Com a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Vou ser breve.

Não poderia deixar de parabenizar o Deputado Efraim Filho e de reconhecer o seu trabalho. Trata–se de um Deputado jovem, mas com muita experiência no Parlamento. Parabéns!

Queria apenas concordar com tudo o que foi dito pelos Deputados Rogério Marinho e Claudio Cajado.

Parabéns pelo trabalho realizado neste relatório tão importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Weliton.

Com a palavra o Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, vou ser bastante rápido.

Quero cumprimentar o Relator–Setorial, Deputado Efraim Filho, principalmente no tocante à questão da previdência dos aposentados. Apesar de pertencer a um partido da base do Governo, o PMDB, e estar sempre seguindo a orientação do Governo, em relação aos aposentados, nós temos divergências. Apresentei emendas, destaques, ao relatório preliminar do Deputado Arlindo Chinaglia. S.Exa. não os acatou. E o Governo sempre vem com essa argumentação, com essa justificativa de que não existem recursos. E V.Exa. provou que para o Bolsa Família há dinheiro, para o seguro–desemprego há recursos. Por que, então, num esforço, como V.Exa. falou, o Governo também não destina recursos ao maior programa social que pode haver num país, que é a aposentadoria? Muitas cidades funcionam economicamente no dia em que os aposentados recebem os seus benefícios. Muitos aposentados são arrimo de família neste País. Então, falar em programa social é falar em aposentadoria.

Várias coisas precisamos corrigir nessa questão dos aposentados, que vêm perdendo ao longo do tempo, cada vez mais. O aposentado que ganha 1 salário mínimo e meio ou 2 salários mínimos por mês vê, ao longo do tempo, o seu benefício ser cada vez mais diminuído e defasado. E não há nenhuma preocupação do Governo em relação a isso. Ao contrário. Quer até reformar a Previdência, fazendo com que o aposentado perca ainda mais. Sempre que algum governo se vê com uma crise econômica à frente, coloca o aposentado como bode expiatório, com a corda arrebentando sempre do lado mais fraco.

V.Exa. apresentou muito bem a situação, com números inclusive, com dados, com estatísticas, provando que isso é possível, o que com certeza vai nos servir de base. Até agradeço a V.Exa. porque amplia o nosso discurso, dá robustez àquilo que defendemos aqui, ou seja, esse que é o maior programa social do Brasil, o dos aposentados, o dos benefícios dos aposentados.

Está de parabéns V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Marçal Filho.

Antes que o Líder Cândido Vaccarezza saia, quero fazer publicamente, meu Líder e meu amigo, justiça e referência a S.Exa., que é permanentemente atirado aos leões, com declarações e condutas, o que é próprio da Liderança. Mas muito do que está acontecendo aqui se deve ao trabalho de S.Exa. Esta Comissão só está trabalhando com diligência graças à força, nos bastidores, da Liderança do Governo, que S.Exa. tão bem conduz.

Deputado Efraim, agradeço a V.Exa.

Está encerrado o período de apresentação de emendas e de discussão.

Há um destaque apenas. V.Exa. vai ficar com um trabalho mais leve agora.

V.Exa. honra muito a Paraíba, por força da nossa amizade, mas principalmente por força da sua competência. Obrigado.

Diga aí as palavras derradeiras.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Rapidamente, Sr. Presidente.

Agradeço as palavras que me foram dirigidas pelos membros da Comissão. Acredito que essa era a minha missão, uma missão desafiadora, mas acima de tudo a de atender às responsabilidades da Relatoria da área social. Em termos de valores, é a maior das dez; em termos políticos, é a bandeira do Governo atual.

E exatamente pelo fato de ser um Parlamentar do Democratas, atraí os olhares, inclusive da Liderança do Governo, que sempre esteve diligente, tentando buscar e pesquisar os nossos passos. Mas acredito que, com esse relatório, do ponto de vista técnico e político, conseguimos fazer um bom trabalho.

Mais uma vez ressalto o trabalho da brilhante equipe que esteve ao meu lado, que citei no início dos trabalhos.

As palavras de V.Exa., enquanto Presidente da Comissão, honram também o Estado da Paraíba. Apesar de pequenino, o Estado é guerreiro e apresenta sempre políticos talentosos, que contribuem com esse trabalho.

E volto a insistir, Sr. Presidente, em três pontos para a votação. O primeiro é a busca da transparência. Conseguimos destrinchar a proposta inicial do Governo, para poder fazer a classificação tanto das despesas previdenciárias, em urbanas e rurais, para permitir um acompanhamento, quanto do seguro–desemprego, sobre o qual diversas classificações foram feitas, evitando–se que o montante global pudesse camuflar algumas despesas.

Diante da iniciativa de fazer essa classificação, identificamos o valor desproporcional do acréscimo de mais de 600%, de 2004 para cá, no seguro–desemprego para o pescador artesanal, que vai atingir, provavelmente em 2012 – os parâmetros indicam isso –, cerca de 2,2 bilhões de reais, enquanto o seguro–desemprego de todas as categorias alcança valor extremamente alto: mais de 27 bilhões de reais. Então, essa proporção tem que ser identificada, até porque, se vivemos num país que busca o pleno emprego, por que as despesas com seguro–desemprego vêm sempre aumentando?

Nesse sentido, fizemos também a indicação ao Relator–Geral do aumento para os aposentados que ganham mais de 1 salário mínimo, identificando que para cada 1% de aumento se prevê uma despesa de cerca de 1,5 bilhão de reais. Para um governo que trata com prioridade – e deve tratar – o Bolsa Família, com 18 bilhões de reais, para um governo que trata com prioridade – e deve tratar – o seguro–desemprego, com 27 bilhões de reais, fazer um esforço para também contemplar o aumento dos servidores aposentados, em alguns pontos percentuais, é uma medida justa, é uma medida necessária. E caberá ao Relator–Geral fazê–lo.

Além dessa indicação, fizemos também dois requerimentos ao Tribunal de Contas da União, para auditorias externas na questão das transferências de recursos para as entidades privadas, no âmbito do Ministério do Trabalho, e para a auditoria do seguro–emprego do pescador artesanal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Parabenizo V.Exa.

Convido, para a leitura dos dois pareceres, que serão posteriormente votados – do AVN nº 12, do Congresso Nacional, e do Relatório nº 1, de 2011, do COI – o Deputado Weliton Prado, que faz um brilhante trabalho à frente do COI.

Deputado Pedro Chaves, por favor, meu queridíssimo companheiro...

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Dando sequência aos nossos trabalhos, vamos passar a palavra ao Deputado Weliton Prado, para que apresente o Relatório do Comitê de Avaliação das Informações Sobre as Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI sobre o Aviso nº 12, de 2011.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Bom dia a todas e a todos.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar e de parabenizar a Assessoria da Comissão, tão competente. E quero parabenizar pelo trabalho realizado todos os Deputados e Senadores. De forma muito especial, parabenizo Romiro.

Eis o parecer:

"Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 99, § 6º, da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 (LDO 2011), o relatório contendo a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 2.018 – Seses/TCU, de 09 de novembro de 2010, relativas às obras com indícios de irregularidades graves."

Relator: Comitê de Avaliação das Informações Sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI).

1. O presente Parecer avalia o Aviso nº 12/2011–CN (Aviso nº 359, de 12 de maio de 2011, na origem), que relaciona 46 obras nas quais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Weliton, só um minutinho.

Nós temos que votar primeiro a inclusão dos relatórios na pauta.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Ah! Certo.

Por uma questão regimental, o Presidente vai usar a palavra para cumprir os pressupostos regimentais, e darmos continuidade à leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Nós vamos colocar em votação o requerimento de inclusão na pauta, extrapauta, do Aviso nº 12, de 2011, de autoria do Deputado Weliton Prado, do COI.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o outro requerimento do Deputado Weliton Prado, de inclusão na pauta do Relatório nº 1 do COI ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Incluídas as duas matérias na pauta, passo a palavra ao Deputado Weliton Prado para apresentar o seu relatório.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Gostaria de agradecer.

Dando continuidade, nós estamos cumprindo o disposto no art. 99, § 6º, da Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO 2011):

"I – Introdução

1. O presente parecer avalia o Aviso nº 12/2011–CN (Aviso nº 359–GP/TCU, de 12 de maio de 2011, na origem), que relaciona 46 obras nas quais foram identificados indícios de irregularidades graves no exercício de 2010. O referido Aviso foi encaminhado pelo TCU a esta Comissão com o objetivo de atualizar as informações sobre tais empreendimentos, nos termos do § 6º do art. 99 da Lei nº 12.309/2010 (LDO 2011)."

Na essência, esse trabalho apresenta o monitoramento das obras nas quais foram identificados indícios de irregularidades graves, nos exercícios de 2010 e 2011.

"2. Por meio do Of. Pres. nº 185, de 2011, da Comissão Mista de Orçamento, de 1º de junho de 2011, o Presidente da CMO designou este Comitê para relatar o citado Aviso nº 12/2011–CN e os demais avisos a ele anexados.

3. A competência do COI para deliberar sobre a matéria consta do art. 24 da Resolução nº 1, de 2006–CN, nos seguintes termos:

"Art. 24. Ao Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves cabe:

I – propor a atualização das informações relativas a obras e serviços em que foram identificados indícios de irregularidades graves e relacionados em anexo à lei orçamentária anual;"

Para desincumbir–se da Relatoria, este Comitê realizou reuniões com gestores e técnicos do TCU, consultores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o objetivo de avaliar corretamente a situação e os riscos a que está submetido o Erário diante dos indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU, acima de tudo para conhecer as medidas já adotadas pelos gestores para sanar as impropriedades relatadas.

"II – Resumo da Análise

6. Primeiramente, cumpre destacar que o mecanismo de controle de obras e serviços com indícios de irregularidades graves operado por esta Comissão, com o auxílio do TCU, tem revelado resultados altamente positivos para a proteção do Erário e dos princípios a que está submetida a Administração Pública.

7. Com efeito, veja–se, por exemplo, que dos 55 indícios de irregularidades graves (IGP) relativos a obras e serviços de engenharia informados à CMO nos exercícios de 2010/2011, em 34 casos (62%) o TCU concluiu por retirar a recomendação de paralisação após a ação proativa e articulada entre a CMO, os gestores

dos órgãos responsáveis pelas obras e serviços e o próprio TCU, com o objetivo de sanear as pendências.

8. Na mesma linha, em novembro de 2010, para subsidiar a elaboração da LOA 2011, o TCU relacionou 32 subtítulos com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação.

9. Naquela oportunidade, a CMO, acolhendo proposta deste Comitê, e após considerar os possíveis prejuízos à Administração e à sociedade, caso houvesse a paralisação dos empreendimentos, e, sobretudo, as medidas adotadas pelos gestores para sanear as pendências, deliberou pela inclusão de apenas 6 obras (17%) no Anexo VI da LOA 2011.

10. Decorrido menos de 1 ano daquela decisão, das 26 obras não incluídas no Anexo VI, apenas 6 (23%) permanecem com recomendação de paralisação por ainda não terem sido integralmente implementadas, pelos gestores, as medidas saneadoras recomendadas (...).

11. O elevado grau de saneamento das pendências remanescentes (77%) evidencia que a perspectiva de interrupção do fluxo financeiro para os empreendimentos, aliada à ação direta desta Comissão junto aos gestores, constitui instrumento de controle poderoso para a boa gestão de obras e serviços nos quais foram identificados indícios de irregularidades graves, na medida em que motiva os envolvidos a buscarem solução para os problemas detectados.

12. Resta claro, todavia, aos membros do COI, que o trabalho ora realizado não se encerra com a apresentação deste Parecer. Pelo contrário. A decisão pela inclusão ou não de determinada obra no Anexo VI da LOA 2011 representa apenas um dos momentos de um processo dinâmico, susceptível a mudanças rápidas e que se estende além do exercício financeiro ao qual se refere a LOA.

13. Assim, para que as decisões ora propostas sejam eficazes, é imprescindível que esta Comissão, por intermédio do TCU, que é o órgão técnico auxiliar do controle externo, mantenha estreito monitoramento dos desdobramentos da decisão tomada, entre os quais a verificação do cumprimento, por parte dos gestores, dos compromissos por eles assumidos para sanear ou esclarecer os indícios apontados, assim como para apurar responsabilidades daqueles que deram causa às irregularidades apontadas, em cumprimento ao § 3º do art. 98 da Lei nº 12.309/2010 (LDO 2011).

14. Feitos esses registros, a exemplo de exercícios anteriores, este Comitê propõe à CMO adotar como critério de trabalho não incluir no Anexo VI da LOA 2011 aqueles empreendimentos em estágio avançado de execução e também aqueles para os quais os gestores já adotaram ou informaram a esta Comissão que estão adotando as medidas necessárias ao saneamento das pendências e para a proteção do Erário.

15. Entre essas medidas estão a repactuação ou mesmo a rescisão, a revogação ou a anulação dos instrumentos contratuais e, quando associados a práticas consistentes de preservação do Erário, a manutenção pelo próprio gestor do compromisso de não liberar os recursos até o saneamento da pendência."

Eu gostaria de frisar que isso foi fundamental, em relação inclusive aos critérios que o COI assumiu, para que nós apresentássemos o nosso relatório. Foram as medidas que os gestores assumiram, de repactuação ou mesmo rescisão, revogação ou anulação dos instrumentos contratuais e, quando associados a práticas consistentes de preservação do Erário, a manutenção pelo próprio gestor – gostaria de frisar isso também – do compromisso de não liberar os recursos até o saneamento da pendência.

"16. Ressalte–se que a eficácia do mecanismo de bloqueio da dotação orçamentária esgota–se, como regra geral, com a formalização da rescisão contratual por parte do gestor, uma vez que a rescisão impede a realização de qualquer pagamento à conta daquele contrato, exceto, naturalmente, o pagamento dos serviços já executados.

17. Portanto, eventuais recursos que venham a ser apresentados pelas contratadas contra a rescisão, bem como pendências judiciais daí decorrentes, deverão ser analisados à luz da legislação que rege os contratos administrativos e das normas sobre infrações e crimes cometidos por agentes públicos, e não mais no âmbito da execução da LOA, assegurada ampla defesa aos interessados.

III – Voto do COI

18. Adotados os critérios mencionados nos itens 14 e 15 deste Parecer, verifica–se que as informações trazidas ao conhecimento deste Comitê pela Corte de Contas e pelos gestores, conforme detalhado no Anexo 1, não ensejam qualquer alteração no Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011), nesta oportunidade.

19. Em consequência, devem ser mantidos naquele Anexo os 5 (cinco) subtítulos que atualmente já se encontram nele relacionados, tendo em vista que a continuidade da execução física e financeira desses empreendimentos, sem que sejam adotadas as medidas corretivas exigidas, poderá resultar em danos à administração maiores do que aqueles decorrentes da paralisação.

20. Ao revés, a paralisação dos demais empreendimentos revelar–se–ia mais danosa à Administração que sua continuidade, diante do estágio de execução das obras e serviços e/ou das providências já adotadas pelos gestores.

21. Subtítulos a serem mantidos no Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011)

1) Projetos para prevenção de enchentes/controle de enchentes no Rio Poty – Teresina – Piauí (Av. Marginal Leste);

2) Obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins – Maceió – Alagoas;

3) Construção da Barragem do Rio Arraias, em Arraias, no Estado de Tocantins, na Região Norte;

4) Apoio à implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro (ligação Rio de Janeiro–Niterói–São Gonçalo, no Rio de Janeiro (PAC) Implantação do Metrô – Linha 3 do Rio de Janeiro; e

5) Ações de reestruturação urbana, interligação de áreas urbanas e de adequação de vias – Conclusão das obras do Complexo Viário do Rio Baquirivu – Guarulhos – São Paulo.

22. Tendo em vista a especial relevância de que se revestem algumas das situações reexaminadas neste Parecer, o Comitê propõe que seja encaminhada cópia deste documento ao TCU e" – é fundamental também – "à Controladoria-Geral da União (CGU), para que estes, no âmbito das respectivas competências, promovam a apuração das responsabilidades dos agentes que deram causa às ocorrências danosas ao Erário, em cumprimento ao § 3º do art. 98 da Lei nº 12.309/2010 (LDO 2011).

23. Feitos esses registros, os integrantes do COI votam pelo arquivamento do AVN 12/2011–CN."

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Esta Presidência agradece ao Deputado Weliton Prado pela apresentação do seu relatório.

Vamos dar início à discussão da matéria.

O primeiro Deputado inscrito é Claudio Cajado, do Democratas da Bahia. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de discutir esta matéria. Em que pese o nobre Deputado Weliton Prado ter feito o seu relatório com extrema dedicação, eu vou votar contrariamente ao relatório de S.Exa. E o farei por discordar de alguns critérios adotados.

Quais foram os critérios adotados? Em primeiro lugar – e gostaria que o Líder Gilmar Machado ouvisse –, eu apresentei aqui um requerimento de informações à PETROBRAS, que foi votado e aprovado. Em duas oportunidades chamei a atenção da Presidência e da Secretaria da Comissão de Orçamento para o fato de que não havia sido marcada a data da audiência. E não houve a audiência pública, cuja realização foi objeto de requerimento que nós aprovamos na Comissão.

Em segundo lugar, a própria Secretária da Comissão, D. Myrna, informou–me da dificuldade de agendar essa audiência, para que pudessem ser sanadas as minhas dúvidas.

Pari passu, fiz outra reclamação e fui abordado, nesta Comissão, por uma representante da PETROBRAS, que me pediu que transformasse o requerimento aprovado em pedido de informação, para que eu recebesse por escrito as informações que a PETROBRAS ia prestar sobre os fatos abordados no requerimento. Até hoje as informações não chegaram.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero apresentar um destaque para votar o relatório, ressalvada a PETROBRAS, para as Refinarias Abreu e Lima e Presidente Getúlio Vargas. Então, eu gostaria de ver com a Secretaria da Comissão se apresento este destaque agora, verbalmente, ou por escrito, porque o sistema – eu obtive esta informação com a minha Assessoria – não está funcionando.

Então, eu quero apresentar que o relatório seja discutido e, na votação,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – O destaque tem que ser por escrito, de próprio punho, e encaminhado para a Secretaria da Mesa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Então, eu vou pedir que não se encerre a discussão enquanto não apresentar à Mesa o destaque, porque não concordo, até porque o critério adotado é subjetivo. E me parece que o critério adotado pelo Deputado Weliton Prado foi o de fazer o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com diversas empresas, nos contratos com suspeita de irregularidades graves, no intuito de não trazer eventual dano ao Erário, cumpridos esses acordos ou esses TAC. Mas eu discordo desse critério e dessa medida.

Na minha opinião – e pedi vista do relatório –, o Tribunal de Contas está atuando de forma correta. Quanto às empresas que estão com esses indícios de irregularidades, ainda que haja a subjetividade de eventuais prejuízos, é pior nós termos situações como esta que está aqui, segundo a própria informação do Tribunal de Contas, na página 33/86 do relatório:

"O resultado é que, no caso sob análise, da Refinaria Abreu e Lima, em Recife, tais divergências implicam considerar (...) sobrepreço da ordem de 1 bilhão e 400 milhões de reais."

Então, eu não posso, absolutamente, sem as informações que pedi desde maio – desde maio! – e que não chegaram, com a transformação, a pedido de um representante da PETROBRAS, em informação por escrito – e nada chegou para mim –, aprovar este relatório.

Os democratas encaminham – e encaminharão no momento oportuno – a votação contrária, e farei o destaque para que se inclua no Anexo VI a PETROBRAS, nas duas obras: das Refinarias Abreu e Lima e Getúlio Vargas.

Lembro–me de que há 2 anos, salvo engano, conseguimos que a Comissão fizesse isso. E foi editada, no final do Governo Lula, uma medida provisória que desrespeitou a deliberação tomada por este Congresso, fazendo com que houvesse um absurdo desrespeito à prerrogativa de cada um de nós Parlamentares.

Portanto, vou insistir nessa condição. Acho que o Comitê de Avaliação das Informações Sobre Obras com Indícios de Irregularidades tem que ter uma atuação exemplar, como teve. Não vou colocar em dúvida, Deputado Weliton Prado, o seu relatório ou a sua coordenação, mas não concordo com esse critério. Não apenas não concordo, como também votarei contra e farei este destaque, para retirarmos. Irei até as últimas consequências, Presidente.

Portanto, gostaria que o meu destaque fosse aprovado e que pudéssemos fazer com que os recursos públicos fossem efetivamente aplicados, com responsabilidade e informação a esta Comissão de Orçamento. Muitos podem pensar que nós postergarmos determinadas decisões. As minhas não. As minhas eu não postergo. Posso até admitir, no diálogo, transigir em relação a prazos, mas ninguém aqui vai me enrolar ou vai deixar de colocar a transparência dos gastos onde deva acontecer, que é perante a sociedade brasileira. Estamos aqui defendendo os recursos públicos, e esse Comitê tem a obrigação de fazê–lo em relação às obras com indícios de irregularidades. Respeito o critério adotado pelo Comitê, mas discordo dele.

Portanto, vamos votar contra e apresentar o destaque, em especial a esses dois contratos da PETROBRAS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Dando continuidade ao debate, com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustre Relator, Sras. e Srs. Senadores presentes, na verdade, eu gostaria da atenção do Relator para dizer o seguinte: é claro que a responsabilidade que V.Exa. teve, e tem, ao dirigir esse Comitê durante este ano todo certamente foi compartilhada com os demais membros, com os demais Deputados e Senadores que fazem parte do Comitê. E esse é um dos Comitês mais importantes da nossa Comissão Mista de Orçamento, porque é um Comitê que trata justamente de avaliar, de analisar os subsídios que nos são dados por aquele que considero o principal órgão auxiliar do Legislativo, que é o Tribunal de Contas da União.

O Governo Federal, ultimamente, para a nossa surpresa, não tem levado muito em consideração o que lhe tem dito o Tribunal de Contas da União e a própria Controladoria–Geral da União. Este tem sido um governo reativo. Ele reage, não de forma preventiva para evitar improbidade, para evitar desperdício, para evitar corrupção, mas quando esses assuntos vêm à baila através da imprensa nacional. E isso é muito ruim para o País. Este ano, sete Ministros saíram do Governo – no primeiro ano de governo. Desses sete, seis saíram por suspeitas graves de corrupção, de improbidade administrativa. E nenhum desses Ministérios pode alegar – nenhum deles – que não foi fiscalizado, que não foram apontados malfeitos e ilícitos pelos diversos órgãos de controle do Governo Federal. Não obstante, o Governo Federal se mostrou silente, se mostrou omisso, se mostrou apático. E as coisas só vieram a lume, só vieram à tona, graças a Deus, porque nós temos no Brasil uma imprensa vigilante, uma imprensa que nos ajuda muito, para que possamos ser de verdade uma sociedade democrática.

Sr. Deputado Weliton Prado, quero inicialmente elogiar o trabalho de V.Exa., reconhecer o esforço que V.Exa. fez, de buscar conciliar os diversos interesses. Eu sei que o Brasil não pode pagar um preço pelas obras inacabadas. Nós sabemos o prejuízo que isso significa para o País, quando as obras são interrompidas e demoram muito tempo para serem retomadas; o que isso significa de prejuízo para os canteiros de obras, para a expectativa das diferentes populações, de que aquelas obras que foram elencadas, aquelas obras que foram apontadas, que foram anunciadas e que são esperadas ansiosamente, transformem–se em realidade. Nós sabemos das dificuldades operacionais que o Governo tem para colocar em prática o que vem sendo votado aqui no Congresso Nacional. O PAC é um exemplo disso.

Nós temos notícia, inclusive, de que a própria Presidente da República, no último mês, quando faz a avaliação do seu primeiro ano de governo, demonstra uma insatisfação enorme com a incapacidade gerencial do Governo que ela preside de colocar em prática e fazer valer o que está na lei.

Ou seja, nós vivemos, infelizmente, no mundo da fantasia, da pirotecnia, do *mise–en–scène*. E isso, Sr. Deputado, eu não tenho dúvida, de que é uma frustração para V.Exa. e para grande parte dos brasileiros, que têm a expectativa de que as promessas de campanha sejam realizadas.

Em especial, o nosso Tribunal de Contas apresenta um relatório já depurado. Nós estabelecemos, nesta

Comissão, mecanismos que permitem aos poderes públicos, aos órgãos gestores, se explicar, contraditar, levantar provas, corrigir as distorções apontadas pelos órgãos de controle da União, para se adequarem ao que diz a nossa legislação. E o Tribunal de Contas, auxiliado por esta Comissão, tem feito esse trabalho, junto com a Controladoria–Geral da União. Mas o que chega a esta Casa já é fruto desse filtro, já é fruto justamente de todo um trabalho prévio de negociação com os gestores.

Sr. Deputado, ilustre Relator, eu não posso ficar silente e não tomar uma posição como membro e coordenador do PSDB, da bancada de Oposição, não em relação ao relatório como um todo – e reconheço o trabalho que V.Exa. fez; e, como já coloquei anteriormente, é frustrante ver os canteiros de obras paralisados –, mas até como um alerta para o Governo. São 28 ou 29 as obras apontadas com graves irregularidades. Remanescem, através do seu Comitê, 5 ou 6. Cinco? As outras passaram. E muitas delas passaram com Termos de Ajustamento de Conduta, com Manuais de Procedimento, com pedidos reiterados, feitos há muitos anos, para que haja uma adequação para evitar a improbidade, o ilícito, o que está desconforme com a legislação.

E aí eu quero levantar, em especial, a questão da PETROBRAS. É a maior empresa brasileira e uma das maiores empresas do mundo, mas a PETROBRAS, que é gerida pela maioria dos brasileiros através dos recursos que são colocados lá por capitalização do Tesouro Nacional... Nós, aqui nesta Casa, já aprovamos diversas vezes recursos para que o BNDES e o próprio Tesouro, de forma direta, financiem e capitalizem a PETROBRAS, em especial no último ano, com a questão do pré–sal. São recursos oriundos dos impostos pagos por todos os brasileiros. A PETROBRAS atua no Brasil como se atuasse num país à parte, com uma legislação própria, com uma ética e uma forma de comportamento diferenciadas, como se pudesse ser incólume, como se pudesse ser uma ilha no mar da legalidade. Então, a PETROBRAS tem uma forma diferente de tratar a legislação brasileira.

Nós reconhecemos, Sr. Deputado Relator, que existem especificidades, que existem situações diferenciadas, que existem situações técnicas específicas oriundas da PETROBRAS, mas não as distorções que são apontadas desde 2008, quando começaram os serviços de terraplanagem, de movimento de terra, lá em Abreu e Lima.

Todos os anos – parece aquele aluno trabalhoso, aquele aluno que dá trabalho dentro da sala de aula, que é irresignado, que não aceita a legislação, que se insubordina e que faz de propósito, de pirraça – chega a esta Casa a mesma situação de orientação do Tribunal de Contas da União e dos órgãos de controle do Governo Federal para que a PETROBRAS tome juízo, se ajeite e deixe de desperdiçar os recursos públicos brasileiros.

Então, Sr. Relator, eu não posso deixar de ressaltar que a PETROBRAS tem sido um aluno que não tem querido se resguardar e se adequar à legislação brasileira. O potencial de dano, como disse o Deputado Cajado, de 1 bilhão, 324 milhões apenas na Refinaria Abreu e Lima, com situações as mais esdrúxulas: por exemplo, adicional de atratividade da mão de obra 30% acima do normal, colocando–se a possibilidade de que é uma área que precisa ter esse atrativo, quando o próprio Tribunal de Contas da União verifica que, com 30% a menos, é o maior pagamento feito de mão de obra terceirizada em todo o território de Pernambuco, imagine com 30% a mais. DDI, que é a bonificação direta paga às empresas quase 3 vezes maior – 3 vezes, Sr. Presidente –, 300% a mais do que é pago pelo Governo Federal nas diversas frentes de trabalho.

Então, trata–se de uma série de situações que infelizmente a PETROBRAS vem repetindo à exaustão, como se tivesse testando a nossa paciência. A PETROBRAS tensiona com o Congresso, tensiona com o Ministério Público, tensiona com o Tribunal de Contas, tensiona com a Controladoria–Geral da União, tensiona com o País. Então, não é possível que isso fique incólume, que nós sejamos coniventes com essa situação.

Eu quero novamente elogiar o trabalho de V.Exa., mas me coloco favorável à posição do Deputado Claudio Cajado de aprovar o relatório de V.Exa. quase na sua plenitude. Mas destaco a situação das duas obras da PETROBRAS. Em relação às demais eu não vou nem tecer comentários, levando em consideração que são obras que, em sua maioria, não estão chegando pela primeira vez ou tiveram a sua adequação própria. Mas, em relação à PETROBRAS, nós estamos solidários com a posição dos democratas.

Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, eu quero levantar uma questão de ordem a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – O relatório do Deputado Weliton Prado foi apresentado ontem. E, conforme prescreve o art. 120 da Resolução nº 01, nós temos que ter um prazo para emendar o relatório e apresentarmos as modificações ao mesmo. E esse prazo não foi apresentado aos Deputados.

Portanto, eu peço a V.Exa. que defira o prazo e, se V.Exa. assim desejar, eu posso sugerir ou entrar

num acordo. O prazo determinado pela Resolução nº 01 é de 5 dias, mas nós podemos transigir. Portanto, eu já deixo a questão de ordem formulada a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – É até 5 dias.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu deixo a questão formulada a V.Exa. para que nós possamos aqui transigir num prazo que consideremos pelo menos razoável para fazermos as modificações no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – V.Exa. tem razão quanto à questão de ordem. Nós vamos, então, sugerir 2 dias de prazo, hoje e amanhã. A inclusão das duas matérias na pauta já foi votada.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, eu quero dialogar e argumentar, porque nós havíamos feito um acordo com o Senador Vital. Eu, junto com os Deputados Cajado e Rogério, queria que pudéssemos construir um entendimento.

Nosso entendimento é o de que hoje nós vamos encerrar esta discussão e não votamos. Vamos, então, amanhã, fazer todas as votações. Peço então ao Presidente em exercício, Deputado Pedro Chaves, que solicite a todos os Relatores que entreguem os seus relatórios hoje com os destaques, para que, amanhã, nós possamos votar todos os relatórios e mais o relatório do PPA, do Senador Walter Pinheiro, e votaríamos, então, tanto o relatório do Deputado Weliton Prado quanto o do Deputado Danilo Forte.

Eu quero, então, fazer essa proposta, porque nós teríamos o dia de hoje e mais um pedaço do dia de amanhã. Nós poderíamos deixar o relatório do Deputado Weliton Prado para votar logo depois do almoço, porque daria, então, esse tempo para fazermos então essa ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Vamos tentar então construir um acordo, porque não podemos separar o dia no meio. Tem que ser dia.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Como proposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Ou hoje, ou hoje e amanhã.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Primeiro, não aceito que se encerre a discussão, até porque nós queremos retirar.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Ninguém vai encerrar não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Fica retirado, mas só suspensa a discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – A proposta do Deputado Gilmar foi encerrar a discussão e deixar... Não existe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Suspende a discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Nós queremos um prazo de 2 dias para apresentar a nossa emenda. E vamos até às últimas consequências nessa questão. Portanto, acordo há para, amanhã, nós votarmos os relatórios setoriais e o PPA. E, em relação ao Aviso nº 12, nós não temos acordo.

Nós vamos apresentar as emendas. Nós não vamos permitir que haja o desrespeito que está havendo para com esta Comissão no que se refere aos gastos públicos não informados e com pouca transparência. Essa discussão eu travei alguns anos atrás, salvo engano 2, e não me esqueço do que aconteceu quando o Presidente Lula baixou a medida provisória surrupiando a competência desta Comissão de poder tirar as obras com indícios de irregularidades graves. Nós estamos falando aqui em recursos que estão com sobrepreço de mais de 1 bilhão de reais, o que não foi esclarecido.

Essa é uma questão grave, e nós não podemos transigir. Daí porque nós queremos que o prazo seja deferido. Vamos apresentar as nossas emendas e esperamos que o nobre Deputado Weliton Prado possa avaliar essa questão e incluir no Anexo VI mais essas duas obras que se referem à PETROBRAS, Abreu e Lima e Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Esta Presidência, então, toma a seguinte decisão: nós vamos suspender os trabalhos, vamos abrir um prazo hoje e amanhã para apresentação de emendas com relação ao COI, aos 2 relatórios, e vamos reiniciar a nossa sessão, suspensa hoje, amanhã, às 9 horas para, caso haja acordo, votação dos relatórios setoriais.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – E o PPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – E o PPA.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, apenas para nos posicionar também em relação ao PSDB, quero dizer a V.Exa. que é evidente que, dentro de um colegiado como o nosso, é possível que os acordos entre os Líderes permitam inclusive a quebra do interstício e termos algumas situações que ultrapassam o Regimento, desde que haja consentimento comum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Correto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Mas, neste caso em tela, o que nos move não é o sentimento, caro Relator, de desqualificar o relatório de V.Exa. que reputo e reitero que é um relatório consistente e bem–intencionado, como disse, para evitar inclusive prejuízo de obras paralisadas. Mas é muito mais no sentido de dar um aviso ao próprio Governo Federal

para que ele entenda que a PETROBRAS não pode ser um Estado dentro do Estado. Nós não temos sequer, Sr. Relator, o acompanhamento da execução orçamentária dos investimentos feitos pela PETROBRAS e demais estatais, o que tem sido cobrado por esta Comissão nos últimos 10 anos.

O Governo não consegue, por condições operacionais – V.Exa. certamente vai rir comigo –, permitir que esta Casa faça o seu dever constitucional, que é acompanhar a execução orçamentária, ou seja, saber onde estão sendo aplicados os recursos oriundos dos impostos da população brasileira. Então, para nós, é uma situação que transcende a questão objetiva do relatório de V.Exa.

Portanto, nós entendemos que a PETROBRAS precisa vir aqui a esta Casa se explicar. Este é um momento de reflexão e um momento de freio, para que o Governo entenda a necessidade de que a PETROBRAS não pode ser um Estado dentro do Estado, faz parte do Governo Federal e pertence ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, no mesmo sentido, eu acho que a palavra do Deputado Rogério Marinho foi cirúrgica. É hora de esta Comissão se impor e colocar freios na usurpação de competências que está existindo por parte do Governo Federal.

Há pouco eu apresentava o meu relatório setorial e falava que uma das maiores dificuldades que encontrei foi exatamente a falta de transparência na proposta do Executivo lançada em agosto. Ressalto que foi preciso se debruçar, contar com a coragem da equipe técnica que me acompanha para que nós pudéssemos enfrentar o Governo e avançar para conseguir destrinchar despesas, classificar essas despesas, a fim de permitir o dever constitucional desta Casa, que é acompanhar os gastos, a evolução desses gastos.

O Governo praticamente quer uma mega DRU. Quer colocar tudo num bolo só, gastar sem planejamento e, no final do ano, apresentar as contas. Não é assim! Orçamento é planejamento! E nós temos que prezar por esse caminho. E vejam só: o Governo prefere investir, acima de tudo e de todos, em obras com vícios, em obras com irregularidades, e deixa de investir no seu maior patrimônio, que são os recursos humanos! Eu disse que não há previsão e pedi essa indicação ao Relator-Geral de aumento para o aposentado, aquele que ganha acima do salário mínimo. Estão aqui os servidores do Judiciário Federal, buscando também o seu reajuste. E o Governo também vira as costas para eles e prefere priorizar obras com vícios de irregularidade.

Então, ou se investe em quem precisa ou se investe em recursos humanos, ou então tem que se dar uma justificativa. Por que não se concede o plano de cargos, carreira e salário dos servidores federais, dos servidores do Judiciário? *(Palmas.)* Por que se investe em obras irregulares? Por que se investe em obras com vícios? Por que o aposentado que ganha mais de um salário mínimo não tem direito a um ganho real?

Essas perguntas que temos de fazer. Por isso é preciso que haja mais tempo para fazermos esta discussão, para que possam ser apresentados os destaques ao texto, para que possamos avançar e evoluir. Quem sabe se essas obras irregulares ficarem paralisadas se não vai aparecer o recurso que o Governo precisa para atender os aposentados e os servidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, nós vamos ter oportunidade de voltar a dialogar, amanhã ou depois, sobre o relatório que o Deputado Weliton Prado apresentou.

Eu quero dizer que fica parecendo aqui que o relatório foi apresentado agora e que não houve por parte do COI reuniões abertas, públicas, com representação inclusive da PETROBRAS. O Deputado Claudio Cajado teve oportunidade e vai ter de novo. A PETROBRAS esteve aqui em todas as chamadas para o debate do COI, com reunião pública. Reunião pública! Ficamos aqui mais de dois dias. Depois, na segunda–feira, houve outra audiência, durante o dia inteiro, para tratar exatamente desta matéria. A PETROBRAS esteve aqui o tempo inteiro.

Fica parecendo que a PETROBRAS se recusou a participar desse processo, fica parecendo que não houve esse trabalho. Então, é bom, depois, durante esses dias, termos oportunidade de ver as notas taquigráficas. Está aqui a Taquigrafia, que registrou tudo. A televisão filmou. Então, vamos poder ver.

Então, quero só dizer que o Governo, em momento algum, se recusou a dar informação. A informação foi dada. A PETROBRAS, todas as vezes em que foi chamada, veio a esta Casa, prestou os esclarecimentos. E é por isso que nós estamos aqui com tranquilidade.

Mas, no momento certo, faremos de novo o debate. Estamos muito tranquilos com relação a essa questão e vamos, na hora correta, fazer a votação, para que nós possamos ter aquele investimento importante para o Brasil. Que ele continue, para que nós possamos, de fato, também, não só gerar emprego, mas, principalmente, o Brasil continuar sendo, de fato, esta potência econômica que é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Quero só avisar ao Plenário que nós temos aqui mais quatro Deputados inscritos. Nós não vamos encerrar a discussão hoje. Ela será suspensa para prosseguir após os dois dias concedidos de prazo para as emendas.

Consulto se os Deputados inscritos permanecem. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Geraldo Simões.

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Sr. Presidente, eu até entendo a birra da Oposição para com a PETROBRAS. O desejo da Oposição, quando Governo, era vender essa empresa. Eu me lembro da tentativa de mudar o nome de PETROBRAS para PETROBRAX, um nome mais augusto dos gringos endinheirados. De lá para cá, essa empresa é só sucesso. Recebeu prêmio do mundo inteiro por conta da sua competência, da sua capacidade de gestão, da descoberta do pré–sal e por aí vai. Eu entendo o porquê dessa birra da Oposição contra a PETROBRAS, tão bem administrada, com tantos resultados positivos auferidos ao País. E sei, perfeitamente, o papel desta Comissão, até porque fiz parte dela no ano passado. E vi os equívocos do Tribunal de Contas da União, reconhecidos pelo próprio TCU. Uma obra importante no Porto de Vitória, um dos portos mais importantes do Brasil, foi tirada da relação de obras em condições de serem tocadas para frente por conta de uma restrição do TCU. O Tribunal de Contas da União dizia que tinha um sobrepreço de 30 milhões de reais. Parou a obra, um prejuízo enorme para o Brasil e para aquele Estado e, hoje, o TCU já baixou esse sobrepreço de 30 milhões para 3 milhões. E, com certeza, o sobrepreço vai ser nenhum, quando o TCU se debruçar, com mais cuidado, sobre as informações que a Secretaria Especial de Portos vai passar para esse órgão.

Eu estranho também a questão da refinaria do Paraná, a Refinaria Getúlio Vargas, que não está nem indicada pela PETROBRAS e é uma obra com indício de irregularidades. Aí o Deputado Claudio Cajado quer se arvorar como membro do TCU! Eu sei que é um Deputado poderoso, capaz, mas ele é Deputado! O TCU não indicou essa obra com indício de irregularidade. Quer o Deputado Cajado indicar. Daqui a pouco, indica a refinaria da Bahia, a Refinaria de Mataripe, por conta da birra contra a PETROBRAS.

Essa Abreu e Lima, que dói no cotovelo da Oposição, porque nunca fizeram refinaria... Nunca fizeram refinaria! Além de investir na refinaria (*ininteligível)*, nós estamos fazendo duas, que é a Abreu e Lima e vamos fazer a Premium no Maranhão.

Os técnicos da PETROBRAS têm debatido, de maneira cuidadosa, com os técnicos do TCU. E o TCU está ouvindo as ponderações da PETROBRAS, para ver a conclusão, que solução nós vamos dar para essa obra.

Agora, é uma irresponsabilidade do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e da CMO, por conta de birra contra a PETROBRAS, querer parar o maior empreendimento do Brasil, que é Abreu e Lima, e demitir 32 mil trabalhadores! Será que o gosto de fazer oposição é maior do que a responsabilidade para com o Brasil?

Não quero crer que o meu conterrâneo Cajado, que sabe o que é governar, claro que numa dimensão menor, que é o Município de Dias D'Ávila – ele sabe o que é governar –, eu não acredito que ele ia concordar com isso se a Câmara de Vereadores de Dias DÁvila quisesse parar uma obra por conta de um comentário dessa linha ou daquela. Eu não acredito que ele concordaria com esses argumentos da Câmara dos Vereadores de Dias D'Ávila.

Por último, Sr. Presidente, não pode o Deputado Cajado dizer que a PETROBRAS está se omitindo em passar informação para ele. Se ele quer fazer uma crítica, que faça na Comissão Mista de Orçamento, que não analisou ainda os requerimentos do Deputado, o requerimento de informação e o requerimento que convida para aqui comparecer o competente Presidente da PETROBRAS, que é o José Sérgio Gabrielli.

Portanto, o Deputado Gilmar já falou aqui como nosso Líder. Eu queria ponderar com os membros da Oposição que nós não podemos trabalhar contra o Brasil. Não podemos trabalhar contra o Brasil. Os técnicos da PETROBRAS estão se entendendo com os técnicos do TCU. O Tribunal de Contas da União não estava acostumado a fiscalizar obra desse vulto. Aqui no Brasil só se via estradinha pra aqui, uma pontezinha pra lá. Não havia obras com essa magnitude. O TCU está se preparando para isso agora, está aprendendo com o nosso Governo como acompanhar obras dessa complexidade. Uma obra numa refinaria não é uma obra de estrada. Uma obra de refinaria não é uma obra de um galpão. Isso é uma obra mais sofisticada, com alto grau de tecnologia, e o TCU não está ainda afeito a essa tecnologia. Claro que isso será corrigido, Sr. Presidente.

Concluo, portanto, Sr. Presidente, chamando à responsabilidade os nossos pares da Comissão de Orçamento, para que não coloquem o desejo de fazer a oposição acima dos interesses do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, eu me sinto a cavaleiro, porque

o Ceará já taxou o Sr. Sérgio Gabrielli de *persona non grata* no Estado.

O calote que a PETROBRAS vem dando ao Brasil e o prejuízo que a PETROBRAS vem dando à nossa Nação é de uma magnitude... E agora se consegue ter uma simplicidade na seguinte justificativa: *"Não, vamos deixar a corrupção se instalar para poder manter o emprego de 10 mil pessoas, 20 mil pessoas, 30 mil pessoas"*.

Não se pode ser assim tão simplista. O Sr. Sérgio Gabrielli assinou o contrato de uma siderúrgica do Ceará e deu um calote. Um calote! Se fosse outra iniciativa, se não fosse o populismo do Presidente Lula, esse cidadão já teria sido expulso do Brasil, e fica com essas manobras, querendo justificar a corrupção.

Nunca antes na história do Brasil sete Ministros, em tão pouco tempo, foram demitidos. Nunca antes na história do Brasil sete Ministros foram demitidos em tão pouco tempo, e se quer cobrir o sol com a peneira. O que nós precisamos é de não deixar as nossas prerrogativas serem usurpadas. O que nós precisamos é de ter clareza com os nossos investimentos no País.

Está lá no Ceará a Refinaria Premium – desculpem o termo – sendo tocada com a barriga e gerando, na Comissão de Orçamento, essa briga entre alguns Parlamentares, que dizem que a Oposição está atrapalhando o País. Muito pelo contrário, a Oposição está defendendo os interesses do País, está trabalhando a favor do País, para que os bilhões de reais que vão para o ralo fortaleçam a saúde, a educação, melhorem a infraestrutura e combatam o caos instalado hoje nos nossos portos, porque ninguém consegue avançar, no Brasil, no comércio exterior, em virtude do caos nos portos e aeroportos. Então, a nossa posição é mais do que legítima.

Sr. Presidente, aproveito a presença do Líder Gilmar para dizer que estamos preocupados também porque já se está dizendo pelos corredores que a Presidente Dilma vai, com base no Decreto nº 7.641, cancelar os Restos a Pagar de obras não iniciadas de 2009 e 2010. Isso é preocupante, Líder Gilmar. O Decreto nº 7.641, da Presidente Dilma vai cancelar as obras não iniciadas em 2009 e 2010, como se os Prefeitos fossem culpados disso. Culpado é o Governo que fez um pacto com a Caixa Econômica, que não tem competência e, acima de tudo, pessoal para fazer com que possamos garantir os recursos para os Municípios.

Será um caos se efetivamente esses Restos a Pagar de 2009 e 2010... se esse decreto da Presidente Dilma for realmente efetivado. Esse um desserviço à Nação. Eu acho que esta Comissão tem de ter um posicionamento para que isso não ocorra, porque se existem muitas e muitas obras não iniciadas, mesmo inscritas em Restos a Pagar, isso se deve à Caixa Econômica e à estrutura do Governo. Ninguém sabe até que ponto a Caixa Econômica vive ganhando bilhões de reais com os recursos dos Municípios e dos Estados, recursos de emenda, que estão lá aplicados.

Então, Sr. Presidente, fica a observação para que tomemos a devida cautela e façamos uma medida até preventiva, para que não se efetive o que já está circulando nos corredores do Congresso, no sentido de que os Restos a Pagar de 2009 e 2010 serão cancelados pela Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, colegas Deputados, vou iniciar minha fala relembrando o óbvio. Às vezes, é preciso relembrar o óbvio para trazer as pessoas para a realidade. Nós estamos discutindo um relatório que se fundamenta na obrigação do Congresso Nacional de analisar a informação que nos foi passada pelo Tribunal de Contas da União e que não foi uma informação como uma mera correspondência. Os Ministros do Tribunal de Contas se reuniram e, em acórdão, passaram a esta Casa a missão de analisar o que eles chamam de grave risco. Eles colocam de maneira clara que entre essas obras – e não foram uma ou duas, foram 27, e o Relator, de maneira generosa, entendeu que apenas seis representavam risco; algumas já estavam paralisadas há décadas e por isso não representam nenhuma novidade – destacam–se... E não se destacam por uma questão de oposição desta Casa. Quem colocou isso foi o Tribunal de Contas. É esse óbvio que estou trazendo novamente à luz do debate.

Essa retórica de dizer que é uma oposição ao Brasil, uma oposição à PETROBRAS... Ora, será que não se tomou o cuidado de observar que o relatório menciona de maneira clara que só na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife, Pernambuco, o potencial de dano ao Erário é de R$ 1.324.116.792,62 . Isso foi calculado, tirado dos dados reais do contrato firmado pela PETROBRAS e que apresenta falhas gravíssimas que podem levar o País a um prejuízo de mais de 1 bilhão de reais em apenas uma dessas obras.

Aí, nós somos obrigados a ouvir aqui – este é um ambiente próprio da democracia, mas não devemos ouvir sem responder – que isso é uma ação irresponsável da Oposição para parar uma obra, que vai provocar desemprego, que vai prejudicar o Brasil. Talvez seja responsável fazer vista grossa e dizer: "*Mas é só mais 1 bilhão e 300 milhões!*" É mais 1 bilhão e 300 milhões nesse ralo de desperdício de dinheiro público, nessa roubalheira que se instalou e se institucionalizou! Corrupção virou coisa normal! E, quando questiona-

rem, vamos dizer assim: "*Olha, não é de agora não; isso já havia no passado!*" Então se justifica? É este o raciocínio? É esta a prática da cortina de fumaça de vir com argumentos como esse, absurdo, de que antes não se investia na PETROBRAS ou em refinarias? Aliás, eu acho que vão voltar com aquele lema de que o Brasil foi descoberto em 2003. Deve ser isso! Em 2003 é que nós começamos a industrialização no Brasil; em 2003 é que se começou alguma coisa aqui, no Brasil, porque foi de lá para cá que se construíram refinarias, foi de lá para cá que a PETROBRAS passou a ter algum significado.

Ora, tenham mais respeito pela inteligência do povo brasileiro! Essa cortina de fumaça não funciona mais! Não adianta querer dizer que havia problemas no passado ou que não havia investimentos e que agora há uma perseguição à PETROBRAS! Espere aí! A PETROBRAS não é patrimônio de um governo, e, muito menos, de um partido! Assim querem algumas pessoas: que ela seja patrimônio de um governo ou de um partido, numa linha patrimonialista que quase se confunde com aquele período não só das ditaduras, mas até do Império, em que o Estado era propriedade de algum déspota ou de algum monarca. Não! o Estado brasileiro pertence ao povo brasileiro, e o Congresso Nacional deve ter a soberania necessária para cuidar do patrimônio do povo brasileiro, para zelar para que não haja desvio de dinheiro público.

Nós não podemos cair, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Weliton Prado, nessa situação de achar que corrupção virou algo normal, que superfaturamento virou algo normal, que mais 1 bilhão e 300 milhões numa refinaria é algo normal. "*O orçamento da PETROBRAS é tão grande! O orçamento do Brasil é de mais de 1 trilhão de reais! Qual é o problema de 1 bilhão ser desviado?*" Nós não aceitamos isso! chega!

Não preciso nem de lembrar, como já foi feito aqui, e de chamar... E aí, obviamente, não há nenhum apelo nisso! É só falar o óbvio! E o dinheiro para a saúde, acerca do qual sempre há dificuldade de aceitar uma revisão na participação da União? E o dinheiro para remunerar de maneira mais justa e decente o servidor público?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Estou caminhando para a conclusão, Srs. Presidente.

E o dinheiro para que nós possamos repactuar a relação da Federação com os Municípios? Não há! É pouco! Mas, para manter o ralo, o esgoto da corrupção aberto, há dinheiro.

Não podemos fechar os olhos; não podemos simplesmente dizer o seguinte: "*Não, o Tribunal de Contas da União disse que há indício, mas nós vamos deixar a obra seguir, e depois vemos".* Tem que parar, sim! E não estamos falando de parar indefinidamente, não! Não é preciso demitir nenhum servidor, não! Não queremos que se deixe de construir refinarias, não! Queremos é que se deixe de desviar recursos públicos. Queremos é que a PETROBRAS, de maneira clara, corrija os erros, de maneira objetiva. "*Não! Está certo! Foram apontadas as irregularidades! Vamos saná–las e vamos tocar a obra.*"

É essa a posição que defende o PSDB. E comungamos com a questão levantada pelo Democrata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que, mais uma vez, corroboro as palavras do Deputado Domingos Sávio, que soube apresentar a questão com bastante clareza.

Pelas palavras dos membros da base do Governo, parece–me que realmente o Brasil foi inventado, ou descoberto, neste século. E nós começamos a ver o constrangimento nas palavras, porque o discurso tem que mudar. Não é verdade? Porque até o ano passado eles podiam culpar o Governo anterior. Agora, já têm que culpar o Governo de 10 anos atrás. Já não é o Governo anterior. Aí começa a haver constrangimento e malabarismos por parte da base do Governo ao querer criticar a privatização. E aí está a Dilma privatizando aeroportos, rodovias. Está tudo aí colocado!

Quer dizer, o constrangimento, num discurso fácil, começa a ficar claro! Começa a ficar uma cortina de fumaça, como foi vista.

O que nós estamos querendo é transparência! É uma palavra muito simples! São os princípios da ética e da conduta na gestão da coisa pública! É o zelo! Eu volto a dizer: o que o Deputado Cajado, o Deputado Raimundo, o Deputado Rogério, o Deputado Domingos Sávio e eu estamos querendo do Governo não é nada de mais! Nós estamos querendo transparência! Transparência para que o Congresso Nacional possa exercer sua função fiscalizadora!

Sr. Presidente, isso é obrigação! É obrigação da PETROBRAS apresentar garantias – que seja garantia real, que seja em espécie, que seja uma carta–fiança – para cobrir essa suspeita de sobrepreço de 1,3 bilhão de reais! Agora parece que o Congresso Nacional está pedindo favor, de joelhos – e digo de joelhos como eufemismo, para não falar em posição ainda mais vergonhosa –, diante do Poder Executivo! Porque é nessa situação em que se encontra o Poder Legislativo: de total submissão, de joelhos, diante de uma garantia legal, de uma exigência legal que existe

de a PETROBRAS apresentar uma garantia, seja real, seja em espécie, seja por meio de uma carta–fiança, por conta desse sobrepreço de 1,3 bilhão identificado pelo TCU.

Aí vêm aqui dizerem o quê? "*O Tribunal de Contas da União não estava preparado para fiscalizar obras desse porte.*" Quer dizer que no Brasil, agora, não há engenheiros para grandes obras? Há engenheiros para pequenas obras. Fiscais para grandes obras não há. Há fiscais para pequenas obras. Daqui a pouco vão querer dizer que há Deputados para cuidar de coisas de governo e Deputados de outro tamanho para cuidar de coisas de oposição.

Não dá para conviver com esse discurso fácil, superficial, que morre nas primeiras argumentações. O que nós estamos querendo exigir do Governo é transparência e ação. Ele está usurpando as competências do Congresso Nacional. Eu dizia agora há pouco que está provado por este relatório que o Governo prefere investir em obras irregulares, em obras viciadas, em obras que apresentam indícios graves de superfaturamento, e deixa de investir no seu maior patrimônio, que são os recursos humanos: os aposentados que ganham mais de um salário mínimo, que estão sem aumento; os servidores federais do Judiciário, que estão aqui em busca da aprovação do seu plano de cargos, carreira e salário, do seu reajuste, e lhes são dadas as costas. *(Palmas.)*

E quer, Sr. Presidente, uma prova de que são dadas as costas a esses cidadãos que estão aqui? É que é preciso – e eu volto a dizer – demonstrar a posição de joelhos, senão outra, em que nós estamos diante do Executivo, e, para isso, a base do Governo tem usado seu trator para impedir a apreciação dessa matéria. Esta é praticamente a terceira semana em que, na Comissão de Finanças e Tributação, o *quorum* é derrubado por obstrução da base do Governo. Sabem para quê? Para não apreciar a Mensagem do Judiciário nº 355, de 2011.

Aí, mais uma vez, o Congresso Nacional é desmoralizado pelo Poder Judiciário, porque há uma liminar do Ministro Fux dizendo que o Congresso Nacional tem que cumprir sua obrigação e tem que fazer essa análise. *(Palmas.)* Está aqui uma liminar concedida ontem:

"Considerando a documentação anexada na presente data pela Presidência da República, oficie–se às Mesas das Casas do Congresso Nacional para que apreciem a proposta de orçamento do Poder Judiciário anexa à Mensagem nº 355/2011, oficialmente elaborada, como integrante do projeto de lei que 'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012'."

Essa é um obrigação desta Comissão.

Então, Sr. Presidente, dentro do meu tempo regimental, concluo, dizendo que temos que levar a sério esse quesito da transparência, porque, a partir do momento em que o Governo prioriza dar seguimento a obras com indício de superfaturamento de 1,3 bilhão de reais, nós estamos pecando por deixarmos as nossas competências serem usurpadas; nós estamos pecando por permitir que a transparência não exista; e nós estamos pecando ao deixar de atender outras prioridades em que poderiam estar sendo investidos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Há mais três inscritos: Deputado João Dado; em seguida, Rui Costa; e Claudio Cajado.

Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, Sr. Coordenador do COI, Sras. e Srs. Parlamentares, quero falar aqui tecnicamente. Analisei o relatório do COI sob o aspecto técnico e proferi um voto em separado, que foi uma iniciativa, segundo consta, inovadora na Casa.

E por que o fiz? Gostaria de comentar a respeito das práticas do COI e da CMO, que precisam ser modificadas. Nós, da CMO e do COI, somos o Poder Legislativo que, em função de informação técnica do TCU, toma deliberações. Só que, até então, nós temos tomado deliberações em cima do que o TCU propõe e exclusivamente dessa forma.

No meu voto em separado, eu proponho uma modificação. Ou seja, com relação às obras da PETROBRAS, a minha sugestão, a minha proposta é no sentido do que disse o Deputado Efraim Filho: nós precisamos proteger o Erário. A proteção do Erário, nesse caso específico, se dá – e eu gostaria até que o Deputado Claudio Cajado compreendesse que essa parte técnica eu analisei à exaustão. As obras da PETROBRAS são feitas no formato *turn–key,* em que se estabelece um preço fechado para a execução da obra. Acontece que o TCU fez análises com base nos preços correntes dos produtos específicos e dos serviços específicos para refinarias.

O que aconteceu? Há uma taxa de variabilidade que a PETROBRAS adota que vai de menos 15% a mais 20% dos preços – de menos 15% a mais 20%. Ela é internacionalmente adotada. O que fez o TCU para apurar 1,3 bilhão de sobrepreço? Usou mais 20%. Usou a taxa máxima de variabilidade dos preços.

Ora, se o TCU está dizendo para o COI que é assim e propõe uma obstaculização, uma paralisação da obra, eu, no meu relatório, em ambas as obras – tanto na do Paraná quando na de Pernambuco –, sugiro que seja feita a retenção cautelar de montante equivalente ao sobrepreço, para atender ao §2º do art. 94 da LDO de 2011, poder satisfazer a proteção do Erário.

Muito bem. Este é um caso que me parece emblemático. Não se trata aqui de questão política; trata–se de tecnicidade na análise de uma obra que apresentou, na análise feita pelo braço técnico do Poder Legislativo, o TCU, um sobrepreço, e utilizando – é importante registrar – a taxa máxima de variabilidade, que é mais 20% dos preços praticados. Se, ainda assim, ocorreu sobrepreço, penso eu – e fiz, tecnicamente, esse relatório, esse voto em separado, que vou transformar em emendas ao relatório do COI, para que sejam analisadas e apreciadas por esta Comissão de Orçamento – que, desta forma, nós estamos simplesmente cumprindo o que diz o preceito de proteção do Erário. É só isso.

Não se trata, no meu voto, por exemplo, de obstaculização da obra. Não. Mas nós temos uma figura que permite o caminhar da obra, porém, com retenção cautelar em igual valor – em igual valor! – àquele previsto no §2º do art. 94 da LDO de 2011 – está previsto em lei!

Então, Sr. Presidente, Sr. Coordenador, além dessas duas obras, eu relaciono mais sete obras. Mais sete. Gostaria de mencionar o porto de atracação de Vitória. Gostaria de mencionar a Ferrovia Norte–Sul. Vejam os senhores que, no caso específico da Norte–Sul, vem sempre aquela questão de que a obra está adiantada. Mas eu gostaria de registrar que a obra não estava adiantada quando o TCU fez a sua manifestação. E, de repente, para fugir ao controle do Poder Legislativo e de proteção do Erário, corre–se com a obra até que esta Comissão e este Poder Legislativo se manifestem. Parece–me que nós temos que nos acautelar através das retenções previstas em lei e previstas como um mecanismo, um instrumento suficiente e necessário para a proteção do Erário. E, aí, o braço técnico deste Poder Legislativo vai fazer as análises e vai fazer o que se chama de tomada de contas especial, para ver a confluência dos números.

Gostaria também de mencionar a BR–050 – item também aqui contemplado –, o entroncamento da BR–040 com a BR–267, a BR–116 e a BR–429. Para terem uma ideia, na BR–429, há um trecho com degradação precoce do pavimento, e isso precisa ser apurado. De que forma? Por meio da suspensão da obra e da sua análise técnica, para que nós possamos ter uma análise técnica de proteção do Erário.

Gostaria de concluir, Sr. Presidente, Sr. Coordenador, Sras. e Srs. Parlamentares, dizendo que tudo aquilo que é falado em relação ao TCU, a meu ver, peca pelo exagero. O TCU tem um corpo técnico reconhecidamente eficiente. O que aconteceu em relação às obras da PETROBRAS – e eu estava presente na audiência da PETROBRAS, há alguns anos – foi exatamente a ausência de mecanismos informatizados para que o TCU pudesse fazer o controle dos valores unitários dos serviços ou dos materiais utilizados nas obras. Quando a PETROBRAS enviou ao TCU esse mecanismo de agilidade na fiscalização, foi então possível haver o acerto de contas.

Hoje nós estamos numa situação diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Para concluir, nobre Deputado. Já expirou o tempo.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O TCU já tem os mecanismos necessários para agilizar. Porém, utilizando percentuais máximos de taxas de variabilidade, ainda assim remanesce um sobre preço de 1 bilhão e 30 milhões de reais.

A meu ver, nós precisamos – e este é o último item do meu relatório – aportar ao Orçamento – e esta Comissão pode fazê–lo – verba suficiente para aumentar os recursos humanos do TCU, para que não faltem mais no TCU, em nenhum momento, recursos humanos suficientes para satisfazer à proteção do Erário e à proteção daquilo que é o controle da peça orçamentária.

Nesse sentido, Sr. Presidente, gostaria de não só, e também nesse sentido, parabenizar o relatório do nosso Coordenador e do COI, porém, com as observações que fiz em separado, as quais vou transformar em emendas para apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Sr. Presidente, eu quero iniciar parabenizando o trabalho do Deputado Weliton. Sei que foi um trabalho difícil. Eu tive oportunidade, como membro da CMO – não como membro da Subcomissão –, de acompanhar seu trabalho.

Esta semana, na segunda–feira, houve a visita de várias empresas, entre elas a PETROBRAS, a VALEC, o DNIT, e de vários órgãos, entre eles o Tribunal de Contas da União. Na ocasião, todos prestaram esclarecimentos e se colocaram à disposição dos Deputados para tirarem dúvidas.

Portanto, ao longo de várias reuniões da Subcomissão – que V.Exa. conduziu muito bem –, chegou–se a essa proposta de relatório que, eu não tenho a menor dúvida, será aprovada por esta Comissão.

Ao tempo em que o parabenizo, eu comungo com a tese de que esta Casa é autônoma, de que esta Casa deve se debruçar sobre as indicações e sugestões do TCU, sobre as explicações do Governo, e chegar a suas próprias conclusões.

Portanto, eu acho que esta Casa deve, de forma permanente, agir com autonomia. Esta Casa não pode se intimidar – e agora dialogo especialmente com o Deputado Efraim – com posições do Executivo e muito menos com posições do Judiciário. Este é um Poder

autônomo, que deve definir o seu voto de forma autônoma, porque ele é o representante do povo brasileiro.

Quem recebeu a delegação do povo brasileiro para aqui definir fomos nós, Deputados e Senadores. Não cabe ao Executivo e nem ao Judiciário, seja por quais elementos for, impor vontade a esta Casa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Permita–me um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Não sei se é permitido conceder aparte agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Não é permitido aparte.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Infelizmente, não é permitido.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Quero apenas dizer que não podemos nos omitir, Presidente. Não podemos nos omitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Não é permitido aparte.

Com a palavra o Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Assim como a Oposição utiliza plena e corretamente todos os instrumentos regimentais, todos os instrumentos processuais para fazer valer a sua opinião, para fazer valer a sua tese e para fazer valer o debate nesta Casa – e corretamente o faz, utilizando cada artigo, cada parágrafo do regimento e da lei –, também o fazem aqueles que têm opinião contrária à da Oposição, que também utilizam corretamente o Regimento e seus artigos que permitem aos processos tramitar mais rápido, seguindo seu curso natural.

Portanto, quero comungar com aqueles que defendem a tese da autonomia, mas ao mesmo tempo dizer que esta autonomia tem que ser plena. Em respeito à Constituição, esta Casa tem autonomia para, seguindo a Constituição e respeitando as leis vigentes, fazer o voto em qualquer projeto de lei ou de emenda constitucional que tramite nesta Casa legislativa.

Para finalizar, quero dizer que estive aqui na segunda–feira acompanhando depoimentos de várias empresas e de vários órgãos, entre eles o TCU, e que o que ouvi foi diferente de vários dos depoimentos da Oposição: o que vi aqui foram vários órgãos públicos e o próprio TCU preocupados em garantir o Erário e com que eventuais dúvidas ou possibilidades de prejuízos para os cofres públicos fossem cuidadosamente analisados.

A VALEC, por exemplo, sinalizou que iria fazer novas licitações em trechos, refazer projetos básicos e acatar – e estava acatando – mais de 90% das sugestões do TCU.

Então, o que vi aqui na segunda–feira foi um encontro de entidades com o mesmo objetivo: o de que o dinheiro público seja preservado, sem que isso signifique automaticamente a paralisação das obras.

Peço à Oposição que reflita sobre isso, porque às vezes a paralisação de determinada obra causa um prejuízo muito maior do que o delta eventualmente levantado da suspeita de prejuízo. A paralisação de determinadas obras, sobretudo de obras de grande porte como essa, significa – não tenho a menor dúvida disso porque, antes de ser Parlamentar, sempre fui da área industrial – prejuízos muito grandes ou mesmo muito maiores do que as eventuais dúvidas ou os eventuais deltas de diferenças a maior que poderiam existir relativamente a essas obras.

Portanto, as garantias podem ser dadas pelas empresas contratadas, os pagamentos podem ser previamente não feitos na sua totalidade para garantir o Erário público, sem necessariamente trazer o enorme prejuízo, seja social, econômico, seja financeiro, causado pela paralisação de uma obra.

Encerro parabenizando o Deputado Wellington pelo excepcional trabalho à frente da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Claudio Cajado. Em seguida, Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Presidente, é lamentável que o Deputado Geraldo Simões não esteja aqui, porque S.Exa. ter falado em birra é algo pequeno diante da postura que nós estamos tendo aqui.

Todos sabem da defesa que faço das minhas convicções, das minhas opiniões e das minhas atitudes...

Ah, perdão, Deputado Geraldo Simões, V.Exa. está presente. Pois bem, V.Exa. deveria frequentar mais a Comissão para ver que birra nós não aturamos como atitudes parlamentares.

Eu faço aqui a defesa, Deputado Geraldo, das minhas convicções. Neste ano, fiz dois requerimentos à PETROBRAS – o Requerimento nº 23 e o Requerimento nº 33 –, que foram aprovados, mas que sequer tiveram resposta.

A Comissão os aprovou, e a PETROBRAS, por intermédio de uma de suas representantes, disse–me que responderia por escrito. Eu confiei, acreditei, e até hoje não recebi nenhuma informação. Informação que deveria ser dada não por mim, mas em nome da transparência que deve nortear a conduta de todo ente público da administração direta e indireta

Estamos falando aqui de valores que o Tribunal de Contas da União atribui como eventual prejuízo de 1,4 bilhão – falaram em 1,3 bilhão, mas é de 1,4 bilhão, e 100 milhões fazem muita diferença. Trata–se de 1,4 bilhão de reais, e existem dúvidas de que estão sendo drenados, com prejuízo para os cofres públicos.

Se isso é birra, Deputado Geraldo Simões, V.Exa. tem um conceito diferente do meu. Que S.Exa. considere birra; para mim, é a atuação parlamentar de quem tem responsabilidade de defender as causas para as quais está aqui.

E quero dizer que não tenho nada contra a PETROBRAS. Pelo contrário.

Disseram que iam mudar o nome PETROBRAS para PETROBRAX, o que foi justificado pelo então Presidente Fernando Henrique com o argumento de que assim ela teria um nome mundialmente mais aceitável. Nós, sendo brasileiros, falamos português. Mas, se V.Exa., que é natural daquela querida e brilhante terra de Itabuna, fizer nos Estados Unidos um pedido em português, não conseguirá comer nem um *hot dog*. A comunicação seria um importante canal para aumentar a visibilidade para a PETROBRAS. Não se pretendia privatizar – ou desviar, como se está querendo, do assunto de que aqui estamos tratando: a defesa do Erário público.

E mais: esse assunto, Deputado Geraldo Simões, não foi julgado pelo Tribunal de Contas da União, ainda está em aberto. Pergunto a V.Exa.: e se por acaso se constatar que a continuidade do contrato trará prejuízo de 1,4 bilhão ou mais, o que V.Exa. responderia?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu acho que V.Exa. não teria explicação para justificar ter sido omisso no seu poder de fiscalizar como Deputado Federal e displicente em exigir uma postura mais adequada.

Eu respeito, por exemplo, as palavras do Deputado Rui Costa. S.Exa. tem razão ao dizer que, às vezes, uma paralisação de obra desse vulto pode causar mais prejuízo do que o sobrepreço causado por desvio de recursos. Mas nós temos que ter uma garantia de que, se ocorrer, não fique o prejuízo para o Erário, que é dinheiro nosso, do povo brasileiro.

Daí por que a tese exposta pelo Deputado João Dado, a postura que eu tive de discutir o relatório e não me curvar a ele...

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Um aparte, Deputado Cajado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – Não é permitido aparte. Vamos cumprir o Regimento.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Nós estivemos lá e estamos aguardando a PETROBRAS enviar essas garantias.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – E eu estou aguardando desde maio. Desde maio. A PETROBRAS não pode continuar atuando com desdém em relação a esta Comissão.

O Deputado Gilmar Machado disse que a PETROBRAS esteve aqui. Esteve, sim, prestando informações ao Comitê – ao Comitê, não aos Parlamentares, aos membros da CMO, cujo requerimento, por mim apresentado, foi aprovado. E, depois de com muito custo a secretária tentar encontrar uma data para que ele se fizesse presente, transformarmos o requerimento em pedido de informação por escrito, mas nem isso eu recebi. Isso é o que, se não for um desrespeito, uma desconsideração, um desleixo, uma incompetência?

Daí por que – e está aqui no relatório –, no ano em que eu levantei essa questão contra a Refinaria Abreu e Lima, da PETROBRAS, em relação a alguns itens do contrato, como terraplanagem – disse–me agora o assessor Romiro que, relativamente à terraplanagem, o problema foi resolvido com a adoção da tese do Deputado João Dado, ou seja, a retenção de recursos para evitar dano ao Erário. Está aí a tese, Deputado Gilmar Machado; está aí a tese, Deputado Weliton Prado: a tese de retenção para evitar que, havendo prejuízo, essa conta não caia no bolso da viúva, ou seja, do Erário, e fique por isso mesmo – a exemplo do que estamos assistindo com a queda de determinados Ministros: ninguém menciona os recursos desviados.

Cadê o dinheiro, Deputado Geraldo Simões? O senhor o viu, sabe onde está? Demite–se o Ministro, e o dinheiro desviado, escoado pelo ralo da corrupção fica perdido. Essa é uma postura adequada? Essa é uma atitude decente? Eu não concordo com isso.

Chamo aqui o exemplo do ex–Presidente Itamar Franco, que, quando havia indícios sobre algum de seus Ministros, imediatamente o afastava. Dava–lhe o direito de defesa, de amplo contraditório, mas permitia que acusação fosse feita e, esclarecidos os fatos, se procedentes, continuaria fora do Governo; se não procedente, retomaria as atividades. Qual o problema em agir assim? É uma atitude correta, decente. Como também decente seria apurar para onde foram desviados os recursos.

Travamos agora, com o Deputado João Dado, uma discussão com argumentos coerentes, decentes. A meu ver, o Parlamentar tem que atuar desta forma: com argumentos; seja a favor, seja contra, mas com argumentos condensados. O Deputado João Dado se prestou ao trabalho de apresentar um voto em separado, trazendo à luz do debate as questões que considerava mais importantes, discordando do critério adotado pela Comissão.

E aqui, Deputado Weliton Prado, eu quero fazer a defesa de V.Exa., que considero uma pessoa íntegra. Eu estou discordando, como disse o Deputado Rogério Marinho anteriormente, do critério adotado; não

estou dizendo que V.Exa. teve interesses que não os mais legítimos com o intuito de fazer o que é correto. Eu não ponho em dúvida isso. Mas, quanto ao critério adotado, discordo plenamente.

Se adotarmos, Deputado Gilmar, a questão do seguro, da retenção das receitas para depois que o TCU julgar sim, procedente o sobrepreço, ou não, improcedente, ela pode vir a ser a saída que construiremos aqui na Comissão. Caso contrário, nós iremos, sim, até as últimas consequências.

Peço ao Deputado Rui Costa, esse baiano tão competente que ora preside nossa Comissão, que cheguem às minhas mãos, no prazo de 2 dias, as informações que foram asseguradas – eu não me lembro do nome da representante da PETROBRAS –, para que, quando da votação do requerimento, não fiquemos, como estamos agora, a assistir a esse deboche, que é votarmos algo e não termos o que votamos assegurado por informações para a sociedade brasileira. Afinal, aqui ninguém faz nada para si, fazemos como representantes daqueles que nos elegeram. Portanto, acho isso um desrespeito, e transigi ao aceitar as informações por escrito, que não vieram.

Eu esperava, como esperei todos esses meses, que chegássemos a este momento de resolver todas essas situações constrangedoras. Não somente eu, na condição de Deputado, mas toda a Comissão, aí incluída sua Presidência da Comissão, sofreu constrangimentos por esse fato. E não é a primeira vez. Infelizmente, temos visto que determinadas empresas são useiras e vezeiras nesses procedimentos. Queremos respostas, atitudes de transparência, para que não sobrem dúvidas a respeito do que está sendo feito e da correção de como está sendo feito.

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer que me parece que a luz do debate foi trazida pelo Deputado João Dado ao indicar uma solução para esse problema, para que saiamos com um consenso e não tenhamos de ir ao voto e à consequência do voto, porque, tal como está o relatório, o Democratas orientará a bancada a votar "não", e seria um absurdo se a Comissão deliberasse de forma contrária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Geraldo Simões.

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Sr. Presidente, a título de ajudar o Deputado e amigo Cajado, o Requerimento nº 23, de 2011, da CMO, de autoria de S.Exa., solicitando a vinda do Presidente da PETROBRAS a esta Casa, assim como o Requerimento nº 33, que solicita ao Sr. Ministro de Estado informações sobre aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, decorrentes de contrato firmado com a PDVSA, constam da Pauta nº 30, que ainda não foi submetida a esta Comissão.

O Deputado Cajado é tão assíduo a esta Comissão que não percebe que os requerimentos ainda não foram votados, que ainda serão submetidos à Comissão. Quando forem submetidos, S.Exa. pode ter a certeza de que o Presidente da PETROBRAS estará aqui para tirar dúvidas e prestar informações.

Mas o fato, Sr. Presidente, é que os requerimentos ainda não foram votados; portanto, não se deve fazer crítica à PETROBRAS por ter deixado de prestar informação ou a seu Presidente por não ter vindo a esta Casa. Ocorre simplesmente que esta Comissão ainda não aprovou os requerimentos.

Era isso, Sr. Presidente. Queria apenas ajudar ao Deputado Cajado, que é tão presente nesta Comissão que às vezes nem percebe que seu requerimento ainda não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – Tem a palavra o Deputado André Vargas, importante representante do Paraná.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sr. Presidente, Deputado Rui Costa, meus parabéns a V.Exa., que acompanhou, assim como todos nós, o esforço do Deputado Weliton Prado, que, em seu primeiro mandato, já mostra competência, habilidade, articulação e responsabilidade na feitura do seu relatório.

Logo na abertura de seu relatório, temo que a LDO – é importante não nos esquecermos disso – dizendo o seguinte:

"O Congresso Nacional levará em consideração, na sua deliberação pelo bloqueio ou desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas:

I – os impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento" – isso seria suficiente, já, para dar norte inclusive no debate em relação à PETROBRAS, em ralação à Abreu e Lima*;*

"II – os riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

III – a motivação social e ambiental do empreendimento;

IV – o custo da deterioração ou perda das parcelas executadas;

V – as despesas necessárias à preservação das instalações e serviços já executados;

VI – as despesas inerentes à desmobilização e ao posterior retorno às atividades."

É evidente, muito claro. O relatório de V.Exa., Deputado Weliton Prado, assinado não sei se por consenso pela Comissão – parece–me que sim, pelo menos há a assinatura de todos os membros deste Comitê –, evidencia que se está agindo com responsabilidade.

Estive aqui na nesta audiência pública realizada ontem e falou–se exatamente sobre a Refinaria Abreu e Lima. Estava aqui um auditor do Tribunal de Contas da União cuja fala prescindiria da fala da PETROBRAS. Ele disse claramente que a indicação técnica de eventual paralisação, e outras medidas, não entra no contexto social, político e ambiental, conforme está previsto na LDO.

Eu disse e digo novamente, Deputado Cajado – nós que vivemos o período de 2009, quando foi determinada a paralisação da Abreu e Lima e da REPAR por sobrepreço: ontem houve o reconhecimento do Tribunal de Contas de que não se configurou o sobrepreço anunciado – à época, de forma retumbante.

Nós somos Parlamentares brasileiros, temos que fiscalizar – essa é nossa obrigação. Ninguém quer passar a mão sobre atos de corrupção. Agora, há uma distância quilométrica, de centenas de quilômetros entre indícios de irregularidades e eventuais sobrepreços em obras da PETROBRAS, cuja tecnologia e mesmo metodologia ainda não estão à disposição do Tribunal de Contas da União, e corrupção, desvio, conforme sugere a fala do Deputado Cajado – que merece respeito e realmente tem estado presente aqui. Há distância quilométrica. O Tribunal de Contas da União assim o disse aqui, na audiência de ontem.

E eu dizia que o ambiente de debate em relação às obras paralisadas ou com indícios, apontando paralisação ou outras medidas, é absolutamente outro hoje do que em 2009, que foi um palco de guerra.

Na Comissão de Orçamento – 2009 mesmo, ou 2008? –, o Deputado Ricardo Barros, que era Líder do Governo, liderou o processo de paralisação dessas obras. E um dos argumentos do Deputado Ricardo Barros, que esteve presente ontem aqui na Comissão correndo atrás dos seus interesses, já que é um militante político; é Secretário do Estado do Governador Beto Richa, ele que militou pela paralisação dessas obras, era que a PETROBRAS não respondeu às diligências apontadas. Ontem tivemos o reconhecimento do Tribunal de Contas da União de que a PETROBRAS está debatendo inclusive em relação à metodologia.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Mas, Deputado André Vargas, eu quero dizer a V.Exa. que eu questionei ontem o auditor do TCU, que me disse que as informações estavam chegando, mas não tinham sido analisadas ainda na sua totalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – Chamo a atenção dos nobres Pares para o fato de que não é permitido aparte na Comissão. Eu peço ao Deputado André que finalize a sua intervenção porque o seu tempo já se esgotou.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Ainda que seja assim, por mais que não tenha aparte, a informação de V.Exa. diz tudo, também. Como é que nós vamos paralisar uma obra se o TCU não analisou os documentos na sua amplitude? Como é que nós vamos apontar qual a medida e qual a retenção se ainda não foram analisados todos os documentos?

Por isso, nós, do Partido dos Trabalhadores, vamos votar, nos empenhar e nos engajar. O Governo está fazendo um apelo para que nós não tomemos medidas descabidas com relação a obras tão importantes para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, eu recebi ontem a visita do Deputado Weliton Prado, Relator desse Comitê. Pelo que eu li, pelos documentos a que eu tive acesso do Tribunal de Contas da União, não vejo, assim, nenhum reparo a fazer. O reparo que eu faço está na primeira página aqui: o Senador Reditário Cassol como membro da Comissão. Ele não é mais Senador. Então, não poderia nem estar aqui nesse parecer, já na capa. Então, nós temos que ver isso e avaliar. Reditário Cassol, ele não é mais Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – É Ivo Cassol.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Esse aqui é o pai de Ivo Cassol?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – Isso.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Então, isso precisa ser reformulado porque, senão, o relatório fica sem o devido cuidado que se deve ter um relatório importante como esse.

Mas o que chama atenção, Sr. Presidente, Relator, é o despacho feito pelo Ministro Fux, que é do conhecimento não desse Comitê, da Comissão Mista como um todo. Mas o despacho do Ministro Fux mostra que, neste Governo, está se dando algo de que eu não tinha conhecimento até então: que a provocação de um orçamento do Poder Judiciário tivesse o desconhecimento do Poder Executivo, como aconteceu neste ano. Então, nós vamos ter que agora, em cima desse despacho do Ministro Fux, restabelecer aquilo que se chama harmonia entre os Poderes, dada a sua independência. Essa independência não foi observada pela Presidente Dilma. *(Palmas.)*

Se nós estamos trabalhando dentro daquilo que nós chamamos de Poderes que devem existir no País, como o Parlamento, o Executivo, o Judiciário e tantos outros Poderes constituídos hoje que o Brasil tem conhecimento – o Ministério Público Federal, a Justiça do Trabalho, a própria Justiça Federal –, nós temos que ter um certo cuidado, porque o Presidente de um Poder não está encaminhando a outro Poder uma brincadeira ou um papel para não ser minimamente observado e considerado.

Então, com esse mínimo de respeito ao Poder Judiciário, nós temos que retomar a discussão na Comissão Mista sobre esse despacho. *(Palmas.)*

Era apenas isso? Não, estou aqui, nem sabia. Entrei por esta porta e nem sabia que tinha tanta gente aqui em torno desse assunto. Mas é grave. Não, não sabia. Prefiro acreditar no que o Ministro escreveu. Prefiro acreditar no despacho do Ministro do que em qualquer zombaria de Plenário.

Sr. Presidente, estou chamando a atenção pela gravidade da decisão que pesa sobre a Câmara Federal e sobre o Senado Federal, e que nesta Comissão reflete diretamente. Por isso, a minha intervenção pedindo a V.Exa. e aos membros da Comissão Mista de Orçamento que tratem com o devido cuidado e respeito esse despacho do Ministro e que considerem a proposta de orçamento do Poder Judiciário. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – O.k., Deputado Rubens Bueno.

Por último, para encerrar, o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, quero aqui de público elogiar o trabalho do nobre colega Weliton Prado; elogiar também o trabalho do consultor Romiro e dizer, de forma sucinta, que me acosto às palavras dos Deputados Cajado, João Dado, Raimundo Gomes de Matos, Efraim Filho e Domingos Sávio, até porque, como integrantes da Subcomissão de Acompanhamento das Obras do PAC, estivemos eu, Ademir Camilo e alguns outros Deputados na Refinaria Abreu e Lima, onde fomos bem recebidos à época dessa visita.

Toda aquela exposição que foi feita aqui... Na audiência pública feita pelo COI, a PETROBRAS esteve e demonstrou toda a situação daquela obra, que é importante não só para o País, mas para os Estados do Nordeste. Isso, Coordenador Deputado Weliton Prado, não isenta e não tira a responsabilidade, de forma alguma, da apresentação de garantias pela PETROBRAS para dar continuidade a essa obra.

O tratamento que está sendo dado à REPAR tem que ser dado também à refinaria Abreu e Lima.

Nós estamos solidários às palavras do Deputado Claudio Cajado. Vamos amanhã estar presentes nesta Comissão. Acho que o Deputado João Dado trouxe aqui a saída para a continuidade dessa importante obra, e vamos votar, sem dúvida, Deputado João Dado, com as emendas que V.Exa. deve apresentar na reunião de amanhã.

Essa é a posição, Sr. Presidente, Sr. Coordenador, do Partido da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – Agradeço, Deputado Wellington Roberto.

Declaro suspenso os trabalhos, mas antes convoco...

Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Primeiramente, como disse o Deputado Rubens Bueno, gostaria de deixar aqui a minha solidariedade aos servidores do Judiciário pela luta de vocês. *(Palmas.)*

Gostaria de fazer alguns esclarecimentos e de agradecer aos Deputados membros do Comitê, de forma muito especial ao Deputado Rubens Bueno e ao Deputado João Dado, pelas importantes contribuições.

O Deputado João Dado é um Deputado que conhece muito esse setor de obras e orçamento do ponto de vista administrativo. Deu contribuições importantíssimas, e muitas de suas contribuições já estão no relatório. O Deputado João Dado propõe uma mudança de procedimentos em relação à atuação do Comitê, e acho que é importante fazer esse debate aqui, na Comissão, mas eu não poderia deixar de fazer aqui alguns esclarecimentos.

O primeiro esclarecimento, que está inclusive no nosso relatório, é em relação ao sobrepreço. Está se alegando que há sobrepreço de 1,4 bilhão de reais. Eu queria esclarecer que em julho deste ano o Tribunal de Contas da União suspendeu o acórdão que alegava uma irregularidade de sobrepreço de 1,4 bilhão de reais após a apresentação da defesa da PETROBRAS. Apresentou um novo acórdão. Nesse novo acórdão, ainda não está pacificado. Está aqui: de fato, as divergências não foram pacificadas no âmbito do Tribunal de Contas da União, como se observa no item 9.5 do Acórdão nº 1.784, até que se confirme ou não nesse processo o sobrepreço apontado pelo TCU por meio do acórdão.

Então, não há uma confirmação em relação ao sobrepreço. O processo está em análise, e o primeiro acórdão foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União. É muito importante fazer esse esclarecimento.

Vou na linha do Deputado Claudio Cajado. Por isso, no nosso relatório, nós solicitamos que o Tribunal finalize a análise o mais rápido possível, que o tribu-

nal o mais rápido possível finalize a análise. Está no nosso relatório:

"A resolver definitivamente tais divergências, portanto, assume o caráter de urgência pois as controvérsias metodológicas ora relatadas não são exclusivas dos contratos da RNEST, mas aplicam–se a outros investimentos executados pela PETROBRAS, uma vez que a empresa não reconhece o sobrepreço apontado pelo TCU por entender que os procedimentos e técnicas de orçamento por ela adotados não incorrem em nenhuma ilegalidade, são corretos e adequados à especificidade das obras por ela realizadas no setor petroquímico".

Está no nosso relatório, que vai na linha do que foi colocado pelos Deputados.

"Dessa forma, este Comitê entende pertinente recomendar à Corte de Contas que envide esforços para finalizar a análise da matéria de que se cuida ao menor prazo possível, em consonância com o inciso II do Art. 96 da Lei nº 12.445, de 2011, LDO, a fim de evitar a execução financeira do empreendimento e que em novembro de 2011 alcance em torno de 26%, em média, segundo informação do gestor e atinja patamares tão elevados que possam tornar de forma ineficiente a adoção de medidas preventivas por parte desta Casa no caso de medidas necessárias."

Então, nós estamos solicitando que o Tribunal tome providências o mais urgente possível para que não ocorra nenhum prejuízo.

Eu gostaria de esclarecer também o que foi levantado aqui em relação a 2009. Gostaria de esclarecer que, em 2009, quanto aos contratos analisados em 2009, o Plenário do TCU já reuniu em conclave dos Ministros e, após análise dos esclarecimentos da PETROBRAS, concluiu que os mesmos contratos estão regulares. Então, já há uma definição, uma decisão do TCU em relação aos contratos de 2009. O conclave, o Plenário dos Ministros do TCU se reuniu e concluiu que os contratos estavam regulares. É muito importante deixar isso bem claro.

Eu quero realmente agradecer as contribuições, que são fundamentais. Acho que temos que continuar o debate.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Até que o TCU, Deputado Weliton Prado, faça essa análise, por falta até de estrutura, como disse o Eduardo na audiência pública que foi feita nesta Comissão, a saída é o que João Dado trouxe à luz desta Comissão, é a retenção.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – E à guisa de informação também, Relator, o contrato a que V.Exa. se referiu foi em relação à terraplanagem em 2009, há outros contratos passíveis de julgamento pelo TCU. Foi a esses que eu me referi, que podem dar um sobrepreço de 1,4...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – Deputado Cajado, nós vamos suspender...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – É porque é bom informar. São os contratos de dutos, contratos de coqueamento retardado, contratos de implantação de unidades de destilação atmosférica, contratos de tubovias de interligações. Ou seja, esses contratos ainda estão passíveis de julgamento. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – Deputado Cajado, nós só vamos suspender o debate, que poderá ser retomado na sessão de amanhã.

Deputado Weliton, para encerrar.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Gostaria de agradecer as contribuições e dizer que este debate realmente tem que continuar e que, dos 27 avisos, nós mantemos 5, 21. Setenta e sete por cento estão em fase de regularização mediante ajuste de instrumentos contratuais.

Compareceram aqui nas audiências públicas... Nós realizamos dez audiências com dez órgãos diferentes. Foram nove reuniões técnicas, em que os gestores assumiram compromissos de rescisão, repactuação dos contratos ou revisão dos projetos, com a garantia de não colocar nem um centavo nas obras até estarem regularizadas, conforme todos os avisos encaminhados pelo TCU.

Sobre os gestores, queria parabenizar principalmente o DNIT. O general foi muito firme. Teve medidas mais firmes do que o TCU, e fez um compromisso perante esta Comissão, de forma documental, por escrito, de que, até regulamentar todas essas situações, não vai liberar nem um centavo do orçamento.

Está cumprido o mecanismo de controle por parte do COI. A estimativa inclusive do TCU é que, através desse controle, haja economia para a população, para o Erário, de em torno de 2,6 bilhões de reais.

Entre essas 27 obras, quatro já foram reclassificadas pelo TCU após o dia 08 de novembro. Uma obra praticamente já tem mais de 90% de execução, então não se justificaria manter no anexo. Há trechos desses contratos que já têm mais de 97% de execução. Seguindo os critérios adotados pela Comissão, não se justificaria manter essa obra.

Gostaria de dizer que, apesar de político, o nosso parecer é totalmente técnico, dentro dos critérios adotados pelo COI. Ouvimos os gestores que prestaram esclarecimentos, sentaram nesta mesa, sentaram na sala de reuniões da Comissão e olharam olho no olho tanto dos gestores quanto dos membros do TCU.

É um clima totalmente diferente do que aconteceu no passado, em que muitos às vezes alegavam,

tinham muitas divergências em relação às ações do TCU. Por parte dos gestores foi totalmente diferente, houve um respeito muito grande.

Eu quero inclusive parabenizar o trabalho do TCU, parabenizar o posicionamento dos gestores que respeitaram os avisos encaminhados pelo TCU e respeitaram esta Comissão, respeitaram o COI, comparecendo e prestando esclarecimentos, deixando bem claro que, se não forem solucionados os problemas alegados pelo TCU, haverá repactuação de preços, rescisão de contratos e novas licitações. O mecanismo de controle foi feito pela Comissão e pelo COI.

Gostaria de parabenizar a todos os Deputados. Foi um trabalho realmente muito honrado. Foram muitas audiências públicas, foram muitas reuniões técnicas, mas o resultado foi muito grande para a população.

Em relação à PETROBRAS, há uma questão de cunho político por parte desta Casa. Na PETROBRAS há uma divergência quanto à metodologia, mas não há nenhuma confirmação, não foi comprovada nenhuma irregularidade.

Eu quero agradecer. Nós vamos solicitar que o TCU conclua essa análise o mais rápido possível para que esta Casa tome todas as providências necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rui Costa) – Agradeço ao Deputado Weliton Prado.

Suspendo os trabalhos, antes convocando a continuação desta reunião extraordinária para amanhã, dia 15 de dezembro, quinta–feira, às 9 horas, neste plenário.

Declaro suspensa esta reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 30 e 31, de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram–se sobre a mesa de trabalho.

Para apresentação e votação do Relatório da Área Temática VIII, passo a palavra ao Senador e Relator dessa matéria, Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Sr. Presidente, os destaques apresentados não puderam ser atendidos por absoluta indisponibilidade de recursos oferecidos pelo Relator–Geral.

Dialogando com o Relator, todas essas matérias ficam transferidas para o nosso nobre Relator–Geral do Orçamento, a quem caberá a possibilidade de recompor os recursos solicitados pelas bancadas. Ademais, o Relator–Geral já distribuiu recursos com os coordenadores de bancadas, que poderão também fazer recomposição nas suas bancadas.

Ressalto, porque considero muito importante, a recomposição do Fundo Partidário. O conjunto dos partidos solicitou ao Relator–Geral, porque esta Relatoria não tinha, absolutamente, condições de fazer uma recomposição na monta que era necessária. Há um compromisso do Relator–Geral em fazer essa recomposição.

Então, o nosso relatório às emendas apresentadas em destaque é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Em conformidade com o disposto no § 14 do item 1.2, Emendas Individuais, do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, o Relator Setorial, em conjunto com o CAE, está indicando pela inadmissibilidade da Emenda Individual nº 35780017.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu pedi a V.Exa. que antes de iniciarmos a discussão realizássemos uma reunião com as lideranças partidárias para fazermos um acordo de procedimento. Então, nós já estamos aqui iniciando, mas não fizemos essa reunião de acordo de procedimentos. E é importante que nós tenhamos aqui o Relator–Geral do Orçamento, o Deputado Arlindo Chinaglia.

Peço a V.Exa. que espere um pouco o Relator–Geral chegar, para que possamos dar início ao processo de discussão final e votação do relatório e, ao mesmo tempo, fazermos esse acordo de procedimento, ao qual me referi no início.

Então, peço a V.Exa. que nos atenda nessa sugestão.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Tem a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um apelo ao Deputado Cajado – nós já tínhamos, inclusive, dialogado sobre isso. Nós faríamos as duas votações, tanto a do Senador Inácio quanto a do Senador Delcídio, e suspenderíamos a reunião para que pudéssemos acatar exatamente essa sugestão que o Deputado Cajado está fazendo.

Já tínhamos conversado também com o Deputado Rogério Marinho e com os demais líderes, porque nós vamos realizar uma reunião com os líderes para fazermos esse entendimento de procedimento, porque temos também que votar o relatório de admissibilidade de emenda do Deputado Danilo, para que aí, sim,

nós possamos inclusive acertar alguns problemas de emendas ainda existentes.

Então, eu quero fazer um apelo ao Deputado Claudio Cajado, porque nós já tínhamos feito um compromisso tanto com o Senador Inácio quanto com o Senador Delcídio de que nós estaríamos fazendo... E eles chegaram aqui exatamente às 9 horas para que nós pudéssemos concluir o trabalho dos dois. Se nós não concluirmos esses relatórios, o Relator não vai conseguir fazer o relatório este ano.

É o apelo que estou fazendo. Nós faríamos apenas os dois. Vamos ter esse entendimento que S.Exa. está propondo. Tão logo encerremos os dois, suspenderemos a reunião para fazer um acordo de procedimento. E nem votaríamos o relatório do Deputado Danilo, para que nós pudéssemos sentar e aí, sim, fazermos o procedimento e voltarmos para cá para terminarmos o processo de votação.

Esse é o apelo que faço a S.Exa. Já havia falado com S.Exa. e também com o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, eu acho que já ficou bem claro que nós, da Oposição, mais uma vez, não estamos fazendo oposição ao País e, portanto, temos a preocupação e o desejo de votar os relatórios. Já manifestamos a disposição de fazer um acordo com relação ao Plano Plurianual, já nos dispusemos a aceitar, por acordo, a quebra de interstício, ou seja, votar o requerimento sem obstrução. Então, há boa vontade.

Mas me preocupa, sim, a ausência do Relator–Geral – nós acabamos de ouvir o Senador Arruda fazer uma manifestação. E ainda não ouvi, de forma clara, nem por parte do Líder Gilmar nem de outros a questão relativa a essa manifestação do Fundo Partidário.

Mas não é só essa questão. Existem outras questões que o Deputado Cajado apresenta. Eu mesmo tentava agora conversar com o Deputado Gilmar. Existem algumas questões que não estão claras e, obviamente, o Relator–Geral detém a condição suprema – até podemos dizer assim. Se vamos construir por entendimento e não por praticamente uma votação direta – ela será simbólica, por acordo –, precisamos da presença dele, sim.

Não deixamos, hora nenhuma, de reconhecer o esforço dos nossos Senadores que aqui estão e inclusive estamos empenhados, no tempo mais breve possível, em agilizar as coisas. Mas me preocupa, Deputado Gilmar, esta questão de termos uma posição pessoal, clara, direta do Senador, Relator–Geral, de que haja o acolhimento dele sobre essas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, a não presença do Relator–Geral não nos assegura, acima de tudo, que dentro do pacto federativo possamos ter ganhos.

É claro que a Oposição não está fazendo oposição por oposição, está fazendo oposição responsável. Nós somos os primeiros a não querer entrar 2012 sem o Orçamento.

Mas o Senador Inácio, há 2 dias, apresentou seu relatório. Por que as negociações não ocorreram durante esse período? E não em cima da hora, quando a sessão abre?

Isso demonstra, de um certo modo, a tranquilidade que o Governo tem de ter uma ampla maioria e de achar que em determinado momento o que propuser será resolvido. Sabemos do compromisso que tem o Deputado Arlindo com a Nação, sabemos também do grande trabalho que ele vem fazendo aqui na Câmara, mas é de suma importância termos a palavra dele gravada nos Anais, porque muitos dos pré–acordos feitos, principalmente nesta Comissão, posteriormente não foram cumpridos, porque não estavam pactuados nem nas notas taquigráficas. Isso ocorreu várias vezes.

Então, a nossa posição é que aguardemos para podermos levar à frente a reunião. Então, solicito a V.Exa. que conduza o encerramento neste momento, dando um prazo de meia hora para podermos trabalhar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, Deputado Pedro Chaves, eu sei do seu interesse e do seu compromisso em tentar ajudar a agilizar esta votação, mas agora mesmo acabei de receber um comunicado de que o Senador Vital do Rêgo está chegando às 10h30min, e para isso só faltam 36 minutos.

Então, eu acho que podemos esperar o Presidente, inclusive para conduzir esta convivência em harmonia política com que a Comissão Mista de Orçamento tem sido conduzida até agora. São apenas 36 minutos que não vão fazer falta para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Queria propor um acordo de procedimento, porque o Senador Inácio Arruda tem um voo marcado para daqui a pouco. Votaríamos pelo menos o Relatório Setorial do Senador Inácio Arruda e suspenderíamos a reunião ate as 10h30min.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu apenas, Presidente, vou atender ao apelo de V.Exa. e do

Deputado Gilmar, deixando claro que neste processo de ler e depois se ausentar o Senador vai facilitar as Oposições na hora de pedirem a verificação. Só por isso. Então, pode ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Mas já se comprometeu a vir recompor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente, eu já me manifestei pelo PSDB e reitero a minha preocupação, mas acredito que o bom senso há de prevalecer. Estamos num ambiente em que acredito que a tendência... É claro que ainda temos alguns dias para concluir o ano, mas poderíamos pensar na convocação de diversas reuniões extraordinárias. Mas a história nos relata que quando se chega a esse limite no tempo a tendência é que, para se concluir, seja dentro do acordo.

Da nossa parte, estamos dispostos a fazer o acordo, porque entendemos que é bom para o País, para a normalidade democrática, para o segmento das ações de Governo, mas o nosso papel, de Oposição, é fazer a cobrança e acompanhar, com o maior rigor, essa que é a peça suprema do Congresso Nacional.

Portanto, nós vamos entender que o bom senso há de prevalecer e que o acordo ocorrerá, porque haverá, com certeza, da parte do Governo o respeito a esse entendimento. Senão, nós teremos, como foi lembrado pelo Deputado Cajado, a oportunidade de fazer obstrução, o que não é o nosso desejo. Não é nosso desejo fazer obstrução, mas se necessário for, seria o último artifício.

Portanto, nós vamos concordar com o pedido do Deputado Gilmar Machado e com a leitura dos respectivos relatórios...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Votação. Só votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – ...a votação dos dois, para que nós possamos, na sequência, aguardar a presença do Relator–Geral.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, apenas à guisa de informação: por que estamos pedindo a presença do Relator–Geral? Porque há um acordo – e é isso que eu quero deixar claro – de que os relatórios setoriais serão votados sem o atendimento aos destaques, para que o Relator–Geral o faça. Muito bem. Mas nós precisamos ter essa confirmação do Relator–Geral, que não confirmou. Daí por que é fundamental que nós façamos esse acordo de procedimento e apresentemos, através das várias bancadas, os destaques, as emendas e os itens dos relatórios que terão de ser ressalvados, para que deixemos as coisas claras, votemos por acordo e depois não haja: *"Ah! Eu não fui comunicado".*

Então, a presença do Relator–Geral, como é ele quem vai dar a palavra final, é fundamental nessa questão.

Apenas para informar àqueles que não estão, eventualmente, participando, porque não seria necessária a presença do Relator–Geral. Mas como estamos fazendo um acordo, eliminando prazos, os interstícios, para acelerar a votação, nós estamos solicitando a presença do Relator nesse sentido.

Porém, vamos atender ao apelo do Deputado Gilmar e votar os dois, para que os Senadores até favoreçam mais as Oposições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Em conformidade com o disposto no § 14 do item 1.2, Emendas Individuais, do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, o Relator Setorial, em conjunto com o CAE, está indicando para inadmissibilidade a Emenda Individual nº 35780017.

A indicação de inadmissibilidade de emenda está em votação na representação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O Relatório Setorial e a Errata da Área Temática VII, Poderes do Estado e Representação, estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

As Sras. e Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Todos os 15 destaques apresentados tiveram voto do Relator pela rejeição.

Vamos colocar em votação os destaques.

As Sras. e Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Rejeitados na Câmara, não vão ao Senado.

Nós vamos suspender a reunião.

O nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo, já está a caminho do Congresso. Ele vai conduzir, obvia-

mente, esse acordo, a fim de darmos prosseguimento à votação dos relatórios setoriais.

Está suspensa a reunião...

Como existe acordo, vamos votar também a Área Temática nº I, relatada pelo Senador Delcídio do Amaral.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Eu somente gostaria de registrar que nós estamos distribuindo o Adendo 1–A, enfatizando que só são acertos para a correta implementação dos cancelamentos. Não foi alterada, rigorosamente, nenhuma decisão dele, seja de valor, seja de qualquer outra natureza.

É esse o adendo que será votado, porque ele reflete especificamente as tabelas que estão nos sistemas. É só uma correção aqui: o documento em substituição ao Adendo nº 1. Mas é somente uma questão de ajuste, especialmente dos cancelamentos. Nós não alteramos absolutamente nada do que foi proposto.

Eu gostaria também de fazer um registro aqui: o Adendo nº 1–A nós não alteramos nada, rigorosamente nada. Ele envolve especificamente os cancelamentos. Depois, com relação aos destaques, eu sigo também as orientações que recebi de rejeitar os destaques, porque o meu entendimento também é que o Relator do Orçamento Geral da União discutiria com as bancadas exatamente para avaliar com cada uma a legitimidade dos destaques apresentados e, consequentemente, o seu atendimento.

Mas eu não poderia deixar de registrar aqui o Destaque nº 32, do Deputado Nelson Pellegrino, que é simplesmente uma questão de mudança de redação: "*construção de trechos rodoviários Paraguaçu, Salvador, na BR–242, no Estado da Bahia*". Este Relator, embora convicto a respeito da falta de competência do DNIT para executar o trecho da emenda, cede aos argumentos do autor e da bancada da Bahia de modo a permitir que os interessados resolvam essa pendência junto ao DNIT.

O outro destaque também, o Destaque nº 9, do Deputado Wellington Roberto, que diz respeito à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em função dos argumentos apresentados, nós passamos de "rejeitado" para "inadmitido". Este Relator, embora convicto da falta de competência da Fiscalização e Controle em apresentar emendas ao DNIT, cede aos argumentos do autor de modo a permitir que a emenda, agora inadmitida por este Relator, possa ser melhor avaliada no CAE. Assim, caso o CAE resolva admiti–la, essa emenda poderá receber alguma dotação por parte do Relator–Geral.

O Destaque nº 82 é simplesmente uma rearrumação nos valores das emendas, a Emenda nº 50240003, do Deputado Jaime Martins, de 3,6 para 18 milhões e 300. E aí há outra emenda, também do Deputado Jaime Martins, o Destaque nº 83, saindo de 33 para 18 milhões e 300. Ou seja, é simplesmente um roque entre uma emenda e outra sem fazer qualquer tipo de alteração.

Os Destaques nºs 82 e 83 apenas remanejam valores alocados de uma emenda de Comissão para outra emenda da mesma Comissão, conforme solicitado pelo autor do destaque.

Finalmente, devo informar que apresento o meu relatório de destaques, tendo em vista que o sistema informatizado não permite a aprovação de destaques da natureza dos aprovados por este Relator, alteração de ação mais subtítulo, mudança de parecer pela rejeição por inadmissão. De qualquer forma, os pareceres dados no sistema, todos pela rejeição, podem ser considerados válidos, à exceção daqueles com pareceres específicos constantes deste texto.

Este é o relatório.

Quero já aqui me colocar à disposição das bancadas para trabalhar junto também naquilo que se refere à infraestrutura com o Deputado Arlindo Chinaglia, Relator–Geral do Orçamento da União.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Eu gostaria de pedir uma reconsideração por parte do Relator, Senador Delcídio do Amaral, com relação ao Destaque nº 25, porque no seu relatório setorial ele está como rejeitado. Se ele continuar como rejeitado, o Relator–Geral não pode fazer qualquer modificação nele, de acréscimo de qualquer valor.

Então, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma reconsideração com relação a essa questão porque está prejudicando um fluxo turístico, a inauguração do Centro de Eventos no Estado do Ceará. Sem a ponte de acesso é como você ter a cabeça e não ter o corpo para viabilizar o acesso ao Centro de Eventos. Essa ponte precisa ser construída porque o Centro de Eventos estará pronto agora no próximo ano e os recursos do Governo Federal são fundamentais para alavancar essa obra.

Então, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma revisão, V.Exa. que é engenheiro, que tem responsabilidade social, que tem um compromisso com o desenvolvimento do Estado do Ceará e do Brasil, porque, da forma como ele está sendo dado continuidade, simplesmente o Relator–Geral não pode fazer nada com relação a ele se ele continuar como rejeitado. Isso vai prejudicar muito o Estado do Ceará.

Então, eu gostaria que V.Exa. reconsiderasse essa decisão anterior não como rejeitado, admitindo nem

que fosse uma parcela de recurso, para que depois a gente pudesse discutir com o Relator–Geral uma alocação maior para viabilizar esse empreendimento, que é fundamental para a inauguração do Centro de Eventos do Estado do Ceará, e não prejudicar o nosso Estado, que precisa tanto e em que há uma carência tamanha com relação aos investimentos do Governo Federal.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Meu caro Deputado Danilo, só repetindo o número do destaque...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Destaque nº 25. No jogo do bicho é vaca.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Não, mas 25, pelo que está aqui...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Ah, desculpe–me, desculpe–me, não é esse aqui não. Esse aqui está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Enquanto o Deputado Danilo lá faz a correção do seu destaque, eu passo a palavra ao Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – O.k.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro quero parabenizar V.Exa. pelo relatório e também pela...

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Não, não, por favor, Deputado...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Nº 96.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Nº 96.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – ... compreensão que V.Exa. teve com relação a contornos ferroviários. A princípio, V.Exa. havia retirado inclusive os recursos. A bancada do Paraná tem uma emenda de remanejamento e havia sido retirado todo o recurso daquela emenda, mas os contratos de concessão preveem: à malha nós não podemos colocar dinheiro público. Quando se faz um contorno, uma intervenção, há, sim, uma possibilidade.

Então, felizmente, V.Exa. acabou conseguindo rever a posição da própria Assessoria. Só que nós aprovamos 15 milhões da bancada e V.Exa. acabou aprovando 4 milhões. Como não vão ser aceitos os destaques, que V.Exa. pudesse, então, passar para o Relator–Geral para que ele pudesse, pelo menos, restabelecer aquele valor que a bancada havia inserido primeiramente.

Então, parabéns e o Paraná agradece a gentileza de V.Exa.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL– Muito obrigado, Deputado Alex Canziani.

Quero registrar também o trabalho de V.Exa. para que efetivamente nós encontrássemos uma solução, especialmente para esses contornos ferroviários, que são fundamentais para um Estado como o Paraná. Acho que nós encontramos uma solução bastante competente e que eu acredito vai ser adotada em várias obras de infraestrutura, especialmente com o ofício do Dr. Bernardo Figueiredo, Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Como eu disse aqui anteriormente, coloco–me também à disposição junto ao Deputado Arlindo Chinaglia no sentido de buscar esses entendimentos que todos os Parlamentares aqui têm.

Eu queria só responder ao Deputado Danilo Forte.

O Destaque nº 96, eu vou propor a V.Exa., que é um homem experiente, eu vou dar o mesmo tratamento que eu dei ao Destaque nº 9, do Deputado Wellington Roberto. Ou seja, embora nós tenhamos convicção que essa emenda era uma emenda voltada para o turismo, mas não pode haver, eu não posso cancelar essa emenda apresentada ela sendo do turismo como Área Temática de Infraestrutura. Então, eu vou preparar o encaminhamento igual ao encaminhamento do Deputado Wellington Roberto: eu cedo aos argumentos do autor, de modo que a emenda, agora inadmitida por este Relator, possa ser avaliada no CAE, que V.Exa. vai apresentar daqui a pouco. E o CAE, resolvendo admiti–la, eu me proponho a conversar com o Relator do Orçamento Geral da União para atender ao Ceará.

De acordo, Deputado Danilo Forte? O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, Sr. Relator, apenas quero cumprimentar esse grande Relator, Senador Delcídio do Amaral, pelo excelente trabalho e pela sua maneira criteriosa de encaminhar as soluções, inclusive de conflito. E, embora ele já tenha pessoalmente dito que iria sugerir ao Relator–Geral, eu peço que faça o encaminhamento do Destaque nº 30, de nosso interesse, ao Relator–Geral.

Meus cumprimentos ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Muito obrigado, Deputado Júlio Cesar. Aliás, um destaque muito coerente, faço questão de registrar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Da mesma forma, Senador Delcídio do Amaral, quero agradecer a acolhida da emenda a que o Deputado Alex Canziani fez referência, importante não só do ponto

de vista da obra, mas também do conceito em relação aos controles ferroviários, que é algo que está sendo muito debatido e que será cada vez mais necessário.

Pessoalmente, acho que nós temos que discutir toda a malha ferroviária e os rebaixamentos também, que são obras mais caras, mas definitivas. Até porque há muitos trechos ferroviários que foram desviados das áreas centrais e agora têm sido discutidos em relação a possibilidades de transporte de passageiros. Inclusive, é o caso da nossa região, Londrina, Apucarana, Maringá.

Também é uma discussão importante da Infraestrutura, daquilo que foi concedido e do investimento necessário. Porque as concessões foram feitas só para manutenção, e é lamentável que tenha acontecido isso no Brasil. Agora, é comum, como V.Exa. sabe bem, um projeto da região mineira do Mato Grosso do Sul, um grande projeto que a ALL agora está discutindo com o setor empresarial e que vai ter investimento de 6 bilhões de reais.

Quer dizer, as concessões ferroviárias têm que ser pensadas também do ponto de vista do investimento, e isso não aconteceu. E é esta Comissão que normalmente, pelo menos, adiciona algum recurso para o investimento necessário, principalmente do ponto de vista emergencial. Então, agradeço.

Solicito também que repasse ao nosso Relator–Geral uma demanda específica da cidade de Londrina, do norte do Paraná. É uma adequação da BR-369 e, como não se trata apenas de uma adequação, são 11 intercessões, nós precisaríamos de um pouco mais de recurso, diferentemente do caso de outras emendas do DNIT do Estado do Paraná, que são apenas uma intervenção ou duas intervenções, e não precisariam de tanto recurso. Então, é uma intervenção de cerca de 30 quilômetros na área urbana da BR–369, que é um problema crônico que nós temos na nossa cidade.

Então, agradeço e solicito que repasse ao nosso Relator–Geral.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Muito obrigado, Deputado André Vargas. Sei da importância da ferrovia para o Paraná, inclusive nós temos um projeto que está contemplado e interliga o Paraná a Mato Grosso do Sul, chegando a Maracaju. Trata–se de um projeto de extrema relevância e que cria esse escoamento e o Mato Grosso do Sul pelo Paraná, até chegar ao Porto de Paranaguá, fundamental para o escoamento da produção do Centro–Oeste brasileiro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Só um aparte, Senador. Eu fui Relator do PLN em 2009, ou melhor, no final de 2008, que nós colocamos no Plano Plurianual, a partir do acolhimento de uma emenda da bancada do Mato Grosso do Sul. Inclusive V.Exa. e outros Deputados, como os Deputados Dagoberto e Vander, trabalharam muito nisso. Foi aquele acolhimento de um PLN, apenas de uma emenda simbólica, que possibilitou a entrada no Plano Plurianual daquela extensão da FERROESTE e também o estudo de viabilidade que está em curso e que vai possibilitar a obra.

Quer dizer, isto mostra que muitas vezes nós, aqui, numa votação de um simples PLN, Presidente, podemos abrir uma janela importante para uma obra que hoje está no PAC. Muitas vezes setores do Governo não compreendem que a iniciativa parlamentar é fundamental para abrir possibilidades de investimentos de alta monta e que vão ser fundamentais para o escoamento da nossa produção, essa importante produção que tem muita sinergia entre o Mato Grosso do Sul e o Paraná.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Muito obrigado, Deputado André Vargas. Quero registrar que foi graças a essa emenda que efetivamente esse passou a ser um projeto prioritário para o Governo Federal e para os nossos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, nobre Senador Relator, voltando à emenda, ao destaque do Deputado Danilo, 71070014, que era pelo CAE, ela foi justamente encaminhada para o relatório de V.Exa. O nosso relatório do Turismo não comportaria a construção desse acesso, apesar de essa construção ser relativa ao potencial turístico no Estado do Ceará.

Entretanto, surpreende–nos esse momento em que também o relatório de V.Exa. foi rejeitado. Quer dizer, foi o próprio CAE que encaminhou, tirou do nosso relatório de Turismo para encaminhar para V.Exa., para a Infraestrutura. Então, queríamos ponderar, ver se poderia haver uma recomendação para o Relator–Geral, e não ser totalmente inadmitida.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Só para explicar, como coordenador do CAE. V.Exa. está fazendo uma confusãozinha. Não foi o CAE que mudou a emenda. Nós demos tempo a todas as bancadas que tinham problema de admissibilidade para que tentassem encontrar uma solução para cada emenda. Quando nós começamos o relatório, havia emendas com linguagem errada, com encaminhamentos errados, da ordem de mais de cem emendas. Ao passar os três dias de reunião do CAE, analisando emenda por emenda, nós reduzimos esse número para 16, porque nós demos a oportunidade às bancadas para que retificassem as suas emendas.

O problema é que, no Governo Federal, há vários órgãos que têm mesmas atividades. Por exemplo,

barragem pode–se fazer no Meio Ambiente e na Integração; saneamento pode–se fazer no Meio Ambiente, no Turismo, na Integração Nacional, no Ministério da Saúde e na FUNASA; ponte, dependendo do encaminhamento, pode–se fazer no Turismo, na Infraestrutura e na Integração.

E o que a bancada do Ceará, por intermédio do coordenador, encaminhou como solução para aquele momento é que a melhor alternativa seria, em vez de fazer no Turismo, fazer na Infraestrutura. Não foi o CAE que encaminhou e decidiu por si só.

Então, é bom que isso fique muito claro, que o CAE não teve nenhuma interferência em nenhuma emenda de nenhum Estado. O que ele deu foi uma oportunidade aos coordenadores de bancada para que pudessem retificar as suas emendas para não prejudicar os Estados, já que nós sabemos que é muito normal, muito comum, muitas vezes, equívocos em relação ao número de funcional, ao número de encaminhamento, ao órgão executor. E nós demos oportunidade de que tudo isso fosse resolvido igualitariamente para todos os Estados da Federação do Brasil. Não é porque é o Ceará, que é o Estado onde eu nasci, que teve a prerrogativa de ter esse apoio nosso.

Agora, eu, como cearense que sou, e com a obrigação que eu tenho com o meu Estado, estou aqui defendendo, porque sei da importância e tenho a compreensão de que o Senador Delcídio deu um encaminhamento que pode ser resolvido.

Agora, nós podemos ir atrás do Relator–Geral e tentar, no relatório–geral, resolver o problema da alocação do recurso para a construção da ponte de acesso ao centro de eventos no Estado do Ceará.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Pela ordem, Sr. Presidente.

É só para registrar, fazer coro ao argumento do Deputado Danilo Forte.

Essa solução...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Vamos fazer silêncio.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Essa solução que foi proposta aqui cria as condições para nós resolvermos esta questão, até pelos motivos absolutamente muito bem explicitados por V.Exa. e pelo Deputado Danilo Forte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Não há mais oradores inscritos.

Vamos à votação.

O Adendo 1–A substitui o Adendo 1.

O Relatório Setorial, a Errata e os Adendos nºs 1–A e 2 da Área Temática 1 – Infraestrutura estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional, anuncio a votação na representação da Câmara dos Deputados das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Vamos à apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, §2º, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, estabelece:

"Art. 139 – .....

§ 2º – Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques."

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator–Setorial.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator- Setorial está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Presidente, nós fizemos um acordo para votar apenas os dois relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Correto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Porém, existe aqui o relatório setorial do Deputado Efraim, que é consensualizado. Então, se o Líder do Governo, Deputado Gilmar Machado, aquiescer, nós poderíamos votar mais um relatório, o do Deputado Efraim.

Então, da nossa parte, podemos votar o relatório do Deputado Efraim, enquanto esperamos a chegada do Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Vamos concluir a votação do Relator...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Esta é uma homenagem que a Oposição faz ao Governo. Quero parabenizar o Deputado Claudio Cajado por sua compreensão, tentando agilizar os trabalhos desta Comissão. Parabéns, grande Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu mereço não só esta, mas várias homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Só pediria atenção ao Plenário para concluirmos a votação da Área Temática do Senador Delcídio. Depois discutiremos este assunto.

Iniciaremos a votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator-Setorial.

Destaque com voto do Relator–Setorial pela aprovação integral.

Destaque nº 32.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Destaques com voto do Relator–Setorial pela aprovação parcial.

Destaques de nºs 9, 82 e 83.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados no Senado Federal.

Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição.

São os demais destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Pela ordem.

No Destaque nº 96 ele fez uma ressalva. Não são os demais pela rejeição, não. O 96 está excluído dessa rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Só quero registrar, Sr. Presidente, que ao 96 nós demos o mesmo encaminhamento dado ao Destaque nº 9.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Colocado em ata, Deputado Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Então, vamos votar os destaques rejeitados, ressalvado o Destaque nº 96.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados, não vão ao Senado.

Vamos o votar o Destaque nº 96.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, quero parabenizar o Relator pela compreensão. Acho que da forma como ele está encaminhando teremos condições de, no trabalho junto ao Relator–Geral, encontrar uma solução para o problema. O que não pode é ficar prejudicada uma atividade econômica fundamental para o Estado do Ceará, que é a atividade do fluxo turístico. E o Centro de Eventos é o maior em construção no Nordeste, vai dar um ganho de capital muito grande para esse setor em Fortaleza, capital do nosso Estado. E o encaminhamento do nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, é compatível com a necessidade de encontrarmos uma solução para o problema.

Eu quero parabenizar o Relator pela brilhante ideia e dizer que temos de aprovar da mesma forma como foi aprovado o anterior, encaminhando a solução econômica para o Relator–Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Com a palavra o Relator, Senador Delcídio.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – É este o entendimento aqui exposto. Com isso acho que nós equacionamos aqueles pontos cruciais, deixando, evidentemente, os destaques depois para uma avaliação com o Relator do Orçamento Geral da União, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Senador, vai ser pela aprovação parcial?

O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Nos termos do Destaque de nº 9:

"Cede aos argumentos do autor, de modo a permitir que a emenda, agora inadmitida por este Relator, possa ser melhor avaliada no CAE. Assim, caso o CAE resolva admiti–la, essa emenda poderá receber alguma dotação por parte do Relator–Geral."

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Pode melhorar a relação, Senador, porque o CAE já aprovou. No CAE não tem mais problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Nós vamos colocar em votação a emenda do Deputado Danilo Forte, de acordo com o relatório do Senador Delcídio do Amaral.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Sr. Presidente, só quero registrar que este encaminhamento que foi dado é igual ao do Deputado Wellington Roberto, e o CAE já aprovou. Portanto, é absolutamente coerente o posicionamento do relatório do Deputado Danilo Forte com aquilo que nós estamos aprovando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Declaro prejudicados os destaques.

Com a votação dos destaques, declaramos encerrada a votação da Área Temática I.

Agradecemos ao Senador Delcídio do Amaral a elaboração e apresentação do seu relatório. Agradecemos aos Líderes o consenso na aprovação da matéria. Aqui ficam, Senador, nossos agradecimentos.

Faço uma consulta à Liderança do Governo. Também foi proposta a votação da Área Temática X, do Deputado Efraim Filho.

Consulto se há acordo para a votação da matéria.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sem nenhum problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Convido o Deputado Efraim Filho para sentar–se à mesa para apreciarmos e votarmos o seu relatório. *(Pausa prolongada.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito bom dia, quase boa tarde, a todos. Peço desculpas. Podemos retomar os trabalhos?

Eu gostaria inicialmente, ao retomar os trabalhos desta Presidência, de agradecer aos Deputados Pedro Chaves e Gilmar Machado, a toda a Mesa Diretora da Comissão e aos Srs. Líderes que conduziram os nossos trabalhos nesses 2 setores importantes. Os Senadores Delcídio e Inácio precisavam realmente ter as suas votações antecipadas. E eu não tive nenhuma objeção a fazer, por isso vamos dar continuidade a esses trabalhos.

Vamos votar o relatório do Deputado Efraim.

Relatório Setorial da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social, que está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvado o único destaque apresentado. Isso demonstra inclusive a eficácia do Relator. Só um destaque foi apresentado. O poder de articulação do Relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Presidente, V.Exa. colocou em discussão pelo menos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já foi discutido.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Porque já foi discutido. Tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. foi um dos que discutiram.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Então só um breve comentário, já que já foi votado nas duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Brevíssimo comentário, até porque V.Exa. já usou todo o seu tempo de discussão. Use como orientação de bancada.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Agradeço, Sr. Presidente, a sua magnanimidade, a sua generosidade.

Quero apenas fazer um pleito ao Relator–Setorial de que a indicação que está sendo feita ao Relator–Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, seja no sentido de recompor o aumento aos aposentados, acima inclusive da inflação, a exemplo do que está sendo dado na questão do salário mínimo.

Não é possível, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o valor do salário dos aposentados continue a ser achatado ano a ano. Então acho que esta Comissão pode fazer a sua parte, no sentido de fazer justiça, e começar esse trabalho de recomposição dessa diferença história que existe entre os aumentos que são dados aos ativos e aos inativos. No mais, é elogiar o trabalho do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O voto do Relator foi pela rejeição do destaque apresentado, as razões são as que ele já colocou.

Em votação.

Os que acompanham o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a posição do Relator, rejeitando o destaque. O destaque foi rejeitado e não será apreciado no Senado.

E agora é só nos despedirmos e agradecermos ao Deputado Efraim Filho pelo excelente desempenho. Muito obrigado a todos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, apenas para as considerações finais, quero dizer que numa área temática como a área social termos apenas um destaque mostra o trabalho que realizamos. Fica agora a cargo do Relator, o Deputado Arlindo Chinaglia, atender a nossa indicação e reconhecer de que há recursos na receita da União para o atendimento do aumento dos aposentados que ganham acima de um salário mínimo. Esta indicação está feita no relatório e foi aprovada por esta Comissão.

Então, que o Deputado Arlindo Chinaglia, tenha sensibilidade para, diante das receitas de que dispõe, conceder o aumento esperado.

Sr. Presidente, da mesma forma, foram aprovados, no relatório, os dois requerimentos de auditoria externa ao Tribunal de Contas da União: o requerimento para investigar a questão das transferências a entidades privadas e ONGs no âmbito do Ministério do Trabalho e, da mesma forma, o volume distorcido do seguro-desemprego do pescador artesanal, que aumentou mais de 600% nos últimos 6 anos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estou muito feliz com V.Exa. Parabéns.

Área Temática VII – Justiça e Defesa.

Deputado Dilceu Sperafico.

Mais um, Danilo, para pararmos, segundo as informações.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pela ordem, Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, eu sugeri, no início da reunião, um acordo de procedimento e a presença do Relator Arlindo Chinaglia. O Relator acabou de chegar. Conversou comigo e está conversando com o Deputado Rogério Marinho. Da nossa parte, está avalizado o acordo que fizemos aqui.

Portanto, V.Exa. pode dar seguimento para votarmos todos os relatórios setoriais que já foram discutidos.

Eu guardei este momento para prestigiar não apenas a Comissão, mas V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mas que presente V.Exa. me dá.

Obrigado, Cajado. Obrigado, Rogério .

Área Temática VII – Justiça e Defesa.

Relator–Setorial: Deputado Dilceu Sperafico.

Em votação o relatório do Deputado Dilceu Sperafico.

O Relatório Setorial I e II, Adendo I da Área Temática VII – Justiça e Defesa está em votação, ressalvados os destaques.

Pela Câmara, aprovado.

Pelo Senado, aprovado.

Foram apresentados 16 destaques.

O voto do Relator é pela rejeição de todos os destaques, pela razão ora apresentada.

Em votação pela Câmara. Aprovado.

Em votação pelo Senado. Aprovado.

Os destaques foram rejeitados na forma do relatório.

Parabéns, Deputado Dilceu Sperafico. V.Exa. ficou muito pouco tempo sentado.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – Agora, vou tomar um café.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tome um café e saúde para V.Exa.

Deputado Rui Costa.

Relatório do Deputado Rui Costa. Área Temática II – Saúde.

Em votação o relatório do Deputado Rui Costa, Área Temática II – Saúde, ressalvados os destaques.

Está votação na Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Espera aí, Sr. Presidente. Eu queria só uma informação do Deputado Rui Costa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pela ordem, Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, há uma emenda de Comissão e Seguridade e Saúde. Foram apresentadas quatro emendas. Eu queria saber como ficaram as emendas da Comissão de Seguridade e Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pela ordem o Deputado Danilo e com a palavra o Sr. Deputado Rui Costa. *(Pausa.)*

V.Exa. sabem que hoje é aniversário de Mirna, não é? Parabéns. *(Palmas.)* Mirna é a grande comandante desta Comissão. Sem ela não conseguimos fazer as coisas.

(Os Parlamentares cantam Parabéns a Você*.)*

Este é um momento especial desta Comissão, até porque estou tendo a alegria e a tristeza de comunicar a V.Exas. que, depois de longo e maravilhoso tempo de exercício na Secretaria da Comissão de Orçamento, lamentavelmente, Mirna vai se aposentar. Vai pegar uma moto e sair viajando com o marido pelas estradas do Brasil. Faz bem ela. Parabéns, Mirna! *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu quero ver se, depois desta homenagem, ela vai ter coragem de nos abandonar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra Rui Costa. Obrigado.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Deputado, na FUNASA, nas emendas de Comissão, ficaram 40 milhões. O total foi de 120 milhões de reais em emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos lá?

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Rui Costa com a palavra.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Já falei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já falou.

Em votação.

Não havendo quem queira discutir mais, porque já foi mais do que discutido, em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovado, ressalvados os destaques.

Apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução, alterada pela Resolução nº 3 de 2008, ambas do Congresso Nacional, estabelece que não será aceita solicitação para votação em separado dos destaques, após aprovação do requerimento para votação em globo dos destaques.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Sr. Relator.

A proposta está em votação.

Pela Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Pelo Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os relatórios dos destaques são votados em globo, todos pela rejeição.

Em votação os destaques do Relator–Setorial, pela rejeição.

Pela Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há rejeição dos destaques.

Não vão ao Senado pela Câmara e pelo Senado.

Obrigado, Deputado Rui Costa. Tome um cafezinho para comemorar a aprovação do seu relatório. *(Palmas.)*

Seguinte. Vamos lá? Mais um. Priante. Quem tem mais relatores?

Setoriais. Procuram–se setoriais na Casa. Quem encontrar um setorial avisa para darmos um prêmio. Ainda faltam quantos? Seis setoriais estão perdidos. Procurem setoriais. Onde estão os setoriais? Giroto, 10 minutos.

Estão suspensos por 10 minutos os nossos trabalhos, até que a Secretaria encontre mais relatores–setoriais.

Deputado Gilmar Machado, como é você que resolve essas coisas, tome conta disso.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos retomar. Está faltando Giroto.

Educação, já fiz o contato. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Bom, eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Parlamentares, dos assessores, dos profissionais de imprensa, que têm interesse neste calendário. Acabamos de fechar o calendário de votação e de procedimentos...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Preciso de silêncio, até porque essa informação é importante e valiosa para os assessores que acompanham as bancadas, para os interessados no calendário, para os profissionais de imprensa e, principalmente, para os Congressistas.

Hoje, nós vamos votar todos os relatórios setoriais, vamos votar o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas e vamos votar o Plano Plurianual. Hoje. Isso foi o que ficou decidido com os Líderes do Governo e da Oposição.

Repetindo: hoje vamos votar os relatórios setoriais, o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas e o PPA.

Na terça–feira vamos votar o Relatório do COI, às 10 horas da manhã. Esperamos até terça–feira encontrar convergências sobre o Relatório do COI. Estamos com 80% de convergência. Será terça–feira, às 10 horas da manhã.

E o Plano Plurianual, que foi votado hoje, será votado no Congresso Nacional na próxima terça–feira, à noite. Haverá reunião do Congresso na terça–feira, à noite.

Findas essas preliminares, na quarta–feira, dia 21, a partir das 10 horas da manhã, votaremos o Relatório Geral. Durante toda a quarta–feira, dia 21, no plenário da Comissão, o Relator–Geral vai aprovar, com o apoio de todos, o seu relatório.

Na quinta–feira, em reunião do Congresso Nacional, vamos votar o Relatório Geral, aprovado aqui na quarta–feira.

Estamos combinados? Isso foi combinado com o Líder, com o apoio do Relator–Geral, que tem até segunda–feira – pouco tempo – para entregar o seu relatório.

Então, esse é o nosso calendário.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sim.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Primeiro, quero dizer que de fato concordamos com esse calendário, com ressalvas – quero deixar claro –, dadas as questões a serem definidas com o entendimento entre Governo e Oposição.

A princípio, com esse calendário nós concordamos. Agora, é óbvio – e quero deixar claro para que quem noticie esse calendário não pense que é algo fechado, hermeticamente concluído – que nós vamos ter debates, e debates muitas vezes acirrados, de lado a lado. E, a depender da convergência do entendimento, nós podemos acordar, como estamos fazendo agora.

Eu tive a oportunidade de dizer que, em relação aos relatórios setoriais – e vou dizer a V.Exa., se tiver 1 minuto de paciência, e ao Relator–Geral –, nós fizemos os nossos ajustes e pedimos a anuência do Relator–Geral, o seu aval. S.Exa. nos deu. Para discutirmos, na quarta–feira que vem, o Relatório Geral do Orçamento, Presidente, há questões conceituais que têm de ser definidas: salário dos servidores, reajuste do funcionalismo, principalmente do Poder Judiciário; Seguro Agrícola; Lei Kandir; aposentadoria; salário mínimo. Essas questões têm de ser colocadas no momento oportuno. E o faremos, quando da discussão do relatório, e, anteriormente, com o Deputado Arlindo Chinaglia.

A questão do COI, por exemplo, será tratada na terça–feira. Nós temos uma barreira a transpor, que é a PETROBRAS.

Então, esse calendário pressupõe uma discussão que talvez, se não tivermos consenso, tenha atrasos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu sei.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – E atrasos que comprometam inclusive a própria votação.

Então, é bom que se ressalte, para que nós possamos deixar bem claro: há predisposição das Oposições? Há.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está havendo, está havendo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Há predisposição de colaborar em tudo o que for possível. Nós não queremos prejudicar nada. Pelo contrário. Agora, não vamos abrir mão das nossas convicções, das nossas opiniões, das nossas críticas e de colocar na peça orçamentária aquilo que achamos correto, em termos de políticas públicas.

Portanto, o calendário não pressupõe votação imediata, muito menos votação favorável. Nós podemos discordar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – As ressalvas já foram muito bem colocadas por V.Exa., até porque, nesse rascunho de documento, está escrito claramente, após a sua assinatura, *"com ressalvas"*.

Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.

Vou conceder a palavra ao Relator Setorial, Deputado José Priante. O relatório foi apresentado, a discussão foi iniciada e encerrada. Foram apresentados 42 destaques. Nós vamos à votação do relatório do Deputado José Priante, que quer fazer ajustes.

Com a palavra o Sr. Relator. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, "foram apresentados 42 destaques a esta Área Temática, sendo 19 relativos à recomposição de cortes no Projeto de Lei e 23 pertinentes a acréscimo no atendimento de emendas coletivas.

Inicialmente, cabe destacar que o art. 80, inciso I, alínea "a", da Resolução nº 1, de 2006, determina que devem ser considerados inadmitidos os destaques ao projeto que proponham a recomposição de dotação reduzida por cancelamento linear. Assim, considerando que os Destaques nº 22, 26, 35, 38, 39, 40 e 42 têm por objetivo justamente recompor os cortes (...) de 12% das dotações com RP 3, do PAC, autorizados pelo Parecer Preliminar, deverão os mesmos ser considerados inadmitidos.

Quanto aos demais destaques relativos à recomposição dos cortes seletivos efetuados em dotações RP 2, tendo em vista os critérios explicitados no relatório, é forçoso reconhecer a escassez das fontes disponíveis para o seu atendimento, pois os valores já se acham alocados a emendas coletivas de apropriação desta Área Temática. Além disso, não há indicação pelos proponentes de novas fontes de recursos para o atendimento das recomposições solicitadas.

Contudo, dada a relevância das ponderações realizadas no decorrer das discussões do nosso Relatório, entendo pertinente o acatamento dos destaques a seguir indicados, relativos a recomposições de valores cortados pelas emendas de Relator por mim apresentadas em decorrência dos ofícios (...), da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior.

1) Destaques nº 21, 28 e 37 – que solicitam a recomposição dos valores da ação 12EP – integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (...), na Região Nordeste;

2) Destaques nº 24, 29 e 36 – que solicitam a recomposição dos valores da ação 5900 – Integração

do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas–Açu e Apodi (Eixo Norte), na Região Nordeste;

3) Destaque nº 27 – que solicita a reversão da troca do GND na acão 20EY – Administração de Perímetros Públicos de lrrigacão Nacional.

Para atendimento desses destaques, proponho a retirada das emendas de Relator Setorial nº 80030001 e 80030009, a fim de assegurar os recursos para as referidas recomposições, revertendo os efeitos decorrentes dessas emendas.

Quanto ao restante dos pleitos, que solicitam acréscimo de valor a emendas apresentadas nesta Área Temática, cabe destacar a indisponibilidade de recursos desta Relatoria para o seu atendimento. Portanto, indico esses destaques à apreciação do nobre Relator–Geral, para que analise a possibilidade de atendê–los adequadamente. Da mesma forma, também indico ao nobre Relator–Geral a análise da possibilidade de atendimento do pleito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, objeto das emendas de Relator Setorial referidas.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Destaque nº 27, com recursos decorrentes da retirada da emenda de Relator Setorial nº 80030009, pela aprovação parcial dos Destaques nº 21, 24, 28, 29, 36 e 37, com recursos decorrentes da retirada da emenda de Relator Setorial nº 80030001, pela inadmissão dos Destaques nº 22, 26, 35, 38, 39, 40 e 42 e pela rejeição dos demais destaques apresentados."

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Suspendo a apreciação do relatório do Deputado José Priante até que todos os senhores que me requisitaram documentos possam ter acesso aos mesmos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Priante, é só 1 minuto. Depois nós retomamos.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Pela ordem, Sr. Presidente.

O tratamento que o Relator deu ao Destaque nº 25 qual foi?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Danilo Forte, V.Exa. terá cópia desse material. Nós não podemos votar sem essas condições mínimas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Eu só queria ver.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Senador Cyro Miranda, V.Exa. tem a palavra, para ler o seu relatório.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – O relatório já foi lido, Sr. Presidente. É para votar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Relatório Setorial da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.

Na continuação da 13ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 8 de dezembro de 2011, o relatório e a errata foram apresentados. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 54 destaques.

Em votação o Relatório Setorial e a Errata da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, ressalvados os destaques.

Na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovados.

Na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os Srs. Deputados aprovaram o relatório, com exceção dos destaques. No Senado, aprovado também.

O art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, diz que não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques. Sendo assim, solicito autorização ao Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator.

No Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na Câmara. *(Pau*

Aprovado.

Parecer aos destaques: rejeitados.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Rejeitados, Sr. Presidente. Infelizmente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Rejeitados os destaques.

Em bloco, pela rejeição dos destaques.

Na Câmara dos Deputados, aprovado, pela rejeição dos destaques. Não vai ao Senado Federal.

No Senado, aprovado.

Vamos para o próximo. *(Pausa.)*

O Deputado Giroto tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, só uma informação.

Queria que o Relator Setorial, Deputado José Priante, fizesse a ratificação da inclusão...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só colocarei para votar o relatório do Deputado José Priante quando a Casa entender que deve votá–lo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Não vai ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agora, não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Relatório Setorial da Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Na continuação da 13ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 8 de dezembro de 2011, o relatório foi apresentado, a discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação dos destaques. Foram apresentados 45 destaques.

O relatório está em votação na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado. *(Pausa.)*

Aprovado, ressalvados os destaques.

Na forma do art. 139 da Resolução nº 1, de 2006, já lido, não será aceita votação em globo. Sendo assim, solicito autorização ao Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator. *(Pausa.)*

Aprovado pela Câmara.

Aprovado pelo Senado.

A proposta está em votação. O Relator rejeitou todos os destaques apresentados. Em votação os destaques com voto do Relator pela rejeição. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara.

Aprovada no Senado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. vai falar pela ordem.

Concluída a votação do relatório do Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – A bancada do PMDB compreende que têm de ser votados juntos os relatórios dos dois Relatores do PMDB, tanto do Deputado José Priante quanto do Deputado Giroto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O relatório do Deputado Giroto já foi votado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Não foi. Acabou a votação, e V.Exa. não abriu prazo para debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não há prazo para debate.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Há, sim. Tem que haver prazo para destaque, sim, senhor. Tem que aprovar.

Então, vou pedir verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Faça isso.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – A bancada do PMDB pede verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Líder do PMDB.

Relatório Setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

O Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, não está aqui.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, vamos colocar em votação o relatório do...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estão suspensos os nossos trabalhos por 10 minutos, até a chegada dos Relatores.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Declaro reiniciados os nossos trabalhos, ao mesmo tempo em que suspendo por mais 5 minutos, até a chegada dos Srs. Líderes, até para efeito de equalização. *(Pausa.)*

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Retomando os nossos trabalhos...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Os senhores já tiveram tempo demais para conversar. Vamos trabalhar.

Retomando os nossos trabalhos, com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilmar Machado. Depois será o Deputado Pedro Chaves e, em seguida, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Obrigado, Sr. Presidente,

Sr. Presidente, eu só quero aqui agradecer a V.Exa. e agradecer ao Deputado Priante. A única coisa que tínhamos solicitado é que gostaríamos de ver as modificações.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Priante pelo entendimento do que nós tínhamos conversado ontem e dizer que a orientação do Governo é pela aprovação dos destaques, com as alterações propostas pelo Deputado Priante.

Quero aqui reafirmar que em hipótese nenhuma havia da nossa parte e da parte do Governo o objetivo de que não fosse votado – muito pelo contrário – ou de que fosse alterado aquilo que já tinha sido apresentado pelo Deputado Priante.

Então, a nossa orientação é pela aprovação do que foi acertado. Nós só pedimos o tempo para que pudéssemos checar aquilo que já tínhamos conversado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tem a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Usando a objetividade que V.Exa. sempre prega e usa nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – ...vamos também acompanhar o Líder do Governo, Deputado Gilmar Machado, e defender e aprovar o relatório do Deputado José Priante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Só uma questão de ordem, Sr. Presidente. É o seguinte: estávamos discutindo o destaque com relação ao relatório do Deputado José Priante, inclusive avocando a ele a indicação do Destaque nº 25, e fui atropelado pela colocação em votação do Relatório das Cidades. Quero avocar a V.Exa. a compreensão, porque a bancada do Ceará também tem destaques no Relatório das Cidades.

Quero indagar a V.Exa. se o Relatório das Cidades foi ou não votado e qual é o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Danilo, só para compreensão de V.Exa...

(Intervenções paralelas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Por favor, eu gostaria do absoluto silêncio, para que tenhamos eficácia na condução dos nossos trabalhos.

Deputado Danilo, ontem, nós concluímos a leitura e discussão dos destaques. Hoje é só votação. Não cabe apresentação de destaques em nenhum relatório.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Não estou apresentando. Eu queria só fazer uma indagação sobre o que tinha sido feito com o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator... É porque V.Exa. estava dividido entre...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Não estava dividido, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – ...o apoio ao relatório do Deputado Priante e a indagação ao Deputado Giroto. O Deputado Giroto, no termo da rejeição, rejeitou todos os destaques apresentados, como os outros relatores também rejeitaram os outros destaques. E parece–me que o Deputado Priante também rejeitou todos os destaques. Não houve... Aliás, o Deputado Priante atendeu alguns destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – E a indagação que eu estou fazendo relativa à indicação do Destaque nº 25?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com relação às cidades, é matéria vencida, infelizmente.

Pois não, Deputado Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Eu gostaria, Sr. Presidente, antes de mais nada, de agradecer as considerações aqui manifestadas e dizer que esse relatório pode não ser perfeito e ideal, mas foi o que entendi como possível.

Usei o critério de robustecer as emendas e efetivamente criar uma situação em que o Relator–Geral possa construir um relatório mais perfeito do que o que estou apresentando nesta hora.

Diante das alterações, dos acatamentos e rejeições que faço aqui, eu gostaria de acrescentar um alerta feito pelo Deputado Danilo e também indicar para o Relator–Geral o Destaque nº 25, para que S.Exa. possa apreciá–lo.

Estou fazendo verbalmente este adendo para que nós possamos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está incluso o adendo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Só para esclarecimento: o Destaque nº 25 está relacionado a quê?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Emenda de bancada do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Feito o adendo de V.Exa., na forma de indicação, eu gostaria de esclarecer à bancada do Nordeste, especialmente à bancada do Nordeste, que o relatório do Deputado Priante recompõe os valores do eixo de irrigação da transposição do Rio São Francisco. Essa era uma reivindicação absolutamente inquestionável da bancada do Nordeste, por conta de uma transferência de recursos motivada por uma ação do Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, que nós entendemos que, politicamente, é desarrazoada. Precisamos injetar recursos na transposição do Rio São Francisco.

Em nome da bancada do Nordeste, eu gostaria de fazer esses esclarecimentos e agradecer a V.Exa.

Feito o registro, com a palavra o Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, inclusive, eu queria agradecer ao Deputado Priante, porque houve um mal–entendido numa reunião do PMDB, na qual eu fui criticado por fazer um destaque para recompor os valores, Presidente Vital, do Eixo Norte e do Eixo Leste da transposição.

Eu quero aqui, Deputado Priante, agradecer–lhe por esse ato justo e por sua sensibilidade em relação à recomposição desses valores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Feito o registro, em votação o relatório, com as retiradas das Emendas de Relator nºs 80030009 e 80030001. Elas estão retiradas.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aprovado.

Apreciação dos destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Muito obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ainda não terminou. V.Exa. lutou tanto para ficar aqui, agora vai ficar quieto, sentadinho.

O art. 139 da Resolução nº 1, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, ressalta as votações em globo que eu já mencionei. Sendo assim, peço autorização para votações em globo pela Câmara.

Aprovada.

Pelo Senado.

Aprovada.

Estão incluídos globalmente os destaques, fora as duas emendas.

Diante do exposto, voto pela aprovação integral do Destaque nº 27 pela Câmara.

Aprovado.

Pelo Senado.

Aprovado.

Pela aprovação parcial dos Destaques nºs 21, 24, 28, 29, 36 e 37.

Pela Câmara.

Aprovado.

Pelo Senado.

Aprovado.

Pela inadmissibilidade dos Destaques nºs 22, 26, 35, 38, 39, 40 e 42.

Não se vota inadmissibilidade.

Os demais são rejeitados.

Votação em globo pela rejeição dos destaques.

Votação na Câmara.

Aprovada.

Aprovada a rejeição, não vai ao Senado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, concluiu a votação desse relatório?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Concluí a votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu queria levantar uma questão de ordem a V.Exa. e pedir também a atenção do Deputado Gilmar Machado.

A sessão do Congresso estava marcada para as 10 horas da manhã. E, pelo acordo, não haverá mais sessão do Congresso. As assessorias...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só um minutinho, por favor. Permita–me interromper V.Exa. para agradecer ao Deputado Priante o esforço na construção desse relatório.

Obrigado, Priante. Obrigado a todos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Obrigado a toda a Comissão. Eu espero que, da próxima vez, se for o caso, eu faça melhor.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Então, eu pediria a V.Exa...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Impossível fazer melhor, Sr. Presidente. Eu queria deixar isso claro, porque o Deputado Priante...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu pediria que V.Exa. determinasse...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sim.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – ...que abram a sessão do Congresso e a suspendam até terça–feira que vem, às 20 horas, por exemplo, porque ainda está em aberto e as assessorias estão preocupadas com esse posicionamento. Então, eu peço a V.Exa., juntamente com o Líder Gilmar, que determine a abertura da sessão ou encaminhe esse pedido, para que nós possamos continuar votando aqui, porque a sessão não começou às 10 horas e, por enquanto, está em aberto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu sonho um dia presidir o Senado, mas ainda não tenho esse poder de determinar, porque não sou Presidente do Senado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Não é determinar. É sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mas faço um apelo...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, só para informar, tranquilizando o Deputado Cajado e todos os demais, que a Presidenta Rose de Freitas, que é quem está respondendo pelo Presidente Sarney, que passou a ela a incumbência, junto com a Secretária Cláudia Lyra, já fez exatamente esse processo. A Deputada Rose, inclusive, já viajou para o Espírito Santo e não está mais aqui. Então, pode ficar tranquilo, porque não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pronto, está resolvido.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Então, fica claro que não teremos mais sessão do Congresso hoje e ficaria para terça–feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos. Onde está V.Exa., Deputado Raimundo? Venha para cá. E traga também o seu assessor.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, faltam os relatores setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Raimundo Gomes de Matos e Senador Ricardo Ferraço, que vai ser substituído, com todas as

honras, pelo Senador Acir Marcos Gurgacz, um dos maiores Senadores desta República.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Não poderia ter acontecido escolha melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com certeza. É nosso homem da receita. Nós enfrentamos toda essa confusão graças a S.Exa., porque construiu receitas.

Relatório Setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo. Relator Setorial: Raimundo Gomes de Matos, cearense.

Foram apresentados 23 destaques.

Coloco em votação a indicação de inadmissibilidade. Ele indica a inadmissibilidade da Emenda Individual nº 28300011.

Em votação a inadmissibilidade da emenda individual, por erro absolutamente técnico.

Aprovada na Câmara.

Aprovada no Senado.

Relatório Setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

Em votação, ressalvados os destaques.

Aprovado na Câmara.

Aprovado no Senado.

Rejeita todos os destaques, Deputado Raimundo?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Exatamente, por falta de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator está rejeitando, por falta de condições orçamentárias, os destaques.

Autorização para votação em globo dos destaques, na forma do Regimento.

Aprovada na Câmara.

Aprovada no Senado.

Destaques rejeitados pelo Relator, em globo, na forma da apreciação anterior.

Aprovada a rejeição na Câmara, não vai ao Senado.

Deputado Raimundo, não deu tempo nem de sentar.

Muito obrigado.

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Senador Acir Gurgacz, Relator *ad hoc* convocado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Presidente, sobre uma questão de encaminhamento: terminando este último relatório, nós iniciaremos o PPA?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Podemos. Só depende de V.Exas. Eu sei que V.Exa. tem um compromisso muito sério para o almoço.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Não. Eu pediria que V.Exa. apenas aguardasse o Deputado Rogério Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deixe–me terminar de votar isso.

Relatório do Senador Acir Marcos Gurgacz, Relator *ad hoc* convocado para substituir o Relator Ricardo Ferraço na apreciação da Área Temática Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Foram apresentados 21 destaques. Foram rejeitados os 21 destaques.

Há duas Erratas, nºs 1 e 2.

Relatório setorial. As Erratas nºs 1 e 2 estão em votação, ressalvados os destaques.

Aprovadas na Câmara.

Aprovadas no Senado.

Autorização para votação em globo dos destaques.

Aprovada na Câmara.

Aprovada no Senado.

Destaque com o voto pela rejeição, em bloco, do Sr. Relator Acir Gurgacz, na forma do relatório *ad hoc* do Senador Ricardo Ferraço.

Destaque pela rejeição, de forma global.

Aprovado na Câmara, não vai ao Senado Federal.

Nós encerramos. Vamos ao CAE agora.

Deputado Danilo Forte, venha para cá.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deixe–me só convidar o Deputado Danilo Forte para vir para cá.

Senador Acir Gurgacz, agradeço a disponibilidade de V.Exa.

Vamos ao relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Tendo em vista que os relatórios setoriais já foram votados por esta Comissão, transformando–se, consequentemente, em pareceres desta Comissão, não faz mais sentido votar o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, uma vez que as decisões em relação às emendas já foram tomadas por esta Comissão, não cabendo, assim, em nenhuma hipótese, retomar a votação em relação às mesmas.

Essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Baseado em que artigo, Deputado?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Como integrante do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. menciona o art. 25, para fazer sua questão de ordem?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O *caput* do art. 25 diz o seguinte:

"Art. 25. Ao Comitê de Admissibilidade de Emendas compete propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas," – quero a oitiva de V.Exas., porque é uma questão de ordem –, "inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual".

Essa é a competência do CAE.

"Parágrafo único. Os relatórios das matérias de que trata o caput não poderão ser votados pela CMO sem votação prévia do relatório do Comitê, salvo deliberação em contrário pelo Plenário da CMO."

Já foi dada essa...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, isso já foi apreciado anteriormente. Cabe a V.Exa. decidir a questão de ordem agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tenho uma questão, em nome da bancada de Alagoas, porque com a...

V.Exa. tem razão na sua questão de ordem, aqui está claro.

A questão de ordem é a seguinte, Deputado Cajado: as inadmissibilidades arguidas pelo CAE deveriam ter sido votadas antes das votações dos relatórios setoriais. Quando os relatórios setoriais, por força de um acordo de V.Exas., líderes, começaram a ser votados, as questões de inadmissibilidade já estavam saneadas dentro de cada relatório, ficando, por sua vez, prescrita a arguição. Isso é claro. Por isso, estou acatando a questão de ordem.

Tenho um problema para a Comissão – advogo, como Presidente, em nome da bancada de Alagoas –, que é o entendimento que o Comitê deveria ter retomado com relação a uma emenda da bancada de Alagoas.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – E a emenda da Comissão de Fiscalização e Controle também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Quero ouvir o Deputado Danilo Forte sobre essa questão de ordem, que entendo ser eficaz, condizente. Mas quero ouvir S.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – A questão de ordem levantada pelo Deputado Wellington Roberto é, de fato, pertinente, na medida em que foi aqui consensuado que haveria inversão de pauta para dar agilidade aos trabalhos de aprovação dos relatórios setoriais.

Particularmente, individualmente, eu não tenho poder de mando. O poder de mando é da direção da Comissão. Estou com o relatório da admissibilidade pronto. Há duas questões pendentes de fundo, uma relacionada realmente aos interesses de Alagoas e outra relacionada aos interesses da Paraíba. Mas cabe ao Sr. Presidente a decisão do encaminhamento. Se S.Exa. entrar em consenso com a Casa e a bancada da Comissão Mista de Orçamento entender que devemos ler e aprovar o relatório, estamos ao seu inteiro dispor. Se não, cabe–me apenas acatar a decisão da direção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A questão de ordem é pertinente. Não são os interesses superiores da Paraíba que fariam diminuir a força que o Regimento tem sobre a minha decisão. Então, não há por que fugir do Regimento.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não posso deixar de aceitar e acatar a questão de ordem. Ponto um.

Preocupa–me – e aí eu quero construir – a questão de Alagoas. Queria resolvê–la consensualmente com V.Exas., até a partir do Deputado Wellington, que propôs a questão de ordem, que já é assunto encerrado. A questão de ordem está garantida. Ponto um. Acabou.

Antes do relatório, estou imaginando... Quero resolver agora Alagoas.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Por mim, se for a questão de Alagoas...

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA – Até porque, Sr. Presidente, houve acordo para fazer a inversão de pauta. Depois do acordo da inversão de pauta, alega–se o Regimento para que seja cumprida a questão de ordem. Apelo a V.Exa. para que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos resolver Alagoas quando dos destaques ao relatório geral.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Eu concordo. Com a situação de Alagoas, eu concordo. Mas estou cortando a própria carne, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Todos nós.

Agradeço ao Deputado Danilo Forte.

Vamos para frente.

O nosso Senador Walter Pinheiro está presente. Vamos começar a leitura do PPA. Podemos? Dentro do acordo firmado, podemos?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Rogério.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Apenas uma observação. O formulário para que possamos realizar os destaques foi disponibilizado há pouco tempo e temos alguns destaques importantes ao PPA. Perguntaria a V.Exa. se após a leitura, já que o Senador vai ler o PPA, vamos abrir a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos abrir a discussão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Para dar tempo de completarmos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos começar a leitura. Walter Pinheiro, meu Senador querido, vamos começar a leitura do PPA. É o tempo para os senhores providenciarem os respectivos destaques.

Deixe–me anunciar formalmente.

Pauta nº 31: Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 29, de 2011, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012–2015.

Relator: Senador Walter Pinheiro.

Foram apresentadas ao relatório do Senador Walter Pinheiro 2.213 emendas – senhores da imprensa e da assessoria, anotaram? Depois vêm me perguntar de novo e eu não me lembro: 2.213 emendas.

O Relator ofereceu voto pela aprovação de 246 emendas; de 2.213 emendas, 246 receberam parecer pela aprovação total; pela aprovação parcial, 263; pela prejudicialidade, 13; e as demais pela rejeição. É uma conta de subtração.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório. O prazo de destaques está iniciado e será finalizado no término da discussão, conforme estabelecido no art. 60 do Regimento.

O Relator está com a palavra. Solicito silêncio. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, de acordo com a Constituição, o PPA deve definir, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para o período.

O relatório para o PPA 2012–2015 foi tempestivamente enviado pela Presidenta ao Congresso Nacional.

"A CMO aprovou o parecer preliminar que fixou as condições, restrições e limites, bem como as orientações básicas referentes à estrutura e conteúdo do Plano Plurianual.

O nosso relatório apresenta informações acerca do modelo e da estrutura de planejamento propostos pelo Poder Executivo e do acolhimento de emendas ao projeto e apresenta substitutivo ao texto do projeto.

No Item 1.2 do relatório**,** nós resumimos o modelo de planejamento concebido pelo Executivo.

As novidades do plano proposto em relação ao plano vigente são, em suma, as seguintes:

1) As ações orçamentárias passam a figurar somente na Lei Orçamentária;

2) Os programas são classificados em Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado".

(Conversas paralelas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Senador Walter, por favor. Eu imagino que todos nós estejamos cansados, que todos nós estejamos ansiosos.

Há justas reivindicações. O pessoal do abacaxi, da faixa. Está todo mundo tentando, buscando, e têm todo o direito. Os senhores estão ajudando mais do que o pessoal que está aqui junto de mim. Estão muito mais disciplinados. Vamos continuar colaborando.

O Relator Walter Pinheiro fez um trabalho extraordinário, e eu peço à assessoria, aos Srs. Senadores e Deputados o máximo de silêncio para a oitiva do Senador Walter Pinheiro, por favor.

Obrigado a todos.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pode continuar.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Assim, foram distribuídas as modificações no plano proposto:

"1) As ações orçamentárias passam a figurar somente na Lei Orçamentária;

2) Os programas são classificados em Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado;

3) O Programa Temático retrata as políticas públicas e orienta a ação governamental para a consecução dos objetivos propostos. Sua abrangência deve ser necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades e a territorialidade;

4) Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado são instrumentos do plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos por meio de iniciativas.

5) O Programa Temático é composto por objetivos, indicadores, valor global e valor de referência e iniciativas", porque, na realidade, as iniciativas materializam o que seria, num contexto de execução final, a parte efetiva onde materializamos as ações.

"6) O Programa de Gestão não possui iniciativas.

7) Para os Programas Temáticos, cada ação orçamentária estará vinculada a uma única iniciativa, exceto as ações padronizadas;

8) A vinculação com o Orçamento passa a ser feita por meio das iniciativas.

9) Os empreendimentos cujo valor global estimado seja igual ou superior ao valor de referência são caracterizados de grande porte e deverão ser expressos no PPA 2012–2015 como iniciativas.

O PPA 2012–2015 promove importantes mudanças na estrutura dos programas em relação ao PPA 2008–2011. A quantidade de programas existentes no PPA vigente dificulta a análise da estratégia governamental", o que havia na estrutura atual. "Com um número menor de programas, facilita–se o acompanhamento do planejamento governamental por parte da sociedade."

É importante salientar que um número de programas agora também reduzido significa que facilitará o processo, obviamente já experimentado nos próprios relatórios, de emendamento à peça orçamentária. Portanto, não há mais necessidade do detalhamento no PPA para que uma determinada ação se patrocine através da LOA.

"O PL está estruturado com o texto da lei em três anexos:

Anexo I – Programas Temáticos;

Anexo II – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado; e

Anexo III – Empreendimentos Individualizados como Iniciativas.

No item 1.3 do relatório nós apresentamos os grandes números do PPA, de acordo com os dados constantes da Mensagem Presidencial que apontam para dispêndios superiores a 5,4 trilhões de reais.

Na Área Social serão investidos mais de 2,5 trilhões de reais. Na área de Infraestrutura, mais de 1 trilhão de reais. Em Desenvolvimento Produtivo e Ambiental, algo em torno de 663 bilhões de reais.

No item 1.5 do Relatório, apresentamos o cenário macroeconômico do PPA 2012–2015.

No período de 2012–2015, a elevação das taxas de investimento viabilizará a expansão da produção com geração de emprego e elevação da produtividade e competitividade sistêmicas da economia, com especial atenção aos gastos com infraestrutura econômica e sociais.

O crescimento real do PIB para 2012 previsto na proposta orçamentária era de 5,0%, superior, portanto, ao valor reprogramado para 2011, de 3,8%, conforme a 5ª Avaliação de Receita e Despesa do Poder Executivo, com convergência da inflação para o centro da meta de 4,5%.

Contudo, o Congresso Nacional, ao elaborar o Relatório da Receita Orçamentária, optou por rever para menor o crescimento econômico de 2012, situando–o em 4,5%, e, ao mesmo tempo, admitiu que a convergência da inflação deverá se processar num período mais dilatado de tempo. Para os demais anos, na suposição de que a crise mundial tenha sido superada, foram mantidas as expectativas de crescimento e preços contidas no projeto de lei."

Estamo–nos referindo exatamente aos anos posteriores a 2012, na expectativa de que nós, Senador Anibal, possamos vencer a crise mundial.

"A reduzida queda na taxa do PIB para 2012, de 0,5% em relação ao projeto, deve–se ao fato de que se espera a reativação da atividade econômica com relação ao final de 2011 tanto pelo menor ativismo fiscal, centrado no fortalecimento dos gastos com investimentos, notadamente do PAC, como pela maior flexibilização da política monetária, seja pela desobstrução dos mecanismos macroprudenciais de contenção do crédito, seja pela redução sustentada da taxa de juros básica SELIC.

No Item 1.6 abordamos as questões da reestimativa das receitas e dos resultados primários.

Relativamente aos valores que vieram estimados no projeto de lei do PPA, nossa reestimativa da receita, apoiada na revisão do Relatório de Receita comentado, aponta para um acréscimo de Receita Primária Líquida", fazendo a projeção, pelos números da macroeconomia, "da ordem de 122,4 bilhões de reais para todo o período de vigência do plano. Esse valor foi obtido a partir da nova base de receita dada por esse relatório, sobre a qual foram aplicadas as mesmas relações existentes entre o ano de 2012 e os demais anos do plano que vieram implícitas no projeto de lei do PPA.

Aspecto relevante nesse quadro fiscal é que as despesas de custeio da administração pública devem–se expandir abaixo do crescimento do PIB, o que demonstra o compromisso de continuidade da redução do nível de endividamento público por meio da geração de resultados primários positivos.

Assim, ainda que se leve em conta a profunda mudança no cenário internacional e seus reflexos negativos sobre o comportamento da economia brasileira, entendemos que a nova política monetária de redução sustentada da taxa básica de juros SELIC e de remoção dos entraves macroprudenciais à expansão do crédito, associados à retomada dos investimentos públicos, fazem com que o quadro econômico desenhado pelo PPA 2012–2015 seja factível de realização.

Nos itens 1.7 e 1.8, apresentamos relatório sobre as emendas apresentadas e os critérios de acolhimento. Foram apresentadas 2.213 emendas ao projeto.

Na página 15 do relatório, apresentamos o Quadro 11, que resume as decisões sobre o acolhimento de ementas. Destacamos que 408 receberam parecer pela aprovação ou pela aprovação parcial.

Os recursos que utilizamos para o atendimento às emendas apresentadas decorrem de projeções baseadas na reestimativa da receita para 2012.

A demanda de recursos por meio de emendas ultrapassou 7,5 trilhões de reais, quantia superior à prevista pelo Executivo para todo o período do plano," – lembrando às Sras. e Srs. Parlamentares que a estimativa do plano é de 5,4 – "o que comprova a absoluta insuficiência de recursos para o atendimento integral das emendas, em que pese o mérito das propostas.

No que se refere às emendas de programas, procuramos manter a lógica desenvolvida para o plano, com a manutenção de uma estrutura de programas reduzida. Portanto, não criamos programa novo.

Procuramos atender às sugestões de alterações de objetivos sempre que apresentados todos os elementos necessários à sua caracterização.

Em relação aos indicadores novos, associados aos programas existentes, aceitamos a criação de todos os que indicassem fonte ou órgão de apuração já existente ou que representassem apuração direta.

Foram priorizadas as iniciativas propostas por emendas coletivas, as relativas a empreendimentos de grande porte que estejam em andamento ou que possam ser concluídos no período do plano, os investimentos em infraestrutura que gerem retorno econômico e que não gerem despesas de custeio.

Dentre as emendas individuais, tentamos atender aquelas indicadas em ata pelas bancadas estaduais.

Buscamos aproveitar ao máximo as emendas apresentadas, fazendo inclusive ajustes técnicos necessários. Em alguns casos, porém, as emendas foram rejeitadas porque:

– Tratavam de empreendimentos de grande porte que implicariam em transferências a Estados e Municípios", portanto, contrariando a própria resolução desta Casa e os indicativos de como se processam os emendamentos a partir das transferências. "Nesses casos, não há necessidade de individualização", meu caro Deputado Giroto, "dos empreendimentos no PPA." As bancadas poderão fazer isso nas peças orçamentárias.

– Tinham valores inferiores aos valores de referência.

– Poderiam ser albergadas pelas iniciativas já existentes." Portanto, emendas cujo teor já consta do Plano Plurianual ou da peça orçamentária.

"– Pretendiam destinar recursos a determinados Estados e Municípios quando existente uma iniciativa genérica nacional." Ou seja, se a emenda já existe como genérica no PPA, não há por que repeti–la como uma iniciativa.

Destacamos, ainda, o atendimento a demandas de natureza institucional, tais como:

– ampliação da estrutura do Poder Judiciário, no caso principalmente da criação dos TRFs;

"– fortalecimento de programas relacionados com o combate à corrupção por meio da Controladoria–Geral da União, 100 milhões de reais.

Na área da Agricultura, acrescentamos:

– 3 bilhões de reais ao Programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; e

– 300 milhões de reais ao Programa Defesa Agropecuária.

Acrescentamos também 300 milhões de reais ao Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos."

As emendas valem inclusive para o atendimento, Senador Anibal, dos pleitos apresentados pela Comissão de Direitos Humanos no que se refere à defesa das mulheres e dos direitos humanos principalmente da população negra do País.

"No item 1.9. apresentamos as emendas promovidas pela nossa Relatoria.

Considerando os anseios da sociedade brasileira, evidenciados durante as audiências públicas realizadas em diversas Capitais, alocamos mais recursos nas áreas de saúde, educação, comunicações (banda larga) e combate às drogas (especialmente ao *crack).*

Na área de saúde, acrescentamos 1 bilhão de reais em programações que abarcam ações de atenção básica e também ações referentes aos procedimentos de média e alta complexidade.

Na área da educação, alocamos mais 1 bilhão de reais.

Na área das comunicações, alocamos mais 2 bilhões de reais para a iniciativa de implantação da infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga", principalmente buscando atender regiões do País onde a situação é extremamente grave do ponto de vista da expansão desse serviço.

Aqui temos uma representação parlamentar de três dessas Regiões: o Centro–Oeste, o Nordeste e o Norte. Portanto, são 2 bilhões de reais alocados à TELEBRAS, para promoção de expansão da rede exatamente nessas regiões.

"No combate às drogas, principalmente ao *crack*, alocamos mais 100 milhões de reais.

"No item 1.11, apresentamos observações sobre o substitutivo que ora propomos. O texto de lei que esta Relatoria ora apresenta mantém, em linhas gerais, a proposta encaminhada pelo Executivo.

Quanto às diretrizes expostas no art. 4º, não obstante a expressão 'desigualdade social' ter sen-

tido amplo, que ultrapassa a ideia de desigualdade econômica, tentamos explicitar melhor o que pretende o plano, incluindo no texto a preocupação com a garantia dos direitos humanos", que se referenciam, meu caro Senador Anibal e Deputado Geraldo Simões, principalmente nas questões que envolvem direito das mulheres, direito dos povos indígenas, direito da população negra, direito daqueles que têm questões de caráter de orientação sexual. Portanto, ampliam–se os serviços dos direitos humanos.

"Incluímos, dentre as diretrizes, a busca por maior eficiência dos gastos públicos, o crescimento econômico sustentável e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia."

Para que os Parlamentares possam entender principalmente esta última etapa, da tecnologia, o que buscamos foi atender à ampliação do programa, que na realidade vai do Oiapoque ao Chuí. Por isso contempla, meu caro Deputado Zulke, sobejamente bem o projeto estabelecido pelo CEITEC no Rio Grande do Sul de produção de semicondutores, colocado em nível nacional, assim como, Deputado Rogério Marinho, a ampliação dos recursos para atender à questão das neurociências, que têm o Rio Grande do Norte como pilar central. Nós aportamos no Ministério recursos destinados a esse programa especificamente. Trata–se da garantia de continuidade do programa de neurociência desenvolvido no Estado do Rio Grande do Norte, uma das melhores experiências apresentadas no último período neste País, com atuação desde a atenção à mulher no período de gestação até o período de iniciação científica dos jovens que passam por aquela unidade. Portanto, em uma deferência muito própria e necessária ao Estado do Rio Grande do Norte, mas entendendo que esse programa deve ser tocado como um programa nacional, ainda que aplicado no Estado do Rio Grande do Norte.

"Destacamos o aprimoramento da gestão e do monitoramento do plano, com a inclusão de dispositivos que exigem maior transparência e de mecanismos que permitirão aos órgãos de controle, ao Parlamento e à sociedade um acompanhamento efetivo do plano, principalmente quanto à execução financeira, ao alcance das metas e ao impacto das políticas públicas sobre os indicadores.

Quanto às ações prioritárias, aperfeiçoamos o texto para permitir um maior equilíbrio entre os Poderes Executivo e Legislativo no estabelecimento de requisitos, critérios e condições diferenciadas para a execução dessas ações. Assim, o texto reforça a lei de diretrizes orçamentárias numa das principais razões de sua existência, que é o estabelecimento de metas e prioridades para a administração pública federal."

Diante do exposto, sugerimos a esta Comissão a aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2011, que é o projeto do Plano Plurianual. E adito, meu caro Deputado Claudio Cajado, que há um resumo em que nós buscamos atender as bancadas. Mas nós encontramos – quero dar esta explicação – algumas situações em que necessariamente tivemos que considerar rejeitadas as emendas quando elas têm uma semelhança ou já estão contidas na própria peça como programa. Eu não posso escrever aqui que a emenda foi acatada só pelo fato de ela já estar no PPA, até porque dessa forma o sistema não aceitaria. Então, várias rejeições de emendas deveram–se ao fato de elas já estarem contempladas no plano. Isso foi majoritário, meu caro Deputado Giroto.

Nesse sentido, nós buscamos também fazer uma ampliação, para atender pleitos que encontraram, eu diria, dificuldades do ponto de vista da exigência dos valores de execução.

E vou citar um exemplo, tomando como referência dois Estados, um do Centro–Oeste e um do Nordeste. A exigência para reforma e ampliação de portos e aeroportos está muito acima.

Por exemplo, a reforma do aeroporto de Campo Grande, meu caro Giroto, não exigirá recursos de ordem igual ou superior a 500 milhões. Portanto, usando efetivamente o critério, essa reforma estaria fora do PPA. Mas nós buscamos alocar, em adendo, uma iniciativa que adequa a capacidade de aeroportos administrados pela União, buscando fazê–lo de forma ampla e coletiva.

Assim, nós designamos 2,2 bilhões para que o Governo pudesse aplicar em uma iniciativa já existente, que é a reforma de aeroportos. E, nesse contexto, apresentamos no texto, como adendo, quais aeroportos estariam contemplados e, portanto, seriam prejudicados em face do limite de recursos para isso.

Então, estão aí o aeroporto de Campo Grande, a que eu me referi, o de Rio Branco, no Acre, o de Porto Velho, o de Macapá, o de Ilhéus, o de Vitória – apesar de ser também um aeroporto, sua reforma não contemplaria isso, como no caso do de Rio Branco –, o Cunha Machado, de São Luís, o de João Pessoa, o de Teresina, o de Aracaju e o de Palmas. Buscamos atender aos aeroportos das capitais do País que são aeroportos de pequeno porte e que, portanto, não seriam contemplados a partir dessa limitação.

Além disso, adequou–se essa questão também para algumas situações de aeroportos que cumprem papéis importantes do ponto de vista regional. E, aí, nós também abraçamos isso, na medida de que essa reforma... Por exemplo – cadê o Deputado Zulke? –, a situação do aeroporto da Serra Gaúcha, que estaria

abaixo dessa situação, assim como, Deputados Geraldo Simões e Rui Costa, a questão do aeroporto de Barreiras, que, sendo um aeroporto de caráter regional, não tem uma situação desse tipo.

Deputado Marinho, mais uma vez em relação ao Rio Grande do Norte, como o Aeroporto de Amarante, em Natal, será um aeroporto privado, ajustamos aqui a questão de aeródromos regionais no sentido de atender ao Rio Grande do Norte, em decorrência do investimento do Aeroporto de Amarante, que passou por um processo de concessão.

Ainda nos adendos, também nos preocupamos com a questão dos portos, ou da implantação de novos portos organizados. Então, temos duas situações. Uma delas é o limite também para investimentos em portos, o que nos permitiu, por exemplo, acatar a emenda de bancada do Rio Grande do Norte com o novo porto. Mas não foi possível, por exemplo, acatar uma emenda, por conta do seu limite, na reestruturação do Porto de Paranaguá. Então, para não prejudicar essa situação, também nós alocamos 2,4 bilhões para a Secretaria de Portos, buscando atender exatamente a essas iniciativas que estão abaixo do valor de referência, não prejudicando, portanto, essas iniciativas.

Então, quanto aos Portos de Lucena, do Espírito Santo, de Paranaguá, de Santana, de Aratu, quanto à adequação e à ampliação do Porto de Salvador, quanto ao Porto de Aracati – cadê meu companheiro Danilo, do Ceará, que cobrava isso? – e quanto ao Porto de Camocim, estamos atendendo a essa demanda.

Além disso, também alocamos recursos para resolver um problema no Porto de Santos que estaria abaixo, contemplando, assim, a bancada paulista com a reestruturação do terminal de passageiros no Porto de Santos.

Ainda em relação à questão da adequação de estrutura e acostagem, também contemplamos a Paraíba, no que diz respeito ao Porto de Cabedelo, muito importante sobretudo para a acostagem de operação de cargas.

No item Ferrovias, nós buscamos acatar diversas emendas de bancada para atender a essa demanda. Como também, em determinados trechos, há uma situação inclusive priorizada no PPA, para o Ministério, além do que está contido nas emendas de bancada, nós estamos também acatando e disponibilizando, para a construção de ferrovias federais, um acréscimo de 5 bilhões de reais.

Com esse acréscimo, buscamos ajustar as questões da ferrovia de Anápolis, em Goiás; da ferrovia do Litoral Norte do Espírito Santo, do braço ferroviário entre Feira de Santana e o Porto de Aratu.

Há ainda a questão da Litorânea; do trecho em Luziânia, Goiás; do trecho da Transnordestina e seus braços; da questão da Paraíba; do ramal ferroviário do Piauí, interligando o porto até a Transnordestina; da Litorânea Sul, em São Francisco do Sul; do Corredor Ferroviário Santa Catarina, a chamada Ferrovia da Integração ou Ferrovia do Frango; da Norte–Sul, vetor logístico; da questão do Litoral Norte até o Porto de Barra do Riacho; e do Ferroanel na cidade de São Paulo, também acatando uma indicação da bancada paulista e do Senador Aloysio Nunes Ferreira sobre o contorno ferroviário metropolitano de São Paulo.

Ainda no item Ferrovias, acrescemos à iniciativa 2 bilhões para a implantação de transporte de passageiros.

E há a situação do contorno ferroviário de Dias D'Ávila; a questão de transporte de passageiros no chamado transporte regional da Bahia; no Centro–Sul, São José do Rio Preto; a conexão da malha ferroviária, no caso, sul, envolvendo os Estados de Santa Catarina e Paraná; e as adequações ferroviárias e duplicações e implantação de trem de passageiros em Minas Gerais.

Há os contornos e anéis de variantes; o contorno e duplicação do chamado Eixo MERCOSUL, que envolve o trecho até Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, portanto, pegando o eixo dos três Estados do Sul do País – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e a implantação de projetos para trens regionais de passageiros também na região Sul do País.

Os anéis e contornos, os complementos, além das emendas de bancadas: 2 bilhões para o perímetro urbano de Itajubá, Uberaba, Manhuaçu, Belo Horizonte, Criciúma; há o anel de interligação entre Mogi das Cruzes e o Litoral Sul de São Paulo... Já li Mogi das Cruzes. Mogi, estrada até a Dutra.

Há o contorno de Serra, no Espírito Santo; Vitória, Mestre Álvaro, Itapemirim; há o de Mantena, Minas Gerais; Uberaba; o trecho da BA–316 até o quilômetro 5, no Estado do Pará – portanto, o contorno. Teófilo Otoni.

Há construção do contorno da BR–230, na Paraíba; a construção do Arco Sul, no Paraná; e a construção do Contorno Leste, também no Paraná, na BR–445. Então, portanto, os três arcos foram contemplados no Paraná, do Norte ao Sul e ao Leste. O Paraná está rindo pelos cotovelos.

O valor acrescido à iniciativa, de 1 bilhão e 500 milhões de reais, ainda para a construção de contornos. A rodovia BR–319, no Amazonas, com entroncamento com a BR–070; a questão da BR–324 e o trecho Sento Sé.

Construção de trecho de Carinhanha até Cocos, na BR–030, que vem até Brasília.

Construção da ponte da BR–262.

Trecho, no Piauí, de Barreiras até São Raimundo Nonato, da BR–020. Nosso amigo Julinho e o Governador, que, segundo ele, na campanha usou o *slogan* Molin, Molin , fizeram um bocado de pressão aqui hoje de manhã, mas o pleito já estava atendido.

Construção de trecho da Variante do Alpino, em Santa Catarina, na BR–101.

BR–431, em Roraima.

BR–433, em Roraima.

Ponte ligando São João da Barra. É o caso do Rio de Janeiro.

BR–438, no Rio Grande do Sul.

(Pausa.)

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Não, não é BR–438. Retifico, é a extensão da BR–448, no Rio Grande do Sul.

Ainda, adequação da capacidade dos eixos rodoviários.

Trecho de Maraú até Campinho, na Bahia, BR–030.

Trecho de Fortaleza, na BR–222, até Sobral.

BRs–101, 262 e 484, no Espírito Santo.

Adequação da BR–135, trecho do Maranhão e do Piauí. Estas também são adequações, principalmente no que diz respeito a Eliseu Resende, até o que margeia a ferrovia Transnordestina.

Adequação da BR–316, Alto Alegre, no Maranhão.

Trecho de Nova Serrana a Uberaba, senão o Gilmar morre do coração.

Rodovia dos Inconfidentes.

Duplicação da BR–356, trecho Inconfidentes a Ouro Preto, Uberlândia a Patos de Minas, com interseção com a BR–040, Belo Horizonte–Valadares, até a BR–116.

Adequação da rodovia Belém–Castanhal, Santa Maria a... Cachoeira do Piraí, é isso? Senão está errado. Saiu Piraí aqui. Quase que vai para o Rio de Janeiro, porque no Rio existe Piraí, e na Bahia também. É Piriá. Temos que corrigir isso. É Cachoeira do Piriá. Se o paraense não estivesse aqui, já íamos colocar estrada do Pará até o Rio de Janeiro, ou então até a Bahia. Nós pegamos da emenda, viu?

Adequação do trecho da BR–316 Castanhal–Santa Maria–Cachoeira do Piriá. É esse o termo. O termo de baixo está correto.

Adequação de trecho da BR–155, no Pará, entre a BR–222, em Marabá... Agora, mais do que nunca, precisamos fazer isso para integrar o povo e não permitir... Acho que esta é uma das maiores reclamações do povo de Marabá, o isolamento. Essa é uma obra importantíssima, como resposta ao plebiscito.

Adequação da BR–135, Eliseu Martins a Cristalândia, no Piauí.

Adequação da BR–343, no Estado do Piauí.

E o trecho da BR–116 sobre o Guaíba. BR–116, no Rio Guaíba, construção da ponte. Na realidade, construção da BR. A ponte é só uma obra de arte.

Implantação e ampliação de sistemas de infraestrutura hídrica. Também foi aportado 1 bilhão.

Barragem do São Luís, São Gonçalo do Amarante, no Ceará.

Açude Frecheirinha, no Ceará.

Açude Paula Pessoa, até Granja, no Ceará.

Sistema de barragem no Município de Maranguape.

Adutora do Acarape.

E 1.200 quilômetros de adutora para distribuição de águas provenientes da região do Cariri, Brejo e Siridó, o chamado Eixo Leste da Paraíba. Não é isso Senador Vital do Rêgo?

Construção da Barragem Contrato, no Piauí.

Construção da Barragem Bujari... É isso? Cadê o Deputado Rogério Marinho? E das Barragens Pedra Branca e Poço de Varas, no Rio Grande do Norte.

E adutoras no Rio Grande do Norte.

Implantação do Canal de Xingó, adutora, em atendimento à demanda do povo de Sergipe, da bancada inteira.

Mais 100 milhões para os empreendimentos da contenção de cheias do Rio Itajaí–Açu, em Santa Catarina, e a contenção de canais de macrodrenagem na cidade de Aracaju.

Reestruturação e funcionamento do Hospital Universitário do Amapá, do Hospital Universitário de Uberlândia, do Hospital Universitário de Juiz de Fora, do Hospital Universitário da Paraíba Hospital Lauro Wanderley , do Hospital Universitário de Roraima e do Hospital Universitário Escola, em Palmas, Tocantins.

Reestruturação, interiorização e manutenção da Rede de Educação Superior.

Atenção, Deputado Geraldo Simões. Expansão da Universidade Federal do Oeste, em Santa Maria da Vitória, em atendimento ao pleito da bancada do oeste da Bahia. Com isto aqui, o Deputado Oziel disse que não vai mais defender a divisão da Bahia. Espero eu.

Modernização da infraestrutura desportiva da Universidade de Brasília.

Implantação de novos *campi* da Universidade Federal do Jequitinhonha e Mucuri.

Implantação de *campus* flutuante na Universidade Federal do Amazonas, universidade rural.

Interiorização da Rede Superior de Ensino da Paraíba, com implantação de *campus* no sertão da Paraíba, em Patos.

Implantação e modernização da Universidade Federal de Campina Grande.

Implantação do *campus* da Universidade Federal do Piauí no Vale do Canindé.

Ampliação do *campus* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na Serra Gaúcha.

Rede Federal de Ensino Profissional do Paraná.

Construção de *campi* da Universidade Federal de São Paulo em Osasco e em Franco da Rocha.

Valor de 500 milhões de reais.

Ampliação da capacidade produtora de biodiesel, etanol e unidades esmagadoras.

Usina de *biodiesel*, fabricação e produção de energia elétrica no Piauí.

Reordenamento da atenção especializada, visando à integralidade, assim como também da atenção primária especializada, rede de atenção à saúde, com qualificação das práticas de gestão e cuidado.

Hospital Regional do Senhor do Bonfim.

Unidades Especializadas de Pernambuco.

Hospital Regional do Vale dos Sinos e do Vale do Gravataí. É isso?

São esses os adendos, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, algumas correções de texto no relatório.

Na página 5, o item ponto 1 passa a ser lido da seguinte forma: *O texto do projeto, em seu art. 17, propõe que o Programa de Aceleração do Crescimento PAC e o Plano Brasil Sem Miséria PBSM integrem as prioridades da Administração Pública Federal e tenham tratamento diferenciado durante a execução do Plano Plurianual.* Entretanto, a redação do substitutivo que ora ofertamos acrescenta a possibilidade de a Lei de Diretrizes Orçamentárias definir outras prioridades além do PAC e do Plano Brasil Sem Miséria.

2. Na Página 17, passa–se a ler *no combate às drogas, principalmente ao* crack, *alocamos mais 100 milhões na iniciativa 02RC–Promoção da inclusão social dos usuários de saúde mental,* crack*, álcool e outras drogas, por meio da cultura, redes sociais e fomento às ações intersetoriais .*

Item 2.2, passa–se a ler a seguinte redação: *No Programa 'Ciência, Tecnologia e Inovação , foi incluído Apoio à unidade central de pesquisa do* campus *Instituto Internacional de Neurociências de Natal IINN Campus do Cérebro* ".

Na página 18, 3.1, passa–se a ler agora o seguinte: *Foi incluído no Substitutivo dispositivo pelo qual o Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, anualmente, (...), relatório de avaliação do Plano, que conterá: avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos .*

Situação. O programa por indicadores, objetivos, metas e execução financeira das iniciativas.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Parabenizo meu queridíssimo Senador Walter Pinheiro pelo relatório. Somente quem acompanhou V.Exa. como eu e como o Deputado Chinaglia sabe a dimensão desse encargo. Hoje V.Exa. tem condições inclusive de ser candidato a Presidente da República, porque conhece o Brasil inteiro, conhece todas as obras do Brasil.

Estão abertos os períodos de discussão.

Eu quero fazer essa brincadeira com V.Exa. para reconhecer, agora sem brincadeira, o seu talento, a forma como V.Exa. construiu o PPA. Temos uma peça extraordinária em termos de Brasil, de amplitude do País. Eu tenho certeza de que essa carta de navegação que estamos oferecendo agora ao País vai posicionar cada vez mais o Brasil no lugar que merece.

Eu queria fazer um acordo de procedimento. (*Pausa*.)

O Deputado André Vargas fala mais alto do que eu no microfone.

(Manifestação na plateia. PCS já! PCS já! PCS já!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu queria fazer um acordo de procedimento com os senhores.

(Manifestação na plateia. PCS já! PCS já! PCS já!)

Eu queria fazer um acordo de procedimento com os senhores.

Nós estamos aqui com a lista de seis inscritos para debater o PPA há sete inscritos. E, logo após a conclusão dessa discussão, estarão automaticamente encerrados os debates. E nós vamos dar um tempo, para que Walter Pinheiro e a Assessoria competente que tem avaliem os destaques apresentados. É o mínimo de 2 horas e o máximo de 3 horas.

Nós estamos marcando, nesse período, a suspensão dos nossos trabalhos, após o último debatedor, para voltarmos às 15h30min. Concordam V.Exas.? Concorda, Deputado Gilmar? Concorda, Senador Walter? Voltaremos às 15h30min, não mais para discussão a discussão será feita agora por V.Exas. , só para a avaliação dos destaques que ele vai passar e votar. E, às 17 horas, estaremos prontos. O.k.?

Às 15h30min. vamos voltar. Deputado Rogério, V.Exa. está concordando?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, queria só uma tolerância: às16 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu vou definir 16 horas, para o Deputado Rogério, porque quem manda aqui é S.Exa.

Às 16 horas vamos voltar.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado, que precisa almoçar. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Se a Comissão pagasse o almoço, eu ficaria aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, mas o almoço de V.Exa. é especial.

Deputado Pedro Chaves, venha para cá.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu vou ser muito breve.

Primeiro, o nobre Relator, Senador Walter Pinheiro, é baiano e, além de baiano, é uma pessoa por quem tenho uma afeição muito grande. Talvez Walter Pinheiro não saiba da admiração que tenho pelo Parlamentar, pelo político, pela pessoa que S.Exa. representa. Acho que é o único petista que ainda levará o meu voto. Para o que não sei, mas um dia vou lhe dar o voto. Vai ser o único!

Queria dizer que o relatório, em linhas gerais, foi muito bem elaborado, foi muito bem feito, principalmente porque inovou em algumas coisas. O Senador Walter Pinheiro, dedicado e diligente como é, fez um apanhado que engloba as áreas estratégicas do Governo, sem esquecer nenhuma delas, uma política pública, digamos assim, absolutamente eficiente, se efetivamente o Governo levá–la em consideração e implantá–la conforme a concepção original.

Agora, eu queria, Senador, fazer duas colocações, muito mais conceituais do que propriamente sobre a questão individualizada de um ou outro item. Foram reduzidos os programas temáticos de duzentos e tantos para 65 e ficaram 45 programas de gestão. Nesse particular, queria que V.Exa. explicasse o porquê dessa redução. Qual é o ganho de eficiência da gestão pública que essa redução traria? Até porque existe uma postura do Brasil em relação a organismos internacionais, de assinatura de acordos bilaterais, principalmente com os Estados Unidos, que prevê o detalhamento do PPA. Em não havendo isso, como ficariam esses acordos, em especial com os Estados Unidos?

Por outro lado, gostaria que V.Exa. também pudesse informar alguns termos usados no relatório, objeto inclusive de discussão: *ações de Governo* e *"agenda de Governo"*. Peço isso para que não se caracterize como uma postura monolítica do Executivo, quando na verdade há participação do Poder Legislativo, dos Deputados e dos Senadores, na discussão dessa peça que considero, ao lado do Orçamento e da LDO, a espinha dorsal de qualquer administração pública. Ou seja, a LDO, o PPA e o Orçamento são peças importantes na legislação e fundamentais na estruturação das políticas públicas que aqui discutimos.

Quando se usa os termos *"agenda de Governo"*, *ação de Governo* , compatível com um compromisso de campanha, dá–se uma conotação de que existe, digamos assim, um relacionamento direto entre o que foi assegurado e o que está sendo feito por todos nós. Portanto, essa peça deixa de ser um elemento exclusivamente do Poder Executivo para ser também harmonizado com o Poder Legislativo e, diante disso, com a representatividade popular e dos Estados.

Por outro lado, nós queríamos ver, na apresentação dos destaques, o atendimento de alguns dos nossos pleitos. Nós apresentamos – e V.Exa. tem conhecimento disso – uma série de destaques. Muitos deles, inclusive num diálogo extracomissão, disse–me V.Exa. que já estavam atendidos na emenda de bancada, e eu concordo com V.Exa.

Espero que, por ser da Bahia, o que puder atender nos destaques, V.Exa. o faça com a mesma alegria com que recebe seus companheiros baianos, o povo e o eleitorado da nossa querida terra.

Conseguimos, portanto, no relatório anterior, com o Senador Delcídio do Amaral, assegurar aquele importante projeto que vai ligar o oeste da Bahia, na BR- 242, até a Capital, se efetivamente a ponte Salvador–Itaparica sair, do que eu até agora duvido. Mas, como V.Exa. está à frente, há efetivamente grande possibilidade de se concretizar essa ligação, que foi um ganho para a Bahia.

Outras questões, como segurança pública. Diante dos altos índices de violência que têm se abatido principalmente sobre Salvador e a região metropolitana, num crescimento vertiginoso, nós apresentamos uma emenda e expusemos isso no PPA, para melhor qualificar não apenas o policial civil e militar, mas o aparato de segurança que envolve a proteção individual dos policiais e também a melhoria das viaturas, dos armamentos, etc. Apresentamos também uma emenda e um destaque para a melhoria da infraestrutura da Região Metropolitana de Salvador, no caso envolvendo diversas cidades que fazem com que a presença de Salvador como sede para a disputa da Copa do Mundo, da Copa das Nações...

Nós temos de ter um projeto que abranja não apenas Salvador, mas todas as cidades circunvizinhas à essa capital, no intuito de fazer essa integração por meio de rodovias, de infraestrutura aeroportuária e de telecomunicações. Nesse sentido é importante que a infraestrutura das regiões metropolitanas, seja da Bahia, seja de outros Estados, sejam adequadas não

apenas para favorecer a Capital, mas os Municípios que a integram como região metropolitana.

São emendas, portanto, que eu considero importantes no viés do pensamento teórico que V.Exa. tão bem explanou na elaboração de seu parecer, e eu espero que a Comissão possa, com essas construtivas informações, subsidiar V.Exa. a concluir seu relatório com mais brilhantismo do que já fora feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Quero inicialmente cumprimentar o nosso Relator pelo trabalho que fez. À época em que era Deputado, o Senador Walter Pinheiro foi um dos mais atuantes membros da Comissão de Orçamento porque conhecia profundamente como o orçamento se desenvolvia. E, agora, para nossa alegria, é o Relator do PPA como Senador, merecidamente como Senador. S.Exa., sem dúvida, fez um belo trabalho. Parabenizo V.Exa., Senador Walter Pinheiro, por seu trabalho.

Na verdade, quero expor alguns pleitos não só do meu Estado, não só individuais, mas também de outros companheiros de bancada, muito especialmente os Deputados Pedro Chaves e Jovair Arantes, que me pediram que fizesse alguns destaques a respeito da bancada de Goiás.

Então, Sr. Relator, eu não vou me ater, até por causa do horário, mas eu vou passar para V.Exa. algumas questões a que eu gostaria que desse especial atenção.

Cito um exemplo: nós apresentamos emenda relacionada a uma obra de um contorno em Londrina, segunda cidade do Estado do Paraná. Refiro–me ao contorno leste, na cidade de Londrina. O valor de uma obra como essa está acima de 500 milhões de reais, mas infelizmente V.Exa. não acatou essa emenda. Então, peço a V.Exa. que a acate. Esta é uma questão individual nossa.

Fora isso, o Deputado Eduardo Sciarra também apresenta vários destaques de emendas individuais suas, mas que são obras importantes para o Paraná, como, por exemplo, o Porto de Paranaguá. V.Exa. disse que já havia colocado para a Secretaria de Portos, mas o Porto de Paranaguá necessita de mais de 1 bilhão de reais, com certeza. Essa é uma emenda importante e seria de grande necessidade que V.Exa. pudesse revê–la. S.Exa. também apresenta algumas outras emendas que lamentavelmente não foram acatadas em relação, por exemplo, ao Aeroporto Afonso Pena...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Mas ele nos pede aqui que se V.Exa. pudesse...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Mas não está aqui. A informação que o Deputado...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Então, mas S.Exa. diz que a emenda dele não foi acatada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Então se V.Exa. pudesse acatar essa emenda, o Deputado Eduardo Sciarra e o Paraná agradeceriam bastante.

Outra questão é a do Porto de Paranaguá, que nós já colocamos. Outra, referente à rodovia federal ali no Município de Arapongas, onde vão fazer um arco rodoviário norte também, seria importante atender.

Sr. Relator, uma emenda que nós achamos da maior importância... E nós temos uma emenda individual...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Já está aí com a...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – É, contorno vai...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Contorno leste Londrina. Está sim. Ótimo, então. Obrigado.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Agora, depois do Aeroporto Afonso Pena, V.Exa. falou em outro Estado.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Falei no Porto de Paranaguá.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Porto?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Porto de Paranaguá.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Também já estava nesse contexto aqui. Está bem aqui.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Vai ser atendido também? *(Pausa.)* Ótimo. Ele pede aqui também um contorno norte, no norte do Paraná, que pegaria Arapongas, Ibiporã.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Arco Norte?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Não. Arco Norte é um aeroporto regional de cargas, e V.Exa. atendeu a uma emenda de bancada. Mas ele pede o contorno norte rodoviário, que é...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Ponta Grossa?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Não. Londrina, Arapongas, Ibiporã, a Emenda 0004.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Só para lhe ajudar, se me permite, porque aí é bom que facilita processualmente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Isso. Para ser rápido, inclusive.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Era o que eu estava falando com ele. Houve uma confusão. A bancada do Paraná apresenta: contorno norte com a 369...

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Isso.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Contorno norte, Ponta Grossa, com a 376...

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Isso.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Onde tem mais contorno norte aqui? É tanto norte que vamos fazer o norte todo. Cadê? Arco Norte, 369; Depois, Contorno de Ponta Grossa... E qual é o outro, o terceiro aqui, do contorno norte?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Isso V.Exa. atendeu parcialmente, não é? *(Pausa.)* Esse que o Deputado Sciarra pede é em relação... O contorno norte amplia essa questão; é um arco rodoviário norte, porque pega desde Ibiporã, uma variante para o Município de Açaí, passa por Arapongas ali. É ampliado esse contorno que ele pretende. O.k.?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Está bem.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Uma outra questão... E aí atende a bancada, atende ao Deputado Eduardo Sciarra e atende também a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados no seguinte, Relator: a Constituição diz que cabe ao Governo Federal prover as universidades, o ensino superior.

Nós estamos apresentando, na Comissão de Educação, uma emenda – e isso em combinação com o próprio Secretário de Ensino Superior – para a duplicação do número de vagas nas universidades estaduais. Ou seja, o Governo Federal fazer o custeio das universidades estaduais. Isso atende o Brasil inteiro. Seria a maneira de o Governo Federal poder... Seria o PROUNI das universidades estaduais. Com isso, o próprio Governo Federal concorda; o Secretário de Educação Superior, Luiz Cláudio Costa, inclusive deu–me a redação que nós fizemos na Comissão de Educação. Nós fizemos também pela bancada do Paraná e também pela própria Comissão de Educação, e o Deputado Eduardo Sciarra também fez. Então, acho que o Governo Federal precisa apoiar as universidades estaduais e, através dessas emendas, nós vamos ter um mecanismo para que o Governo Federal apoie as universidades estaduais do Paraná e do Brasil.

Então, peço por gentileza a V.Exa. que contemple essas emendas.

A outra questão é com relação a duas emendas do Sr. Deputado Marquezelli, que pretende disponibilizar recursos para a Academia da Força Aérea de Pirassununga e para Exército de Pirassununga. São duas emendas. Pediria a V.Exa. algo. Inclusive há uma combinação com o Relator, Sr. Deputado Arlindo, para acatá–las e disponibilizar os recursos. Seria importante que acatássemos essas emendas do Sr. Deputado Nelson Marquezelli. Depois, vou passar a V.Exa. os números dessas emendas.

Também o Sr. Deputado Jovair Arantes nos pede algo pela bancada de Goiás. Encontra–se aqui o Sr. Deputado Pedro Chaves já fazendo uma solicitação também. Já que o Sr. Deputado Pedro Chaves está presidindo a Comissão, pediu-me que déssemos, juntamente com Jovair Arantes, apoio às emendas da bancada de Goiás.

Sr. Relator, era basicamente isso o que pretendia: pedir o apoio de V.Exa. às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Peço ao Sr. Deputado Rogério Marinho uma licença.

Só queria uma licença, Sr. Deputado Rogério Marinho. Só queria indagar algo ao Presidente Pedro Chaves e ao Relator.

Estamos com problema na bancada de Minas. Acaba de falecer o Pai do Sr. Deputado Reginaldo Lopes, nosso coordenador.

Desde já deixo registrados os sentimentos e o votos de pesar da bancada de Minas e da CMO ao Sr. Deputado Reginaldo Lopes.

Diante do ocorrido, indago do Presidente como poderíamos sanar esse problema da bancada, já que S.Exa. é quem assina pela bancada. Como procederíamos com os destaques?

Era a pergunta que pretendia fazer, agradecendo desde já o Sr. Deputado Rogério Marinho a licença concedida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – É possível S.Exa. passar um ofício indicando V.Exa. ou outra pessoa para representar a bancada? (*Pausa.*)

Não há como fazê–lo.

Vamos estudar uma forma de equacionar essa questão de Minas Gerais.

Dando prosseguimento aos trabalhos, passo a palavra ao Sr. Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Se-

nadores, iniciarei dizendo ao Senador Walter Pinheiro que já o conhecia da Câmara dos Deputados, da legislatura anterior, mas não foi surpresa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Só um minutinho.

Solicito à assessora que libere a frente para o Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não foi surpresa a maneira como V.Exa. se comportou à frente do Relatório do PPA. Primeiro, S.Exa. teve o cuidado de ouvir todas as bancadas e todos os pleitos e tentou adequar as diferentes solicitações para que o relatório de V.Exa. pudesse traduzir a média dos sentimentos desta Casa, que representa o povo brasileiro.

Nos próximos 4 anos teremos um grande desafio: consolidarmos as conquistas feitas e principalmente, Senador Walter Pinheiro, trabalharmos a infraestrutura, a logística, para diminuirmos o Custo Brasil e transformarmos o nosso País naquilo que todos queremos e almejamos para o futuro, ou seja, num país desenvolvido, integrado e com o menor número possível de desigualdades regionais, aproveitando inclusive as potencialidades, as vantagens comparativas de cada região.

O Plano Plurianual é, nesse aspecto, o balizador das políticas públicas que serão implementadas no nosso País nos próximos 3, 4 anos subsequentes e no primeiro ano do sucessor da atual Presidente da República. V.Exa. se comportou muito bem.

Senador Walter Pinheiro, tínhamos feito algumas emendas que foram superadas pelas adequações que V.Exa. fez no seu relatório, notadamente no que tange à questão da transparência, da prerrogativa desta Casa em continuar fiscalizando e acompanhando o Executivo. V.Exa. sabe que só agora, de 11h30min ao meio–dia, foi disponibilizado, em papel, o documento. Nós e a nossa assessoria, de 9h30min às 10 horas, tivemos uma certa dificuldade de nos debruçar sobre esse volume caudaloso, enorme de documentos. Por isso mesmo a Oposição, inclusive em uma deferência a V.Exa., ao Deputado Priante e ao Presidente Pedro, aceita a quebra do interstício. Inclusive, estamos passando por cima do Regimento, que nos dá 72 horas, e nos propondo a votar.

Peço atenção a V.Exa. para alguns destaques que estamos fazendo, a fim de que, nesse intervalo do almoço, possa apreciá–los.

O primeiro é o Destaque nº 10, um destaque aditivo. Eu tenho certeza de que V.Exa. concorda conosco.

O inciso V, § 6ª do art. 21, parece–me, diz:

"Modificações efetuadas, nos termos dos §§ 4º e 5º, deverão ser informadas à Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização."

V.Exa. estabelece aqui que esta Casa, por meio da Comissão Mista, vai receber relatórios do Governo Federal sobre as modificações que serão feitas no PPA, entretanto, não estabelece um prazo. Nós estamos propondo que seja trimestral. A cada 3 meses, teremos a possibilidade de verificar o que ocorre no PPA.

Queremos elogiar essa disposição de V.Exa., em tão boa hora, de fazer com que as prerrogativas desta Casa não sejam diminuídas. Que possamos continuar a acompanhar a execução dessa peça tão importante. As modificações que V.Exa. faz têm as questões cronológica e temporal, a fim de que possamos saber e também cobrar quando elas serão remetidas a esta Comissão de Orçamento.

Então, o Destaque nº 10 trata dessa situação.

O segundo é o Destaque nº 12 – também não tenho dúvida de que V.Exa. vai concordar conosco –, que passa a ser aditivo. Nós pedimos a V.Exa. que seja feita uma correlação entre o plano em vigência, que se exaure justamente no final deste ano, e o plano que estamos votando, uma vez que o planejamento do nosso País não pode ter compartimento distante, sem comunicação.

O que nós propomos a V.Exa. é a apresentação, pelo Poder Executivo, da correlação do programa atual do PPA 2012/2015 com a anterior, 2008/2011, para que tenhamos um nexo causal, ou seja, uma solução de continuidade entre os planos que estão sendo engendrados e colocados em prática no País.

Então, o que pedimos nada mais é do que um vínculo entre um plano que está terminando e um que está começando, inclusive com um relatório do que, efetivamente, foi executado e com as correções necessárias, para que o próximo plano possa ter êxito e sucesso, inclusive com a lavra de V.Exa., que brilhantemente está fazendo a exposição do relatório.

O terceiro destaque, para o qual chamamos a atenção de V.Exa., é o Destaque nº 13, art. 10, inciso III, que trata das questões em que Executivo será demandado. No que tange a novos critérios para iniciativas, no projeto em tela, passa essa atribuição para o Executivo.

Então, nós estamos pedindo que ela retorne ao leito originário, no sentido de que qualquer modificação ou qualquer nova iniciativa, no caso, que não estiver contida no plano original, quer dizer, uma iniciativa nova, passe pela CMO e pelo Congresso Nacional, como sempre foi. É o leito originário e o resgate das nossas prerrogativas como Parlamentares.

Os outros três destaques que faço em seguida passam a ser já da bancada do Rio Grande Norte.

Eu quero elogiar aqui de público, dar o testemunho, a V.Exa. pela disponibilidade que sempre de-

monstrou quando foi procurado. Inclusive eu estive com V.Exa. com representantes da Companhia DOCAS do Rio Grande do Norte, com representantes do Governo do Estado, e falamos da necessidade de traçarmos uma estratégia de desenvolvimento para o Estado.

No relatório das emendas de bancada – V.Exa., inclusive, me deu uma explicação, *en passant* , de que houve uma readequação em outras situações, mas eu estou destacando – há uma rejeição da Emenda 71210005. Faço o Destaque nº 8, que trata da questão do VLT – Veículo Leve sobre Trilho na cidade de Natal, que inclusive vai receber a Copa do Mundo, e região metropolitana. Essa ação foi negociada e debatida com o Governo Federal, por intermédio da Casa Civil, do Ministério do Planejamento e do Ministério dos Transportes.

Então, peço a V.Exa. que veja a possibilidade de reintroduzi–lo no seu relatório, caso ele não esteja, já que está rejeitada a emenda, para que possamos ter um amparo legal do guarda–chuva do PPA, a fim de consignarmos verbas no Orçamento da União quando da construção do VLT.

O penúltimo destaque que faço, ainda em relação ao Rio Grande do Norte, é o Destaque nº 009, relativo à estrutura para implantação de zona de processamento de exportação.

Rapidamente, Sr. Relator, lá no Rio Grande do Norte, como V.Exa. expôs no seu relatório, estamos construindo o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante em regime de PPP. Em boa hora, o Governo do PT reconhece a necessidade de se privatizar aeroportos e trazer a iniciativa privada para o bojo dessa ação. Para dar sustentação econômica a esse aeroporto é necessário agregar valor. Um desses itens é justamente uma zona de processamento de exportação que vai ficar na cidade de Macaíba, na Região Metropolitana de Natal, ao lado do aeroporto. Isso também fruto de uma discussão com o Gabinete Civil do Governo Federal, da então Ministra Dilma Rousseff, hoje Presidenta, e com o Ministério do Planejamento.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – A Dilma já pousou lá.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Já. Ela inclusive pousou de avião lá, Senador, e eu estava lá para recebê–la. A pista é muito bem–feita e está sendo privatizada, Deputado Wellington, em boa hora.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O último Destaque é o de nº 007. Inclusive dissemos, *en passant* , que foi rejeitada a Emenda 71210002, que trata de um ramal ferroviário entre a cidade de Mossoró, em Natal, o qual vai justamente viabilizar o porto, e V.Exa. já a aceitou, que vai permitir o escoamento dos minérios, das frutas e de toda produção agroindustrial existente naquela área.

Então, há necessidade de termos o porto agregado à ferrovia.

Agradeço a V.Exa.

À tarde, certamente, teremos boas notícias de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Eu, Deputado Pedro Chaves, cedi a vaga para o Deputado José Priante.

Antes de passar ao próximo orador, informo ao Plenário que, em razão da questão levantada pelo Deputado Ademir Camilo e a fim de que a bancada de Minas não fique prejudicada, por conta do falecimento do pai do coordenador, excepcionalmente, a Presidência indica V.Exa., como representante da bancada de Minas e membro da Comissão, para apresentar os destaques ao Plano Plurianual.

Com a palavra o Deputado José Priante.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever também.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Caro Presidente Pedro Chaves, Senador Walter Pinheiro, eu tenho apenas, Senador, um destaque a apresentar. Quero cumprimentá–lo pelo relatório. Sei da dificuldade que V.Exa. enfrentou para tomar essa decisão equilibrada para atender os Estados.

Eu quero ressaltar o Destaque nº 0005, que diz respeito a uma obra, caro Senador, na Região Metropolitana de Belém, a Avenida Independência. Trata–se de uma obra conveniada com o Governo do Estado e o com Governo Federal e, que, com certeza, irá desdobrar–se em mais de 1 ou 2 anos.

Então, eu peço a V.Exa. que aquiesça, a fim de que não tenhamos prejuízo no desdobramento orçamentário desta obra nos próximos anos.

O povo da Região Metropolitana de Belém agradece penhoradamente. Aliás, nos inspiramos no famoso Anel Viário de Salvador para tentar construir essa obra fundamental, tendo em vista que Belém tem uma curiosidade: só tem uma única entrada e saída, que é uma BR.

Então, gostaríamos de ter aquiescido esse pleito por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Walter Pinheiro pelo relatório apresentado, o que mostra realmente a eficiência e competência que todos já conhecemos, e dizer que realmente o seu re-

latório permite que o Brasil continue aspirando esse processo de expansão, de crescimento e, ao mesmo tempo, demonstra que o Governo vai continuar aliando o desenvolvimento na infraestrutura com ações sociais muito concretas e objetivas.

Então, quero saudá–lo e cumprimentá–lo.

Peguei um adendo de V.Exa. e acho que está faltando o restante, porque uma parte daquilo que foi posto, em termos de duplicação na região do Estado de Minas, já aparece nesse primeiro relatório. Mas deve estar faltando alguns itens principalmente de duplicação no trecho de Uberlândia e Patos. Não sei se consegui ouvir sobre esse trecho e outros, mas já coloquei no destaque. Qualquer coisa, ele já retira.

Com relação à expansão das universidades – também não sei se consegui ouvir na hora –, já fiz os destaques e vou tentar colocá–los para V.Exa. Não vou fazê–lo agora, depois acertamos esse processo.

Só quero deixar registrado – e já cumprimento V.Exa. – que, desde o início do seu relatório, quando o procuramos para tratar especificamente da questão dos servidores públicos, V.Exa. sempre se mostrou aberto a assegurar a todos os servidores e ao Relator–Geral tranquilidade para depois poder fazer os entendimentos. E o entendimento produzido é que o Deputado Arlindo Chinaglia vai poder fazer os entendimentos no seu relatório. E V.Exa., no seu relatório, mais uma vez, reafirma as condições para que o Relator–Geral faça o debate com os servidores públicos, em especial os do Judiciário. *(Palmas.)* Desde o início V.Exa. tem... *(PCS já! PCS já! PCS já! Palmas.)* V.Exa. então criou as condições para que pudéssemos estabelecer este debate.

Então, quero aqui reafirmar que V.Exa. honrou o compromisso feito conosco e com todos os servidores no sentido de que daria as condições para que esse debate pudesse ser realizado, como nós e o Governo tínhamos solicitado, na hora da votação do relatório final.

Quero cumprimentar V.Exa., porque honrou o compromisso não só com os servidores do Judiciário, mas também com os demais servidores, para que pudéssemos achar essa saída e de que não permitiria, no seu relatório, que fosse dado reajuste para os juízes sem que os servidores também fossem contemplados.

Então, quero saudar e cumprimentar V.Exa. por esse entendimento. *(Palmas.)*

Nós estaremos, na próxima semana, junto com o Relator–Geral, tratando tanto da questão dos juízes quanto da dos servidores do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

Muito obrigado. *(PCS já! PCS já! PCS já! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, quero cumprimentar o nobre Relator, amigo e irmão Senador Walter Pinheiro pela competência com que elaborou o seu relatório.

Parabenizo também, Senador Walter, o seu Estado da Bahia por eleger V.Exa. para tão bem representá–lo no Senado Federal. Tenho certeza de que o povo da Bahia irá sempre estar presente no seu futuro político. Espero que seja o Governo do seu Estado. São os meus votos e, acredito, o voto de todos os baianos.

Mas, amigo Walter Pinheiro, apresentei 8 destaques ao seu relatório. Inicialmente tinha sido apresentado com preenchimento no campo de objeto e foi transferido para o campo da iniciativa. Submeti o requerimento à apreciação da Consultoria e ela acatou. Os destaques a que faço referência neste momento têm os números 00075, 00078, 00077, 00076, 00074, 00073, 00072 e, para finalizar o 00071. Todos têm significativa importância para o nosso Estado, mas faço referência especial ao Destaque nº 00075, que vai, na verdade, atender a merenda escolar, foi direcionado para o Ministério da Educação.

Então, eu queria que V.Exa. apreciasse com mais profundidade esse Destaque nº 00075 e agradeço–lhe a atenção a todos os destaques que apresentei ao seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Ronaldo Zulke.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE – Obrigado.

Sr. Presidente, colegas Deputados, inicialmente eu queria aqui, de público, fazer um agradecimento ao Senador Walter Pinheiro pela gentileza em ir ao Rio Grande discutir conosco o PPA.

Realizamos lá uma importante audiência pública na Assembleia Legislativa, com a presença de vários Parlamentares desta Casa e de Deputados gaúchos e de representações de diferentes setores da sociedade.

Para nossa alegria, o Senador Walter Pinheiro não só nos acolheu em grande parte as nossas demandas, como também agora, na leitura do seu relatório, acrescentou mais alguma coisa.

Mas eu quero, Senador, ao mesmo tempo em que o parabenizo pela sua brilhante apresentação do relatório, pelo trabalho desenvolvido, dizer que a bancada do Rio Grande fez um esforço muito grande para construir um acordo unânime da bancada em torno de 11 emendas que apresentamos ao PPA. Dessas 11 emendas, o Senador acolheu 7 e restam 4 ainda que gostaríamos de destacar. Tenho certeza de que com a sensibilidade do Senador, quem sabe, poderemos contemplar 100% das demandas da bancada do Rio Grande.

A construção do aeroporto da região da Serra Gaúcha é uma reivindicação antiga e está contemplada no seu parecer, o que nos deixa agradecidos. A extensão da BR–448, a segunda das nossas reivindicações, é um dos maiores investimentos que o Governo Federal vem realizando, no entanto, há um trecho novo a ser construído e que envolve a Região do Vale dos Sinos, a nossa região produtora de calçados e que precisa ter a sua extensão acolhida pelo PPA, caso contrário não vamos conseguir realizar essa importante obra que vai desafogar todo o problema do trânsito na BR–116, no trecho entre Porto Alegre e Novo Hamburgo.

A construção do trecho rodoviário da BR–392 está acolhida por V.Exa., pelo que agradecemos. Construção e pavimentação do trecho rodoviário da BR–470, um trecho que precisa ser federalizado, também foi acolhida pelo seu parecer. Construção, reforma, ampliação e adequação de aeroportos na região metropolitana. Essa é uma questão que gostaríamos de sugerir, Senador, que fosse também abrigada na emenda genérica apresentada por V.Exa. quando fala no aeroporto da região da serra.

O Rio Grande do Sul precisa desses 2 aeroportos, precisa do aeroporto da região da serra, uma das mais industrializadas do Estado. Necessita urgentemente da construção desse aeroporto.

Mas, da mesma forma, na Região Metropolitana de Porto Alegre, o Salgado Filho, que é o nosso aeroporto atual, está com prazo curto de vida. Em 4 ou 5 anos a sua capacidade estará esgotada e ele não tem condições de construir uma nova pista. Portanto, já estamos apresentando ao Governo a reivindicação da construção de um segundo aeroporto internacional, que vai se localizar exatamente nos Municípios de Nova Santa Rita e Portão, uma região com mais de 4 milhões de habitantes e que possui 80% do PIB gaúcho em sua volta.

É de fundamental importância, pois, que ele seja contemplado no seu relatório, para que possamos ano a ano ir discutindo com o Governo e buscar recursos no Orçamento anual, a fim de que essa obra possa também ser desenvolvida.

A duplicação da BR–386 também foi acolhida por V.Exa. Queremos agradecer. É uma importante estrada, chamada de estrada da produção, que está em construção num primeiro trecho e queremos o segundo, que vai do Município de Lajeado até Iraí, divisa com Santa Catarina, nosso querido Estado vizinho.

Duas outras emendas que não foram acolhidas, e gostaríamos de apelar a V.Exa. no sentido de que as acolhesse: equipamentos de laboratório e educação profissional tecnológica, desenvolvimento em tecnologia. Há aqui uma interpretação, talvez da Consultoria, de que isso já esteja abrigado no PPA de uma maneira geral, mas fazemos o destaque aqui para resguardarmos o direito de discutir e verificarmos se de fato isso está incorporado.

Da mesma forma, a construção de estradas vicinais no Estado do Rio Grande do Sul, que é um problema muito grande para o escoamento da produção das pequenas propriedades agrícolas. Queremos também reservar aqui a possibilidade de discutir com V.Exa., para que ela seja contemplada.

Implantação do hospital da Região Metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul já foi acolhida, pela leitura que V.Exa. fez recentemente, portanto, queremos agradecer. A ponte do Guaíba da mesma forma, aliás, investimento anunciado pela Presidenta Dilma nessa semana no Rio Grande, mas é importante que o PPA acolha isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE – Mas é que queremos oferecer guarida a ela no PPA, não é, Senador?

E por fim a construção do presídio de Canoas, segundo maior Município do nosso Estado. E existe também o projeto de construção de um presídio que atenderá toda a região metropolitana. É um projeto do Governo do Estado, e nós também gostaríamos de contar com a sua sensibilidade para ver acolhida essa nossa emenda.

Eram esses os nossos destaques. Queremos mais uma vez agradecer ao Senador o carinho com que acolheu as nossas emendas, a sua presença lá no Rio Grande, para discutir com o povo gaúcho.

Deixo aqui os nossos destaques para ainda preservar o nosso direito legítimo de espernear até o último momento e ver todas as nossas emendas contempladas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) – Próximo inscrito Deputado Giroto, PMDB do Mato Grosso do Sul.]

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, eu não poderia deixar de falar um pouco sobre a sua conduta. Quando cheguei a esta Casa, Sr. Presidente... Vou parar porque o elogio é grande. *(Pausa prolongada.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Vamos reiniciar o nosso debate.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sendo breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Eu quero, Deputado Walter, agradecer a V.Exa. o companheirismo. Aprendi, no convívio da Comissão, a respeitá–lo. Entendo que V.Exa. é um dos Senadores que mais conhecem de planejamento urbano.

Quando o nosso Presidente diz que o senhor conhece o Brasil, é porque, na verdade, o senhor se debruçou em cima do Plano Plurianual para entender o que é este País e entender o que nós estávamos solicitando.

Em razão disso, Sr. Relator, eu gostaria... O senhor esclareceu um destaque que eu fiz sobre o aeroporto de Campo Grande, dizendo que, quando ele não tem o seu limite atendido, ele fica, então, dentro daquilo que o senhor destinou para os aeroportos brasileiros.

Mas eu queria agradecer–lhe pela FERROESTE, uma ferrovia importantíssima que o senhor acolheu, e gostaria que pudesse rever a Sul–Fronteira, que, como bem o senhor disse, é uma rodovia a que, nos 3 ou nos 4 últimos anos, tem sido destinados recursos pelas bancadas. Ela não é uma rodovia que está no PNV, mas recebeu recurso federal pela sua complexidade, pela sua importância, já que é uma rodovia que está na divisa Brasil–Paraguai e, com isso, ela precisa ser acolhida no PPA, para que nós possamos, então, tentar incluí–la no PAC, já que ela é que vai fazer frente à demanda de fiscalização tanto da Polícia Rodoviária Federal, como da Vigilância Sanitária e da Polícia Federal, no que se refere aos problemas de tráfico que nós temos.

Eu também tenho aqui, a pedido da Senadora Lúcia Vânia, dois destaques que ela fez. Um é para V.Exa. rever essa adequação do trecho da BR–452, trecho entre a BR–060, Rio Verde de Goiás, e o entroncamento da BR–365, já que ela, nos anos anteriores, recebeu recursos do Governo Federal.

Outra a que a Senadora Lúcia Vânia me pede para dar destaque é a Emenda 0028, sobre obras de macrodrenagem em Goiânia. É importante que sejam estabelecidas no PPA 2012/2015, para que desta forma haja recursos garantidos, regulares.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Com a palavra o Deputado Geraldo Resende. Em seguida, o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – Sr. Presidente, Deputado Pedro Chaves, que tão bem representa Goiás aqui na Câmara Federal, eu quero me somar aos elogios já dirigidos ao Deputado e hoje Senador Walter Pinheiro. Foi sempre um expoente nesta Comissão e certamente sabe muito bem das aflições e das angústias dos Deputados aqui, principalmente dos coordenadores de bancada, que têm a missão de discutir os pleitos, principalmente de um projeto tão importante como este, do PPA 2012/2015.

E nós da bancada celebramos o compromisso de apresentar as cinco emendas de bancada – cinco outras – com similitude, para que pudéssemos, a exemplo de anos anteriores, obter o acolhimento dessas emendas de bancada pelo Relator do PPA.

Eu gostaria de dizer ao Sr. Relator que a bancada de Mato Grosso do Sul apresentou cinco destaques: o Destaque nº 114, o Destaque nº 116, o Destaque nº 113, o Destaque nº 112 e o Destaque nº 115. Pedimos a recomposição daquelas metas que nós apresentamos. Todos elas, como disse o Deputado Giroto, que também representa o Estado e que foi Secretário de Obras, são obras estruturantes para o Estado de Mato Grosso do Sul. Primeiro, a questão da reabilitação urbana. Todos os Municípios têm dificuldade em fazer a recuperação das suas malhas viárias urbanas. Então, nós apresentamos essa emenda.

Também apresentamos destaque, para o Estado de Mato Grosso do Sul, sobre o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. Sabemos que a saúde pública é a principal preocupação da população, não só na Bahia, mas também em Mato Grosso do Sul, no Ceará. Em qualquer pesquisa de opinião, a saúde pública é de longe a primeira colocada nas demandas que a população nos apresenta. Então, com essa emenda tentamos viabilizar recursos para o SUS, durante esses 4 anos do PPA.

A outra emenda se refere à questão do transporte ferroviário. Nós temos duas ferrovias já apontadas no PPA 2008/2011, mas que até agora não saíram do papel: a Ferroeste e a chamada Ferrovia do Pantanal. É preciso obter recursos que possibilitem o avanço na construção dos projetos, para que de fato saiam do papel e efetivamente sejam aquilo que apontamos, ou seja, a redenção do Estado, a redenção da Região Centro–Oeste, com a mudança do modal de transportes: em vez do modal rodoviário, o modal ferroviário.

O outro destaque é sobre os eixos rodoviários, sobre a manutenção das rodovias federais que cortam Mato Grosso do Sul. Uma delas é de suma importância, a BR–163, porque corta o Estado de norte a sul, e precisa ser duplicada, já que o tráfego de veículos é intenso: 30 mil veículos trafegam por dia nessa rodovia, sendo que a maioria ou 90% são carretas que carregam os grãos produzidos em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e nos Estados da Amazônia, como Rondônia e Acre. E nessa rodovia acontecem acidentes diariamente, nos quais vidas valiosas são ceifadas.

O Destaque nº 118 é sobre a questão do aeroporto. O Aeroporto de Campo Grande é o único que

atende à demanda de todas as cidades do Estado de Mato Grosso do Sul. Nós precisamos, Sr. Relator, de recursos que possibilitem a adaptação do nosso aeroporto, a exemplo do que foi feito nos aeroportos de Salvador, de Recife e de várias cidades do País. Até hoje nós não obtivemos nenhuma dessas melhorias que vimos em outros aeroportos, apesar de o nosso Estado ter uma vertente econômica importante, que é a questão do turismo. E temos pela frente dois acontecimentos marcantes – a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas. Então, precisamos oferecer condições aos turistas, já que são inúmeros os turistas que procuram o Pantanal sul–matogrossense.

E, sobre a questão da Sul–Fronteira, o Deputado Giroto já se manifestou. É o Destaque nº 121. É uma rodovia que vai integrar a região mais esquecida de Mato Grosso do Sul, a faixa de fronteira. Essa rodovia vai possibilitar o enfrentamento do tráfico de drogas, da sanidade animal, já que sabemos que em países vizinhos, recentemente, houve focos de febre aftosa. A partir dessa rodovia, precisamos abrir postos que possibilitem a fiscalização. E, ao mesmo tempo, incorporar 14 Municípios, um contingente expressivo da população de Mato Grosso do Sul que está no mais absoluto *apartheid* social – um termo muito utilizado. Há segregação econômica no nosso Estado. Não é racial, é social.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Isso é novidade. Vou levar para o funcionário da Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – É um *apartheid* social. Estão muito longe do desenvolvimento que hoje vivenciam as demais regiões do nosso Estado. Precisamos melhorar os indicadores sociais, o IDH, nessa região.

Por tudo isso, Sr. Relator, eu venho aqui apresentar esses destaques, com a certeza de que V.Exa., com aquela benevolência que lhe é característica, com aquela generosidade que o povo baiano tem e que tão bem expressa aqui, haverá de acolher as súplicas dos irmãos de Mato Grosso do Sul, que necessitam neste momento desta acolhida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Obrigado, Deputado Geraldo Resende.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio. Em seguida, o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Vou dar um lenço a Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO – Sr. Presidente, é uma alegria muito grande estar com V.Exa., que no momento preside a Comissão.

E eu quero cumprimentar o nosso Relator, Senador Walter Pinheiro. A despeito de eu não tê–lo abordado, de não ter de certo modo demonstrado a efetiva necessidade do Paraná em relação a um trecho ferroviário que precisa ser executado, S.Exa. aprovou a emenda. E eu quero agradecer–lhe. A emenda diz respeito a um braço da Ferroeste que vai fazer o elo entre Mato Grosso do Sul e o Porto de Paranaguá. Aliás, na mesma esteira das emendas do Deputado Geraldo Resende e do Deputado Giroto, que me precederam.

Eminente Senador Relator, já temos o traçado há mais de 60, 70 anos, com a reserva dos próprios proprietários, quando do loteamento, para que a obra fosse executada. Por isso quero agradecer a V.Exa. por ter aprovado a emenda.

E quero me associar a uma manifestação do Deputado Alex Canziani. Imagino que, se V.Exa. refletir um pouco, Relator, vai marcar a sua história na educação nacional se contemplar um pleito da Comissão de Educação e Cultura da Casa que diz respeito à participação mais efetiva do MEC, do Tesouro Nacional, nas universidades estaduais.

Para se ter uma ideia, a Universidade Federal do Paraná é a mais antiga do Brasil. No ano que vem, ela comemora o centenário. E nós passamos quase 1 século – e esta mudança só aconteceu no Governo Lula, que, graças a Deus, realmente ampliou o ensino superior no País todo, com a criação de novas universidades e de novos institutos; e o Paraná nisso também foi contemplado – sem universidades federais ampliadas, porque só tínhamos a sede em Curitiba, e não havia extensões nem *campus*. O Estado do Paraná precisou participar mais efetivamente desse segmento do ensino superior, que a rigor deveria ser atribuição da esfera federal.

Nós temos sete universidades estaduais. E, hoje, o que se percebe? O Governo tem efetivamente o viés de ampliar o número de estudantes do ensino superior. Estão aí o Plano Nacional de Educação, com metas; o PROUNI, essa criação fenomenal do Governo Lula, que está incentivando o ensino privado –, não temos nada contra; e o FIES, que também foi muito ampliado. Mas o que se percebe é que as universidades estaduais, que com certeza merecem ser alvo de uma visão muito mais clara pela participação que têm no ensino superior, porque de certo modo se igualam às instituições federais, não têm esse tipo de apoio. Mas terão se V.Exa. apoiar a Emenda 50160004. É uma emenda que vai contemplar as universidades de todos os Estados, para que possam ampliar a sua oferta com recursos federais, o que é certamente muito mais parcimonioso do que criar uma nova universidade. Toda a

estrutura já está pronta. É questão apenas de reforçar o que está em vigor.

Mais uma vez, Senador Walter Pinheiro, de fato, do fundo do coração, manifesto toda a admiração que sempre lhe tributei, mas agora com muito mais motivos, por ter contemplado a emenda de um modesto Parlamentar, fazendo com que nós registremos o Paraná no nosso PPA.

Obrigado, Sr. Presidente Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Obrigado, Deputado Osmar Serraglio.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos. Em seguida, o Senador Anibal Diniz e, por último, o Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, inicialmente queremos parabenizá–lo pela condução dos trabalhos, enaltecendo também a dedicação do nosso Senador Walter Pinheiro, que já nesta Casa, na Câmara Federal, fez um grande trabalho, como o que vem fazendo no Senado, fortalecendo o nosso Congresso Nacional.

S.Exa., como nordestino, sabe perfeitamente da necessidade que nós temos de contrabalançar o Orçamento da União, tanto é que vem acatando muitos dos destaques apresentados nesta Comissão. Em nome da bancada do Ceará, nós queremos agradecer a deferência que S.Exa. teve com a nossa bancada, para que possamos fortalecer as infraestruturas necessárias, como é o caso da ligação do Arco Metropolitano e a ligação do Metrô, importantes para a Copa do Mundo de Futebol, pois representa a integração da Região Metropolitana de Fortaleza.

Nós também estamos apresentando alguns destaques para a área de cultura e educação. O Deputado Rogério Marinho já apresentou alguns destaques à lei. Para a normatização da lei do PPA, não podemos fugir às nossas prerrogativas. É claro que o Executivo, para ter espaço, num determinado momento deseja diminuir os prazos de discussão.

Então, os destaques que apresentamos – nºs 1, 3 e 4 – são relativos ao texto original do PPA e também foram debatidos pelo Deputado Rogério Marinho. Eu acredito que V.Exa., Sr. Relator, terá deferência com esses nossos pleitos, a fim de que nós possamos ter as nossas prerrogativas consubstanciadas.

Também registro a preocupação da Deputada Jandira Feghali, no tocante ao fortalecimento da cultura. A partir da Frente Parlamentar da Cultura, a Deputada Jandira apresentou algumas emendas. E vamos tentar sensibilizar a equipe de V.Exa., a fim de que possamos, através da cultura, fortalecer a educação, a saúde e a qualidade de vida da população brasileira.

Então, os Destaques nº 163 e 162 são um reforço do que a Frente Parlamentar da Cultura debate, no tocante ao Plano Nacional de Cultura e aos direitos autorais. Foi de suma importância a iniciativa da Deputada Jandira, de criar essa Frente Parlamentar da Cultura, para que pudéssemos fortalecer políticas que melhorem toda a estrutura da nossa cultura e proporcionem à população um ganho efetivo.

Do mesmo modo, nós temos a preocupação de fortalecer todo o sistema de implantação de serviços de comunicação social através da banda larga. O Deputado Chico d'Angelo apresentou algumas propostas, e nós apresentamos esse destaque justamente para que V.Exa., Sr. Relator, e sua Assessoria se sensibilizem em relação à necessidade de fortalecimento desse setor de comunicação e desenvolvimento, a partir da banda larga.

Eu acredito que, dentre os inúmeros destaques aqui apresentados, V.Exa. terá cautela em analisar essa questão da banda larga e a questão das nossas prerrogativas, para cumprirmos, através dos preceitos constitucionais, o nosso dever e a nossa missão, até porque fomos eleitos para legislar. Se nós repassarmos as nossas prerrogativas para o Poder Executivo, praticamente não precisarão mais do Congresso Nacional.

Quero parabenizá–lo, nobre Deputado Presidente, pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ – Sr. Presidente e Sr. Relator, Senador Walter Pinheiro, vou ser bem objetivo porque V.Exa. esteve no Acre conosco participando da audiência pública de debate do PPA. E as questões que apresentamos em emenda são bem estratégicas para o Acre. Esperamos tê–las na janela do PPA justamente para termos a perspectiva de que em algum momento acontecerão.

Os destaques que apresentamos – nº 161, 173, 174 e 241 – dizem respeito justamente à ampliação do Aeroporto de Rio Branco; à necessidade de garantia de investimento nessa área de agricultura de baixo carbono – e vi que V.Exa. fez um grande investimento na área de agricultura; acredito que de alguma forma vamos ser contemplados também com isso; à nossa preocupação, que é muito grande, com a questão da segurança, por conta daquela região de fronteira e do intenso tráfico de drogas, de armas e de pessoas; e, por último, por ser uma questão absolutamente estratégica para nós, à realização de um levantamente sísmico e à perfuração dos poços para exploração de petróleo e gás na região do Vale do Juruá, algo absolutamente estratégico para o Acre e para o Brasil.

São esses os nossos destaques. Ficamos muito agradecidos pela atenção do Sr. Relator e temos a esperança de obter um acréscimo em relação a esses assuntos, no Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

O último orador inscrito é o Deputado Gonzaga Patriota, de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu procurei durante este ano me recuperar. Dei muito trabalho a esta Comissão antigamente. Mas agora a barba ficou branca, os cabelos também.

Vou rapidamente fazer um apelo aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores. Nós apresentamos uma proposta de mudança do Programa 2029, do Ministério da Integração Nacional, para dar–lhe um novo objetivo. O Ministério parecia ser lá do Nordeste, mas ele que tem ações hoje em todo o País. Infelizmente, essa proposta, meu querido Senador baiano, foi rejeitada.

Nós fizemos um destaque, o Destaque nº 00180, e gostaríamos de contar com o apoio desta Comissão para que seja feita a inclusão desse novo objetivo, para atender ao Ministério da Integração Nacional e ao País.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – O Deputado Gonzaga Patriota tem um pé na Bahia e outro pé em Pernambuco: Juazeiro e Petrolina. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Concluída a fala dos Parlamentares, passamos a palavra ao Senador Walter Pinheiro, para as considerações referentes aos destaques.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é óbvio que nós vamos ter que suspender agora esta reunião. E deveremos retornar para os debates no período da tarde.

Eu queria dar uma resposta aos destaques, mas, já respondendo a algumas questões – acho importante clarear – dos Parlamentares que apresentaram destaques em relação ao texto, a exemplo de Claudio Cajado, Alex Canziani e principalmente Rogério Marinho, nós até já havíamos acatado isso quando do relatório preliminar, que tratava da questão de agenda de governo. Inclusive, nós fizemos alteração a partir dos debates feitos nesta Comissão. Então, do nosso relatório isso já consta. Portanto, de maneira direta, essa matéria já foi atendida.

A respeito do segundo aspecto, falarei também de forma geral – à tarde eu darei resposta aos destaques como um todo, darei parecer sobre cada um. Eu queria chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares no que tange, por exemplo, à separação entre o que é a emenda ao PPA e o que é a emenda à LOA. Alguns Deputados destacaram ações que dizem muito mais respeito ao processo de apresentação da LOA. Queria dar um exemplo bem claro ao Senador Anibal, que estava aqui e agora saiu, e ao Deputado Giroto, que também tocou nesse assunto, para entendermos como isso funciona.

Vários Parlamentares solicitaram emendas ao PPA sobre, por exemplo, a reestruturação de uma região metropolitana. O Deputado Claudio Cajado, por exemplo, fez isso. O programa da reestruturação urbana de região metropolitana está no PPA, e a bancada do Estado da qual S.Exa. e eu somos membros inclusive já patrocinou emendas.

A mesma coisa vale para algumas ações de segurança. Vários Parlamentares propõem a criação de um programa de segurança. A criação do programa também já consta do PPA.

Então, eu quero explicar direitinho, Deputado Pedro Chaves, para que as pessoas entendam o que é esse benefício da redução de programas, com a possibilidade efetiva de serem trabalhadas tanto as iniciativas quanto as ações lá no Orçamento.

Quero insistir numa coisa em que sempre tenho tocado aqui, com os Parlamentares: antes, para fazer uma emenda no orçamento do Rio Grande do Sul, por exemplo, era preciso, além de um programa específico no PPA, que esse tema tivesse um grau de detalhamento acerca da obra no PPA, ou seja, era preciso citar a Serra Gaúcha, ou Campo Grande, ou Salvador, coisa do gênero. Na medida em que nós reduzimos o programa, abrigamos num único programa, no mesmo lugar, determinadas obras de infraestrutura que podem receber iniciativas de diversas frentes. Então, não é preciso haver um programa para cada uma dessas frentes.

Vou dar outro exemplo bem claro, para entendermos como funciona isso e acabarmos um pouco com a agonia de alguns Parlamentares. Às vezes, dizem: *"Nós precisamos inscrever a política de recursos hídricos e, portanto, modificar o papel do Ministério da Integração".* Há emendas que vão se configurar efetivamente muito mais como um conceito programático em determinadas partes do texto. Nós discutimos muito essas emendas com os Ministérios, nós discutimos a forma como eles poderiam modificar a nomenclatura de cada um desses programas. Mas essas emendas não quantificam nem podem quantificar. Portanto, não materializam uma iniciativa. E, dessa forma, eu não tenho como promover o nível de acatamento. Se for uma emenda que muda o programa e, portanto, torne–o mais abrangente, como disse o Deputado Gonzaga – em vez de um Ministério só do Nordeste, que seja o Ministério da Integração Nacional –, ela tem essa conceituação, o que não necessariamente é uma materialização, como iniciativa.

Por último, também acho importante voltar a acentuar a questão dos valores de referência. Além de distribuir os programas, também o PPA deste ano inovou quando trouxe limitadores, de certa forma, para os valores, ao mesmo tempo com possibilidade de abrangência. Vou citar aqui o exemplo típico dos aeroportos. Eu tenho problemas com o limite: não posso botar uma emenda, para fazer uma reforma no Aeroporto de Campo Grande, quando o limite para esse tipo de ação é de algo em torno de 500 milhões de reais. Depois, Deputado, vão dizer que a Comissão de Orçamento aprovou uma emenda ao PPA para investir 500 milhões em um aeroporto, cuja obra não chega a 100 milhões.

Então, o que eu fiz, Deputado Raimundo? Agrupei essas iniciativas em um programa para o Ministério ou para a Secretaria de Aviação Civil, por exemplo, dizendo o seguinte: *"Estamos dispensando tantos bilhões para a recuperação ou até a adequação de aeroportos"*. Desta forma, nós buscamos atender aos pequenos aeroportos, cujas reformas, ampliações ou coisas do gênero não conseguiriam atingir sequer o limite de referência. Então, de imediato, nós cortaríamos essas emendas, por não atenderem a essa exigência. Três aeroportos juntos – por exemplo: de Campo Grande, de Rio Branco e de São Luís – talvez consigam chegar ao valor de referência. Isolados, não.

Na realidade, eu agrupei esses valores, e do relatório constam esses valores destinados ao Ministério. Portanto, não é uma deliberação do Ministério. E o Ministério só – e somente só – poderá utilizar esses valores nos próximos 4 anos, se aplicar nessas áreas, nesses locais aqui relacionados. Não se trata de repassar para o Ministério um valor, mas de abrir para o Ministério a possibilidade de ampliar o seu programa em mais "x" bilhões, amarrando–o para que essa ampliação só se dê se o Ministério aplicar os recursos nessas áreas.

Foi uma forma encontrada por nós de atender a essas pequenas iniciativas que têm peso muito grande, a partir da aplicação em cada local.

Eram essas as linhas gerais. Queria falar mais do conceito. Na parte da tarde, meu caro Presidente, apresentaremos o nosso parecer às emendas, sem deixar de registrar que boa parte dos destaques apresentados já está sobejamente atendida no nosso relatório. Portanto, no período da tarde nós teremos oportunidade de apresentar uma sugestão para essas questões de redação, de incorporação de conceito e de mudança de programa, assim como também para as iniciativas.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Eu queria sugerir a esta Presidência a dilatação do acordo que foi feito aqui: das 16 horas para as 17 horas. O Senador Walter tem duzentos e tantos destaques para apreciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – A autorização do Presidente da Comissão, Senador Vital do Rêgo, é para as 16 horas. Agora, eu consulto o Senador Walter Pinheiro sobre se consegue apresentar os destaques no prazo.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Quem está na Presidência é V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Vamos manter o horário das 16 horas, que foi o horário estabelecido pelo Senador Vital do Rêgo. Se, porventura, o Relator não conseguir apresentar os destaques, obviamente vamos adiar a abertura da sessão.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Quero aproveitar, já que estava ausente na hora em que cantaram *Parabéns Para Você*, para parabenizar a nossa querida Myrna. Que Deus a abençoe nessa sua trajetória, que deve ser coroada de êxito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Antes de passar a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota, queria dizer que está encerrada a discussão e, consequentemente, o prazo para a apresentação de destaques.

Foram apresentados 258 destaques.

Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao meu querido Senador Walter Pinheiro.

Nesse destaque, nessa emenda sobre o Ministério da Integração Nacional, não há pedido de dinheiro para aeroporto, não há nada. Queremos apenas fazer a ampliação do escopo para criar uma nova infraestrutura, que não está na lei.

Sei que o Senador Walter Pinheiro nasceu e se criou dentro desta Comissão e que vai olhar esse destaque com muito carinho. Ele não fere em nada a nossa Resolução, o nosso estatuto, o nosso Regimento. Espero que S.Exa. me ajude e me dê esse presente, que vou dedicar à Myrna e à Presidente Dilma Rousseff, que fez aniversário ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – A sessão está suspensa, com seu retorno marcado para as 16 horas.

Está suspensa a sessão...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra. Os últimos serão os primeiros.

O Destaque nº 258, da Comissão de Seguridade Social, que com certeza o nobre Relator vai acolher, é relativo aos fármacos, de suma importância para a indústria farmacêutica brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estão reiniciados os nossos trabalhos.

Solicito à Secretaria que venha até aqui para me dar assistência. *(Pausa.)*

Peço que convidem o Senador Walter Pinheiro para a apreciação dos destaques.

Suspendo a reunião por 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estão reabertos os nossos trabalhos para a votação dos destaques do PPA.

Eu tenho duas comunicações importantes a fazer à Casa. Eu peço a atenção dos coordenadores do Paraná, Deputado Andre Vargas e Senador Sérgio; de Minas Gerais, Deputado Ademir; do Amazonas, Deputada Rebecca; e da Bahia, Deputado Cajado e Senador Walter Pinheiro. Eu recebi hoje dos quatro Estados a missão de conversar com o Superior Tribunal de Justiça para mostrar...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Quatro Estados: Bahia, Amazonas, Paraná e Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estados da Bahia, Amazonas, Paraná e Minas Gerais. Para mostrar ao Presidente do STJ a necessidade de encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei criando tribunais regionais federais nessas regiões. Encaminhei o assunto...

(Não identificado) – No PPA estamos provendo 300 milhões para isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já existe recurso do PPA pelo...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Por isso mesmo, para construção ou para funcionários? Porque existe um projeto de lei em que estamos tratando de funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deixe–me falar. O que acontece?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Implantação do TRF.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu consegui a unidade dos quatro Estados e, por uma deferência especial do Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, nos encontraremos aqui com S.Exa. às 17h30min.

Então, peço às lideranças presentes que convoquem os Deputados e Senadores desses quatros Estados para que, na sala de reunião, às 17h30min, o Ministro Pargendler receba oficialmente da Comissão Mista de Orçamento, em nome do Congresso Nacional, esse pleito, com a participação do Senador baiano, que já vai providenciar os dados. O.k.? A missão será cumprida às 17h30min.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, só para lembrar aos nobres pares que existe uma PEC na Casa que trata dessa questão. Portanto, nós havíamos conversado com o Ministro...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, essa é a missão que foi dada a mim.

Com a palavra...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – A PEC, inclusive, aguarda um processo de apreciação. Nós conversamos com o Deputado Marco Maia e já tínhamos, inclusive, avisado ao Presidente da Casa. Como não há a menor possibilidade de apreciação da PEC este ano, até por conta... Então, pode ser a própria PEC, mas é algo só para 2012. E uma das exigências era a retirada da PEC da chamada instalação imediata, porque é impossível promover uma instalação...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Muito bem. O que nós queríamos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estamos conversados: às 17h30min estaremos lá.

Pauta nº 31.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 29, de 2011, que institui o Plano Plurianual para o período 2012– 2015.

Relator: Senador Walter Pinheiro.

Foram apresentadas 2.213 emendas.

Voto favorável, nos termos do substitutivo.

Dentre as 2.213 emendas apresentadas, o Relator ofereceu parecer pela aprovação de 246 emendas, pela aprovação parcial de 263 emendas, pela prejudicialidade de 13 emendas e pela rejeição das demais.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra a Deputada Rebecca.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA – Eu gostaria de pedir a V.Exa. a permissão para apresentar a este Plenário uma situação da bancada do Estado

do Amazonas em relação a uma emenda da legislatura passada que já se encontra na Mesa.

Era uma emenda de bancada do Amazonas. Em função de a nossa bancada ser pequena, nós resolvemos que cada Parlamentar seria padrinho de uma emenda. Essa emenda, que é de grande importância não só para o nosso Estado mas também para toda a Região Norte e trata da construção do Hospital do Sangue, o HEMOAM, por um erro de digitação, veio errada e não pôde ser acatada.

Essa emenda deveria ter sido corrigida no primeiro semestre. Como cada padrinho cuidava da sua emenda e o padrinho dessa emenda não se reelegeu, essa emenda não foi corrigida a tempo. Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. que colocasse à apreciação essa emenda. É uma emenda de interesse do Executivo. A Presidenta Dilma – e agora eu falo como Vice–Líder do Governo – tem grande interesse no investimento na área de saúde no nosso País e tem feito investimentos pontuais. Esse hospital é um investimento de interesse do Governo Dilma.

Então, eu gostaria que V.Exa. colocasse em apreciação e avaliasse a possibilidade de encontrarmos uma solução para que pessoas não venham sofrer em função de um erro de digitação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputada Rebecca, é importante que a Casa e a Comissão tomem conhecimento desse fato relativo ao Amazonas, que é um fato de dificílima solução, embora meritório.

O Senador Eduardo Braga me trouxe o assunto – viu, Deputado Gilmar e Deputado Cajado? Havia uma emenda de bancada, da bancada do Amazonas, sob o patrocínio do Senador Arthur Virgílio, que definia a instalação do Hemocentro, de um hospital de sangue no Amazonas, uma área que não possui nenhum hospital.

Só que o Senador Arthur Virgílio, por não ter conseguido a reeleição, não acompanhou a emenda. Na hora da digitação, houve um erro do Governo, de digitação. Esse erro fez com que se mudasse o objeto da emenda.

O que aconteceu? A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em seu art. 124 – vejam os senhores como a situação é complicada e é meritória, por isso é importante ser discutida –, diz:

"Art. 124. A retificação dos autógrafos dos projetos da Lei Orçamentária de 2011 e de créditos adicionais, caso comprovado erro no processamento de deliberações no âmbito do Congresso Nacional," – que é o caso em si, o erro – *"somente poderá ocorrer:*

I – até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa".

Quer dizer, a bancada do Amazonas, embora não tenha sido erro dela, teria que consertar esse erro até o final do exercício da LDO.

Eu me informei com a Consultoria e com a Secretaria da Casa. Trata–se de uma situação realmente vexatória para os amazonenses e amazônidas que estão precisando desse... O Governo está todo envolvido também na instalação desse hospital, mas nós temos que ultrapassar essa lei e, para ultrapassá–la, precisamos conversar com a Mesa Diretora do Senado, que outra vez já se posicionou contrariamente.

Por isso, Deputada Rebecca, não posso por em votação agora, mas haverei de por, porque teremos várias votações até a semana que vem, antes pedindo ao Líder do Governo, que representa o Governo nesta Comissão, uma ajuda no sentido de uma sensibilização, porque existe um impedimento de ordem legal.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu acho que poderíamos tratar dessa questão, como outras que já surgiram da Paraíba, de Alagoas, antes de votarmos o Relatório Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Esse é o Orçamento atual, 2011.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sim, eu sei, mas é similar e tem relacionamento com 2011. Eu sei que é lei, mas eu digo o seguinte: nós estamos agora para votar o PPA. Excluindo a votação do PPA, depois analisamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu trouxe a posição da Deputada Rebecca para comunicar à Casa e provocar o assunto em plenário.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, eu queria saber e ouvir a Secretaria sobre o seguinte: seria possível uma mensagem enviada pelo Poder Executivo, pelo Ministério do Planejamento, logicamente passando pela Casa Civil, no sentido de pegar o objeto e mandar uma mensagem para que haja essa alteração e a Comissão votá–la? É isso que eu queria saber. O Poder Executivo encaminharia uma mensagem do Orçamento fazendo a correção.

Nós estamos corrigindo agora com mensagens e ofícios que são obrigatórios e constam da LDO, mas o Poder Executivo, a qualquer momento, pode fazer correções no processo. Eu poderia fazer isso em relação a 2011? *(Pausa.)* Senão, eu já poderia providenciar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para que não percamos o foco no PPA...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – ...V.Exa. se dispõe...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Disponho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – ...a intermediar junto comigo...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sim, junto à Casa Civil, uma mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – ...com o Senador Eduardo Braga e com a Deputada Rebecca...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não há nenhuma dificuldade para nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Nós vamos convidar a Secretária–Geral da Mesa, Cláudia Lyra, a Secretária–Geral do Congresso Nacional, para se posicionar. O que nos move, neste momento, é que todos estão interessados na mesma causa, tanto o Executivo, como o Legislativo e a Comissão.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Se for necessário, providenciamos junto ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil essa mensagem. Não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, anuncio aos amazonenses que nem tudo está perdido e ainda há pelo menos um pequeno candeeiro no fim do túnel – lá na Paraíba chama–se candeeiro, aquela luzinha.

Senador Walter Pinheiro com a palavra.

Voltemos...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Nobre Senador, candeeiro é candeeiro em qualquer lugar no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – É.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Presidente, candeeiro é coisa de luxo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Candeeiro é igual a chinelo de rabicho, é a mesma coisa em qualquer lugar do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tem em todo canto.

(Não identificado) – Não, em Minas é lamparina.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ah, em Minas é lamparina! Eu não conhecia.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – No Nordeste da Bahia é fifó.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está vendo? V.Exa. está errado.

Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Senador Walter Pinheiro vai–se posicionar sobre os destaques.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Antes do destaque, Sr. Presidente, sobre a alteração proposta por V.Exa. na emenda da bancada do Amazonas, não há necessidade de promover nenhuma alteração no caso específico do PPA.

O PPA tem programas, portanto, o problema de redação tem que ser resolvido no Orçamento. No caso específico do PPA, não haveria grandes traumas, porque existem programas e objetivos. Os dois cobrem o atendimento à emenda. Então, os senhores têm que acertar é a redação com o PPA.

Sr. Presidente, eu recebi os destaques apresentados aqui por diversos membros da Comissão. Foram mais de 200 destaques. Nós fechamos o relatório e adotamos a postura de negar os destaques e vou responder a cada um. Por isso, estamos acatando em parte a rejeição. Em certa medida, a rejeição se dá em alguns casos pelo fato de o destaque patrocinado já encontrar guarida no texto; e os outros destaques por conta do atendimento ser parcial. Portanto, nós vamos atender parcialmente e adotamos a postura do atendimento no adendo que faço ao relatório apresentado.

Então, os destaques que, de certa forma, foram acolhidos parcialmente e o seu adendo... *(Pausa.)*

Dos destaques que foram apresentados, vou responder a dois destaques de texto apresentados. Nós já havíamos patrocinado, Deputado Cajado, a alteração no que diz respeito à agenda de Governo, portanto, isso já está modificado, as agendas de Governo passam a ser ações e, portanto, programas. Assim como a própria questão levantada pelo nobre Deputado Marinho no que diz respeito aos relatórios.

Os relatórios apresentados pelo Ministério da Fazenda sofrerão correções e, em cada momento de apreciação – isso inclusive consta no nosso texto –, os relatórios serão corrigidos. Consolidado o resultado final, o que já seria o acumulado do dia a dia, esses relatórios consolidados seriam enviados à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. O texto já corrige isso.

Segunda questão das emendas destacadas, no que diz respeito às emendas que têm prejudicialidade, as emendas que foram rejeitadas por conta de já constarem do Plano Plurianual, portanto, há necessidade que as bancadas apresentem isso no Orçamento.

Quanto à segurança, foi apresentado destaque pelo Deputado Claudio Cajado e outros Parlamentares. Quanto à questão da região metropolitana, também apresentada por V.Exa., já está contida. Quanto aos destaques relativos à infraestrutura urbana que foram apresentados por diversos Senadores e pelo próprio Presidente Vital do Rêgo, são objetivos e iniciativas que já constam no PPA e só poderiam ser objeto de

emendamento agora na LOA, não mais no PPA, uma vez que o desejo que o Parlamentar manifestou já está contido.

Há os destaques que foram acolhidos, o caso do contorno norte e leste.

Outro destaque negado, também da bancada do Paraná, diz respeito à duplicação de vagas, na questão da educação, porque a bancada solicita que nós incorporemos ao PPA uma tarefa que é de Estado. A União poderia fazer isso se fossem universidades federais. Não pode o Ministério da Educação promover uma política de aumento de vagas em universidades estaduais, ainda que elas se comportem como ensino superior, mas não são federais.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Senador, apenas uma observação em relação à afirmação de V.Exa., sem desmerecer a assessoria: na Constituição, há a previsão do regime de colaboração financeira e técnica.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Isso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Inclusive, o próprio PRONATEC, que é um programa em que o Governo Federal repassa recurso para ampliação de matrículas no ensino privado, é um exemplo disso.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Tanto é que esse é um objetivo que há no PPA, mas eu não posso, por exemplo, extrapolar, ou seja, a União não pode determinar, sem esse espírito colaborativo. Portanto, o espírito colaborativo já consta da lei, tanto vale para as universidades estaduais quanto para o PROUNI e para o PRONATEC...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – E o FIES.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – E para o FIES, assim também como consta já do próprio PPA. A outra parte, que também já consta do PPA e que é possível fazer, é a liberação de recursos para investimento nas universidades estaduais. Isso também consta no PPA, sendo que a materialização disso dar–se–á através de emendas ao PLOA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Senador Walter Pinheiro...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Só para continuar, rapidamente. Entendendo a posição de V.Exa., inclusive não vou obstacular, mas peço a V.Exa. que dê uma maturada nessa situação, porque seria extremamente importante se houvesse a possibilidade de uma brecha, uma abertura, porque o que o Deputado Alex Canziani está defendendo é a possibilidade de o Governo Federal ajudar no custeio das universidades estaduais. Se houvesse esse guarda–chuva para nós – falo para os Estados como um todo... Então, na votação, na terça–feira, vamos ver se conseguimos uma alternativa, sem prejuízo do relatório de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Senador Walter Pinheiro, vamos sintetizar ao máximo.

Queria comunicar à Casa, aos senhores, que, na forma do entendimento feito com o Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Pargendler já chegou à Comissão e está nos aguardando para a reunião com as bancadas.

O SR. DEPUTADO ANDRE VARGAS – Sr. Presidente, 30 segundos, rapidamente.

O Deputado Alex Canziani não está aqui, mas nós, no Paraná, gastamos 6% do orçamento em ensino público, no ensino superior. Foi exatamente essa a emenda da LDO e essa é a proposta. Por quê? Porque, desde o Governo Lula, aumentaram quatro instituições federais no Paraná, e isso é reconhecido – uma revolução no ensino. No entanto, há uma demanda muito pesada lá.

Então, queria deixar isso como um apelo a V.Exa., que tem sensibilidade para o ensino superior...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Deputado Andre, nós tentamos, de todas as formas, buscar atender, o problema são as inconsistências do ponto de vista dos custeios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O período de discussão já acabou; do contrário, não vamos terminar nunca.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Um minuto, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É para discutir? Diga.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Deixo a cargo do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.k. Senador Walter, concluiu?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Não, Sr. Presidente, deixe–me...

O Presidente poderia ir atender ao Presidente do Tribunal, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E represento V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Senador Vital, V.Exa. poderia atender ao Presidente do Tribunal e pedir para alguém, o Deputado Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Pedro Chaves, continue aqui, enquanto vou cumprir essa outra missão. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Vamos lá, deixe–me retomar.

Na realidade, acatamos... *(Pausa.)* Estou falando das emendas que encontraram rejeição por conta da existência no próprio Plano Plurianual e, em particular, em alguns casos, como essa questão das vagas no en-

sino superior, por conta também da própria questão da inconsistência no que diz respeito a custeio, Deputado Rogério Marinho. Esse é o drama maior, essa transferência. Mesmo levando em consideração os aspectos de vários projetos já existentes, como os programas que aqui citei, buscamos, ao máximo, fazer isso.

Até para lembrar a V.Exa., na própria LDO essa foi uma das coisas que, como Parlamentar, tive a preocupação de tentar também ajudar com uma emenda, permitindo exatamente que a União pudesse ter uma participação mais expressiva na questão do ensino superior não federal, principalmente por conta do drama que todos sabemos, que é o atendimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Na medida em que esse custeio fica só com o Estado, os Estados são obrigados, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, a incluir, por exemplo, toda a despesa de pessoal, o que seria o cálculo de gasto com o pessoal, no limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu vivenciei isso, Deputado Rogério Marinho, como Secretário de Planejamento do Estado da Bahia, em uma busca... Tanto é que hoje no Brasil há vários projetos em curso com o Ministério da Educação no sentido, inclusive, de federalização de diversas universidades estaduais. E nesse emaranhado de textos e objetivos, estou, mais ou menos, vendo a possibilidade de abrir caminho para facilitar a ação do MEC no sentido de atender isso via programas.

Uma das conversas que tive com o Ministério da Educação nesse sentido é a ampliação, o programa de expansão do ensino superior – e estou cada vez mais convencido de que esse é o melhor caminho –, uma modificação no projeto que criou o programa de expansão de ensino superior, permitindo que, além da expansão com novas universidades ou expansão de *campi*, a chamada corresponsabilidade com alguns *campi* estaduais e com algumas universidades estaduais pudesse se processar.

Quero só lembrar a V.Exa. um item para o qual V.Exa. chamou atenção. Nós fizemos isso este ano com os IFETs, os institutos federais, e os institutos estaduais, fazendo uma espécie de abrigo das mesmas instituições sobre o mesmo programa, guardando, inclusive, a autonomia orçamentária de cada ente, particularmente Estado e União, e, ao mesmo tempo, preservando a própria questão do que significaria em cada Estado a autonomia de cada universidade.

Em alguns Estados do Brasil, Deputado Rogério Marinho, existe a situação de terem aprovado um percentual do orçamento, com certa autonomia, para que as universidades estaduais tocassem o seu orçamento. Em outros Estados – se não me falha a memória, é o caso do Rio de Janeiro, e estou inclusive respondendo a esta questão das vagas –, houve a saída da Secretaria de Educação; as universidades estaduais do Rio de Janeiro compõem hoje a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Esse foi outro instrumento que ainda tentamos trabalhar em âmbito nacional para tentar resolver o problema da incompatibilidade com a questão do custeio.

Por isso, mantido o programa, não tenho como atender, na inteireza, o destaque relativo à ampliação das vagas do ensino não federal nos Estados, mas o programa continua no PPA, assim como no programa nacional.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – V.Exa. disse que não vai conseguir atender, na inteireza, a emenda, mas, em parte, vai ou não conseguir?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – O problema da parte aqui é a parte que V.Exa. gostaria de ter e que eu não tenho como atender, ou seja, o fato de o programa poder, tranquilamente, receber emendas das bancadas no PLOA com essa iniciativa está preservado, não há nenhum prejuízo quanto a isso. Portanto, as bancadas poderão aportar recursos para o aumento de vagas, inclusive nas universidades não federais nos Estados. Essa é a forma que encontramos de um atendimento que poderia ser parcial, digamos assim.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Senador Walter, rapidamente. Estamo–nos alongando nesse assunto, mas é extremamente relevante o que V.Exa. está nos orientando, inclusive mostrando a sua experiência nesse *métier*.

O Deputado Alex Canziani, quando levantou essa emenda, o fez na perspectiva de que os Estados e Municípios, que são os que menos arrecadam, são os que mais suportam o peso da expansão e do próprio ensino fundamental como um todo.

Fiz uma observação – viu, Deputado Canziani? Vamos votar o relatório do Senador Walter, terça–feira vai haver sessão do Congresso, provavelmente para votarmos o relatório de S.Exa., e o Senador certamente vai ficar aberto para que V.Exa. ou eu possamos encontrar subsídios técnicos e jurídicos que possam vencer os obstáculos apresentados pela assessoria. Se nós conseguirmos provar ao Senador que, juridicamente, é possível – não é isso, Senador? –, se pudermos convencer S.Exa. e sua assessoria que juridicamente, constitucionalmente, é possível, S.Exa. estaria disposto a conceder na terça–feira.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Não é me convencer, é vencermos as barreiras que existem e conseguirmos...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Isso. Então, vamos ver se conseguimos, tecnicamente, mostrar que é possível, pela Constituição.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Nós fizemos todo o esforço para isso. Buscamos e estamos tentando.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Mas faremos mais um pouquinho.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Lógico.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Vamos tentar.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Deputado Alex, faço a leitura para vermos como está exatamente a iniciativa no PPA.

"Ampliação do acesso" – ampliação do acesso, portanto, aumenta o número de vagas – *"e da permanência da taxa de sucesso dos estudantes da educação superior em instituições públicas e privadas"* – para poder chegar tanto ao FIES quanto ao PROUNI – *"inclusive por meio de financiamento estudantil com promoção de elevada eficiência acadêmica da qualidade, equidade e inclusão, considerando inclusive (...) com especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência."*

(Manifestação nas galerias.)

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Ou seja, aproveitou–se também, para além da questão da ampliação de vagas, para já se promover essa possibilidade. Então, como eu estava dizendo, isso é uma espécie de atendimento, na medida em que a possibilidade de abrigar a ampliação de vagas no ensino superior não federal está assegurada no Plano Plurianual. Portanto, essa iniciativa já existe aqui, e agora vemos exatamente qual a forma de materializar isso um pouco mais.

Isso aqui, por si só, já garante que, no Orçamento de 2012, o Relator poderá colocar recursos, se as bancadas... O Deputado Arlindo Chinaglia, que é o Relator, poderá, tranquilamente, acatar emendas com essa finalidade, usando exatamente essa cobertura, ou iniciativa, que consta do PPA – se V.Exa. quiser anotar, refiro–me à Iniciativa 03–GA.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Senador, desculpe–me a insistência, mas, quando nós propusemos apresentar isso, a própria assessoria da Comissão nos disse que a maneira de fazê–lo seria ampliar, quer dizer, colocar uma meta. E foi isso o que foi colocado. Esse número, inclusive, veio do próprio MEC.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Aqui está mais do que como meta, ele está com iniciativa. O PPA deu aqui um passinho a mais: transformou numa iniciativa.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Ele pode fazer, mas, no PPA, nós gostaríamos de colocar que nós vamos dobrar: em 4 anos, vamos sair de 100 mil para 200 mil vagas.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sim, mas é isso o que eu estou lhe dizendo. A materialização que V.Exa. quer, Deputado Alex, não é só instrumento do PPA. O que o PPA fez foi permitir dobrar ou mesmo quintuplicar. Essa materialização agora, principalmente, pode obedecer a dois outros parâmetros: ou o Ministério de Educação faz isso no seu próprio orçamento...

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Num programa...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Exato, e ele já tem autorização para isso aqui. Ou as bancadas, ou as comissões... Por exemplo, a Comissão de Educação da Câmara e a Comissão de Educação do Senado poderiam patrocinar uma emenda à LOA, inclusive de caráter nacional...

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Para permitir isso**.**

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – A bancada da Bahia poderia fazer para a Bahia; a bancada de V.Exa., para o Paraná. As duas Comissões das duas Casas fariam... E digo a V.Exa.: na minha opinião, maior do que o esforço que faremos de hoje até terça–feira para melhoramos este texto será o esforço para tentarmos encaixar, na própria recepção por parte do Relator–Geral, emendas que tenham essa característica e que nos permitam apreciar, já em 2012, valores em âmbito nacional para tentarmos trabalhar com o Ministério de Educação nessa frente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Ainda na LDO?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Não. Na LOA. Não precisamos mais da LDO, porque já estamos com a iniciativa apontada aqui no PPA. A iniciativa está assegurada. A ampliação do acesso a assegurou. Trata–se agora de vermos como materializar a ampliação do acesso.

O que quer o Deputado Alex, ou melhor, o que quer a bancada do Paraná e a Comissão de Educação? Querem dobrar. Muito bem, a materialização da ampliação do acesso nós poderemos fazer ainda este ano. Vai depender... Eu acho muito importante o que foi levantado pela bancada do Paraná e pela Comissão de Orçamento, e seria importante que tivéssemos essa conversa com o Relator–Geral e, com base nesta própria emenda e nesta iniciativa do PPA, experimentássemos esse importante desejo, que acho atende sobejamente bem a questão.

Há um aditivo relativo às disposições gerais que pode mostrar bem a V.Exa., Deputado Alex Canziani, como isso se materializa. A partir disso, o Executivo não precisa esperar até o ano que vem para que nós

aportemos recursos para esse fim. *"O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e leis que as modifiquem,"* – este é o caso – *"fica autorizado a: alterar o valor global do programa; incluir, excluir, alterar iniciativas; adequar as vinculações entre as ações orçamentárias e as iniciativas"* – esta que aqui está. Permanecem ainda as alternativas como indicador, valor de referência, meta, órgão responsável e, principalmente, iniciativa – as metas principais.

Além disso, com a aprovação desta matéria, poderemos cobrar do Executivo uma reformulação da sua própria peça orçamentária, respaldados pela própria proposta do PPA, por meio desta iniciativa, que consta do PPA. Por isso eu disse que a emenda de V.Exa. foi aceita em parte, incorporada em parte, até porque já estava aqui. Com a interpretação que acabamos encontrando com esse comparativo com a legislação, acreditamos que isso dá a todos nós novo alento para cumprir o desejo de dobrar, pelo aporte de recursos em âmbito nacional, o número de oferta de vagas no ensino superior não federal.

Esse foi, Deputado Alex Canziani, o esforço que em poucas horas buscamos fazer, por entender não só a justeza, mas a importância da emenda apresentada por V.Exa. e pela Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Informo ao Plenário que o Senador Walter Pinheiro está apresentando um adendo. A Secretaria da Comissão vai providenciar a distribuição a os Parlamentares presentes. Após a distribuição, passaremos ao processo de votação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Senador, e as emendas de texto?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sobre as emendas de texto eu já havia respondido antes. A emenda de texto da agenda de Governo e das ações de Governo nós alteramos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sobre compatibilizar os dois PPAs?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Fizemos a compatibilização também do texto, inclusive no que diz respeito ao comparativo dos programas, com a própria mudança que o PPA incorporou e, ao mesmo tempo, a própria questão da forma como o Executivo vai fazer...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Passar as informações para cá.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Não só o envio das informações, como também a atualização.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – A disponibilização pela Internet em tempo integral.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – A atualização das informações com o consolidado anual.

Outra coisa que é importante lembrar, Deputado Rogério Marinho, é que o Ministério do Planejamento vem a esta Casa, obrigatoriamente, duas vezes por ano, para a apresentação dos números e para a entrega das propostas orçamentárias ou da LDO. Portanto, é um ponto importante para que o Planejamento possa aqui falar, como fez esta semana a Ministra Miriam Belchior, no Senado, ao apresentar o balanço.

Faço uma sugestão à Câmara dos Deputados. Instituímos na Comissão de Infraestrutura do Senado a periodicidade para que o Ministério do Planejamento apresentasse ao colegiado da Comissão o balanço do Programa de Aceleração do Crescimento, já que ele consta de diversas peças, tanto da peça do plurianual quanto da peça orçamentária. É uma experiência que vai além da Comissão de Orçamento, além da prestação de contas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – E quanto à questão de as novas ações, as não contempladas pelo relatório de V.Exa., passarem pela CMO?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Está no texto. Nós colocamos a prioridade; está escrito lá: prioridade para o PAC e para o Plano Brasil Sem Miséria. As demais prioridades teriam que ser encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento, Planos e Gestão.

Deixe–me ler como ficou a redação: *"São prioridades da Administração Pública Federal o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, o Plano Brasil Sem Miséria — PBSM e as definidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias".*

Portanto, já estão detalhadas as prioridades incluídas pelo Congresso Nacional, assim como também a questão a que me referi há pouco, falando com V.Exa., sobre o envio do consolidado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – E quanto à disponibilização pela Internet para a população acompanhar?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – *"O Executivo manterá no seu sistema informações para apoio à gestão do Plano, com atualização permanente, e abrangerá a execução financeira dos programas de iniciativa, alcance das metas e acompanhamento dos indicadores. O Poder Executivo as disponibilizará, de forma estruturada e organizada, na Internet, sob forma de implementação e acompanhamento do PPA, e as enviará à nossa Casa de forma consolidada, anualmente."*

Esse texto não estava no PL, ele foi produzido a partir da concertação havida nesta Casa.

Sobre o adendo apresentado, volto a frisar que negamos todos os destaques às emendas e apresentamos — era importante que os Deputados vissem

— o nível de acatamento de várias delas, como, por exemplo, a própria questão do Rio Grande do Norte, que diz respeito ao braço ferroviário que liga Natal a Mossoró, na verdade ao novo porto, aqui previsto — nós colocamos Natal e não o porto, Deputado Rogério Marinho, porque o porto é objeto de emenda nesse mesmo processo.

Assim, também o trecho da BR–316, sua adequação e a sua ligação à região metropolitana de Belém; a construção do trecho rodoviário da BR–259, Município de Colatina e divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro; o trecho da BR–484 no Espírito Santo; o atendimento parcial, Deputado Ronaldo Zulke, com a implantação do hospital regional; a atenção na área de saúde, Deputado Geraldo Resende, à população do Mato Grosso do Sul.

Relativamente à expansão, estruturação e manutenção da rede federal superior, esse é o caso de Araguari e de Iturama. Houve um erro de nossa parte quanto a Teófilo Otoni, por conta da redação apresentada: para nós foi apresentado como Universidade Federal de Teófilo Otoni. Ocorre que Teófilo Otoni não tem universidade federal, apenas o *campus* da Universidade do Vale do Jequitinhonha. Retiramos essa questão por conta disso, tendo ficado a questão do hospital em Teófilo Otoni, como hospital universitário. Portanto, o *campus* da Universidade Federal em Teófilo Otoni não se faz mais necessário.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Senador, uma curiosidade: qual foi o valor do ramal ferroviário entre Mossoró e Natal, por gentileza?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Na realidade, a iniciativa tem 500 milhões e atende a dois trechos: o trecho de Natal–Mossoró e o trecho da Transnordestina na vertente da Paraíba.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O.k. Obrigado.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Relativamente às rodovias, já falei sobre a do Pará e sobre a BR–259, no Espírito Santo, ambas atendidas. Também atendidos o Hospital Metropolitano do Rio Grande do Sul e os procedimentos de baixa, média e alta complexidade de Mato Grosso do Sul; 200 milhões de reais para a implantação dos *campi* universitários; a adequação dos aeroportos no caso de Uberlândia e o do metropolitano de Porto Alegre.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – A iniciativa de revitalização da Bacia Hidrográfica do Acre, contemplando o Estado do Senador Anibal Diniz; 100 milhões para o que diz respeito aos programas de alimentação de alunos e, portanto, à alteração no enriquecimento do que seria o programa alimentar do Ministério da Educação; adequação da capacidade dos eixos rodoviários no trecho Belo Horizonte–Teófilo Otoni, no Estado de Minas, e no trecho Uberlândia–Patos de Minas — esses mineiros, Camilo e Gilmar, não são fáceis, não.

"Fomento às ações que garantem a integridade física, psíquica e emocional da criança e do adolescente no ambiente escolar, por meio de estímulos à atividade de prevenção de ocorrências de acidentes" — emenda de vários parlamentares da bancada do Rio de Janeiro.

Fomento a projetos de cultura urbana, cidade criativa, com ênfase na área de arquitetura, *design* e moda, como iniciativa de parecer da Deputada Jandira Feghali.

As emendas–objetivos na parte de metas, do Deputado Nelson Marquezelli, no que diz respeito a adequar a infraestrutura por meios operativos na Força Aérea na cidade de Pirassununga.

Estrutura de arranjos produtivos locais. Essa é uma emenda que reestrutura as ações do Ministério da Integração Nacional, que busca ampliar o acesso aos recursos para a construção de infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva. Altera–se, portanto, um dos objetivos na parte de metas, de programas do Ministério da Integração Nacional.

E, mais ainda, o atendimento a Goiás, em homenagem ao nosso Presidente em exercício, no que diz respeito à adequação da BR–452 no entrocamento com a BR–060, em Rio Verde, e a BR–365.

Sr. Presidente, essas foram as alterações, os acréscimos que se somam ao adendo, buscando o atendimento das emendas. Esse adendo se junta ao adendo anterior. Se V.Exa. permitir, faço a leitura final, sem o detalhamento, já que cada Parlamentar pode pegá–lo.

Fizemos as iniciativas de adequação de capacidade dos aeroportos administrados pela União; a Iniciativa nº 0078, reforma, ampliação e adequação de aeródromos de interesse estadual e regional; implantação de novos portos organizados; reestruturação das estruturas portuárias; implantação dos terminais de passageiros nos portos marítimos; adequação das estruturas de acostagem e operação de cargas em portos marítimos organizados; construção de ferrovias; adequação das ferrovias para a implantação de trens de passageiros; construção de contornos, variantes e anéis ferroviários; construção de contornos ou anéis rodoviários; construção de rodovias federais; adequação da capacidade dos eixos rodoviários; implantação de infraestruturas hídricas; estudos e intervenções para a prevenção de riscos de deslizamento de encostas

em áreas marítimas fluviais; expansão, estruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais — inclua–se aí o caso de Teófilo Otoni; expansão, estruturação, interiorização e manutenção da rede federal de educação superior, com consonâncias, como o trabalho que envolve a expansão de universidades, através da instalação de *campi* de universidades existentes; implantação e ampliação da capacidade de unidades produtoras de *biodiesel*, etanol, unidades esmagadoras; reordenamento da atenção especializada, visando à integralidade de atenção, assim como a atenção primária especializada em redes de atenção à saúde, qualificação das práticas com cuidado e assegurar a resolutividade.

Sr. Presidene, esse era o Adendo 1, agora acrescido do Adendo 2. Estão, portanto, apresentados os adendos. Se V.Exa. tiver oportunidade de fazer a leitura, verá que atendemos mais de 138 emendas das 258 apresentadas, observando que vários pleitos já haviam sido contemplados no Adendo 1. Todos os destaques foram rejeitados, para que fosse possível a nosso relatório a condição efetiva de promover o ajuste e o atendimento, ora parcial, ora integral, no adendo.

É esse, Sr. Presidente, o adendo e o parecer aos destaques apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução, solicito autorização para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade em relação às emendas individuais e coletivas do Relator.

Em votação.

Pela Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pelo Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

A autorização está na representação da Câmara, já foi feita.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, já foi concluído.

Quero apenas fazer um registro, por dever de justiça, para louvar o relatório do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não vou permitir agora. Faremos este registro especial, eu e V.Exa., daqui a pouco. É muito importante o nosso registro.

O relatório, os dois adendos e a errata estão em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovados.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado, ressalvados os destaques, a ofício.

Apreciação dos destaques.

Peço a autorização para votação em globo.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sendo assim, estamos encaminhado a votação dos destaques que foram rejeitados em globo.

Aprovados na Câmara, não precisam ir à votação no Senado.

Quero agradecer primeiro a Gilmar Machado. S.Exa. está correndo para Uberlândia, mas antes precisa ouvir que, em nome da Presidência da Comissão, agradeço–lhe muito. O dia de hoje foi extremamente produtivo. Poucos acreditavam que conseguíssemos votar todos os relatórios setoriais e o PPA.

Agradeço a Ronaldo Zulke, Anibal Diniz, Pedro Chaves e Rogério Marinho, sem as insígnias de Deputado ou de Senador. Este é um momento importante que a Comissão está vivendo, e quero dividi–lo com cada um dos senhores. Os senhores foram extraordinários para com a Comissão e para com o País.

Antes de finalizar, quero ouvir os Deputado Rogério Marinho e Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, em especial nosso Relator, Senador Walter Pinheiro, primeiro, não houve nenhum problema em termos parado, até por uma questão regimental.

Senador Walter Pinheiro, por dever de justiça – e é bom que isto seja feito de público, porque nós somos pessoas públicas –, quero louvar o trabalho de V.Exa. Faço–o de coração absolutamente aberto. V.Exa. teve o que considero essencial para alguém que vai conduzir um processo dessa magnitude: paciência; cuidado de ser acessível; cuidado de ser, na medida do possível, equânime. V.Exa. entendeu que os reclames das diferentes bancadas existem em função das necessidades dos seus respectivos entes federados.

Não tenho dúvida de que o trabalho que V.Exa. apresenta é encorpado e irá nortear os investimentos dos Orçamentos subsequentes, mas, principalmente, é nossa expectativa, já que ajudamos V.Exa. a elaborar essa peça, que essa não seja uma peça de ficção, que saia do papel; que todas as ações desses programas, esses sonhos que aí estão contidos, transformem–se em realidade.

Vivemos, Senador Walter Pinheiro, há pouco tempo, uma situação. Por isso, fiz questão de pedir a V.Exa. que tivéssemos a possibilidade de comparar o PPA anterior com o atual, até para verificarmos onde erramos, quais foram as fragilidades, o que aconteceu que não conseguimos colocar em prática 20% ou 30% do que estava contido no Plano Plurianual anterior.

Faço votos de que esses sonhos, que são de todos os brasileiros, transformem–se em realidade, porque precisamos de um País com infraestrutura, com boa logística, principalmente de um País que possa estar à altura do povo brasileiro e do crescimento e do desenvolvimento que todos nós esperamos.

Parabéns a V.Exa. por seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Rogério Marinho. V.Exa. trouxe uma expressão muito bonita: são sonhos que todos nós temos a responsabilidade de transformar em realidade. Esse documento ainda não tem para o País a importância devida. A partir deste ano, ele passará a ter, pela forma como foi construído.

Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, quero rapidamente também parabenizar, em nome do PMDB e de nosso Líder, Henrique Eduardo Alves, o Senador Walter Pinheiro.

Usando de sua experiência quando Deputado integrante da Comissão Mista de Orçamentos, o Senador Walter Pinheiro apresentou seu relatório do Plano Plurianual com muito equilíbrio e sabedoria.

Enfim, para não me alongar muito, em nome do PMDB parabenizo o Senador pelo relatório e ao Presidente pela condução da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Divido os parabéns com V.Exa., que muito me ajudou, em momentos difíceis, na condução dos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, caros colegas, quero fazer uma referência especial ao ex–Deputado e hoje Senador da República Walter Pinheiro.

Todos aqueles que acompanham este momento ao vivo pela Internet tem o prazer e o privilégio de compreender o que o Senador Walter Pinheiro fez com todas as mais de 2.300 emendas. Só em Minas Gerais, com destaque de 14. E S.Exa. se lembrou de uma por uma, e lembrou–se de minha cidade natal, Teófilo Otoni.

Digo isso para que todos possam entender como é o processo de discutir algo que se planeja para o futuro. E aqui faço minhas as brilhantes palavras do Deputado Rogério Marinho quando disse que, quando se sonha só, talvez nada aconteça, mas quando sonhamos em conjunto... E esse conjunto está sendo representado pelo Senador Walter Pinheiro, por sua competência e pelo carinho com que tratou todos nós, Deputados e Senadores.

Neste momento, também deixo uma palavra do PSD, entendendo que, num processo com essa quantidade de emendas, S.Exa. teve a sensibilidade, o discernimento e, sobretudo, a competência para discutir. Aquilo que poderia se traduzir em um sonho, e aqui me reporto mais uma vez, S.Exa. contemplou nesse novo PPA que ora aprovamos.

Parabéns ao Senador Walter Pinheiro e ao Presidente Vital do Rêgo por nos conduzir nesse processo, que vai dar ao Brasil novos rumos daqui para frente. Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Walter Pinheiro é o maestro de nossos sonhos.

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Zulke.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE – Quero apenas fazer um registro porque julgo muito oportuno, Presidente e Senador Walter Pinheiro.

O jornal da minha cidade tem como manchete hoje: "*Presidente da Infraero diz que o RS precisa de um novo aeroporto*". Essa é uma das manchetes principais dos jornais do Rio Grande, da nossa região.

Vejam o que é a eficiência e a sensibilidade desta Comissão. Estamos aqui com o atendimento pelo Senador Walter Pinheiro de nosso destaque, contemplando no PPA a construção de aeródromo de interesse estadual na região metropolitana de Porto Alegre. A população pediu, e estamos respondendo aqui.

Estamos todos de parabéns. Quero comemorar com todos os membros da Comissão, especialmente agradecer ao Senador Walter Pinheiro por mais esta demonstração de sensibilidade para com o Rio Grande, o povo gaúcho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado a meu caro Ronaldo Zulke.

Quero fazer minhas as expressões de todos os companheiros. Não preciso dizer que viajei o País inteiro com Walter Pinheiro ao meu lado. Hoje, S.Exa. consegue condensar não o que esperava fazer, mas o máximo que pôde, para realizar todos esses sonhos da nossa gente, da nossa Pátria.

A todos meu muito obrigado.

Determino à Secretaria que, ao fim do expediente de hoje, encerre o SISEL – Sistema de Cadastramento de Alterações em Emendas ao PLOA 2012, para que o Relator Geral, o Deputado Arlindo Chinaglia, possa elaborar seu relatório, que será entregue à CMO na próxima segunda–feira, dia 19.

Suspendo a presente sessão e convoco a continuidade dela para terça–feira, dia 20, às 14 horas, an-

tes ouvindo, por 15 segundos, um dos cabeças desta Comissão, o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sr. Presidente, pequena cabeça. Não poderia encerrar os trabalhos sem cumprimentar nosso Relator, de nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, que foi desta Casa por alguns mandatos. Hoje, S.Exa. orgulha a Bahia e o Brasil, como V.Exa. também.

Aliás, esta Casa mandou para a outra Casa 16 Senadores. Foi uma bela avaliação do mandato que realizamos juntos, naquele período. Tomara que isso continue acontecendo até eu entrar lá também, nessa proporção, não é Rui Costa?

Agradeço pela atenção que o Paraná obteve de V.Exa., enfim, o Brasil todo. Esse novo pensar do Plano Plurianual vai exigir de todos um novo debate. Não é mais um "orçamentão", é pensar o País para o próximo período.

Agradeço pelo acolhimento às emendas do Paraná. V.Exa. orgulha nosso partido nesta Comissão e no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado ao Deputado André Vargas.

Concedo a palavra ao Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Sr. Presidente, muito obrigado pela deferência.

Primeiro, parabenizo o trabalho de V.Exa., que foi um maestro na condução dos trabalhos, dando ritmo, celeridade e objetividade à Comissão. Segundo, parabenizo meu conterrâneo pelo excepcional trabalho. Nós o conhecemos muito bem. Por isso não nos surpreende seu desempenho, mas é sempre bom, afaga a alma e o ego, reconhecer publicamente e parabenizá–lo pelo excepcional relatório.

No mais, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está suspensa a reunião até a próxima terça–feira.

Muitíssimo obrigado a todos os senhores, aos profissionais da imprensa, aos nossos colaboradores. Fiquem com Deus e tenham todos uma boa noite.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito boa a tarde a todos.

Solicito aos senhores membros da Comissão que assumam os seus lugares.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Orçamento, para a apreciação das matérias constantes das Pautas nº 30 e 31.

Informo que os avulsos hão de se encontrar sobre a mesa dos trabalhos no momento certo.

Estamos reabrindo os nossos trabalhos, para o enfrentamento da pauta da reunião de hoje, e temos um impedimento de ordem formal e regimental, que é a realização da sessão do Congresso Nacional, que está neste momento deliberando sobre projetos oriundos desta Comissão. Então, há um impedimento de ordem legal e regimental para tanto.

Logo após a sessão do Congresso, que deve ser encerrada até as 15 horas, no mais tardar, vamos enfrentar a Ordem do Dia do Senado, e a matéria constante da pauta como primeiro item é a proposta de prorrogação da Desvinculação de Receitas da União, a ser votada em segundo turno.

Para que não percamos o dia de hoje, suspenderei os nossos trabalhos neste momento e marcarei a apreciação da mesma pauta para as 18 horas.

Convoco os Srs. Parlamentares e os Srs. Líderes para novamente estarem aqui às 18 horas, para darmos curso à Ordem do Dia marcada para esta reunião.

A reunião está suspensa. Tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas nºs 30 e 31, de 2011.

Cancelo a realização de reuniões extraordinárias convocadas anteriormente para hoje, dia 20 de dezembro, terça–feira, às 18 horas e às 20 horas, neste plenário.

Em virtude do início da Ordem do Dia no plenário do Senado Federal, suspendo a presente reunião. Antes, convoco continuação desta reunião extraordinária para hoje, 20 de dezembro, terça–feira, às 20 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito boa noite a todos os senhores. (*Manifestação na plateia*.). Peço aos Srs. Senadores que assumam... (*Manifestação na plateia*.)

Posso continuar? Vocês têm todo o direito de manifestar as suas opiniões, os seus sentimentos. E nós temos o dever ... (*Manifestação na plateia*.) E nós temos o dever... (*Manifestação na plateia*.) E nós temos o dever de fazer a Comissão andar.

Eu estou terminando de construir com as Lideranças do Governo um acordo de procedimento e, em virtude disso, os Líderes pediram mais 30 minutos para que reiniciemos a reunião.

Estão suspensos nossos trabalhos por 30 minutos para uma definição. (*Manifestação na plateia*.)

(A reunião é suspensa.)

Peço aos Srs. Parlamentares que tomem seus assentos.

Declaro reiniciada a 13ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das pautas de nº 30 e 31.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, nós estamos enfrentando neste momento o clima final de entendimento, e queremos que esse clima de entendimento prevaleça e prospere.

Nesse sentido, o ponto para discutir agora seria o relatório do Comitê de Obras Irregulares. Não existe consenso para votarmos esse relatório. Por outro lado, nós estamos avançando num entendimento com o Relator–Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, em relação a alguns itens que nós consideramos fundamentais para que o Orçamento possa ter o seu andamento assegurado. Itens como a Lei Kandir, o Fundo Garantidor do Seguro Safra Agrícola, itens como o reajuste dos aposentados, o reajuste dos servidores (*Manifestação na plateia*.), em especial o reajuste...

(Não identificado) – Cajado é um bom companheiro, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Em especial o reajuste dos servidores do Judiciário *(Apupos na plateia.)* e do Poder Legislativo. E também estamos fazendo entendimento para o Legislativo.

Então, estamos ainda construindo esse acordo. Está tendo resistência? Está.

Portanto, como o item hoje é a discussão do relatório de obras regulares, e este está claro que não tem acordo, eu pediria a V.Exa. que transferisse a reunião de hoje para amanhã. Amanhã, possivelmente, à tarde, às 14h, no intuito de podermos construir um acordo ou irmos para a votação, já que, se não houver o entendimento, nós só temos duas opções: ou vota, ou não vota e deixa para votar o Orçamento depois; ou então, votamos e vamos até as últimas consequências.

Para não esgotar os entendimentos, eu proponho ao Líder Gilmar Machado, e V.Exa. pode ouvir os outros Líderes partidários, que nós possamos adiar essa discussão para amanhã, possivelmente, às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É lúcida a opinião de V.Exa. Eu vou fazer uma consulta aos Líderes, não deixando...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – PR às 14h.

(Não identificado) – PV às 14h.

(Não identificado) – PMDB às 14h.

(Não identificado) – PSDB, 14h.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estão mais rápidos do que estou convidando.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – PTB às 14h.

(Não identificado) – PDT às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Só falta agora o Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, eu queria pedir a compreensão dos Parlamentares. O que nós mais queremos é exatamente votar o Orçamento este ano, e esse é o compromisso do Governo desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E vamos votar.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro que hoje aprovou seu brilhante relatório, que nos possibilitou votar o PPA.

Estamos abertos ao diálogo. Se existem alguns problemas ainda que precisam ser superados, em momento algum nos recusamos a fazer esse debate, esse diálogo.

Portanto, quero dizer a V.Exa. que eu preferiria começar amanhã pela manhã. Mas se a maioria aqui entende que é melhor às 14h, para mim não há problema.

Eu queria, em primeiro lugar, garantir que nós continuaremos o diálogo, teremos a sessão do Congresso às 12h30min para votação de créditos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Exato.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Está certo? E enquanto isso nós vamos construindo... Aquilo que nós acertamos com V.Exa. e com os Líderes sairá publicado no *Diário Oficial* pela manhã. Nos reuniremos pela manhã para poder checar se há entendimento.

Enquanto isso, a Oposição já apresentou sua lista de itens que quer negociar, nós estamos abertos a esse debate. Não há nenhuma dificuldade para fazermos esse debate, mas amanhã precisaremos votar o Orçamento nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E vamos votar.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Até a hora que for necessário.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Deputado Gilmar Machado, essa lista da Oposição é texto?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Como?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – É texto?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não, o Deputado Cajado acabou de...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu posso falar agora: é texto e programa. Texto é em relação aos 15% do substitutivo,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. já se posicionou.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – ... 30% do PAC, 20% que pode fazer remanejamento de forma verticalizada, com o que nós não concordamos. E do programa tem vários itens como eu citei, Lei Kandir, Seguro Safra Agrícola, os servidores, os aposentados...

(Não identificado) – O aumento dos aposentados, o reajuste dos servidores...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu queria pela manhã, mas eu aceito...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aceita às 14h.

O PTB já se posicionou, Alex? Quem se posicionou foi Nilton.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Nilton Capixaba.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, fica...

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – E tem a questão dos aposentados também, Sr. Presidente, que a questão dos aposentados também seja colocada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, fica suspensa a sessão para o seu reinício amanhã às 14h, com sessões convocadas a cada duas horas até enquanto tiver. *(Manifestação na plateia.)*

Cancelo a reunião de 12h e a de 14h, mantenho a de 18h e a de 20h.

Tenham todos uma boa noite e fiquem com Deus.

(A sessão é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Boa noite a todos.

Solicito a presença dos Srs. Parlamentares nas suas bancadas, para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 30 e 31.

Vamos às considerações.

Durante o dia de hoje, com a presença de V.Exas. aqui, nós adiamos por quatro vezes a nossa reunião para buscar o entendimento sobre temas da nossa pauta que consideramos importantes. Nessas reuniões, algumas infrutíferas, avançamos muito pouco; em outras obtivemos algum avanço. Estamos tentando uma derradeira negociação porque o prazo é muito curto – muito curto –, até a meia–noite de amanhã, para votarmos o Orçamento no Congresso Nacional.

E eu havia estabelecido que hoje seria lido o relatório, que seriam abertas as discussões, que receberíamos os destaques e que o Relator traria amanhã os destaques, deliberados. Mas, como já disse, ao longo deste dia não foi possível cumprir essa programação.

Aos aposentados que estão aqui – e devem ser muitos também – informo que acabamos de ter uma reunião com o Governo, para tentar uma redação que chegue próximo àquilo que imaginam as lideranças do setor. Acho que avançamos em alguma coisa, em termos de ações específicas.

Aos servidores do Poder Judiciário, da Receita Federal, da Polícia Federal, aos servidores de forma geral...

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aqui só há servidores do Judiciário...

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aqui só há servidores do Judiciário e do MPU. Mas hoje também estivemos com servidores da Receita Federal, da Polícia Federal e de outras categorias. Aqui, quem está na luta são vocês do Judiciário. Estão aqui há pelo menos 60 dias comigo, permanentemente.

E continuam as tratativas das Lideranças partidárias. Isso foi tentado durante o dia de hoje, para encontrarmos um termo comum que possa atender. Não tem sido fácil. Não cabe a mim, neste momento, antecipar situações que certamente haverão de ser postas aqui pelo Relator–Geral e definidas em plenário. O que me cabe aqui, neste momento, é dizer aos senhores que vão para casa, que voltem amanhã...

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ou então fiquem aqui. Para mim não há nenhum problema. *(palmas)* Eu sou extremamente...

Hoje me perguntaram quais são os procedimentos. Eu disse: *"Vamos receber todos".* Eu só vou privá–los desta audiência se não puder conduzir os trabalhos. Enquanto eu puder conduzir os trabalhos com vocês aqui vou me sentir muito honrado. Não há nenhum problema nisso. Está certo? *(palmas)* Quando não puder, tomaremos as providências cabíveis.

Então, suspendo a presente reunião, tendo em vista a inexistência de acordo para a deliberação das matérias, para que amanhã, dia 22, às 9 horas, façamos uma última tentativa de votar o Orçamento Geral da União.

A reunião está suspensa.

Boa noite a todos. Fiquem com Deus.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Bom dia, meus amigos do Judiciário.

(Manifestação na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito bom dia a todos.

Solicito às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus assentos.

Tenho alguns informes...

Vou reiniciar oficialmente a reunião.

Espero que os senhores estejam bem acomodados.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sras. e Srs. Parlamentares, declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 30 e 31.

Informo que os avulsos já estão sobre a mesa dos nossos trabalhos, para conhecimento dos Srs. Parlamentares.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e das Lideranças de bancada.

Eu pretendo, com o apoio dos Líderes – e já oficiei a cada um agora há pouco, na reunião de Líderes –, que hoje nós vamos fazer ininterruptamente reuniões, até a Comissão Mista de Orçamento, através do seu Plenário, decidir e determinar. Da minha parte, não vai haver mais nenhum tipo de adiamento nem de suspensão até o momento da deliberação. Eu vou sentar nesta cadeira e não vou sair mais, com a graça de Deus, até o momento... *(palmas)* E vou cumprir o meu papel. Tenho absoluta certeza de que todos nós vamos cumprir o nosso papel.

Em relação à presença dos senhores aqui, entendo justa, meritória inclusive. Acho que nós podemos ter um dia produtivo, com acertos ou desacertos, com encontros ou desencontros. Agora, nós precisamos, entre nós – eu que dirijo e as senhoras e os senhores que estão aí –, com todo o respeito, manter produtividade e eficácia.

A Polícia do Senado Federal, que trata da nossa segurança, já me admoestou diversas vezes, para que eu tenha uma atitude no sentido de manter a linha de comportamento e de respeito na Casa. Essa atitude eu não vou ter enquanto os senhores me ajudarem na condução dos trabalhos. *(palmas)* E hoje vai ser um dia longo; vão ser pelo menos 10 horas ininterruptas de reunião, até quando a Comissão decidir liberar. Nós vamos ter um dia longo, repito.

A minha posição – e eu quero dizer isto antes de começarem os debates – é a de estar com vocês o dia inteiro. Só não me permitirei prejudicar o andamento da sessão, se não houver capacidade minha de condução desta sessão. Por isso, peço encarecidamente às lideranças dos diversos movimentos – repito: justos e meritórios – que entendam que esta Casa precisa deliberar, que ela já conhece o pensamento de cada um dos senhores. E eu espero a colaboração dos senhores.

Esse é o primeiro ponto da nossa recíproca e respeitosa convivência.

Convido o Deputado Arlindo Chinaglia...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vou passar a palavra, pela ordem, a V.Exas. Primeiro, convido o Coordenador do COI a vir...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Eu queria justamente pedir a V.Exa. que submetesse ao Plenário a apreciação do relatório do COI.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vou fazer isso. Vou passar a palavra, pela ordem, a V.Exas.

Primeiro, eu gostaria que a Secretaria da Casa convidasse o Deputado Arlindo Chinaglia e o Coordenador do COI a ficarem de plantão, presentes à reunião, porque vamos deliberar, de forma soberana, após a leitura. Pelo Regimento, a primeira leitura será do relatório do COI.

Vou passar a palavra, pela ordem, aos Srs. Parlamentares Wellington Roberto e Rogério Marinho.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wellington Roberto, que primeiro a pediu.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Quero apenas parabenizar V.Exa. pela atitude. V.Exa. jamais se furtou a negociar com o Governo não só a condição do aumento dos servidores e dos aposentados, como também esse acordo feito pela Oposição e pela base do Governo.

Infelizmente, até agora não se logrou êxito. Mas espero que, no decorrer do dia de hoje, o Governo venha a tentar resolver, principalmente, alguma coisa dentro do texto do relatório do nobre Deputado Arlindo Chinaglia, como também alguns impasses que ainda estão por ser resolvidos.

Quero dizer a V.Exa. que estou indignado com a atitude do Governo e vou falar à sociedade brasileira assim que terminar a tramitação do processo orçamentário de 2012. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Quero atestar a sua conduta e agradecer a V.Exa. Independentemente da nossa relação de parceiros e conterrâneos paraibanos, V.Exa. tem pontuado com extrema correção a condução das suas missões aqui. Posso dar publicamente este atestado, como já fiz ontem diversas vezes, em reuniões com o Poder Executivo.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras e Srs. Senadores, bom dia.

Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa., a exemplo do que disse o Deputado Wellington Roberto, que a sua conduta tem sido um farol, uma referência para todos nós. Então, está acima de qualquer questão partidária e das dissensões, que são naturais. V.Exa. tem agido como magistrado.

É importante dizer, até como uma satisfação àqueles que estão aguardando a deliberação, que tem havido intensas negociações para que possamos arredondar o texto. O Governo tem resistido na questão do aumento dos servidores, tem resistido na questão do aumento dos aposentados, tem–se mostrado renitente na questão da liberalidade para com o PAC – os 30% –, mas não tenho dúvida de que, no decorrer do dia de hoje, haverá algum aceno por parte do Governo, para que haja a conclusão.

O fato de começarmos a leitura é importante para que não percamos o prazo de hoje. Porque até a meia–noite de hoje temos de votar, de deliberar, sob pena de o Orçamento ficar para o próximo ano, o que seria não apenas uma perda enorme para o conjunto da sociedade brasileira, mas também uma sinalização ruim que o Governo dá à sociedade e ao mercado internacional. Quer dizer, se o Governo, com a maioria que tem, não consegue votar o primeiro orçamento da sua administração, é muito complicado explicar isso às bancas internacionais, já que está tão preocupado com a crise.

Queria dizer a V.Exa., até por uma questão de procedimento, conforme já anunciou antecipadamente, que não podemos votar nem ler o relatório do Orçamento sem antes ter uma posição em relação ao COI, por uma questão óbvia. Se as obras apontadas como irregulares não forem apreciadas por este Plenário, como ficará o relatório do Deputado Arlindo Chinaglia? S.Exa. precisa saber quais obras serão excluídas e quais serão levadas em consideração no corpo do relatório e do Orçamento.

Solicito a V.Exa., como já o fez, até para a celeridade dos trabalhos, que convide o Deputado Weliton, do PT, a vir ao plenário, para começarmos a deliberar em relação ao relatório do COI.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vou perguntar. Todos concordam? Vamos cumprir o Regimento e deliberar primeiro o COI? Concordam?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Concordamos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pois não, questão de ordem a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – É o seguinte: em função do questionamento feito pelo Senador Delcídio sobre a admissibilidade de dois destaques que foram feitos no seu relatório e, em função da necessidade da aprovação da admissibilidade das emendas do Relator–Geral, nós precisamos também ler o relatório do Comitê de Admissibilidade que concluiu os nossos trabalhos para a aprovação do relatório geral do Orçamento de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – São ações extrapautas que terão de ser incorporadas. A questão de ordem de V.Exa. está aceita. Oportunamente, encaminhe, Deputado Danilo, o requerimento de inclusão.

Com a palavra, pela ordem, ao Deputado Gilmar Machado. Vamos acelerar porque temos muito pouco tempo para as deliberações.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Perfeitamente, Sr. Presidente. Eu queria mais uma vez fazer um apelo – nós já tínhamos tentado fazer esse entendimento antes – no sentido de que começássemos pela leitura do relatório do Deputado Arlindo. Enquanto nós discutimos o texto de S.Exa., podemos construir um entendimento. Lógico que nós não vamos votar o Orçamento sem votar o COI. Por enquanto, vamos fazendo isso. Para podermos exatamente avançar nesse processo, é que faço este apelo aos nobres Parlamentares, para que tenhamos essa possibilidade.

Mais uma vez eu apelo aqui ao Deputado Wellington Roberto, aos Parlamentares da Oposição – já há aqui o entendimento dos companheiros da base – para que nós possamos fazer isso; se não...

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Por mais atenção e apreço que eu tenho a V.Exa...

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – O PDT e o PSD não concordam, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – O PR não concorda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos ler o relatório do COI. Onde está o Deputado Welinton Prado? *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA – Outra pessoa do COI não pode ler?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não há outra pessoa? É do COI? Então venha para cá e leia.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Relatora *ad hoc*, Gorete. Está nomeada.

O Relator é o COI, não precisa ser *ad hoc*. O relatório é do Comitê.

Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

Nós fizemos, para conhecimento da imprensa, 38 reuniões deliberativas e sete audiências públicas; apreciamos quatro medidas provisórias; votamos 54 créditos P–LOA, PPA e avisos de obras do TCU, 48. Essa foi a produção da Comissão, com a ajuda prioritária de cada um dos senhores.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pois não, Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – São dois relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – São dois relatórios.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Um deles é o relatório do COI e o outro é o Aviso 12/2011, que se refere a 2011. Eu penso que teria de começar pelo aviso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos começar pelo aviso, como V.Exa. está colocando. O.K.?

Abertura para discutir o COI.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Para discutir o COI.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA – Gostaria de saber, Presidente...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Só para dar uma informação, Sr. Presidente. O Deputado Weliton Prado está adentrando a Casa.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA – ... se eu posso ir direto ao voto, Sr. Presidente. Eu posso ir direto ao voto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Na hora em que S.Exa. chegar, assume.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA – Vamos direto ao voto.

"Adotados todos os critérios mencionados nos Itens 14 e 15 deste parecer, verifica–se que as informações trazidas ao conhecimento deste Comitê pelo TCU e pelos gestores, conforme detalhado no Anexo I, não ensejam qualquer alteração no Anexo VI, da Lei 12.381/2011, da LOA/2011, nesta oportunidade cabendo o monitoramento de compromissos assumidos pelos gestores.

Tendo em vista e especial relevância de que se revestem algumas das situações reexaminadas neste parecer, o Comitê propõe que seja encaminhado cópia deste documento ao TCU e à Controladoria–Geral da União para que estes, no âmbito das respectivas competências, promovam a apuração das responsabilidades dos agentes que deram causa às ocorrências danosas ao erário e ao cumprimento do art. 3º da Lei 12.319/2010, da LDO/2011.

Feitos esses registros, integrantes do COI votam pela rejeição de todas as emendas apresentadas e pelo arquivamento da AVM nº 12/20111–CN.

Brasília, dezembro de 2011."

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Antes de passar a palavra para a discussão do Aviso, eu quero colocar um requerimento, até por força de lei regimental, para inclusão de pauta o Aviso, o que V.Exas. já colocaram como precedência.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

APROVADO PELA CÂMARA.

APROVADO PELO SENADO.

Vamos agora à apreciação do relatório, que já foi lido.

O relatório está em discussão. Os senhores sabem: é o Aviso nº 12, Orçamento 2011.

Em discussão.

Não é o relatório do COI, mas o Aviso que foi consensualizado, com relação àquelas obras que foram retiradas. É o Aviso do Orçamento 2011, Deputado Cláudio Cajado, não é o relatório que versa sobre a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, por gentileza, uma cópia do relatório do COI.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, eu me inscrevi para discutir a matéria sobre as obras que foram mantidas e que estão irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, não é esse aí.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu estou inscrito para discutir...

(Não identificado) – O Aviso, o Aviso; o conteúdo dele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Aviso foi consensualizado sem problemas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – ...sobre as obras que estão mantidas como irregulares. Eu não concordo com isso.

(Não identificado) – Não, não tem consenso, não.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Esse Aviso foi agora.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Deputado João Dado está inscrito para o Aviso.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O que acontece é o seguinte, Deputado Claudio Cajado, só para esclarecer: no Aviso que se refere a 2011 estão obras que, mesmo não sendo propostas para a habitação, estão sendo propostos retenções ou seguro–garantia. É no Aviso que isso está sendo tratado. No Aviso, não no relatório. Então, no Aviso é que existe uma divergência – no Aviso e também no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado João Dado, V.Exa. quer discutir o Aviso?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está inscrito V.Exa. para discutir o Aviso, enquanto o primeiro inscrito, que é o Deputado Claudio Cajado, dá uma olhada nele.

Com a palavra o Deputado João Dado, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, são 10 emendas que apresentamos ao Aviso. Por quê? Quando é feita a avaliação de que este Poder Legislativo, esta CMO não poderia propor retenção, eu penso que quem pode o mais tem que poder o menos.

Vejam o seguinte. Até hoje o TCU propõe retenções e nós acolhemos ou não. Mas o TCU é o braço técnico deste Comitê e do Poder Legislativo, apenas isso. Quem decide, em última análise, é o Poder Legislativo, é o Congresso Nacional.

Então, a argumentação que veio para que não pudéssemos fazer a retenção em algumas obras, inclusive a REPAR, enfim, em algumas obras que estão mencionadas nos destaques – são 10 destaques – foi de que nós estaríamos ofendendo o art. 91, inciso V, da LDO.

Quero explicar de maneira muito clara. O inciso V do § 1º do art. 91 diz: *"Nas obras que têm indício de irregularidade grave pode haver a retenção parcial de valores ou seguro–garantia"*.

No texto diz assim: *"permite a continuidade da obra, desde que haja autorização do contratado"*.

No relatório do Aviso está escrito exatamente o seguinte: que uma vez que o contratado não tenha aceito – é um pressuposto, ele ainda não aceitou –, antes da deliberação do Poder Legislativo, nós não poderíamos deliberar. Então, vejamos: até hoje o TCU sempre fez retenção de valores em obras e o contratado vai tomar conta da vida dele. Ele vai entrar na Justiça ou aceitará. Como este Poder Legislativo não pode fazer o mesmo? É contra isso que estou me insurgindo, contra essa questão técnica, legal. Como é possível dizer que este Poder Legislativo não pode determinar uma retenção, mesmo que o TCU não o tenha feito? Este é o ponto, este é o aspecto legal. Entendo que nós podemos, sim, promover, pedir e determinar a retenção. E seria uma oportunidade do contratado de fazer ou não, dar ou não, a sua anuência a essa determinação do Poder Legislativo. Se ele não der sua anuência, por hipótese, o assunto voltará a esta Comissão, voltará ao Poder Legislativo para decidir se obra deverá ser paralisada ou não. Esta é apenas, eu diria, a norma geral legal que estou questionando, que está escrita no relatório.

Gostaria de pedir aos companheiros que lessem as Fls. 09 e 10, em que está escrito assim, por exemplo: A Emenda nº 8 ou outra emenda que apresentei, pois foram 10, na pág. 09, ou melhor, pág. 10, sobre Costa Marques diz o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sr. Deputado João Dado, conclua seu pensamento:

A proposta conflita com o § 11.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Para concluir meu pensamento.

Na rejeição das emendas foi mencionado, portanto, que o inciso V, do art. 81, pág. 8, não poderia ser determinado por este Congresso, porque não houve autorização do contrato. Seria como colocar o Congresso Nacional, o Poder Legislativo, submetido a uma decisão de um contratado de obras públicas, o que me parece um engano. Por isso, Sr. Presidente, apresentei 10 destaques a esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tem a palavra o Sr. Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, solicitei há pouco cópia do relatório para acompanhá–lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. não o recebeu ainda?

Solicito à Assessoria que distribua a cópia do relatório.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Cajado, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, temos de rejeitar esse Aviso, como também o Comitê que apresenta as obras irregulares, excluindo algumas.

Diante do parco tempo que temos, vou apenas me basear nos Itens 20 e 21.

O relatório diz o seguinte:

"Em consequência, devem ser mantidos naquele anexo, ou seja, o de exclusão, os cinco subtítulos que atualmente já se encontram nele relacionados, tendo em vista que a continuidade da execução física e financeira desses empreendimentos, sem que sejam adotadas as medidas corretivas exigidas, poderá resultar em danos à administração maiores que aqueles decorrentes da paralisação".

O item 21, diz–se o seguinte: *"Ao revés, a paralisação dos demais empreendimentos revelar–se–ia mais danoso à administração do que sua continuidade".*

Sr. Presidente, são 2 pesos e 2 medidas. Estamos tratando aqui de 25 obras com indícios de irregularidades graves. Dá–se um tratamento a cinco delas, e às outras 20, outro tratamento. Não se pode estabelecer critério diferente entre iguais. O critério foi o da irregularidade praticada por uma empresa ou por outra.

Por isso, não aceito. Esta Comissão não pode votar a favor desse relatório nem do outro. É um absurdo! Isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – *O.K*.!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, não podemos fazer com que a Comissão de Orçamento coloque dotação orçamentária para obras que estão com indícios de irregularidades graves. E não estamos falando de coisa pequena, não. São 1,4 bilhão de reais. Isso ensejará, sim, danos irreversíveis ao Erário. Ou se faz um procedimento de acordo, como foi feito com relação ao item 20, em que se estabeleceu retenção ou seguro–garantia para que as obras tenham continuidade, enquanto o Tribunal de Contas da União não julgar o caso ou quero ver aqui, nominalmente. Vou pedir verificação nominal para ver quem vai votar a favor de uma irresponsabilidade dessas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Portanto, esta é uma questão grave que não podemos deixar passar despercebida.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Ou seguimos a orientação do Tribunal de Contas da União, órgão técnico para nos assessorar nas questões técnicas, e votamos ao lado do TCU, na moralidade, na defesa do recurso público, ou todos nós estaremos assinando uma conivência imperdoável nesta Comissão.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Deputado Giroto com a palavra.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, o que eu quero deixar claro, Deputado Cajado, é que nós não podemos, de forma alguma, aceitar que o Governo tenha um procedimento diferente com o salário dos servidores e queira dar continuidade a uma obra que lesa mais de 1,6 bilhão o direito daquilo que é nosso. *(Manifestação nas galerias.)*

Nós não podemos deixar que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Deputado Rogério Marinho, assessor principal da Rede Globo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Queria eu ter só um pedacinho.

Sr. Presidente, em especial, Sr. Relator, nobres pares, trata–se aqui de uma situação que não tem a ver com Governo e Oposição, tem a ver com moralidade pública e preservação de direitos.

Nós somos o poder do Parlamento e não podemos nos agachar. Não podemos permitir; não aceitamos que o Parlamento não tenha a condição lhe dada pela Constituição de impedir a improbidade administrativa comprovada através do órgão auxiliar, o Tribunal de Contas da União.

Então, no caso específico de que nós só poderemos tomar atitudes se houver autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos, é a mesma coisa, Sr. Relator, que perguntar à raposa se nós vamos permitir que ela coma as galinhas. Nós não temos nenhuma condição de aceitar essa situação colocada na Emenda nº 01. Seria abrir mão das nossas prerrogativas como Parlamento.

Veja, Sr. Relator, o caso em tela colocado pelos nossos pares da Refinaria Abreu & Lima é reincidente. Desde 2008, quando ela começou a ser construída, todos os anos, o Plenário desta Comissão recebe relatório do TCU apontando sobrepreço, irregularidades, divergências e distorções que certamente redundam em prejuízo ao erário público.

Desta feita, pelo terceiro ou quarto ano seguido, só 1,4 bilhão está sendo apontado como sobrepreço. Veja, Sr. Relator, é mais ou menos o valor pleiteado pelos servidores do Judiciário para que haja um aumento mínimo. *(Manifestação nas galerias.)*

Nós vamos permitir que o recurso público seja investido no social ou vamos permitir que o recurso público seja conivente com improbidades administrativas? Então, essa é a nossa posição. A posição de dar um aviso ao Governo para que pense, pondere e raciocine. O que estamos colocando não é paralisar a obra. É até permitir que ela continue, desde que seja feito um seguro ou uma caução, para que, ao final do processo, se essa irregularidade não for sanada, o povo brasileiro seja ressarcido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado.

Eu peço só a disciplina de V.Exas. com relação ao tempo de cada um. V.Exas. a estão cumprindo.

Com a palavra o Deputado Geraldo Simões.

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Sr. Presidente, eu chamo a atenção dos meus colegas Deputados no sentido de que o Tribunal não tem uma

metodologia nem está preparado para acompanhar essas grandes obras que estão acontecendo no Brasil.

Ano passado, nós paramos uma obra no Porto de Vitória, para um grande prejuízo para o País e para aquele Estado, porque o TCU disse que havia sobrepreço. Depois, ele mesmo constatou que não havia sobrepreço. Mas, o prejuízo está dado e é de difícil recuperação.

Em 2009, Sr. Presidente, o TCU disse que havia sobrepreço nessa refinaria de Pernambuco. Nós não paramos a obra. O Congresso fez bem. Depois, o próprio tribunal constatou que não havia sobrepreço. Se essa obra fosse em São Paulo, não haveria esse debate, porque seria importante para São Paulo. Como é para o Nordeste, no Nordeste pode tudo, pode discriminar...

Parar uma obra, Sr. Presidente, que vai tocar uma região que está crescendo mais do que o Brasil é uma irresponsabilidade, principalmente de pares meus do Nordeste. Ela está em andamento; são 32 mil funcionários.

Quero dizer mais: o TCU levantou o problema também em 2010. A PETROBRAS respondeu em 2010. O TCU ainda não tomou uma providência. Nessa de 2011, o prazo para a PETROBRAS responder acaba amanhã. Com certeza, será por equívoco do TCU, que não conhece ainda os referenciais de preço de obra que exige uma alta tecnologia. Eu queria só colocar um caso. Ele quer comparar um café de São Paulo, café com leite e pão com queijo, com o café gordo que nós, nordestinos, gostamos de tomar todos os dias, ainda mais quando trabalhamos na PETROBRAS, porque queremos trabalhar e comer direito. É uma empresa que proporciona isso.

Não podemos concordar com a metodologia que o TCU quer aplicar, pegando esse cafezinho pobre de São Paulo, café com leite, pão com queijo, com o café gordo. Então, ele quer que o preço do café de Pernambuco seja igual ao preço do café do Estado de São Paulo.

Portanto, Sr. Presidente, quero chamar a atenção dos colegas Deputados para o seguinte: no negócio de caucionar 1 bilhão e 200 milhões para pagar juros para banqueiro, Sr. Presidente, é aí que está a irregularidade. Estou convencido de que o TCU está equivocado em 2011 como esteve equivocado em 2009 e 2010.

Se querem votar contra este relatório, é por outra coisa. Usem outro argumento, mas não questionem a obra séria e a tecnologia utilizada pela PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Só uma questão de ordem.

Nós temos 10 destaques a serem apreciados. Cada destaque tem que ser apreciado um por um. Está parecendo que as coisas estão em conjunto. Como será o procedimento de V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Isso não é uma questão de ordem, Ademir. É um procedimento normal. Vamos cumprir o Regimento. É um por um mesmo.

Efraim Filho, 3 minutos, por favor.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, acredito que a palavra que tem que nortear os caminhos da Comissão neste debate é uma, e deve ser o sentido do Congresso Nacional: chama–se transparência. O que nós estamos aqui discutindo e estamos buscando, principalmente junto às obras da PETROBRAS, é transparência.

Sobre tudo existe um véu; sobre tudo existe uma cortina de fumaça. E as coisas vão passando de ano a ano na crença de que possam melhorar. E a cada ano os vícios e irregularidades voltam a se repetir. E aqui, dos gritos de guerra que saíam das militâncias, dos representantes dos segmentos que estão aqui atrás, um deles dizia que este Congresso não pode ser subserviente à vontade do Executivo. *(Palmas.)*

O Deputado Giroto falava em estar agachado diante do Executivo, e eu dizia que na verdade foi uma gentileza dele e um eufemismo, para não usar uma posição muito mais vexatória, porque é assim que este Congresso está se colocando. *(Manifestações nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Não; tenho meus 3 minutos. Estou dentro dos meus 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Use seus 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Um minuto, 1 minuto agora.

Segundo lugar, Presidente, os vícios irregulares estão aí. Nós não podemos contar com um Governo que seja só de pedra, ferro e concreto. Governo também tem de ter alma e coração. *(Palmas.)* Não pode ter dinheiro só para as obras, não pode ter recurso só para as obras;, tem que pensar também no seu maior patrimônio, que são os servidores, que são os recursos humanos, que são os aposentados. *(Palmas.)* Não podem faltar recursos. Oh Governo sem alma e sem coração, Sr. Presidente, que não olha para os aposentados que ajudaram a construir esta Nação. *(Palmas.)*

Tanto é, Sr. Presidente, e para concluir, que também dos gritos de guerra, ontem saía um grito de guerra que dizia que *"alguém aqui pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão". (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Concluiu?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Então, Sr. Presidente, ainda no minuto que me falta...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pode usar o seu tempo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – É exatamente este apelo que faço à Comissão. Vamos ter alma, vamos ter coração e vamos também olhar para um País que é feito de cidadãos que somente buscam resgatar uma defasagem histórica que existe com essas categorias.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço à Secretaria... *(Manifestações nas galerias.)*

Deixem–me trabalhar. Existe um artigo no Regimento Interno que daqui a pouco vou ler aos Senhores Quero ser didático e respeitoso. Não podem haver aplausos ou vaias. Existe um artigo aqui. Eu peço para trabalhar. Só isso.

É a primeira vez que estou advertindo. Então, são duas advertências, e uma terceira, que há posicionamento. Peço à Secretaria para cronometrar o tempo de cada Deputado e cada Senador e me avisar.

Vaz de Lima com a palavra.

SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, acolher esta emenda significa abrir um precedente de tal magnitude no Congresso que no próximo Orçamento virá uma emenda para dispensar a análise da Comissão Mista de Orçamento, quiçá do próprio Plenário, de coisas que venham do Executivo.

Estamos diante de uma imoralidade tal que não podemos nos calar. As gerações futuras não nos perdoariam se admitíssemos uma situação como essa, que geraria para a sociedade internacional a balbúrdia do País. Obras com problema de irregularidade precisam ser sanadas.

Quero me referir à palavra do grande amigo e grande Deputado Geraldo Simões, quando faz um paralelo com São Paulo. Em São Paulo, quando há indícios de irregularidade, paralisa–se a obra, vai–se atrás de sanar os problemas. Não se trata de tomar café mais gordo ou mais magro; trata–se de transparência, trata–se de buscar, na verdade, aplicar o recurso público de forma correta. É isso exatamente que estamos fazendo aqui.

Aprovar uma emenda dessa natureza... Temos que advertir desde logo: será necessário buscar as barras da Justiça para acabarmos com essa imoralidade, com essa transparência.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Vaz de Lima.

Wellington Roberto com a palavra.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, na verdade, pedir ao nobre colega Geraldo Simões que não tentasse sensibilizar os seus pares dizendo que é irresponsabilidade da nossa parte não votar a favor do relatório do nobre Deputado Weliton Prado. Irresponsabilidade, Deputado Geraldo Simões, é não dar aumento aos servidores, aos aposentados. (*Palmas*.) Votar a favor desse relatório é comungar com o desvio de mais de 1 bilhão e 500 milhões de reais em favor da PETROBRAS. Nós não podemos fazer isso.

O Deputado Cajado, na sua fala, com a qual foi muito feliz, disse nesta Comissão que toda a sociedade terá a certeza de quem, na verdade, está querendo votar com o desvio de dinheiro público. E eu estou com V.Exa., Deputado Cajado, até porque nós vamos querer que cada Parlamentar vote contra esse relatório.

Esse relatório, na verdade, vem dar prejuízo ao erário, e nós não podemos comungar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Gilmar Machado

com a palavra. O Deputado André Vargas está inscrito também.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, nós estamos votando, e só podemos votar, Deputado Weliton Prado, as sugestões e emendas apresentadas.

O Deputado João Dado apresentou, porque o pessoal está fazendo um discurso que não é o que está escrito.

Então, Sr. Presidente, nós estamos discutindo aqui para podermos buscar, então, um entendimento naquilo que for o que nós vamos votar. Fazer discurso é bom e tal, mas o que a gente vota é o que está escrito. Isto, como Professor de História, eu aprendi: só se deve trabalhar naquilo que está escrito. Quanto ao que as pessoas falam do que está escrito, cada um pode contar a sua versão.

Eu quero, Sr. Presidente, dizer que o Governo está buscando exatamente o entendimento e entende que o TCU é um órgão auxiliar do Congresso; não é um órgão que decide. Quem decide somos nós, porque quem teve voto fomos nós, não foram os Conselheiros do TCU. Eles têm que orientar. Em cima da orientação, nós vamos ver se está certo ou não.

Como disse o Deputado Geraldo, o TCU mandou parar uma obra, depois descobriu que realmente estava equivocado, mas o prejuízo já estava dado. E todos nós temos que pagar a conta por isso.

Quero dizer ao Deputado João Dado e aos demais que, com relação ao que está aqui, com relação

às obras, todo mundo está mais preocupado é com a PETROBRAS. A PETROBRAS é uma empresa brasileira transparente, que veio aqui e prestou informação, mas queremos também que a Casa tenha participação.

Estamos aqui discutindo, mas eu gostaria de fazer um acordo com a Oposição: para que uma votação fosse destacada. Se chegarmos a um acordo quanto ao texto, vamos fazer votação simbólica, todos nós juntos. Mas eu gostaria de pedir que, em vez das dez, definíssemos um tema e pudéssemos fazer a votação. Para nós não há nenhuma dificuldade. O Governo está muito tranquilo porque é transparente, não tem o que esconder. E queremos exatamente que o País continue crescendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Ademir...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, V.Exa. me permitiria? Estudei bastante esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para contraditar, não. Perdoe–me.

Deputado Ademir Camilo, com a palavra.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, caros colegas, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, tivemos a oportunidade – alguns companheiros que estão aqui hoje – de estar presentes tanto na RNEST quanto na REPAR e de escutar todos os técnicos da PETROBRAS. Ao final, fizemos a eles duas indagações: *"Os senhores têm alguma preocupação com esse sobrepreço de 1,4 bilhão?"* Nem responderam, Sr. Presidente.

E o que está sendo proposto aqui pelo Deputado João Dado, diferentemente do que alguns colocaram, principalmente o Vice–Líder Gilmar Machado, é que não se está paralisando a obra. Estão colocando aqui com IGR, em retenção. Simplesmente retenção.

E esta foi a segunda pergunta que deixaram sem resposta: *"Vocês estão estudando uma nova forma de fazer retenção?" "Nós estamos estudando e vamos levar ao senhores"*. Até hoje não chegou.

Da mesma forma, e coincidentemente, tanto a refinaria no Paraná quanto a Refinaria Abreu e Lima, têm o mesmo sobrepreço: 1,4 bilhão. O que está sendo colocado no relatório? O que está sendo proposto?

E eu pediria a atenção de todos os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para concluir, Deputado. Um minuto.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Falta 1 minuto, Sr. Presidente.

Que nós votemos todas – e não aceito a proposta do Deputado Gilmar, porque sou signatário também; assinei a emenda, o destaque, com o Deputado João Dado, com o Deputado Claudio Cajado – ou façamos um acordo para votar as Emendas nº 1, 3 e 6. E podemos transigir em relação ao restante. Se aprovarmos a 1, a 3 e a 6, concordamos em talvez votar em bloco o restante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Ademir.

Deputado André Vargas, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sr. Presidente, há aqueles que discursam com o viés da Oposição e têm muita paixão. Há aqueles que, mesmo sendo da base do Governo, têm divergências, o que é muito natural. Têm os seus motivos.

O fato real é que este debate nos remete ao final de 2008, quando, por decisão deste Plenário, nós paralisamos duas obras da PETROBRAS e outras tantas. Estas duas. Exatamente estas duas. Os motivos eram os mesmos. No entanto, em 2009 e 2010, o próprio TCU reconheceu que não havia superfaturamento. Havia à época indício de sobrepreço, o que é diferente de superfaturamento. Concluiu–se, inclusive, que havia subpreço. Portanto, aquela decisão desta Comissão não foi acatada sabiamente pelo Presidente Lula. E foi por isso que as obras continuaram, e é por isso que o Brasil continuou crescendo.

Falam aqui de um governo que não existe na sociedade brasileira, porque o País está crescendo, graças a investimentos públicos, inclusive de empresa pública, como é a PETROBRAS.

Conclui–se, portanto, que não havia sobrepreço e que aquela paralisação fora injusta. E agora se quer exatamente adicionar preço a uma obra, como se fala em seguro garantia, que custa... Aliás, já há seguro de terraplanagem para a obra questionada.

Portanto, meus amigos, sem paixão: nós não podemos paralisar uma obra, nós não podemos desempregar 32 mil pessoas. Nós não temos essa condição, porque o próprio TCU não concluiu a investigação, a análise dos argumentos, que serão apresentados até amanhã – e este é o prazo: amanhã –, refutando os indícios com relação a este momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Um minuto para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – O fato é esse.

Aqueles da Oposição que aqui falam já governaram e governam. Lá no Rodoanel, administrado pelo PSDB, também há indícios de sobrepreço. Aliás, há 140 indicações dos Tribunais de Conta, seja do Estado, seja da União. Nem por isso posso aqui dizer que lá falta transparência ou há roubalheira.

Não venham falar grosso aqui, porque a verdade é que o Brasil está caminhando. Nós temos instituições

funcionando, e não compete a esta Comissão sustar uma obra dessa importância.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado André.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu acho muito engraçado o que se fala contra o TCU. O TCU, na verdade, é uma pedra no sapato do Governo, porque ele está imune e é um órgão autêntico. O TCU paralisou as obras de três aeroportos: de Macapá, Vitória e Goiás. O TCU paralisou obras do DNIT e derrubou um Ministro, comprovadamente. Agora vêm dizer que é ilação.

Outra coisa, Sr. Presidente: neste primeiro ano da nossa legislatura, o Governo se pautou apenas por medidas provisórias. Eu quero juntar a minha voz à dos meus colegas Deputados Giroto, Efraim Filho, Claudio Cajado, Rogério Marinho: o Governo quer que aprovemos, goela abaixo, o trem–bala – 40 bilhões de reais; o Governo dá dinheiro ao Governo do Paraguai – dado; e, neste momento, a matéria–prima mais importante que nós temos, que são os aposentados, que é essa turma que trabalha, que são os recursos humanos, nós não temos 1 tostão para eles.

Eu não entendo como o Governo do PT, o governo dos trabalhadores, neste momento vira as costas para eles.

Então, Sr. Presidente, ou nós vamos exercer o nosso papel, ou então que se feche este Congresso, porque estamos fazendo aqui o papel de palhaços. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Deputado João Magalhães está com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, acho que sou o primeiro a falar dentre os que fazem parte do COI. Eu participei de todas as reuniões do COI. A maioria dessas obras visitei. Participamos de reuniões no TCU, na Valec, no DNIT. Participamos, aqui, de duas ou três audiências públicas, abertas, amplas, em que pudemos tirar quase todas as dúvidas que tivemos.

Sr. Presidente, desde o início nós seguimos a orientação técnica do Dr. Romiro sobre como deveríamos proceder e sobre como tem sido o procedimento nos últimos anos. O critério que foi usado na análise dos 27 empreendimentos enviados pelo TCU foi o mesmo. Foram usados o mesmo peso e a mesma medida. Cinco obras continuaram com IGP, e as outras 22 obras, sobre as quais foram prestadas informações pelo gestor, foram retiradas do Anexo VI, das obras irregulares.

Quanto a esse caso específico, que está em tela aqui, Sr. Presidente, o caso PETROBRAS, eu quero esclarecer, se os nobres colegas deixarem... *(Pausa.)*

Eu quero esclarecer, Sr. Presidente, que existe uma diferença entre superfaturamento e indício de irregularidade. No caso específico da PETROBRAS – e assinei o relatório, que é técnico –, em momento nenhum o TCU fala em superfaturamento. Ele fala em indício de irregularidade grave. Indício.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que até o momento não foi julgado pelo TCU. O TCU fez apenas um indicativo ao Congresso Nacional, de paralisação. Agora, isto é uma decisão política: se nós devemos votar para paralisar esse empreendimento ou devemos votar contra a paralisação.

Eu só queria destacar que está em jogo aqui, Sr. Presidente, o emprego direto de mais de 30 mil trabalhadores; indiretamente, de mais de 250 mil pessoas. Eu acho que é uma decisão que deve ser tomada com muita responsabilidade pelo Congresso e deve levar o conteúdo político, o conteúdo técnico, porque existe indício de irregularidade, mas não existe, por parte do TCU, nenhum indicativo de superfaturamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado João Magalhães.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, não vou aqui discutir o papel do Tribunal de Contas em relação ao Congresso Nacional, nem o papel do Congresso Nacional em relação ao Tribunal de Contas, porque tenho convicção de que esta Casa tem conhecimento disso, até porque já ouvi, ao longo deste ano, queixas e mais queixas com relação à postura dos órgãos de controle do Governo, tanto interno quanto externo, prejudicando muitas vezes o andamento das obras estruturantes do nosso País.

Acho que esta Casa tem experiência suficiente. E esta Comissão já foi palco, diversas vezes, de debates sobre o papel que os Tribunais de Conta e os órgãos de fiscalização deveriam desempenhar em relação ao andamento das obras – obras simples, obras comuns. Muitas vezes, prejudicam muito a população. Nós, muitas vezes...

Sr. Presidente, não dá para falar. Isso aqui está parecendo uma feira livre.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Seus colegas estão ao seu lado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Com todo o respeito aos feirantes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, o que eu quero argumentar é o seguinte: esta Casa nunca foi algoz do povo brasileiro, esta Casa nunca teve uma postura dissonante do conjunto da sociedade brasileira. Acho que a PETROBRAS é uma empresa seriíssima, é uma das maiores empresas de petróleo do mundo. Vi aqui um debate entre o COI, a PETROBRAS e o Tribunal de Contas. Inclusive, num dos debates fiz até um questionamento, porque o agente do Tribunal de Contas aqui presente queria comparar o preço de uma tampa de boca de lobo em ferro fundido comprada pela SABESP, de São Paulo, a maior empresa de saneamento do País, com o de uma tampa de boca de lobo comprada por uma empresa de saneamento de Rondônia...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Um minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Eu disse que não tinha cabimento fazer esse comparativo de preço, porque não dá para comprar em Rondônia pelo mesmo preço que se compra em São Paulo, onde está o fabricante.

Isso demonstra exatamente que o Tribunal de Contas também é feito por homens e mulheres, que têm virtudes e defeitos, que podem agir com correção e que podem errar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Em função disso, concluindo...

Mas não dá para falar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eles estão negociando um acordo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Em função disso, eu acho que ninguém pode parar o Brasil, eu acho que esta Casa não pode ser algoz de 32 mil trabalhadores nordestinos – pernambucanos, paraibanos, cearenses e alagoanos – que estão trabalhando na refinaria de Pernambuco...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – E também acho que os órgãos fiscalizatórios, com os órgãos de segurança, que hoje estão atuando de forma compartilhada, inclusive com o apoio da Polícia Federal, poderão, em momento futuro, fazer a investigação. O que ninguém pode aqui é corroborar no sentido de se parar uma obra estruturante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito obrigado ao Deputado Danilo Forte.

Está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Peço aos Srs. Parlamentares que assumam os seus lugares para iniciarmos a votação.

O relatório está em votação, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

Há acordo? *(Pausa.)* Há acordo.

Em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Ressalvados os destaques.

Qual o acordo?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, a proposta que estamos fazendo...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Quais foram os destaques apresentados?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos dizer agora, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Ele ressalvou os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Foram apresentados 11 destaques, João Magalhães.

Qual o acordo, Gilmar Machado?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, a proposta é que o Governo topa aprovar as Emendas de nºs 1 e 6, rejeitando as demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Confirma o acordo, Rogério Marinho?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu quero deixar claro que nós estamos aceitando...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Além disso, em fevereiro, estarão sendo enviadas para cá informações da PETROBRAS com relação...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Informações atualizadas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, então, deixando claro que esse acordo garante que, no caso da Refinaria de Abreu e Lima, vai haver a caução e a retenção do recurso apontado pela improbidade. No caso da REPAR, em fevereiro, ela se compromete, nesta Comissão, a trazer as informações... E o contrato em cima de 1 bilhão e 400 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exas. já apresentaram os acordos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, para encaminhar pelo Democratas.

O acordo é positivo, para que a sessão não caia. Fica claro que ganhamos com a moralidade.

Vamos aceitar o acordo, para que não haja prejuízo para o País de não ter um Orçamento. Vamos aceitar o acordo, porque, efetivamente, conseguimos fazer com que essa obra, que tem sobrepreço, não cause lesão ao País.

Como conseguimos tirá–la, vamos aceitar o acordo. Fica o compromisso do Governo em relação à REPAR de informar em fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço, na forma regimental, o direito de votação em globo.

Pela Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pelo Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Todos os comentários vão ser feitos. Depois da votação, vou garantir a fala a cada Parlamentar.

Em globo, a votação dos Destaques nºs 1 e 6, com a aprovação do Relator.

Pela Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pelo Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os demais estão rejeitados, não vão ao Senado.

Concedo a palavra ao Deputado João Dado. Quem mais quer considerar o acordo? *(Pausa.)* Vamos lá. Um minuto.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, este acordo possibilita, exatamente, um controle mais próximo por parte do Poder Legislativo, que tem a palavra final na fiscalização dos atos do Executivo.

Com esse acordo, estaremos protegendo a LDO no que diz que poderemos fazer retenções, paralisações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado ao Deputado João Dado.

Concedo a palavra ao Deputado Ademir Camilo, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Claudio Cajado a sensibilidade. Nós três, Deputado João Dado, fomos signatários, em conjunto, dessa emenda. Agradeço aos companheiros que entenderam a visita *in loco*, hoje.

Só para destacar, Sr. Presidente, o contorno ferroviário de Camaçari, por exemplo. A ferrovia iria passar em cima da igreja. Estivemos lá, com o TCU, e resolvemos. Agora, no caso da PETROBRAS, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É uma heresia. V.Exa. vai ser santificado.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, não acabou o tempo de 1 minuto. Calma, não vou ser beato.

Tenho certeza de que isso dá a demonstração de que a retenção não é paralisação.

Dessa forma, cumprimento todos os Deputados e servidores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Parabéns ao santo Ademir.

Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, primeiro parabenizo o Deputado Weliton Prado por ter feito o relatório. Nada contra V.Exa., Deputado. Já disse isso publicamente e reitero. O que nós fizemos aqui, retirando a Abreu e Lima, a RNEST, e fazendo com que a obra da REFAR tenha uma informação a partir de fevereiro, é pontuando que o Tribunal de Contas da União, como órgão de assessoria desta Casa, não pode ser desrespeitado, não pode ser desmoralizado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Portanto, Sr. Presidente, deixe–me concluir; apenas 1 minuto.

O que fizemos foi fortalecer a fiscalização, porque, se não o fizéssemos, teríamos de descredenciar o TCU como órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Parabéns a V.Exa. por ter aquiescido. E o relatório é ...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu lhe darei os parabéns depois de ele votar novamente.

Concedo a palavra aos Deputados Nilton Capixaba e Darcísio Perondi, para encerrarmos a discussão. Foi uma gentileza da Presidência.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – Eu fico feliz pelo relatório e essa retenção foi muito importante, mostrando que queremos acompanhar mais de perto as obras, os preços. Fico também feliz por Rondônia. A obra para o saneamento básico de Porto Velho saiu do relatório. Foi aprovada a continuação da obra de Porto Velho e Rondônia. O saneamento básico é muito importante para a nossa Capital, Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Conclua Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Parabéns, Deputado Weliton. Esta Casa está dando uma demonstração de independência. A PETROBRAS é extraordinária. Devemos nos orgulhar, mas ela parece ser um outro país dentro do Brasil e precisa de limites. E nós, Deputados e Senadores, estamos dando um limite e um recado à superpoderosa PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vou colocar em votação o outro aviso, de 2012, com o mesmo acordo feito.

Há destaques. Vou passar a palavra ao Relator. Leia somente o voto do outro relatório.

Requerimento de inclusão de pauta pela Câmara, aprovado pelo Senado.

Relatório nº 1, com emendas do COI. Ao Relator, Deputado Weliton Prado, foram apresentadas duas emendas, pela rejeição das emendas.

Em discussão, com a apresentação de destaques. Aberto o prazo. O Relator lerá seu voto, que já foi distribuído.

Com a palavra o Deputado Weliton Prado. V.Exa. terá a atenção de seus pares.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Bom dia a todos.

Gostaria de dizer, antes de fazer a leitura do meu voto, que nós realizamos dez reuniões técnicas, dez audiências públicas, com a presença do TCU, dos gestores, dos membros do COI. Foi olho no olho.

Portanto, com todo o respeito à Oposição, que faz o seu papel, houve um clima de total cordialidade entre os membros do TCU e os gestores, que discutiram. Exemplo: os gestores assumiram o compromisso de repactuar 77% das obras, rescindir contratos e não colocar 1 centavo até que todas as irregularidades sejam sanadas.

Houve realmente um clima de muito respeito. Quero parabenizar o TCU, todos os gestores, todos os membros do COI.

"7 VOTO DO COMITÊ

Adotados os critérios dos itens 30 e 31 deste relatório, o Comitê vota pela manutenção, no Anexo VI do PLOA 2012, dos 5 (cinco) subtítulos que atualmente se encontram no Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011) por entender que a continuidade da execução física e financeira desses empreendimentos sem que sejam adotadas as medidas corretivas exigidas poderá resultar em danos à Administração maiores que aqueles decorrentes da paralisação.

Ao revés, a paralisação dos demais empreendimentos, no entendimento deste colegiado, revelar–se–ia mais danosa à Administração que sua continuidade, diante do estágio de execução das obras e serviços e/ou das providências já adotadas pelos gestores, razão pela qual recomendamos a inclusão no Anexo VI do PLOA 2012, de conformidade com o art. 92 da Lei nº 12.465, de 2011 (LDO/2012).

Neste caso, caberá ao TCU manter o monitoramento sobre essas obras e serviços, com o objetivo de verificar o cumprimento, por parte dos gestores, dos compromissos por eles assumidos para sanear ou esclarecer as pendências, assim como adotar as medidas necessárias para apurar – isso é fundamental – responsabilidade daqueles que deram causa às irregularidades apontadas, em cumprimento ao § 3º do art. 95 da Lei nº 12.465, de 2011 (LDO/2012).

Feitos esses registrados, os integrantes do COI votam pela rejeição de todas as emendas apresentadas e pela aprovação do Anexo II deste relatório contendo a proposta de atualização do Anexo VI do PLOA 2012."

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Weliton Prado. Parabéns. Foi o mesmo procedimento do relatório anterior.

Solicito aos Deputados Gilmar Machado e Claudio Cajado verificarem com o Rogério o relatório para ter o mesmo procedimento.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Já está nas mãos da Secretária Myrna.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É o mesmo procedimento. Vamos economizar tempo. Pergunto ao Relator–Geral se já está pronto para ler o relatório daqui a 5 minutos.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – V.Exa. não vai dar início à leitura do relatório antes de conversarmos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não. Eu vou perguntar ao Relator, para divulgação na Comissão e conhecimento dos meus pares, se o relatório–geral do Orçamento da União para 2012 está absolutamente pronto para ser lido.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Está, Sr. Presidente. Só isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pela ordem, para discutir, Deputado Rogério Marinho.

Não. Pela ordem anterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sim, anterior.

Antes da leitura do relatório do Relator–Geral, deve ser lido o relatório da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E será. Deputado Rogério Marinho com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, de maneira muito objetiva, nos meus 3 minutos, eu quero alertar o Relator e os nossos pares para o fato de que o que votamos no relatório anterior foi relativo ao ano de 2011, que é o ano em curso. E agora vamos votar 2012, que seria o próximo ano. Essa irregularidade está mantida para o ano subsequente.

Por isso, Sr. Presidente, nós votaremos, ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O procedimento é o mesmo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O.k. Que isso fique claro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo)) – Eu mesmo já coloquei isso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – O. k., Sr. Presidente.

Dito isso, quero lhe dizer, Relator Welinton, que V.Exa. fez um trabalho muito bom. V.Exa. realmente fez as audiências, estabeleceu o contraditório. Agora, é claro, e V.Exa. há de concordar conosco, que temos de ter um papel de Legislativo, de fiscalizar, de acompanhar, de apontar os defeitos, e essa nossa situação é pedagógica em relação à PETROBRAS

Vou dar uma sugestão. Só um minuto, Paulo. Só um minuto.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Gilmar Machado, Deputado Ademir Camilo, Deputado Wellington Roberto, por favor. *(O Presidente faz soar a campainha.)* Estamos tentando reproduzir o acordo...

Não há como... Terminou... Espere aí.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Que acordo é esse? É acordo de pé quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Wellington, estamos tentando reproduzir...

(Não identificado) – Peço a palavra para discutir, Excelência.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – De forma alguma! O ano de 2011 já foi, já foi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Dois mil e onze já foi; 2012 é a reprodução do acordo de 2011. É assim que entendo. Vamos ter de construir isso.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Sim, mas veja...

(Não identificado) – Eu pediria a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Gilmar Machado com a palavra.

V.Exa. concorda...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Não, eu pediria a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Um minuto, por favor.

V.Exa. concorda que...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – O acordo que fiz nós cumprimos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Foi para 2011 só.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – O acordo que fizemos aqui nós cumprimos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para 2011.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Exato. E agora não tem mais nenhum destaque. Esse foi o acordo feito e todo mundo concordou. Então, eu não aceito, Sr. Presidente... Esse foi o entendimento. Ou nós temos seriedade ou não vamos conseguir continuar avançando.

(Não identificado) – Peço a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – *(O Presidente faz soar a campainha.)* Não vou passar a palavra a ninguém antes da minha manifestação.

O acordo de 2011 foi cumprido. Os destaques foram votados e aceitos. Pergunto a V.Exa., Sr. Líder do Governo: as mesmas restrições do acordo de 2011 valem para 2012?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, cumpri minha parte no acordo e quero o cumprimento para 2012.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. quer deixar apenas em 2011.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Impossível, Presidente! Impossível! Impossível! Isso não é acordo. Isso é o seguinte. Desse jeito, não tem mais acordo nesta Casa! Não tem mais acordo!

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Acabou o acordo aqui. Acabou o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos a voto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Não estou aqui para fazer papel nenhum, nenhum! Nenhum.

Presidente, peço a V.Exa. que suspenda a sessão, suspenda a sessão, para que *(ininteligível)* e apresentarmos o destaque *(Ininteligível)* por 5 minutos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não vou sair desta Mesa um instante. Daqui para as 10 horas da noite, ou vocês derrubam a sessão ou vocês fazem... Eu não saio desta Mesa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estou agindo com extrema seriedade e coloquei *(ininteligível)* para os senhores

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pode ser derrubado, mas o Governo *(ininteligível)* do compromisso que fez e não vai aceitar...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Do compromisso que fez para 2012 também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A discussão está encerrada com apresentação de prazo encerrado, com dois destaques em votação.

Em votação o relatório, ressalvados os destaques.

Pela Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pelo Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos aos destaques.

(Não identificado) – Sr. Presidente, votei contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Desculpe–me, não vi a...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Verificação.

O apoiamento de três... Já tem apoiamento. Vamos à verificação. Já temos as *(ininteligível)* regimentais. Quais são os apoiamentos?

Quem pediu a verificação foi o Deputado Rogério, com apoio do Deputado Cajado, com apoio do Deputado Wellington, com apoio do Deputado Efraim. E todos têm de votar. Quem apoiou tem de votar. O Giroto também.

Vamos para a votação.

Peço ao Senador Acir Gurgacz para me secretariar. Ele está aí?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas na hora de colocar em votação, vamos organizá–la. Gostaria apenas que V.Exa., antes de começar a votação, organizasse e dissesse claramente o que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vou dizer.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – E o PT vota contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, é a favor do destaque.

Os destaques foram rejeitados, os destaques foram rejeitados, porque tem voto a favor do destaque.

Com a palavra... *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, vamos à votação.

O PSDB encaminha contra o relatório do Deputado Weliton.

(Não identificado) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Quem vota a favor do relatório do Deputado Weliton Prado, vota "sim"; quem vota contra o relatório do Deputado Weliton Prado, vota "não".

Sr. Senador Acir Gurgacz, proceda ao início da votação nominal.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Muito bem, iniciando a votação, como vota Arlindo Chinaglia?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota Geraldo Simões?

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota Gilmar Machado?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota Rui Costa? *(Pausa.)*

Como vota André Vargas?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – PMDB.

Como vota André Zacharow? *(Pausa.)*

Como vota Genecias Noronha? *(Pausa.)*

Como vota João Magalhães? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota José Priante?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota Marçal Filho?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, questão de ordem. Cadê o Deputado Arlindo Chinaglia?

(Não identificado) – Na votação, não pode.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Estamos em votação.

Como vota Marçal Filho? *(Ausente.)*

Passamos ao PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Antes, solicito ao Secretário Acir não computar o voto do Deputado Chinaglia.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pois eu solicito que passe as gravações para ver quem votou pelo nome do Deputado Chinaglia. Foi fraude, fraude, fraude, aqui na Comissão!

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Quem votou?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Fraude! Aqui foi fraude. Eu requisito de V.Exa. as gravações.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Esta votação está sob suspeição, sob suspeição!

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Em votação.

Passando para o PSDB.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, exijo um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – E eu requisito as gravações. Estou requisitando as gravações, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos continuar as votações. Vamos lá.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Seguindo a votação.

PSDB.

Como vota Raimundo Gomes de Matos?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Desse jeito, não podemos prosseguir. Não podemos prosseguir

desse jeito com a sessão dessa forma. Isso está se tornando um acinte! Recuso–me, Presidente, a continuar.

(Não identificado) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não me atrapalhem, por favor.

Vamos lá, Acir.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – PSDB.

Como vota Raimundo Gomes de Matos? *(Pausa.)*

Como vota Rogério Marinho?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota Rodrigo de Castro? *(Pausa.)*

Rodrigo de Castro não está.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está ausente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – PP.

Como vota Dilceu Sperafico?

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota Márcio Reinaldo Moreira?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota Roberto Britto? *(Pausa.)*

Passamos para o Democratas.

Como vota Claudio Cajado?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Pela moralidade, os Democratas votam "não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota Efraim Filho?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Os Democratas votam "não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota Vitor Penido? *(Pausa.)*

Passamos ao PR.

Como vota Giroto?

O SR. DEPUTADO GIROTO – "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota Wellington Roberto?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – "Não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Passamos ao PSB.

Como vota Gonzaga Patriota? *(Pausa.)*

Como vota Glauber Braga? *(Pausa.)*

Passamos ao PDT.

Como vota Ademir Camilo, PSD?

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Ademir Camilo vota "sim" ao relatório e, posteriormente, "não" aos destaques.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota João Dado?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – "Sim" ao relatório.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Passamos ao Bloco PV/PPS.

Como vota Fábio Ramalho? *(Pausa.)*

Como vota Rubens Bueno? *(Pausa.)*

Como vota Nilton Capixaba, PTB?

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA – "Sim", Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – PSC.

Como vota Edmar Arruda? *(Pausa.)*

PCdoB.

Como vota Luciana Santos?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – PRB.

Como vota George Hilton? *(Pausa.)*

Mais algum titular que queira votar e não tenha votado? *(Pausa.)*

Vamos aos suplentes.

Suplentes do PT.

Weliton Prado, do PT, como vota?

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Como vota José Airton, do PT?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON – Vota "sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Fechou o PT.

PMDB. Precisamos de três.

Como vota Benjamin Maranhão? *(Pausa.)* Ausente.

Como vota Danilo Forte?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Como vota Geraldo Resende?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Como vota Pedro Chaves?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – PSDB.

Como vota Alfredo Kaefer?

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Voto com a bancada do PSDB: "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Como vota Domingos Sávio? *(Pausa.)*

Como vota Rodrigo de Castro? Desculpe, como vota Vaz de Lima?

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Com o PSDB, Excelência: "não".

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – PP.

Como vota Carlos Magno? *(Pausa.)* Ausente.

Como vota Arthur Lira? *(Pausa.)*

Como vota Roberto Teixeira? *(Pausa.)*

Democratas.

Como vota Alexandre Leite? *(Pausa.)*

Como vota Heuler Cruvinel? *(Pausa.)*

Como vota Pauderney Avelino? *(Pausa.)*

PSB.

Como vota Audifax? *(Pausa.)*

Como vota Edson Silva?

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Bloco PV.

Como vota Antônio Roberto? *(Pausa.)* Ausente.

PSC.

Como vota Hugo Leal? *(Pausa.)*

Bloco PV/PPS.

Como vota Moreira Mendes? *(Pausa.)* Ausente.

PSC.

Como vota Hugo Leal? *(Pausa.)*

PRB.

Como vota Márcio Marinho? *(Pausa.)* Ausente.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Esclarecimento, Sr. Presidente. Na questão da votação do Arlindo Chinaglia, no momento em que o Senador disse o nome do Arlindo Chinaglia eu estava orientando a bancada do PMDB e isso confundiu as vozes. Eu estava encaminhando o PMDB "sim" e confundiu com a votação do Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Foi V.Exa. o autor do voto, Deputado João? Hein, João? Foi ele o autor do voto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ele já fez o esclarecimento necessário.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Eu não fui autor do voto, não. Pode verificar as notas taquigráficas. Houve *(inaudível)* vozes.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Isso é muito feio, João Magalhães!

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Posso proclamar o resultado, Presidente?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – E você é muito bonito.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – É feio demais. Assuma a responsabilidade, João!

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Votos "sim": 17. Votos "não": 9. Nenhuma abstenção. Total: 26 votantes, Sr. Presidente. É o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Foi aprovado o relatório do Sr. Deputado Weliton Prado.

Vamos aos destaques.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

São 2 destaques. Peço autorização na forma regimental para votação em globo dos destaques.

Pela Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pelo Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Votação em globo dos destaques.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – Não, espera aí, quero discutir. Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Os destaques foram rejeitados, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, negativo. Não aceitamos votação em globo. Não houve votação. Não. De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então vamos votar os 2 destaques. Os 2 destaques foram rejeitados. Vamos discutir e votar os destaques.

Os destaques têm voto pela rejeição.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não, os destaques não têm voto pela rejeição porque não foram votados ainda. Vamos discutir, primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tem voto do Relator pela rejeição.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sim, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pelo amor de Deus, vocês estão me deixando doido aqui. *(Risos.)*

Tem 2 destaques com pedido de votação. Os destaques. Vamos votar os 2 destaques. Cadê os destaques?

Destaque nº1. Pela rejeição. Recomposição...

Os senhores atentem para não confundirem alhos com bugalhos.

Destaque pela recomposição do PDL. Ficar da forma que veio pelo projeto de lei, pela manutenção dos contratos. Tem um número aqui que é: 0800005356092, 08000053577092, 08000057000102, 0800005148092 e 0800005153092, no Anexo VI do PLOA/2002.

O Deputado Rogério Marinho, o autor, foi pela rejeição...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. não vai discutir. V.Exa. vai apresentar, porque é o autor. Vou garantir a V.Exa. os seus três minutos, para a apresentação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o Destaque nº 001, que fazemos ao relatório do eminente Deputado Weliton, trata justamente do que foi acordado no projeto anterior, que quer a manutenção dos contratos da Abreu e Lima, que foram objetos de aprovação do projeto anterior, como obras sujeitas à retenção e à caução. Então, são justamente cinco contratos e tratam principalmente de corroborar e de ratificar o acordo que fizemos com o Governo no contrato anterior, até porque é importante ressaltar, e aí eu peço a compreensão dos nossos pares, que nós estamos hoje no dia 21 de dezembro. Fizemos um acerto, um acordo, para nove dias de 2011, e o Governo acha que no próximo ano, 2012, não deve ser mantido o acordo.

Então o que nós estamos propondo no nosso destaque é apenas e tão–somente a manutenção do acordo do texto anterior, ou seja, a manutenção da retenção e da possibilidade de caução dessas obras de Abreu e Lima, que estão claramente superfaturadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Cláudio Cajado com a palavra para discutir, três minutos. *(Pausa.)*

Desculpa. Não pode. Só o autor e o Relator. Desculpe, Cajado. O senhor pode encaminhar depois.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – É isso, eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mas quando o Relator se posicionar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vocês têm que me ajudar. **O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Tudo bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Relator, para se posicionar e esclarecer o destaque proposto pelo Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Rogério Marinho e dizer que são acordos diferentes do que foi pactuado aqui anteriormente, totalmente diferente, porque o acordo anterior só pedia informação; este agora pede a paralisação.

Inclusive temos aqui uma informação vasta em relação a esse assunto. Em 2010, o TCU apontou um sobrepreço de 1,3 bilhão em quatro contratos da RNEST. Está aqui o número do processo: 3.362, em plenário. Em 2011, apontou mais 123 milhões. E o que a PETROBRAS fez? A PETROBRAS informou ao COI, em audiência pública, ao TCU, uma extensa e detalhada argumentação na qual explica as diferenças metodológicas na elaboração das estimativas de custos que resultaram no suposto sobrepreço identificado nos contratos.

O que aconteceu? O TCU, imediatamente, suspendeu, através do Acórdão 1.784/2011, em Plenário, no dia 06/07, e determinou o sobrestamento dos processos classificados como IGP até que se confirme ou não o processo de sobrepreço apresentado pelo TCU pelo Acórdão 3.362 em Plenário.

O que aconteceu? Em junho, depois das informações da PETROBRAS, o Tribunal suspendeu esse acórdão e publicou outro.

Então está em *sub judice*, e quando está em *sub judice*, seria uma irresponsabilidade nossa paralisar uma obra tão importante, serão mais de 32 mil postos de trabalho e um prejuízo de mais de 300 milhões por mês para o País.

Por esses motivos, voto pela rejeição do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para encaminhamento, Deputado Cajado, pelo Democratas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Presidente, eu lamento muito o encaminhamento que está sendo dado a essa questão. Lamento mesmo, fico triste aqui e quero declarar publicamente o acordo feito com o Deputado Gilmar Machado, que não foi correto ao fazer para 2011 e não manter o mesmo acordo para 2012.

Nós estamos falando sobre 2011 há 8 dias, e isso não é correto, Deputado Gilmar. Fico triste com isso.

E digo mais: nós não queremos a paralisação de obras, nós não queremos que se aumente ou se proceda a qualquer problema contra a PETROBRAS. Não queremos isso. Mas, se não ouvirmos a orientação do Tribunal de Contas da União, melhor será o descartarmos como órgão auxiliar do Congresso, pois é a instância técnica responsável por pontuar o que devemos ou não fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. tem 1 minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Ao mesmo tempo, quero deixar claro que o que nós pedimos foi que se fizesse a retenção dos recursos ou o seguro garantia, porque, se o Tribunal, na tese do Deputado Weliton Prado, julgar procedentes o sobrepreço e a denúncia, como é que se irá devolver o dinheiro, Deputado Weliton? Como é que se irá devolver o dinheiro, Deputado Gilmar Machado?

Esta é a nossa preocupação: em o Tribunal afirmando, como ficará o dinheiro gasto? Isso não está claro, e é isso o que queríamos.

Portanto, nós encaminhamos a votação a favor do destaque e contra essa parte do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pelo PDT, tem a palavra o Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, quero apenas trazer um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Contra ou a favor, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Eu quero encaminhar favoravelmente por entender que aquilo em torno do que foi feito o acordo não se modifica com a votação do de 2012. Diz o relatório do COI que a obra não deve ser paralisada, e nós decidimos não paralisá–la. Portanto, ela fica com a mesma decisão tomada para 2011. Esse é um esclarecimento importante. Uma coisa não prejudica a outra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pelo PMDB, tem a palavra o Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, o PMDB vota contra o destaque, e quero apenas destacar, do relatório, o trecho em que a PETROBRAS diz: *"Ressalte–se ainda que não foi apontada pelo Tribunal de Contas da União nenhuma ilegalidade. Todos os questionamentos realizados pela equipe técnica baseiam–se em divergências metodológicas entre a PETROBRAS e o Tribunal."* Ou seja, apenas divergências metodológicas, não existe nenhuma ilegalidade comprovada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pelo PSB, tem a palavra o Deputado Edson Silva.

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA – Sr. Presidente, nós, do Partido Socialista Brasileiro, somos contrários ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – PT, contra ou a favor? Os esclarecimentos já foram feitos.

O SR. DEPUTADO ANDRE VARGAS – Sr. Presidente, isso tem custos para a PETROBRAS. Dizem que não haverá custos, mas haverá. Por isso, votamos contrariamente ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em votação o destaque com o voto contrário do Relator.

Os Srs. Deputados que apoiam o Relator e rejeitam o destaque, levantem a mão. *(Pausa.)*

Aprovada a posição do Relator, o destaque foi rejeitado.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado, vamos antes apreciar o último destaque, para encerrarmos parte de nossas vidas aqui. Depois lhe concederei a palavra.

Próximo destaque. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ – Sr. Presidente, enquanto aguardamos, proclamo o resultado, para efeito de registro taquigráfico: 25 votaram, sendo 17 a favor e 8 contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Destaque nº 0002, do brilhante Parlamentar João Dado, à Emenda nº 1, de autoria do próprio Deputado.

Deputado João Dado, V.Exa. tem 3 minutos para defender seu destaque.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer que esse destaque, como mencionei anteriormente, apenas remete para o Anexo VI, portanto como paralisação, três obras.

Uma delas é o entroncamento da BR–040 com a BR–267, que já foi aprovado no aviso, com a diferença de, em vez de não inseri–la no Anexo VI e, portanto, ficar sem a prova documental de que só pode concluir a galeria e parar, inseri–la no Anexo VI – assim estou entendendo –, com a observação de que se conclui a galeria. É apenas uma questão de forma.

Outra é a Ferrovia Norte–Sul. Em função de a retenção cautelar não ter sido possível – houve decisões judiciais contrárias, e entendi que deveria dar um parecer diferente do Legislativo para buscar um acordo com relação a essa obra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ouviremos o Relator e depois os encaminhamentos.

Com a palavra o Relator para comentar o destaque.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado João Dado, que foi um dos Parlamentares mais atuantes, fez muitos estudos e esteve sempre presente a todas as reuniões – apresentou relatórios até de madrugada.

Sobre a construção do trecho rodoviário do entroncamento da BR–040 com a BR–267 e a BR–440, em Minas Gerais, o gestor já informou a esta Comissão que somente irá finalizar os serviços necessários para afastar o risco de perdas dos serviços já executados – isso pode ser visto à página 58 do relatório – e, depois, irá rescindir o contrato, o que tornará inócua qualquer eventual inclusão do referido contrato no Anexo VI, uma vez os instrumentos rescindidos ou anulados não são hábeis para suportar a realização de empenhos ou pagamentos, exceto, naturalmente, dos serviços já executados.

Portanto, já há o compromisso do gestor de rescindir o contrato. Cumpriu o mecanismo de controle e fiscalização desta Comissão. Nesse sentido, opino pela rejeição.

Quanto à construção do trecho rodoviário da BR–429 em Costa Marques, Roraima, prevista no Anexo VI da LOA de 2011, a proposta de não inclusão no Anexo VI da LOA de 2012 conflita com o art. 91 da LDO de 2012, tendo em vista que a matéria ainda não foi apreciada pelo Plenário do TCU em decisão monocrática de seus Ministros. Ou seja, os indícios de irregularidades graves apontados pelo serviço de fiscalização ainda possuem natureza precária, pois não foram referendados pela Corte de Contas, e foi, inclusive, novo instrumento da LDO.

Nesse sentido, votamos pela rejeição.

Quanto à Ferrovia Norte–Sul, a determinação de retenção cautelar determinada pelo TCU foi contestada pelos contratados na esfera judicial, onde obtiveram liminares impedindo a constituição de garantias. O trecho já tem praticamente mais de 97%, razão pela qual nós votamos pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A posição do Relator é pela rejeição da emenda.

Vamos ao encaminhamento – apenas sim ou não – dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Deputado João Magalhães, pelo PMDB.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, antes apenas um esclarecimento. A emenda do Deputado João Dado – e ele concorda comigo – tem um erro. Sobre seu Item 1, relativo à obra de construção do trecho rodoviário do entroncamento da BR–267 com a BR–440, em Minas Gerais, já há a determinação de paralisação, assim que terminar a galeria.

Parece–me que uma galeria custa de 20 a 30 milhões. Se a obra for colocada no anexo de obras irregulares, não poderá ser destinado dinheiro para sua conclusão no ano que vem.

Portanto, o PMDB vota contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Rogério Marinho, V.Exa. vota contra ou a favor do destaque?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer aqui uma especial saudação ao nossos Senadores, que são muito bem vindos à Comissão. Obrigado pela presença.

Sr. Presidente, companheiros, é evidente que somos favoráveis ao destaque, porque nós não podemos fazer aqui papel de besta. Nós fizemos um acordo por 9 dias de 2011? Claro que não. Fizemos um acordo pelo ano subsequente. Logo, a emenda em apreciação segura o acordo que fizemos e o compromisso que assumimos no ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa., então, é a favor do destaque.

Com a palavra o Deputado Edson Silva, pelo PSB.

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA – Sr. Presidente, somos pela manutenção do relatório, contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pelo PR, Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA – Sr. Presidente, também nós somos contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – PT?

(Não identificado) – O PT é contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Democratas?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, o Democratas são a favor do destaque.

Encareço que os Deputados votem favoravelmente, para que possamos defender o TCU...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito bem.

(Não identificado) – O PT é contra o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O PT é contra o destaque.

Em votação o destaque.

Os Srs. Deputados que apoiam a posição do Relator e são, portanto, contrários ao destaque levantem a mão. *(Pausa.)*

Apoiado o Relator e rejeitado o destaque.

Encerrada a votação, dou parabéns ao Relator, por todos aqui reverenciado. V.Exa. tem 2 minutos para agradecer aos muitos cumprimentos.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO– Sr. Presidente, agradeço a todos os Deputados e Deputadas, a todos os Senadores, e os parabenizo.

Eu não poderia deixar de agradecer à nossa Assessoria, à Denise, ao Mário, da Comissão, e, de forma muito especial, ao Romiro.

Apesar de ser político, o relatório foi totalmente técnico. Teve a participação fundamental do TCU; reconheceu o trabalho do TCU, reconheceu o trabalho dos gestores. Para se ter uma ideia, esse trabalho de fiscalização no ano de 2011 trouxe para a população uma economia de em torno de 2,6 bilhões de reais, através do controle exercido pelo COI e pelo TCU, com a participação dos gestores.

Quero agradecer a todos e dizer que os gestores assumiram o compromisso de regularizar 77% das obras, seja repactuando valores, seja cancelando licitação ou não colocando um centavo até todo o texto estar concluído.

Muito obrigado. Parabéns a todos os Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito obrigado, Deputado Weliton Prado. O seu trabalho foi maravilhoso.

Como prometi, vou dar a palavra ao Paulinho da Força para um posicionamento rápido.

Chama o Deputado Danilo Forte Danilo para votarmos o CAE.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Sr. Presidente, como Líder do PDT neste momento, quero agradecer a V.Exa. a palavra, porque não sou desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É verdade.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – E quero, até para economizar processualmente, falar um pouquinho do que pode acontecer.

Nós estamos há alguns dias tentando negociar com o Governo questões salariais de vários setores, alguns dos quais inclusive estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço silêncio para o posicionamento do Líder do PDT.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA Nós estamos emperrados. As negociações com os trabalhadores da Justiça estão emperradas, inclusive com os magistrados, os procuradores, os trabalhadores do TCU, os trabalhadores do Ministério Público, os funcionários da Câmara e, principalmente, os aposentados. Estou falando isso para termos certeza do que vai acontecer hoje.

Nós achamos que todos os caminhos foram esgotados, Sr. Presidente. Estivemos anteontem com o Ministro Gilberto Carvalho, ontem à noite com a Ministra Ideli Salvatti, várias vezes com o Líder do Governo, Gilmar Machado, e as negociações não evoluem.

A disposição do PDT é, sem o Governo negociar até hoje à tarde, não votar o Orçamento hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para concluir, Deputado e Líder.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Para concluir, direi o seguinte: todo o pessoal que está em volta da Presidenta Dilma perdeu a sua credibilidade. Não quero menosprezar nenhum Ministro, mas acho que os Ministros não têm coragem de falar com a Presidenta, até porque, ultimamente, se Ministro falar, está demitido. Então, eu acho que esses Ministros perderam a condição de falar com a Presidenta.

Eu sei que a Presidenta está em São Paulo, num ato importante com os catadores de papel do Brasil inteiro, mas acho que ela deveria vir para Brasília. Eu já conversei com vários companheiros e eles não concordam com o que vou falar, mas o mínimo que a Presidenta poderia fazer era chamar um representante de cada um desses movimentos que estão aqui hoje, inclusive em greve, como os funcionários da Justiça, e fazer uma negociação séria diretamente com ela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.k, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Sr. Presidente, eu vou tomar um minuto de V.Exa. Eu sei do seu esforço aqui, mas vou parar aquela sessão lá. Na hora em que começar, o senhor vai trabalhar aqui, mas eu vou derrubar a sessão lá na frente. *(Palmas.)*

A Presidenta, para economizar, deveria vir para Brasília e, mesmo sem o Governo ter hoje credibilidade perante os funcionários públicos, inclusive os aposentados, por não cumprir compromissos, e discutir claramente como vai ser a negociação salarial de cada um dos setores.

Eu estou falando isso porque já recorri à Constituição hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Paulinho, permita–me pedir a V.Exa. para concluir. Eu estou...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Como Líder, tenho pelo menos 3 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – E V.Exa. já esgotou seus 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Então me dê 1 minuto para terminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vou lhe dar 1 minuto para terminar.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – É o seguinte: eu já consultei a Constituição: o Congresso tem que encerrar hoje. Uma outra sessão pode ser convocada sessão pela Presidenta da República ou pelo Presidente da Câmara ou pelo Presidente do Senado. Nós estamos deixando correr esta reunião porque ela, para nós, não vale nada. Desculpem–me os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Paulinho, perdoe–me.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA – Vocês vão votar aqui e, na hora em que abrir aquela sessão – esta é a disposição do PDT –, nós vamos derrubá–la, porque não há negociação. *(Manifestação no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Paulinho. Peço a V.Exa...

Requerimento para inclusão de pauta. *(Manifestação no plenário.)*

Eu já dei o segundo aviso. No próximo, evacuo.

Requerimento de inclusão de pauta. *(Manifestação no plenário.)*

Ou vocês me deixam trabalhar ou não ficam aqui!

Requerimento de inclusão de pauta do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, aprovado pela Câmara e pelo Senado. Vamos ao relatório.

"Conforme o disposto na Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, submeto à apreciação do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE – quanto ao exame de admissibilidade de emendas da Relatoria–Geral apresentadas ao Projeto de Lei nº 28/2011.

Relator: Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Coordenador do CAE: Deputado Danilo Forte.

Voto do Deputado Danilo Forte.

"Proponho que sejam consideradas admitidas todas as emendas apresentadas pela Relatoria–Geral ao PLOA 2012, assim como as emendas encaminhadas pelo Relator Setorial da Área Temática de Infraestrutura nº 50310001, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, e a de nº 71070014, de autoria da bancada estadual do Ceará".

O coordenador do CAE está com a palavra para a leitura breve do seu relatório.

Está aberto o prazo para destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, vamos ao relatório:

"Exame de Admissibilidade das Emendas da Relatoria–Geral Apresentadas ao PLOA 2012.

Exame de Admissibilidade das emendas da Relatoria–Geral apresentadas ao PLN 28/2011 – Projeto de Lei Orçamentária para 2012.

I– Relatório

1. – Conforme art. 25 da Resolução nº 1/2006–CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da Comissão Mista de Orçamento.

2. O exame de admissibilidade de emendas corresponde ao exame preliminar, anterior ao de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1/2006 – CN. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição em tramitação na CMO que contrariar norma constitucional, legal ou regimental será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade (arts. 15, XI, e 25 da Resolução nº 1/2006–CN).

3. O Comitê, no uso de suas atribuições, levou em conta as diretrizes e normas aprovadas pela CMO em 16/11/2011, que integram e preenchem as lacunas de modo a permitir uma interpretação sistemática do conjunto de normas de admissibilidade (Constituição Federal, Plano Plurianual, LDO, Resolução nº 1/2006 –CN).

4. Como já determinado em relatórios anteriores, a admissibilidade das emendas de relator devem ocorrer concomitantemente à disponibilização dos respectivos relatórios.

5. Examinamos as emendas apresentadas pela Relatoria–Geral ao PLN 28/2011 – Projeto de Lei Orçamentária para 2012 e concluímos pela observância das normas constitucionais legais e regimentais, inclusive aquelas fixadas pelo Parecer Preliminar no tocante aos itens 17.1.2 até o 17.1.11 que relaciona as hipóteses de apresentação de emendas pelo Relator–Geral.

6. Esclarecemos que as emendas coletivas 50310001, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, e 71070014, de autoria da Bancada Estadual do Ceará, foram admitidas em razão de as mesmas terem sido encaminhadas para exame deste Comitê pelo Relatório Setorial nº 1 – Infraestrutura. Tal decisão decorreu da Emenda 50310001 ter sido aprovada pelo Plenário da CMO na reunião de 15/12/2011, Pauta nº 31/2011–CMO, e das correções efetivadas pelo autor da emenda 71070014 via SISEL, Solicitação nº 317 e Identificador nº 2328043. Assim, ambas as emendas encontram–se admitidas pelo CAE.

7. Dessa forma, considerando–se o exame procedido nas emendas apresentadas pelo Relator–Geral, todas foram consideradas admitidas.

II – Voto

8. Os trabalhos deste Comitê foram pautados pela observância das normas constitucionais, legais e regimentais que tratam o tema.

9. Propomos sejam consideradas admitidas todas as emendas apresentadas pelo Relator–Geral ao PLOA 2012, assim como as emendas encaminhadas pelo Relator Setorial da Área Temática nº 50310001 – Infraestrutura, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, e de nº 71070014, de autoria da Bancada Estadual do Ceará.

Brasília, 20 de dezembro de 2011.

Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Assinam:

Coordenador: Deputado Danilo Forte.

Membros:

Câmara dos Deputados: Deputados Valmir Assunção, Wellington Roberto, Ademir Camilo, Fábio Ramalho, Alex Canziani e Hugo Leal.

Senado Federal: Senadores Walter Pinheiro, Cyro Miranda e João Vicente Claudino".

Quero aproveitar para agradecer a todos que comigo compatibilizaram o Comitê de Admissibilidade de Emendas, em que tive de todos os camaradas um trabalho de colaboração muito grande. E a todos os servidores da Casa que ajudaram muito para o trabalho do Comitê de Admissibilidade de Emendas o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrado o prazo de discussão e o prazo de apresentação de destaques.

Não foram apresentadas emendas. O relatório está votado. Ressalvada a apresentação de destaques – que não houve –, aprovado pela Câmara dos Deputados e aprovado pelo Senado Federal.

Parabéns, Deputado Danilo Forte. O senhor honra este Comitê.

O Deputado Arlindo Chinaglia tem a palavra para a leitura do seu relatório, finalmente.

Eduardo Braga. Que bom te ver, Dudu!

Quero dizer que o novo membro desta Comissão, Senador Benedito de Lira, ingressa, neste momento, para nos ajudar, no lugar do Senador Francisco Dornelles. Só quando a Presidência do Senado autorizar, mas certamente ela vai. À tarde, o Sarney já deve...

Benedito, obrigado pela presença.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, pela ordem. Só para saber de V.Exa. se já se encontra à disposição dos Parlamentares o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está sendo posto à disposição o relatório do Deputado Arlindo Chinaglia para todos os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Solicitaria a V.Exa. que apenas iniciasse quando dispuséssemos do relatório para acompanharmos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vou fazer isso, meu nobre e querido Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Agradeço.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, apenas uma informação da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Nós temos um mandado de segurança...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Procura Arlindo por aí. Desculpe.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, nós temos um mandado de segurança, que foi impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União e do Distrito Federal – SINDJUS. Nesta decisão, através de despacho, o Ministro Fux diz que é para integrar oficialmente o projeto de lei que estima receitas e fixa despesas da União para o exercício financeiro de 2012.

A minha pergunta é se esse despacho do Supremo Tribunal Federal foi observado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Foi, sim, meu queridíssimo Deputado. Foi observado. Chegou à Presidência e ela de pronto o encaminhou à Relatoria Geral, que deve apreciá–lo na leitura do seu relatório.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Então eu faço, de preliminar, esse questionamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O relatório vai ser lido e discutido e então V.Exa. terá todas as condições de fazê–lo.

Requerimento para inclusão de pauta do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2011. Autor: Deputado Arlindo Chinaglia.

O autor está com a palavra para apresentação.

Inclusão de pauta. Está aqui, é óbvio, não precisa pedir a inclusão de pauta. Pela Câmara e pelo Senado, aprovado.

Deputado Arlindo Chinaglia, chegou a sua hora. Tem a palavra. Leia esse relatório e me deixe descansar um pouco.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, demais pares...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. assumiu o compromisso de nos colocar à disposição o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Assumi um compromisso com V.Exa. Me perdoe, assumi um compromisso com V.Exa.

Cadê o relatório para ser distribuído?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – O pessoal da logística deve distribuir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos esperar agora. Eu assumi o compromisso de entregar a V.Exa. o relatório e vou entregar.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Acredito. Em nenhum momento duvidei, porque V.Exa. sempre cumpriu a palavra do início ao fim desta Comissão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Se quiser, tenho algumas cópias, mas para o conjunto não teria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, só se o Deputado Efraim Filho...

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Excelência, é que nós queremos acompanhar passo a passo a leitura que o nobre Deputado Arlindo Chinaglia fará,

com tranquilidade, bem compassadamente, porque nós queremos acompanhar tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos lá, chegou o relatório. Vamos entregar o relatório ao Deputado Efraim Filho e ao Deputado Vaz de Lima, quer acompanhar o relatório. Mais algum Deputado? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia. V.Exa. tem a palavra para a leitura do seu relatório.

Que a assessoria encaminhe rapidamente os relatórios aos senhores interessados; e, com certeza, são todos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, demais pares, demais presentes nesta Comissão, eu preparei, naturalmente, um parecer completo, um reduzido e um reduzidíssimo. Até ontem, havia um apelo generalizado para que eu escolhesse o de três páginas, mas vou cumprir o meu dever, cumprindo o Regimento.

Relatório Geral sobre o Projeto de Lei nº 28, de 2011 – CN, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para exercício financeiro de 2012"*.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Excelência, por favor, qual é o relatório que V.Exa. está?... Qual é o tomo que V.Exa.?...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não me cabe...

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Presidência, por favor, qual é o tomo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É o Tomo I.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu me refiro ao relatório. Vamos lá.

"Relatório

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 1, de 2006 – CN, submetemos ao Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO o Relatório Geral sobre o Projeto de Lei nº 28, de 2011 – CN, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para exercício financeiro de 2012"*, enviado à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 86/2011 – CN (nº 344/2011 na origem).

Por indicação das Lideranças partidárias e designação do Sr. Presidente desta Comissão, coube–nos a honrosa tarefa de relatar o citado projeto. Quero expressar meu agradecimento ao nobre Presidente, Senador Vital do Rêgo, aos Relatores Setoriais, aos representantes e Líderes na Comissão e ao conjunto de Parlamentares que compartilharam com nosso esforço de conciliação e elaboração desse substitutivo.

O presente relatório foi elaborado em consonância com critérios, condições e parâmetros fixados pela CMO quando da aprovação do parecer preliminar em 10 de novembro de 2011. Destaca–se, também, nossa preocupação com o fiel cumprimento das normas constitucionais, legais e regimentais que regem a tramitação do projeto de lei orçamentária, cuidando–se ainda da compatibilização com o projeto de lei do Plano Plurianual para o período de 2012/2015, além da observância da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2012 e da Resolução n° 1, de 2006 – CN".

Aproveito para registrar, fora do texto, meus cumprimentos ao Relator da LDO, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, e ao Relator do PPA, Senador Walter Pinheiro.

Continuando a leitura:

"Apresentação geral.

Historicamente, a competência originária e mais relevante dos Parlamentos é a aprovação do orçamento e a fiscalização de sua execução. O grande desafio é o de produzir uma lei orçamentária capaz de compatibilizar os limites financeiros com as legítimas aspirações da sociedade brasileira.

Temos a convicção de tê–lo enfrentado à altura, assegurando o cumprimento a contento do papel que cabe ao Poder Legislativo nessa etapa do processo orçamentário, com a preparação do substitutivo da lei de meios.

Esforçamo–nos para acomodar múltiplos interesses e demandas, conciliando divergências e promovendo o entendimento. Como representantes eleitos, devemos aprimorar nossa capacidade de interpretar e traduzir a vontade popular em propostas legislativas. Escolhemos o diálogo sincero como método e a conciliação dos interesses como parte dos nossos objetivos.

Procuramos, dentro dos limites do parecer preliminar, aprovado por esta CMO, atender a maior parcela possível das legítimas demandas direcionadas às políticas sociais e aos investimentos públicos que beneficiam toda a extensão do território brasileiro, contemplando milhares de Municípios e todos os Estados da Federação.

A grande novidade foi a chamada Emenda de Iniciativa Popular, proposição inédita no âmbito do processo orçamentário da União, que permitiu às populações de Municípios com até 50 mil habitantes decidirem em audiência pública onde alocar recursos, o que resultou na democratização do processo de apreciação da lei orçamentária, com ampla mobilização social".

Fora do que está no parecer, quero dar os últimos resultados dessa mobilização a que me referi na leitura.

De 4.956 Municípios brasileiros com até 50 mil habitantes, quase 4 mil, ou seja, 3.946 conseguiram ter o seu processo validado. Dá uma média de 79,62%,

destacando–se, em primeiro lugar, o Estado de Mato Grosso do Sul, que fez as suas audiências públicas em 95,89% dos Municípios brasileiros. O menor índice foi de 48,15%. Portanto, deu uma média de quase 80%, o que mostra que a maioria dos Estados fez uma grande mobilização, o que era um dos nossos objetivos.

Voltando ao texto:

"Apesar das dúvidas e pequenas resistências iniciais, a Emenda de Iniciativa Popular teve grande repercussão nacional. Essa modalidade de emenda beneficiou todos os pequenos Municípios brasileiros com valores de 300 a 600 mil reais, de acordo com a faixa populacional. Os recursos foram todos destinados para ações na área de saúde e saneamento, incluindo a estruturação da atenção básica de saúde e do serviço de urgências e emergências, a implantação de melhorias sanitárias domiciliares, abastecimento de água, esgoto sanitário e resíduos sólidos.

Temos plena consciência do verdadeiro clamor público que hoje se manifesta em favor de ações mais efetivas de proteção à saúde da população. Tal reivindicação busca, literalmente, a defesa e a preservação da vida.

Com a Emenda de Iniciativa Popular, objetivamos proteger e amparar a saúde das 65 milhões de pessoas que vivem nesses Municípios, selecionadas a partir dos critérios definidos no Parecer Preliminar".

Além da emenda da emenda de iniciativa popular, trabalhamos com a convicção de que "o investimento público deve ser a alavanca fundamental para a garantia do crescimento econômico, da manutenção dos empregos, servindo como blindagem do País no cenário de crise econômica. A ampliação da gama de investimentos da União é necessária para gerar oportunidades e permitir maior presença e eficácia do Estado em suas ações.

Com essa visão, estabelecemos critérios de atendimento das emendas que privilegiaram o incremento dos investimentos e gastos sociais por parte do Governo Federal. Consideramos que a atuação do Estado é fundamental para garantir a trajetória de crescimento sustentado e ajudar o País a superar o referido quadro de adversidades advindas da crise econômica que aflige as principais economias mundiais.

A necessidade de aumento de investimentos ocorre em um cenário de grave crise econômica na União Europeia, cujos reflexos têm impactos globais. Felizmente, o Brasil já demonstrou, na crise financeira internacional iniciada em 2008 nos Estados Unidos, que políticas econômicas de redução de investimentos públicos e de aumento de juros da dívida pública não se revelaram instrumentos eficazes para a superação de crises.

A tendência de queda da taxa de crescimento econômico e o enfrentamento dos efeitos da referida crise exigiram–nos grande rigor na definição dos gastos correntes obrigatórios...

Diante do atual cenário, é prudente que o País mantenha o nível de confiabilidade adquirido nos últimos anos, a fim de que sejam mantidos os requisitos essenciais para a redução sustentável da taxa de juros da dívida pública, sem que isso possa acarretar ameaças inflacionárias.

Esperamos que o trabalho desta Relatoria tenha contribuído para que o País mantenha a trajetória de desenvolvimento, assegurando a inclusão social e o crescimento econômico para a melhoria das condições de vida do conjunto da população brasileira.

Por fim, registramos o esforço continuado e coletivo de todos os membros desta Comissão, notadamente das Lideranças partidárias, no sentido de se obter um nível de entendimento que represente o melhor para o Brasil.

A aprovação do Orçamento antes do início do novo exercício financeiro demonstrará que o Congresso Nacional cumpriu plenamente com seus deveres na medida em que evidencia preocupação e responsabilidade deste Poder em um ambiente de enormes expectativas acerca da presença e da ação do Estado".

Antes de continuar a leitura, faço, não apenas por dever, mas por sincero reconhecimento, menção aos servidores que nos auxiliaram, a começar pela Secretária da Comissão, Myrna, que, com a sua equipe, fez com que, por exemplo, em relação às emendas de iniciativa popular, esta Relatoria, esta Comissão, na elaboração deste Orçamento de 2012, tivesse o maior número de emendas da história. Dez vezes mais do que a média dos outros anos, exatamente por causa das emendas de iniciativa popular.

A seguir, a figura de Ricardo Alberto Volpe, que exerceu a coordenação da Consultoria tanto da Câmara quanto do Senado; de Wagner Primo Figueiredo Júnior, Diretor da Consultoria de Orçamento; de Eugênio Greggianin, ex–Diretor da Consultoria de Orçamento – mais do que ex–Diretor. Quero provar a dedicação de todos eles. O Eugênio trabalhou mais de uma semana, já estando de férias, além das noites que viramos aqui. Por isso, estou fazendo esse registro.

E, como representação do Senado nessa Consultoria, o Fernando Veiga Barros e Silva e o Orlando de Sá Cavalcante Neto.

Faço essas homenagens para com os que foram citados porque exerceram o papel de coordenar a equipe, mas, naturalmente, os nossos cumprimentos são para toda a equipe, que nos auxiliou, nos ensinou, nos poupou, enfim, foi fundamental para o nosso trabalho.

"I – Visão Geral do Substitutivo ao PLOA 2012 e Quadros Comparativos

O valor total do Orçamento da União para 2012, nos termos do substitutivo apresentado, é de 2 trilhões, 257 bilhões, dos quais 655 bilhões referem–se ao refinanciamento (rolagem) da dívida pública. Em razão de ordenamento contido no art. 52 da LRF, essa rubrica deve constar de forma destacada das demais despesas financeiras.

Desconsiderando–se esse valor, o Orçamento da União, formado pelos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Estatais, soma 1 trilhão, 602 bilhões. Desse total, 107 bilhões correspondem ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais e 1 trilhão, 495 bilhões aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

A tabela seguinte expressa a síntese dos valores apresentados e a composição básica do Orçamento da União para 2012, comparados os totais com a proposta do Executivo:

Orçamento da União para 2012.

Grandes Números.

Descrição:

1.Orçamento da União

PLOA 2012: receitas, 2 trilhões e 225 bilhões; despesas, *idem*. Substitutivo: receitas, 2 trilhões e 257 bilhões; despesas, *idem*.

2.Refinanciamento da Dívida Pública.

PLOA 2012: receitas, 653 bilhões; despesas, *idem*.

Substitutivo: receitas, 655 bilhões; despesas, *idem*.

3 Orçamento Efetivo da União (1–2, em valores)

PLOA 2012: receitas, 1 trilhão, 572 bilhões; despesas, *idem*.

Substitutivo: receitas, 1 trilhão, 602 bilhões; despesas, *idem*.

3.1 Orçamento de Investimento

PLOA 2012: receitas, 107 bilhões; despesas, *idem*.

Substitutivo: receitas e despesas, igualmente 107 bilhões.

3.2. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

PLOA 2012: receitas, 1 trilhão, 465 bilhões; despesas, *idem*.

Substitutivo: receitas, 1 trilhão, 495 bilhões; despesas, *idem*.

3.2.1. Orçamento Fiscal

PLOA 2012: receitas, 942 bilhões; despesas, 876 bilhões.

Substitutivo: receitas, 959 bilhões; despesas, 897 bilhões.

Orçamento da Seguridade Social

PLOA 2012: receitas, 523 bilhões; despesas, 589 bilhões.

Substitutivo: receitas, 536 bilhões; despesas, 598 bilhões.

Fontes: PLOA 2012 e Substitutivo.

A tabela seguinte demonstra a evolução do Orçamento da União em termos de grupo natureza de despesa, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Comparativo por GND – Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Discriminação/GND

Pessoal e encargos sociais (GND 1):

PLOA 2010: 184,15 bilhões.

PLOA 2011: 199,59 bilhões.

LOA 2011: 199,77 bilhões.

PLOA 2012: 203,24 bilhões.

Substitutivo: 203 bilhões, o mesmo valor. Portanto, não há diferença, por não haver acréscimo.

Outras despesas correntes (GND 3):

LOA 2010: 593,93 bilhões.

PLOA 2011: 670,12 bilhões.

LOA 2011: 678,22 bilhões.

PLOA 2012 (a): 763,68 bilhões.

Substitutivo 2012 (b): 776,86 bilhões.

C = B menos A: 13,18 bilhões. Portanto, 1,73% de diferença.

Investimentos (GND 4):

LOA 2010: 58,11 bilhões.

PLOA 2011: 51,44 bilhões.

LOA 2011: 63,99 bilhões.

PLOA 2012: 57,93 bilhões.

Substitutivo 2012 (b): 79,7 bilhões.

A diferença de B menos A: 21,77 bilhões – 37,58%."

Se ninguém estiver acompanhando a tabela, eu posso pular a tabela? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Há pessoas acompanhando a tabela, mas V.Exa. pode pular a tabela.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu gostei, mas agradeço muito essa inteligente observação. Muito obrigado a todos.

Então, eu vou pular esta tabela porque, como todos estão lendo, fica muito cansativo.

"As despesas com investimentos tiveram incremento de cerca de R$21,8 bilhões, um aumento de 37,6% em relação à proposta, resultado da aprovação das demandas aprovadas durante a tramitação do projeto de lei."

Como dissemos no início, aqui está em números que nós privilegiamos o investimento.

"As despesas com pessoal e encargos sociais mantiveram–se no mesmo patamar da proposta, ou seja, R$203,24 bilhões."

Aqui também quero fazer um comentário, em homenagem aos presentes e também aos ausentes da sala. Nós fizemos, hoje pela manhã, uma reunião que, do ponto de vista da relação da Relatoria com o Executivo, foi a última. E, portanto, este item, como disse sempre aos representantes dos vários setores, aos Poderes, é o resultado de uma longa negociação, da qual também participei, mas que os representantes com maior legitimidade conduziram.

"As outras despesas correntes sofreram uma elevação de R$13,2 bilhões, equivalente a cerca de 1,7% do valor constante da proposta.

A Lei Orçamentária tem papel fundamental na implementação da política fiscal responsável preconizada na LRF. No intuito de verificar o cumprimento das metas fiscais, as despesas orçamentárias são classificadas em financeiras e primárias. Consideram–se financeiras as despesas cuja realização não produza impacto sobre o endividamento líquido do setor público, ao passo que, primárias, as que o façam.

II – Cenário Macroeconômico

O nosso Substitutivo amplia os gastos sociais e os investimentos públicos do Governo Federal e de suas estatais, mantendo constante o esforço fiscal.

No horizonte, temos uma persistente crise financeira global. Os rumos da economia mundial permanecem indefinidos por conta de impasses políticos e diplomáticos. Na Europa, a crise mostrou mais claramente seus contornos em 2011. Naquele continente, a preocupação maior agora é com a solvência dos países da União Monetária, pois mesmo aqueles com as contas públicas relativamente em ordem estão caindo em descrédito e enfrentando taxas de juros muito altas para arrolar suas dívidas. Neste final de ano estamos testemunhando a piora gradual de todos os macroindicadores globais, com a previsão de crescimento das economias avançadas em queda, a cada revisão. O desemprego nas economias avançadas continua elevado e não dá sinais de recuo. Os prejuízos sociais que a recessão acarreta são incalculáveis.

Espera–se que economias emergentes, nas quais se inclui o Brasil, apesar da queda previsível da demanda global por *commodities*, continuem crescendo com estabilidade, sustentem taxas de crescimento econômico acima da média mundial e colaborem para a recuperação da atividade econômica. A China cresce menos a cada ano em razão de políticas monetária e fiscal restritivas e queda na demanda externa, sendo o nosso comércio bilateral um possível canal de transmissão da crise para o Brasil.

O Brasil tem–se destacado pela capacidade demonstrada de reagir a recessões. Temos as condições para prosseguir com o ciclo de crescimento, movido pelos investimentos públicos e privados, que, além de sustentar a atividade produtiva, têm a função de atender às necessidades de consumo das famílias, ampliadas pelo surgimento da nova classe média.

A percepção em 31 de agosto, pelo Executivo, da gravidade da crise financeira internacional e de seus efeitos na economia brasileira foi traduzida nos números da proposta orçamentária. Ocorre que as hipóteses de comportamento das variáveis que embasaram o projeto, em particular para 2011, se alteraram rapidamente, como mostra a comparação abaixo."

Vou citar alguns parâmetros. Primeiro, sobre a variação do real, em percentuais. Vou falar primeiro de 2011, naturalmente. A lei previu uma variação de 5,5% de crescimento; na programação, veio para 5%; no projeto de lei para 2012, já veio para 4,5%; atualizado em novembro, pelo próprio Poder Executivo, 3,8%; e nós estamos considerando para o PL de 2012 a variação de 5 pontos percentuais. Isso no que diz respeito ao PL de 2012, agora. No parecer da Receita, em outubro, caiu para 4,5% e foi atualizado, em novembro, para 5%. Agora, na elaboração da nossa proposta, consideramos o parecer de 4,5%.

Vou falar do INPC porque diz respeito a salário mínimo, previdência, aposentadoria até 1 salário mínimo e às demais, em função do salário mínimo. O INPC acumulado, na lei de 2011, era de 4,5%; na programação, foi para 5,21%; no projeto de lei de 2012, 5,7%; atualizado em novembro para 6,3%.

Quero ressaltar que, quando elaboramos o parecer preliminar, nós estimamos em 6,2% e que, na atualização final, está em 6,3%. No PL para 2012 nós consideramos 4,5%, e na atualização, em novembro, foi para 5,19%.

A tabela completa está à disposição das senhoras e dos senhores. Fiz referência ao PIB e ao INPC acumulado.

"O Poder Executivo deu atenção ao desenrolar dos eventos externos e empenhou–se em garantir a continuidade do crescimento, tendo adotado medidas importantes de políticas econômica e tributária. No começo de agosto lançou o Plano Brasil Maior, que, dentre outras razões, se justificava pelo fato de a economia brasileira precisar competir com o volume crescente de produtos manufaturados que seriam redirecionados para o Brasil, com o enfraquecimento da demanda global. Além disso, anunciou o aumento da meta de superávit primário do setor público para 2011 em R$10 bilhões, iniciativa que veio a contribuir para a redução da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária na reunião encerrada em 31 de agosto.

Este ano, as autoridades econômicas têm enfatizado a importância da coordenação entre as po-

líticas fiscal e monetária, tendo em mira combater a inflação. A Mensagem que encaminhou o PLOA 2012, referindo–se ao passado, valorizou o fato de que houve acomodação do crescimento da demanda interna e a atribuiu à adoção de medidas fiscais, monetárias e macroprudenciais, estas últimas a cargo do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, para disciplinar o mercado de crédito, que hoje estão sendo revertidas.

Os indicadores de conjuntura no Brasil estão mostrando as dificuldades por que passa a economia brasileira. Mesmo alguns itens relevantes da nova grade de parâmetros, encaminhada em 21 de novembro ao Congresso como informação complementar ao PL nº 28, de 2011, ficaram defasados.

O Banco Central previa 3,5% de crescimento do PIB em 2011, em seu Relatório de Inflação de setembro. A desaceleração da economia foi rápida, segundo o IBGE divulgou em 6 de dezembro. Em relação ao mesmo trimestre de 2010, houve crescimento de 4,2% no primeiro trimestre de 2011, de 3,3% no segundo e de 2,1% no terceiro. Na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2011, o PIB estagnou. Em 14 de dezembro o Banco Central divulgou o seu índice de atividade econômica para outubro (...), que registrou queda de 0,32% em relação a setembro, sendo a terceira variação negativa consecutiva observada no ano.

Apesar desse quadro, nos últimos quatro trimestres encerrados em setembro a atividade econômica medida pelo IBGE cresceu 3,7%, mostrando que o País prossegue em um ciclo de expansão. O consumo das famílias teve crescimento de 5,4%, refletindo mais crédito, mais empregos e mais renda. A formação bruta de capital fixo, ou seja, o investimento, cresceu 7% na mesma base de comparação.

A atualização da inflação medida pelo IPCA e pelo INPC e a evolução da massa salarial trouxe prognósticos mais recentes para esses parâmetros. A revisão do PIB pelo IBGE apurou crescimento real de 7,53% em 2010, sendo a estimativa atualizada do INPC em 2011 de 6,3%. Em função disso, o salário mínimo para 2012 deverá ser fixado em valor superior a R$623,00. Os demais benefícios do INSS de valor superior ao mínimo serão corrigidos pelo INPC. Esse fato implicou aporte de cerca de R$2,2 bilhões para fazer frente a essas despesas.

Vale salientar também as mudanças em relação à previsão da taxa de juros e sua importância no enfrentamento da crise. O primeiro conjunto de indicadores projetava Selic de 12,5% no fim de 2011 e de 2012. Na atualização, o Executivo previu juros básicos de 11,5% no fim deste ano e durante todo o exercício de 2012. A taxa já foi reduzida, em três cortes sucessivos, para 11%, e mais ajustes, moderados, estão no horizonte. Em 2008, a Selic ficou inalterada no último trimestre, quando a atividade econômica entrou em declínio, mas a queda da taxa parou em 8,75% ao ano. Neste momento, o pressuposto é de que o País está frente a nova oportunidade de redução dos juros, sem colocar em risco o controle inflacionário.

A previsão do Executivo de crescimento do PIB em 2012 se mantém em 5%. A expansão mais rápida decorreria do dinamismo da demanda doméstica e da ausência de choques que afetassem substancialmente a economia brasileira. A CMO adotou 4,5% como hipótese, à luz de indefinições no ambiente global. Diante dos sinais de arrefecimento da atividade interna, novas medidas vêm sendo implementadas pelo Executivo com vistas a 2012, para facilitar o crédito a indivíduos e empresas, desonerar bens de consumo duráveis, compensando a queda no ritmo da produção, e estimular a entrada de capitais para investimento no País.

III – Metas Fiscais

Nos últimos anos, o setor público apurou resultados primários expressivos, que permitiram a redução da dívida pública e o uso da política fiscal para atenuar os impactos de variações cíclicas na atividade econômica.

A dívida líquida do setor público chegou a 43,5% do PIB em outubro de 2009, como efeito da crise. Em outubro de 2011 foi de 38,2% do PIB. A queda em 10 meses, em relação a dezembro de 2010, foi de quase 1 ponto de percentagem do PIB. O saldo credor externo aumentou em 2,4 pontos percentuais do PIB, o que se deveu principalmente ao crescimento das reservas internacionais.

Os dados do Banco Central mostram que os juros ficaram em menos 5,5% do PIB de 2008 a 2010, e estavam em 5,9% do PIB em outubro de 2011. A dívida bruta permanece em torno de 56% do PIB em 2011, depois de ter chegado a 64% do PIB em outubro de 2009, no auge da primeira crise.

A tabela a seguir mostra como evoluíram as metas primárias entre 2009 e 2011 e as projeções para 2012."

Aí há uma tabela. Vou ler aquela que diz respeito ao Governo Central. Em 2009: 1,31% do PIB; em 2010: 2,9% do PIB.

LDO, em milhões: em 2011, 81 bilhões e 760 milhões; 2,15% do PIB.

Orçamento: em 2011, 83 bilhões, 383 milhões e 600 mil reais, correspondendo a 2,12% do PIB.

Reprogramado na terceira avaliação: em 2011, 81 bilhões e 760 milhões, correspondentes a 1,9% do PIB.

Quinta avaliação: 91 bilhões e 760 milhões; 2,25% do PIB.

Ano de 2012 – Projeto de Lei Orçamentária. Proposta: 96 bilhões e 973 milhões. Percentual do PIB: 2,14%.

Parecer da Receita, em outubro: 96 bilhões e 973 milhões. É o mesmo valor. Percentual do PIB: 2,15%.

A explicação técnica é esta: o nosso PIB é de 4,5%.

"Em 2009, na crise internacional, a queda da taxa de crescimento econômico foi relativamente branda porque, reduzida a meta fiscal, os recursos excedentes foram usados para aumentar investimentos e preservar as despesas sociais. A essa estratégia combinaram–se o aumento do crédito via bancos oficiais e outras medidas anticíclicas, o que permitiu a retomada da demanda interna no mesmo ano e crescimento notável em 2010.

Em 2010, a meta de resultado primário do setor público consolidado foi fixada em 3,1% do PIB, mas foram obtidos 2,7% do PIB, calculados em relação ao PIB reestimado pelo IBGE em 6 de dezembro" daquele ano. "A diferença decorreu principalmente do resultado de Estados, Municípios e das estatais federais. Apesar disso, a meta do setor público foi cumprida porque a LDO permitiu o abatimento das despesas do PAC.

Em 2011, a meta de superávit primário foi pela primeira vez fixada na LDO em valores nominais. Até outubro, o resultado primário do setor público já havia somado R$118,6 bilhões, o que representa quase 93% da meta para o ano, de R$127,89 bilhões após o aumento em R$10 bilhões – anunciado em 29 de agosto, mas ainda não incorporado à LDO. Esse resultado foi fortemente influenciado pelo desempenho do Governo Federal, principalmente da arrecadação. Sua meta atualizada é de R$91,76 bilhões, e até outubro já havia realizado R$85,9 bilhões.

Em 2012, a proposta contemplou resultado primário do setor público consolidado de 2,52% do PIB, incluída no cálculo a hipótese de uso pelo Governo Federal do abatimento das despesas executadas com o PAC no montante de R$25,6 bilhões. A União faria esforço fiscal de 1,58% do PIB. As novas hipóteses de comportamento das variáveis macroeconômicas pouco mudaram essa proporção.

No entanto, o Governo declara que a meta cheia, ou seja, sem a redução das despesas com o PAC, de 3,1% do PIB, será alcançada. Além disso, o prognóstico é de redução do déficit nominal do setor público, que no acumulado de 12 meses em outubro estava em 2,54% do PIB, para 1,65% do PIB. A dívida líquida do setor público alcançaria 36,5% do PIB no fim de 2012. Os juros nominais representarão 4,43% do PIB em 2012, comparados com 5,87% do PIB em 12 meses, fechados em outubro de 2011."

A tabela a seguir detalha os dados da tabela anterior. Então, com a autorização do Plenário, leremos depois, reservadamente, mas não agora, de público. Todos estamos lendo reservadamente.

"IV – Processo Legislativo Orçamentário

O processo de elaboração do Orçamento para 2012 observou as normas e os princípios da Resolução nº 01/2006, do Congresso Nacional. A cada ano acumulam–se experiências no que tange à tramitação do projeto de lei orçamentária sob a égide da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Queremos evidenciar, em primeiro lugar, a importância do Parecer Preliminar como instrumento de definição da estrutura e composição do orçamento, a partir da aprovação do Relatório da Receita e da formação da chamada reserva de recursos.

Nesse sentido, o Parecer Preliminar teve o papel de fixar e quantificar os montantes destinados à solução das grandes questões nacionais que exigiram aportes substanciais de recursos, especificando as situações e possibilidades de apresentação de emendas de Relator.

Os demais recursos são aqueles destinados para o conjunto das emendas coletivas, tendo sido distribuídos rigorosamente de acordo com os percentuais previstos na Resolução nº 1 (55% para as relatorias setoriais, 25% para as bancadas estaduais e 20 % para a relatoria–geral).

Coube, portanto, aos Relatores Setoriais a maior parcela de recursos para o atendimento das emendas coletivas. Ainda de acordo com o Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais tiveram a atribuição de analisar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo quanto aos Investimentos (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), podendo promover cancelamentos. Essa avaliação, que é de mérito, exige dos Relatores Setoriais o conhecimento das programações e o impacto de sua decisão com relação aos cortes.

Alertamos a vários interlocutores que, uma vez apreciados e votados pela CMO, a eficácia dos cancelamentos promovidos nos investimentos e inversões financeiras pelos Relatores Setoriais é praticamente definitiva. Isso acontece porque os recursos cancelados são direcionados para o atendimento das emendas de bancada e de comissão. E, de acordo com a Resolução, o Relator–Geral não pode reduzir mais do que 10% do atendimento das emendas efetuado pelos Relatores Setoriais.

Devemos refletir, frente à experiência presente, que as discussões setoriais devem ser acompanhadas, *pari passu*, dadas as consequências por vezes irreparáveis nas programações de cada Ministério, de um lado pela CMO e de outro pelo Poder Executivo.

Quanto à atuação dos Comitês criados pela Resolução nº 1, observamos:

a) Comitê de Admissibilidade de Emendas: a experiência revelou que suas atribuições estão claramente delimitadas na Resolução nº 1, destacando–se, no exame da admissibilidade, o papel de promover junto aos respectivos autores os ajustes das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, tendo como base análises de cunho exclusivamente técnico–jurídico;

b) Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves: mostrou–se oportuno e necessário, diante da tarefa da CMO de analisar caso a caso as recomendações do Tribunal de Contas da União, ouvir os órgãos executores, promover encontros e audiências públicas conciliatórias e deliberar sobre a listagem de obras que devem ter sua execução orçamentária suspensa;

c) Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária: apesar dos bons propósitos – com a tarefa de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira, decretos de contingenciamento e a consistência fiscal –, esse Comitê necessita ser reavaliado no sentido de ampliar sua atuação;

d) Comitê de Avaliação da Receita: vale ressaltar a importância de uma relatoria segregada para a função de análise da receita orçamentária. Deve–se registrar que a existência do Comitê e a apreciação do seu relatório na CMO permitiu uma ampla discussão e participação dos membros da CMO na definição dessa variável fiscal.

V – Compatibilidade do Projeto e das Emendas com as Normas Constitucionais e Legais

O presente Relatório foi elaborado em consonância com as normas constitucionais, legais e regimentais que regem a matéria. De acordo com a Constituição Federal (inciso I do § 3º do art. 166) e a LRF (art. 5º), o Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Neste ano, em particular, quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual, lembramos que tramita paralelamente ao PLOA 2012 o Projeto de Lei nº 29/2011, que estabelece o PPA para o período de 2012 a 2015, denominado pelo Poder Executivo como Plano Mais Brasil. Foi essencial, para o perfeito andamento dos trabalhos e assegurar a compatibilidade entre as duas leis, atuarmos de forma conjunta com o ilustre Senador Walter Pinheiro, tendo em vista a harmonia e a convivência entre os instrumentos de planejamento e orçamento.

A concepção e a estrutura do projeto de PPA para 2012–2015 diferem em sua essência do PPA vigente. Enquanto o PPA 2008–2011 contém programas e ações orçamentárias, ambos espelhados e reproduzidos anualmente na LOA, os novos programas propostos no novo modelo de PPA deixam de reproduzir a estrutura institucional e orçamentária, expressando as políticas públicas de forma mais abrangente, com uma linguagem direcionada aos resultados para a sociedade.

Nova nomenclatura foi formulada visando ao convívio e integração entre plano e orçamento: a "iniciativa". Somente os programas e as iniciativas que representam empreendimentos de grande porte é que são individualizados no Anexo III do Plano, com os respectivos valores. As ações orçamentárias não são mais detalhadas no PPA, apenas no orçamento. O Volume II da LOA tem a missão de demonstrar a correlação entre as iniciativas do PPA e as ações da Lei Orçamentária. Vale salientar que determinada iniciativa pode relacionar–se a uma única ação orçamentária, no caso de grande porte, ou até mesmo a inúmeras ações orçamentárias.

Vale destacar que, no processo de análise das emendas, por vezes, há necessidade de criação de novas ações orçamentárias para contemplar as demandas parlamentares. Nesse momento, cuidamos para que fosse estabelecida a correlação entre a ação a ser criada na LOA e as iniciativas constantes do PPA. Nesse sentido, foram criadas 106 ações orçamentárias, tendo sido enquadradas em 34 iniciativas já constantes do projeto de PPA. Assim, não houve a necessidade de criação de novas iniciativas no Plano.

Quanto à compatibilidade do PLOA 2012 com a LDO 2012 (Lei nº 12.465/2011), o art. 5º da LRF exige a demonstração de que a programação orçamentária seja compatível com o anexo de metas fiscais, o que foi formalmente atendido nas Informações Complementares e na Mensagem Presidencial.

Merece atenção, no exame da compatibilidade do PLOA 2012 e do Substitutivo com a LDO, a observância das disposições quanto à transferência de recursos para entidades privadas, disciplinada pelos arts. 30 a 35 da LDO 2012. Um dos pontos relevantes é o que trata das contribuições correntes, transferências correntes a entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades nas áreas não abrangidas pelas subvenções sociais (específicas para as áreas de assistência social, saúde e educação). Essa análise foi realizada pelos Relatores Setoriais, processando–se os ajustes, quando necessários.

Observadas as normas legais e regimentais que regem a matéria, foram efetuados outros ajustes nas emendas com a finalidade de adequá–las à boa técnica orçamentária e de sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à

aprovação ou à ulterior execução. Tais ajustes foram implementados por meio de pareceres às emendas e visaram adequar programação, subtítulo, GND, modalidade de aplicação e/ou meta.

A fim de evitar redundâncias, suprimimos referências indevidas ou desnecessárias em alguns subtítulos, sem que tais ajustes alterassem ou comprometessem a intenção original do autor. Promovemos também unificações de programações com a mesma finalidade que se encontravam grafadas com códigos de subtítulos diversos.

É importante registrar que, dado o exíguo tempo de que dispomos, nem sempre foi possível efetuar novos contatos com os gabinetes para informar acerca dos referidos ajustes. Sendo assim, recomendamos que os autores verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas propostas, a fim de que possam tempestivamente provocar a revisão dos mesmos por meio de destaque, caso não atendam à intenção parlamentar.

A seguir apresentamos as análises específicas relativas ao atendimento dos limites constitucionais quanto às despesas nas áreas de saúde, educação e irrigação, bem como o atendimento da regra de ouro de que trata o art. 167, inciso III, da Constituição Federal, e o atendimento ao limite de despesas de pessoal, nos termos da LRF.

1. Saúde – Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000.

O PLOA 2012 reserva ao Ministério da Saúde R$85,8 bilhões, o que representa cerca de 14,6% do Orçamento da Seguridade Social da União. No Substitutivo, esse valor subiu para R$92,1 bilhões, uma ampliação de cerca de R$6,3 bilhões.

Neste ano, em particular, destacamos que o Parecer Preliminar vinculou à área de saúde cerca de R$2,2 bilhões para o atendimento das emendas de iniciativa popular. Além disso, o Ministério recebeu pelo menos R$2 milhões dos recursos destinados ao atendimento das emendas de iniciativa de cada Parlamentar.

Para fins de cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2009" ... *(Pausa.)*

Como V.Exas. perceberam e eu também percebi, há um erro aqui.

"Para fins de cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, verificamos que a apuração do valor mínimo a ser aplicado em saúde está condicionada a duas variáveis: a) base de cálculo (representada pelo valor mínimo do ano anterior ou valor empenhado, caso este supere o valor mínimo estabelecido); e b) fator de correção (variação nominal do PIB do ano anterior). Ou seja, a estimativa do valor mínimo a ser aplicado em 2012 deve ter como base de cálculo o piso previsto para 2011 – podendo essa base mudar, caso a execução anual venha a superar o citado piso – e como fator de correção a variação nominal do PIB de 2011 em relação ao de 2010.

Efetuados esses cálculos, constata–se que o montante mínimo projetado para as ações e serviços de saúde em 2012 é da ordem de R$79,9 bilhões, o que colocava a proposta encaminhada pelo Poder Executivo (R$79,6 bilhões) ligeiramente abaixo do mínimo constitucional estabelecido. A defasagem, mantidos os pressupostos econômicos, era de cerca de R$348,7 milhões, conforme quadro abaixo:"

Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2010 a 2012

Gastos com ações e serviços de Saúde: execução em 2010, R$61.965,2 milhões; autorizado em 2011, R$71.494,8 milhões; PLOA 2012, R$79.598,5 milhões.

Variação nominal do PIB, do ano anterior: execução em 2010, 5,06%; autorizado em 2011, 15,38%; PLOA 2012, 11,82%.

Valor mínimo de aplicação: execução em 2010, R$61.215,8 milhões; autorizado em 2011, R$71.494,8 milhões; PLOA 2012, R$79.947,2 milhões.

"Todavia, com as alterações processadas no âmbito do Legislativo, novos recursos foram direcionados a ações e serviços públicos de saúde, cumprindo assim o limite mínimo estabelecido. Vale lembrar que esses valores são alterados a cada nova estimativa do PIB.

Vale destacar a recém–aprovada regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 pelo Senado Federal, ainda aguardando sanção da Presidente da República, que manteve as regras básicas de apuração do montante mínimo dos gastos federais até então adotadas. Segundo o texto, a União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, acrescido, no mínimo, do percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto ocorrida no ano anterior ao da Lei Orçamentária Anual.

Todavia, a redação aprovada introduz um componente qualitativo na análise do gasto de saúde. De fato, a norma expressamente dispõe sobre as despesas que devem ser consideradas para fins de apuração do valor mínimo (arts. 2º e 3º do substitutivo enviado à sanção presidencial), bem como as que não podem ser computadas para tal finalidade (art. 4º do PLP). Na prática, a norma busca afastar a subjetividade na identificação do que deve ser considerado para fins de comprimento da Emenda Constitucional de 2000 e impedir que esses recursos sofram "desvios de finalidade" na aplicação.

Segundo a redação do PLP aprovado, despesas com saneamento básico – ressalvados os voltados a

domicílios, pequenas comunidades, distritos sanitários especiais indígenas e populações remanescentes de quilombos –, resíduos sólidos (lixo), merenda escolar deixam de ser consideradas para fins de cumprimento do piso constitucional. Além disso, despesas não destinadas a ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito, bem como gastos relacionados a políticas públicas que atuem sobre determinantes sociais e econômicas, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população, também estarão afastados do cômputo do referido piso.

"Em consonância com o disposto no art. 77, §3º, do ADCT, o PLP prevê, no §2º do art. 29, que os recursos da União destinados ao cumprimento do mínimo constitucional com "ações de serviços públicos de saúde" sejam repassados aos fundos estaduais e municipais de saúde. Portanto, eventuais repasses efetuados diretamente a entidades privadas e a consórcios públicos também deixam de ser computados no piso constitucional.

Diante da perspectiva de inserção do referido projeto de lei no ordenamento jurídico, mostra–se conveniente a prévia indicação na LOA 2012 das despesas que passarão a compor o piso constitucional de saúde, excluídas desde já aquelas do Ministério da Saúde grafadas com GND–2 e 6 (serviço da dívida); na subfunção 272 (Previdência do Regime Estatutário); no Programa 2067 (Resíduos Sólidos); nas ações 10GD, 10 GE, 10GG, 10SK, 10SL e 10SV (abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduo sólido) e nas modalidades de aplicação 50 (transferência à entidade privada), 70 (transferência a instituições multigovernamentais nacionais) e 71 (Consórcio Público).

Como sugestão, tal marcação poderia ser implementada por meio do identificador de uso, que também se destina a identificar "outras aplicações (...)". No entanto, essas alterações deverão ser processadas pelo Poder Executivo e constar da LDO". Viu, Deputado Perondi.

Educação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Relator, peço atenção aos senhores.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu vejo que V.Exas. que pediram a leitura minuciosa, detalhada, estão, de forma recíproca, acompanhando. Então, não é aquela solicitação meramente procrastinatória ou de oposição ao relatório. Pelo contrário.

Então, como V.Exas. estão acompanhando, eu consulto – existem as 3 páginas posteriores que de uma forma ou de outra já foram colocadas pelo Relator, como a página 14, que fala sobre educação (queria que os senhores consultassem aí), irrigação e a regra de ouro. Somente com o fim de diminuir esse espaço, até porque nós vamos ter um longo período de discussão, haja vista os inúmeros destaques que estão sendo apresentados, peço licença a V.Exas. para nós sairmos da página 14 para a página 19, tendo em vista...

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, nós temos um problema operacional. Temos alguns dos nossos Parlamentares fora da Casa em algumas missões. Estamos preparando alguns documentos. A dispensa da leitura estaria condicionada se nós suspendêssemos, em seguida, até dar tempo de que eles chegassem...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu faço isso. Não há problema.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Tudo bem? Penso que aí nós não teríamos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não há problema. Se os senhores precisarem de um tempo, de um gato entre o final da leitura e o início da discussão, quando todos os Deputados estiverem de volta à Comissão, esse tempo não me furto a dar. É apenas uma questão de entendimento.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Pronto. A voz do Deputado Arlindo Chinaglia é muito boa, é muito...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É uma voz italiana, mas muitas vezes dita fica meio abusada.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Mas, de nossa parte, não haverá nenhuma problema se fizermos esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Uma voz, muitas vezes... Também já tem mais de 1 hora que ele está lendo.

Dezenove, Deputado Arlindo, com a concordância de todos.

(Manifestação na plateia.)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Agradeço ao ...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Número 19.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – O pessoal está querendo substituir V.Exa., Sr. Presidente. Eu acato o Presidente ou a manifestação. Acho que eu vou acatar o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Certo. Acato.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Muito bem.

"2 – Investimentos no Orçamento da União e PAC."

(Manifestação na plateia.)

O **SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) – Por favor, respeitem o Relator.

(Manifestação na plateia.)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA –"Consideramos as despesas com investimentos essenciais para o fortalecimento do crescimento do PIB..."

Eu queria... Presidente... *(Pausa.)*

(Manifestação na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O senhor já falou sobre reajuste?

(Não identificado) – Já, já falou.

(Manifestação na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Por favor... Por favor...

(Manifestação na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu peço à Segurança da Casa que venha à Mesa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, pela ordem. Para colaborar, Sr. Presidente.

Entendendo a preocupação de todos que estão aqui – e durante vários dias eles acompanham os trabalhos –, nós que estamos fazendo a leitura também estamos com o documento em mãos e esclarecemos que a parte que V.Exa. pediu que o Relator adiantasse não diz respeito a nenhum dos itens que aqui estão sendo discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Os itens, perdão, que estão sendo discutidos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ajudou.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – ... estão na pág. 15, e desses, nos tópicos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Há um lamentável equívoco...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Perdão, na pág. 15, não; na pág. 17, exatamente nas alterações de gastos com pessoal, em tópicos essenciais. E desses não abriremos mão... *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Claro, não há nenhum...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Não abriremos mão da leitura integral desses itens.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Então, para contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Filho) – V.Exa. está contribuindo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – ... como fiel da confiança, passaremos adiante, mas da leitura dos gastos com pessoal não abriremos mão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu peço à Segurança da Casa que venha à Mesa.

Deputado Arlindo, continue com a palavra, por favor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Recomeço de onde, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ninguém vai me substituir na Presidência, não. Ninguém! Ninguém!

(Não identificado) – Página 17, Excelência.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pelo 17, Presidente. Presidente... Pág. 17, Presidente.

Tópicos Especiais. É o item 6.

"Alterações de Gastos com Pessoal.

O Anexo V do projeto traz um impacto de R$2,12 bilhões para 2012 (atualizados, representam R$4,14 bilhões), decorrente da criação e/ou provimento de cargos, empregos e funções na esfera federal, incluindo substituição de terceirizados (R$147,1 milhões em 2012 e R$ 458,4 milhões anualizados). A proposta para alterações de estruturas de carreiras e aumento da remuneração dos servidores da União soma R$1,65 bilhão para 2012, correspondendo a R$2,71 bilhões anualizados, e contempla apenas poucas carreiras do Poder Executivo. No total, o PLOA 2012 propõe aumento de R$3,77 bilhões nos gastos em 2012, equivalentes a R$6,86 bilhões anualizados.

Por meio do Ofício nº 551/MP, de 19 de outubro de 2011, o Poder Executivo solicitou a atualização do Anexo V, utilizando–se da autorização do § 2º do art. 78 da LDO 2012. Tais ajustes não implicam aumento de despesas orçamentárias com pessoal e aperfeiçoam o Anexo V.

Posteriormente, por meio do Ofício nº 651/MP, de 08 de dezembro de 2011, a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitou correção em virtude da necessidade de acréscimo nos quantitativos físicos e financeiros, no âmbito do Poder Executivo, relativos a provimento de cargos e funções vagos e respectivas dotações orçamentárias com a concomitante redução em outras dotações orçamentárias para pessoal no âmbito do Ministério do Planejamento.

Não acolhemos tais alterações por representarem aumento de R$364,8 milhões no Anexo V e por não demonstrarem a ocorrência de erro material que justificasse a redução nas dotações orçamentárias indicadas, exigência constitucional, art. 166, § 3º, II, "a", e regimental, art. 41 da Resolução 2006–CN, bem como do Parecer Preliminar, item 20.1, da Parte B–Especial.

Também não foram incluídas no Anexo V do PLOA 2012 as diversas proposições legislativas que criam ou aumentam despesas com pessoal e se encontram em tramitação no Congresso Nacional.

São exemplos de proposições nesse sentido os PLs nºs 7.749/2010 e 2.197/2011, relativos aos subsídios da magistratura, e PLs nºs 7.753/2010 e 2.198/2011, relativos aos subsídios do Ministério Público da União – MPU, assim como os PLs nºs 6.613/2009, 6.697/2009 e 2.199/2011, destinados à reestruturação de carreiras no âmbito do Poder Judiciário e do MPU. O impacto orçamentário–financeiro estimado da reestruturação dessas carreiras corresponde, segundo os próprios projetos de lei, a R$7,7 bilhões em 2012.

O Poder Executivo, nos termos da Mensagem nº 355/2011, de 2 de setembro de 2011, encaminhou os pleitos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, os quais, todavia, não apontaram os recursos necessários para fazer frente às novas despesas.

Na mesma situação encontram–se o PL nº 2.167/2011 (impacto declarado de R$207 milhões) e o PL nº 1.863/2011 (impacto declarado de R$303 milhões), que reestruturam respectivamente as carreiras de servidores da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União; o PL nº 2.200/2011, que cria cargos e funções de confiança no quadro de pessoal da Escola Superior do MPU; o PL nº 2.201/2011, que institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do MPU; o PL nº 2.202/2011, que dispõe sobre a criação de cargos de membros e cargos em comissão, no âmbito do Ministério Público Federal, e o PL nº 5.279/2009, que estabelece normas para as eleições de Parlamentares do MERCOSUL.

O atendimento dos pleitos por parte do Congresso Nacional exige a identificação de recursos ou o cancelamento de despesas de outras áreas, observado o devido processo orçamentário regulado pela Resolução nº 1, de 2006-CN (vide Parecer Preliminar). Vale salientar que a alocação dos recursos limitados é disputada por diversas demandas, a exemplo daquelas relativas a investimentos públicos e gastos sociais (salário mínimo, benefícios previdenciários, Plano Brasil sem Miséria, etc.).

Ao longo do processo de tramitação do PLOA 2012, ficaram públicas a intensa análise e a apreciação dos conteúdos dos vários projetos em tramitação. Todos os esforços foram envidados no sentido de buscar entendimento entre os Poderes, para encontrar alternativas que garantissem o atendimento das demandas por reestruturação de carreiras com reajustes salariais, sem, contudo, adicionar novos riscos que pudessem comprometer a estabilidade macroeconômica e a capacidade de investimento do Governo Federal.

Porém, diante do recrudescimento da crise econômica internacional, configurando um quadro de incerteza que enseja cautela na aprovação de medidas que redundem na expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado, não houve avanço nas negociações. Dessa forma, não foi possível chegar a um acordo que viabilizasse o atendimento das emendas apresentadas com a finalidade de alocar recursos para atender os diversos projetos de lei que versam sobre alterações de gastos com pessoal.

E coube, finalmente, a esta Relatoria cumprir com o que foi anunciado desde o início dos trabalhos. Ou seja, diante da falta de acordo, não foi possível o atendimento das demandas de aumentos de gastos com pessoal de nenhum dos Poderes e MPU.

Isso se deu mesmo após intenso diálogo com Líderes partidários, que nos últimos dias buscaram alternativas para o equacionamento das várias demandas". Faço questão de citar também o Presidente da Comissão, que, junto com o Relator–Geral, com Líderes, com o Executivo e outros, não mediu esforços. "Concluímos, então, que o melhor para o Brasil, neste momento, é garantir o investimento e o nível de emprego, gerar oportunidades e manter os gastos sociais.

Investimentos no Orçamento da União e PAC

Consideramos as despesas com investimentos essenciais para o fortalecimento do crescimento do PIB esperado para 2012.

Como resultado da avaliação dessas despesas no âmbito do Poder Legislativo, foram acatadas emendas que incrementam em R$21,8 bilhões, montante destinado a investimentos no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social, o que demonstra a preocupação do Parlamento em contribuir para dotar o País de recursos necessários para infraestrutura.

Do total de investimentos, R$42,74 bilhões estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento..."

(Manifestação na plateia. Outro ano sem aumento? Assim, eu não aguento!)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – ... que visa integrar as medidas econômicas e investimentos em infraestrutura com recursos públicos e privados, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos".

(Manifestação na plateia. Outro ano sem aumento? Assim, eu não aguento!)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – "Programa de Aceleração do Crescimento..."

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, a tabela posterior poderia ser suprimida.

(Manifestação na plateia. Outro ano sem aumento? Assim, eu não aguento!)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu quero registrar que nós acrescentamos R$212 bilhões para investimentos no PAC a partir do PLOA.

(Manifestação na plateia. Outro ano sem aumento? Assim, eu não aguento!)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – "Consoante o 'Balanço 4 Anos – 2007–2010', do PAC, os investimentos públicos dobraram entre 2007 e 2010, passando de 1,62% do PIB, em 2006, para 3,27% do PIB, nos doze meses encerrados em outubro de 2010."

(Manifestação na plateia. Outro ano sem aumento? Assim, eu não aguento!)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – "Os investimentos executados pelo programa chegariam a R$619 bilhões até 31 de dezembro de 2010, o que representaria 94,1% dos R$657,4 bilhões previstos para serem investidos pelo programa no período 2007–2010.

Lançado em maio de 2010... "

(Manifestação na plateia. Congresso, sabe o que eu acho? O Executivo está te fazendo de capacho!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu acho que vocês já protestaram o suficiente. *(Pausa.)*

(Manifestação na plateia. Congresso, sabe o que eu acho? O Executivo está te fazendo de capacho!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Na forma do art. 272 do Regimento Interno, determino a evacuação das galerias. Agora! *(Pausa.)*

(Manifestação na plateia. Congresso, eu quero ver a autonomia, a independência acontecer!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A reunião está suspensa até que as galerias sejam evacuadas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já há áudio.

Quero prestar alguns esclarecimentos aos jornalistas que estão nos dando a honra de acompanhar nossos trabalhos. Peço até desculpas aos senhores, primeiro, porque não os tratei com o conforto de que precisam, como agora estão, sentados em suas bancas, porque entendi que a Comissão tinha que abrir espaço primeiro para os movimentos reivindicatórios. E assim foi feito. Os senhores nos acompanham aqui ao longo de todo esse processo e sabem que eu tento ao máximo.

Quando perdi o controle da sessão, por força de uma tentativa de desestabilização, tive que usar o Regimento Interno. E fiquei preocupado em não transformar uma bela manchete, que é *"Brasil tem o seu Orçamento"*, em algum tipo de acidente. Por isso, tivemos que nos deslocar para cá, para o Plenário 1, da Comissão de Constituição e Justiça, que é do mesmo tamanho do Plenário 2, da Comissão Mista de Orçamentos, para evitar qualquer contratempo, porque continuo com o meu espírito absolutamente desarmado para qualquer tipo de agressão, mesmo que seja agressão gratuita.

Vamos continuar o nosso trabalho. Peço desculpas aos senhores pelo desconforto do momento, mas vamos tocar as nossas obrigações, agora com mais paz para definirmos e deliberarmos aquilo que o Brasil espera.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Muito bem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito obrigado. Com a palavra, de volta, e com as minhas desculpas, o Deputado Arlindo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, demais pares, imprensa e, enfim, todos os presentes, eu ressaltei no final da leitura, no que diz respeito ao PAC, que nós acrescentamos 202 bilhões de reais no substitutivo, tendo como referência a proposta encaminhada pelo Poder Executivo. Ou seja, mais uma vez traduzindo em números, nós demos um incremento bastante significativo na área de investimentos.

Sr. Presidente, quero registrar, antes de continuar, que é nosso dever aqui prestar contas a toda a sociedade, mas eu ousaria dizer que é principalmente aos milhões, milhões, milhões e milhões de ausentes. E é com esse compromisso que estamos produzindo esse relatório.

O COI já foi tratado, já foi votado, inclusive, e, portanto, eu vou pular essa parte, com a permissão de todos.

Já tratei de emendas de iniciativa popular. A Lei Kandir nós colocamos...

(Tumulto fora do plenário.)

SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu determino à Secretaria e à Segurança que não haja nenhum tipo de manifestação agressiva, somente de contenção. E o acesso da imprensa é absolutamente livre e resguardado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – A Lei Kandir está em 3,4 bilhões. Nós vamos provavelmente ter emendas referente à Lei Kandir, mas o Re-

lator já vem conversando com todas as partes sobre esse e outros temas.

Emendas de Relator Geral, item 8.

Conforme definido na Resolução nº 1/2006 e no parecer preliminar aprovado pela CMO, as emendas de Relator visam precipuamente à correção de erros, omissões e inadequações de ordem constitucional, legal ou técnica. Como exemplo, citamos os ajustes necessários na despesa que decorrem da aprovação do relatório da receita, das adequações de classificação institucional, funcional ou programática e da permuta e compatibilização de fontes que permitem a otimização dos recursos disponíveis para a Relatoria.

Adicionalmente, o item 17.1 do parecer preliminar, com base no inciso III do art. 144 da Resolução nº 1, de 2006, autorizou a Relatoria Geral a elaborar emendas para garantir outros ajustes e inclusão de ações considerados de relevante interesse para a sociedade.

Nesse sentido, foram levadas em conta, na elaboração do substitutivo, as indicações apresentadas pelos relatores setoriais para a efetivação do disposto no parecer preliminar, inclusive ajustes técnicos ou adequação a dispositivos legais ou regimentais em emendas acolhidas. As recomendações para alocação de recursos em emendas ou programações específicas foram atendidas na medida das disponibilidades de recursos, nos termos dos demonstrativos anexos a este relatório.

As emendas elaboradas por esta Relatoria e suas respectivas justificativas integram demonstrativo específico anexo a este relatório, de modo a subsidiar o trabalho de avaliação, por parte dos nobres pares, das propostas de cancelamentos e recomposições apresentadas por este Relator.

Em consonância com o parecer preliminar, foram propostas as seguintes emendas de Relator:

a – implementação de políticas públicas prioritárias de apoio aos pequenos Municípios, a partir de indicação, por Município, de uma emenda de iniciativa popular;

b – alocação de recursos em transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação de ICMS aos Estados exportadores – art. 91 do ADCT, Constituição Federal – e o auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para o fomento das exportações;

c – revisão dos benefícios previdenciários e assistenciais e seguro–desemprego, especialmente em razão de alteração de parâmetros econômicos;

d – ações nacionais para concessão de benefícios à população idosa;

e – ações nacionais de apoio ao pequeno e médio produtor rural, ao desenvolvimento de agricultura ecologicamente sustentável e à garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, Lei nº 8.427, de 1992;

f – ações destinadas à superação da extrema pobreza no âmbito do Brasil sem Miséria;

g – o desenvolvimento das ações que garantam o cumprimento da missão constitucional e das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, por intermédio dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

h – possibilitar a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento do Centro–Oeste – FDCO, com base no que preceitua o art. 16, instituído pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; e

j – recomposição de cortes efetuados nas relatorias setoriais.

Pareceres às emendas

Das emendas apresentadas, foram aprovadas, total ou parcialmente, 9.508 emendas, conforme demonstrativos anexos a este relatório e consolidados nos quadros seguintes:

Número de emendas de bancada estadual, 470; de Comissão, 131; individuais, 8.671; emendas de texto, 236, o que perfaz o número já anunciado de 9.508. O valor total dessas emendas é de 22 bilhões, 649 milhões, 65 mil, 608 reais.

As emendas à receita constaram do relatório próprio. A análise da admissibilidade das emendas de Relator–Geral deverá constar do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, que já foi aprovado.

Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 28, de 2011, PLOA 2012, na forma do substitutivo apresentado por esta Relatoria, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas.

Brasília, 19 de dezembro de 2011.

Relator–Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Sr. Relator e o parabenizo.

Minhas palavras derradeiras nesta Comissão serão para V.Exa., não agora. Acho que o seu trabalho está na metade. Temos ainda passos seguintes a serem dados.

Está aberto o período de discussão e, no mesmo momento aberto, também o período de destaque.

Já estava aberto, Deputado Vaz. Eu me comprometi com V.Exa. a continuar. Aqui há inscritos, e vamos continuar. Espero que a bancada do PSDB venha falar, Deputado Rogério, todo o mundo. Está inscrito o Deputado Alex Canziani... Já tem quatro. Venha logo, Deputado Vaz. Deputado Alex Canziani, Raimundo, Efraim ...

Deputado Alex Canziani com a palavra. *(Pausa.)*

Não está? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, primeiro, quero fazer uma solicitação ao Relator, Deputado Arlindo Chinaglia.

Em virtude de consulta técnica realizada, para que haja o perfeito ajustamento na proposta, solicitamos de V.Exa... Pode ser feito por destaque, mas também por acatamento de V.Exa., se assim o entender, porque nós temos uma emenda para a duplicação da BR–230, na Paraíba, que, na verdade, é uma complementação. Ela é a via que corta de forma meridional todo o Estado. De João Pessoa a Campina Grande, já foi duplicada, e foi obra do PAC. Agora, a bancada entendeu como prioridade que seja complementada esta duplicação de Campina Grande a Cajazeiras. Por um equívoco, ela foi interpretada como sendo RP2, e nós estamos solicitando a essa Relatoria que realize a correção necessária, para que seja tida como RP3, para que possa ser incluída como obra do PAC, já que a sua versão inicial, a sua primeira etapa, assim o foi.

Existem vários argumentos do ponto de vista técnico, do ponto de vista jurídico, que autorizam esse entendimento; a própria Justiça fiscal, na posição em que a Paraíba se encontra no global de recursos do PAC. Isso viria a corrigir algumas distorções que existem.

Esta a solicitação que fazemos a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, neste momento vou ouvir os vários colegas. Estou anotando as propostas, as sugestões, os destaques. Posteriormente, responderei todas as demandas eventualmente aqui apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., Deputado Efraim Filho, que falou em nome da bancada da Paraíba. Devolvo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, V.Exa. tinha listado o nome de debatedores. Esta foi pela ordem. Minha ordem está preservada para discussão, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A ordem está preservada para a discussão. V.Exa. falou pela ordem. Na ordem, e seguindo a ordem, o Deputado Alex Canziani é o primeiro orador. *(Pausa.)*

Não está. Deve estar chegando.

Deputado Pedro Chaves. *(Pausa.)*

Deputado Efraim Filho, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, eu, inclusive, vou entrar no tema. Se V.Exa. entende que devemos continuar...

Sr. Presidente, nós apresentamos três destaques ao relatório do Deputado Arlindo Chinaglia, que inicialmente parabenizamos. Tive a oportunidade de dialogar com S.Exa. desde o primeiro momento, já que fui um dos relatores setoriais, especialmente referente à Área X, área social, que engloba os Ministérios da Previdência; do Trabalho; e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Estou consciente de que dei pouco trabalho ao Relator, já que, mesmo sendo de um partido da Oposição, fiz questão de manter a responsabilidade na elaboração do relatório. Por exemplo, preservamos, *in totum*, os recursos para o Brasil sem Miséria, principal programa da Presidente Dilma Rousseff. Porém, algumas divergências naturalmente ocorrem e existem. Exatamente três destaques foram apresentados: Destaques nºs 220, 221 e 222.

O primeiro, Destaque nº 220, é para que o Relator possa acatar a implementação da lei resultante do PL 6.613/2009, que altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, exatamente o plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

O destaque seguinte diz respeito à mesma implementação, só que para o plano de carreira dos servidores do Ministério Público da União.

E, por último, Sr. Presidente, alteração de estrutura de carreiras, aumento de remuneração e, principalmente, o reajuste de aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social acima do mínimo.

Digo isso, Sr. Presidente, com conhecimento de causa, porque, havendo sido Relator Setorial da área social, eu pude identificar que, quando o Governo trata um tema como prioridade, ele sabe fazer os esforços para buscar os recursos. São 18 bilhões de reais para o Bolsa Família, 27 bilhões de reais para o seguro–desemprego. Afora esses 27 bilhões para o seguro–desemprego, para o seguro–desemprego do pescador artesanal, são 2,2 bilhões de reais. Aliás, foi fruto de requerimento de minha autoria que o Tribunal de Contas da União proceda a uma auditoria externa para verificar essa distorção. No universo de seguro–desemprego de todo o País, apenas o pescador artesanal tem 2,2 bilhões de reais, quase 10% de tudo o que está posto. Isso tem sido objeto de denúncias, de escândalos, e é preciso que o Tribunal de Contas da União acate esse requerimento, para que proceda a essa auditoria externa, já que as sindicâncias do Ministério do Trabalho e Emprego têm sido prejudicadas. Houve queda de Ministro e problema de denúncias com transferências de recursos a entidades privadas.

Então, recursos existem. Eu abordei esse tema para dizer que recursos existem quando o Governo trata do assunto com prioridade. Nós estamos falando do aumento dos servidores do Poder Judiciário de forma parcelada, que foi uma proposta. O impacto seria

menor do que esses que eu citei. Para os do Ministério Público da União, seria um impacto de 279 milhões de reais; para os aposentados, se chegar a 6%, seria algo em torno de 8 bilhões de reais. Nós estávamos falando aqui em valores de 27, em valores de 18 bilhões de reais.

Então, o Bolsa Família é justo, é justo que seja atendido. O seguro–desemprego é justo, e é justo que seja atendido. Mas os aposentados também merecem a consideração desse Governo.

Para concluir, Sr. Presidente, eu volto a fazer aquele apelo que fiz. Um governo não pode ser feito apenas de pedra, ferro e concreto. As obras e os investimentos são importantes, mas existem parcerias público–privadas que podem suprir algumas deficiências. Mas o investimento no recurso humano, o investimento no maior patrimônio deste País, que é o seu cidadão, o seu servidor, não pode ser renegado a segundo plano. Nós temos que resgatar uma defasagem histórica que existe e podemos avançar nesse sentido.

Esse é o apelo que eu faço à Comissão, é o apelo que faço ao Relator Arlindo Chinaglia e é o apelo que faço ao Governo, que tem quatro quintos da sua base no Congresso Nacional. Se esse Orçamento corre o risco de não ser votado, é pela incapacidade do Governo de conseguir convencer a sua própria base de que a sua proposta é a melhor para o futuro do País.

Então, nós estamos fazendo esses destaques porque, com eles, eu tenho certeza de que sensibilizaremos o Congresso Nacional, as outras bancadas, e chegaremos ao Orçamento de que todos nós precisamos. O Poder Legislativo tem que ter autonomia, tem que ter independência. A eleição de uma Presidenta não é um cheque em branco para ela governar e gerir o País como quiser. Ela tem que compartilhar essa tarefa com o Congresso Nacional, que é a Casa do povo. E daqui, da Casa do povo, estão saindo essas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Efraim. Agradeço duplamente a V.Exa. V.Exa. usou mais do que o seu tempo, mas isso foi proposital por parte desta Presidência para tentar arrumar as coisas aqui. Então, usei a inteligência e a eloquência de V.Exa. Mas, em nome da bancada da Paraíba – eu não preciso nem agradecer a intervenção de V.Exa. –, também quero parabenizá–lo pelo relatório setorial, um relatório extremamente bem estudado. As ideias que V.Exa. levou estavam muito claras. Com relação às suas argumentações, os dois requerimentos aprovados eu assino em baixo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Quero só fazer um registro, um lamento, algo que não foi aprovado aqui, mas que eu gostaria de ver aprovado desde o relatório preliminar: o Orçamento impositivo, que começaria pelas emendas dos Municípios. Já que está difícil sair do Congresso...

Eu fiz esse pedido, e não foi aceito. Mas eu queria deixar isso registrado, porque, quem sabe, pelo menos, aquelas emendas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos trabalhar isso para o ano. Conte comigo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Quero parabenizar o Relator pela iniciativa das emendas populares. Elas deveriam ter sido impositivas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Foi fantástico. Obrigado, Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – E quem sabe pelo menos aquelas emendas... Parabenizo V.Exa. e Relator, pela iniciativa das emendas populares, e elas deveriam ter sido impositivas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É, foi fantástico. Obrigado, Efraim.

Ademir Camilo com a palavra.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Presidente, até para colaborar com o tempo, mas pedindo a atenção do nosso Relator Arlindo, que ele ainda ponderasse, ao analisar os destaques da bancada de Minas Gerais, hoje aqui representada pelo Deputado Reginaldo Lopes. Nós tivemos, no caso das universidades, uma diferença nas três emendas. Uma, obviamente, é a que abriga o maior número de universidades, mas que as outras duas tivessem, e aí já deixo aqui o destaque da Emenda nº 05 da bancada de Minas Gerais, e a outra, da nº 018, com a qual teremos a oportunidade de fazer cumprir um compromisso do nosso ex–Presidente Lula, que esteve em Governador Valadares, para que nós tivéssemos o *campus* da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares, e, consequentemente, a construção do hospital unversitário, que é a Emenda de final 018 da bancada.

Também, Relator, tive a oportunidade de discutir a política para os policiais ferroviários do Brasil no Ministério da Justiça, onde tivemos, no relatório setorial, um cancelamento. Aí, estou propondo aqui cinco destaques que queria que V.Exa. pudesse considerar.

Na Funcional Programática 14421207089140001, do Fundo Penitenciário Nacional, houve um cancelamento, e aí o nosso pedido de recomposição de 20 milhões.

Também no Ministério da Justiça, um cancelamento, e pedimos a recomposição de 7 milhões. No Ministério da Justiça, mais um acréscimo de 3 milhões.

Permita–me corrigir, são quatro emendas.

E, por fim, o Fundo Nacional de Segurança Pública, ele tem que ser recomposto, porque é um fundo importantíssimo para o País, que dá a todas as Uni-

dades Federadas a possibilidade de ter os recursos no valor de 70 milhões.

Eu pediria, Deputado Arlindo Chinaglia, pela sensibilidade que V.Exa. tem, atenção para um problema que é importantíssimo para o País, que é segurança pública. E, dessa forma, que o Ministério não tenha inicialmente, daquilo que foi apresentado pelo Ministro da Justiça num estudo, e o senhor sabe o quanto é zeloso o Ministério da Justiça neste País, que a gente tenha recomposto o orçamento desse Ministério.

Então, preciso que V.Exa. tenha uma atenção especial com esses nossos destaques em Minas Gerais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, Ademir.

Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Ah, Bueno com a palavra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Não, por favor, não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Não, pode falar o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pela ordem, Danilo Forte com a palavra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Apenas, Sr. Presidente, eu fiz uma consulta no início, fazendo uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É porque V.Exa. não estava aqui na hora em que ele...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Não, é verdade. Como mudou o local, e a televisão estava acompanhando, e de repente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É verdade. V.Exa. fica com um período de 3 minutos para discussão, até porque faz a indagação, e depois o Relator, quando concluir a discussão, vai responder.

Eu coloco V.Exa. na frente. A palavra é de V.Exa., meu querido Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – É apenas uma indagação.

Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, eu fiz uma pergunta no início, e essa pergunta já vem durante esses dias, quando o Ministro Fux, através de um despacho, determinou à Mesa da Câmara e do Senado que fizesse a juntada da proposta daqueles pedidos de aumento, enfim, da proposta original do Poder Judiciário e do Ministério Público sobre os aumentos para os servidores públicos. Por isso eu faço a pergunta: se esse despacho do Ministro foi atendido, em que parte do Relatório está devidamente explicado esse despacho do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator se manifestará oportunamente, quando concluir todas as discussões, meu querido Rubens Bueno.

Danilo Forte com a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Obrigado, Sr. Presidente.

Queria aqui parabenizar o Relator pelo laborioso trabalho, a preocupação dele diante das demandas de um país continental como o nosso, com as distorções de investimento que nós temos, principalmente com grandes concentrações de investimentos, ao longo da nossa história, nas Regiões Sul e Sudeste do País, em detrimento, muitas vezes, das regiões periféricas, principalmente, no meu caso especial, do nosso querido Nordeste, e, no meu caso particular, ainda mais com o meu Estado do Ceará.

Os jornais hoje estão repletos de matérias sobre o inchaço das grandes cidades, a favelização das regiões metropolitanas do País, inclusive colocando que nós temos uma Grécia nas favelas brasileiras. Essas favelas são oriundas, por um lado, fundamentalmente de questões econômicas, que motiva principalmente o êxodo rural para as grandes cidades, que foi prática comum no nosso País ao longo dos anos nos momentos de aflição, e principalmente do Nordeste, quando nós temos a cultura de migrar em função de buscar construir a vida dos nordestinos com dignidade.

Para que nós consigamos resolver esse problema da favelização, do empobrecimento da periferia das regiões metropolitanas, nós precisamos de investimentos. Sem investimentos por parte dos governos, principalmente do Governo Federal, que centraliza toda a arrecadação financeira dos impostos no País, dificilmente nós vamos conseguir suprir essa chaga que mancha as grandes cidades e as regiões metropolitanas no nosso País.

Por isso eu gostaria de pedir ao Deputado Arlindo, com sua bela gravata amarela, que pudesse ter uma compreensão melhor do que é hoje a questão da região metropolitana de Fortaleza.

Vou lhe dar um dado: quando eu fiz o exame de admissão, e eu ainda sou do tempo do exame de admissão, Fortaleza tinha menos de 10% da população do Estado do Ceará. O Estado do Ceará tinha naquela época 5 milhões de habitantes, e Fortaleza tinha algo em torno de 460 mil habitantes. Passado algo em torno de 35 anos, ou um pouco mais, Fortaleza hoje concentra um terço...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Quantos anos, Deputado?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Uns 35 anos mais.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Nada indica, heim? Que coisa!

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Muito bem, eu estou conservado, obrigado.

Fortaleza hoje concentra um terço da população do Estado do Ceará. A Grande Fortaleza hoje detém 3,4 milhões de habitantes. Só na cidade de Fortaleza são 2,5 milhões de habitantes, é a quinta cidade do País, e o Estado do Ceará tem pouco mais de 9 milhões de habitantes, o que demonstra o inchaço da nossa região metropolitana. E considerando ainda mais, avançando mais um pouco, ainda temos um quarto da população da Grande Fortaleza que não tem acesso a água potável, e apenas 56% têm acesso a esgotamento sanitário.

Diante desse transtorno, dessa dificuldade, eu gostaria que o senhor fizesse uma reavaliação nessa emenda de bancada que lhe foi apresentada como o Destaque nº 110, referente às intervenções do Ministério das Cidades na Região Metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Danilo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Só mais 1 minuto. Eu fui muito cordato com o senhor, sempre, eu gostaria de só mais 1 minuto, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O senhor tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – E temos agora mais alguns pontos, aqui, que são relevantes do ponto de vista do Estado do Ceará. O senhor está ofertando uma possibilidade muito grande de desenvolvimento para a zona norte do Estado do Ceará, sediada em Sobral, que hoje é o maior polo universitário do interior do Estado, e o maior polo calçadista do interior. Sobral hoje está entre as dez melhores cidades do Brasil para morar, segundo levantamento feito pela revista *Veja*.

Sobral, a região metropolitana da zona norte, precisa de um aeroporto. O senhor já atendeu com 38 milhões, só que 38 milhões não dão para a etapa útil do aeroporto. Aeroporto, para ter etapa útil, precisa pelo menos da pista. Nós estamos aqui tratando de um aeroporto com pista, terminal de passageiros e terminal de cargas, um aeroporto novo pra a região norte do Estado. Então, a gente precisa também que o senhor tenha um carinho especial com o Destaque nº 109, porque a gente precisa da etapa útil para esse aeroporto poder ser operacionalizado.

E há mais duas questõezinhas, aqui, rápidas, que são o seguinte: aquela que o senhor já atendeu em parte a ligação do centro de eventos com a malha urbana de Fortaleza. É exatamente a ponte sobre o rio Cocó com acesso ao centro de eventos, que é o novo centro de convenções de Fortaleza. No montante, a gente também precisa fazer a ponte. A etapa útil de uma ponte é a ponte. Então, eu queria que o senhor também desse uma olhada especial no Destaque nº 111, porque se não houver dinheiro para fazer ponte... Ponte não dá para fazer pela metade: ou você faz a ponte, ou não faz a ponte.

Por último, o Destaque nº 112, que o senhor também já atendeu em parte, referente à infraestrutura hídrica do Ceará. O senhor sabe que, historicamente, o Ceará é carente de uma infraestrutura hídrica mais rica para poder ofertar água potável para consumo humano e para o desenvolvimento agropecuário.

Muito obrigado ao Sr. Presidente pela gentileza desse expediente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Danilo. Grande discurso de V.Exa. em nome do Ceará.

Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, antes do Deputado Raimundo, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Por favor.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – É verdade que cheguei agora, mas eu estava justamente fazendo tratativas em relação ao processo em que estamos trabalhando aqui. Pergunto a V.Exa. se foram lidos também, já que estamos no processo de discussão, as erratas e o adendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Foram todos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Todos foram lidos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, não há adendo ainda. A errata não foi lida.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – O adendo ainda não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Eu lhe pergunto isso pelo seguinte. Estamos lendo o relatório, e esse relatório, na verdade, tem alguns acréscimos ou subtrações que, acredito, para o bom termo da discussão precisam ser publicizados. Então, eu pediria a V.Exa. que primeiro lesse a íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É importante a questão de ordem que V.Exa. faz. Consulto o Relator sobre quais seriam as providências que... Adendo ainda não existe, não é? Só há duas erratas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – As erratas já foram entregues aqui na CMO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já foram distribuídas também, Rogério.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Então, se houver necessidade da leitura, posso fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tendo em vista a distribuição delas, podemos continuar, Rogério? (*Pausa*.) Obrigado, Rogério.

Tem a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, realmente um dos itens era no tocante a esses dois materiais que foram entregues, as Erratas 1 e 2. Há esse consenso de avançarmos, pactuando o que já está escrito aqui e deliberado nessas erratas, fazendo essas composições.

Neste momento, é importante revermos algumas posições, é claro que sempre lutando para termos as nossas prerrogativas. Uma delas passa pelo orçamento.

Acho que darmos um cheque em branco de 30% a determinados programas e subprogramas, através do PAC, para o Executivo, é um volume bastante significativo. Isso representa quase 15 bilhões de reais que ficam à mercê do Planalto para serem remanejados para qualquer outro subprograma. Então, há um destaque, e o Deputado Rogério irá também abordar esse destaque da bancada do PSDB, no tocante a essa ampla liberdade de remanejamento de 30% no tocante ao PAC. Esse é o Destaque nº 231.

Há também o Destaque nº 230. Todos sabemos, queiramos ou não, que há inflação no nosso dia a dia. Há um acumulado de 6,3% de inflação. Então, é inadmissível nem sinalizarmos para os aposentados, mesmo os que ganham acima de um salário mínimo. Fatalmente, os salários vão ser corroídos. Já começam o ano com uma deflação de 6,3%, porque não está havendo nenhuma correção. Então, é realmente, no tocante ao Destaque nº 230...

O Deputado Danilo falou muito bem sobre o Estado do Ceará. Existem dois eventos de suma importância no Estado do Ceará, em 2014 e em 2016, Copa do Mundo e Paraolimpíadas. Precisamos ter toda essa logística de infraestrutura. Lado ao lado com os investimentos que estão sendo feitos nos equipamentos, precisamos fortalecer toda a região metropolitana de Fortaleza. Então, apresentamos o Destaque nº 239, para que V.Exa. possa ver realmente, dentro dessa conjuntura de Copa do Mundo, dessa conjuntura da estrutura necessária para a Copa do Mundo, se podemos ter uma reposição no tocante a esse Destaque nº 239.

E também na área educacional. Se vamos ter eventos, se vamos melhorar as condições de atendimento à população, temos que melhorar a profissionalização da população. É justamente o Destaque nº 237. Quando a bancada do Ceará estabeleceu a educação como prioridade, é nessa visão, em virtude dos grandes eventos que irão acontecer. Precisamos preparar a população, essa juventude, precisamos melhorar a profissionalização dessa população para atender bem aos nossos cearenses e a todos aqueles que visitarem o Estado.

Parabenizo V.Exa. Sabemos muito bem da sua competência quando presidiu esta Casa e, consequentemente, o seu relatório merece elogios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Raimundo.

André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Sr. Presidente, nosso companheiro Relator, parabenizo–o pelo método que V.Exa. implementou na elaboração do Orçamento. Acompanhamos ao seu lado os debates e os dilemas próprios de um trabalho dessa complexidade.

Eu queria falar da nossa alegria ao vermos as emendas populares terem a acolhida que tiveram nacionalmente. Foram 74% dos Municípios que fizeram as emendas populares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mas hoje já são 77.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Louvo que no Paraná, nosso Estado, fizemos alguns seminários. Acredito que, *grosso modo*, o Paraná é o terceiro Estado com maior índice de participação. V.Exa. esteve lá no Paraná, onde foram 85% dos Municípios. Ficou atrás apenas do Rio Grande do Sul, com 89%, e do Mato Grosso do Sul, com 90%. Isso mostrou que foi um acerto desta Casa focar inclusive nesse debate.

Adicionamos recursos para a saúde e, ao mesmo tempo, contemplamos um debate novo no orçamento brasileiro, totalmente novo, dentro de um sonho, que é o sonho do campo democrático e popular de fazer o orçamento participativo, consultar a comunidade. Então, acho que é preciso, primeiro, deixar essa marca consignada.

Na nossa equipe econômica, nem todos ainda compreenderam a profundidade daquilo o que foi feito neste Parlamento com o acolhimento das emendas populares, o trabalho que a sua assessoria teve para o acolhimento das emendas.

Então, há um ponto alto, que não será a primeira página dos jornais, não as ocupará. Infelizmente, a nossa imprensa não dá o devido valor para as grandes novidades calcadas no debate democrático que este Parlamento promove. Não estarão, provavelmente, os editoriais elogiando o trabalho de V.Exa., o trabalho deste Parlamento, mas é importante que aqui falemos claramente.

É importante que, pelo menos a imprensa interna, a imprensa do Senado e da Câmara, fale disso. Às vezes, vejo os nossos boletins, jornais e documentários muito mais ácidos com este Parlamento até do que a grande imprensa, que tradicionalmente é ácida. É

importante dizer isso, porque não vi ainda o destaque necessário para essa iniciativa de V.Exa., acolhida tão bem pelos Parlamentares e também, muito especialmente, pelos Municípios brasileiros.

Ao final, nenhum Parlamentar de qualquer Estado – até porque moramos nos Estados – deixaria de ressaltar a necessidade de alguma adequação nas emendas do Paraná. Falei com os Deputados Giacobo e Alex Canziani, fizemos o destaque das nossas emendas. Nobre Relator, há três em especial para as quais eu chamaria a atenção, nas quais não podemos adicionar os recursos importantes pela redistribuição da bancada. Uma é o controle ferroviário de Apucarana – o Deputado Alex Canziani não está aqui, mas eu gostaria de consignar –, que foi inicialmente até inviabilizada pelo Comitê de Admissibilidade. Depois, foi reconhecida, de forma muito importante para nós. A segunda é a BR–369, Ibiporã–Londrina–Cambé. A terceira é um apelo do Instituto Agronômico do Paraná, Ciência e Tecnologia. Temos lá um projeto de adequação desse instituto, que presta serviço para toda a agricultura, principalmente a agricultura familiar do Paraná. Inicialmente, o projeto era de 40 milhões, mas foram acolhidos 4,5 milhões. A Bancada adicionou algo chegando perto de 10 milhões. Mas precisávamos, Relator, de 15 milhões de reais para que ele fosse exequível, pelo menos num período. Então, faço um apelo, em nome do Instituto Agronômico do Paraná, para uma importante emenda da Bancada do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço, André.

Tem a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Antes de mais nada, Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e pedir à Secretaria que determine que se ligue o ar condicionado desta sala.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não posso, está em manutenção. Sou extremamente calorento e foi a primeira coisa que vi. Perguntei, mas está em manutenção. É o preço que estamos pagando por ter vindo para cá.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Obrigado.

Eu gostaria, antes de mais nada, de parabenizar o Deputado Arlindo Chinaglia pelo relatório, que atribuo como histórico nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE – (Senador Vital do Rêgo) – Histórico.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Essas emendas populares realmente fizeram e farão a diferença. Poucos entenderam, inclusive a imprensa, mas, de fato, é algo muito profundo. Vai mexer sobretudo com os pequenos Municípios, com a autoestima, e haverá até uma mudança de cultura. Acho que isso é fundamental para o futuro da política pública brasileira.

Sr. Relator, Sr. Presidente, gostaria de referir–me ao Destaque nº 225, da bancada mineira. É uma emenda recomendada pelo Governo do Estado. Diz respeito a uma obra preventiva de desastres. Realmente, o valor a ela atribuído é similar à média das emendas do Estado.

Eu diria que bastaram essas primeiras chuvas para vermos o caos em que ficou a Grande BH e a região metropolitana da capital mineira.

Realmente, lutei muito, quando relatei a LDO, para que o Governo fizesse um programa especial no Ministério da Integração com prioridade total para as obras preventivas de desastres. Infelizmente, esse texto foi vetado pelo Governo. Mas vejo que há da parte do Ministério da Integração uma vontade muito grande de dar esse apoio. Estados como Minas Gerais e Santa Catarina e a região serrana do Rio de Janeiro, nesta época, são vitimados de forma profunda. Por isso, apelo para o sentimento e o bom senso do nosso Relator pedindo–lhe tratamento especial para essa matéria.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator–Geral, peço atenção especial para essa matéria, o Destaque nº 225.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, Sr. Relator, para ser objetivo e pela celeridade com que o Presidente dirige esta Comissão, temos, Deputado Arlindo, os Destaques de nº 137 até o Destaque nº 153, apresentados pela bancada de Goiás, assinados pelo nosso Coordenador, Deputado Jovair Arantes, para os quais gostaria da atenção especial de V.Exa. em sua análise.

Gostaria também de pedir a atenção de V.Exa., como representante do PMDB na Comissão, para o Destaque nº 5, do Estado de Mato Grosso, a pedido do Deputado Carlos Bezerra, e também para os destaques de Mato Grosso do Sul, apresentados pelo Deputado Geraldo Resende.

Por último, Sr. Relator, pedimos uma alteração, através da assessoria de V.Exa., com relação à Emenda nº 1, apresentada pela bancada de Goiás. O texto aprovado pela Relatoria Setorial não é o mesmo que foi apresentado pela bancada. Houve uma diferença entre o texto apresentado pela bancada e o texto aprovado no relatório setorial. O texto apresentado pela bancada na Emenda nº 1 diz: *"adequação da BR–020 no Trecho Divisa DF–GO ao Trecho Divisa GO–BA".* Esse é o texto original da Emenda nº 1. Ele está diferente do que foi

aprovado no relatório setorial e gostaríamos que fosse feita essa adequação, essa correção no relatório final.

Obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO – Boa tarde. Gostaria de saudar todos e todas e de fazer um reconhecimento ao trabalho feito pelo Presidente da Comissão e, de forma muito especial, ao nosso Relator do Orçamento, Deputado Arlindo Chinaglia.

Faço meu reconhecimento aqui: anteontem, V.Exa. saiu daqui quase às 4h da manhã, após um trabalho muito duro, muita discussão, muito debate. E V.Exa. vai entrar para a história. As emendas populares são algo totalmente inovador, democrático. Quase 4 mil Municípios já as enviaram para esta Casa. Fizeram as reuniões e audiências públicas com grande participação de toda população. V.Exa. inaugurou uma questão totalmente nova e tenho certeza de que nos anos seguintes teremos possibilidade de abranger inclusive outras áreas necessitadas dos Municípios, como a saúde, uma das maiores preocupações da população. Esperamos que os Municípios sejam realmente contemplados com esses recursos e que no ano que vem tenhamos a possibilidade de ampliá–los.

A iniciativa foi de V.Exa., mas eu fico muito orgulhoso de, como membro desta Comissão, ter a possibilidade de participar desse fato que marcará a história desta Comissão e do Parlamento brasileiro. Isso é realmente muito profundo.

Quero parabenizá–lo pelo relatório.

Quero testemunhar a preocupação de V.Exa. inclusive com os servidores públicos e aposentados. Sou testemunha dos debates, como forma de encontrar uma alternativa para o ano que vem, fazendo justiça ao conjunto dos nossos servidores.

O Deputado Arlindo teve muita sensibilidade ao conversar, dialogar. É muito importante que no próximo ano venhamos a nos colocar à disposição e contribuir fazendo justiça tanto aos nossos servidores do Judiciário e do Ministério Público, quanto aos nossos aposentados.

Parabéns pelo relatório de V.Exa. Com certeza, as emendas populares serão um fato marcante na história do Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero cumprimentar V.Exa. pela maneira como tem conduzido a nossa Comissão, pela firmeza e pelo bom senso. Acho importante registrar isso e o companheirismo de V.Exa. conosco. Com todos.

Cumprimento o Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, que desde o primeiro momento ouviu todos os partidos, todos os componentes da Comissão, os segmentos como um todo. Parabenizo S.Exa. pela emenda popular, que é uma avanço do Orçamento da União.

V.Exa. falava a respeito da baixa execução de emendas para os Municípios menores e que, mesmo sendo oferecida uma emenda como essa, muitos Municípios acabaram não conseguindo fazer as audiências. Mas esse processo não pode parar, tem que ser uma construção. Acredito que teremos nos orçamentos seguintes uma participação cada vez maior, com os Municípios se unindo através de consórcios para poderem viabilizar emendas estruturantes para esses Municípios.

Parabenizo V.Exa. pela maneira como vem conduzindo a relatoria e principalmente pela forma democrática e diplomática como atende a todos nós.

Gostaria também, Sr. Relator, de falar em nome da bancada do Paraná, como falou o Deputado André Vargas e como falará o Deputado Dilceu Sperafico.

Temos aqui as nossas emendas. Considerando a importância do Paraná no PIB – nós já tivemos uma reunião com V.Exa. –, somos hoje o 17º Estado em atenção com relação às emendas e somos a quinta economia do País. Seria importante que V.Exa. desse atenção às emendas do Paraná. Sabemos que há dificuldades, mas peço a V.Exa. melhorá–las, se puder. E falarei de uma especificamente, a menor emenda, em que eu e o Deputado André Vargas estamos trabalhando, relativa ao contorno ferroviário de Apucarana. A princípio, o Senador Delcídio do Amaral não via como atender a esse e outros contornos. Acabou atendendo. Só que é a menor emenda da bancada: ficou com 4 milhões de reais. É a menor emenda! Que V.Exa., por gentileza, dê a ela um acréscimo.

Há, também, uma outra emenda, relativa à universidade tecnológica. O Paraná é o único Estado que tem universidade tecnológica. Ela desenvolve um trabalho de grande importância para o Estado como um todo. Portanto, peço o apoio de V.Exa. também para a Emenda nº 216.

Com relação aos hospitais regionais...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – ...há uma emenda na área da saúde, a de nº 203. Ela atende a alguns hospitais regionais do Estado do Paraná. O Deputado André Vargas tem forte atuação na área da saúde e o Deputado Dilceu Sperafico também.

Eu gostaria de pedir o apoio de V.Exa. para essas três emendas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Canziani.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustre Relator, primeiro, quero dizer a V.Exa., e farei isso por ocasião da votação no plenário da Casa, que não nos surpreendeu a maneira serena e firme como V.Exa. se comportou na elaboração do Orçamento, que hoje relata nesta Comissão. Fazendo uma analogia, é como se V.Exa. tivesse muitas garrafas abertas e poucas tampas: tem que fazer malabarismo, em função das justas demandas das bancadas, da sociedade civil organizada e do próprio Governo, que tem seus interesses e pretende que eles sejam preservados quando da elaboração da peça orçamentária.

Sr. Presidente, registro que o Governo se mostra absolutamente insensível em relação ao aumento dos servidores e, principalmente, dos aposentados que recebem mais de um salário mínimo. Há uma política de gradativo achatamento salarial, que, muitas vezes, se traduz na impossibilidade de os casais ou aquelas pessoas que já não estão em idade laboral conseguirem manter o padrão de vida que tinham quando estavam trabalhando. Vejam o preço dos remédios. Quanto mais velhos ficamos, maior é a incidência de doenças as mais variadas. Manter um idoso é muito mais oneroso do que de manter um cidadão que não tenha problemas de locomoção ou doenças oportunistas que surgem em função da idade.

Faço esses dois registros. E mais: quero dizer que o Governo tem contado com muita liberalidade desta Casa na flexibilização das dotações orçamentárias e no estabelecimento dos limites, para que ele possa livremente dispor de recursos, sem que essa modificação orçamentária volte ao crivo do Parlamento – porque é nosso dever constitucional fiscalizar e acompanhar a execução orçamentária.

A questão do PAC é emblemática. São 42 ou 44 bilhões de reais. O Governo propõe no Orçamento que V.Exa. relata 30% de remanejamento livre, o que dão mais de 12 bilhões de reais, de que o Governo poderia dispor livremente. Nós temos preocupação com o excesso de suplementação. Neste ano, inclusive, Sr. Relator, estamos votando PLNs de crédito de suplementação que beiram os 60 bilhões de reais. Se nós somarmos esses 60 bilhões com os 120 bilhões oriundos do RAP do ano 2010, que foram inscritos em 2012, teremos 180 bilhões de reais não contemplados no Orçamento a que atualmente estamos sujeitos. Isso mostra que cada vez mais se fragiliza essa peça tão importante que estamos votando hoje nesta Casa.

É importante que este Parlamento comece a pensar em um novo modelo orçamentário, para que o Orçamento seja mais exato, para que esteja mais à mão, tenha maior visibilidade e transparência junto à população e, principalmente, para que as emendas orçamentárias não continuem a ser uma moeda de barganha que avilte o Parlamento e constranja o Executivo e a sociedade como um todo.

Eu pediria a V.Exa. especial atenção para a recomposição de algumas emendas do Estado do Rio Grande do Norte, que destaquei, bem como para o reposicionamento de recursos do PAC para o rodoanel, obra extremamente importante do Governo de São Paulo. Este foi um pedido pessoal do Governador de São Paulo: que, contando com a sensibilidade do nosso Relator, o rodoanel seja acrescido de recursos do PAC, já que é uma obra de grande vulto. São Paulo, sem dúvida nenhuma, como outros Estados da Federação, tem necessidade desse acréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu queria pedir que aumentassem o som, porque não consegui ouvir o Deputado Rogério Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aumentem o som.

Eu concedo mais um minuto ao Deputado Rogério Marinho, porque não foi ouvido a contento. Por favor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu queria reproduzir a solicitação do Deputado Rogério Marinho: é para que o Relator coloque mais recursos no rodoanel de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Para que eu possa fazer isso, preciso da autorização da Comissão para alterar o meu parecer preliminar. Registro isso porque, em havendo autorização para este caso específico, assim poderei proceder, numa negociação. Eu não vou responder por valores para quem quer que seja. E como envolve inclusive o Executivo, Presidente, preciso da autorização da Comissão para alterar o parecer preliminar e ver a possibilidade de, como Relator, colocar algum valor para essa obra em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Autorização.

Voto...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Só para concluir, Relator, eu chamo a atenção de V.Exa. para o fato de que tudo nesta Casa é acordado.

O pleito que faço, a pedido do Governador de São Paulo, é que, dentro dos recursos que já estão carimbados para o PAC, havendo possibilidade, V.Exa. venha a remanejar alguma coisa para o rodoanel.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – O.k.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Certamente, se V.Exa. o fizer no adendo, será de acordo com a Comissão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Isso. O.k.

Como já há proposta de emenda... Está faltando emenda. E por não haver emenda, terá que ser feita emenda de Relator. Para tanto, precisarei da autorização da Comissão, na seguinte funcional: 26.782.2075.12JP.0035 – Apoio à Construção do Rodoanel, Trecho Norte, no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos deixar a discussão para o final.

A Deputada Luciana Santos está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS – Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar o Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, pelo relatório, que responde à agenda de crescimento do País.

Quero também agradecer pelo apelo que nós fizemos, ontem, em relação ao Fundo Nacional de Cultura. A questão é importante para o bem da produção cinematográfica do Brasil.

E quero solicitar destaque, a pedido do Ministério da Integração Nacional, do PSB, para o remanejamento de uma emenda para uma barragem muito importante para o Estado de Pernambuco, a Barragem Serra Azul, destinada à contenção das enchentes que aconteceram no ano passado e no ano retrasado no Estado.

Era isso, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Muito obrigada. E bom trabalho para nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigada, Luciana.

O Deputado Claudio Cajado está com a palavra, agora sim.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, dizer que o relatório apresentado contempla algumas ações que gostaríamos de ver, de certa forma, com um encaminhamento diferente. Por exemplo, a questão do reajuste dos aposentados. Foi dito, por diversas vezes, que gostaríamos de que houvesse no relatório uma previsão orçamentária para que os aposentados que recebessem acima de um salário mínimo não tivessem a diferença, como a que vai haver, e com a política implementada para o salário mínimo está ocorrendo uma diferenciação ano após ano.

Estamos percebendo um achatamento no salário dos aposentados que ganham acima do mínimo, e isso não é justo, em se tratando de pessoas que contribuíram mais do que aqueles que estão recebendo, com o mínimo, uma vantagem, diante da política diferenciada. Nós achamos que isso traduz uma injustiça social. Por esse motivo seria fundamental que o relatório pudesse contemplar essa política para os aposentados. E os recursos nós temos. Nós poderíamos apresentar alguns cortes de emenda de bancada, de emenda de Comissões ou até nos remanejamentos das recomposições, como também a mesma tese se apresenta aos servidores públicos, porque V.Exa., em algumas categorias, não contemplou política salarial de funcionalismo.

Eu acho que a política salarial de funcionalismo é muito mais eficiente do que a busca que o Governo tem tido de fazer reajustes setoriais por determinadas categorias. Talvez as que sejam mais organizadas, as que tenham um melhor peso político na administração ou uma importância substantivamente subjetiva da análise monocrática do Governo do Poder Executivo. Daí por que quando nós discutimos orçamento nós falamos em política como um todo, em geral, e os Democratas fizeram constar no destaque que irá apresentar nessas duas áreas, para que nós, não confrontando com o excessivo dispêndio no custeio da máquina administrativa, deixemos de contemplar uma política pública para os servidores e para os aposentados. Nós estamos falando de política pública e não de aumento indevido de custeio, coisa que nós combatemos, e não se confundem as duas coisas.

Por outro lado, quero falar do lado positivo, do aspecto positivo do relatório do Deputado Chinaglia. Primeiro porque V.Exa. teve a boa vontade de aumentar os recursos do fundo garantidor do seguro–safra agrícola. O Brasil é um país exportador de grãos, é um país que tem, na agricultura e na pecuária, uma fonte enorme de trabalho, de divisas para o Brasil e, acima de tudo, de empregabilidade para o nosso povo. Sem o seguro–safra agrícola nós teremos um iminente prejuízo nessa atividade, que, com ele, fica extremamente minorado e passa a ter um negócio tanto para o pequeno quanto para o grande extremamente eficiente.

Também foi atendido o nosso pleito em relação à Lei Kandir. A Lei Kandir foi criada para que os Estados que exportem não fiquem no prejuízo em relação aos Estados que apenas importam ou consomem mercadorias. Os Estados exportadores, como no caso da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e outros, precisam dessa compensação. E não é outra a importância da Lei Kandir a não ser esta: compensar os Estados que produzem para exportar, criando divisas para o Brasil e melhorando um conjunto dos recursos do País, mas

que não sofram prejuízo, já que a tarifação dessas produções é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para concluir, em homenagem a V.Exa., por tudo que V.Exa. me ajudou.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – O discurso em homenagem a V.Exa. eu farei posteriormente.

Por fim, o Relator também cuidou no texto de adequar os pontos de vista que os Democratas apresentaram em relação ao pedido de suplementação, para que ficasse, como ficou, em 10%. A liberdade que o Executivo tinha para remanejar o GND, que era de 50%, e ficou em 30%. E também tem a questão do PAC, que ficou em 30%. Ou seja, nós permanecemos com o que há hoje.

Portanto, no conjunto do relatório, o que nós podemos dizer é que a iniciativa popular, a emenda de iniciativa popular... Restou provado que o próprio Executivo, ao lançar ontem o PAC dos Municípios abaixo de 50 mil habitantes, comungou conosco – não é, Deputado Chinaglia? –, porque, na verdade, parte do PAC já vai ser das emendas que foram apresentadas e, em nenhum momento, nós fomos contra elas. Pelo contrário, a crítica que fizemos o Relator e a Presidência da Comissão aceitaram, que era ajustarmos, justamente, na área de saúde e colocarmos como atenção básica.

Então, quando fazemos um relatório de que todos participam, acho que fica muito melhor, tão melhor que a própria Presidente Dilma manifestou, por meio do PAC dos Municípios, a aquiescência para isso.

Portanto, parabéns a todos nós! Parabéns ao Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, pela iniciativa! Espero que possamos concluir esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado Dilceu Sperafico.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas, quero participar com os meus colegas dos elogios ao nosso Presidente, pela firmeza de sua S.Exa. na condução dessa temporada toda do Orçamento. De, de modo especial, participo também dos elogios ao Relator, que tem ouvido todas as bancadas, tem respeitado todo mundo. Hoje, realmente, nós estamos chegando ao final, vencendo essa batalha de divergências, para que nós possamos aprovar.

Quero fazer um adendo referente às Emendas nºs 1, 2, 3 e 4, que são da Comissão de Agricultura. Hoje, o nosso País tem na agricultura, no agronegócio brasileiro, uma âncora de sustentação para o PIB, para a balança comercial. E a Comissão de Agricultura sempre se preocupou com a defesa sanitária e também com a EMBRAPA, de modo especial, que é empresa que está gerindo a pesquisa do nosso País e, realmente, merece toda a nossa atenção.

Além dessas quatro emendas da Comissão da Agricultura, eu quero salientar uma emenda que já foi citada pelo companheiro do Paraná, o Deputado Alex Canziani, a Emenda nº 203, que trata da aquisição de equipamentos para hospitais novos do Estado do Paraná que estão em construção, e não temos previsão de orçamento para ao término deles.

Por isso eu gostaria de atenção do nosso Presidente para as emendas de destaque da Comissão e para essa emenda da bancada do Paraná, que aqui foi citada pelos Deputados André Vargas, Alex Canziani e, com certeza, toda a bancada do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Dilceu Sperafico.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, eu recebi uma ligação do coordenador da bancada, Deputado José Arnon Bezerra, que é médico, assim como o nosso Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, que tem um destaque da bancada em relação ao IJF, em Fortaleza, que é o único hospital que atende a toda a demanda do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.k.. IJF a mais aí. Bota lá.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – É o Destaque nº 281.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, eu quero fazer, rapidamente, uma homenagem, um elogio ao Deputado Arlindo Chinaglia e agradecer a S.Exa., que atendeu a pleitos importantes de infraestrutura, a BR–153. Muito importante o atendimento. Hospital de Barretos, Hospital do Câncer, enfim, instituições e obras importantes que S.Exa. conhece.

Mas eu gostaria de mencionar o Destaque nº 248, que é aquela emenda da CFT que cria para todos os Deputados Federais, para todos os Senadores do Congresso Nacional a possibilidade de projetos que não têm adequação orçamentária e que necessitam desses recursos para poder satisfazer essa adequação orçamentária. E foram aportados, Deputado Arlindo, 10 milhões, que talvez possam ser recursos... Este ano são 50. A CFT colocou 150. Que se pudesse fazer alguma coisa para possibilitar... Porque qualquer projeto dá 8, 10 milhões de impacto financeiro. Então,

que, eventualmente, V.Exa. pudesse também dar uma atenção específica. É a Emenda nº 50170005.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Rapidamente, Sr. Presidente, quero cumprimentar o nosso querido amigo, eterno Presidente desta Casa, Deputado Arlindo Chinaglia. Fico feliz de poder ter contribuído com o seu relatório. Cumprimento também os consultores Wagner, Ricardo, Eugênio, Fernando, Mário, todos aqueles que ficaram parte dessa equipe que o ajudaram a elaborar o seu parecer.

Mas também quero dizer que o maior esforço de V.Exa., além das noites mal dormidas, das madrugadas em claro, o maior esforço desse grande Relator foi a ginástica feita na recomposição dos cortes praticados nos relatórios do Deputado José Priante e do Senador Delcídio do Amaral.

Eu tenho certeza, nobre Relator, de que a bancada de Minas e a bancada do Nordeste saberão reconhecer o seu esforço por ter feito a recomposição de 450 milhões de reais do Brasil Sem Miséria, por ter também feito a recomposição de 160 milhões na transposição e também pelo esforço sobre–humano de reparar os cortes na manutenção das estradas deste País.

Então, o Brasil agradece, o Congresso agradece! Parabéns pelo seu relatório! Parabéns pelo esforço! Que Deus o proteja!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Wellington Roberto.

Com a palavra o Deputado Geraldo Simões.

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Sr. Presidente, eu peço permissão para recorrer ao nosso ilustre Relator, apelando para a sensibilidade do mesmo. Primeiro quero tratar de duas emendas da bancada da Bahia, assinadas pelo nosso Líder e coordenador de bancada, o Deputado Nelson Pellegrino. Estou falando do Destaque nº 223, que trata da aquisição de máquinas e equipamentos para serem distribuídos aos Municípios do Estado da Bahia. É uma política que tem dado certo para a melhoria das estradas vicinais daquele Estado tão grande, com 568 mil quilômetros de extensão. Então, com relação a esse Destaque nº 223, nós estamos apelando para o Relator, no sentido de que faça uma recomposição dos valores.

De igual modo, ainda quanto à emenda da bancada da Bahia, é um serviço importante que está sendo implantado em nosso Estado. É um centro de emergência em que nós vamos colocar em um único número a Defesa Civil, a Segurança Pública, o SAMU e informações sobre o clima. Estamos solicitando também ao nobre Relator uma recomposição desses valores.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu quero aqui também tratar de três emendas do ilustre Senador Walter Pinheiro, antes Deputado com a gente e hoje no Senado, de visual novo, mas sempre atuante, principalmente na área de Ciência e Tecnologia. Essas emendas, esse destaque, o Destaque nº 226, que fala de estudo sobre ecossistema amazônico frente às mudanças globais. Uma emenda muito importante para esse tema em que o mundo hoje se debruça.

O segundo destaque do Senador Walter Pinheiro é o Destaque nº 227, que trata da instalação de satélite na região amazônica e também de um convênio, no que diz respeito a satélite ainda, com a China. Nós estamos querendo diversificar o nosso contato. Antes era com um ou dois países; agora, nós queremos fazer esse convênio também com a China para a instalação desse satélite.

Para concluir, quero dizer que, com a instalação desse satélite, nós vamos ter economia, o Tesouro fará uma economia. Vamos deixar de alugar satélite e nós teremos nossos próprios satélites, como há pouco me referi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Zulke.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, a discussão é *caliente*, mas a sala não precisa ficar tão quente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não há ar–condicionado. Já informo, oficialmente, a todos os calorentos como eu que não há ar–condicionado.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Zulke.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE – Sr. Presidente, eu quero também me associar aos demais colegas nos elogios feitos a V.Exa. pelo trabalho desenvolvido na condução da nossa Comissão e também ao nosso Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, que desenvolveu um intenso trabalho e que, do ponto de vista da bancada do Rio Grande do Sul, acolheu todas as nossas emendas, em relação às quais se chegou a um consenso na bancada. Por isso nós queremos lhe agradecer, muito embora o valor das emendas tenha ficado aquém daquele que reivindicamos e da necessidade do Rio Grande.

Deputado Arlindo, houve uma reunião com os coordenadores de bancada, e fui informado pelo Deputado Paulo Pimenta, nosso coordenador, e estou autorizado por ele, para fazer um lembrete apenas. Nessa reunião com os coordenadores de bancada houve um acordo de remanejamento de algumas emendas.

Então, eu queria apenas deixar registrado, para a sua devida atenção, que esse acordo seja efetivamente implementado com a recomposição das emendas de remanejamento realizadas pela bancada do Rio Grande do Sul.

Por fim, Deputado Arlindo, nós tivemos uma emenda aprovada na Comissão de Desenvolvimento Indústria e Comércio, acolhida por V.Exa., e queremos fazer apenas um remanejamento interno nos valores totais da Comissão de Desenvolvimento. Trata–se de uma emenda de apoio ao setor coureiro–calçadista, um setor gerador de emprego e desenvolvimento em nosso País e que precisa de muito de apoio neste momento em que enfrenta a concorrência com a China e com os países asiáticos. Precisa também, mais do que nunca, incorporar a sua produção qualificação de mão de obra e novas tecnologias. Para isso precisa ver a nossa emenda incrementada com os recursos que estão ao seu alcance. Temos certeza de que o Deputado Arlindo será sensível a esse nosso Destaque de nº 45.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Ronaldo.

Deputado Vaz de Lima, como penúltimo orador.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Obrigado, Excelência.

Quero fazer também coro e cumprimentar a V.Exa. por todo o processo que foi feito durante o ano aqui na Comissão. Começo dando um abraço no Deputado Márcio Moreira, que foi Relator da LDO, para nós uma boa e agradável surpresa. Também cumprimento o Senador Walter Pinheiro, que fez o seu trabalho no PPA, e agora o Deputado Arlindo Chinaglia. Todos agiram com grande sensibilidade.

Quero fazer dois registros, Relator Arlindo: primeiro, quero agradecer a sensibilidade demonstrada às emendas de São Paulo, particularmente aquela da BR–153, sobre a qual falamos tantas vezes, não só eu como tantos Deputados. O Deputado Dado falou disso agora há pouco, o Deputado Edinho, o Deputado Eleuses, o Deputado Milton Monti e tantos outros. Agradeço–lhes pela sensibilidade também de incluir não aquilo que deveria, na minha opinião, mas o limite que talvez lhe tenha sido dado pela Lei Kandir. E queria aqui um compromisso nosso, da Comissão, para nós continuarmos a melhorar essas condições de repasse da Lei Kandir para os Estados. Então quero cumprimentar a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Vaz.

Deputado Márcio Reinaldo, V.Exa. já se posicionou. Renovo os parabéns a V.Exa. porque tudo está sendo feito. V.Exa. foi o grande bandeirante como Relator da LDO.

Como último orador tem a palavra o Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO – Sr. Presidente, Sr. Relator, amigos, Deputados, Deputadas, Senadores. Eu não poderia, Sr. Presidente, ficar sem cumprimentar Myrna e sua equipe, que trabalham incansavelmente.

Meu querido amigo Relator e meu prezado companheiro Vital, quero agradecer–lhes a oportunidade que me deram de aprender muito neste meu primeiro ano no Congresso.

Aprendi que a persistência e a paciência é que valem num grande ato como este, numa negociação importante, e com certeza, Relator, os recursos de que V.Exa. ainda dispõe são ínfimos para fazer frente ao crescimento de um País como este.

Aprendi a respeitá–lo. Aprendi a respeitá–los, e, mais que isso, aprendi que esta Casa tem profissionais competentes, conduzidos pelo Senador Wagner – nós brincamos –, pelo Ricardo, pelo Fernando, pelo Eugênio, pelo Sanchez, pelo Tollini, pelo Mário e tantos outros. Por isso que eu acho que nós terminaremos com chave de ouro, conduzidos por V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Giroto. V.Exa. faz justos e meritórios elogios à Assessoria da Câmara, que é competentíssima, bom como a nossa Assessoria de Orçamento do Senado.

Não há mais oradores, graças a Deus.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não deixe encerrar a discussão, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não há mais oradores. Vamos dar a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia, para encerar o fecho das discussões.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Não, Presidente. Se V.Exa. encerrar a discussão, não poderemos apreciar o adendo. V.Exa. suspende, enquanto ele faz o adendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu posso suspender. O prosseguimento eu vou tomar logo depois, sem prejuízo ao adendo, com certeza.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – É, mas não encerre a discussão, senão nós...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Nem prejuízo ao adendo nem prejuízo ao Rodoanel de V.Exa., que está aqui.

Deputado Arlindo com a palavra para rápidas considerações.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Primeiro eu quero registrar que eu errei ao não falar do Mário Capp, que está presente, porque naquele momento, quando eu citei os vários consultores e as-

sessores, eu me esqueci de um que foi também fundamental, que é o Mário Capp.

Agradeço aos Deputados Giroto e Wellington Roberto, que trabalharam tão intensamente junto com o Relator e que lembraram do Mário, mas eu, inadvertidamente, esqueci. Vocês fizeram justiça, e eu quero também fazer justiça ao Mário e também aos Deputados Wellington Roberto e Giroto. O Giroto, como Relator–Setorial, teve a ideia, não foi pedido do Relator–Geral, de devolver talvez mais da metade dos recursos destinados à sua relatoria setorial, para que o Relator Geral, ao assumir o compromisso de que na sua área teria também uma coparticipação com o Relator–Geral. Mas eu quero informar a todas as bancadas estaduais, a todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que esse gesto que me honrou permitiu, e está permitindo, termos poucos recursos, mas os tivemos para atender às mais variadas demandas.

A segunda observação: é evidente que conhecemos cada vez mais o Brasil ouvindo os senhores. O que eu tenho a dizer inicialmente é que nós não temos um novo orçamento disponibilizado. E, enquanto eu ouvia, além de agradecer a generosidade de todos aqui para com o Relator–Geral, vai me gerando uma tensão novamente porque parece que eu estava recomeçando. Mas não estamos. E eu fiquei pensando, então, que critério posso usar frente a remanejamentos e ajustes para atender a tantas justas demandas.

Portanto, eu concordo com todos aqueles que disseram que, mesmo quando eu os atendi, foi pouco. Eu sou o primeiro a testemunhar isso. Agora, eu quero comentar quais os critérios que foram usados. Com todos que me procuraram eu procurei conversar. Alguns, com os quais eu tenho até mais amizade, do ponto de vista do tempo, eu dispensava mais rápido, exatamente porque eu sabia que eu podia confiar que ele ou ela entenderiam que eu lhe daria atenção da maneira possível.

Primeiro, nós disponibilizamos aos Relatores Setoriais 3 vezes mais recursos do que em anos passados. Eu fiz um registro sutil – agora eu não vou ser nada sutil – quando disse que alertei vários interlocutores, mas não só do Legislativo, não; do Executivo também. Há Secretário Executivo de Ministério com quem eu tratei e tem Deputado que veio apresentar emendas e veio me comunicar que era pedido daquele Secretário Executivo. Ou seja, houve muita gente do Executivo que não conseguiu, não teve o vislumbre de acompanhar o trabalho dos Relatores Setoriais. Foi por isso que eu disse que, tanto a CMO quanto o Executivo, devem acompanhar o trabalho dos Relatores Setoriais. Quando o Deputado Wellington Roberto faz referência aos cortes, tanto do Deputado Priante quanto do Senado Delcídio, foram cortes vultosos. Então, no que diz respeito à manutenção de estradas, foram 500 milhões. No que diz respeito à água para o Nordeste, foram 450 milhões. Pois bem, não é só estrada. Estrada mata gente; apesar da imprudência, ela ajuda.

Eu estou dizendo isso porque sei que temos uma relação, digamos, nos limites das disputas, nós construímos o tempo todo de absoluta franqueza, sem nenhuma promessa. O que eu estou avaliando agora? E quero repartir com os senhores e as senhores. Não há como, porque faz parte também do trabalho do Relator–Geral equalizar os recursos das bancadas de acordo com a média dos últimos 3 anos. E eu ouvi o Deputado Alex Canziani dar um dado do Estado do Paraná que me surpreende, porque é o 17º Estado do ponto de vista do atendimento de emendas. Por isso eu disse que vamos aprendendo.

Ocorre que eu sou obrigado, e todos nós o somos, a cumprir a Resolução nº 1. É por isso que eu também apontei no meu relatório que nós devemos procurar aprimorar o nosso trabalho na Comissão. Não sei se já consta do meu relatório, não sei se é possível constar, mas eu acho que inclusive nós devemos aprimorar a Resolução nº 1. Nós devemos constituir um grupo de técnicos, de pessoas experientes e também de Parlamentares para fazermos dessa Resolução nº 1 um instrumento ainda melhor.

Portanto, estou vocacionado a atender aos Estados e às bancadas de forma aproximadamente igualitária. Não tem saída; o dinheiro acabou e há agora uma porção de pleitos legítimos e não me cabe questionar nenhum deles. Eu só posso dizer que não há dinheiro.

Dito isso, eu vou pegar cada um dos destaques e tentar colocar no adendo que apresentarei posteriormente. Porém, tenho a pretensão de, ouvindo o representante de bancada, construamos um acordo para votar aqui, na Comissão, e resolver isso. Por quê? Não tem como eu atender aos meus amigos, por mais que eu gostasse. Não tem como, porque os amigos me sensibilizam, mas é a lei que me orienta, e os amigos concordam com isso. Então, dentro dos limites da negociação, aqui falando claro, faremos adendos no sentido de contemplar da maneira mais equilibrada possível tudo aquilo que foi falado.

Quero agora responder à pergunta do Deputado Rubens Bueno, que indagou onde é que estava no meu relatório a referência à liminar. Vou falar com bastante clareza. A liminar não chegou à minha mão. Ela determinava à Presidência da Câmara e do Senado – porque é papel dessas duas instâncias responderem ao Poder Judiciário – chegar à minha mão, via Presidente da Comissão Mista de Orçamento, é chegar à mão de quem não fala pela Casa, de quem não fala

sequer pela Comissão. Entretanto, a minha opinião foi expressada, por responsabilidade. E por falar em nome do Parlamento do ponto de vista da Relatoria, eu deixei bem claro, porque a liminar fala que é preciso analisar.

Então, eu vou ler aqui na página 18:

"Ao longo do processo de tramitação do PLOA 2012, ficou pública a intensa análise e apreciação dos conteúdos dos vários projetos em tramitação, até porque a decisão – vou dar a CFT como exemplo – *de não colocar em votação era consequência da análise. O fato de a Comissão de Constituição e Justiça fazer uma proposta ao Relator–Geral para que colocasse 2 bilhões para reajuste do funcionalismo prova que aquilo estava sendo analisado."*

Ouçam: *"Todos os esforços foram envidados no sentido de buscar entendimento entre os Poderes* – os Poderes são testemunhas disso – *para encontrar alternativas que garantissem o atendimento das demandas por reestruturação".* E por aí vai.

Portanto, a liminar, na interpretação de todos, não outra intenção, a não ser, na minha opinião, de dizer que é preciso ser discutido. Eu estou provando que nós já estávamos discutindo. Qual é o grande debate? Não e esse; não é esse! O grande debate é: o Executivo elabora isoladamente a proposta orçamentária. Então, se era para o Supremo ter alguma iniciativa outra, o endereço da liminar estava completamente errado. Teria que ter mandado ao Poder Executivo. Aqui, nós recepcionamos; aqui, nós deliberamos, e não é porque o Judiciário quer, mas é porque nós temos autonomia para isso. Respeitamos o Judiciário, mas o que fiz não foi por causa da liminar.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, eu entendi, Deputado Arlindo Chinaglia, que havia chegado à sua mão esse despacho. Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Deputado Rubens Bueno me perguntou, eu respondi a S.Exa., e o Deputado Arlindo, em boa hora, saneou a informação que eu passei a V.Exa. A liminar foi endereçada aos dois Presidentes, da Câmara e do Senado. Como recebi uma cópia, eu a encaminhei, mas não sou autoridade coatora. São, sim, o Presidente da Câmara e do Senado no que se refere à liminar.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – O que não invalida, Sr. Presidente, a luta por aqueles que estão aí em busca de melhores salários, melhores condições de vida. E é por isso que nós vamos lutar. E a grande discussão, e é verdade, é ter no orçamento de cada Poder, sobretudo para o Poder Executivo, o orçamento impositivo desta Casa. Essa é a grande discussão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – No que tange, portanto, à relação – e parece–me que essa é uma discussão que divide inclusive consultores e especialistas –, é exatamente esse tema que V.Exa. tocou também quanto à exclusividade ou não de o Executivo enviar. Mas, sobre isso, aquela liminar não tratava.

E, finalmente, com referência aos aposentados e a todas as outras demandas, não do Judiciário, se eu fosse tomar a decisão, se eu fosse isoladamente fazer justiça de acordo com aquilo que eu percebo, eu não começaria pelo Poder Judiciário. Eu começaria, por exemplo, pela área da saúde, pela área da educação, eu trabalharia com os peritos, trabalharia com os consultores, porque respeito manifestação.

Agora, todos nós aqui temos informações; todos nós temos compromisso e também o dever de aproveitar o máximo daquilo que é a nossa própria inteligência. Por quê? Injustiça no meio do servidor, eu sou o primeiro a testar. Eu sou servidor público por escolha; sou médico. Trabalhei o tempo todo no serviço público, porque a minha mais–valia ofereci ao Estado. Eu duvido que alguma categoria com tal importância receba menos do que recebe, como por exemplo os médicos brasileiros ou os enfermeiros. Então, quando eu disse há pouco que o nosso dever era dialogar com todos, mas principalmente com aqueles que estão fora da sala, é porque estamos pensando nos pobres, nos mais pobres. Nós estamos pensando em manter emprego, gerar oportunidades. Por isso, nós temos que ter equilíbrio e não nos assustamos nem com trovão e nem raio. Faz parte da vida política. Agora, eu acho justo que todas as categorias tenham boa remuneração. *(Palmas.)*

É aí que eu quero ressaltar o trabalho da Consultoria. Eu tinha me poupado de falar isso, mas eu também tenho o dever de falar. A Consultoria, que também tem interesse na questão salarial, naturalmente, que também em determinadas situações poderia estar recebendo maior remuneração, ajudou–me a tomar decisões que. Se eles tivessem o corporativismo de alguns, talvez não tivessem a qualidade que têm. Então, nós temos que ter essa capacidade de produzir um orçamento que pense o Brasil.

Ontem, à noite, saindo da Câmara – foi uma noite que eu saí mais cedo –, cruzei com os representantes dos aposentados. De forma elegante, de forma absolutamente sábia, eles me perguntaram, e eu repeti aquilo que disse desde o primeiro contato, assim como o fiz com representação de todas as categorias. Falei: *"Olha, quando eu coloquei no parecer preliminar, não houve vaias. Quando o Governo não queria que eu colocasse no parecer preliminar, não houve nenhum tipo de questionamento".* Agora, vejam, lamento a frustração e eventualmente a impotência daqueles que lutam. O que eu posso dizer, da minha parte, é que, como Presidente do Sindicato dos Médicos, eu nunca perdi

uma greve Portanto, faz parte do embate democrático as pessoas se organizarem, escolherem uma estratégia de luta. É legítima a pressão no Parlamento. O que não é legítimo é um Parlamento se acovardar na hora da decisão.

Portanto, eu acolho todas as ponderações em favor dos aposentados que me tocam o coração. E esse é outro exemplo. Entre determinadores servidores aposentados, eu estou com os aposentados. Agora, o orçamento é limitado. Alguém acredita que um Deputado ou um Senador, sozinhos, dariam uma liminar para resolver tamanho problema? Isso é irreal. Por isso, eu reparto essa responsabilidade com todos os membros da Comissão. Apoio inclusive as observações que foram feitas aqui, eu diria, com maior ênfase por Deputados da Oposição. Eu acho que é isso mesmo. Nós temos que ter atenção, temos que procurar recompor, mas eu acho que todos concordamos que estamos pensando juntos o Brasil, com as legítimas disputas.

Finalmente, sou um defensor radical no sentido etimológico do termo das prerrogativas do Parlamento. Portanto, aquelas liberalidades que foram mencionadas eu acho que são liberalidades mesmo. E nós temos que, num equilíbrio de relação entre os Poderes, fazer de maneira que cada vez mais se aprimorem, para que o Parlamento também se fortaleça, porque esta Casa é a expressão mais pura da democracia do ponto de vista de poder representativo.

Eu quero agradecer profundamente a compreensão, o apoio e tudo aquilo que os senhores e as senhoras me ofertaram pela inteligência, pela experiência e também, eu diria, pela solidariedade com o Relator.

Muito obrigado.

Vou produzir agora um adendo e, dentro do possível, procurar atender a todos os pleitos aqui apresentados, modicamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado. Deputado Arlindo, eu vou manifestar só o final.

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA – Sr. Presidente, PSB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o PSB.

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA – Sr. Presidente, em nome do PSB, eu quero me congratular com o relatório apresentado pelo brilhante Parlamentar Arlindo Chinaglia. E, além de apoio ao relatório, ao seu trabalho, com várias mãos e várias cabeças pensantes, o PSB congratula–se com S.Exa. pelas posições assumidas e é solidário às suas ações praticadas neste Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Edson Silva.

A discussão está encerrada, respeitando o adendo que virá. Não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, eu estava me esquecendo. Tem que haver votação aqui.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Tem–se que suspender a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos votar agora. Calma; é outra coisa.

A discussão está encerrada. V.Exa. vai produzir o adendo. Se for necessário, eu estou reabrindo aqui. Não há problema, Rogério; eu já consultei, e o prazo de destaque também está encerrado. O que eu vou colocar em votação é um pedido do Deputado Rogério Marinho. Foram apresentados 303 destaques a este relatório. Eu vou entrar com requerimento de inclusão na Ordem do Dia para atender ao Deputado Arlindo Chinaglia e toda a bancada de São Paulo: *"Requeiro, nos termos do art. 214..."*

(Não identificado) – *(Ininteligível)* ele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – A pedido dele; eu vou fazer o adendo, mas quem está assinando é você aqui.

"Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado, a inclusão da alteração do parecer preliminar ao PLN 28, de 2011, ao PLOA 2012, na reunião extraordinária."

Em votação pela Câmara dos Deputados.

O senhor é contra, Vaz, ou não?

Pela Câmara e pelo Senado.

Estou brincado, Vaz, você é quem pediu isso aí.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Pode falar ou não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não. Não vamos falar agora. Não é mérito.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos votar.

Pela Câmara e pelo Senado.

APROVADO.

Agora, eu vou anunciar o que é. Trata–se uma solicitação do Deputado Rogério Marinho que só poderia ser encampada graças ao espírito público e paulistano...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – E natalino.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Espírito público e paulistano, sobremodo, comprometido com o seu Estado, e é de se respeitar isso, de forma sempre suprapartidária apresentada pelo Relator – ouça o que eu estou falando de você, rapaz.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu ouvi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, eu vou ler.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Eu queria ter direito a fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Apesar das eventuais irregularidades do Tribunal de Contas, nós vamos apoiar os 170 milhões para o Rodoanel.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito bem.

"Possibilitar o acréscimo de recurso, emendas de Relator 17, inclua–se novo item, seção 5, com a seguinte redação:

17.1.12 – Possibilitar o acréscimo de recursos:

Funcional Programática 26.782;2075, 12JP 0035 – Apoio à construção do Rodoanel, Trecho Norte, no Estado de São Paulo – no Estado de São Paulo.

Sala das Comissões, 21 de dezembro.

Deputado Arlindo Chinaglia

Relator–Geral do PLOA."

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Pela Câmara. *(Pausa.)*

APROVADO.

Pelo Senado. *(Palmas.)*

APROVADO.

Fica aí atendido V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Questão de ordem, Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Eu queria que V.Exa. considerasse um tratamento isonômico ao Estado do Ceará, porque há uma rodovia federal no Ceará, a BR federal, que tem uma Funcional Programática no Orçamento deste ano. E ela não está no Orçamento do ano que vem, 2012.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator–Geral tem que...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Eu queria que ele desse o mesmo tratamento que deu a São Paulo, ao Estado do Ceará, apenas incluindo no Orçamento da União o trecho da BR federal no Ceará, que ficou esquecido no Orçamento 2012.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Consulto o Relator–Geral, porque é meritório. Relator.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, primeiro, quando me foi apresentada a sugestão, eu solicitei da Consultoria um parecer. O parecer veio como uma iniciativa que eu não poderia ter. Acredito na ponderação do Deputado Danilo Forte. Eu peço a ponderação do Líder do Governo na CMO, o Deputado Gilmar Machado, porque isso veio não só através do Deputado Rogério Marinho, mas veio também por meio da Liderança do Governo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE– Veio também pelo DNIT. Há um apenso do DNIT pedindo encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Para alterar o parecer preliminar, nós havíamos feito um acordo no sentido de que eu só alteraria isto; se não vai acontecer de abrirmos uma avenida, e todo mundo vai querer alterar o parecer preliminar, legitimamente. Mas, agora, eu quero ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu suspendo a reunião por 1 hora e 30 minutos. Retomaremos os trabalhos às 16h36min.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, permita–me apenas comunicar ao Deputado Danilo Forte que vamos trabalhar para acertar essa questão e, também, convidar todos os Parlamentares a se fazerem presentes, às 16h, à sessão do Congresso, para tratarmos de créditos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mas às 16h36min estaremos aqui.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Estaremos aqui para encerrar os trabalhos na sessão da noite.

(Não identificado) – Sr. Relator, cuide de Londrina também, não só de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Acabei de receber do Relator um pedido de mais 15 minutos para a conclusão e a logística do adendo, que é a parte final do seu relatório.

Então, eu peço paciência e perseverança a V.Exas. com relação a isso.

O Senador Acir Gurgacz está na condição de Líder do PDT, no Senado, e Relator da Receita, dando–nos a boa nova de um acordo que envolve o justo pleito dos aposentados e que, a partir do momento em que a sessão for reaberta, ele será explicitado.

(Não identificado) – Teremos toda a paciência, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Não dá para adiantar alguma informação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – O texto está sendo construído . Não vamos abrir a sessão agora. O texto está sendo construído e o Senador Acir participou com o Deputado Paulo Pereira da Silva, com o Presidente José Sarney. É um texto que contemplo e, graças a Deus, vamos chegar a um bom termo.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que retomem as suas bancadas, assim também seus assessores e os profissionais da imprensa, pois estamos retomando a nossa reunião extraordinária.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 30 e 31.

O Deputado Arlindo Chinaglia está se dirigindo da Consultoria para este recinto.

Eu quero fazer dois tributos de gratidão a V.Exas. que estão aqui até esta hora da noite – 19h18min –, principalmente às Lideranças partidárias que conduziram comigo esta Comissão. Nós estamos concluindo um longo ano orçamentário, em que eu tive a honra de poder ombrear–me com V.Exas.

O gesto de V.Exas. no dia de hoje, unidos a mim, ao Líder do Governo, Deputado Gilmar Machado, aos Líderes partidários do Governo e da Oposição, de buscar um entendimento para que entreguemos à Nação, como já o fizemos com o Plano Plurianual, o PLOA é um gesto que guardo na minha memória.

Quero deixar este pleito de gratidão. As manifestações de V.Exas. para com esta Presidência têm sido reiteradas. São demonstrações de carinho, de afeto, de solidariedade, de parceira. Por isso mesmo quero dar este tributo de gratidão a cada um e a todos os companheiros.

Quero também prestar uma homenagem muito franca, muito sincera, e com absoluta certeza falando em nome de dezenas e dezenas, centenas de congressistas que passaram por aqui desde a criação desta Comissão ao longo de todos estes anos. Centenas de Congressistas passaram por aqui e cada um recebeu a palavra franca, sincera, verdadeira, leal, honesta de uma funcionária que está nos deixando. Hoje é seu último dia de trabalho efetivo. Falo da senhora Myrna, e com muito carinho. *(Palmas.)* São anos de serviço prestado a esta causa, sem nenhuma vírgula, sem nenhuma nódoa, sem nenhuma suspensão, sem nenhuma reticência, sem nenhuma interrogação, por esta servidora pública, sacerdotisa da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional.

Esta senhora é, sem dúvida alguma, o equilíbrio para todos que, quanto eu, passaram por esta Mesa Diretora. E a palavra que eu posso trazer para ela agora é de carinho, é de respeito, é de admiração e é de gratidão por tudo o que ela fez pelo País, sendo leal, sincera, verdadeira, franca e honesta.

Myrna, recolha destes aplausos, recolha desta homenagem a mais expressiva gratidão, em nome do Congresso Nacional, à sua riquíssima folha de serviços prestados à Nação. Que Deus te proteja. *(Palmas.)*

Falta o presente para a Myrna. Vamos votar. Eu disse: *"Não dá para passar mais um ano, não?"* E ela respondeu: *"Não, vou ficar com meu marido andando pelas estradas do Brasil, cada um numa moto".*

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pela ordem, o Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Já disse em particular a V.Exa., e à Myrna eu queria dizer em público: em São Paulo nós indeferiríamos a aposentadoria dela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Indeferia. Se eu tiver condições de fazê–lo, haverei de fazê–lo, indeferir liminarmente a aposentadoria de Myrna.

Bom, com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, pela ordem. Nós terminamos a reunião hoje no começo da tarde, quando foi colocada a necessidade de um adendo, com a preocupação de incluir na peça orçamentária o Rodoanel em São Paulo.

Eu pedi isonomia para um trecho da BR–222, na travessia urbana do Município de Tianguá, que tinha dotação orçamentária neste ano, mas que não estava prevista nenhuma dotação orçamentária para o ano que vem, prejudicando o andamento do trabalho da obra que já lá estava sendo realizada.

Gostaria que o Senhor arguísse o Relator com relação a esse adendo que já está pronto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Eu entendo V.Exa. Eu arguirei o Relator sobre a manifestação de S.Exa., dizendo que cabe apenas a ele, como fez na questão do Rodoanel, a apresentação.

Não sei se o lapso desse espaço até a votação em plenário nos dará as condições necessárias, mas a arguição de V.Exa. é pertinente e procede.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – É anterior, porque é um acordo com o Deputado Gilmar Machado, Líder do Governo, que acatou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Já há acordo?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Já.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Gilmar Machado. Vou pedir a participação do Deputado Gilmar Machado para a confirmação do acordo relatado pelo Líder Danilo Forte.

Com a palavra o Relator Arlindo Chinaglia para a apreciação do seu adendo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Não seria melhor o Gilmar Machado colocar primeiro, porque já ficou em aberto?

Deputado Gilmar Machado, peço que venha se pronunciar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Olha a informação que eu recebi: primeiro, que está tudo sendo impresso. Não há tempo para fazer alteração.

A informação que tive é que, como o Líder do Governo não foi consultado, não poderíamos tomar decisão. Por quê? Aquela única exceção era para ser única. Se fosse para abrir para outras eu não teria concordado, porque, veja, abrir o parecer preliminar para virar uma fila de fazer emendas não é possível, dada a dimensão da representação envolvida. Por isso que mencionei o Governo, poderia mencionar também a Oposição, mas não quero entrar em detalhes, porque cada acordo é um acordo. Senão isso não vai ter fim.

Então, não sei como resolver, Presidente, mas a decisão é de V.Exa. Está sendo impresso e V.Exa. é que tem que conduzir o tempo. Eu não recebi resposta em tempo hábil, e toquei, mas a minha opinião é que, abrir parecer preliminar para começar uma série de pleitos, aí os companheiros haverão de convir que nós inviabilizamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu pessoalmente já tinha conversado com eles para que pudéssemos realmente tentar incluir. Nós tínhamos conversado sobre esse processo. Agora, não sabia dessa questão do tempo. Se já foi impresso, aí não...

(Não identificado) – Nós podemos incluir em plenário?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Primeiro, eu quero deixar claro que ambos tinham conhecimento.

Segundo, quero só um tratamento isonômico, porque não tem sentido o Estado do Relator ser beneficiado com emenda posterior à apresentação do Relatório e um outro Estado da Federação – brasileiros iguais aos paulistas somos nós, cearenses – ser excluído de uma manifestação, prejudicando uma questão que já está no Orçamento de 2011. Eu não estou pedindo nenhum centavo aqui, só estou pedindo a inclusão para manter, para não cair a rubrica. E, caindo a rubrica, a obra não poder ser executada.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Olha, nessa altura do campeonato, fazer insinuação desse porte... Quero dizer a V.Exa. de maneira mais clara do que a que V.Exa. pretende insinuar. isso foi para atender a uma reivindicação da Oposição. Da minha parte, se o Plenário rejeitar, não há nenhum problema.

Portanto, se V.Exa. quer dizer que é porque é o Estado de São Paulo, V.Exa. sabe que está entrando numa seara indevida, está bem assim? Se quiser, nós continuaremos a conversa publicamente. V.Exa. quer continuar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não, vamos à frente. Vamos continuar.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Eu quero defender os interesses do Estado do Ceará.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – V.Exa. quer que eu relate quais são suas exigências para a admissibilidade?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – V.Exa está querendo me ameaçar?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não, estou perguntando. Eu não ameaço.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos ler o adendo. Nós estamos num clima absolutamente pacífico, um clima de congraçamento. Vamos ler o adendo agora.

Deputado Arlindo com a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, o adendo está sendo impresso para ser distribuído e me parece que, salvo melhor juízo, não haveria necessidade da leitura.

Então, indago de V.Exa. qual deva ser a melhor atitude.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exas. concordam com essa posição? Está sendo distribuído...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – É que tem mais de 100 páginas e acho que é razoável que todos possam olhar. Se necessário, prestaremos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estamos fazendo as cópias e eu peço anuência de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, da parte do PMDB, não havia necessidade da leitura, apenas de vermos antes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – PMDB ok.

PSDB? Deputado Vaz? *(Pausa.)*

Vou inclusive dar um tempo para todo mundo folhear o adendo. PDT, ok?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – PP ok.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – PP ok.

PTB ok, PMDB ok. PR?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – PR ok.

PSDB? *(Pausa.)*

Democratas, Deputado Efraim?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Vamos ter tempo para observar.

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA – PSB ok.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Haverá tempo para observar.

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA – PSB, Sr. Presidente, ok.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – PSB, Edson, ok.

Deputado Vaz, termine o telefonema.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – André Vargas, PT?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – PT ok, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É só para folhear o adendo. Então, vamos dar um tempo. Aí já estão sendo entregues em regime de urgência a xerox do adendo e vamos dar um tempo para a manifestação e a leitura dos senhores, para a confirmação das alterações provindas do adendo.

Estão suspensos nossos trabalhos por 10 minutos. *(Pausa.)*

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Peço aos Srs. Parlamentares que se posicionem em seus respectivos lugares. O Relatório, com o adendo, está sendo distribuído. Em exatamente 10 minutos nós haveremos de nos posicionar definitivamente. Dez minutos para a consulta de V.Exas. *(Pausa prolongada.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Podemos retomar? Vamos lá.

No Relatório final, as erratas 1, 2 e o adendo estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O Relatório Geral com o adendo e a errata estão Aprovados. *(Palmas.)*

Deputado Gilmar, e agora? Os Destaques foram rejeitados dentro do acordo.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, vamos votar. Peço licença para votarmos em globo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Não, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra, pela ordem, V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Não aceitamos votar em bloco.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, vamos votar individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Votar individualmente?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Até porque a bancada do Ceará se sente muito desprestigiada com a forma como o Relator–Geral atendeu aos destaques da bancada do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, vamos aos destaques, que vão ser separados para votação em separado.

Os números dos destaques, Deputado Danilo?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Cento e dez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Cento e dez. O autor do destaque é quem pode pedir a votação.

Mais algum, ou não?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Calma! Calma!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Estamos analisando aqui. Dê mais um tempinho, Sr. Presidente, para que possamos escolher quais serão destacados. Nós já abrimos mão da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O de nº 110 vai ser destacado. Vamos ver mais. Deputado Gilmar, aqui, por favor!

Estamos só na dependência do querido Deputado Efraim Filho.

Já votamos a matéria. Vamos votar os destaques agora. *(Pausa.)*

Bom, eu preciso do número dos destaques. Não, eu preciso fechar os destaques.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – O 260 estou resolvendo aí agora, Sr. Presidente, com o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Duzentos e sessenta?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – O 260, do Deputado Efraim Filho. Não há mais destaques?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, destaques nºs 230 e 231.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – O 220 e o 221, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Confirmado, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – O 220 e o 221.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O 260, não.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – O 260, sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Também? O 260 é do Deputado Wellington. Este destaque não é de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – É da emenda da bancada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Solicito votação em separado. Dois meia zero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Vou acabar o prazo de destaques, porque senão vamos ficar ...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Dois oito um também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – É de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Dois oito um também.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, a emenda da bancada de Minas Gerais, a 005018. Vou pegar um por um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Zero, zero, cinco e zero dezoito.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Destaque 296, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Não é o número, não, é a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Não, aqui eu só trabalho com destaque.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Destaque 296.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Destaque 296.

Está encerrado o período de destaques.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Ressalvado os dois da bancada, que eu vou fornecer o número.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, questão de ordem.

Fica na sistemática de votação. Nós não temos no relatório os destaques. Quer dizer, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Ressalvado os destaques.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sim, mas até para nós podermos contra–argumentar no tocando aos destaques, fica inviável um debate, fica antiprodutivo fazer debates sem termos ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Nós já temos a quantidade de destaques apresentados ao adendo. Não recebo mais nem um destaque...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES – Sr. Presidente, como Coordenador da bancado do Mato Grosso, não tive nem oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Mas os seus representantes estavam aqui. Eu fiz o período ...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES – Não, estou aqui. V.Exa. falou que ia encerrar o período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Não. Eu passei mais de 30 minutos esperando destaques, Sr. Coordenador.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES – Está aqui. Já está entregue aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Não recebo.

Vamos começar a votar.

Primeiro destaque.

Votação em globo.

Autorização para votação em globo. Não tem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, nós fizemos questão de ordem para votar individual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – O restante da votação dos destaques, ressalvados esses destaques que estão aqui...

Em votação na Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

O que nos resta são estes destaques. Vamos votar.

Vou votar todos os outros destaques, ressalvados estes que foram nominados por V.Exa., que têm parecer pela rejeição.

Pela Câmara, aprovada a rejeição. Não vai ao Senado.

Temos agora oito destaques para serem votados.

Consulto... Destaque nº 110.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Espere aí. Seria interessante que o Relator se debruçasse sobre esses destaques para ver qual o seu pronunciamento, para dar continuidade ou não à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Ele vai dar o parecer um a um, mandar selecionar os oito destaques, separar, e vai dar parecer um a um...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – ... porque ele pode ver como pode atender ou não. Eu não vou falar antes de ele falar. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, historicamente, o Relator–Geral, sempre antes das manifestações, refaz para ver o que pode atender ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Depende dele.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Seria bom ele se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Peço ao Deputado Arlindo Chinaglia para vir à sua bancada e iniciar.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Retomem os seus lugares, por favor, para concluirmos esta votação.

Vou anunciar os destaques.

Destaque nº 110, do Deputado Danilo Forte, Emenda 71070010, da bancada do Ceará. Este é o primeiro destaque que vai à votação.

Com a palavra o autor, para justificar o destaque; depois, o Relator, para se posicionar.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, se o Relator–Geral colocasse na nova listagem dos que foram destacados – como encaminhamento de votação, para o processo ser mais rápido – o que S.Exa. atendeu e o que S.Exa. não atendeu dessa nova reivindicação, poderia ser construído um acordão para se votar tudo em bloco. Se o Relator ler todos, o que desses...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.k. Então, vou ler todos os... Mas o Deputado Efraim...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Aí podemos tirar...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Pode ser a ressalva da ressalva da ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – É, ressalva da ressalva...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pode ser, pode ser.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Isso pode agilizar a votação. Estou tentando contribuir para o trabalho do Relator–Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos fazer o seguinte: aqueles que dizem "despesa de programação"...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Apesar de o Relator me dever um pedido de desculpas, estou colaborando com S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Aqueles que não dizem respeito a texto vão ser discutidos agora pelo Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Excetuam–se o do Deputado Raimundo Gomes de Matos e o do Deputado Efraim Filho, que falam sobre outros dois assuntos e texto.

Retire os que são de texto; pronuncie–se apenas sobre o de apropriação.

Destaques nºs 110, do Deputado Danilo Forte, e 281, dos Deputados Ademir Camilo e João Magalhães.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Presidente, vou fazer a leitura por bancada; todos saberão identificar.

Para produzir esse acordo, naturalmente, tive de conversar com o Líder do Governo aqui na Comissão, o Deputado Gilmar Machado, porque vai implicar cortes. E essa é uma outra longa novela.

Passo, então, a fazer uma proposta de acordo: bancada do Ceará, Destaque nº 110, infraestrutura, 10 milhões; bancada do Ceará, Destaque nº 281, 5 milhões; bancada de Minas Gerais, Destaque nº 296, 15 milhões; bancada da Paraíba, Destaque nº 260, 10 milhões; bancada de Minas Gerais, Destaque nº 246, 5 milhões; bancada da Paraíba, Destaque nº 124, 5 milhões.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O.k.

Os senhores concordam? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Bancada de Minas, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em votação na Câmara, com exceção das ressalvas das ressalvas, que são os destaques dos Deputados Raimundo Gomes de Matos e Efraim Filho. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabenizo o Deputado Chinaglia pela compreensão, em nome da bancada do Ceará e em nome da bancada de Minas Gerais. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Parabenizo V.Exa., Presidente, pela bela condução dos trabalhos, mas, repito, o Relator está me devendo um pedido formal de desculpas. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Relator vai dizer agora apenas onde estão os cortes. Só um momento. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Presidente, posso dar um informe?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pois não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Os 50 milhões sairão de corte na sequencial 54, 53.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – A que se refere essa sequencial, Relator?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Como?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – A sequencial refere–se a quê?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pensei que fosse o Deputado Gilmar Machado que estava falando. Com uma base tão organizada como esta... Espere só um pouquinho. *(Pausa.)*

Deputado Pedro, tem certeza de sua pergunta? *(Risos.)* Na hora em que eu descobrir, eu respondo, o.k.?

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Disse V.Exa. 54, 53. Por que não 52, 55? Está respondida. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Podemos votar agora os Destaques nºs 220 e 221, do Deputado e querido amigo Efraim Filho, da bancada do Democratas da histórica Paraíba.

Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. tem 5 minutos, porque são 3 mais 3 menos 1, porque são dois destaques.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Com 1 de tolerância, são 6, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Às 20h15min, aliás, às 20h17min... Vamos contar os 5 minutos de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, um pouco mais cedo, já tratávamos do tema. Esses dois destaques – que trouxemos até o limite para tentar o convencimento do Relator – dizem respeito ao aumento dos servidores públicos da União. Mais cedo, falávamos do Comitê das Obras Irregulares, e muito se discutiu o investimento do País, e de forma correta, em obras. Ocorre que um país não é feito simplesmente de pedra, concreto e ferro. O País também precisa ter alma e coração.

Infelizmente, o Governo tem sido intransigente no diálogo com essas categorias, com esses segmentos. Os aposentados e os servidores públicos almejam o resgate de uma defasagem histórica e estavam muito esperançosos em que isso fosse ocorrer.

Na condição de Relator–Setorial da área social, tenho autoridade para dizer que tratei com muita responsabilidade essa área crucial do Governo. Tal responsabilidade me levou, inclusive, mesmo sendo Deputado de um partido de oposição, a ter como norte a preservação do orçamento do Brasil sem Miséria, principal programa da Presidente Dilma no Ministério do Desenvolvimento Social, no Ministério do Trabalho e no Ministério da Previdência.

Mas, sendo Relator da área social, também pude perceber que o Governo, quando dá prioridade a alguns temas, faz esforços para atendê–los. Assim, de forma muito justa, atende o Bolsa Família com 18 bilhões de reais; de forma muito justa, atende o seguro–desemprego com 27 bilhões de reais; de forma muito justa, atende o seguro–desemprego do pescador artesanal com 2,2 bilhões de reais.

Os servidores do Ministério Público da União pedem um reajuste que geraria um impacto de 279 milhões de reais, Sr. Presidente. Os servidores do Poder Judiciário fazem uma proposta: *"Vamos parcelar, para que esses 5 anos sem aumento não impactem de uma só vez"*. Eles aceitam dividir o reajuste em seis parcelas. Mas, mais uma vez, reina a insensibilidade do Governo ao não abrir o diálogo com esses segmentos.

Este é o nosso apelo: solicitamos ao Relator... E, com base em tudo o que foi possível atender, já elogiava o trabalho de S.Exa. e o trabalho de V.Exa. na Presidência. Mas não é possível que só tenhamos foco na pedra, no concreto e no ferro. O maior patrimônio deste País é o seu cidadão, é o seu servidor público, é o aposentado, que ajudou a construí–lo. É hora, sim, de darmos uma resposta a essa categoria. Passaram–se dias e dias, e os militantes, esses representantes dos segmentos, das associações aqui estavam presentes, deixando clara a sua voz. Trata–se de reivindicação de quem tem uma história de vida construída.

Então, faço esse apelo a fim de sensibilizar os demais partidos e Parlamentares para que acompanhem a posição do Democratas nesse destaque. Não podemos insistir em obras que estão marcadas pelo selo da irregularidade, e deixar de atender a esse segmento da sociedade.

Então, Sr. Presidente, para concluir dentro do tempo que V.Exa. me concedeu, faço esse apelo e peço a todos apoio para a aprovação dos Destaques nºs 220 e 221, que dizem respeito ao reajuste dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, junto a seus planos de cargos e salários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Efraim Filho a obediência ao tempo.

Com a palavra o Relator, o Deputado Arlindo Chinaglia, para suas considerações. S.Exa. já se posicionou com relação aos dois destaques.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, demais pares, serei breve.

Deputado Efraim Filho, V.Exa. tem razão em muitas de suas ponderações. Sem discordar de V.Exa., quero apenas lembrar que, de fato, o maior patrimônio do Brasil é seu povo, o que inclui todos os trabalhadores, sem exceção. Louvo sua honestidade intelectual, Deputado, ao dizer que apela às bancadas, tendo em vista que se trata de uma posição partidária. Isso me dá tranquilidade – aliás, na verdade, como já a tenho, a reforça –, porque não se trata de vontades pessoais

neste caso, ainda que as tenhamos. Trata–se de uma conjuntura amplamente analisada, e V.Exa., sendo da Oposição, faz muito bem o seu papel.

Entretanto, do ponto de vista dos vários partidos da base, com os quais me reuni e junto com os quais estive reunido em outras esferas de poder, primeiro, eu nunca prometi – eu sabia que seria difícil –, coloquei no parecer preliminar, quando havia resistência até mesmo do próprio Governo, porque, ao colocar no parecer preliminar, tanto para os servidores quanto para os aposentados, ali ficava uma porta encostada, e eu deixei sempre claro que dependeria de negociações. Como elas não evoluíram, eu não tenho alternativa a não ser a de dizer não a seus destaques, não sem reforçar que V.Exa. toca no cérebro e no coração deste Relator. Mas o fato é que, frente ao processo, eu não posso aceitar esses destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que concordam com a posição do Relator, rejeitando os destaques do Deputado Efraim Filho, permaneçam como se encontram. Os que divergem do Relator, apoiando o Deputado Efraim Filho, levantem o braço. *(Pausa.)*

Levantaram o braço os Deputados Efraim Filho, Vaz de Lima e Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, solicito que fiquem registrados em ata os votos contrários.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Acabo de registrá–los verbalmente.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos, para falar sobre os Destaques nºs 230 e 231.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, defenderei ambos ao mesmo tempo, até porque a peça mais importante que o Congresso está votando é o Orçamento, e podemos observar a fragilidade da proposta orçamentária. Digo isso porque o Governo não vem cumprindo o planejado, e, se não cumpre o planejado, para que vamos alocar recursos, sobretudo no que diz respeito ao PAC?

Se verificarmos o PAC 2011, veremos que somente 50% do planejado está sendo executado. E o mais grave: somente 20% do que foi executado foi pago. Isso demonstra, efetivamente, a falta de compromisso e de planejamento do Governo Federal na pactuação, no Pacto Federativo, das obras estruturantes anunciadas. Comenta–se até que o PAC é o "Programa de Aceleração da Comunicação", e os mais críticos afirmam ser o "Programa de Aceleração da Corrupção".

Então, não é aconselhável esta Comissão deixar 30% do volume de recursos do PAC ao bel–prazer da caneta da Presidenta Dilma, para que sejam remanejados segundo as articulações que se forem fazendo, sem planejamento prévio. A liberação de 30% do valor do PAC gera instabilidade também no planejamento, quer em âmbito municipal, quer em âmbito estadual, quer em âmbito nacional.

Então, nossa observação é no sentido de, pelo menos, diminuirmos esse percentual de 30% para algo em torno de 10%, 15%, até porque observamos que os recursos do PAC, em 2010 e 2011, não estão sendo efetivamente executados.

A outra matéria, também lado a lado com o Deputado Efraim... É inadmissível hoje termos um custo da máquina administrativa de 400 bilhões de reais. A União gasta 400 bilhões de reais na sua máquina. O Governo fica dizendo que não há crise, que é marolinha, mas insiste em que não tem condições de garantir o mínimo reajuste para os aposentados. É claro que uma inflação de 6% corrói os proventos dos aposentados que ganham mais de um salário mínimo. A maioria das despesas dos aposentados é com aluguel, assistência médica, plano de saúde, medicamento. O dinheiro do aposentado é somente para sua sobrevivência.

Então, é da nossa responsabilidade e competência verificar... Uma vez que o Relator, o Deputado Arlindo, disse que o patrimônio do Brasil é o seu povo, então, aproveitando suas palavras, precisamos fazer justiça social ao nosso povo.

É a nossa observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Antes de passar a palavra ao Relator, comunico que o Destaque nº 245 está prejudicado, porque foi atendido o 296. Registro para a Taquigrafia.

Comunico ainda aos senhores profissionais de imprensa que, tendo em vista a exiguidade do tempo, o Relator, a Mesa Diretora e os Srs. Deputados terão de se dirigir ao plenário. Então, quaisquer entrevistas devem ser feitas no nosso plenário, porque o nosso trabalho ainda não terminou, embora grande parte tenhamos concluído daqui a pouco.

Com a palavra o Relator, para apreciação dos destaques do Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, demais pares, o Deputado Raimundo Gomes de Matos abordou com muita consistência a relação de liberdade de que o Executivo dispõe no caso do PAC. Havia outras questões, digamos, de texto, incluindo esta, que foram exaustivamente examinadas em conjunto, tanto pelo Governo quanto pelo Relator e por representações da Oposição. A Oposição em nenhum momento cedeu dos seus pontos de vista. Quem cedeu fui eu, até porque não estava representando o Governo, eu tentava compor.

Por exemplo, no que diz respeito aos subtítulos, o PLOA veio com 20%, o Relator colocou 15%, percentual que, depois dessa negociação, caiu para 10%. Ou seja, se não houve alteração nesse item, com certeza houve alterações em outros.

O segundo item que lembro é a proposta de 10% dos GNDs 3 e 4 de cada órgão. Ficou em 50% em cada subtítulo e, depois, em 30%. Ou seja, pode não ser tudo aquilo que V.Exa. e outros propunham, mas, com certeza, houve uma melhora.

Portanto, dentro das possibilidades, inclusive de tempo, acabamos optando por essas mudanças no texto. Dou satisfação a V.Exa. por não poder acatar mais essa sua proposta.

Com referência aos aposentados, não há nada pior do que o que vou dizer, mas sou obrigado a fazê–lo. Por quê? Muitos dos sindicalistas aqui presentes – com as diferenças geracionais, mas, no meu caso, nem tanto – são meus contemporâneos de movimento sindical, pessoas com quem tenho uma relação histórica antiga, com liberdade inclusive de fazer brincadeiras bilaterais. Pois bem. Sempre disse, por absoluta convicção e ética no relacionamento político, que, dentro do que me cabia, eu faria tudo no limite da negociação final. Assim foi inclusive registrado no parecer preliminar. Eu registrei.

Estou vendo aqui representantes aos quais, ontem à noite, ao sair da Câmara, disse que ainda havia espaço. E relatei que hoje pela manhã faríamos negociações, mas elas não evoluíram. Sei que houve outras discussões durante o dia. Portanto, isso ainda traz emoção a esta conversa, toca–nos a todos.

Agora, neste momento, na votação da Comissão Mista de Orçamento, eu não posso acatar esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Em votação, na Câmara dos Deputados, os Destaques nºs 230 e 231, do Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Aqueles que concordam com a posição do Relator permaneçam como se encontram; aqueles que ficam com a posição do Deputado Raimundo Gomes de Matos levantem o braço. *(Pausa.)*

Rejeitado, com o voto contrário dos Deputados Raimundo Gomes de Matos, Vaz de Lima, Efraim Filho. *(Pausa.)*

Aprovada a rejeição na Câmara, a matéria...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – ... não vai ao Senado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Apenas para registrar que, na votação anterior, a questão do Judiciário, também votei com esses três Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Votou, e votou bem.

A todos, muito obrigado.

Cumprimos nossa missão! *(Palmas*

ATA DA QUINTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia doze de dezembro do ano de dois mil e onze, reuniu–se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Weliton Prado (PT/MG). A reunião foi convocada em cumprimento ao estabelecido no *art. 98, §1º da Lei nº 12.309, de 9/8/2010 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011*, com a finalidade de subsidiar o Relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Comissão sobre o Aviso nº 12/2011–CN e seus anexos. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: André Vargas, Giroto, João Dado, João Magalhães, Rui Costa, Wellington Roberto, Andre Vargas, Giroto, João Dado, João Magalhães, Rui Costa, Wellington Roberto, Andre Vargas, Giroto, João Dado, João Magalhães, Rui Costa e Wellington Roberto; **– Deputados Suplentes:** Danilo Forte, Darcísio Perondi, Geraldo Resende e Weliton Prado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados:** Ademir Camilo, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Glauber Braga, Gonzaga Patriota, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno e Vitor Penido; – e **Senadores**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão o Deputado João Ribeiro. **ABERTURA:** O Presidente em exercício, Deputado Weliton Prado, transmitiu as escusas do Presidente da Comissão, Senador Vital do Rêgo, pela ausência, em virtude de estar envolvido em reuniões que tratam sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2012. Em

seguida, informou que a reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Dnit e da Valec do Ministério dos Transportes, da Funasa do Ministério da Saúde, do Dnocs e do Ministério da Integração Nacional; da Petrobras, e ainda, representantes do Tribunal de Contas da União, *para discutir os indícios de irregularidades graves pontados pelo Tribunal de Contas da União em obras e serviços sob a responsabilidade dos órgãos supracitados*, em atendimento à sua solicitação como Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI), desta Comissão, para atendimento ao disposto no *parágrafo 2º do art. 95 da Lei nº 12.465/2011* (LDO 2012). Continuando, informou que estaria sendo distribuído relatório que serviria como subsídio para os parlamentares acompanharem a reunião e que estaria à disposição na mesa de trabalhos. O Presidente agradeceu a presença do Senador João Ribeiro e dos Deputados João Magalhães, João Dado e Rui Costa. Agradeceu, ainda a presença do representante doTribunal de Contas da União e do corpo técnico que presta assessoramento à Comissão. Convidou para tomar assento à mesa o Senhor José Eduardo Sabóia Castello Branco, Diretor–Presidente da Valec, e os assessores Josias Campos Cavalcante Junior e Ostílio Neto, diretores de Engenharia e de Planejamento da Valec, e, ainda, a Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras, representando o TCU. Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunicou que os palestrantes disporiam cada um de 15 minutos para fazer a explanação. Conforme estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê–lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Após ouvir os convidados da Valec, o Presidente em exercício agradeceu a presença de todos e convidou para compor a próxima Mesa o Sr. Rodrigo Aguiar, Analista de Infraestrutura do Dnocs, e a Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, representando o TCU. Agradeceu a presença do Sr. Albert Brasil, Diretor Administrativo do Dnocs. Após a exposição do convidado do Dnocs, o Presidente em exercício fez seus agradecimentos e convidou para compor a próxima Mesa o Sr. Frederico Meire, representando o Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Sr. Augusto Wagner Padilha Martins e a Sra. Juliana Pontes, representando o TCU. Após a exposição dos convidados, o Presidente em exercício agradeceu a presença de todos e dando continuidade convidou o Sr. Luiz Carlos Marchão, Auditor Chefe da Funasa, representando o Presidente da Fundação Nacional de Saúde – Funasa e o Sr. Eduardo Nery da Fonseca, representando o TCU, para tomarem assento à Mesa. O Deputado João Dado solicitou esclarecimentos sobre a obra do município de Pilar, a respeito de gastos com recursos e o Sr. Eduardo Nery respondeu a questão. Após a exposição dos convidados o Presidente em exercício agradeceu os convidados da Funasa e convidou para tomar assento à Mesa o General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor–Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte – Dnit e Sr. Fábio Augusto de Amorim, representando o TCU. Após a exposição dos convidados do Dnit, o Presidente em exercício agradeceu a presença de todos e dando continuidade convidou o representante da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, o Gerente Geral de Implementação e Empreendimentos para Renest (Refinaria Abreu e Lima), o Sr. Glauco Colepicolo Legatti e o Sr. Eduardo Nery representando o TCU. O Deputado solicitou o material apresentado pela Petrobras. Após a exposição dos convidados da Petrobras, o Presidente em exercício passou a palavra ao Sr. Glauco Colepicolo para que ele fizesse suas considerações finais. Debateram os Deputados Weliton Prado, João Dado, João Magalhães, André Vargas, Wellington Roberto e o Senador João Ribeiro. O Deputado Weliton Prado comunicou que convocaria reunião com os membros da Comissão para estabelecer o prazo para a entrega do relatório. Em seguida, o Presidente em exercício agradeceu a presença de todos e especialmente ao consultor Romiro Ribeiro, que presta assessoria à Comissão, pelo brilhante trabalho realizado no Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves–COI. **ENCERRAMENTO**: Os trabalhos foram finalizados às dezoito horas e vinte e três minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Weliton Prado. Presidente em exercício e Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Comissão da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Boa tarde a todos e a todas.

Realmente eu gostaria de agradecer a presença dos Deputados, dois Joões, e mais um Senador. O Deputado João...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Três. Weliton Prado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Digo Joões. Está aqui o Senador João Ribeiro e os Deputados João Magalhães e João Dado – os três Joões.

Quero agradecer ao Deputado Rui Costa.

Quero agradecer a presença dos gestores, a presença do Tribunal de Contas da União e de toda a assessoria da Comissão.

Declaro iniciada a 5ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Quero transmitir as escusas do Presidente desta Comissão, Sr. Senador Vital do Rêgo, pela sua ausência, em virtude de estar envolvido em reuniões que tratam do Projeto de Lei Orçamentária para 2012.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do DNIT; da VALEC; do Ministério dos Transportes; da FUNASA, ligada ao Ministério da Saúde; do DNOCS; do Ministério da Integração Nacional; da PETROBRAS; e ainda representantes do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU em obras e serviços sob responsabilidade dos órgãos supracitados, por minha solicitação como Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, desta Comissão, para atendimento ao disposto no § 2º do art. 95 da Lei nº 12.465, de 2011 (LDO de 2012).

Convidamos para tomar assento à Mesa o Diretor–Presidente da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, Sr. José Eduardo Sabóia Castello Branco, e seus assessores, os Srs. Josias Sampaio Cavalcante Júnior e o Hostílio Xavier Ratton Neto.

Também convidamos para tomar assento à Mesa a Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, que está aqui representando o Tribunal de Contas da União.

Josias Cavalcante e Hostílio Neto são, respectivamente, Diretor de Planejamento e Diretor de Engenharia. Eles são os dois diretores da VALEC que acompanham o Diretor–Presidente José Eduardo Sabóia Castello Branco. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra, pela ordem, ao Senador João Ribeiro, vou apenas explicar a metodologia. Nós estamos com um tempo muito curto, pois houve atraso para o início da reunião, e às 19 horas haverá uma reunião da Comissão e teremos de desocupar o plenário.

Então, decidimos aqui, juntamente com a assessoria do COI, que vamos ouvir os gestores e que a representante do TCU fica à disposição para esclarecer qualquer dúvida ou indagação dos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Um momento, Presidente. Vamos ver: o gestor apresenta a sua argumentação e nós podemos fazer questionamentos, até para o TCU dar alguma informação complementar e atualizada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Até para nós acelerarmos a dinâmica dos trabalhos.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador João Ribeiro.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO – Meu caro Deputado Weliton Prado, Srs. Deputados e Deputadas e Senadores, eu pedi a palavra agora, embora sabendo que, neste momento, ainda será feito pelo Presidente da VALEC o relatório sobre as atividades e sobre tudo aquilo que é apontado como irregularidade.

Pelo fato de eu não poder estar presente até o final e, talvez, até o momento em que vamos debater, há um assunto que interessa muito ao meu querido Estado do Tocantins e ao Pará – já falei com V.Exa. hoje e conversei com os membros do Comitê –, com referência à ponte sobre o Rio Araguaia, no Município de Xambioá, do lado do Tocantins, e em São Geraldo do Araguaia, do lado do Pará.

O Diretor–Geral do DNIT está aqui e, com certeza, vai fornecer os dados e as explicações, embora já tenham sido encaminhados a esta Comissão e ao TCU.

Quero explicar, Sr. Relator, que eu estive com o Ministro–Relator dessa matéria, Marcos Bemquerer, e, na verdade, quero deixar pontuado porque sei que o Comitê deve decidir de hoje para amanhã que, na verdade, em relação a essa obra, não foi dada ordem de serviço, ou seja, ela não foi autorizada.

Foi feito o projeto básico, o que chamamos de projeto preliminar, e, depois, o DNIT autorizou e contratou o projeto executivo. A meu ver, e de alguns técnicos, a contratação desse projeto executivo com certeza resolverá, sanará praticamente todas as pendências que estão apontadas pelo TCU nessa ponte, uma obra que não foi iniciada ainda e que está no PAC. Não é preciso dizer da importância dessa obra, pois o Brasil e as pessoas que aqui estão sabem da importância dela. É uma obra que vai interligar o sul do Pará com o Tocantins e o resto do Brasil.

Portanto, faço um apelo para V.Exa. e para os membros do Comitê, a fim de que avaliem com muito cuidado esta questão, para que possamos evitar que

ela fique como obra irregular, pelo menos até que seja decidida essa questão do projeto executivo, já que é uma obra que ainda não tem ordem de serviço.

Como sou o coordenador da bancada do Tocantins, por isso estou aqui, vim fazer este apelo. Peço desculpas a V.Exas. por me antecipar, mas é exatamente pelo fato de eu não poder estar presente no momento do debate. Sei que esse debate vai acontecer mais tarde, mas talvez eu não mais esteja aqui em função de um compromisso que tenho fora de Brasília.

Quero então deixar este apelo para V.Exa. e agradecer a atenção. O apelo que faço é por tudo que pudermos fazer para minimizar, para melhorar, para que o Brasil tenha obras. Apesar de saber que o papel do Congresso não seja esse, mas o nosso papel é realmente colocar para que as coisas funcionem, para que as obras andem de forma segura e tranquila. Não quero nada de forma irregular, mas de forma segura e tranquila.

Então, quero deixar este apelo para a Comissão, a esse Comitê de avaliação de obras irregulares.

Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Quero agradecer ao Senador João Ribeiro.

Gostaria só de reiterar, para melhor ordenamento dos trabalhos. Comunico aos palestrantes que cada um disporá de 15 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devem ser paralisadas, apesar dos indícios apresentados e apontados pela Corte de contas – se for o caso, ponderando sobre o disposto no art. 92, da Lei nº 12.465, de 2011 (LDO).

Conforme estipulado no art. 256, inciso V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê–lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e tréplica pelo mesmo prazo.

Passamos a palavra ao Diretor Presidente da VALEC, Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, Sr. José Eduardo Sabóia Castello Branco, para que possa fazer seus esclarecimentos.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, da Comissão de Obras Irregulares, Srs. Deputados, Srs. Senadores, autoridades, prezada Juliana, do Tribunal de Contas da União, e demais presentes, tentando ser o mais breve possível, porque sei da agonia do tempo, vou tentar ser bastante pragmático e bastante conciso na minha argumentação.

O primeiro conjunto de obras em discussão seriam os lotes 13 e 14 da Ferrovia Norte–Sul, entre Aguiarnópolis e Palmas, Estado do Tocantins, que são lotes que já se encontram com elevadíssimo grau de conclusão. Diria que hoje está em até mais do que 92%, pelo valor médio que tínhamos anteriormente. Hoje, esses dois lotes já devem estar perto de 97%, em função do ritmo acelerado que a construtora, que a empreiteira local atribuiu a esses lotes.

A história desses dois lotes começou com o TCU, avaliando a existência de sobrepreço nos contratos de construção, celebrados há alguns anos, razão pela qual determinou a existência de medida preventiva, que era pelo acautelamento de determinado percentual das medições, de modo a fazer frente ao ressarcimento desse eventual sobrepreço.

Assim procedeu a administração anterior da VALEC, e essa questão acabou indo para a esfera judicial.

Já em decisão de primeira instância, foi consagrado o direito do empreiteiro, no sentido de que não houvesse nenhuma retenção em suas medições. De posse dessa decisão de primeira instância, a VALEC recorreu. Esse foi o primeiro ato de defesa coerentemente com a posição do TCU. O primeiro ato de defesa então foi o recurso à decisão judicial de primeira instância, e o segundo elemento de defesa foi um pedido feito à Corte Federal para que acelerasse o julgamento do nosso recurso.

Em paralelo, nós também implantamos uma tomada de contas especial para nos acautelarmos contra esse sobrepreço. E essa tomada de contas está em curso, estamos avaliando sobre se podemos ou não referendar o valor estimado pelo TCU de sobrepreço. Finda essa tomada de contas especial, nós teremos então duas atitudes a tomar: se o nosso valor for inferior à garantia de execução do contrato, evidentemente, vamos reter a garantia em contrato, ou aquilo que couber, e a questão estará plenamente saneada. Se isso for insuficiente, vamos executar a garantia de contrato, e, em adição, entraremos com ação de cobrança em juízo desse sobrepreço que a tomada de contas especial vier a apurar.

Então, do ponto de vista administrativo, Srs. Deputados, Srs. Senadores, estamos tomando todas as medidas possíveis para sanear essa irregularidade. Via de regra, concordamos com o posicionamento do TCU. Diferentemente da diretoria anterior, acho que o TCU tem se posicionado coerentemente, em muito dos itens, com relação a obras e projetos da VALEC que estamos agora tentando corrigir. E consideramos o TCU não como órgão de controle, mas como aliado nesse processo de controle e de correção de rumo.

Desse modo, posso dizer que os lotes 13 e 14 estão inseridos em outro contexto, especialmente de interesse do nosso Senador pelo Tocantins, já que

pretendemos inaugurar, ainda no primeiro semestre de 2012, 900 quilômetros de ferrovia, dos quais esses dois lotes, que são de duzentos e poucos quilômetros, fazem parte. Além de a obra estar em adiantadíssimo estado de execução, se esses dois lotes não forem liberados, travarão também a inauguração desses 900 quilômetros, já que estamos negociando com a Ferrovia Norte–Sul a imediata operação desse trecho que está sendo liberado. Esse trecho se interliga à Ferrovia Norte–Sul, ao norte, e, mais adiante, à Estrada de Ferro Carajás, permitindo que substancial demanda de grãos possa começar a ser exportada pelo Porto do Itaqui, sobretudo pelo Terminal de Grãos que o Governo do Estado do Maranhão acaba de licitar.

Esse então é o primeiro lote de questionamentos que tínhamos a defender pela continuidade da obra.

O segundo lote é o que chamamos de FIOL 2. Nós temos aqui um Deputado da Bahia que evidentemente tem especial interesse nessa obra. A FIOL 2 é o trecho que ligará Caitité ao cerrado baiano, a Barreiras. Esse segundo lote é composto pelos Lotes de Construção 5, 6, 7 e 5–A, conforme a ordem dos contratos de que os senhores dispõem.

Quando ao Lote 5, não há grandes problemas – a obra se encontra paralisada, conforme orientação do TCU. Os maiores problemas surgem no Lote 6, que tem um conjunto de variantes destinado por um mau projeto básico, diga–se de passagem. O mau projeto básico gerou a necessidade de introduzirmos um conjunto de variantes, cuja extensão agregada representa 48% a 50% do traçado original, motivo de o TCU indagar se seria o caso de se fazer uma nova licitação para esse lote, em função de termos aí uma extensão agregada de variantes muito expressivas.

Orientado até pelo Deputado João Dado, com quem tive o privilégio de ter uma reunião, eu me dirigi ao TCU e ao COI, dizendo que vamos acatar integralmente a decisão do TCU com relação a esse lote. Vamos acabar de proceder ao término dos estudos e vamos até onde for necessário para o TCU. E afirmei isso por escrito. Vamos atender integralmente. Se o TCU disser que é para licitar de novo, vamos licitar de novo. Podemos acomodar, dá para acomodar. Afinal de contas, a variante não dista muito; um eixo de uma diretriz não dista muito do eixo de outra. É possível aproveitar, e vamos aproveitar.

Claro que, do ponto de vista gerencial, seria melhor que a obra pudesse continuar já contratada. Mas, independentemente disso, acho que isso não está em pauta aí; isso não é a questão gerencial, é a questão formal da coisa. Se há uma orientação do TCU de demandar uma nova licitação, assim será feito. Isso é com relação ao Lote 6.

Com relação ao Lote 7, havia um posicionamento – e aqui volto a concordar com o TCU – absolutamente errôneo, do pátio de intermodal. Na ferrovia houve um desvio desnecessário para atender a um determinado pleito. Não quero ficar olhando para o retrovisor, mas me cabe, como gestor, olhar o projeto, dizer se ele está bom ou se está ruim. E, se podemos modificar, vamos modificar.

Então, o Diretor de Planejamento, o Dr. Josias, já está encarregado. Já estamos reposicionando o Pátio Barreiras numa nova posição mais adequada, com economicidade e perto de rodovia, porque também esse terminal antigo ficava distante quase 30 quilômetros de uma rodovia, o que ia demandar ao Governo da Bahia ou ao Município fazer uma rodovia para que os caminhões pudessem ter acesso ao modal ferroviário.

Bom, então, com relação ao Lote 7, de Barreiras, estamos já ultimando o projeto da nova conformação do pátio, o que acho que vai ser do agrado de todos; não vai fugir da mesorregião de Barreiras, e continuará atendendo à região produtora de grãos do cerrado baiano. De modo que, do ponto de vista logístico, não há nenhuma alteração, mas apenas uma otimização do ponto de vista ferroviário e de integração modal.

Por último, eu tenho o último contrato, que é a ponte sobre o Rio São Francisco. Mais uma vez, o projeto básico, que considero de má qualidade, não está levando a rever esse projeto – Lote 5A –, porque existia a ponte. A ponte tinha uma discussão sobre vãos, segundo a ANTAQ, segundo outros órgãos interferentes no processo, Marinha e tal, com relação ao gabarito de navegação. Estamos equacionando essa questão do gabarito de navegação. E também a ponte terminava e, em seguida, havia aterros muito elevados em cima de solos brejosos.

Então, o que estamos revendo é se há de fato vantagem tecnológica em mantermos os aterros de encontro, digamos assim; se os aterros de encontro, se vale a pena mantê–los em cima de solos brejosos. São aterros bastante altos e que vão demandar um volume de escavação de solo muito grande. Então, estamos pensando em estender um pouco o comprimento da ponte. Talvez isso seja mais econômico do que manter o projeto original.

Então, estamos fazendo aí uma revisão do Projeto 5–A, de modo que os quatro lotes de construção mencionados em pauta, em discussão nesta Comissão, todos estão com as obras paralisadas, atendendo à determinação do TCU. E dos quatro lotes, três estão tendo seus projetos refeitos.

Paralelamente, há revisão dos projetos, e aí este é um assunto que diz respeito aos dois lotes, a Ferrovia Norte–Sul e a Ferrovia de Integração Oeste–Leste,

na Bahia. Nós ainda, de acordo com o TCU, estamos procedendo a uma renegociação com os empresários, com os empreiteiros, a respeito do custo do dormente. Existe a perspectiva de que esse custo pode diminuir. Já tivemos a sinalização de alguns empreiteiros de que isso é possível, que é factível. Nem todos têm essa posição, mas alguns já nos disseram informalmente que há essa possibilidade. E nós vamos perseguir essa economicidade. Embora não esteja mencionado neste documento, vamos perseguir uma enorme – essa que vou falar agora é uma economia substancialíssima – economia com trilhos.

A licitação anterior havia sido feita apenas com distribuidoras nacionais. Vamos fazer agora uma licitação internacional para valer, com a participação direta das siderúrgicas. A economicidade vai ser superior a R$150 milhões só na extensão sul.

O que eu posso dizer a vocês é que há o nosso empenho. Estamos no cargo há 40 dias, um pouquinho mais do que o nosso general do DNIT. O nosso dia a dia tem sido intenso no sentido de sanar as irregularidades, de trabalhar em parceria com o TCU, não enxergando nele simplesmente um órgão de controle, mas um órgão parceiro.

É esse o voto de confiança que peço à Comissão.

A nova diretoria está empenhada. Tudo que está à mão do ponto de vista legal, técnico, todos os recursos estão sendo postos à disposição da legalidade, da tecnicidade, para que cheguemos a um bom termo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Queria agradecer ao Sr. José Eduardo Castello Branco.

Passo a palavra ao Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Coordenador, gostaria de ouvir o TCU com relação a dois aspectos que me parecem importantes.

Sobre o Trecho 7, que mudou o Pátio Barreiras, é possível reaproveitar ou, se houver a mudança do trecho, há mudança do objeto contratual e, portanto, tem que ser feita uma nova licitação?

Um segundo aspecto, sobre o qual queria obter informação, é em relação ao Lote 7, sobre o qual está havendo uma rediscussão do projeto – digo Lote 6, porque o Lote 7 é o de Barreiras. Em relação aos dois lotes, poderá haver uma mudança substancial no objeto do contrato. Não teria que ser feita uma nova licitação? Ou é possível continuar os estudos, para, depois, o TCU se manifestar, e aí, então, haver uma decisão sobre o tema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Quero agradecer ao Deputado.

Passo a palavra à Sra. Juliana Carvalho.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Vamos começar pelo Lote 6, que foi aquele lote, Deputado João Dado, em que, logo que se concluiu a licitação e a posterior contratação, de pronto, eles já iriam alterar quase 50% do lote.

Eles estão em fase de elaboração do projeto executivo. O que foi licitado foi algo em que não se conhecia uma série de características, em especial o subsolo. Isso pode, de fato, afetar o valor inicial desse contrato.

Não há como afirmar no momento, numa simples conta, que havia tantos quilômetros de traçado e que, devido a essa alteração, reduzir essa distância, pois que esse contrato iria diminuir ou aumentar o valor... Decerto que, fazendo uma conta linear, ele diminuiria, porque a extensão foi diminuída. Mas, numa obra desse tipo, não há como afirmar, pois posso encontrar alguma coisa no subsolo que demande um serviço mais oneroso ou uma solução diferente. Só após a conclusão do projeto executivo, com a reformulação dos serviços – eventualmente, vou aumentar quantitativo de alguns serviços e posso vir a incluir serviços novos –, e só depois de se tirar uma outra fotografia do que vai ser a planilha do orçamento e dos serviços que estarão envolvidos, é que vou poder decerto dizer se preciso ou não de uma nova licitação.

O último acórdão do tribunal analisou todas as questões relacionadas à AGP. Inclusive o Ministro Relator Weder teve o cuidado de considerar os argumentos da nova diretoria da VALEC, porque até então só tínhamos como resposta os argumentos da antiga diretoria.

Houve uma reunião com a diretoria atual, que se mostrou realmente com bastante força de vontade para poder consertar todos os erros do passado. Mas, de fato, acho que só após a elaboração desse projeto executivo é que vou poder dizer: será que vai alterar os 25%? será que vai extrapolar, ou não?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – *OK*. Agora, Dra. Juliana, há necessidade, portanto, da execução do projeto executivo ainda dentro do objeto contratual; portanto, de que posteriormente haja essa deliberação. Mas, então, talvez, o mais conveniente seja a continuação da obra, sob esse aspecto do projeto executivo, para então este Comitê poder se manifestar.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Eu quero, Dra. Juliana, dar um parecer: o relatório do TCU apresenta aqui os Lotes 36 e 37 com um patamar de execução em torno em 80%, e o Dr. José Eduardo nos disse que já está superior a 93% de execução.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – O 1.314.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – O 1.314, que é o Contrato nº 3.637.

Em recente visita ao TCU, com o Ministro Valmir Campelo – e eu até comentava há pouco sobre isto –, ele nos disse que não paralisaria nenhuma obra com execução acima de 90%, uma vez que uma obra com mais de 90% de execução já estaria praticamente pronta, e o que custaria agora seria o acabamento da obra, ou seja, sarjetas, meio–fio, grama, e tudo mais. E, ao mesmo tempo, o TCU, num último acórdão, solicita a paralisação desse trecho.

Então, vocês mudam o seu parecer sobre esses 93% ou mais de execução?

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Na verdade, o que acontece é o seguinte, Deputado: quando o Ministro Valmir mencionou que ele não indicaria a paralisação de uma obra com um percentual de execução tão elevado, parece–me que o que ele quis dizer é que, se a equipe vai a campo, examina uma obra dessas neste momento, que tem 90% de execução, ela vai indicar uma IGP, o que ele acha que não é adequado. No caso da Norte–Sul, eu vejo aí uma outra alternativa, que seria manter a IGP até que alguma garantia fosse apresentada em relação ao sobrepreço desses contratos. Por quê? Eu acho que talvez seja a mesma conclusão a que o Relator chegou, quando ele preparou um voto, em que ele mantinha a comunicação com o Congresso, desses dois contratos com IGP. Ou seja, ele fala que permanecem os indícios com classificação de IGP, que são: sobrepreço, um de 42 milhões e outro de 40 milhões, a preços de abril de 2007. Se a gente for atualizar esse sobrepreço para hoje, imaginem quanto que não seria esse prejuízo.

Eu entendo que esse contrato está no final; eu entendo, inclusive, que esse contrato está com previsão para finalizar em abril do ano que vem. Mas vejam o histórico desse contrato: esse contrato nasceu com uma IGR. E à época eles conseguiram uma decisão judicial. Perfeitamente, a contratada tem esse direito de ir à Justiça pleitear isso. E, naquele momento, a obra que seria classificada como IGR voltou a ser IGP, porque a garantia não foi fornecida.

O que a LDO diz? A LDO diz que, se você tem uma obra IGP, que está no Quadro de Bloqueio, ela pode a qualquer momento ser excluída desse quadro, desde que se apresente uma garantia – certo? Certo. Então, ela nasceu IGR, e voltou a ser IGP. Eles conseguiram na Justiça que essa garantia não fosse recolhida sob forma de retenção ou sob apresentação de qualquer outra modalidade de garantia, e agora a gente tem uma TCE.

A TCE é uma medida de exceção. Eu tenho algumas obras no Tribunal que possuem garantias associadas; ou seja, eram IGP e hoje são IGR, porque estão exatamente no final. Eu tenho um lote do Canal do Sertão, por exemplo, que tem uma garantia associada. Se eu fosse pensar assim, naquele momento eu teria que rasgar a garantia, porque ela está com 98% de execução, tem uma garantia. Então, não teria sentido eu resguardar aquele valor para o Erário. Só que, vejam bem: se eu estou com 92% de execução, eu posso ainda nesse momento, a meu ver... Até porque, em que pese o modelo de operacionalização desse trecho da rodovia já estar com tratativas lá na agência reguladora para se poder saber qual é o modelo de operacionalização de concessão que vai ser admitido, ele ainda não saiu, ele não existe de pronto.

Então, não haveria óbice nenhum, neste momento, se houvesse a apresentação dessa garantia para que – eu garanto aqui – até a decisão, até o trânsito em julgado no Tribunal de Contas, aquele dinheiro seja assegurado. Parece-me que é assim que o Relator pensa.

Se eu tenho hoje uma obra no Canal do Sertão, por exemplo, que tem uma garantia de 98% de execução, e se eu estou guardando aquele dinheiro até a decisão final do Tribunal, eu acho que não haveria óbice, nesse momento, de a contratada apresentar essa garantia. Talvez seja esse o entendimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Passamos ainda a palavra ao Deputado João Dado.

Vou pedir que aceleremos, porque nós vamos ficar em cima quanto ao tempo.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Eu queria ouvir da Dra. Juliana só uma confirmação.

No caso, como nessa obra nós não conseguimos – nós, Poder Legislativo, TCU, que é o braço técnico – evitar o sobrepreço por conta de decisão judicial, eu pergunto: e se ela fosse para a IGP? Mas desde que na forma em que fosse oferecida pela contratada uma garantia ou seguro–garantia em valor que atenda ao §2º do art. 94. Essa seria, vamos dizer, uma inovação em termos de decisões do Legislativo.

Essa é a sugestão do TCU.

Naquele relatório, Deputado Weliton, eu exatamente excepcionalizei esta obra da Norte–Sul, com essa recomendação. Mas eu vou complementar, para que seja feito um seguro–garantia ou uma garantia pecuniária ou fiduciária, enfim, para que possa haver a proteção do Erário naqueles percentuais que foram apontados pelo TCU quando da análise das planilhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu queria agradecer aqui a presença do Sr. José Eduardo Sabóia Castello Branco. E já vamos fazer os convites para a próxima Mesa...

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Só para comentar, Sr. Presidente, um aspecto aqui da ponderação da Dra. Juliana.

Sobre essa obra, muito embora o novo modelo operacional, um modelo de *open access*, e tudo mais, esteja em gestação no Governo, com esse trecho de Anápolis a Palmas, e onde estão inseridos esses dois lotes, nesse trecho de quase 900 quilômetros, ele se interliga diretamente à Ferrovia Norte–Sul, a nossa intenção é fazer um acordo operacional com a Ferrovia Norte–Sul, para que ela opere preliminarmente nesse trecho enquanto o novo modelo operacional não vem, para que nós possamos dar imediata frutificação para um ativo do Governo.

Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu queria agradecer ao Sr. Castello Branco.

Convidamos o Sr. Rodrigo Aguiar, Analista de Infraestrutura do DNOCS. Solicitamos inclusive que a Dra. Juliana que continue representando o TCU nessa próxima Mesa.

Fique à vontade, Sr. Rodrigo Aguiar.

Quero agradecer a presença aqui do Sr. Albert Brasil, Diretor Administrativo do DNOCS.

Com a palavra o Sr. Rodrigo Aguiar, Analista de Infraestrutura do DNOCS, que disporá de 15 minutos para sua explanação.

O SR. RODRIGO AGUIAR – Boa tarde aos Srs. Parlamentares.

Primeiramente, de forma bem objetiva, vou tentar explicar a situação das duas obras que foram questionadas.

A primeira é a da Barragem Oiticica, no Rio Grande do Norte. Essa obra foi licitada pelo Governo do Estado e foram apontadas algumas irregularidades. Quero informar que essa concorrência foi anulada pelo Governo do Estado, não tendo o DNOCS nenhuma participação até então. O DNOCS vai puxar a obra para si agora, readequar os projetos e fazer uma readequação do Orçamento, para sanear todas essas irregularidades.

Quanto à Barragem Congonhas, no Estado de Minas Gerais, o que eu tenho a dizer aqui é que as questões ambientais que foram levantadas vão ser solucionadas através de um convênio que será feito com o Governo do Estado, acredito que nesta semana ainda, para sanear todas essas pendências ambientais. Inclusive essa obra vai ser executada pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional. Já foi feito até um destaque, voltando o recurso para o Ministério. Ela vai ser executada em forma de convênio com o Governo do Estado.

De forma objetiva, então, são essas as explicações. Eu fico à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu pergunto aos Srs. Parlamentares se têm alguma consideração a fazer.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Eu assinalei, dos estudos, Sr. Coordenador, que, quanto à Barragem de Oiticica, a propositura é de inclusão no Anexo VI. Então, qual seria a situação? Ela foi cancelada?

O SR. RODRIGO AGUIAR – A licitação que foi feita pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte foi anulada, a Concorrência nº 20, de 2010, se não me falha a memória. O DNOCS vai rever os projetos e readequar o orçamento. Então, vai partir do zero novamente. Não vai ser aproveitada.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Eu só queria, Sr. Coordenador, que a Dra. Juliana nos explicasse esse Aviso nº 1.617, do TCU, que trata dessa obra, para sabermos se está em conformidade.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Na verdade, esse aviso que seguiu para o Congresso foi numa outra oportunidade, numa outra ocasião. Estávamos fazendo a análise das oitivas dos gestores em relação ao sobrepreço que havia na Barragem de Oiticica. E a unidade técnica chegou a enviar para o gabinete do Relator uma proposta de manutenção da IGP, porque, após várias análises e várias argumentações do próprio gestor, do próprio Governo do Estado, o sobrepreço ainda não conseguiu ser elidido. Só que, consultando o *Diário Oficial da União*, nós nos deparamos exatamente com a anulação. Ela foi anulada e saiu publicada no dia 29 de novembro de 2011. A anulação da Concorrência nº 20, de 2010, que originou esse contrato...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Foi em 29 de novembro?

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Isso, 29 de novembro de 2011.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Então, na verdade, esse aviso... Eu observei que não guardava consonância. Houve um fato posterior a esse que nós...

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – O senhor não recebeu este aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Esse novo. Já estou de posse dele agora.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Não, este aqui, meu. Recebeu?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O.k.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Aqui consta a informação exatamente disso. Houve uma proposta da unidade técnica pela manutenção do sobrepreço, ou seja, pela manutenção da IGP,

em relação a esse contrato da Barragem de Oiticica. Só que, com esse novo elemento aqui, que inclusive é informal – ele não chegou aos autos ainda, nós trouxemos a informação porque entramos no *Diário Oficial* e ficamos sabendo –, não há mais sentido sobre existir a IGP por conta de perda de objeto. Eles vão agora reformular o projeto, muito provavelmente devem levar em conta as considerações que o Tribunal apontou.

Então, essa IGP, de fato, apesar de não ter havido ainda o pronunciamento do Tribunal, porque não houve nem uma protocolização formal dessa anulação lá no Tribunal, muito provavelmente o próximo acórdão será pela perda de objeto.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Vou sugerir, então, Coordenador, que no nosso relatório incluamos esse fato novo, dizendo que, conforme publicação no *Diário Oficial*, houve a anulação da concorrência, para que isso fique registrado, e, em cima desse item, suspendemos a IGP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu agradeço ao Deputado João Dado.

Mais alguma consideração? *(Pausa.)*

Vamos então para a próxima Mesa. Agradecemos ao Sr. Rodrigo Aguiar e à Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, que aqui representa o TCU.

Convidamos o representante do Presidente da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Sr. Luís Carlos Marchão. *(Pausa.)* Ele não chegou.

Então, convidamos o Sr. Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, o Sr. Augusto Wagner Padilha Martins, e o representante do TCU, que será novamente a Dra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho. *(Pausa prolongada.)*

O Sr. Frederico Meira, especialista em infraestrutura, representando o Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, tem a palavra, por 15 minutos.

O SR. FREDERICO MEIRA – Boa tarde, Deputado Weliton Prado. Boa tarde, Srs. Senadores e Deputados. Boa tarde, representante do TCU, Dra. Juliana. Boa tarde, senhoras e senhores.

O Ministério da Integração teve como recomendação de IGP três empreendimentos: o Tabuleiro dos Martins, a Barragem de Arraias e o Canal do Sertão Alagoano.

Quanto ao Tabuleiro dos Martins e à Barragem de Arraias, o Ministério realmente identifica as irregularidades apontadas. No caso do Tabuleiro dos Martins, tomada de contas especial foi instalada, e já houve conclusão, tendo sido encaminhado para as devidas solicitações de devolução, inclusive do recurso, com glosa integral do que tinha sido liberado. No que se refere à Barragem de Arraias, também identificamos as irregularidades apontadas. O setor técnico do Ministério apresentou um relatório de cancelamento do instrumento e apuração de responsabilidades e danos. Foi encaminhado ao setor jurídico do Ministério e se encontra em análise.

Após essas definições de cancelamento do instrumento e apuração é que vamos, na verdade, passar a enxergar a efetiva obra. Inclusive, quero colocar junto ao TCU, infelizmente não podemos precisar prazos, mas enxergamos que, resolvida essa questão dos danos apontados, das irregularidades apontadas, a obra é realmente muito importante para a região. O Ministério da Integração hoje enxerga como sendo necessário fazer uma avaliação profunda do projeto, e enxerga como podemos executar essa obra, se possível até de forma direta.

Ficamos com a preocupação da inclusão dessa obra. Entendemos a irregularidade apontada, mas ficamos preocupados com a inclusão dessa obra no Anexo VI, porque o Ministério da Integração está tomando as ações necessárias para poder verificar tudo o que foi feito até agora. Ao mesmo tempo, precisa fazer uma reavaliação profunda do projeto e tomar uma atitude quanto à execução da obra Barragem de Arraias.

No caso do Tabuleiro dos Martins, como eu disse, o Ministério identificou as irregularidades, instaurou uma tomada de contas especial, apurou os danos e já está em fase de solicitação de devolução dos recursos.

Arraias.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Quanto ao Tabuleiro dos Martins, nós propusemos a manutenção no Anexo VI, o COI. Enfim, está ocorrendo ações do gestor, para poder haver a correção de valores contratuais.

O SR. FREDERICO MEIRA – Exato.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – No que se refere a Arraias, a mesma coisa.

O SR. FREDERICO MEIRA – No caso de Arraias, é só uma solicitação. Lógico, entendemos todas as irregularidades apontadas. Entendemos as decisões tomadas. A única coisa que o Ministério alerta é que, em relação a Arraias, estamos tomando todas as atitudes, todas as ações de correção com referência à apuração de danos e à devolução das apurações verificadas.

Pela importância da obra, o Ministério enxerga que a não inclusão no Anexo VI possibilitará trabalharmos no projeto e, efetivamente, na implantação da obra, em um segundo momento, não da forma como está. Da forma como está, através de um convênio com a Prefeitura, através dos instrumentos feitos, estão todos paralisados. Já foi para frente, para fazermos todas as apurações necessárias. Porém, a inclusão no Anexo VI prejudicará o empreendimento como um todo.

Por isso, por meio de medida cautelar, poderá sair uma decisão que, após a apuração, de fato, de todos os danos e após todas as ações necessárias por parte do Ministério, liberaria o Ministério para fazer investimentos efetivos na readequação do projeto, na identificação de todas as irregularidades e na forma de executar um empreendimento de tanta importância para a região.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Coordenador, é bom assim, porque já vamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – No aspecto da Barragem do Rio Arraias, há 60% do maciço executado. Se não há paralisação, o Ministério pode continuar a fazer esses estudos de readaptação do projeto. É como se houvesse um novo projeto executivo.

O SR. FREDERICO MEIRA – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Não estaríamos caindo mais ou menos naquilo que foi comentado no caso da obra anterior, em que está havendo uma readaptação do projeto executivo. Agora, o Ministério já encaminhou ao TCU um termo de acordo, em que, antes da execução acelerada, houvesse a manifestação preliminar do Poder Legislativo.

Isso seria uma recomendação que poderia, a exemplo do que aconteceu na Valec, estabelecer uma solução ou pelo menos evitar que ela fosse encaminhada ao Anexo VI. Mas que não houvesse ampliação dos problemas, na medida de uma execução acelerada. Antes haveria a manifestação do TCU e do COI.

Não sei, Sr. Coordenador, é uma sugestão que faço, para tentarmos repetir aquilo que foi feito em termos de Valec.

Também gostaria de ouvir o TCU sobre esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Com a palavra a Dra. Juliana.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Já existe uma decisão sobre essa obra. O problema da FIOL era projeto. Aqui, o problema apontado é sobrepreço.

Ele comenta a respeito da elaboração do projeto. Hoje temos como objeto das IGPs dois contratos: o Contrato 45, de 2005, que diz respeito à elaboração de projeto executivo, supervisão, gerenciamento e uma série de serviços associados ao apoio da execução da obra; e o Contrato 117, de 2004, da obra propriamente dita.

Durante as análises do Tribunal, o sobrepreço do Contrato 45, aquele que permite que se faça o projeto e outros serviços acessórios, foi elidido, foi afastado. Agora, o sobrepreço do Contrato 117 foi mantido, e já há decisão de mérito. O Acórdão nº 3.239, que é da semana passada, chega à conclusão de tudo o que tem que ser feito para sanear esse dano potencial ao Erário, de 8 milhões e 110 mil, que, em princípio, à vista de outro sobrepreço, pode parecer pequeno, mas corresponde a 25,20% de sobrepreço no contrato, e um superfaturamento decorrente de 5 milhões e 778 mil relativos também a sobrepreço e a reajuste regular nesse contrato.

Já existe uma decisão do Tribunal falando o seguinte: "Para você sanear a sua irregularidade, você tem que fazer isso, isso e isso".

O Ministro Relator foi mais cuidadoso ainda, dizendo o seguinte: *"Em que pese o sobrepreço do Contrato 45 ter sido elidido, ele só deve ser iniciado depois que o sobrepreço do Contrato 117, que é o da execução da obra propriamente dita, for saneado"*.

Então, eles já têm as medidas corretivas, já é o mérito, todo o mundo já foi ouvido, já foi dada a oportunidade do contraditório, da ampla defesa, e agora, para tirar essa obra do quadro, é essa medida corretiva a ser associada. Não adianta reformular projeto, que o sobrepreço persiste. O problema da IGP é sobrepreço.

O SR. FREDERICO MEIRA – Eu só queria fazer um esclarecimento. Quando falei em reavaliação de projeto, não é a do projeto em si. Trata-se de fazer uma avaliação de tudo o que foi executado em termos de quantitativos, pegar toda a diferença desse quantitativo em relação ao projeto executivo e, efetivamente, atuar em obras. É isso o que precisamos fazer. Qualquer ação do Ministério só será realizada após toda a identificação pelo Tribunal. O Ministério concorda. Com tudo o que o Tribunal apontou e o acórdão determina o Ministério concorda.

Só que, de fato, nós achamos que essas ações podem correr em paralelo. As ações de identificação do sobrepreço e as ações necessárias para resgate dessa identificação não devem prejudicar o andamento de uma futura obra, ou seja, a continuidade da obra. É por isso que, se for colocada no Anexo VI, ficará restrita a atuação para que possamos concluir efetivamente o empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Tem a palavra o Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – O senhor concorda, então, com a situação processual do TCU aqui, no sentido de só ser retomada mediante as determinações do TCU?

O SR. FREDERICO MEIRA – Sim. Nós concordamos, sugerindo só que não entre no Anexo VI, porque senão restringe a nossa atuação.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Nós concordamos plenamente. É só o Ministro encaminhar um ofício ao Comitê.

O SR. FREDERICO MEIRA – O.k.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Eu não vejo dificuldade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu quero agradecer, para finalizar...

O SR. FREDERICO MEIRA – Ainda há a questão do Canal do Sertão Alagoano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Há mais duas, não é?

O SR. FREDERICO MEIRA – Mais uma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Então, vamos lá. Pode continuar.

O SR. FREDERICO MEIRA – O Canal do Sertão Alagoano. É bom esclarecer que o Canal do Sertão Alagoano é dividido em vários trechos. O que foi identificado pelo relatório são os trechos 3, 4 e 5. Os trechos 4 e 5 não são objeto de qualquer tipo de instrumento junto ao Ministério da Integração Nacional. Então, o que falaremos aqui está restrito ao trecho 3.

Volto a dizer: quanto ao Canal do Sertão Alagoano, o que é identificado pela Comissão são os trechos 3, 4 e 5; só que os trechos 4 e 5 não são objeto de qualquer instrumento junto ao Ministério da Integração Nacional.

Hoje nós temos uma proposta. Não temos nenhum instrumento firmado. Temos em análise uma proposta para firmarmos um termo de compromisso com o Estado de Alagoas para o trecho 3. O Ministério da Integração identifica que, assim como no trecho 2, efetivamente, para a execução das obras do trecho 3, deverá ser cumprida na sua integralidade a determinação do acórdão do TCU em relação a retenção cautelar ou seguro-garantia.

Lógico, estamos em contato com o Estado, até pela análise do processo pelo Ministério, e o Estado já entrou em tratativa com a empresa construtora. Eu recebi, até agora – ainda não está completamente assinado, mas já está aqui –, o termo de apostilamento de retenção contratual entre o Estado e a construtora. Foi entregue agora, está assinado pela construtora. Eu recebi uma cópia agora, mas o Estado já está assinando. A construtora já aceitou o termo de apostilamento de retenção contratual, enquanto não é decidido o mérito do sobrepreço por parte do TCU, conforme a própria determinação do acórdão. Aceita a retenção.

Eu recebi uma cópia, mas nós temos que fazer o encaminhamento oficialmente. Só está assinado pela construtora. Eles precisam fechar todo o documento, para que possa ser encaminhado não só à Comissão, mas também ao próprio TCU.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Eu queria solicitar também, Coordenador, que, quando houvesse seguro–garantia ou garantia, que o termo de garantia fosse encaminhado, para que possamos ver a satisfação do valor em discussão e o valor do seguro–garantia ou da garantia prestada, para que eles sejam condizentes com o § 2º do art. 94.

O SR. FREDERICO MEIRA – O.k. Essa documentação será encaminhada, porque colocamos que o Ministério cumprirá integralmente a determinação do acórdão. Só haverá qualquer liberação de recursos – volto a dizer, o instrumento ainda não foi firmado – com a integralidade do cumprimento, através da garantia ou da retenção, em conformidade com o que determina o TCU.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Coordenador, acho que também nesse caso remanesce a necessidade de um ofício do Ministério expressando esses aspectos, expressando a anuência da empresa quanto às retenções, para que possamos, então, deliberar em cima desses documentos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – É, que o Ministério nos encaminhe, dizendo: "Olhem, a empresa já concordou, nós vamos cumprir", mas isso por escrito, e assinado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu queria agradecer à Dra. Juliana, representante do TCU, e ao Dr. Frederico Meira, representante aqui do Ministério da Integração Nacional.

E, dando continuidade, já estão presentes aqui os representantes da FUNASA. Gostaria de convidar o Sr. Luís Carlos, auditor–chefe, representando aqui o Presidente da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Dr. Gilson de Carvalho Queiroz; e representando o TCU, o Sr. Eduardo Nery. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Sr. Luís Carlos, Auditor–Chefe da FUNASA. Pode ficar à vontade.

O SR. LUÍS CARLOS MARCHÃO – Boa tarde a todos. Bem, nós ficamos até surpresos, porque a nossa proposta inicial de defesa aqui compreendia cinco obras da FUNASA, e dessas cinco obras já conseguimos resolver a questão em três; vamos ater–nos aqui a duas obras. E peço à Comissão que avalie a questão da FUNASA com bastante carinho, porque nós lidamos com pequenos Municípios.

Nós temos algumas situações, inclusive nesse caso específico, dois fatos em que, de certa forma, no controle de governabilidade da FUNASA, sobre esses problemas, nós temos certa limitação para já buscar a solução, eu digo, quando há, por exemplo, alguma irregularidade é identificada em alguma licitação e a responsabilidade de execução dessa licitação é do próprio Município. Então, o Tribunal recomenda; a FUNASA,

por sua vez, faz o acompanhamento dessa recomendação, e procura fazer com que o Município também cumpra essas determinações; e a FUNASA, do seu lado, procura também cumprir essas determinações.

Objetivamente, o que nós temos é o Convênio nº 23.086/2005, firmado com o Município de Pilar, no Estado de Alagoas. Nós temos tido alguma dificuldade na condução da execução desse convênio, por conta de que o convênio é de 2005.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – O senhor está falando do de Pilar, não é?

O SR. LUÍS CARLOS MARCHÃO – Do de Pilar. Então, o convênio é de 2005. A partir da edição desse convênio, nós vimos acompanhando a sua execução. Em 2007 e em 2009 o Município chegou a fazer duas licitações, a pedido do próprio Tribunal, e a licitação de 2009 prosperou. Em 2010 foi feito um contrato, que está em execução, mas há problemas no projeto.

Problemas de que ordem? O Município inicialmente identificou um determinado projeto para a FUNASA, e na hora de contratar o projeto fez algumas alterações, inclusive no que se refere à localização, e até hoje não formalizou na FUNASA essas alterações. E nós temos feito pedidos constantes ao Município no sentido de que ele traga essas informações para a FUNASA, para que sejam avaliadas, e por sua vez a FUNASA possa validar o que está sendo feito no Município. E é isso que gera a nossa dificuldade, porque há mudança de gestão no Município, e nós também não estamos aqui para jogar o sacrifício em cima do Município, mas nós temos feito esse pedido, e nosso pedido ainda não foi atendido.

E que é que ocorre? Esse contrato está sendo executado. Inclusive temos pagamentos. A FUNASA fez um repasse para o Município de Pilar no valor de R$ 1,6 milhão. Desse valor, o Município já aplicou cerca de R$ 800 mil, não apresentou à FUNASA ainda o projeto que de fato está sendo executado, e isso gera para nós uma dificuldade tremenda. Estamos aguardando então uma orientação, o acórdão do Tribunal, para ver exatamente o que nós precisamos fazer, ou o que o Município vai ter de fazer, para podermos resolver essa questão.

O outro convênio é o TCPAC 210/2008.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sr. Presidente, vamos resolver um por um. Esse assunto de Pilar, vamos resolvê–lo de uma vez. Quer dizer que, eu vi aqui, pela proposta de Pilar, a FUNASA propõe reavaliar o plano de trabalho, de acordo com a tabela SINAPI, e só então retomar as obras?

O SR. LUÍS CARLOS MARCHÃO – É. Agora, assim, o que nós estamos querendo conduzir lá é o diálogo com o Município, buscando resolver essa questão, e não fazer a inclusão dessa obra no relatório de obras suspensas, porque certamente, se nós fizermos, no futuro, para poder continuar essa obra, as dificuldade vão ser maiores, não é? E aí, a ideia seria a própria FUNASA buscar resolver essa questão, com o Tribunal também dando a colaboração que sempre nos tem dado.

Bem, em relação a Augusto Corrêa, no Pará, há irregularidade também, na execução da obra, mas o que é que a FUNASA fez? Nós temos uma parcela ainda de recursos a repassar para essa obra de Augusto Corrêa, e essa parcela está suspensa. Nós não vamos fazer o repasse. Houve o pedido ao Município de que faça os ajustes no projeto, para que a FUNASA possa fazer a avaliação desses ajustes e então dar continuidade à liberação da última parcela que está faltando. Como nós também dependemos do Município para fazer essas alterações, a FUNASA fica numa situação de governabilidade limitada, e aí talvez coubesse alguma sugestão. Nós também estamos conversando com o Município, aqui representado, e nós não temos sempre essa oportunidade.

Enfim, das cinco obras que nós tínhamos, que estavam previstas pelo comitê de avaliação, nós estamos com indicativo ainda de pendência em relação a essas duas obras, ou seja, as de Pilar e Augusto Corrêa, no Pará. Bem, era isso, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Há alguma consideração a ser feita?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Eu queria ouvir o TCU, porque, sinceramente, nós estamos com dois relatórios distintos; um deles foi produzido agora, e eu tinha só o anterior. Então, eu gostaria de ouvir o Dr. Eduardo, do TCU, para que pudéssemos compreender. A União repassou para o Município, que não prestou contas; é isso, Dr. Luís Carlos? Não sei se entendi bem.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Na verdade, no caso da obra de Pilar, o que acontece é que a FUNASA repassou. A sistemática é a seguinte: a FUNASA primeiro repassa os recursos e depois o Município vai prestar contas. Quando a FUNASA foi verificar como tinham sido gastos esses recursos, teve a mesma surpresa que a equipe do TCU e acho que a da própria CGU tiveram, porque o que estava sendo executado não guardava nenhuma conformidade com o que estava previsto no plano de trabalho do convênio. Então, essa é a questão, e as medidas saneadoras são justamente nesse sentido.

De plano, existe um sobrepreço que foi detectado, da ordem de 17%, de R$ 340 mil, o que deveria ser repactuado, para se eliminar esse sobrepeso do contrato, e também para que haja esse pronunciamento conclusivo da FUNASA, para que isso seja formalizado,

quer dizer, para que a FUNASA aprove essas mudanças, caso elas sejam realmente devidas, e formalize essas alterações no plano de contrato, para, aí sim, dar sequência aos repasses. Mas até então nós consideramos temerário. Quer dizer, todo esse investimento que está sendo alocado pode ser perdido numa obra que não tem qualquer aprovação da FUNASA .

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Ou seja, o TCU sugere que ela fique em IGP?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – O TCU sugere que ela fique em IGP, enquanto não...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Ambas as obras?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – É. No caso de Augusto Corrêa, o que houve foi uma execução de serviços que foram pagos mas não executados, e aí o Município deveria compatibilizar a execução física com a financeira. Trata–se de um poço tubular e duas elevatórias; os recursos foram recebidos mas as obras não foram executadas. E houve um adiantamento de R$ 300 mil que não teve qualquer contrapartida, nenhum serviço executado. Isso tudo soma cerca de R$ 412 mil. Então, tem de haver essa compatibilização do físico com o financeiro. O Município até agora só alegou que foi perfurado mais um poço, após a visita do TCU, mas ainda é pouco, perto do que tinha sido pago antecipadamente.

Então, nesse caso, Deputado, a medida corretiva é esta: compatibilizar o físico com o financeiro. Houve o pagamento de um serviço não executado, que, considerando–se o valor do investimento, seria relevante, é mais ou menos na ordem de um terço do valor do investimento; ou seja, foi pago um terço de serviços que não foram executados.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Deputado Weliton, no cronograma aqui da Comissão e do... O Dr. Luís Carlos diz que são apenas duas obras, uma de Plácido de Castro e uma de...

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Pilar.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – ...Augusto Corrêa. havia uma outra aqui: Jauru, no Mato Grosso; Alto Paraguai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – As outras o TCU já retirou, não é?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Se o senhor permitir, Deputado, na sessão plenária da semana passada, do dia 7 de dezembro, quarta–feira, o TCU proferiu três acórdãos, e reclassificou a irregularidade nessas três obras: Jauru, Alto Paraguai e Plácido de Castro. Foi considerado que não mais recomendam paralisação. Em duas foram tomadas medidas saneadoras, e uma delas, o caso de Jauru, já estava num grau de execução muito avançado, em que não se justificava mais a medida saneadora, que seria anular a licitação e fazer uma nova contratação. Não havia um sobrepreço tratado; eram problemas de indícios de fraude na licitação, quer dizer, a licitação foi mal conduzida, enfim, mas não havia sobrepreço ali detectado. Então, por isso ela foi reclassificada.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Coordenador, então, em relação a Pilar e a Plácido de Castro, a propositura é a manutenção como IGP?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Queira finalizar.

O SR. LUÍS CARLOS MARCHÃO – Eu só queria ver se consigo esclarecer melhor a nossa defesa. Em relação a Pilar, é admissível, a FUNASA entende realmente que a obra apresenta dificuldades que nós talvez não consigamos resolver. E por quê? Porque houve inicialmente a indicação de um projeto, esse projeto foi encaminhado para a FUNASA, isso nos idos lá de 2005; quando o Município fez a licitação e assinou o contrato, na execução o Município indicou para a FUNASA que ia apresentar um novo projeto para poder substituir aquela proposta inicial e para executar aquela obra que o Município estava contratando em 2010.

O que é que ocorre? O Município não traz esse novo projeto para ser avaliado pela FUNASA, e a obra vai sendo executada. Aí o Tribunal vai lá, e com muita sensatez conclui que a execução está em desconformidade com o projeto. Isso é o que de fato está acontecendo. E por que é que está acontecendo isso? Porque no Município há uma obra que está sendo executada com um projeto que não se submeteu à aprovação da FUNASA.

Ora, o que a FUNASA fez no início? A FUNASA repassou parte do recurso do convênio, e a partir daí o Município tinha a obrigação de trazer para a FUNASA a nova proposta, para que a FUNASA então pudesse avaliar e dar continuidade a esse repasse. Isso a FUNASA não fez. Não houve repasse. Então, o que foi repassado, em termos de recursos, foi o recurso daquela primeira parcela, que foi paga ainda nos idos de 2007, 2008.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Pois é, Dr. Luís Carlos, se esse comitê propõe o IGP, obriga a Prefeitura a cumprir a pendência que tem com a FUNASA e, por consequência, a correção da questão da obra, porque é uma obrigação; na medida em que há um IGP, a Prefeitura vai ter de tomar uma providência. Vai ter de no mínimo justificar a primeira parcela já liberada.

O SR. LUÍS CARLOS MARCHÃO – É, nessa questão, Deputado, eu concordo. Quer dizer, nós temos tido dificuldade. Não é falta de a própria FUNASA estar fazendo a cobrança disso. Agora, nós estamos

com essa dificuldade, e há até um desgaste técnico do nosso pessoal com o pessoal do Município.

Agora, em relação a Augusto Corrêa, eu gostaria que a Comissão avaliasse. A nossa intenção é de buscar os ajustes nessa obra de Augusto Corrêa, lá no Pará. E avaliasse com bastante cuidado, deixasse que a FUNASA procure resolver essa questão internamente, porque inclusive, nesse caso aqui, nós estamos já com indicativo de tomada de contas parcial, de inadimplência, para esse Município, até que ele regularize o que foi informado pelo TCU.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Desculpe–me, Coordenador, podemos dialogar, porque vamos agilizando? Nesse caso, Dr. Luís Carlos, há aqui um registro por parte do COI de que teria havido um pagamento por serviço não executado. Então, tem de haver um ajuste de contas. Executou alguma coisa, ou não executou? Recebeu? Como é que a FUNASA se posicionou em relação à executora do projeto? Ela notificou, e a executora não dá resposta?

O SR. LUÍS CARLOS MARCHÃO – O que é que ocorre, Deputado? Nessas questões, houve uma prestação de contas parcial desses valores que foram pagos. Nessa prestação de contas, a FUNASA reconhece que há serviços que foram pagos, mas não são coerentes com aquilo que está no projeto; inclusive há a construção de reservatórios que estão no projeto com um formato e o Município está apresentando isso, como prestação de contas, num formato diferente.

Ora, para que o Município apresente isso, ele tem de trazer, de apresentar um projeto de alteração, e esse projeto tem ser aprovado pela FUNASA. Isso seria o razoável, para a FUNASA acatar essa prestação de contas. E aí a FUNASA fez a notificação ao Município: "Apresente essa prestação de contas com esse formato e traga aqui um projeto diferente daquilo que está apresentando como contas". Quer dizer, em tese aparece, e na prática aparece esse valor que não tem coerência, em termos do serviço que foi contratado, porque o projeto está diferente. E por isso...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – E o TCU já tem esses dados de que está havendo uma desconformidade entre o projeto...? Então, eu acho que é o mesmo caso, Dr. Luís, porque, na realidade, se não houver uma paralisação, não há como serem consistentes as contas, porque se a obra estiver sendo tocada nunca vai haver consistência. O senhor aceita que há consistência até um momento, para poder haver um acerto de contas entre o executado e o que foi pago. Se o senhor obstacular, não tem como fechar a conta. Qual o percentual já de execução dessa obra, Dr. Luís Carlos?

O SR. LUÍS CARLOS MARCHÃO – Cerca de 31%.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Trinta e um por cento? E o valor dela?

O SR. LUÍS CARLOS MARCHÃO – É de R$ 1,6 milhão.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – E quanto já foi pago?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Deve ter sido paga alguma coisa mais por pagamento de serviço não executado. Deve ter ido alguma coisa a mais, deve ter sido pago. O Dr. Eduardo teria esse número?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Dr. Luís Carlos, nós já temos o ofício da FUNASA dizendo: "Suspendi qualquer pagamento"?

O SR. LUÍS CARLOS MARCHÃO – Isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Já existe essa providência?

O SR. LUÍS CARLOS MARCHÃO – Já, já existe. Deputado, é o seguinte: o valor do convênio, de repasse da FUNASA, o valor total é de R$ 1,550 milhão. Desses R$ 1,550 milhão, a FUNASA repassou R$ 930 mil. Agora, existe já um documento feito por nós lá na FUNASA suspendendo tudo até que o Município regularize todos os apontamentos que foram feitos pelo TCU. É o que eu estou dizendo: a FUNASA faz o documento, faz a suspensão desses valores que a FUNASA tem a repassar, e põe o Município na condição de inadimplente até que ele regularize isso, essas situações. O que nós argumentamos é que há um interesse institucional em continuar, em buscar solucionar isso diretamente lá com o Município.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O.k., Sr. Coordenador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Mais alguma observação?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Para mim está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Então, eu gostaria de agradecer, e já vamos passar para a próxima Mesa.

Convidamos o Sr. General Jorge Ernesto Pinto, representando o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e, representando o Tribunal de Contas da União, o Sr. Fábio Augusto de Amorim, para que tomem assento à Mesa. *(Pausa.)*

Então, dando continuidade aos trabalhos, passamos a palavra ao General Jorge Ernesto, representando o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Deputado Weliton Prado, Presidente da Mesa, Deputado João Magalhães, Deputado João Dado, senhoras e senhores, demais autoridades, jornalistas, mais uma vez estamos tendo a oportunidade de dialogar e construir soluções aqui nesta Casa, junto com o DNIT e o Tribunal de Contas, e eu tenho três empreendimentos aqui, que estão na lista de paralisação, na tarde hoje: a Ponte de Xambioá, a BR–163/Pará e a BR–448/Rio Grande do Sul.

Quanto à Ponte de Xambioá, esse empreendimento é um projeto básico, realizado pelo Governo de Tocantins. Foi contratada a obra pelo Governo do Estado e passada para o DNIT. O DNIT assumiu o projeto básico e o contrato, com a ENGESA inclusive, dessa obra. E quando nós vimos esse contrato e esse projeto básico, nós entendemos que não era possível prosseguir com esse empreendimento. É um projeto básico deficiente, bastante deficiente, com inúmeros sobrepreços, inclusive tecnicamente ruim também. Então, foi dada a ordem de serviço, há mais ou menos 4 semanas, de um projeto executivo, e agora o DNIT – o DNIT – vai acompanhar esse projeto executivo.

A obra não foi iniciada. Não existe obra, nem permitiremos que se inicie. Primeiro nós temos de fazer o projeto executivo; após discutirmos todos os custos, as condições desse projeto executivo, e chegarmos a um custo que atenda aos interesses da Administração, inclusive sob as vistas do Tribunal de Contas, aí sim, então nós vamos realizar o empreendimento. Por enquanto, é só o projeto executivo. Não concordamos que se avance em mais nada.

Eu pergunto aos Srs. Deputados se têm algum questionamento, para mais algum esclarecimento sobre a questão dessa Ponte de Xambioá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Quer algum esclarecimento, Deputado João Dado? Deputado João Magalhães?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Coordenador, mais 1 minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – ...porque tenho um mapa atualizado que o TCU nos enviou, mas eu estou buscando no nosso relatório onde é que ela estava inserida, e não a localizei ainda no relatório preliminar do COI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Foi inclusive a obra citada aqui, no início da reunião, pelo Senador.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Pelo que entendi, Deputado, o DNIT disse que a obra não foi iniciada, e só vai ser iniciada com o projeto executivo. Não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Está bem? Vamos dar continuidade?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Podemos passar para a próxima? Então, permanecendo ainda no Norte, vamos falar da BR–163/Pará.

De toda a BR, o Tribunal auditou três contratos, três lotes. São mais lotes, mas ele auditou três, e encontrou várias irregularidades. Vamos começar pelo lote em que já, realmente, nós conseguimos confirmar. É o Lote 1.6. Realmente está confirmado, por meio de sondagem: a jazida de projeto está exaurida. Então, realmente justifica-se aquela mudança da parte do material de jazida do Lote 1.6, ao ver do DNIT. Isso então foi apresentado agora ao Tribunal de Contas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É o Lote 1.6. O número do contrato é 544, um contrato de R$ 150 milhões.

O Tribunal estava aguardando a conclusão das sondagens das jazidas, que realmente conseguimos isso. Enviei inclusive o coordenador–geral de construção pessoalmente ao terreno, para verificar essas informações. A equipe do DNIT foi ao terreno, foi agora lá, conferir.

No Lote 1.2, Contrato 38, há alguns serviços em que, digamos assim, houve inversão, pagaram antes o que estava sendo feito; então, enviei a equipe para lá, para verificar se os serviços já haviam sido realizados. Isso foi verificado, isso foi conferido, e todos esses ajustes aqui já foram realizados, inclusive os geradores que estavam lançados. O que é que permanece? Há a discussão da sub–base, estabilizada granulometricamente. Então, essa é a discussão, e vamos aguardar a deliberação do Tribunal. O que havia, 9,5%, praticamente, de irregularidades, caiu para 0,45%, após as medidas saneadoras do DNIT. Essas foram as nossas providências nesse Contrato 38.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – General Jorge, só para sabermos, essas medidas saneadoras do DNIT já estão compactuadas com a executora?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Elas estão em curso, inclusive critérios de medição, readequação de preço unitário. Nós não podemos, digamos assim, aceitar as irregularidades que o TCU identificou, que são realmente irregularidades que precisam ser corrigidas. Por isso eu enviei a equipe para lá. A equipe retornou esta semana.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – A executora já está oficiada?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Já, já estamos oficiando isso. Agora está vindo para o TCU a nossa ação.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – É, seria importante também vir para o COI, porque, como as nossas providências... Quer dizer, estão surgindo fatos novos; então, eu acho importante nós também dispormos da documentação, General Jorge, para que nós possamos...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Enviaremos diretamente, então, uma cópia para V.Exa. Vamos enviar.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Muito bem.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está bem? A única discussão dessa parte toda aqui da BR–163 é o transporte do CAP, que estava previsto ser de Manaus, pelo projeto, e a construtora está trazendo, diferentemente disso, ali da fronteira do Mato Grosso. De Cuiabá vem, pela fronteira de Mato Grosso, para o Pará. Vem de Cuiabá. Então, eu acho que isso merece o aprofundamento desse estudo para sabermos exatamente que diferença há de ganho do projeto, em relação à execução, para nós pactuarmos isso com a construtora, impormos a ela uma glosa dessa diferença, já que o projeto previa um determinado custo de logística de transporte, e de repente ela pode estar auferindo um ganho que não era previsto no projeto e, consequentemente, não se tratou disso na licitação. Então, fica, digamos assim, um lucro desigual, diferente do que se previu no certame licitatório.

A discussão é apenas essa, e nós precisamos concluir, em termos de... A empresa não forneceu exatamente quanto é que ela paga. Ela alega o seguinte: o que ela recebe já vem com um custo do distribuidor. Entendo que nenhum distribuidor vai levar isso lá para a BR–163 sem custo, é lógico, mas nós precisamos saber efetivamente qual é esse custo do transporte, para comparar com o custo do projeto e saber qual é essa diferença para glosar. Isso nós vamos ter de fazer junto à distribuidora, e ainda não fizemos. Eu creio que o caminho será eu agir na distribuidora para saber exatamente quanto é do CAP e quanto é do transporte, pegar na fonte essa informação.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Agora, tecnicamente, General Jorge, essa questão de o ligante ser inferior ao contratado aqui na aquisição, o polímero, não traz prejuízo técnico? Aqui nós lemos, no relatório que o TCU enviou, que o CAP 50-70, o polímero tem uma taxa ligante inferior àquela prevista, àquela contratada. Isso não dá repercussão técnica na obra?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não. Eu vejo como realmente algo que nós temos de fechar ainda, e é muito fácil de resolver, só essa questão do custo da logística, do transporte do CAP, apenas isso. E é fácil de resolver. Não vejo dificuldade nenhuma.

Parece–me que essa obra, no nosso ver, na nossa análise, primeiro, é muito importante para o Pará. Estão sendo construídos oito portos que vão já respirar em função dessa rodovia. Estão sendo construídos frigoríficos nessa região, contando com essa rodovia. E a solução disso aqui é muito simples. Nós podemos resolver isso. Por que é que já não tínhamos resolvido? Porque estávamos aguardando o pronunciamento final da empresa em relação a isso. Agora nós vamos agir diretamente na distribuidora, para saber exatamente qual é diferença do transporte disso e comparar com a composição do projeto.

E realmente, para quem está na BR–163/Pará, nesses lotes, eu vejo que o de bom senso teria sido o projeto ter previsto isso, realmente vir de Cuiabá, a não ser que na época do projeto não houvesse isso lá. Mas era o lógico.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Talvez fosse interessante, Deputado Weliton, nós também ouvirmos o Dr. Fábio a respeito da BR–163. As execuções aqui ainda são, vamos dizer, 31%, 8%, 28% dos contratos; e qual seria...? Porque aqui o TCU está de acordo com essas tratativas com o gestor, não é?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É, ainda não há uma deliberação.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Ainda não há uma deliberação...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Mas deixe–me só lhe dizer uma coisa aqui: a terraplanagem do primeiro lote está 52% realizada. Então, em mais da metade do lote a terraplanagem já foi realizada; drenagem, 90%; sub–base, 51%; base, 46%; e 36% de revestimento. Então, a obra está realmente andando bem. No Lote 1.2, a terraplanagem está em 61%, está mais na frente ainda.

Qual é o nosso medo, na Amazônia? Essa coisa, se ela para, no período chuvoso o estrago é sem tamanho. A erosão toma conta. Depois, até para reconformar é difícil. Com falta de material, os taludes, que passam pelos períodos de chuva, levam os nutrientes da terra, e aí a solução de contenção desses taludes torna–se muito mais cara, porque passa a exigir a aplicação de biomanta, não uma simples hidrossaneadora. Então, as coisas começam a se complicar consideravelmente. É o que eu tenho a dizer, a respeito desse perigo da paralisação da obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Quero agradecer, e, seguindo a sugestão do Deputado João Dado, vamos ouvir o Sr. Fábio Augusto.

O SR. FÁBIO AUGUSTO DE AMORIM – Sr. Deputado, com relação ao Contrato nº 544, que foi o pri-

meiro mencionado pelo general, o Tribunal questionou o termo aditivo firmado entre o DNIT e a construtora. Nós verificamos que houve uma modificação do projeto de pavimentação. A solução inicial de projeto foi modificada. O projeto previa a utilização de solos, jazidas locais, para a execução de sub–base e base, e o termo aditivo optou por esse material vir de pedreira. Essa modificação onerou o contrato em aproximadamente R$ 13 milhões, e esse é o dano ao Erário que foi constatado pelo Tribunal com relação a esse contrato.

Com relação ao Contrato 38/2009, que é o segundo aqui mencionado pelo General, a principal irregularidade que ensejou a indicação de IGP foi a liquidação irregular da despesa, que consiste no fato de as medições não estarem compatíveis com os serviços que foram executados. Então, a equipe de auditoria apurou uma liquidação irregular em torno de R$ 5 milhões. Nós recebemos uma manifestação do DNIT, já, com relação a essa irregularidade, de forma que, segundo o DNIT, desses R$ 5 milhões, o valor de R$ 1,3 milhão, aproximadamente, já havia sido estornado das medições, restando aí um passivo de R$ 3,7 milhões, e o DNIT entende que a irregularidade não procede, pelo menos na última manifestação que nós recebemos, que é de novembro, datada do início de novembro.

Já adiantando, com relação ao último contrato, da BR–163, o Contrato 528/2010, que vai da divisa do Estado de Mato Grosso, uma extensão de aproximadamente 102 quilômetros, a irregularidade que ensejou a indicação de IGP foi o sobrepreço do orçamento em termos de quantidades. Foi verificado que as quantidades orçadas eram superiores às necessidades da obra, desde o projeto básico. Então, com relação à BR–163/Pará, são essas, em resumo, as irregularidades que foram encontradas.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Então, de toda forma, o TCU está propondo os IGPs das obras, em função dessas irregularidades?

O SR. FÁBIO AUGUSTO DE AMORIM – Sim. Houve, com relação à BR–163, um despacho do Ministro Relator. Não houve deliberação ainda do Plenário, mas já no despacho do Relator foi indicada a concordância, até o momento, com o IGP.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Eu queria só fazer uma solicitação também, ao General Jorge. Agora entram os períodos de chuva. Já estamos como se fosse no inverno da Região Norte do País. Eu queria que nos desse uma noção de como estão essas obras do Pará. Estão em condições normais, ou já estão desmobilizadas pelo período de chuva? O senhor teria essa informação?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – A chuva ainda não desmobilizou, não. Está tudo mobilizado, o pessoal ainda está fazendo o trabalho. *(Pausa.)*

Concluída a 163, senhores?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – *O.k*. Estou satisfeito com as informações.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – A última é a BR–448/Rio Grande do Sul. São contratos também, 1, 2 e 3; há o Contrato 484, o 492... Ali houve uma questão bastante interessante: o concreto foi orçado de maneira diferente do que foi produzido. Então, deu uma diferença muito grande no preço do concreto. Quer dizer, a construtora, o consórcio... Um concreto orçado de betoneira está sendo usinado em grandes centrais. Então, tem de ser repactuado esse valor desse concreto. A diferença é grande. Há uma questão também do aço, das estruturas das obras de artes, do pavimento, e também das fôrmas.

Nós chamamos o consórcio, e eles disseram que tinham respondido ao Tribunal. Deram uma resposta ao tribunal. E nós entendemos o seguinte: entre paralisar essa obra e repactuar, nós vamos repactuar. Estamos aguardando a deliberação do Tribunal sobre isso. Se a empresa não quiser repactuar, nós vamos simplesmente chamar o segundo ou o terceiro colocado, e se não quiserem, vamos licitar de novo. Realmente não vamos aceitar o preço que está dado. O DNIT não aceita. Essa é a posição do DNIT.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – General Jorge, posso fazer o debate? Então, nós temos uma obra em que há valores que estão em desconformidade.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO PRAXE – Isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O TCU já apontou essa desconformidade, esse sobrepreço, o DNIT chamou o executor e solicitou uma repactuação, que ainda não está concluída.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO PRAXE – Não, porque ele foi cuidadoso, o executor. Ele disse: "Não, nós respondemos ao Tribunal; estamos aguardando um pronunciamento". E como eu também não tenho ainda a deliberação do Tribunal, eu estou aguardando essa deliberação, mas qual é a minha posição, com relação a essa rodovia? A mesma quanto à 163 também. Aquilo que for determinado, que tem de ser feito, nós vamos fazer, vamos cumprir.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Seria importante que o DNIT nos encaminhasse, ao COI e ao TCU, também esse posicionamento favorável, porque nós estamos com um processo em andamento.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO PRAXE – Está certo.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – O TCU ainda não efetivou a sua decisão, mas nós ainda não temos a

definição do DNIT sobre como vai proceder. Se o DNIT nos encaminhasse, como foi feito em outras obras, por outros gestores, encaminhasse um ofício sobre essas obras em especial, que estão neste momento, vamos dizer assim, transitórias, ainda não temos a definição do Plenário do TCU, que nos encaminhasse um ofício dizendo que vai cumprir a deliberação do TCU, e de plano o DNIT, como diz o General Jorge, já concorda que há sobrepreço, isso é importantíssimo para nós do COI.

Minha sugestão, Sr. Coordenador, seria neste sentido: um ofício do DNIT para o COI sobre cada uma das obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Procede. Inclusive o DNIT já menciona essa forma, já encaminhou dessa forma, já nos enviou o ofício para cá. Já foi encaminhado.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO PRAXE – Está ótimo. Até amanhã chegará aqui o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Tem a palavra o Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO AUGUSTO DE AMORIM – Sr. Presidente, Srs. Deputados, só para esclarecer, com relação à questão da ponte sobre o Xambioá, a grande questão que a gente vai debater posteriormente é sobre o aproveitamento desse contrato, mediante o resultado do projeto executivo que o DNIT analisar e aprovar posteriormente. Pode ser que o objeto fique descaracterizado, e pode ser que o ideal seja o não aproveitamento do contrato, já que o orçamento do projeto executivo pode ser bastante diferente, como a gente já indicou no relatório de fiscalização, com relação ao orçamento que foi objeto da licitação.

Então, é esse o apontamento do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Mais alguma observação?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO PRAXE – Com relação a essa ponte, eu vou dar um exemplo aqui de um projeto de derrocamento, próximo a Tucuruí, próximo ali à reclusa. Nós mandamos anular uma licitação, porque ela ficou muito estranha. Ela começou com um valor que agora abaixou em R$ 170 milhões. Isso é até uma coisa errada. No derrocamento, próximo a Tucuruí. Então, eu mandei anular. Anule–se! Como vamos fazer isso aqui? As condições, a composição de custo errada.

Então, a Ponte de Xambioá, quando a gente começa a analisar até os próprios achados do TCU, do Tribunal, vemos que vai sair bastante diferente. O projeto do Executivo vai ficar muito diferente do que existe. Então, não é questão de embargar uma obra, porque não é obra. É fazer o quê? Rescindir o contrato. Há ali um empenho, eu acho, de uns 100 milhões de reais. Eu não tenho dúvida nenhuma de que vai sair muito diferente o projeto do Executivo daquele projeto básico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, ao Sr. Fábio Augusto de Amorim e ao General Jorge Ernesto Pinto, representante do DNIT.

Gostaríamos de convidar o representante da Petróleo Brasileiro S.A., Gerente–Geral de Implementação do Empreendimento RNEST (Refinaria Abreu e Lima), Sr. Glauco Legatti, e, representando o TCU, o Sr. Eduardo Nery. *(Pausa.)*

Dando continuidade aos trabalhos, quero agradecer a presença ao Deputado Giroto, ao Deputado Danilo Forte e ao Deputado Wellington Roberto.

Já passaremos a palavra ao representante da PETROBRAS. Foi solicitado aqui que houvesse uma apresentação por parte do Tribunal de Contas da União. Nós vamos, então, quebrar os procedimentos em relação às reuniões anteriores. No momento oportuno, passaremos a palavra também ao representante do TCU para fazer a sua exposição.

Com a palavra o representante da PETROBRAS para fazer a sua exposição.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI – Boa tarde, Sr. Deputado Weliton Prado, coordenador do Comitê de Avaliação. Boa tarde a todos os presentes.

Eu vou procurar para trazer aos senhores algumas informações referentes às obras da Refinaria Abreu e Lima, de tal sorte que todos possam entender em que fase nós estamos em termos de análise. Com essa visão, após cumpridas todas as etapas, todos verão que não existe nenhum sobrepreço nas obras da refinaria.

(Segue–se a exibição de imagens.)

Para que os senhores tenham uma ideia, nós estivemos aí nos anos de 2009 e 2010. Nós estamos falando da refinaria que está em Pernambuco. Ela ocupa uma área de 6,3 milhões de metros quadrados e vai processar cerca de 230 mil barris de petróleo por dia. E o que é mais importante: vai representar, em termos atuais, 20% do *diesel* consumido no Brasil. Isso significa o seguinte: de cada cinco caminhões, um é abastecido com *diesel* vindo da Refinaria Abreu e Lima. Podemos dizer isso de uma maneira generalizada para o Brasil.

Para que os senhores tenham ideia do tamanho do canteiro de obras, essa é a visão que temos dela. Estamos falando de uma refinaria com recursos da ordem de 13,3 bilhões de dólares, que vai atender à demanda de *diesel* do Norte e Nordeste do Brasil. Hoje nós temos cerca de 32 mil trabalhadores diretos dentro do *site*. A refinaria vai gerar 1,5 mil empregos diretos. Suas obras foram iniciadas através do Contrato de Terraplanagem, em 2007, e entram em operação em junho de 2013.

Nós estamos falando, então, de todos os contratos. Nós temos para construir essa refinaria 65 contratos. O Tribunal de Contas da União vem auditorando grande parte desses contratos desde 2007. Dos contratos auditorados, nós estamos tratando aqui hoje de cinco. Em termos de realização física, em geral, são contratos que abrangem 47% da refinaria: nós temos um determinado contrato com 49%; o segundo, da unidade de coque, com 19%; o dos hidrotratamentos, 31%; o de tubovias, 22%; e o de dutos, 37%.

Na convocação que nós recebemos do COI, estavam indicados apenas três desses contratos, que seriam o de Unidade de Destilação Atmosférica – UDA, o contrato de destilação do coque de hidrovias e, para 2011, o contrato de dutos. Nós estamos trazendo para os senhores uma visão de todos os que estamos respondendo ao TCU, que são quatro, em que entendemos possa haver alguma dúvida ou alguma troca de documentos. Então, na realidade estamos falando de quatro contratos.

Esta é a curva de execução de quantas pessoas nós temos na obra. Vejam que nós, quando iniciamos este projeto e o trouxemos aqui apresentá–lo os senhores, imaginávamos que nós teríamos, no pico, 26 mil pessoas trabalhando. Em função dos ajustes, dos prazos em que esses contratos foram assinados, das datas das assinaturas desses contratos, hoje, nós temos cerca de 32.500 pessoas trabalhando – talvez até um pouco mais –, contra as 26 mil que imaginávamos inicialmente. Essas são as pessoas que estão trabalhando dentro da refinaria. O Deputado Wellington Roberto esteve nos visitando há 2 semanas e pôde ver o que é o movimento de 32 mil pessoas no *site*.

Hoje, em grande parte do serviço, nós estamos concentrados no período fora das chuvas, que vai de maio até metade de setembro, tendo em vista que as atividades ficam extremamente prejudicadas e, digamos, precisam ter uma série de medidas propícias.

Dos contratos que estamos falando, estamos vendo as duas unidades que representam aqueles 49% ou 30%. Estamos falando do contrato de Unidade de Destilação Atmosférica e de 49% de execução física – estamos nos referindo ao contrato como um todo. Então, a execução uma unidade está na ordem de 72%, 73%, enquanto a outra está com um pouquinho menos. Na média do contrato, nós estamos na ordem de 49%.

Aqui se pode ver uma outra figura mais próxima da destilação, onde aparecem os fornos já montados. Estão numa fase bem adiantada os fornos desta unidade.

Esta é a unidade de coque. Gostaria que os senhores observassem bem a imagem, se conseguem enxergar, para terem uma ideia da dimensão, do número de pessoas que estão lá embaixo. São aqueles pontinhos amarelos, junto à base e o tamanho do prédio.

Então, essas são as unidades. Será a maior unidade de coque que nós temos. Vão ser construídas duas unidades dessas. As unidades tradicionais nossas têm cerca de quatro tambores de coque. Nós teremos duas unidades com seis tambores cada uma. Serão doze unidades de coque, em face da qualidade e do tipo do petróleo com que ela trabalha. Ela vai trabalhar com o petróleo pesado. Então, ela maximiza a utilização do coque.

O outro contrato é o das Unidades de Hidrotratamento – UHDTs. Os senhores podem ver a parte das unidades de geração de hidrogênio montadas e a parte do forno, que também está em fase de montagem.

O próximo contrato é o de tubovias, das tubulações que vão interligar todas as unidades. Esse contrato vai permitir que todas as unidades possam transferir produtos entre elas.

Aqui se pode ver alguns dos tanques prontos e as suas tubulações de instalações, para transferir a água para o sistema de tratamento de água. Como nós falamos, nessa refinaria nós teremos o correspondente a 25 fábricas. Até que a última dessas fábricas entre em operação, elas têm que entrar por fases. A primeira unidade que entra em operação é o sistema de tratamento de água. Então, esse é um dos primeiros sistemas que vai entrar em operação, logo na metade do ano vem.

Esse é um detalhe das instalações dos píeres, de onde saem as tubulações dos contratos de dutos para receber petróleo e também transferir derivados.

Nesta próxima imagem podemos ver as tubulações do emissário. O submarino é um emissário de 2 quilômetros que nós vamos ter. Estão sendo feitos trechos a cada 500 metros. Com os 500 metros que já estão colocados na água, os submarinos estão em condições de ser lançados.

Agora vamos falar dos quatro contratos de 2010 e do contrato de 2011.

Em 2010, nós estivemos aqui e posso dizer que nós estamos na mesma situação.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Dr. Glauco, eu gostaria de saber do Deputado Weliton se nós poderíamos ter também o material da PETROBRAS, assim como estamos com o do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Nós vamos solicitar à assessoria que providencie cópia a todos os Deputados.

Vamos continuar a apresentação.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI – Sendo assim, em 2010, esses contratos foram auditorados. Em agosto de 2010, houve o relatório emitido pelo TCU.

Em dezembro de 2010, nós estivemos aqui, tanto no COI quanto na CMO. Fizemos uma reunião interna, nós, o TCU e o COI, que trata de obras com supostas irregularidades, porque nós ainda estávamos com o relatório sem a defesa da PETROBRAS.

Em fevereiro de 2011, nós fizemos a defesa da PETROBRAS. Então, em 2010, esses contratos estavam com indicativo de IGP, em função do relatório inicial que foi emitido pelo TCU. Como não tinha dado tempo de sair as respostas, houve o entendimento de que esses contratos não deveriam permanecer no Anexo VI enquanto não houvesse a manifestação.

Também em fevereiro de 2011, nós apresentamos os nossos esclarecimentos, a defesa da PETROBRAS. De fevereiro até o dia 2 de dezembro, nós temos feito isso junto ao TCU.

E quero até destacar o grande entendimento que nós estamos tendo com o TCU durante este ano. Quero dizer que existe um divisor de águas no nosso relacionamento pessoal com o TCU, só não convergimos ainda em todos os detalhes em função da complexidade das instalações e das diferenças metodológicas da indústria do petróleo para o nosso dia a dia.

Considerando isso, em setembro, nós promovemos uma reunião técnica do mais alto nível junto com a equipe técnica do TCU, em que trouxemos um consultor. Os nossos projetos são analisados pelo IPA (Independent Project Analysis), que analisa projetos no mundo todo. O objetivo é efetuar o seu entendimento a respeito dos nossos projetos.

Nós avançamos muito com esses entendimentos. Creio que estamos crescendo bastante e estamos entendendo bastante os posicionamentos, inclusive do TCU, para a área do setor petróleo. Estamos evoluindo também muito nisso.

Então, em dezembro agora, nós passamos as informações complementares, mas nós não recebemos ainda resposta para continuar as discussões com o TCU. Algum tema poderá ser recorrente, e esse processo continuará em análise.

Estamos fazendo de maneira muito transparente as instalações, todas essas indicações foram executadas. Temos cumprido até hoje todas as determinações que foram emanadas pelo TCU, inclusive aquelas do ano de 2009, em que estava indicada a possível retenção em determinado contrato. Nós temos feito a retenção, a medida que permita resguardar a empresa de possíveis prejuízos após a análise final e o julgamento final do processo no TCU.

Quanto a 2011, nós estamos numa fase que eu vou chamar de muito preliminar: em junho de 2011, recebemos o relatório preliminar; em julho, também nós fizemos a nossa chamada defesa preliminar; em outubro, nós fizemos uma complementação dessas informações; em novembro, recebemos o relatório final do TCU; e agora, em dezembro, nós vamos emitir os comentários finais.

Em função disso, nós esperamos que, com base nessas informações, com esses esclarecimentos que foram prestados, sejam eliminados todos os temas que foram apontados. Se existir uma série de convergência na metodologia, na forma de ser executada ou na forma de apresentação dos números efetivamente, que nós possamos entender e interpretar o que é contingência, o que não é contingência, o que nós fizemos em função de entendimentos de outras deliberações do próprio TCU.

Eu vou passar agora a algumas questões ainda num âmbito muito teórico, porque nós só vamos ter condição de contar com uma análise definitiva com base no relatório.

Então, nós temos alguns itens que nós podemos chamar, assim, mais significativos para isso. Um deles é a chamada Faixa de Variabilidade de Preço. Nós discordamos da forma como o TCU tem disposto alguns itens, principalmente do que chamamos de quantidades determinadas. Nós seguimos a prática internacional. Precisamos é diminuir os riscos e as contingências que as empresas colocam nos contratos, de modo que possamos reduzir os riscos e ter uma abrangência das propostas.

E recebermos proposta mais uniformes. Existe um conflito entre faixa de variabilidade e quantidade de risco. Nós esperamos esclarecer isso através dessas consultorias internacionais junto ao TCU, mas é preciso de algum tempo para dirimirmos essas dúvidas.

Salário de mão de obra indireta é um outro tema que tem sido abordado. Há outro item, que está lá na frente: a atratividade da mão de obra direta. A região não tem o número suficiente de trabalhadores para alimentar essa refinaria, portanto a mão de obra precisa vir de algum lugar. Então, existe um item que nós chamamos de atratividade: como atrair empregados para lá. O empregado vai para lá quando ele sai de um emprego e recebe o mesmo valor monetário. Para cada um desses projetos, nós comparamos esses valores com o de outras regiões.

E quando nós fizemos essas estimativas? Há 2 anos. Muito embora não seja válido, e isso não é o que se deve fazer, além dos nossos esclarecimentos para o TCU, estamos trabalhando o seguinte: qual é a massa salarial hoje? E eu levo essa massa salarial para a data da estimativa da proposta e a comparo. Hoje, quando nós fazemos isso com esses contratos, vemos que o valor da massa salarial é inferior à nossa estimativa. Está superior e significa que eu estimei

um valor abaixo do que está ocorrendo efetivamente no mercado de trabalho. É o que hoje se vê em todos os jornais e revistas: o item "falta de mão de obra". Por isso, nós temos uma série de programas de treinamento, uma série de processos que estão sendo feitos para reduzir esses efeitos e para nós não tenhamos um problema maior ainda lá na frente.

Nesses contratos, naquele momento, havia ainda uma discussão sobre insumos, valores de insumos, entre SICRO e SINAPI. Eu acredito até que esses itens já tenham sido superados. Nos esclarecimentos que nós fizemos ao TCU durante o ano de 2010, notadamente já havia uma grande diferença entre itens, como andaimes, alimentação, estruturas metálicas, mas tudo isso passamos com muito detalhamento.

Eu gostaria de ressaltar um item de que se falou aqui em 2010, na discussão sobre alimentação. Para se ter uma ideia, hoje estamos discutindo, já chegamos a um nível de detalhe maior, pois estamos falando até da quantidade de calorias da alimentação para podermos fazer um cálculo efetivo. E estamos atendendo inclusive a alguns posicionamentos que foram estabelecidos pelo TCU para nós. De modo que nesses nossos esclarecimentos, nós já consideramos essas informações.

No que diz respeito à atratividade, o Deputado Wellington Roberto esteve lá. Deputado, certamente o senhor não pôde ver os alojamentos que tínhamos ali ao lado, mas cada um desses contratos tem alojamentos para de 3 a 5 mil pessoas, com toda a infraestrutura de que o trabalhador precisa para estar lá, inclusive nas suas horas de folga: área de treinamento, área de lazer, educação. Oferecemos principalmente educação; cursos são dados a esses trabalhadores. E mais: há acesso para o trabalhador manter comunicação com sua família.

Um outro tema também muito recorrente foi a questão de BDIs sobre revenda de materiais e equipamentos. No BDI sobre os equipamentos, nós esclarecemos que os equipamentos que estamos fornecendo não são simples, não é uma simples intermediação. Quando nós tratamos de equipamentos, são equipamentos que nós chamamos engenheirados, equipamentos como esses que vocês estão vendo na foto: compressores e bombas de alta tecnologia. Não é uma simples intermediação, então, tem que ser feita uma série de ações. Nós as esclarecemos e esperamos que o TCU nos compreenda.

Em relação a 2010, a visão do TCU é de que temos R$1,3 bilhão de sobrepreço nesses contratos. Desses contratos, se fizermos um exercício – nós colocamos as informações e os esclarecimentos que apresentamos ao TCU até hoje –, desses R$1,3 bilhão, que seria o sobrepreço, teríamos o equivalente a R$480 milhões do preço de contrato abaixo do que deveria ser a estimativa de referência. Então, esse é o quadro para 2010. Quando ele estiver totalmente encerrado, certamente teremos essa figura.

Ainda no caso de 2010, se analisarmos os números que passamos para o contrato, temos os F$480 milhões com uma visão para cada uma das unidades.

Na auditoria de 2011, temos dois temas: a faixa de variabilidade e o percentual de horas extras.

Em relação à faixa de variabilidade, o tema é o mesmo. No relatório que recebemos, tivemos o entendimento da natureza do contrato. Outra coisa é que o contrato tem uma parte dos itens com o preço solitário. Então, do ponto de vista metodológico, são necessários esclarecimentos adicionais para convergirmos e chegarmos a um entendimento com o TCU.

O segundo tema é só para se ter ideia das diferenças. E, num contrato de grande valor, às vezes, essas diferenças são ampliadas por conta de pequenos números. O percentual de horas extras da mão de obra direta é superior a 30 horas.

Na visão do TCU, pode–se ter até 10% da hora extra. Só que 10% da hora extra representam, na média do custo mensal, 26,3% do valor da hora normal. E no nosso orçamento estava como 25%. Quer dizer, se traduzirmos não em quantidade, mas em valor, o piso da nossa hora extra é 70%. Nos feriados chega a 100% e depois a 120%, se não me engano, no domingo. Então, não é a quantidade, mas a quantidade transformada em valor.

Esses esclarecimentos nós faremos quando o relatório for apresentado. E vamos caminhar e convergir para todos os assuntos que dizem respeito à RNEST, como sempre temos feito em todas as etapas.

Em vez de termos 124 milhões de sobrepreço no contrato, o contrato teria um preço, a menor, de 18,8.

Quero, então, fazer uma reflexão. Vejam que nessa tabela temos alguns pontos em preto, diferente do que eu entendo: com a metodologia que a PETROBRAS fez a estimativa, se colocarmos todos os entendimentos com o TCU, aparecerão dois itens que poderiam, se tivessem sido analisados isoladamente, e não no preço global, que teria um sobrepreço. Entretanto, diversos itens aparecem com preço inferior, sendo que o total do contrato aparece com o preço ainda abaixo de 18 milhões de reais.

Era isso que eu tinha para mostrar aos senhores. Gostaria ainda de deixar registrado que em nenhum desses contratos existe sobrepreço; que o processo de 2010 está em análise e, pelo alto nível de trabalho e tratamento que estamos tendo com relação à SECOB–3, na área técnica do TCU, e com esses esclarecimentos, creio que vamos chegar a um bom entendimento. Nós

estamos cumprindo todos os entendimentos feitos junto com o TCU, após decididos pela área técnica e depois de votados na plenária do TCU.

Inclusive, senhores e senhoras, quero deixar registrado que há um item contratual, por meio do qual, não viríamos a pagar nada de hora paralisada por chuva. E nós não estamos pagando, em função de um acerto que fizemos no COI, junto com o Tribunal de Contas da União, de que não pagaríamos nenhuma verba referente a chuva, antes que fosse totalmente votado na plenária do TCU. Estamos cumprindo, e há um processo específico que a SECOB–3 está analisando.

Quanto ao processo de 2011, por estar na fase inicial, vamos apresentar todos os esclarecimentos para não restar qualquer dúvida. Em função disso, no nosso entendimento, não haverá IGP para nenhuma das obras da refinaria, sob pena de pararem as 32 mil pessoas que lá estão trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao Dr. Glauco Legatti, Gerente–Geral para Implementação de Empreendimentos da RNEST – Refinaria Abreu e Lima.

Passamos a palavra ao Sr. Eduardo Nery, representante do TCU. Logo após, ouviremos os Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Pela ordem, Sr. Presidente. Desculpem–me, meu voo chegou há pouco. É sobre a apresentação da refinaria. Eu confundo a REPAR...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Era isso o que eu estava observando aqui. V.Exa. é do Paraná, não é?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Essa apresentação já está à disposição?

O SR. PRESDIENTE (Deputado Weliton Prado) – O Deputado João Dado fez essa mesma solicitação. Acabei de pedir cópia à Assessoria. Agora, finalizada a apresentação, as cópias já vão ser distribuídas a todos os Deputados e Senadores.

Com a palavra o Sr. Eduardo Nery.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Acho que o Deputado André Vargas estava perguntando sobre a outra refinaria, não é isso?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Também.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Duas refinarias estão sob análise. A Abreu Lima e a...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – No relatório do COI, apenas uma, mas no relatório TCU, acredito que o Deputado João Dado está com a razão. Parece que existe outra refinaria da PETROBRAS inserida no relatório do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – A outra refinaria não está com indicativo de paralisação. Inclusive disse muito bem o Dr. Glauco que ele aproveitaria para fazer uma exposição mais ampla.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Agora, o Sr. Eduardo, membro do TCU, pode fazer a sua exposição e analisaremos o conjunto.

(Intervenções paralelas fora do microfone.)

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Se os senhores concordarem, eu posso fazer a apresentação da Refinaria Abreu e Lima e, depois, dar informações gerais sobre a REPAR. Eu não trouxe nenhuma exposição, porque, como não há recomendação de bloqueio, essa refinaria não está na pauta do COI. Mas, obviamente, estou à disposição dos Srs. Parlamentares.

Sr. Deputado Weliton Prado, Coordenador do COI, Srs. Parlamentares, Dr. Romiro, Consultor Legislativo, Dr. Glauco, Gerente–Geral de Implementação da Refinaria Abreu e Lima, vou dar início a minha exposição a respeito da auditoria realizada na Refinaria Abreu e Lima.

Inicialmente, vou apresentar um breve histórico. A refinaria foi auditada em 2009, pelo TCU. Naquela ocasião, foram detectados problemas no contrato de terraplanagem. Havia indício de sobrepreço, que vou comentar em seguida, com mais detalhes e cinco contratos e quatro editais de obras de unidades industriais foram também classificados com IGP, o que significa que a obra recebeu, uma recomendação de paralisação, em razão de sobrepreço e de critério de medição inadequado.

Em relação ao contrato de terraplanagem, ele recebeu a classificação de IGR, que é quando deixa de receber recomendação de paralisação, sob a condição de serem apresentadas retenções ou garantias para resguardar a empresa, ou o Erário, de possível dano.

Nesse caso, a classificação como IGR foi devida a alterações contratuais que ensejariam sobrepreço, em razão de escavação de solo mole e da troca da alternativa técnica para tratar a solução dos solos moles.

Em decorrência dos aditivos, foi detectado um indício de sobrepreço, inicialmente, de 90 milhões de reais. A PETROBRAS adotou medidas, renegociou e houve uma redução para cerca de 55 milhões de reais. De toda forma, como a obra da PETROBRAS foi classificada como IGR, o TCU, nas fiscalizações seguintes, em 2010 e em 2011, verificou o cumprimento dessas condições e constatou que ela estava sendo cumprida. A PETROBRAS obteve, junto aos contratados, um seguro–garantia no valor que está em discussão, ou seja, o valor do sobrepreço. Então, considera–se que está sendo atendida a IGR e não há por que uma nova

reclassificação desse achado, no caso do contrato de terraplanagem.

Em 2010, em outra fiscalização, no caso do contrato de terraplanagem, foi verificado o cumprimento da retenção, como eu já havia dito e, naquela ocasião, foram reclassificados cinco achados que tinham sido classificados como IGP, em 2009. Eles foram reclassificados, foi retirada a recomendação de paralisação, pela razão que eu vou explicar em seguida. No entanto, quatro novos contratos, aos que o Dr. Glauco se referiu na sua apresentação, foram classificados como IGP, e foi adotado o mesmo método. Cinco foram considerados sem sobrepreço e quatro foram considerados com sobrepreço.

Só para explicar aos senhores por que cinco contratos foram classificados como IGP e quatro deixaram de ser classificados: o problema deles era basicamente sobrepreço, mas naquela ocasião, até 2009, o TCU enfrentava dificuldades na fiscalização por não receber as informações detalhadas como eram solicitadas. Tampouco as planilhas eram recebidas no formato solicitado. Isso nos impunha dificuldades, e a análise não conseguia chegar ao nível de detalhamento necessário para toda a complexidade da obra.

A partir de 2010 – eu faço coro aqui com o que disse o Dr. Glauco – o relacionamento com a PETROBRAS evoluiu muito, passamos a receber informações mais detalhadas, não estamos enfrentando problemas com relação à discussão do sobrepreço, não há qualquer problema no recebimento de informação até o momento. Com base nas informações mais detalhadas, pudemos chegar à conclusão de que não havia sobrepreço nos contratos.

Eu havia dito que havia recomendação de bloqueio para alguns dos editais. O problema ali era o critério de medição, no caso, pagamento de verba de chuva. E foi verificado que a PETROBRAS não vem, como também afirmou o Dr. Glauco, realizando pagamentos a título de indenizações por paralisações causadas por chuva. Então, em razão disso, não houve razão para manter aquela recomendação de bloqueio. Por isso, nos cinco contratos e os quatro editais mencionados não mais foi encontrado óbice por parte do TCU.

Todavia, como eu havia dito, considerou–se para quatro novos contratos a recomendação de bloqueio. São os quatro que o Dr. Glauco já havia mencionado: unidade de coqueamento retardado, tubovias, unidades do tratamento de *diesel* e de geração de hidrogênio e a unidade de destilação atmosférica. Esses quatro contratos somavam 10,8 bilhões. E foi considerada uma faixa de variação e alguns aspectos já foram comentados na apresentação da PETROBRAS, e eu vou voltar a comentá–los. Adotando a faixa de variação considerada pelo TCU, o valor referencial, que era de 8,1 bilhões de reais, chegou a 9,5 bilhões. A diferença de 1,3 bilhão de reais foi considerada como indício de sobrepreço. Foi ela que sustentou a recomendação de bloqueio. Em 2011, no período de 28 de março a 8 de julho, neste ano, a equipe voltou a campo, envolvendo o planejamento, a execução e o relatório da fiscalização.

Neste ano foram fiscalizados aproximadamente 1,5 bilhão de reais de recursos, fora os contratos de 2010, que já somam quase 10,5 bilhões de reais. Novamente foram analisados os contratos de terraplanagem e verificado o cumprimento da retenção. Os quatro contratos que no ano anterior haviam sido classificados como IGP foram mantidos, uma vez que estão sendo apurados num processo específico – vou dar mais detalhes. Como foi mostrado na apresentação da PETROBRAS, os esclarecimentos estão sendo apresentados e são objeto de discussões específicas, em processo específico constituído.

Em outro contrato analisado, o dos dutos, foi verificado um indício relativo a sobrepreços. Foi encaminhada uma recomendação de paralisação para o caso classificado como IGP.

A situação atual sobre esses contratos é a seguinte: quatro foram detectados e auditados, em 2010, estão sendo discutidos em processos específicos, e um, o contrato de dutos, foi fiscalizado no presente ano. Com isso, o valor atual seria de 11,5 bilhões de reais de contratos examinados e 1,45 bilhão, que é o atual indício de sobrepreço, representando cerca de 13% do valor total contratado de 11,5 bilhões de reais.

Sobre os critérios adotados pelo TCU, presto alguns esclarecimentos. Foi identificado, com base nas estimativas de custos da PETROBRAS e, em função disso, alguns aspectos, algumas particularidades da obra já são contemplados, como, por exemplo, os quantitativos e coeficientes de produtividade, de material e de mão de obra, uma vez que são adotados os valores informados pela PETROBRAS. É claro que há particularidades que ainda estão em discussão – nós vamos ver isso –, mas acreditamos que grande parte são contemplados em função de serem adotados os valores das estimativas.

Estou trazendo aqui alguns exemplos, apenas para que os senhores compreendam. Muitas vezes pode causar alguma confusão o TCU comparar o custo de uma refinaria com o custo de uma obra civil corriqueira e levar a equívocos elementares, que não é o caso das nossas auditorias.

Acho que a discussão que se trava, hoje em dia, com a PETROBRAS é de um nível técnico bastante elevado e não seria por questões até amadoras como, por exemplo, numa análise de preços, levarem em

conta as quantidades, a produtividade, o consumo de material e o preço dos insumos. Essas variáveis são adotadas por valores constantes da estimativa de custo. O Dr. Glauco mostrou as instalações de uma unidade de coqueamento retardado. Ela vai ter uma fundação que é basicamente uma obra civil. Então, esperamos que o custo da obra civil, do concreto, do insumo, do metro cúbico do caminhão betoneira, que ele não varie em função de ser obra de refinaria.

É lógico que a produtividade, a logística envolvida, sim, essas modalidades, com certeza, vão ser afetadas, pois têm a ver com a especificidade da obra. Nós entendemos que isso está incluído na produtividade, no projeto, no consumo de material. Então isso é contemplado.

O TCU concentra sua análise no preço dos insumos: a areia, o cimento, o aço, o custo horário dos equipamentos etc.

Isso já havia sido mostrado na apresentação da PETROBRAS. A PETROBRAS vem apresentando os esclarecimentos, os mais recentes em outubro e em dezembro, quando ocorreram reuniões técnicas.

A partir dessas reuniões, autorizadas inclusive pelo Relator, a PETROBRAS trouxe novos esclarecimentos. Os últimos deles, em dezembro, estão em fase de análise. São complexos, há fatores que exigem exame muito apurado.

Entre essas referências, apenas a título de esclarecimento, o TCU, para os equipamentos, considera os preços da SINAP, a SICRO, Sistema de Custos Rodoviários, e da ABEME. Obviamente para os equipamentos mais complexos de uma obra de refinaria, guindastes de grande capacidade, nem se encontram referências no SINAP ou no SICRO, então utilizamos a tabela da Associação Brasileira das Indústrias de Montagem Industrial – ABEME, onde é possível se encontrar equipamentos mais específicos para esse tipo de obra.

Faço novamente a ressalva que adotamos apenas o valor dos insumos, o valor horário. A produtividade daqueles equipamentos é adotada a partir de informações das estimativas de custo da PETROBRAS.

Em relação à mão de obra, nós utilizamos, como referência, o Acordo Coletivo de Trabalho e Salários do DataFolha de São Paulo e o Cadastro de Terceirizados, também mantido pelo Governo do Estado de São Paulo para transporte e alimentação. Então a PETROBRAS vem apresentando o argumento de que no caso das obras da Abreu e Lima, em função do aquecimento de mercado, esses valores deveriam ser maiores. Solicitamos nas reuniões que esse tipo de análise fosse apresentado com elementos objetivos, tais como folhas de pagamento e o que efetivamente vem sendo gasto, o que é plenamente possível de se apurar. Uma vez confirmado a taxa de atratividade e o aquecimento todo, esses argumentos vão ser acatados. Mas tudo isso está em fase de análise, uma vez que novos esclarecimentos foram apresentados.

Já comentei aqui essa apresentação. Em relação ao BDI, o TCU adota o BDI diferenciado para o caso de fornecimento de equipamentos. A PETROBRAS também faz essa distinção. Então, agora, estão sendo discutidos os percentuais. A PETROBRAS vem apresentando alegações que, no caso, são equipamentos complexos, engenheirados, e esses argumentos também estão sendo analisados. Inclusive há um processo específico dentro do TCU para se avaliar um possível BDI diferenciado para equipamentos que envolvam complexidade desse nível.

Uma questão importante de se esclarecer é em relação aos encargos complementares que são exigidos nos empreendimentos da PETROBRAS, o chamado SMS – Segurança, Meio Ambiente e Saúde. A PETROBRAS recorrentemente alega que em suas obras – como foi mostrado também na apresentação – o nível de exigência do canteiro de obras, de qualidade das instalações é superior ao das obras usuais. E nós atestamos que realmente são. E, no valor que foi tido como sobrepreço, já está sendo considerado isso, na medida em que adotamos também na íntegra os valores para pagamento das despesas estimadas pela PETROBRAS.

Por fim, em relação à taxa de variação, de –15% a +20%, nos 4 contratos com IGP de 2010, adotou–se a faixa de 20%, exceto para bens chamados tagueados, que são equipamentos identificados, de maior porte e, por sua relevância, a PETROBRAS os remunera por preço unitário. Então se houver o aumento de um equipamento desses bens tagueados ou de itens que têm quantidades determinadas, a PETROBRAS pagaria por cada unidade de serviço a mais que fosse executada.

Nesse caso, o nosso entendimento foi o de que não caberia a faixa de variação para esses itens, uma vez que a faixa de variação se aplica – e as normas técnicas preconizam isso – para contratos do tipo EPC, que são os contratos da espécie *turn key*, por preço global, em que o contratado assume todo o risco pela contratação. Nesse caso, na medida em que o preço diminui, o nosso entendimento é de que a faixa de variação ali não seria adequada.

A PETROBRAS também apresentou, depois das nossas reuniões, e recentemente, em dezembro, esclarecimentos técnicos adicionais para demonstrar que não e, ainda assim, nesse caso deve ser considerada. A próxima etapa é analisar esses esclarecimentos. No caso do contrato de dutos, não se considerou a faixa

de aceitação, uma vez que esse contrato, em sua quase totalidade, seria um contrato a preços unitários; o regime de contratação seria a preços unitários; a cada metro de duto que fosse assentado, seria paga uma unidade de serviço a mais. Então, fugiria ao conceito de aplicação da faixa, uma vez que o risco não seria todo assumido pelo contratado.

A PETROBRAS alega que os bens tagueados a quantidades determinadas reduzem as contingências e não a faixa de variação. É isto que nós queremos que seja demonstrado: primeiro, a redução das contingências e também o porquê que ele deveria ser considerado, uma vez que as normas até então aplicadas não dizem claramente isso, pelo contrário.

Sobre a faixa de variação considerada nesses contratos, adotando esses critérios de não aplicar para bem tagueado e para quantidades determinadas, nós chegaríamos a uma variação. É como se essa coluna representasse a faixa de variação considerada pelo TCU. A PETROBRAS vai até 20%. No caso do TCU, para o contrato da UCR, considerou 12%; no contrato da Tubovias, ele considerou 16%; no contrato da Unidade de Hidrotratamento de Diesel, 14%; na Unidade de Destilação Atmosférica, 14%; no contrato de dutos, que é a razão que acabei de explicar, não foi considerado.

Por fim, para que os Srs. Parlamentares possam ter parâmetros para decisão a respeito do tratamento a ser conferido, faço um resumo aqui da situação, apresentando também o grau de execução de cada uma das obras. No caso da Unidade de Destilação Atmosférica, em julho de 2011, tinha 38%. Na apresentação da PETROBRAS, parece que os dados mais atualizados levam a 49%, e tem 9% de sobrepreço, no valor de 133 milhões. No caso da UCR, o levantado pela equipe em julho era 18%. Segundo a PETROBRAS, já estaria na casa dos 19%, grau de execução. No caso da Unidade de Hidrotratamento de Diesel, esse grau de execução, de 22%, já estaria em 31%, segundo informações agora passadas pela PETROBRAS. No caso da Tubovias, já estaria em 22% de grau de execução. E, no caso dos Dutos, em 37%. Então, essa é a situação. Pelo informado, o grau de execução total do empreendimento, que até julho era 34%, já estaria em 47%.

Foram esses os esclarecimentos. Eu me coloco à disposição para outros que se fizerem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Gostaria de agradecer ao Sr. Eduardo Nery.

Vou passar agora à fase para ouvir os Parlamentares que desejarem a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Pode fazer esclarecimento? Vai haver uma fase de esclarecimento e depois falas, como é que vai ser? Ou cada um se inscreve para fazer esclarecimentos? Como faríamos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Nós vamos passar agora aos critérios adotados e deixar bem aberto o debate aqui para o rito normal.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – O rito normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Todo mundo concorda ou tem alguma posição?

Vou passar a palavra ao Deputado Wellington Roberto e seguir os mesmos procedimentos. De acordo com o nosso Regimento, seria restrito a três minutos a cada Parlamentar, mas está bem flexível aqui, ainda temos mais tempo. Então, há possibilidade de fazer um debate franco.

Então, com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Gostaria de cumprimentar V.Exa. pela coordenação dos trabalhos e cumprimentar o nosso representante da PETROBRAS, Dr. Glauco; o representante do TCU, Eduardo Nery; nosso querido Almiro, da Consultoria Legislativa; todos os companheiros que estão participando desta audiência pública e dizer o seguinte.

Quando estivemos lá, em companhia de alguns Parlamentares, representando a Subcomissão das Obras do PAC, quero deixar bem claro que fomos bem recebidos, fomos bem acolhidos pela PETROBRAS, que mostrou tecnicamente praticamente tudo o que aqui foi demonstrado nesta tarde e noite, e em companhia do auditor do TCU, Sr. Eduardo Nery, que previamente distribuiu, no deslocamento da cidade de Recife até a Refinaria Abreu e Lima, toda a fiscalização, até o presente momento, que foi feita pelo TCU.

O argumento é que, segundo as palavras do próprio Eduardo Nery, a estrutura do TCU, atualmente, em relação ao material humano, é muito pouca para que possam destinar pessoas para fiscalizar determinadas obras.

Nesse deslocamento, nós questionamos alguns convênios, convênios ou contratos que a PETROBRAS tem com o Governo do Estado, e a resposta do Eduardo Nery foi que, realmente, era sabedor mas não tinha esses dados levantados até o presente momento. Não sei se agora, nos dias de hoje, o TCU já dispõe desses dados em relação a esse convênio que existe entre a PETROBRAS e o Governo do Estado de Pernambuco.

Mas, Srs. Parlamentares, o nosso questionamento maior aqui é justamente em relação ao subpreço, ou sobrepreço, que, segundo dados levantados pelo TCU, é de em torno de 1,3 bilhão de reais em relação às obras da Refinaria Abreu e Lima.

Quero perguntar ao Sr. Eduardo Nery se essas informações dadas por parte da PETROBRAS estão em dia, ou se existe ainda... Já que essa fiscalização,

parece–me, começou no exercício de 2009 e, por falta de algumas informações, que foram regularizadas durante esse período, parece–me que esse quadro mudou, como tanto o representante da PETROBRAS quanto o auditor do Tribunal de Contas da União relataram aqui, nesta audiência pública. Então, uma das perguntas que faço neste instante é justamente esta: se essas informações estão em dia e se ainda há esse questionamento em relação a esse valor determinado de 1,3 bilhão de reais sobre esses contratos que foram demonstrados a esta Comissão de Orçamento.

O segundo questionamento é, se continuam essas diferenças, se, por parte da PETROBRAS, houve alguma movimentação em dispor de montantes, seja através de carta de fiança, ou em espécie mesmo, um depósito, uma retenção, para que fosse dada continuidade a essa obra.

Então, são os dois questionamentos que faço neste momento, Sr. Coordenador Weliton Prado, para o Sr. Eduardo Nery, que é quem vem acompanhando essa auditoria do TCU junto à Refinaria Abreu e Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Com a palavra o Sr. Eduardo Nery, para responder.

De acordo com o nosso tempo, nós poderemos mudar os procedimentos, pelo adiantado da hora. Se isso acontecer, nós vamos ter que passar as perguntas para a Mesa para serem respondidas em bloco. Por enquanto ainda está tranquilo, só se for necessário.

Então, com a palavra o Sr. Eduardo Nery, para responder.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Respondendo ao Deputado Wellington Roberto a respeito das informações sobre o convênio com a PETROBRAS, nós fizemos uma análise do convênio com a PETROBRAS, que consta, inclusive, do relatório deste ano. No entanto, nós não chegamos a analisar especificamente todo o rol de obras que compõem esse convênio, uma vez que o TCU é um órgão de auditoria, de controle externo, e só na Abreu e Lima são mais de 45 contratos acima de 100 milhões.

Então, realmente, nós trabalhamos ali por seleção, por amostragem, e não chegamos a analisar todos os processos dessas obras, mesmo porque elas apresentam valores bem inferiores, por critérios de materialidade, a esses contratos que estão sendo analisados. Foi esse o critério do TCU, até dentro do que a LDO preconiza, mas nós temos uma análise e podemos encaminhar para o senhor o que há no relatório deste ano.

Em relação às informações da PETROBRAS, e o senhor questiona se elas estão em dia, o que ocorre é o seguinte, Deputado. Os quatro contratos que foram classificados como IGP foram chancelados por um acórdão do Tribunal. O Plenário do TCU apreciou no final de 2010, por volta de novembro de 2010, o Acórdão nº 3.362, de 2010. Então, a partir desse contrato, a PETROBRAS trouxe mais informações. As informações são apresentadas e nós analisamos. O que ocorreu foi que a PETROBRAS – e aí eu acho que o representante pode até dar maiores informações –, talvez por sentir necessidade de passar essas informações por meio de reuniões, devido ao aspecto técnico do assunto, houve novas reuniões realizadas em outubro deste ano, quer dizer, ela já havia prestado esclarecimentos, pediu uma nova reunião, até para conhecer os nossos critérios com clareza e, a partir daí, ela apresentou novos esclarecimentos. Os últimos esclarecimentos foram apresentados em novembro. Em dezembro, ela chegou a apresentar novos esclarecimentos.

Então, as informações estão em dia, mas são recentes as últimas informações e, obviamente, cada informação técnica nova que chega requer uma nova análise, uma análise com a profundidade, apuração e responsabilidade que a obra requer.

Com relação a se houve alguma movimentação da PETROBRAS em apresentar as garantias, até o momento, não houve nenhuma movimentação formal no sentido de apresentar as garantias. Tivemos apenas algumas sinalizações, mas nada oficial, nada que tivesse alguma consistência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço e passo a palavra ao Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Coordenador, Dr. Glauco, Dr. Eduardo do TCU, em 2009, quando foi feita a fiscalização pelo TCU, naquele contrato de 2009, houve uma troca de serviços por parte da PETROBRAS, bem como em entendimento com a gestora de, em vez de escavar o solo mole, colocar drenos fibroquímicos e dreno de areia. Houve uma renegociação de valores. Foi feito um aditivo pela PETROBRAS.

Eu faço a pergunta para ambos, porque é uma tese que eu gostaria de saber.

Então, o que nós observamos desse fato? Houve uma constatação e houve uma repactuação nesse fato. Nós temos outros cinco contratos que já estão sob apreciação desde 2010. Ainda não houve nenhuma repactuação em relação a esses cinco contratos e os itens que foram considerados, de uma forma ou de outra, ou pela PETROBRAS ou pelo TCU.

Eu estive observando na página 26 do nosso parecer do COI, que, nesse caso específico da Abreu e Lima, o TCU adotou a faixa maior de índice de variabilidade, que é 20%. Mesmo adotando a faixa maior, de 20%, a taxa de variabilidade, ou seja, um item que

não se sabe... É um preço global, aquela obra pode ficar 20% maior. Mesmo adotando 20%, dá 1,4 bilhão.

O que gostaria de perguntar é: e se todas as obras do Brasil tivessem faixa de variabilidade? Essa é a primeira pergunta ao TCU. Segunda: por que as obras da PETROBRAS têm taxa de variabilidade?

Observamos, na reunião anterior, o gestor do DNIT, General Jorge, falar sobre uma obra de mil quilômetros. Estamos falando de uma obra de mil quilômetros, com solos absolutamente díspares, em condição até de chuvas, enfim, com todo tipo de topografia, tudo absolutamente díspar, sem que tivéssemos taxa de variabilidade. Então, o questionamento que faço é: por que o TCU está acolhendo uma taxa de variabilidade e por que a PETROBRAS está adotando uma taxa de variabilidade?

Faço uma manifestação minha. Obras que sejam contratadas por preço global têm um projeto básico insuficiente. Nós, do COI, estamos analisando e vemos que praticamente todos têm um cenário desses. Temos aqui o Dr. José Eduardo, da VALEC, que disse que lá havia um problema no projeto básico e que precisou ser feito um novo projeto executivo para que chegássemos a um momento diferenciado dos custos dessas obras, no caso ferrovias.

Essa é a primeira coisa que gostaria de observar, porque, dessa manifestação, surge a possibilidade de termos, sim, um delta no valor do que se denomina sobrepreço. Passamos de 1,4 bilhão, na realidade, para uma possibilidade – não estou dizendo que seja a ocorrência – de 2,8 bilhões, ou seja, o dobro do valor do sobrepreço. Estamos falando de 2,8 bilhões de reais!

Gostaria ainda de completar essa primeira pergunta, que enseja uma pergunta à PETROBRAS. Como as obras da PETROBRAS estão sendo submetidas a uma análise favorável – considerando entre 1,4 bilhão a 2,8 bilhões de sobrepreço –, pergunto se a PETROBRAS fez repactuação de um item daquilo que foi questionado pelo TCU. Essa é a primeira pergunta, depois eu faço as restantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Com a palavra o Sr. Eduardo Nery.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Deputado, os contratos de terraplenagem de 2009 estavam dentro do que V.Exa. havia colocado. Houve uma alteração, os serviços seriam de escavação de solo mole, houve um aditivo contratual e a solução adotada para tratar o problema dos solos moles passou a ser a execução de drenos fibroquímicos e drenos verticais de areia. Depois desse aditivo, o TCU identificou que haveria sobrepreço de cerca de 90 milhões.

Após essa atuação do TCU, a PETROBRAS renegociou com a empresa e o valor que havia sido inicialmente pactuado no aditivo foi reduzido, permanecendo ainda um indício de sobrepreço da ordem de 55 milhões, que foi acautelado por um seguro–garantia. Essa é a situação do processo de terraplenagem em 2009.

Respondendo a V.Exa. a respeito da faixa de variabilidade, no caso de realmente se aceitar todas essas faixas, isso poderia abrir um novo patamar de aceitabilidade de preço nas contratações públicas. Mas é importante fazer duas ressalvas bastante esclarecedoras.

Primeiro, é o regime de contratação das obras da PETROBRAS. Por exemplo, no caso do DNIT, o regime de contratação é preço unitário. Então, o risco da contratação é absorvido pela administração, por quem está contratando, porque, se tiver de aumentar 1 metro cúbico de escavação, a administração vai medir cada metro cúbico executado, no caso de uma escavação, e, se tivesse aumento do que estava previsto no projeto, a administração pagaria.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Mas esse é um debate. O relatório do TCU diz que a PETROBRAS também aplica a faixa de variabilidade para preços unitários.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Esse é o nosso questionamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Há uma discussão. É um dos itens que está aqui.

Depois, a PETROBRAS, e o Dr. Glauco pode nos dizer por que, não aceita nesse caso os índices de preços unitários.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Esse é justamente o nosso questionamento, Deputado. No caso, nosso critério foi esse que V.Exa. colocou. Quer dizer, na medida em que haveria itens que seriam remunerados a preço unitário, a faixa não seria aplicada indistintamente. Seria essa a questão.

No caso das contratações da PETROBRAS, só para fazer a diferenciação, seriam contratos chamados EPC, que são uma espécie de *turn key*, em que a empresa tem de dar a unidade ali operando. Por isso, ela assumiria o risco e, no caso, por isso se aceitaria a faixa de 20%.

De toda forma, também é importante esclarecer que o próprio acórdão do Tribunal que recomendou a classificação de IGP, que é o 3.362, não fechou a questão a respeito da faixa de variabilidade. Ele determinou que a unidade técnica aprofundasse os estudos e chegasse à conclusão se realmente a faixa de variabilidade se aplica.

Estamos observando que, realmente, existem normas técnicas que amparam a faixa de variabilidade para o tipo de estimativa que a PETROBRAS faz e para

o regime de contratação de preços que a PETROBRAS faria. O nosso grande questionamento – as discussões vêm sendo travadas, e a PETROBRAS vem apresentando essas informações – é a respeito justamente de se aplicar a faixa a todos os itens do contrato, uma vez que, no caso que estamos verificando nas contratações da PETROBRAS, não é um EPC, um *turn key* puro; seria híbrido e, nesse caso, a faixa não incidiria sobre tudo. Esse é que é o ponto de discussão.

Será que respondi a V.Exa., Deputado? Quer saber mais alguma coisa?

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Só gostaria de saber por que todas as obras públicas não são feitas da forma *turn key*. Será que a Lei 8.666 exige algum detalhamento?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – A lei, ela permite a contratação integral...

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Por favor, estamos dialogando. Quero apenas aprender um pouco.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Sei, claro.

A lei permite a contratação integral. A questão é que ela não costuma ser aplicada errado, se aplicada, principalmente em função dos projetos, do nível de projeto das obras públicas que são licitadas. muitas vezes, como o projeto tem um nível de detalhamento muito baixo, o risco que a ele pode ser atribuído é um risco muito alto.

Então, não se tem verificado isso numa contratação de obra pública. É raro se verificar tanto a contratação integral como a contratação por preço global.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Mas o preço global *turn key* dificulta ou facilita o controle por parte do Estado?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Deputado, esse tipo de obra de montagem industrial é específica e facilita esse tipo de contratação. Na contratação para uma obra rodoviária, o nível de incerteza seria muito grande. Se os estudos de projetos, estudos geotécnicos não forem bem realizados, o grau de variação daquela obra pode ser muito grande. Então, não sei se ficaria na faixa dos 20%, pode ser mais.

Vemos muitas obras públicas cujos aditivos ultrapassam os 25%, às vezes chegam a 40% de aditivo, não raramente a 50%. Esse seria o risco. Então, o contratado, diante dessa incerteza, poderia colocar uma taxa de risco de 60% a 70% e a contratação não ser tão vantajosa para a administração, em função de toda essa incerteza que estaria embutida na sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço e passo a palavra ao Dr. Glauco.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI – Deputado, vou falar primeiro da faixa de variabilidade. Vamos começar por 2009, e muito obrigado por V.Exa. haver recordado 2009.

Em 2009, estávamos numa situação muito interessante, porque, quando da avaliação do TCU, tínhamos um contrato de preço unitário, e todos sabem que, quando esse contrato tem algum item que pode ser desfavorável ou favorável àquela empresa, porque a quantidade era pequena e aumenta muito, ocasiona um desequilíbrio muito grande no contrato.

Nesse caso de 2009, no contrato de terraplenagem, embora tenha havido mudanças e consequências, para simplificar, em meia dúzia de itens houve um aumento significativo da quantidade. Aumentou muito a quantidade. E o que fez a PETROBRAS? Inclusive, acertamos com o TCU. O número do contrato de terraplenagem será o número das quantidades, a maior existente no contrato será repactuada a preço de mercado. Só que quando tivemos os 90 milhões de sobrepreço estava com indicativo de que aquelas unidades totais seriam pagas nas mesmas bases do contrato original. Não havia chegado ainda às mãos do TCU, naquele momento, o aditivo que já havíamos feito. Era como se eu tivesse um novo contrato para as quantidades a maior, de modo que preservamos as duas empresas, tanto a PETROBRAS quanto o construtor, e o construtor garantiu nas quantidades do contrato original, é como se eu tivesse destacado as quantidades a maior, para fazer, como se fosse um contrato novo, nas bases de mercado daquele momento.

É diferente quando faço a previsão de um contrato que vai acontecer daqui a 2, 3 anos e negocio para aquele dia. Então, foi possível, ainda mais porque tínhamos todos os preços abertos.

Isso ainda está em avaliação, mas, naquele momento, tínhamos já a determinação da retenção. Fizemos o seguro–garantia na totalidade dos 90 milhões. Não me recordo o número, porque já tem algum tempo, mas é da ordem de 98 milhões, que são esses daí. Entramos, depois de algum tempo, com pedido para reduzir o valor, já que a materialidade tinha diminuído daquele valor.

Então, Deputado, cumprimos integralmente aquele item, e estamos cumprindo com relação a esse tipo de contrato.

Com relação ao contrato de 2009, existem alguns esclarecimentos que ainda serão prestados até o final desse processo, que é o da terraplenagem, cuja obra já terminou, já foi construída. Estamos prestando todos os esclarecimentos ou informações adicionais.

Quanto à faixa de variabilidade, como V.Exa. é um especialista da área, é muito fácil conversarmos. Nada na vida tem valor fixo quando estamos falando do preço de alguma coisa, a exemplo de quando quere-

mos comprar um carro. Quanto custa um carro? Existe uma faixa de preço "a partir de". Essa faixa pode ser mais estreita ou mais apertada.

Então, voltemos a 2006.

Nos 2005 e 2006, tínhamos uma variabilidade muito grande no preço nas propostas que recebíamos. O preço variava de 100 a 300 para alguma coisa. Onde está a virtude? O preço 100 é bom? Essa empresa vai poder performar adequadamente ou 300 é um preço muito alto? Antes disso – posso dizer que já tenho 33 anos, completo semana que vem, de formado e de PETROBRAS, porque no dia que formei entrei para a empresa –, lá no passado, tivemos oportunidade de discutir com o TCU, talvez voltemos a fazer isso, quando fazíamos muita análise de risco do projeto, de quanto era seu custo, dentro de uma metodologia mais determinista, que era fazer a análise de risco do custo daquele projeto.

Rodamos Monte Carlo, fizemos aqueles trabalhos todos. Fiz obras na Amazônia, no Sul, fora do País, em todos esses lugares, e sempre tínhamos certa variabilidade. E a variabilidade depende basicamente do momento que você está vivendo, da pressão dos custos, da pressão dos insumos, de como está o mercado, se ele está ou não oferecido. Isso vai determinar aquelas curvas. E, aí, rodamos Monte Carlo, rodamos esse negócio todo e chegamos. Chegamos até a fazer um ensaio, nessas reuniões técnicas com o TCU, de um exemplo do que poderíamos fazer para esses nossos projetos. Talvez esse seja o nosso futuro de maiores entendimentos com o TCU.

Bem, passado esse momento, dentro dessas pressões e tudo o mais, nós – eu vou usar uma palavra, entre aspas – já usávamos a associação internacional de estimativa de custos, que controla todos os custos, acompanha os custos dos projetos de investimentos na área de infraestrutura do setor de petróleo, no âmbito mundial, dos nossos parceiros, como a Shell faz, como a ABP faz, como faz qualquer outra empresa, tanto do setor de petróleo quanto do setor petroquímico quanto os grandes construtores, tanto nacionais quanto internacionais. Hoje, muitos grandes construtores nacionais já estão participando dessas associações.

Em função disso, nós vimos o seguinte: nós fazemos um projeto, e, em função do grau de maturidade do desenvolvimento do projeto, há uma classificação. E essa classificação vai implicar uma faixa de variabilidade. Isso é o que nós fazemos. Então, eu classifico o nível de um projeto. Por exemplo, eu não vou passar 5 anos detalhando, chegar a 100% de detalhamento de um projeto, porque eu posso perder as oportunidades do mercado, eu vou entrar 2 ou 3 anos atrasado com aquela unidade em operação.

A indústria de petróleo mundial faz assim: quando ele está entre 30% e 70%, ele compra o negócio e sabe que os preços que serão ofertados estarão naquela faixa, que pode ser menos ou pode ser mais.

Uma informação: dentre os preços totais de todos os contratos acima de 100 milhões de reais que nós temos na refinaria, entre o valor nominal orçado – se podemos chamar de valor nominal – e o valor efetivamente contratado, são 2%. Então, do mesmo jeito que existem esses a mais, existe um monte de outros a menos. Não só a mais ou só a menos. Então, não existe um valor.

O que nós dizemos é o seguinte: essa faixa é a faixa onde existem propostas aceitáveis de valores que, se estiverem entre esses dois níveis, as empresas poderão performar. Fora isso, é excessivo, menos 15, mais 20, para isso. A faixa, em tese, seria até maior. Nós fazemos isso.

Nós entramos, então, na outra temática, que é a questão da modalidade contratual. A modalidade contratual não está no nosso entendimento. E, nós estamos tentando esclarecer, a faixa não está vinculada à modalidade contratual. A faixa está relacionada, principalmente, ao grau de maturidade do projeto e, segundo, às contingências que estão colocadas no contrato.

Então, o que nós fazemos? Quando nós pegamos, e eu não coloco a quantidade determinada, não coloco outros itens que nós entendemos que vão baixar as contingências do valor total, eu não estou mexendo na faixa de aceitação de propostas – eu vou chamar assim –, dos números do local da faixa. Eu estou diminuindo o valor teto, porque as empresas vão contingenciar menos. É diferente de falar que eu estou diminuindo o valor. Não, eu não estou contingenciando.

Esse tema é, assim, contraditório, de difícil entendimento. Para as nossas próprias equipes, é uma coisa que nós estamos evoluindo na melhoria, de modo que recebamos o menor valor total para todos os projetos. E acredito que esse entendimento – e eu vou qualificar novamente – de alto grau que nós estamos tendo com a área técnica do TCU, e, inclusive a receptividade, e para que também entendamos as observações e quais são as... De repente, nós estamos falando a mesma coisa de uma forma diferente. Só que o resultado final fica muito desfavorável, no caso da PETROBRAS.

Nós estamos trabalhando, acho que vai ser um divisor de águas o projeto da Refinaria Abreu e Lima, com relação ao TCU. Certamente, ela vai mostrar uma nova forma de a PETROBRAS encarar e demonstrar esses trabalhos para o TCU. A PETROBRAS é uma empresa muito legalista. Incorporamos todas as determinações do TCU às nossas decisões. E pode ser que, ao incorporar algumas decisões vindas anteriormente

do TCU, estejamos cometendo alguns erros quando tratamos de um projeto de grande porte.

Por exemplo, nós estamos falando de número absoluto. Estamos falando, naquela última transparência, de 14% de média de sobrepreço. Mas nós estamos falando de 10 bilhões de reais de contrato. Qual é o risco que o empreiteiro ou o construtor tem nesse negócio? Ele pode quebrar numa obra desse porte. Quebra, se ele não contingenciar adequadamente e se nós não olharmos se eles não estão fazendo a coisa adequadamente. Nós já vimos várias grandes empresas quebrarem por coisas muito menores. E o pior para os nossos empreendedores: se um contrato desse não performa, atrasa ou a empresa quebra, como nós passamos de um momento para o outro?

Então, eu acredito – e o TCU está tendo essa cautela – que essa oportunidade que está sendo dada para nós esclarecermos essas questões está sendo muito proveitosa, no sentido de dirimir essas dúvidas e chegar ao bom entendimento de não ser preciso parar uma dessas obras nem ser tomada nenhuma medida precipitada. Esse tempo todo que nós estamos discutindo – já temos 1 ano de reuniões com as equipes técnicas – temos proporcionado isso.

V.Exa. falou também sobre repactuação. Não chegou a hora da repactuação, porque a hora da repactuação é a hora de fecharmos os entendimentos como ocorreu no passado. No passado, nós repactuamos os preços e ficou alguma coisa de resquício que nós estamos rediscutindo. Neste ano nós não chegamos nessa fase. Possivelmente no próximo ano de 2012, com o relatório definitivo do TCU, essas medidas que forem necessárias serão tomadas.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Dr. Glauco, o senhor tem uma ideia do que seria um prazo para haver uma sinalização? Porque o de 2009 foi repacutado em 2010. É isso?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI – Não, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Ou foi só agora?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Foi no final de 2009.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Foi mesmo em 2009?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI – É.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – A minha expectativa é trabalhar com cronogramas. Se pudéssemos sinalizar uma expectativa...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI – V.Exa. não nos verá aqui em 2012. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Não, mas nós já estamos quase em 2012. Então, se fosse possível um sinal, porque não é preciso pegar todos os itens.

O que me levou a fazer a pergunta é o fato de que nós temos obras de 2010 que ainda não receberam repactuação de nenhum item. Então, isso traz uma certa preocupação.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI – Deputado, eu vou me permitir aqui usar uma coisa – e eu sei que o Dr. Eduardo Nery não vai contestar –, mas, para ilustrar, nós estamos falando de outra situação, de outro contexto. Em 2010, nós também tínhamos – já nem sei se em 2010 ou em 2009 – um indicativo de sobrepreço em alguns contratos que, à luz de alguns esclarecimentos da PETROBRAS, foram reclassificados.

Ocorre que esses contratos que nós estamos tratando são muito complexos, contrato de 2,6 bilhões de reais, contrato de 1,4 bilhões de reais. Temos que ter todo o cuidado, além do cuidado com a execução, com esse contratos. E uma coisa que nos orgulha muito: com todas as auditorias que nós estamos sofrendo do TCU, até agora – e eu espero não termos nenhuma – não há nenhum apontamento da gestão da execução contratual. Nenhum apontamento, pagamentos, a questão de como tem sido feito, a verificação das retenções que foram pedidas nos boletins, o não pagamento das chuvas do que nós combinamos, nas medições, a complexidade que é a medição de um contrato desse. Eu acredito que nós estamos dando muito trabalho para o TCU. Eu espero não dar mais esse trabalho para que possamos liberá–lo para outras atividades.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Dr. Glauco, só a título...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Eu tenho uma ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Eu sei, mas é só a título de curiosidade. Ele falou em fiscalização.

Existe ou existiu, por parte do Ministério Público Federal ou da Polícia Federal, alguma fiscalização dentro da refinaria?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI – Dentro da refinaria não.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Nas obras da refinaria?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI – O que houve é que o relatório do TCU é encaminhado para o Ministério Público Federal, e a delegacia, não sei vou usar a palavra correta, mas a Polícia Federal de Recife chamou todos os nossos gerentes e coordenadores das Comissões, um fato extremamente constrangedor para os gestores, visto que estamos numa fase que é da oitiva da empresa, e os nossos

gestores – aqui deixo a minha indignação com relação a esse processo – receberam em casa a viatura da Polícia Federal para entregar uma intimação sobre o preço de um contrato. Eu queria deixar registrada essa indignação com os senhores.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Dr. Glauco, foi aquela Operação Castelo de Areia?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI – Não, foi referente a esses quatro contratos que estamos falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Queria agradecer e passar a palavra ao Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Quero falar menos de dados objetivos e um pouco mais do clima que já vivemos aqui neste debate sobre a Abreu e Lima e a REPAR.

Quando se fala em 2009, a minha observação – os atores eram outros aqui, mas representam os mesmos órgãos – é que o clima é absolutamente outro em relação ao que houve na Comissão de Orçamento em 2009. Foi em 2008/2009. Na verdade, era um clima quase de guerra. E é importante também reconhecer, da parte da Comissão de Orçamente, que se tinha uma enorme dificuldade de se obter o *feedback* da PETROBRAS, o retorno da PETROBRAS, o posicionamento da PETROBRAS, sem o meu voto, é claro, mas, com a dificuldade que se tem normalmente na Comissão de Orçamento com o *quorum* dos Senadores, tivemos uma dificuldade – não sei se o Weliton estava naquela sessão.

A Comissão deliberou por paralisar obras da PETROBRAS na REPAR e na Abreu Lima, notadamente essas duas. Por isso que, na hora de falar, até errei o nome, não só porque sou do Paraná, mas porque são obras que marcam história no País, em dois Estados especificamente e no País como um todo. No Paraná, onde tenho base eleitoral, e também no nosso País. Esta é uma Comissão Mista do Congresso Nacional, portanto com Senadores e Deputados, e uma Comissão que tem um grau de militância. Vários Parlamentares militam nesta Comissão há muito tempo. É muito difícil deixar de reconhecer que, mesmo o posicionamento do TCU, ainda que aponte os eventuais indícios, e a própria PETROBRAS, ao reconhecer que alguns apontamentos do TCU já foram admitidos, hoje o clima é absolutamente outro, o espírito é outro em relação às obras da PETROBRAS nesta Comissão.

Uma das perguntas que eu faria já foi respondida pelo Dr. Glauco. Quais os parâmetros internacionais? Há organismos internacionais em relação a obras de petróleo? Como vamos definir a metodologia correta para precificação de determinados produtos, insumos, determinadas situações geológicas? Trabalhamos basicamente com geologia. Quando se vai perfurar, quando se vai ao fundo do mar, a pressão não é previamente definida. Teremos agora maiores dúvidas na definição de preço no pré–sal. Qual é o tipo de tubulação que se precisa para aquela tecnologia que ainda não existe? Não há na história do mundo uma tecnologia para se definir a capacidade que se deve ter naquela profundidade. Então, foi essa a resposta que S.Sa. acabou dando. Acho que isso é importante. Não porque é internacional e está correto e porque é nacional não está correto. Não é isso. Na verdade, fatores comparativos são necessários. É claro que há uma divergência em relação à metodologia entre a PETROBRAS e o Tribunal de contas, pelo menos no genérico. Há um esforço para que se chegue ao ponto efetivo.

Falou–se em 2009 e na derivação daquilo que a PETROBRAS já acolheu e aquilo que foi deliberação do Pleno, ou do conjunto de Ministros. Agora, estamos falando de 2010 para 2011 e 2011. Essa seria a nossa deliberação ao final.

Essa é a questão para o Eduardo.

Pergunta objetiva: a fase em que se encontra a fiscalização do Tribunal de Contas da União indica para a Comissão de Orçamento a necessidade de paralisar a obra Abreu e Lima? Porque o relatório diz isso, mas, efetivamente, eu não senti isso na fala do Eduardo. A minha impressão não é essa.

A discussão, o momento em que o debate que está acontecendo entre a PETROBRAS e o TCU, não me parece que indique uma paralisação efetiva. Não há fatos absolutos e substanciais que indicariam uma medida tão grave, já que a consequência da paralisação de uma obra dessa, seria, já foi dito aqui, de 32 mil empregos. O impacto na arrecadação mensal da própria PETRORAS, que faz o investimento, contrata a obra, está pagando uma parte, pagando outra parte, enfim, todo esse processo. E aí espera–se uma receita para 2014. Se ela vier em 2015, haverá uma dedução.

E me lembra, ao final, uma fala da recém–eleita e recém–empossada Ana Arraes, oriunda desta Casa. Na opinião da Ministra, claro, a missão do Tribunal de Contas da União não é paralisar obras, a paralisação de obras é algo de última, e última instância mesmo". Porque você pode paralisar uma obra com a perspectiva de que se tem, isso já aconteceu algumas vezes. E aqui não há demonização do Tribunal de Contas. Nós aqui entendemos perfeitamente a missão que tem o Tribunal de Contas da União e esse processo de aperfeiçoamento faz bem para o Brasil. A isso que assisti hoje faz muito melhor para o Brasil do que um embate em que ninguém se entende.

Você pode ter depois não concluído, não deliberado, não chegado à conclusão de um sobrepreço daquela ordem, talvez um pouco menor, talvez nem tanto, talvez não aconteça, como também já aconteceram em algumas obras, como é o caso lá da REPAR, e aí você teve a paralisação e esse prejuízo.

Essa é a pergunta que faço para o Eduardo e também para o Glauco, depois das suas falas muito equilibradas e racionais.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Presidente, a pergunta que faço é no mesmo sentido do Deputado André Vargas, posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Pode. Na sequência, já responde aos dois.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Eu quero um esclarecimento do Sr. Eduardo.

Nós visitamos juntos a REPAR.

Eu quero aqui fazer a leitura desses dois pequenos trechos da última correspondência enviada pela PETROBRAS a esta Comissão, a este Comitê, no dia 28 de novembro.

Vou começar pela página 3, que diz :

"A PETROBRAS apresentou ao Tribunal de Contas da União uma extensa e detalhada argumentação na qual explica as diferenças de metodologia na elaboração das estimativas de custo que resultaram num suposto sobrepreço verificado nos contratos analisados.

Os processos que tratam dos supostos indícios de sobrepreço ainda não foram julgados pelo TCU e, portanto, entende–se que a decisão de paralisar as obras da refinaria não seria a melhor no momento dado os impactos socioeconômicos apresentados acima, bem como os argumentos da PETROBRAS ainda em análise pela unidade técnica da Corte de Contas.

Nos itens a seguir, a PETROBRAS apresenta um resumo dos argumentos já encaminhados ao TCU que, sem dúvida, esclarecem as diferenças de entendimento de que, de forma prematura, conduziram a indicação de GP para os contratos realizados em 2010 e 2011 pela unidade técnica do SECOB–3.

Nesse sentido, é importante destacar que já foi apresentado pela Companhia a defesa em relação aos achados da equipe de auditoria e que o processo encontra–se com a SECOB–3 para análise dos argumentos apresentados, não havendo ainda decisão definitiva de mérito do Plenário do TCU e nem tampouco posicionamento definitivo da Unidade Técnica (SECOB–3) sobre o tema.

Ressalte–se, ainda, que não foi apontada pelo Tribunal de Contas da União nenhuma ilegalidade. Todos os questionamentos realizados pela Equipe Técnica baseiam–se em divergências metodológicas entre a Petrobras e o Tribunal no processo de estimativa de custos."

Esse trecho compreende todos os contratos – os quatro de 2010 e um de 2011. Sobre o de 2011, ele destaca o seguinte:

"A análise da SECOB realizada no âmbito do FISCOBRAS 2011 apontou supostos indícios de sobrepreço, em relação ao contrato de dutos enviado ao Congresso Nacional com indicativo de IGP.

Vale ressaltar que ainda não houve a defesa da companhia, tendo sido apenas apresentados alguns esclarecimentos preliminares, devido ao tempo exíguo, dado pela LDO para resposta do TCU com relação aos achados classificados como IGP.

Importante destacar que não foi apontada pelo Tribunal de Contas da União nenhuma ilegalidade. Todos os questionamentos realizados pela Unidade Técnica baseiam-se em divergências metodológicas, entre a Petrobras e o Tribunal, no processo de estimativa de custos.

No caso em tela, a classificação de IGP no suposto sobrepreço do referido contrato baseia–se quase que exclusivamente na divergência metodológica entre o Tribunal e a Petrobras na aplicação da chamada 'faixa de variabilidade'" – é aquilo que o senhor comentava há pouco.

Apresento uma questão, Eduardo. Quando visitamos a REPAR, eu me recordo de que havia um estoque, algo próximo de 11 bilhões, em contratos. Pelo relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União, existia um sobrepreço da ordem de 1,3 bilhão de reais, aproximadamente. No entanto, nós não recebemos indicativo de IGP nem de IGR da REPAR. Eu não tenho conhecimento mais aprofundado sobre o tema, mas, pelo que posso tirar das correspondências da PETROBRAS, dos dados recebidos pelo Comitê e pelo próprio Tribunal de Contas da União, acho que está havendo um peso diferente no caso de uma refinaria e de outra. Se se deve paralisar uma, também se deve paralisar a outra.

Acho que as empresas e a PETROBRAS já fizeram o envio ao TCU. Li há pouco aqui – não me lembro da página – que sequer a empresa foi ouvida, e já está recebendo IGP de uma obra de 2011.

Eu gostaria de ouvir V.Exa a respeito de quais foram esses critérios. Eu acho que, em parte, é a pergunta do Deputado André Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Com a palavra o Sr. Eduardo Nery Machado.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Respondo inicialmente ao Deputado André Vargas. De fato, para não deixar dúvidas a respeito dos critérios técnicos que são adotados pelo Tribunal, nós nos fundamen-

tamos também nas normas técnicas internacionais existentes. Uma das grandes questões relativamente à interpretação metodológica alegada pela PETROBRAS refere–se à aplicação da faixa de variabilidade. Eu acho que o resto não é questão metodológica. Trata-se de demonstrar que o preço daquele insumo é maior ou não. Mas acho que a principal questão seria em relação à faixa.

Nós nos baseamos também na norma técnica. A questão é esta: como o tipo de contratação da PETROBRAS não é da forma colocada na norma técnica, há divergências ali. Cabe uma interpretação diferente na hora de aplicar a faixa de variação.

Então, no caso da norma técnica, seria o que se chama de *turn key* puro, e não é o que se está verificando nos contratos da PETROBRAS.

Obviamente, a PETROBRAS traz argumentos que sustentam o método dela, e temos por dever analisá–lo. Mas, dentro do que o Deputado falou, realmente a tecnologia é um fator determinante. Se for uma obra do pré–sal, que é uma obra cuja tecnologia se conhece muito pouco, admite–se uma faixa maior.

Como o representante da PETROBRAS disse, o grau de desenvolvimento do projeto interfere nessa faixa de variação, sem dúvida. Agora, além do grau de desenvolvimento do projeto, também a tecnologia utilizada interfere, a qualidade dos dados das estimativas de custos interfere. Uma série de fatores ali interfere. Por isso deve ser estudado, caso a caso, qual é a faixa de precisão que vai ser adotada. Nesse caso, não houve, a PETROBRAS adota sempre 20%, e não há nenhum estudo que qualifique o porquê dessa faixa. O correto seria a faixa variar em relação ao valor da obra, o que não ocorre.

Mas as nossas premissas também se baseiam nas normas técnicas.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – O percentual é aceitável?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – A norma técnica diz que varia de menos 15 a mais 20 para o grau de desenvolvimento dos projetos da PETROBRAS. Mas isso não quer dizer que tenha de ser contratado a mais de 20%. Poderia ser mais 15, mais 10 ou até menos 15. Dependeria de contratante avaliar a qualidade, a precisão dos dados das estimativas de custo, o nível, analisar se é uma tecnologia nova ou não. Uma série de fatores definiria o valor, esse percentual correto. No caso, estamos acatando 20% para toda a obra, exceto para esses itens com quantidade determinada e bens "tagueados". Essa é diferença.

O Deputado perguntou objetivamente se, na fase em que se encontra, indica a necessidade de paralisação do empreendimento. Eu diria que sim. A análise que o TCU faz é uma análise técnica, baseada no que a LDO determina. Foi o Acórdão nº 3.362, de 2010, que recomendou a classificação de IGP nessas obras. Quando ela faz essa classificação, Deputado, leva em conta o indício de sobrepreço. Nesse caso, o Plenário referendou essa premissa que foi adotada pela equipe técnica.

A análise do TCU é eminentemente técnica. O TCU não faz análise política, o que cabe, obviamente, ao Congresso. O TCU só recomenda análise em relação às receitas da obra. Cabe ao gestor apresentar quanto se perderia de receitas, para que o Congresso possa ponderar se vale a pena realmente paralisar ou não essa obra, o que a LDO traz nos seus dispositivos. O TCU não entra em aspecto político-social, como perda de empregos. A análise do TCU considera se o valor do sobrepreço é relevante em relação ao valor do contrato. É esse o critério que traz a LDO. Por isso o TCU...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS – Só um rápido esclarecimento. Há casos em que esse indício de sobrepreço é refutado de forma substancial, e depois se conclui que, de fato, o sobrepreço era muito menor?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO – Deputado, conforme o Dr. Glauco mencionou, em 2009 o TCU apresentou um sobrepreço que depois não se confirmou. Eu até coloquei na minha apresentação um esclarecimento. Realmente não se confirmou. Mas por quê? Era uma situação diferente da atual. Naquele momento não tínhamos informações detalhadas com que pudéssemos avaliar o preço da obra com a extensão em que deveria ser analisado. Uma vez apresentadas as informações detalhadas, fizemos a avaliação e utilizamos o mesmo critério que usamos para esses quatro em que nós encontramos o IGP. Naqueles cinco não se confirmou o sobrepreço. Neste aqui se confirmou, com o método que adotamos. Agora, cabe ao gestor o encaminhamento das medidas saneadoras, para que os esclarecimentos sejam analisados.

Respondo ao Deputado João Magalhães sobre a possibilidade de terem sido adotados critérios diferentes na obra da REPAR e na obra da RNEST. Eu esclareço ao Deputado que não. O que aconteceu na obra da REPAR foi que tinha sido ela classificada, no ano passado, como IGP. O critério utilizado – adotado inclusive pelo Congresso na ocasião, no final do ano, na audiência do ano passado – para não se incluir a obra no quadro foi o de que ela já estava com grau de execução bastante avançado, já passava dos 80%. Esse foi o critério do Congresso. Em fevereiro, fizemos o levantamento, e mais de 90% da obra já estava executada.

Então, aqueles contratos em que se recomendava a IGP já estavam muito avançados. Naquele momen-

to, o próprio Tribunal fez uma avaliação e apresentou nova recomendação ao Congresso, para que não mais paralisassem essas obras, devido ao grau avançado de execução.

Fazendo um comparativo, nós discutimos um pouco antes a questão de uma obra da FUNASA. Uma obra da FUNASA em Jauru apresentava uma série de irregularidades. A medida saneadora ali qual seria? Fazer uma nova licitação. Chegou–se à seguinte conclusão: essa obra já está com 85% de avanço físico, não vale a pena fazer outra licitação.

No caso da REPAR aconteceu algo parecido. Já havia sido executados 90%. Determinar que essa obra fosse incluída no quadro–bloqueio não seria mais uma medida adequada. Foi esse o critério do TCU.

Espero que tenha prestado os esclarecimentos aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Agradeço ao Eduardo Nery a manifestação.

Passo a palavra ao Dr. Glauco, para que faça as suas considerações.

O SR. GLAUCO COLEPÍCOLO LEGATTI – Respondo ao Deputado André Vargas. Quanto à questão metodológica que estamos efetuando, nesses avanços todos que tivemos, nosso principal assunto é tentar esclarecer e levar mais informações a respeito de como são conduzidas essas obras.

Como o Dr. Eduardo Nery bem explicou, os insumos, o valor da mão de obra, o valor das coisas que estão sendo consideradas temos que trazer para o Brasil, para a nossa realidade. São preços dos insumos, dos equipamentos. Na nossa visão, existe uma interpretação. Digo que para determinado equipamento que estou usando na unidade industrial posso utilizar determinado valor. Pelo grau de detalhamento daquela informação, o próprio TCU vai buscar no SIPRO e no SINAPI outro item que ele entendeu que seria o mais próximo daquilo que a PETROBRAS indicou.

Então, essas reuniões esclarecedoras estão sendo feitas justamente para ajustarmos esse procedimento. Muitos desses itens foram passados em 2011. Esses entendimentos certamente serão consolidados quando o TCU fizer esse novo relatório. Na nossa visão, aquele valor de 1,34 certamente vai ser reduzido. Não sabemos ainda quanto vai ser, porque é preciso informação, tamanha é a complexidade. Não quero dizer que isso seja difícil, mas é complexo.

Entendemos as dificuldades para passarmos esses itens. Fizemos aquela sequência de reuniões. Agora, no dia 2 de dezembro, quando entregamos as últimas informações, era para esclarecermos algumas coisas. Várias reuniões presenciais muito bem nos abriu a área técnica do TCU para que passássemos essas informações para eles. Com essas informações, acreditamos que se vai diminuir uma série daqueles itens. Há itens que consideramos com determinada titularidade, que não é assim entendida pelo TCU. Entende que deve ser dada outra titularidade para aqueles termos.

Em relação às metodologias, às estimativas de custos internacionais, é muito mais com relação ao posicionamento que temos. Se a faixa vale para tudo, se vale para parte, isso passará por análise que estamos fazendo junto com o Tribunal de Contas da União. Talvez parte dos itens que estamos indicando de acordo com a nossa linguagem deveria ser chamada de contingência, de faixa contingência. Existe uma série de dúvidas sobre o que é contingência, sobre o que é faixa de variabilidade dos processos.

Vou apresentar um número nosso, interno, da PETROBRAS. Colocamos de maneira geral uma contingência. Se eu não quero errar no número, não devo errar muito, porque é da ordem de 2% em um contrato de bilhões. Não é. Nenhum empresário vai colocar 2% de contingência em uma proposta, e nós não devemos colocar contingência, visto que ele é responsável por uma série daqueles itens. Mas há um entendimento. *"Os 2% são contingência declarada. Quanto há de contingência em cada um dos itens?"* Temos então que voltar a isso tudo para tentar fazer o esclarecimento de maneira muito objetiva. Então, é complexa a operação.

No entendimento da PETROBRAS, paralisar uma obra como essa nesse estágio é de uma falta de oportunidade muito grande. Não vamos paralisar cinco contratos. Se um desses contratos ou qualquer contrato da refinaria não "performa", não se tem refinaria. A refinaria existe se todos os contratos "performarem". Então, se houver IGP de um contrato ou se for paralisado um contrato, vai parar a Refinaria Abreu e Lima.

Em vez de estar sendo discutida dessa forma, deveria servir de orgulho para os brasileiros. Essa obra, como tive oportunidade de falar, está sendo feita por engenheiros brasileiros. São mil engenheiros trabalhando lá. É assustador o número, mas é isso o que temos. Então, acho a questão extremamente inadequada.

A outra questão refere–se aos impactos sociais. Foi perguntado o que está acontecendo. O impacto é da ordem de 33 mil empregos que estão dentro da refinaria, e outros estão espalhados nos diversos canteiros das próprias empresas ou das empresas que se movimentaram para aquela região. Quando falamos de uma obra desse porte, os impactos são muito grandes, os números são sempre na casa dos milhões, dos bilhões. Estimamos que os impactos – mandamos para os senhores – sejam de 340 milhões de reais por mês. É o que significa paralisação da refinaria em termos de redução de receita por atraso da partida, custos

referentes à paralisação dos contratos, custo de remobilização, custo de manutenção das equipes e dos equipamentos já instalados, fora os equipamentos que já compramos.

Quem esteve na refinaria teve oportunidade de ver que já compramos mais de 90% de todos os equipamentos que serão fornecidos. Quem será diretamente afetado? Notadamente as empresas do centro–sul que são os verdadeiros fornecedores. Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro são os quatro Estados que mais fornecem para a refinaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Muito obrigado.

Pergunto se o Deputado ainda deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Agradeço a todos a presença, aos representantes do DNIT, da Valec, do Ministério dos Transportes, da FUNASA, do Ministério das Cidades, do DNOCS, do Ministério da Integração Nacional, da PETROBRAS, do Tribunal de Contas da União, bem como a todos os Srs. Parlamentares.

Agradeço de forma muito especial ao Romiro, Consultor da Comissão, que prestou e presta no COI um brilhante trabalho. Nosso reconhecimento ao seu empenho, à sua capacidade de ouvir, à sua disposição e à sua vontade realmente de fazer o melhor, Romiro. Parabéns pelo trabalho.

Agradeço mais uma vez ao Sr. Glauco e ao representante do TCU, o Dr. Eduardo Nery.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, qual é o cronograma do Comitê para esta semana?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – Nós vamos conversar hoje com o Presidente da Comissão, mas podemos reunir o Comitê hoje ou amanhã, para estabelecer o prazo de entrega do nosso relatório. Nosso objetivo é entregar o relatório amanhã. Vou conversar com o Romiro e convocar os membros para uma reunião amanhã, se possível. Não sei se haverá número de Deputados e Senadores suficiente. Se fosse possível, poderíamos conversar e nos reunir ainda hoje.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Acho bom conversarmos amanhã, até sobre esta audiência, sobre todas as obras que foram analisadas. Apresentaríamos as nossas ponderações, assim como os membros do Comitê. E a entrega do relatório ocorreria, talvez, na quarta–feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) – O Presidente pediu para encaminhar amanhã o relatório. Podemos marcar a reunião para amanha. Após a reunião, seria feita a apresentação do relatório. Temos prazo a cumprir.

Agradeço a todos a presença.

Agradeço de forma muito especial a presença da imprensa.

Está encerrada a reunião.

Edição de hoje: 328 páginas

(OS: 12760/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL